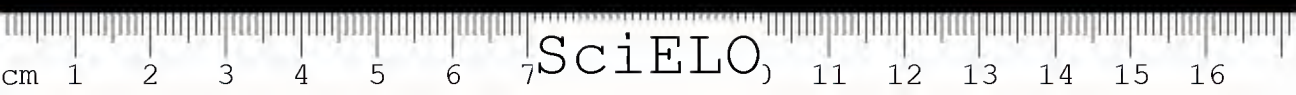


SciELO



249

ALAVOIRA

FUNDADA EM 1897

CAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



...a grande cultura do trigo
 ...o General Aná-
 ...Diretor Geral do Conselho Fe-
 ...Comércio Exterior, na direção de
 ...a máquina, na colheita do trigo
 ...a propriedade em S. Paul-
 ...realiza inúmeras operações, desde
 ...o ensacamento do cereal, de
 ...nos vamos libertando.

RIO DE JANEIRO — BRASIL
 JANEIRO-FEVEREIRO DE 1949

ANO LIII



A MAIOR ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL DA AMERICA LATINA

FUNDADA EM 1881



Mainhas de Trigo — Fábrica de Mossas alimenticias "Petybon" — Mainha de fuba — Fiação, tecelagem, tinturoria e casomifício "Mariangelo" — Fiação, tecelagem e estamparia "Belemzinha" — Fiação de sêda natural — Tecelagem, tinturoria e estamparia de sêdas — Manufatura de fios de sêda crepe e fantasia — Fábrica de fios "Rayon" — Fábrica de esponjas artificiais "Espuma" — Fábrica de celulose — Fábrica de papel e papelão — Fábrica de papel transparente "Celosul" — Fábrica de sulfureto de carbono — Fábrica de ácidas — Fábrica de desinfetantes — Moinho de soda cáustico — Descaroadares de algodão — Reprensagem e armazenagem de algodão — Fábricas de óleo da corozo de algodão "Sol Levante" — Refinação e hidrogenação de óleos vegetais — Fábricas de sabões e saponáceas — Fábrica de velas — Fábrica de sabonetes, perfumes e artigos para toucador — Frigaríficas — Refinação de banha — Refinoções de açúcar — Distilario de álcool — Engenhos de arroz — Fecularia e fábrica de omido — Moinhos e refinação de sal — Extração de cafeina — Extração de mentol — Extração de essências — Extração de coolin — Extração do quartzo — Fábricas de Louças, azulejos e artigos sanitários — Fábrica de cal — Fábrica de pregos — Fábrica de giz — Serraria e caixataria — Oficina meconica e fundição.

POTENCIALIDADE:

Área ocupada pelas fábricas ..	2.000.000 mts ²	Fôrço motriz	51.500 H.P.
Operários	25.000	Consumo mensal de energia ..	10.000.000 Kw. H.
Funcionários	2.200	Superfície das caldeiros instalados	18.000 mts ²
Técnicos	600	Matérios primos e mercadorias transportadas onualmente em caminhões próprios	350.000.000 Kgs.
Material Ferroviária	10 locomotives e 228 vagões		

FILIAIS OU AGÊNCIAS:

No Brasil: em tôdas as principais cidades. — No estrangeiro: em New York, nas Capitais sul-americanas e nos principais cidades do Europa.

AGENTE GERAL DE:

S/A Indústrias Matarazzo do Paraná * Sociedade Paulista de Navegação Motorozzo Ltda. * Fazenda Amalio — Conde Francisca Matarazzo * Armazéns Gerais Motorozzo * S/A Indústria de Sêda Nacional * S/A Tecelagem Brasileira de Sêda * S/A Fiação e Tecelagem Sonto Celina * Indústrias Matarazzo de Energia S/A (IMÊ) * Salino São Paulo S/A.



Prédio Conde Matarazzo — Praça da Patriarca — Caixa Postal, 86 - Fane, 3-5151 - S. Paulo - Brasil



ESTUFA DE CACTUS — JARDIM BOTANICO DO RIO DE JANEIRO

SUMARIO

	Pag.
Plano Solte — Artur Torres Filho	3
Colonos holandeses — Apolonio Solles	6
A mecanização agrícola e o dever do Governo — Edgor Teixeira Leite	8
A transformação da C.C.C. em banco nacional de crédito cooperativo	10
O Banco do Brasil e o Crédito Agrícola	12
Sociedade Nacional de Agricultura	14
Senado Federal — Referências elogiosas à Soc. Nac. de Agricultura	15
As Ferras no bocio da São Francisco — Antonio de Arruda Camara	18
Os eucaliptos — Luiz Simões Lopes	25
Sociedade Agrícola de Pelotas — (Discurso) — Joaquim Luiz Osório	34
Sombreamento dos cafezais	40
Consultas e informações — Geroldo Goulart da Silveira	41
Cooperativas e Corporações — Fabio Luz Filho	42
Cruza industrial da Galinha — Octavio Domingues	44
Organização rural — (Decreto-lei 8 127, de 24 10 45)	46
Terras famintas — F. G. Steinemann	53
Importância e objetivo dos museus escolares — Geroldo Goulart da Silveira	55
Pregrde o associativismo rural no Brasil	58
Vinte e nove cursos práticos em um ano — Geroldo Goulart da Silveira	60
Uma nova e esquisita doença dos bovinos — Jorge Vaitzman	62
Noticiario da Escola de Horticultura Wenceslau Belo	64
As leguminosas dos pastos	66
Associações Rurais no Estado de Goiás	67
Milho Híbrido — Sua cultura — Cesar Seára	68

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

Reconhecida de utilidade pública pela lei n.º 3.549, de 18 de Outubro de 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

Presidente Benemérito: Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes

Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas



DIRETORIA GERAL

<i>Presidente</i>	— Arthur Torres Filho
1.º <i>Vice-Presidente</i>	— Luiz Simões Lopes
2.º " "	— Edgard Teixeira Leite
3.º " "	— A. de Arruda Camara
1.º <i>Secretário</i>	— F. Murtinho Braga
2.º " "	— Adamastor Lima
3.º " "	— Eurico Santos
4.º " "	— Cléas de L. Gulmarães
1.º <i>Tesoureiro</i>	— Kurt Repsold
2.º " "	— Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonio Franelseo Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enio Luiz Letão
Geraldo Goulart da Silveira
Iris Meinberg
João Maurício de Medeiros
Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
Lulz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.



CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache, Alvaro Simões Lopes, Anapio Gomes, Antonio Barreto, Antonio José Alves de Souza, Apolonio Sales, Balbino de Souza Masearenhas, Ben-Hur Ferrelra Raposo, Benjamin do Monte, Carlos de Souza Duarte, Diogenes Caldas, Eduardo Duvivier, Euvaldo Lodi, Fabio Furtado Luz, Francisco Saturnino de Brito Filho, Guilherme Egberto Hermsdorff, Honório da Costa Monteiro Filho, Humberto Bruno, Ismael Cordovil, Israel Pinheiro da Silva, Itagiba Barçante, J. C. Belo

Lisbôa, Jeronymo Antonio Coimbra, João Gonçalves de Souza, João Tjader, José Sampaio Fernandes, José Solano Carneiro da Cunha, Landulpho Alves de Almeida, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Manoel Neto Campelo Junior, Mario de Oliveira, Maria Villhena, Napoleão de Alencastro Gulmarães, Ormeu Junqueira Botelho, Oscar Daudt Filho, Paulo Parreiras Horta, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Ruy Carneiro, Sebastião Herculano de Mattos, Sebastião Sant'Ana e Silva.

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARATER PERMANENTE DOS SEGUINTE ORGAOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; *Comissão Permanente de Exposições e Feiras* (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; *Comissão Central de Preços* (Presidência da República) — Agricultura — Dr. Edgard Teixeira Leite; *Comissão Central de Preços* (Presidência da República) — Pecuária — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; *Comissão Permanente de Estradas de Rodagem* (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; *Comissão de Organização*

Rural (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; *Instituto Brasileiro de Educação e Cultura* (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; *Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior* (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgard Teixeira Leite; *Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção* — Dr. Edgard Teixeira Leite; *Comissão Revisora das Tarifas* (Acórdo de Genebra), (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Antonio de Arruda Camara.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIII

Janeiro-Fevereiro de 1949

PLANO SALTE

ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Apresenta-se-nos, como imperativo do momento, realizarmos grande esforço em prol do planejamento da economia brasileira. A esse respeito, já a Carta Magna do país lançou, em feliz inspiração, as bases relativas ao Nordeste, à Amazônia e ao S. Francisco, garantindo, para isso, os elementos financeiros necessários. Entretanto, esse planejamento terá que se estender a múltiplos aspectos da vida nacional, para que possamos erguer um equipamento técnico moderno, que seja capaz de garantir o melhoramento do nível de vida das nossas populações citadinas e rurais. A propósito, permito-me ligeira referência ao inquérito que entre nós precedeu a missão norte-americana chefiada por Morris L. Cook, em 1942. Em uma das suas passagens, diz esse relatório, que o Brasil, como nação industrial, ainda se encontra na adolescência "devido à sua pouca produção, às dificuldades na distribuição e ao relativo isolamento em que vivem muitos núcleos de sua população, parte substancial desta sofre de doenças, é subnutrida e insuficientemente educada". Ainda salientou a referida missão, com pontos básicos, para nossa industrialização: a) dependência da importação de petróleo; b) importação de carvão mineral; c) carência de metais especiais e equipamentos para novos empreendimentos e conservação dos existentes". Na verdade somos forçados a reconhecer: a pequena extensão de nossas estradas de ferro e de rodagem; a quantidade de energia elétrica deficiente que produzimos; o obsoleto maquinário industrial utilizado em grande número de nossos estabelecimentos; carência de técnicos especializados, de capitais e de mão de obra habilitada para a indústria. Assinalou ainda a missão Cook, já em mil novecentos e quarenta e dois, que "os preços internos subiram rapidamente devido à insuficiência de suprimentos externos, mais ainda porque o dinheiro em circulação cresceu, pois o Banco do Brasil adquiriu dos exportadores as divisas, que não puderam ser em grande parte revendidas para os importadores". De mil novecentos e quarenta e dois para cá modificou-se bastante nossa situação industrial principalmente em alguns setores, como: tecidos, artefatos de borracha, ferro, maquinarias em geral, vidro, aparelhos elétricos, sanitários, tintas, vernizes, produtos farmacêuticos, apresentando aspectos de aperfeiçoamento e grande aumento no volume da produção, embora esse surto não tivesse correspondências nas indústrias básicas, cujas iniciativas partiram mais do governo do que dos particulares como no caso de Volta Redonda.

A falta de combustíveis, as deficiências dos transportes, a ausência ainda sensível de algumas indústrias básicas fundamentais, as dificuldades oriundas da ausência de técnicos e mão de obra especializada, constituem na atualidade embaraços sérios. É nosso surto industrial, limitado a algumas regiões do país. Se voltarmos atenção para o panorama agrícola, verificaremos não ser o mesmo promissor, em muitos setores econômicos básicos, para a vida nacional. Agravou-se estagnado, nos últimos anos, em torno de dezenove milhões de toneladas, com circulação difícil no mercado interno. Houve, por outro lado, deslocamento acentuado das populações das zonas rurais para os centros urbanos, dada a preferência pelas indústrias extrativas de materiais estratégicos, às grandes obras públicas realizadas, ao surto das construções civis nos centros urbanos, aldrando a mão de obra, indo refletir-se na diminuição de artigos de alimentação. Assinalam nossos economistas que, apesar do aumento de meio circulante e da inflação dos preços, a renda nacional deixou de aumentar como fôra de esperar, não tendo sido aproveitadas as divisas acumuladas no estrangeiro no equipamento da economia nacional em bens de produção. Seria preciso, dizem alguns desses economistas, que fôsse triplicada a renda nacional; todavia, êsse aumento só seria alcançado se com recursos técnicos e científicos pudéssemos ter estabelecido as planificações exigidas pelo aperfeiçoamento da produção nacional. Embora o fenômeno não seja peculiar ao Brasil, temos hoje acentuada ruptura de equilíbrio entre a produção agrícola e a industrial, perturbando a vida das populações urbanas. A questão agrária, já de si complexa, coloca-se hoje diante de nós como oriundária da nossa própria tranquilidade social. Sintetizando diríamos: carecemos de um programa de conjunto para a organização econômica, financeira e monetária do país, organização que seja capaz de garantir padrão de vida mínimo satisfatório para o povo. Sofremos, em grande parte, prejuízo resultante do empirismo com que exploramos as riquezas naturais. Na ordem interna, a crise alimentícia é a que está a exigir maiores cuidados. É problema, cuja solução, como se lê das resoluções da F. A. O. (Food and Agriculture Organization), não requererá semanas ou meses, mais sim anos. No que tange ao comércio exterior, representa verdadeiro conflito de interesses na conquista de mercados, exigindo, antes de tudo, organização interna segura, no campo das economias nacionais. As crises econômicas podem ser cíclicas, crônicas ou estruturais, daí tornarem-se necessários órgãos especializados incumbidos de prevê-las e estudá-las para adoção de medidas oportunas. Algumas das vantagens que tenhamos conquistado na emergência da guerra estarão ameaçadas como já vem acontecendo a cada passo pelos reajustamentos dos mercados internacionais e, sobretudo, pela normalização das produções de origem colonial. Atravessamos fase perigosa de readaptação; de um lado, carecemos fortalecer nossas situações financeiras; de outro, precisamos acutelar nossa economia para os períodos de depressão, que se seguem geralmente aos de prosperidade. Do equipamento do mercado interno dependerá, entretanto, a expansão comercial do país.

A questão magna, por excelência, no momento, de que depende a ordem interna e a garantia da nossa própria soberania reside na estruturação econômica. Essa estruturação para que se realice, esta a exigir atenções especiais, no que toca às produções industrial, agrícola e extrativa, evitando que se processe tropeçadamente nossa evolução, com reflexos graves na ordem social, em consequência de desequilíbrio na produção, nos salários, nos impostos, nos lucros, com prejuízos graves para a coletividade. Reconhece-se que o Estado tem o

dever de intervir, formulando programas de sistematização de suas realizações. Isso não importa em pôr à margem a cooperação da iniciativa particular, que deve ser chamada a uma colaboração mais ativa com o Estado.

Louvores só merece o governo pela atitude desassombrada que tomou de, após estudos severos de nosso problemas fundamentais, haver elaborado o Plano Sulte, visando planificar os grandes grupos da saúde, alimentação, transporte e energia. Esse Plano, para os que estudarem em seu conjunto, desde que devidamente supervisionado e bem executado, trará sem dúvida os benefícios esperados, porque fornecerá aos Poderes Públicos, como declarou em Mensagem ao Congresso o Sr. Presidente da República, uma vigorosa e perseverante política de valorização do homem brasileiro, facilitando os recursos de trabalho que o habilitem a produzir mais e melhor, proporcionando meios de transporte, curando-o das moléstias que o afligem ou ameaçam, colocando, no seu alcance, a energia e os combustíveis para maior rendimento do trabalho, sem o que não poderá desfrutar os benefícios da civilização atual.

Esperemos, com confiança, consiga o eminente Presidente Eurico Dutra vencer as resistências visíveis ou ocultas que se opõem ao Plano Sulte e que dele possamos esperar a organização e o fortalecimento da nossa economia interna, da qual dependerá, fundamentalmente, o bem estar nacional e a expansão no exterior. Acima de tudo nossa ação deverá ser no sentido de dar estímulo e umparo nos que trabalham, garantindo-lhes justa remuneração ao esforço dispendido. Temos de estar atentos à desordem universal e, por isto carecemos de cuidar da organização econômica, elevando a produtividade do homem brasileiro e, portanto, dando-lhe maior fartura e barateamento do custo de vida.

Vacinas Manguinhos

contra a peste da manqueira
antiarbunculosa

(carbúnculo sintomático)

(carbúnculo hemático)

contra a diarréia dos bezerros

(pneumoenterite)

40 ANOS DE ABSOLUTOS SUCESSOS

PRODUTOS VETERINARIOS MANGUINHOS LTDA.

Rua Licínio Cardoso, 91 — Telefone: 28-9966

Caixa Postal — 1420 — Rio de Janeiro

Colonos Holandeses

Apolonio Sales.

Contam os jornais que o governo do Estado de São Paulo e o Ministério da Agricultura se deram a mão para, em cooperação, localizar algumas famílias holandesas na terra Piratininga.

Para isto foi desapropriada uma fazenda de brasileiros em próspero município paulista. O governo pagou a desapropriação. A gleba fértil foi dividida e foram feitas despesas vultuosas para cada família pretendente ao lote de terra. Todo o carinho foi dispensado ao empreendimento. Visava-se fixar no campo homens trabalhadores da adiantada Holanda. Traziam eles mais do que os outros imigrantes, uma credencial: vinham com algumas cabeças de gado para demonstrar que queriam mesmo ingressar na vida agrícola brasileira.

Quanto gado, quantas famílias, qual o material agrícola que trouxeram, qual o que lhe foi propiciado, quanto custou à nação cada uma destas unidades colonizadoras, nada disto pude saber precisamente. Os holandeses, parece, já aí estão. Os elogios da imprensa não faltaram. As promessas de magníficos resultados também.

Não venho lançar água no fervor dos louvadores. Também acho boa coisa receber sob o céu do Brasil, famílias holandesas de agricultores. Holandesas e de quantas outras origens compatíveis com os nossos costumes.

Na agricultura brasileira estamos necessitando de elementos positivos. O colono europeu e até o asiático podem tornar-se no Brasil elementos de primeira ordem para a fartura do abastecimento nacional pelo trabalho perseverante e inteligente a que estão acostumados.

Desejava apenas conciliar a opinião pública brasileira a fazer um melhor conceito do elemento nacional que moureja ainda na lúria intranquila do cultivo do solo.

Não é ele constituído de homens preguiçosos ou incapazes. Não. O que caracteriza aqueles que se dedicam à

agricultura no Brasil é justamente a dedicação ao trabalho e o esforço imenso por vencer as dificuldades da profissão, de que mais se tecem lóas e a que menos se protege e ajuda.

Informaram-me em São Paulo, embora sem certeza, que o governo do Estado já dispender para a localização de cada colono holandês cerca de cem mil cruzeiros em utensílios, casa e adiantamentos. O governo federal, por sua vez, inverteria metade disto. Cada família sairia aos cofres públicos, para reembolso em 10 anos, por uma quantia aproximada de 150 mil cruzeiros.

Não pensem os leitores que acho isto demais. Esta quantia estará muito bem empregada, se procedem as informações.

É melhor empregar recursos numa colonização assim, do que esperar que a simples presença de deslocados, numa gleba que se lhe destine, importe o aparecimento de lavouros e searas lucrativas.

Já é tempo de sermos objetivos e práticos. Como em nenhuma outra atividade humana, na agricultura impõe-se o emprêgo de capitais.

O homem para fazer lavoura precisa primeiro ter do que viver. A produção demanda tempo, não só do plantio à colheita, mas também do preparo do solo à colocação do produto. O financiamento se impõe para este período, assim como se torna necessária a inversão do dinheiro nos maquinismos, nos adubos e na semente.

Venham, da terra das lílipas, rosados camponeses. Confie-se a êles glebas de terra roxa de São Paulo. Não lhes dê o governo recursos para que esperem o resultado do seu labor no campo e de balde se há de contar com êste labor. Teremos introduzido mais algumas bôcas no Brasil e nos entadores de emprêgo igualzinho aos nossos.

Ainda há poucos dias veio à minha casa um dinamarquês, já há longa data no Brasil. Conheci-o como um dos mais entendidos técnicos em lacteínios do país. Tive prova disto, tomando-o n

serviço da Secretaria da Agricultura de Pernambuco, quando ali fundei quatro fábricas de manteiga e queijo, no interior do Estado, no governo do interventor Agamenon Magalhães.

A vortgem da política, antes da posse do governador Barbosa Lima, levou consigo o programa traçado, e as fábricas cerraram as suas portas. O dinamurgês está sem emprêgo.

Procurou aqui no Rio e em São Paulo onde colocar-se. Não conseguiu. Estava procurando qualquer sorte de trabalho. Não se acanharia de voltar nos seus conhecimentos de contabilidade, para um emprêgo de escritório, desencantado que estava de trabalhar na sua especialidade num país essencialmente agrícola. Poucos estrangeiros estão, no Brasil, em condições de manter técnicos em hotéis. E ele não tinha capitais para se constituir colono em terra própria ou arrendada.

Se isto acontece com um dinamurgês já acostumado com a língua e os costumes, que não acontecerá com os colonos, deslocados da guerra que aqui aportam? O rótulo de agricultor mesmo se corresponda realmente à profissão do imigrante, será rapidamente pôsto à margem. O problema de viver é a suprema preocupação.

Muito bem portanto que se faça colonização com capitais e financiamento devidamente aplicados.

O que não deveríamos entretanto esquecer é que o país ni está cheio de elementos negativos na lavoura, nascidos sob o nosso abençoado céu.

São negativos porque desajudados e so por isso. Podem tornar-se positivos e eficientes se nos resolvermos a conceder-lhes os mesmos créditos e as mesmas possibilidades que damos aos dolocéfalos que aqui aportam.

Se não temos a coragem de propôr a estes louros imigrantes viverem em casus de torrão, sem saneamento e sem luz; se não temos coragem de exigir que produzam sem emôtil e sem prazo para pagamento dos financiamentos condizentes co nns lavouras a que se dedieem como esmerar que os nossos matutos façam milágres e se resignem a "amurgar o pão que o diabo amurgou", como prí símeiros de uma terra que não os sus-

lenta, morando em mocumbos ou no relento?

Fazer colonização não é apenas rellhar terra e vender a prazo ou mesmo dar a quem primeiro aparece.

Não o é em relação ao colono europeu, e não o será também em relação ao nacional.

Como pensar em localizar de verdade, não simplesmente no meio do mato, em algum chareira ou lote demarcado, uma centem de colonos sem construílhes a casa e lhes dar de que viver durante o período de um ou dois anos? sem lhes adiantar instrumentos e meios de produção?

Vejamos quanto se vai gastar com o holandês e não sejamos menos generosos com o brasileiro.

O Ministério da Agricultura tem uma legislação muito ampla para as suas colonias nacionais, núcleos coloniais e núcleos agro-industriais. O que é preciso é que também os seus orçamentos sejam amplos.

Não é com 5 ou 6 mil contos por ano, (linguagem antiga) que se podem localizar milhares de famílias na gleba a colonizar. Com esta quantia situam-se apenas algumas dezenas de unidades familiares.

Ser generoso, grandemente generoso com o colono estrangeiro, é um passo à frente no programa de colonização. Pode ser que também um dia o sejamos com os nativos, e não censuremos o governo quando inverte quantias maiores no estabelecimento de condições de vida em colonias e núcleos coloniais onde se localizam brasileiros.

Adnbos em geral para lavoura
Marca "VITAL" registrada
DERIVADOS DE BOVINOS
E FARINHA DE OSSOS

Calixto Gomes de Souza

Escritória e Depósito:
Rua Hilário Ribeiro, 51
Telefone 28-3728
— RIO DE JANEIRO —

A Mecanização Agrícola e o Dever do Govêrno

Está provado que não podemos contar com o estrangeiro, para atender, em quantidade e qualidade suficientes, "à verdadeira fome de máquina agrícola", de que falava há dias o ministro Daniel de Carvalho. Só há dois caminhos a seguir: continuar a depender da indústria estrangeira, recebendo em quantidades mínimas, e com enormes demoras, e a prestações, o que ela nos puder vender, e que nem sempre atende aos interesses nacionais, ou enveredar decidida e corajosamente, por uma enérgica política de criação de indústria de material agrícola, dentro do país.

A primeira solução — que se qualificaria hem de "solução suicida" — importaria deixar as coisas como estão. O país iria recebendo pequenas quantidades, a prestações, das máquinas mais dispareas, nemulando nas fazendas, cada dia mais, material ineficiente e inadequado. A *enxadaocultura* prevaleceria na produção agrícola, que ficaria cada dia mais onerada com a escassez de mão de obra, e no seu constante encarecimento.

A segunda solução é criar, com ânimo a decisão, no país, utilizando o que já temos, uma indústria de tratores agrícolas e industriais, que saciem a fome a que me referi.

Há quem não confie muito nesta última alternativa. Entre êsses estão os que não têm conhecimento exato dos recursos, já importantes, de que o Brasil dispõe. Há também os *homens de marcha a ré*, e que, por um ou outro motivo, gostariam de que permanecesse a atual situação e que, de um ou de outro modo, optam pela a solução suicida.

Foi o que ocorreu por ocasião de ser instalado o parque siderúrgico de Volta Redonda.

Os fatos se incumbiram de desmentir os derrotistas.

Segunda ouvi de homens dos mais bem informados da Brasil, e pelo que

Edgard Teixeira Leite

Vice-Presidente da Sociedade
Nacional de Agricultura

aprendi também em conversa com técnicos da América do Norte, temos todas as condições para criar um parque industrial de material agrícola em nosso país, o que será o maior passo para realizar com sucesso a grande revolução técnica que irá assegurar a sobrevivência da lavoura nacional.

A Fábrica Nacional de Motores, mandou estudar, por pessoas de alta idoneidade técnica, um tipo de trator adequado às nossas necessidades. Em suas linhas gerais, corresponde a um dos tipos já utilizados, com o maior êxito, pela nossa agricultura. Nêle foram introduzidas certas modificações felizes, e creio poder afirmar que irá ter o melhor êxito no trabalho de nossas terras.

Segundo informações seguras, a Fábrica Nacional de Motores, está em condições de fabricar, desde já, trinta por cento das peças desses tratores, indo buscar em outras indústrias do país o material restante. Êste fato é altamente auspicioso, pois, como é sabido, a fabricação de tratores é o que se poderia chamar indústria de *synthese*.

Diversas indústrias contribuem com o material que, nas *assembly plant*, é transformada em tratores.

Nos Estados Unidos há mais de setenta e cinco grandes companhias que fabricam peças para as empresas referidas.

Em São Paulo, no Distrito Federal, no Rio Grande do Sul e em Minas, numerosas indústrias poderiam dar a sua colaboração para a fabricação do que falta, e creio que muito pouco teria de ser, mesmo no princípio, buscada no estrangeiro.

A Fábrica Nacional de Motores mandou submeter à apreciação do Ministério da Agricultura o trator referido, e, logo que tenha recebido as sugestões

dos técnicos sobre quaisquer alterações, julgadas necessárias, poderá iniciar a fabricação em série.

A produção será ao princípio de dois mil por ano. As linhas de montagem estão sendo instaladas, de modo a começar desde logo a produção. Os preços segundo apurei, são razoáveis. Para que a Fábrica Nacional de Motores possa, entretanto, iniciar seus trabalhos, é indispensável, dadas suas condições de organismo autárquico, que tenha segurança do escoamento da produção, isto é, que receba garantia de preço para as quantidades produzidas. Creio que ela não só poderá como deverá ser dada, uma vez que o modelo pelo qual começará a fabricação, obteve a apreciação da técnica oficial. A quantidade provável, no primeiro ano, de dois mil tratores, sobrepuja o que podemos receber do estrangeiro: em uniformidade de produção, em adequação aos objetivos e em regularidade de entrega, e, o que talvez seja ainda mais importante, em segurança de suprimento de peças sobressalentes. Na verdade, há pelo Brasil afora centenas de tratores funcionando sem eficiência ou mesmo não funcionando de modo algum, porque não há probabilidade de encontrar nos mercados peças sobressalentes. Isso sem falar da supervalorização das peças, o que é outra história e às vezes chega a ser história de câmbio negro.

Nada contra-indica a solução apontada.

Não quer dizer isso que fechamos as portas à contribuição estrangeira. Muito ao contrário. Devemos até tratar de obter maiores cotas de fornecimento de tratores e material agrícola, adequados às nossas condições, e incentivar a sua importação. O que têm feito os importadores neste sentido — criando serviços de assistência técnica, organizando tra-

balhos de esclarecimento para os lavradores — é obra meritória e que deve ser, por espírito de justiça, muito ressaltada.

Durante longos anos teremos de contar com a valiosa contribuição estrangeira. Mas não podemos esperar tudo dela.

A campanha de redenção de trabalho agrícola no Brasil, visando se substituir a *enxada* cultura pela *motocultura*, pode ser resumida em poucos itens: a) a idéia básica é que já se podem fazer no Brasil as diversas peças, partes dos tratores (30 % na Fábrica Nacional de Motores);

b) é necessária uma coordenação de esforços para que várias indústrias nacionais dêem sua colaboração, na parte de especialidade;

c) o governo garantirá a compra, anualmente, de dois ou três mil tratores, além dos que as indústrias particulares possam colocar no mercado nacional;

d) o preço e a qualidade serão equivalentes nos importados;

e) deverão fixar se fretes baratos e será dada isenção para as peças que, não podendo ser fabricadas no país, tenham de ser importadas;

f) obter-se-ão maiores cotas de fornecimento para tratores e material agrícola estrangeiro, de modo que os distribuidores no Brasil possam reduzir as suas margens de lucros, muitas vezes apenas aparentemente elevadas, pelo pequeno número de máquinas que recebem, sobre as quais têm de recair numerosos onus — serviço de assistência aos compradores, etc., etc.

Creio que estas medidas e outras que a experiência fôr indicando permitirão que o Brasil rapidamente organize um trabalho técnico eficiente. E concorrer para isso é dever do governo.

Livraria Editora Coelho Branco

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: — EDITOR — RIO. CODS. TELS.: — RUBENRO, MASCOTTE E BRASIL. TELEGRAMAS: PELO "TELEGRAFO NACIONAL", "WESTERN TELEGRAPH", "ALL AMERICA CABLES" e "CAPO SIRMARINO ITALIANO".

CORRESPONDENTES EM TODOS OS ESTADOS DO BRASIL E NOS SEGUINTE PAISES: ARGENTINA, URUGUAI, CHILE, PERU, VENEZUELA, CUBA, ESTADOS UNIDOS, PORTUGAL, ESPANHA, INGLATERRA, FRANÇA, ITALIA, ALEMANHA, BELGICA, PARAGUAI, HOLANDA E MEXICO.

A. Coelho Branco Jr.^o

RUA DA QUITANDA, 9 — TELEFONE: 22-3631 — RIO DE JANEIRO

A Transformação da CCC

em Banco Nacional de Crédito Cooperativo

A Caixa de Crédito Cooperativo, autarquia financeira do Ministério da Agricultura, destinada a financiar o movimento cooperativo nacional, é uma instituição que tem provado sua eficiência, a despeito de só haver recebido, até o momento, apenas 1/3 do seu capital de 300 milhões de cruzeiros.

Nenhuma instituição de crédito, entretanto, seja de caráter oficial, particular ou misto, pode contar, apenas, com os recursos de sua dotação própria, seja qual for a forma ou processo de sua realização. Todas as organizações bancárias carecem, também, do apoio do público, seja pela utilização dos seus diversos serviços (cobranças, transferência de fundos etc.), seja pelo recolhimento de suas economias em contas próprias.

Esta necessidade também sente a CCC, pois se é uma organização especializada, que só realiza operações de crédito ativo com as cooperativas, está, todavia, em condições de operar com o público, em todas as modalidades bancárias que os outros estabelecimentos praticam, com exceção, naturalmente, das operações de financiamento.

Não obstante o considerável volume de depósitos que têm recebido em sua matriz e agências, não atingiram eles, ainda, ao volume desejado, para permitir uma aplicação ampla no fomento à produção. Uma das causas, senão a mais importante, desse retardamento, tem sido o nome da instituição, por serem muito frequentes os equívocos estabelecidos em torno da designação de Caixa. Mesmo pessoas esclarecidas, julgam que se trate de alguma entidade privada ou de uma simples Caixa de Aposentadoria, das tantas que existem por aí, consagradas à beneficência social e mutualidade.

A observação de que tal confusão também poderia ser feita com a Caixa Econômica Federal, apesar de ela receber, em depósito, o grosso da economia popular brasileira, não pôde ser alegada, porque se trata de uma instituição que tem, a seu favor, uma tradição fortemente consolidada. Todo mundo sabe o que faz aquela instituição federal, sobretudo porque precedeu à criação de outras entidades, posteriormente batizadas com o nome de Caixas.

O mesmo, entretanto, não aconteceu com a CCC, que foi criada justamente depois que existiam muitas Caixas, dando origem a que se estabelecessem confusões de efeitos desfavoráveis. Essa razão, e também uma outra, de fundamental importância do ponto de vista técnico, deram causa a que surgisse na Câmara dos Deputados um projeto de lei que altera o nome da instituição para Banco Nacional de Crédito Cooperativo. É de se notar que todos os países que criaram seus serviços oficiais de assistência financeira às cooperativas, preferiram a designação de Banco, como dentre outros (para só citar o nosso continente) o fizeram os Estados Unidos com seu "Bank for Cooperatives" e o México com o seu "Banco Nacional de Fomento Cooperativo". Trata-se, pois, de adotar uma sistemática de uso internacional, ainda agora robustecida com o projeto da reforma bancária,

que institui uma série de Bancos, também de natureza específica e de âmbito nacional.

Existem, portanto, excelentes razões de ordem técnica e psicológica para a reforma pretendida. Estamos certos de que, com a substituição oportuna, haverá maior afluxo de economias nas contas de depósito desta instituição federal de crédito, cujas operações são garantidas pela União, como acontece, aliás, com a Caixa Econômica. A confiança pública precisa ser despertada para essa preferência e distinção, não havendo dúvida de que o nome de Banco dissipará todas as dúvidas.

O projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e ora se encontra no Senado Federal para discussão e votação. O Ministro da Agricultura tem dado demonstrações reiteradas de apoio a esse projeto, que afeta um órgão do seu Ministério. Sabemos que, em recente encontro com o Ministro da Fazenda, o Sr. Lafayette Resende, Presidente da CCC, ouviu de S. Ex. as palavras mais elogiosas à sua atuação. Tudo indica, portanto, que dentro em breve tempo, teremos o projeto transformado em lei pela sanção presidencial.

Novas facilidades são criadas nesse projeto para o financiamento dos pequenos produtores organizados em cooperativas, como a dispensa de papelório e burocracia, para os financiamentos até o limite de 20 mil cruzeiros.

Sabemos que a CCC, com os 100 milhões de seu capital já realizado, fez um movimento de empréstimos superior a 250 milhões de cruzeiros, aplicando, aproximadamente, 90 % no financiamento da produção. Mas, o mais significativo de tudo, é que, dos recursos aplicados na produção 98 % destinaram-se aos gêneros alimentícios.



Mãos

que espalham

SALITRE do CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 - São Paulo

Agentes Comerciais:

ARTHUR VIANNA — Cia. Materiais Agrícolas

Rua Florêncio de Abreu, 270 - São Paulo. — Av. Graça Aranha, 226 - 3.º andar,

Rio de Janeiro — Av. Santos Dumont, 227 - Belo Horizonte.

O BANCO DO BRASIL E O CRÉDITO AGRÍCOLA

Aos presidentes de todas as associações rurais do país, dirigiu-se o Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, em 29 de novembro último, com o seguinte ofício:

Ilmo. Snr. Presideste

"A Sociedade Nacional de Agricultura vem ativando, nos últimos tempos, a sua campanha em favor do crédito agrícola ao pequeno produtor. Convocada pelo Sr. Presidente da República, compareceu a uma reunião presidida por S. Ex.", onde expoz os seus pontos de vista no sentido de difundir no Brasil o crédito, fácil e rápido, ao pequeno produtor, como meio eficiente de aumentar a nossa produção agrícola.

Felizmente, foram integralmente aceitos os seus pontos de vista, tendo o Banco do Brasil recebido instruções para por em prática o plano sugerido. Agora, em resposta a uma consulta dirigida pela Sociedade ao referido Banco, recebemos a carta de que juntamos cópia, e cuja parte final nos parece de grande interesse para essa Associação e em geral para os produtores locais. Seria conveniente que essa Associação não só tornasse extensiva nos agricultores e criadores em geral o conhecimento dessa deliberação do Banco do Brasil, como procurasse conhecer, do ponto de vista prático, como se vai processando a distribuição do crédito local, dando de tudo conhecimento a esta Sociedade.

É mais um passo para o almejado crédito agrícola no Brasil, há tantos anos dificultado por inúmeros embaraços, que nos cumpre afaslar em benefício da classe rural do país.

Queira aceitar os nossos protestos de elevada consideração e apreço".

Eis a carta do Banco do Brasil:

"CÓPIA — BANCO DO BRASIL S.A.
— Direção Geral — Caixa Postal 1150.

— Telegramas "SATELGERAL". É favor citar na resposta: Sagri — 48-190 1119-567. — Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1943.

À Sociedade Nacional de Agricultura
— Av. Franklin Roosevelt n.º 115 —
Nesta.

Snr. Presidente

Em resposta ao telegrama de 19 de outubro último, em que essa Associação pede informações sobre as normas pelas quais são feitos por este Banco os financiamentos a "pequenos produtores", aprez-nos informar que, desde 17-10-43, autorizamos nossas Agências a conceder aos "pequenos produtores", cujo patrimônio não excedesse Cr\$ 100.000,00, financiamentos para custeio de suas lavouras, até a importância de Cr\$ 20.000,00, na forma do Regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, mediante o penhor agrícola das respectivas colheitas, pelo prazo necessário à ultimateção destas, acrescido de 30 a 60 dias para facilitar a sua colocação, com observância do disposto na Lei 192, de 30-8-37, e no decreto-lei 4360, de 5-6-42, facultadas, entretanto, as seguintes concessões especiais:

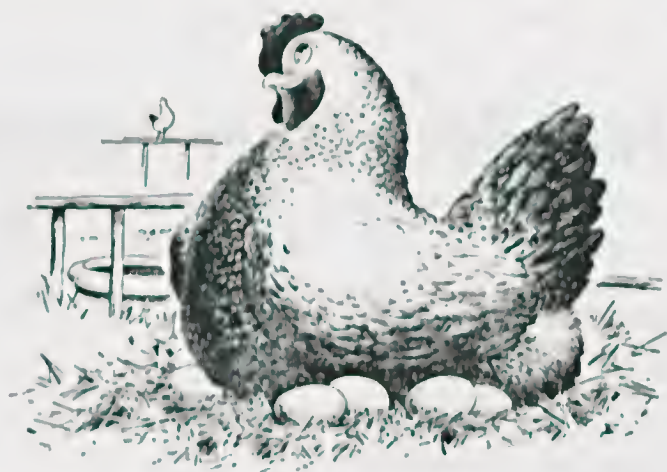
a) dispensa da prévia estimativa da colheita por avaliador remunerado;

b) dispensa de certidões negativas de impostos, ônus sobre bens imóveis, ações cíveis e criminais;

c) dispensa de organização de ficha cadastral exigida pelas normas gerais de serviço, a qual é substituída por ficha especial, de confecção simples e resumida;

d) dispensa da garantia subsidiária comumente exigível nos financiamentos de culturas periódicas;

e) inclusão, no orçamento, das despesas contralunús, quando o credilado



HÁ COISAS QUE NÃO PODEM SER APRESSADAS...

Os processos da Natureza são lentos... Do ovo ao plato... ou entre a seleção dos ingredientes naturais da boa cerveja e o seu engarrafamento, há um longo período de maturação, que se faz vagarosamente... Por várias semanas, o Brahma Chopp fica em absoluto repouso, amadurecendo e fermentando em gigantescas dornas. Assim é que ele absorve todos os princípios nutritivos do malte e aquele aroma e sabor amargo agradável do lúpulo. É a razão da super-qualidade do Brahma Chopp - a boa cerveja que o Sr. e todos tanto apreciam.

**Brahma
Chopp**
EM GARRAFA OU EM BARRIL



Esta se reconhece
pelas espumas da
Brahma Chopp, le-
vadas em dornas, à
tarde, em todas
as partes e medias
do mundo, a tor-
do ou a noite, pois
há de ser.

Exatid 1949

PRODUTO DA CIA. CERVEJA BRAHMA S. A. D. - RIO DE JANEIRO - S. PAULO - CURITIBA - P. ALTORE - P. FUNIL

não dispuser de recursos suficientes para pagá-las; e

f) fornecimento da primeira parcela do crédito aberto antes da inscrição do penhor, que será providenciada pelas próprias Agências do Banco.

2. Recentemente, porém, a fim de facilitar a concessão dos empréstimos da Carteira para custeio de lavouras, em benefício da produção agrícola do país e em jo aumento convém fomentar, deliberamos estender essas concessões especiais a todos os casos de empréstimos até Cr\$ 20.000,00, destinados a

custeio de lavouras, ainda que os interessados possuam patrimônio acima de Cr\$ 100.000,00 ou a lavoura a financiar comporte empréstimo superior a Cr\$ 20.000,00, deliberação esta da qual já foram as nossas Agências científicas em 22-10-48.

3. Sendo o que se nos oferece, aproveitamos a oportunidade para manifestar-lhe nosso apreço.

OC/LB pelo BANCO DO BRASIL S/A,
Edgard Maciel de Sá, João Batista Pinheiro".

Sociedade Nacional de Agricultura

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

(1.ª e 2.ª Convocações)

Aos sócias beneméritos, remidos, honarários e efetivos, a Secretário da S. N. A. enviou pela correio, o seguinte circular:

Presada consócia:

Temos o prazer de convidá-lo para a Assembléia Geral Ordinária que, em 1.ª convocação, se realizará no sede desta Sociedade, à Av. Franklin Roosevelt n.º 115, 6.º andar, às 17 horas do dia 17 de março deste ano, para a seguinte ordem do dia:

- a) leitura da Relotória;
- b) parecer da Comissão de Contos;
- c) eleição do novo Diretorio e Conselho Superior para o biénio 1949-1950.

Juntamos um modelo de procuração para, no caso de não lhe ser possível comparecer pessoalmente, designar um representante, que poderá ser escolhido dentre os diretores da Sociedade, constantes do relatório inclusa. De acordo com o art. 56 dos Estatutos, caso não haja número (2/3 dos sócios quites) no 1.ª convocação, fica o presado consócio desde já convidado para a Assembléia, que se realizará em 2.ª e última convocação, às mesmas horas e no mesmo local, na dia 24 da referida mês de março.

Antecipando agradecimentos, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhe os protestos de elevado estima e consideração.

Arthur Tôrres Filho, Presidente.

O Mate no Plano Salte

Na parte expositiva do PLANO SALTE enviada pelo governo à Câmara, o mate seria incluído, como era natural no SETOR ALIMENTO. Apontava-se, ali, uma série de medidas de amparo ao importante produto, mas todas mais ou menos líricas.

Mais objetivo foi o Parlamento.

Suprimiu a parte irrealizável do projetado amparo, e, por meio de medidas objetivas, permitiu a protecção à cultura e o financiamento da produção, resguardando, ao mesmo tempo, interesses dos industriais, dos pequenos produtores e das cooperativas, beneficiando, enfim, a própria economia herveteira nacional.

Foi uma vitória do bom senso, a que se conseguiu na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados e um grande quinhão dela se deve ao dinamismo realizador do Sr. Generoso Ponce, presidente do I.N.M.

A emenda vitoriosa foi defendida pelo deputado pelo Paraná, Sr. Lauro Sodré Lopes.

(Transcrito do Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, de 16-2-1949)

SENADO FEDERAL

Referências honrosas à Sociedade Nacional de Agricultura

No 179.^a Sessão da Senada Federal, de 26 de novembro do ano passada, (Diário do Congresso Nacional, de 27-11-48, p. 12458), o ilustre Senador Apolônio Salles, relator da comissão de Finanças, apresentou emendas, aprovadas em parte, aumentando, uma, a verba de auxílio à Sociedade Nacional de Agricultura, outra, concedendo à mesma Sociedade auxílio especial para a continuação da "Casa da Agricultura", sua futura sede.

Com maiores recusas para os seus serviços normais, poderá agora a Sociedade desenvolver suas atividades e atender a crescentes despesas, originárias de serviços extraordinários, como a do organização rural, a de representação permanente, em vários órgãos, do Governo, publicações etc.

Mas, a que mais sensibilizou a Sociedade, não foi o aumento da sua dotação, em si, mas os termos, altamente honrosos, com que o ilustre Senador, ao submeter à consideração da Câmara Alta as suas indicações, se referia a S. N. A.

Daqui ficom, de publico, as melhores agradecimentos ao Senador Apolônio Salles e aos demais ilustres membros da Senada Federal, pela alta apreza assim demonstrada pelo modesto trabalho da Sociedade em benefício da nossa Agricultura.

Eis a justificação das proposições:

EMENDAS N.º 86

Verbo 3 — Consignação 1 — Diversos.

06 — Auxílios, Contribuições e Subvenções.

Onde se lê:

c) A Sociedade Nacional de Agricultura	100 000,00
Leia-se	
c) A Sociedade Nacional de Agricultura	200 000,00

Justificação

Dentre as instituições que mais e valiosos serviços têm prestado ao país, destaca-se a Sociedade Nacional de Agricultura como das mais prestimadas e úteis à coletividade. Seria difícil resumir a sua permanente, eficaz e patriótica atuação em benefício da nossa Agricultura, no seu meio século de existência. Pode-se dizer, sem receia de erro, que a essa Sociedade estão igados, após a implantação do regime republicano, todas as iniciativas tendentes ao nosso reerguimento econômico. Os congressos nacionais e internacionais, que tem promovido, as exposições agrícolas e pecuárias, cujas séries, iniciadas pela Sociedade, são hoje, seguidas pelo Governo; as publicações, a legislação rural, como os sindicatos agrícolas, o cooperativismo, a crédito agrícola, nada enfim, tem sido feito sem a iniciativa ou a participação da velha instituição a começar pelo próprio Ministério da Agricultura, cuja idéia surgiu no seu seio, corporificando-se numa conclusão do 1.^o Congresso Nacional de Agricultura, por ela promovida e realizada em 1901. Onde, porém, mais se tem feito sentir a atuação da Sociedade Nacional de Agricultura, é

na principia, inscrita em seus estatutos, desde 1897, da arregimentação da classe rural, cuja natural dispersão não permitiu ainda a sua completa organização. Esse abjetivo vem sendo perseguido sem desfalecimentos e, graças ao Decreto-lei n.º 8.127, de sua inspiração, pode-se já considerar vitoriosa a organização nacional da classe rural brasileira. Tendo surgido num momento de grave depressão econômica com a agricultura abandonada, inclusive pela extinção do Ministério da Agricultura, que existia no Império, assumiu a Sociedade o papel daquele órgão, lançando-se a uma propagação pela volta aos campos, abandonados pela braça escrava, e de estímulo à produção, distribuindo plantas, sementes, folhetos, pleiteando favores — o que lhe valeu merecer dos governos de então as mais honrosas encargas e receber dotações arcamentárias, rigorosamente aplicadas, com grande benefício ao aumento e melhoramento da produção. Com a criação do Ministério da Agricultura, as verbas que lhe eram destinadas para distribuição de sementes e plantas — e o este serviço se deve a fruticultura, principalmente de gêneros citrus, em tôrta da Distrito Federal e nos Estados próximos — lhe foram retiradas, continuando a Governo, contudo a conceder-lhe uma subvenção anual, com que a instituição mantém, e ainda mantém, importantes serviços, vista que do homem do campo, pouco ofeito ao espirito de associação, muito pouco pode exigir, através de contribuições sociais. Esse auxílio era, até 1930 de Cr\$ 153.000,00 anuais. Com o advento da Revolução de 1930, foi essa verba cortada, passando a Sociedade por grave crise financeira, até que lhe foi destinada, em orçamento, anos depois, a dotação de Cr\$ 100.000,00, que vem sendo mantida. O seu funcionalismo teve de ser reduzida ao mínimo, e todas as despesas sensivelmente cortadas, o fim de se acomodar os gastos à diminuição do auxílio, diminuição essa acentuada nos últimos anos, com o encarecimento das utilidades. Só a manutenção da revista "A Lavoura" que é na imprensa especializada talvez a mais antiga em toda o Brasil, vai a maior parte desse auxílio, tendo de ser sacrificados outros serviços, a fim de não ficar interrompida uma publicação com expressão até no estrangeiro. Tendo tomado a si a organização da Confederação Rural Brasileira, como decorrência da organização da classe rural, previsto no Decreto-lei n.º 8.127, tem de realizar despesas que têm ido desde a hospedagem, em épocas diversos das reuniões da respectiva comissão, até a pequenos auxílios para a instalação de estações locais, sem falar-se no volumoso expediente telegráfico e postal, com as despesas tipográficas correspondentes. Eis porque consideramos justo o aumento pleiteado, do auxílio do Governo Federal à Sociedade Nacional de Agricultura, real colômbio das padentes públicas como parte integrante de numerosas comissões permanentes, a que pertence como a Conselho Federal de Comércio Exterior, a Comissão Central de Preços, a Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior, a Comissão de Revisão de Tarifas Aduaneiras, a Instituto Brasileiro de Educação e Cultura, a Comissão Perma-

nente de Exposições e Feiras a Comissão Permanente de Estradas de Rodagem, a Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção, além de outras incumbências de caráter especializado com que, frequentemente, lhe distingue o Governar. Mantém em funcionamento, há cerca de 50 anos, nesta Capital, uma Escola de Horticultura, que tem dada ao país numerosas e eficientes técnicas, sendo a sua ação, em todas as setas de nossa atividade agrícola e econômica, geralmente tida na mais alta conta, pois que sempre cantou nos seus quadros dirigentes, com legítimas expressões de devotamento, cultura e espírito pública, como seria de citar, dentre outras, Enes de Sousa, a Barão de Capanema, Venceslão Bello, Laura Muller, Miguel Calmon, Lyra Castro e Simões Lapes.

Aprovada.

EMENDA N.º 89

Verba 4 — Consignação IX — Obras em Caa-peração.

Acrescenta-se:

À Sociedade Nacional de Agricultura para construção da "Casa da Agricultura" e da Confederação Rural Brasileira	Cr\$ 1.000,00
---	------------------

Justificação

Houve por bem a Governar Federal fazer doação, à Sociedade Nacional de Agricultura, de um terreno na Cidade para aí ser levantada a "Casa da Agricultura", para sua sede, e que também abrigará a futura Confederação Rural Brasileira.

Quis com isso a Governar demonstrar a elevada conceito em que tem a veterana instituição, e, por outra lado, manifestar a seu apreço à grande classe laboriosa dos lavradores e criadores nacionais, tão bem representada pela Sociedade Nacional de Agricultura, na Capital da República.

Vencidas as dificuldades iniciais, a construção começou. Grande parte dos recursos financeiros necessários foram já obtidas por empréstimo na Caixa Econômica, não porém, em volume que baste para a terminação da magestosa edificação. Esse financiamento foi obtido graças ao Decreto-lei número 8.594, de 8 de janeiro de 1946, da Presiden-

te Linhares, o qual permitiu à Sociedade hipotecar o terreno e suas benfeitorias.

Com esse edifício, pretende a Sociedade Nacional de Agricultura colocar a classe rural em pé de igualdade com outras respeitáveis classes profissionais que na Capital da República, apresentam aos olhos do público magestosas edificações como sedes de suas associações representativas. Em relação ao que se dá com os nossos vizinhos do Prata, cujas respectivas associações rurais, em Montevideo e Buenos Aires, têm sede em verdadeiras palácios, estamos hoje sensivelmente inferiorizadas, não sendo demais, pois, que procuremos sanar essa falha.

Na "Casa da Agricultura", onde se abrigará a futura Confederação Rural Brasileira, pretende a Sociedade, além das instalações comuns às associações de sua categoria, fazer funcionar uma grande Biblioteca especializada, reinstalar o seu Museu Agrícola e organizar serviços de informações úteis aos lavradores e criadores do país, bem como manter dependências destinadas às representações das federações estaduais onde os agricultores de todo o país, quando de passagem por essa Capital, se achem cercados de todas as facilidades e apoiadas moral e materialmente na que necessitem.

Seria, pois, completar o ata oficial da doação do terreno um auxílio da Governar à "Casa da Agricultura Brasileira", já que de recursos próprios, ca pazes de atender à despesa prevista, não dispõe a Sociedade Nacional de Agricultura. Esgotada que seja a soma fornecida pela Caixa Econômica terá a Sociedade de procurar obter através de uma segunda hipoteca, o reforço de que carecerá para terminação da obra. Tratando-se de patrimônio inalienável, em face mesmo dos termos de decreto de doação do terreno, cam retorna dêste e de todas as suas benfeitorias ao Dâminio da União, casa se verifique extinção da Sociedade ou a desvirtuamento das suas finalidades estatutárias, justifica-se o auxílio proposto, tanto mais que êle vai atingir em sua intenção e efeitos a grande classe rural do país.

E estamos certas de que tal ajuda seria recebida como inequívoca prova do interesse da Governar par suas iniciativas e inspirações.

Sala das Sessões, de novembro de 1948.

Aprovada Subemenda.

Reduzindo a verba para Cr\$ 500.000,00.

COMPANHIA SIDERURGICA BELGO - MINEIRA

USINAS EM SABARÁ E MONLEVADE

ESCRITÓRIO CENTRAL DE VENDAS:

— Avenida Nilo Peçanha, 26 —

RIO DE JANEIRO

Via

RADIOBRAS

O Serviço Radiotelegráfico e Radiotelefônico

Direto que alcança o mundo inteiro.

Para ter certeza de que seu telegrama para o exterior será recebido com a maior rapidez possível, — chame um mensageiro da “Via RADIOBRAS”.



Para obter a sua ligação radiotelefônica com o exterior, chame a Central Telefônica “Via RADIOBRAS”, através dos telefones abaixo indicados.

Rio	S. Paulo	Santos	Recife
Av. Rio Branco, 48	Rua S. Bento, 357	R. 15 de Novembro, 86	Av. Rio Branco, 162
Av. Rio Branco, 243	Tel. 3-4111	Tel. 2-7194	Tel. 9291
Tel. 23-2177			
Av. Copacabana, 354			

As Feiras Na Bacia do São Francisco (1)

ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

O dia de feira é sempre um dia de atividade econômica e social.

As feiras reúnem nas cidades, nas vilas ou nos povoados em que se realizam, geralmente em dia certo e determinada da semana, da mês ou da ana, os lavradores, os criadores e os trabalhadores rurais das localidades próximas.

Nelas são expostas à venda os gêneros de produção local e, bem assim, arodutas de outras pra-

cedências. As feiras favorecem a circulação das mercadorias e, em consequência, concorrem para o desenvolvimento econômica das circunscrições em que se realizam.

No bacia do São Francisco, como vemos pela relação abaixo, realizam-se feiras, num total de 336 par semana, em várias localidades (cidades, vilas e povoados) de 72 municípios.

ESTADO DE ALAGOAS

Litoral e Mato

Caruripe — cidade	Sábada
Mamossari — povoada	Domingo
Igreja Nova — cidade	Sábada
Salamé — vila	Segunda feira
Pôrto Real do Colégia — cidade	Sábada
Piassabussu — cidade	Sábada
Barra de Itiuba — povoada	Domingo
Girau de Itiubo — povoada	Domingo

Sertão do Boixo São Francisco

Água Branca — cidade	Segunda feira
Delmira — vila	Sábada
Paricanha — povoada	Domingo
Arapiraca — cidade	Segunda feira
Feira Grande (Mucomba) — vila	Sábada
Craiba vila	Sábada
Marechal Floriana — cidade	Sábada
Lagoa da Canoa — vila	Quarta feira
Pão de Açúcar — cidade	Segunda feira
Cabaço — povoada	(●)
Guaribas — povoada	Domingo
Jacaré das Homens — povoado	Sexta feira
São José — cidade	Sábada
Traipú — cidade	Sábada
Batalha — povoada	Sábada
Belo Monte — vila	Domingo
Campo Grande — povoado	Domingo
Capivara — povoada	Domingo
Lagoa Comprida — povoada	Domingo
Ponciano — vila	Segunda feira

Sertão

Polmeira das Índias — cidade	} Sábada
Cacimbinha — vila	
Canafestula — povoada	Quarta feira
Lages — povoada	Sábada
Minador Negrão — povoada	Segunda feira
Olhos d'Água do Acioli — vila	Domingo
	Domingo
	Terça feira

ESTADO DE SERGIPE

Litoral

Japaratinga — cidade	Sábada
Outeirinhos — usina	Domingo

(1) Inquérito realizado em 1943.

(●) O informante omitiu o dia da semana em que se realiza a feira.

Japoatã — cidade
 Pacatibo — vila
 Muribeca — cidade
 Floriano Peixoto — povoada
 Neópolis — cidade
 Betunia — povoada
 Prapriá — cidade

Segunda feira
 Sábado
 Domingo
 ●
 Sexta feira
 Domingo
 Sábado

Sertão do Baixo São Francisco

Canhoba — cidade
 Ampara — povoada
 Nossa Senhora de Lourdes — povoada
 Garurú — cidade
 Itabi — vila
 Pôrto da Fôlha — cidade

Segundo feira
 Domingo
 Domingo
 Segunda feira
 Sábado
 Segunda feira

Sertão

Aquidabã — cidade
 Nossa Senhora da Glória — cidade
 Angica — povoada
 Monte Alegre — povoada

Domingo
 Segunda feira
 Sábado
 Domingo
 Domingo

ESTADO DE PERNAMBUCO

Agreste

Bom Conselho
 Barrada Breja — povoada
 Caldeirões — vila
 Lagoa São José — povoada
 Iatecá — vila
 Princesa Isabel — povoada
 Saló — vila
 Santa Terezinha — povoada

●
 Sexta feira
 Quarta feira
 Segundo feira
 Domingo
 Quarta feira
 Quarta feira
 Quarta feira

Sertão Alto do Leste

Águas Belas — cidade
 Cabocla — povoado
 Curral Nova — povoada
 Iati — vila
 Itaiba — vila
 Negres — povoado
 Tanquinhas — povoada
 Santa Rosa — povoada
 Arcaverde — cidade
 Buíque — cidade
 Catumbas — povoada
 Carneiro — povoado
 Guanumbi — vila
 Pilões — povoado
 Tupanatinga — vila

Segunda feira
 Domingo
 Sábado
 Quinta feira
 Sábado
 Domingo
 Domingo
 Domingo
 Domingo
 Domingo
 Domingo
 Domingo
 Domingo
 Segunda feira
 Quinta feira
 Sexta feira

Sertão Baixo

Custódia — cidade
 Betania — vila
 Inga — povoada
 Muravilha — povoada
 Quintimbu — povoado
 Subá — povoado
 Samambara — povoada
 São Caetano — povoado
 Moxatá — cidade
 Ambedor — fazenda
 Ibimirim — vila
 Inajá — vila
 Jeritoca — povoado
 Manari — vila

Segunda feira
 Segunda feira
 Domingo
 Sábado
 Sábado
 Domingo
 Sábado
 Sábado
 ●
 Sábado
 Sexta feira
 Domingo
 Segunda feira
 Domingo
 Domingo



Mariana — povoado	Terça feira
Puíú — povoado	Domingo
Parnamirim — cidade	Sábado
Barro — povoado	Sexta feira
Chinun — povoado	Quarta feira
Icaicara — vila	Segunda feira
São Domingos — povoado	Quarta feira
Terra Nova — vila	Quinta feira
Veneza — vila	Terça feira

Sertão Alto do Oeste

Afogados de ingazeira — cidade	Sábado
Ingazeira — vila	Domingo
Macacos — vila	Segunda feira
Solidão — vila	Domingo
Tabira — vila	Quarta feira
Tuperetama — vila	Segundo feira
Exú — cidade	Sábado
Timorante — vila	Domingo
	Segunda feira
Viração — vila	Terça feira
Flares — cidade	Segunda feira
Alagoa do Cruz — povoado	Segunda feira
Calumbi — vila	Quarta feira
Carnaiba — vila	Quarta feira
Ibitiranga — vila	Segunda feira
Quixaba — povoado	Sábado
São João dos Leites — povoado	Domingo
Sítia Nunes	Sábado
Ouricuri — cidade	Sábado
Cruz de Malta — vila	Sábado
Manacá — vila	Sábado
Serra Bronca — vila	Segundo feira
Solgueiro — cidade	Sábado
Conieição das Crioulas — vila	Domingo
Lagoa — povoado	Domingo
Uman — povoado	Domingo
Turdilho — povoado	Domingo
Verdejante — vila	Segunda feira
São José do Egito — cidade	Sábado
Banfim — povoado	Domingo
Itapetim	Quarta feira
Piedade — povoado	Domingo
Riacho do Meio — povoado	Sexta feira
Santa Teresina — povoado	Segunda feira
São Vicente — povoado	Segunda feira
Tamborie — povoado	Sexta feira
Tigre — vila	Terça feira
Serrita — cidade	Segunda feira
Caririmirim — vila	Segunda feira
Cedra — povoado	Domingo
Ipuêra — vila	Sábado
Mato do Boi — povoado	Domingo
Ori — vila	Domingo
Sítio dos Moreiros	Domingo
Triunfo — cidade	Quarta feira
	Sábado
Brocotó — vila	Segunda feira
Fátimo — povoado	Segunda feira

ESTADO DA BAHIA**Sertão Nordeste**

Campa Formosa — cidade	Sábado
Bonaneiras — povoado	Sábado
Breja da Grota — povoado	Sábado
Caldeirão do Mulato — povoado	Sábado
Ipomirim — povoado	Sábado
Itingo — povoado	Segundo feira
Pindobaçu — vila	Segunda feira
Poços — povoado	Segunda feira

Tuitiga — povoado	Segundo feira
Vargem Grande — povoado	Segunda feira
Jeremaabo — cidade	Sábado
Arranca — povoado	Domingo
... Iguaíba — vila	Sábado
Canché — vila	Sábado
Cipo de Leite — povoado	Segunda feira
Santa Brigida — povoada	Segunda feira
Vataruna — vila	Sábado
Sítio da Quinto — povoado	Segunda feira

Central

Jacobina — cidade	Sábado
Caatinga da Moura — povoada	Segunda feira
Caem — vila	Sábado
Fafelândia — povoada	Sexta feira
Gonçalo — povoada	Segunda feira
Itapeipú — vila	Sábado
Itapicurú — povoado	Segunda feira
Nova Olinda — povoada	Segunda feira
Ouro Branco — povoada	Segunda feira
Pedras Altas — povoada	Quinta feira
São José — povoada	Quarta feira
Itaitú — vila	Segunda feira
Serrate — povoada	Sábado
Varzea Nova — povoada	Sábado

Sertão do São Francisco

Casa Nova — cidade	Sábado
Sobrada — vila	Sexta feira
Lagoa da Alegre — povoado	Domingo
Ouricuri — povoado	Segunda feira
Curaçó — cidade	Segunda feira
Barra Vermelha — vila	Quarta feira
Charrochó — vila	Quarta feira
Farmasa — povoada	Domingo
Ibó — vila	Segunda feira
Lagoa — povoado	Sábado
Icazeira — povoado	Domingo
Patamutê — vila	Sábado
Pedra Branca — povoado	Sábado
Poço de Fara — povoado	Quarta feira
Reacha Seco — povoado	Quarta feira
São João — povoado	Domingo
São José — povoado	Segunda feira
Vargem da Emo — povoado	Sábado
Glória — cidade	Segunda feira
Barra de Paula Afonso — povoado	Sábado
Barro do Tarrachil — povoado	Quinta feira
Macururé — vila	Terça feira
Juazeiro	●
Carnaíba — povoado	Segunda feira
Itamatinga — vila	Sábado
Jurema — vila	Segunda feira
Pilão Arcado — cidade	Sábado
Sento Sé — cidade	●
Batateira — povoado	●
Mimosa — povoado	●
São Pedro — povoado	●

Chapada Norte

Ibitiara — cidade	Sábado
Brejo Luiza de Brito — povoado	Sábado
Cachoeira — povoado	Sexta feira
Ibipitanga — vila	Segunda feira
Marcelino — povoado	Sexta feira
Olhos d'água do Sêro — povoado	Segunda feira
Olhos d'água do Seratim — povoado	Sexta feira
Remédios — vila	Sábado
Itacê — cidade	Segunda feira

América Dourada — vila	Sábado
Chapada Dias — povoado	Segunda feira
Lagoa — povoado	Sábado
Lopão — povoado	Sábado
Ibitibá — vila	Sábado
Macaúbas — cidade	Sábado
Çude — Macaúbas	Sexta feira
Jaquira — vila	Segunda feira
Zanitiba — vila	Sexta feira
Saturama — vila	Segunda feira
Lagoa Clara — povoado	Segunda feira
Batupurã — vila	Segunda feira
Bucuituba — vila	Sábado
Marra do Chapéu — cidade	Sábado
Barra Alto — cidade	Sábado
Utinga — vila	Segunda feira
Banita — povoado	Sábado
Cafarfauni — povoado	Sábado
Dias Caelho — vila	Sábado
Duas Barras — povoado	Sábado
Fedegazas — povoado	Sábado
Formosa — povoado	Sábado
Mante Alta — povoado	Sábado
Mulungú — povoado	Sábado
Gameleira — povoado	Sábado
Uraçã — povoado	Sábado
Varzea da Cerca — povoado	Sábado
Ventura — vila	Sábado
Volta Grande — povoado	Sábado
Oliveira das Brejeirinhas — cidade	(●)
Bom Sossêgo — vila	(●)
Ipuçaba — vila	(●)
Quixaba — vila	
Santa Inácia — cidade	Sábado
Gentia do Ouro — vila	Sábado
Ibiçaba — vila	Sábado
Poças — povoado	Sábado

Chapada Sul

Oaetitê — cidade	Sábado
Igaporã — vila	Quarta feira
Brejinho das Amestistas — vila	Sábado
Caldeiras — vila	Sábado
Lagoa Real — vila	Segunda feira
Maniaçú — vila	Sábado
Santa Luzia — povoado	Segunda feira
Guanambi — cidade	Segunda feira
Cerafina — vila	Domingo
Mutans — vila	Sábado
Cândida — vila	Domingo
Jacaraci — cidade	Sábado
Irundiara — povoado	
Mortugaba — vila	Sábado
Paial — vila	
Riocho de Santana — cidade	Sábado
Matina — vila	Domingo
Campinas — povoado	Segunda feira
Paramirim — cidade	Sábado
Água Quente — vila	Sábado
Caraiabas — povoado	Segunda feira
Ibiajora — vila	Sábado
Rio da Pirês — povoado	Sexta feira
Urandi — cidade	Sábado
Duas Passagens — povoado	Domingo
Pindai — vila	Sábado
Jurema — povoado	Domingo
Tauape — vila	Sábado
Guirapá — vila	Domingo

Médio São Francisco

Barra	Sábado
Birabo — vila	Sábado
Bom Jesus da Lapa — cidade	(●)
Corinhunha	Sábado
Côcos — vila	Sábado
Iuiu — vila	Sábado
Xique Xique — cidade	Sábado
Central — vila	Sábado
Uibaí — vila	Domingo

Planalto da Oeste

Angical	(●)
Brejo Velho — vila	Domingo
Cantinho — povoado	Sábado
Lagoa — povoado	Domingo
Missão — povoado	Domingo
Mariquita — vila	Domingo
São João — povoado	Sábado
Taboas — povoado	Domingo
Barreiras	(●)
Boa Esperança — povoado	(●)
Tapinacanga — vila	(●)
Canabrova — povoado	Sábado
Cotão — vila	Sábado
São Desidéria — vila	Sábado
Tbuá — povoado	Sábado
Várzea — vila	(●)
Correntina — cidade	Sábado
Coteçpe	(●)
Canabrava — povoado	Sábado
Santana — cidade	Sábado
Peamar — vila	Sábado
Santa Maria — da Vitória — cidade	Sábado
Coribe — vila	Sábado

ESTADO DE MINAS GERAIS

Itacambiro

Espinosa — cidade	Sábado
Itamirim — vila	Domingo
Mamonas — vila	Domingo
Grão Mogol — cidade	Sábado
Barroco — povoado	Sábado
Batumirim — vila	Sábado
Catuai — vila	Sábado
Cristália — vila	Sábado
Itacambiro — vila	Sábado
Porteirinho — cidade	Sábado
Riacho dos Machados — vila	Sábado
Serraópolis — vila	Sábado

Médio São Francisco

Francisco Sá — cidade	Sábado
Barreiro da Raiz — povoado	Sábado
Canabrava — povoado	Sábado
Janauba — vila	Sábado
Sapé — povoado	Sábado

Alto São Francisco

Bocauva — cidade	Sábado
Guaraciara — vila	Sábado
Vargem Mimosa — vila	Sábado

Metolúrgico

Conceição do Mato Dentro — cidade	Sábado
-----------------------------------	--------

O movimento anual das feiras varia de uma para outra localidade e, segundo os elementos colhidos, verifica-se que apresentam maior vulto, entre as cidades, as feiras realizadas nos municípios de Buique, Guanambi, Custódia, Espinosa, Grão Mogol, Aquilabá, Angical, Propriá e Gorurú.

Devem os poderes públicos facilitar a realização das feiras pelo muito que concorrem para o desenvolvimento econômico das zonas tributárias e para o fortalecimento das relações sociais no interior do país.

BANCO DO BRASIL S. A.

1808 — 1949

Sede: — Rua 1.^o de Março, n.^o 66 — Rio de Janeiro (DF)



TAXAS DE DEPÓSITOS

DEPÓSITOS SEM LIMITE	2 % a.a.
DEPÓSITOS POPULARES (limite de Cr\$ 10.000,00).....	4 ½ % "
DEPÓSITOS LIMITADOS:	
Limite de Cr\$ 50.000,00	4 % "
Limite de Cr\$ 100.000,00	3 % "
DEPÓSITOS A PRAZO FIXO:	
Por 6 meses	4 % "
Por 12 meses	5 % "
COM RETIRADA MENSAL DE JUROS:	
Por 6 meses	3 ½ % "
Por 12 meses	4 ½ % "
DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO:	
30 dias	3 ½ % "
60 dias	4 % "
90 dias	4 ½ % "



LETRAS A PRÊMIO (sêlo proporcional).

2^o Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.



O Banco faz tôdas as operações do seu ramo — descontos, empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências, etc., e mantém filiais ou correspondentes nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo no Distrito Federal, além da Agência Central, na Rua 1.^o de Março n. 66, mais as seguintes:

Bandeira, Rua Mariz e Barros, n. 44 — Botafogo, Rua Voluntários da Pátria, n. 449 — Campo Grande, Rua Campo Grande, número 100 — Copacabana, Avenida Nossa Senhora de Copacabana, n. 1.292 — Glória, Rua do Catete, n. 238 — A — Madureira, Rua Carvalho de Souza, n. 299 — Méier, Avenida Amaro Cavalcanti, n. 95 — Ramos, Rua Leopoldina Rego, n. 78 — São Cristóvão, Rua Figueira de Melo, n. 360 (esquina da Rua S. Cristóvão) — Saúde, Rua do Ilvramento, n. 63 — Tijuca, Rua General Roca, n. 661 — Tiradentes, Rua Visconde do Rio Branco, n. 52.

Além das operações normais, a Agência Metropolitana da Glória está habilitada a receber depósitos fora das horas de expediente, quer durante o dia, quer à noite, utilizando-se do Receptor Automático instalado na referida Agência, e a Metropolitana de Copacabana oferece, mediante módulo aluguel mensal, cofres de vários tipos para guarda de valores (títulos, jóias, etc.) em casa forte dotada de moderno equipamento.

OS EUCALIPTOS ⁽¹⁾

LUIZ SIMÕES LOPES

1.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Eucalyptus é um gênero da grande família das Mirtáceas, tribo das *Leptospermoideae* e subtribo dos *Leptospermae-Eucalyptimae*.

Esse gênero encerra mais de quatrocentas espécies e variedades no seu quase totalidade originárias da Austrália, onde constituem as mais densas e vastas florestas. Hoje em dia vegetam em quase tôdas as partes do globo, em condições satisfatórias, graças às suas raras qualidades de aclimação.

São plantas que, em geral, atingem grandes dimensões encontrando-se, todavia, algumas espécies de porte mediano e mesma pequeno, sendo grande o influêncio do meio sôbre a seu desenvolvimento.

Caracterizando os eucaliptos, diz o botânico do Serviço Florestal, J. G. Kuhlmann, — "O seu principal característico está em serem os seus frutos loculicidas, com ou sem projeção, apical e com 2-8 lóculos, abrindo-se estes de diversas modos na ápice

Os lóbulos do cálice são indistintos ou nulos, os pétalos são conexos em forma de capuz ou cartucho afunilado, que cai inteiro.

A descência das anteras é longitudinal, transversal ou apical e poricida, tendo entre os tecos, no ápice do filete, uma pequena glândula.

No preantese os estames estão fortemente inflexos e após o antese distendem-se e caem rapidamente.

As sementes das espécies de eucaliptos são pequenas, poligonais ou mais ou menos compridas e envolvidas por uma pequena membrana.

O tronco é, geralmente, muito direito, de casca lisa, ou rugosa, conforme a espécie; os ramos inferiores são de crescimento limitada e caducos; a sua fronde é pouco densa e muito pouco ramificada, principalmente não estando as árvores demasiadamente afastadas entre si.

Os *Eucalyptus*, além dos característicos acima indicados, têm as fôlhas alternas e impregnadas de essências voláteis".

Clima

Os eucaliptos prosperam nas mais diversos climas, variando as exigências com as diferentes espécies. Alguns suportam bem a secura e os prolongados colares da Austrália Central, outras, a clima úmido e frio da Escócia.

Parece, porém, fora de dúvida que os eucaliptos não podem ser cultivados, com vantagem, como essência florestal, em regiões de constante calor uniforme e grande umidade atmosférica, porque precisam de um período anual de repouso, que lhes pode ser proporcionado por alguns meses de seca ou queda de temperatura.

Solo

Os eucaliptos são pouca exigentes quanto à fertilidade do solo, mas isso não indica que não preferam as boas terras. Como essências florestais em geral, eles são mais exigentes em relação às condições físicas do solo do que às químicas e pode-se dizer que são condições ótimas os solos frescos, profundos e permeáveis, vegetando esse gênero satisfatoriamente, muitas vezes, em lugares pouco favoráveis. Nas culturas econômicas de eucaliptos, devem ser evitados os terrenos poucos profundos, de sub-solo impermeável ou que assentem sôbre rochas, tendo-se sempre a cuidado de, previamente proceder à escolha da espécie.

Escolha da espécie

Não se pode preferir arbitrariamente esta ou aquela espécie; cada espécie tem as suas exigências particulares, necessitando regiões adequadas. Pela exposta, conclui-se que devemos escolhê-las de acôrdo com as condições de clima e de solo de que dispomos e com a aplicação que desejarmos dar às nossas matas de eucaliptos. Abaixo damos a classificação feita por Navarra de Andrade das espécies para os diversos climas e solo.

ESPÉCIES PARA REGIÕES TROPICAIS

Albergiana, alba, argillacea, aspera, brochya-dro, brawnii, cambogeano, calophyllo citrindern, cliftoniano, corymbosa, cosmophyllo, crebra, culle-ni, dichromophlino, drepanophyllo, exserto, ferruginea, laelscheano, grandifolio, herbertiano, na, hawittiano, jeaveni, latifolio, loxophleba, maculata, melanophlelo, miniata, papuana, phoenicia, pranchaiano, resinifera, rostrata, shirleyi, tereti-cornis, terminalis, tessolaris, umbrowrensis wool-linsno, collina.

ESPÉCIES PARA REGIÕES FRIAS

Amygdalino, andrewsi, cordata, coriacea, cacci-tero, crebra, gigantea, guilfoylei, gunnii, linearis, longifolia, macarthurii, macilodora, nitida, ovata, obliqua, polyanthemus, pulverulenta, regnans, ris-dani, rubida, sieberiana, simmondsii, smithii, unio-lata, urnigera, vernicosa, viminolis.

ESPÉCIES PARA REGIÕES TEMPERADAS

Acmenioides, affinis, albens, bicolor, capitellata, citrindern, corymbosa, crebra, dealbata, eugenioides,

(1) N. da R. Deste utilissimo trabalho do Dr. Luiz Simões Lopes, escrita há mais de 20 annos, tecin sido feitas várias edições. A procura, por parte dos interessados, foi sempre muito grande e contínuo, o que levou este revista a reproduzi-lo, embora conhecendo a opinião do seu autor de que se tornaria necessária a sua actualização, à vista dos progressos na cultura da valiosa planta. De um modo geral, porém, é a opúsculo do vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura um guia seguro para quantos queiram plantar eucalipto, e com o objetivo de estimular a sua cultura, foi o trabalho inserido neste número, reservadas as modificações que, desde a sua primeira publicação, a prática tenha aconselhado.

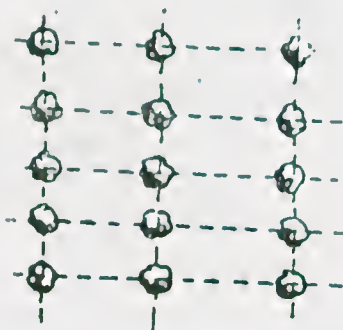
eximia, exserta, glabulus, goniocalyx, kirtaniana, macrorrhyncha, maculata, melanophloia, melliadora, micracarys, pnniculata, pilularis, populifolia, propinqua, punctata, resinifera, robusta, rostrata, rubita, seligna, tereticornis, umbra, viminalis.

ESPÉCIES SENSÍVEIS À SÊCA

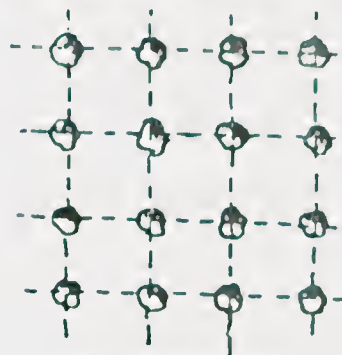
Citriodora, glabulus, obliqua, saligna.

ESPÉCIES RESISTENTES À SÊCA

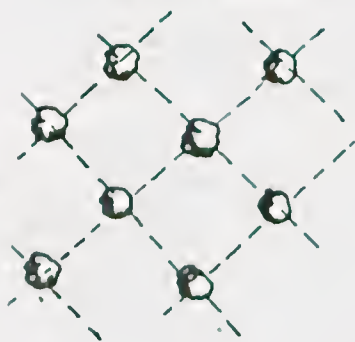
Angulosa, albens, corynocalyx, resinifera, rostrata.



Plantio em linhas



Plantio em quadrados



Plantio em triângulos equiláteros ou quincôneo



Plantio em triângulos isósceles

ESPÉCIES PARA TERRAS RICAS

Colophylla, claezina, conica, coriacea, diversicolor, gannii, goniocalyx, laevopinea, laxaphleba, micracarys, numerosa, patens, pilularis, populifolia, reveretiano, rostrata, saligna, siderophleia, stellulata, viminalis, Woallsiana.

ESPÉCIES PARA TERRAS POBRES

Acmenioides, bakeri, baileyana, capitellata, consideniana, corymbosa, dives, eugenoides, kitaniana, leptaphylla, ligustrina, maculata, maideni, microtheca, miniata, odontocarpa, paniculata, peltata, piperita, propinqua, redunda, solubris, squamosa, tetradanta, trachyphleia, umbra.

ESPÉCIES PARA TERRAS SÊCAS

Abergiana, acacioides, affinis, angulosa, baileyana, baueriana, bicolor, celastroides, collina, consideniana, corymbosa, corynocalyx, eremophila, eudesmioides, haemnstema, hemiphloia, Isingiann, kirtaniana, leptophylla, ligustrino, lirata, maculosa, melanaphlala, miniata, obliqua, odontocarpa, pachylama, peltata, polyanthomas, propinqua, punctata, salubris, sidera-

phloia, sieberiana, similis, squamosa, stricta, stuartiana, tetradanta, terminalis, transcidentalis, umbrowarrensensis, uncinata.

ESPÉCIES PARA TERRAS ÚMIDAS

Alba, algeriensis, batryoides, cornuta, diversicolor, forestiana, glabulus, maculata, numerosa, ochrophloia, papuana, patens, reveretiana, risdani, rostrata, stellulata, tereticornis, terminalis, viminalis.

ESPÉCIES PARA TERRAS ALAGADIÇAS

Agregata, amplifolia, bancrofti, camphora, cosmophylla, microtheca, neglecta, ovata, paludosa, parramattensis, patentinervis, robusta, rudis.

ESPÉCIES PARA TERRAS ARENOSAS E ÚMIDAS

Albo, batryoides, capitellata, stuartiana, tereticornis, viminalis.

ESPÉCIES PARA TERRAS ARENOSAS E SÊCAS

Angulosa, albens, rostrata, trachyphloia.

ESPÉCIES PARA TERRAS CALCÁREAS

Bosistanna, encarifolia, eudesmioides, facunda, gamphocephala, micracarpa, adarata, planchaniana, striaticalyx.

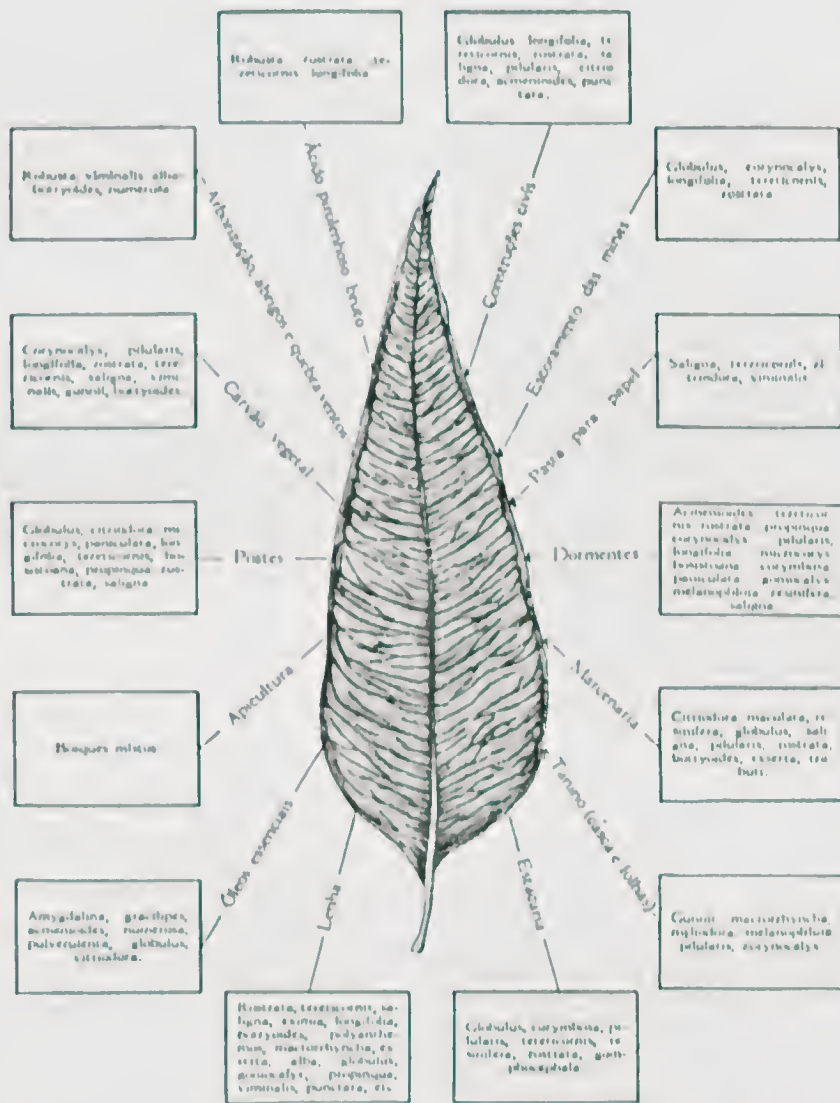
ESPÉCIES PARA TERRAS GRANÍTICAS

Deonci, ficifolia, leucoxyton, peltata, planchaniano.

ESPÉCIES PARA TERRAS FERRUGINOSAS

Combageana, goniocalyx, guilfoylei, latifolia, occidentalis, uncinata.

APLICAÇÕES DOS EUCALIPTOS



ESPÉCIES PARA TERRAS BASÁLTICAS

Laevopinea

ESPÉCIES PARA TERRAS SALGADIÇAS

Betryoides, globulus, macrorrhyncha, paniculata, robusta, rudis, siderophloia.

ESPÉCIES PARA TERRAS À BEIRA MAR

Globulus, marginata, pilularis, resinifera, robusta, stuartiana.

ESPÉCIES PARA TERRAS ARGILOSAS

Alba, cambogeano, goniacalyx, guillaudii, latifolia, occidentalis.

ESPÉCIES PARA TERRAS PEDREGOSAS

Bosistoana, cinerea, cosmophylla, crebra, dealbata, dumosa, eximia, ewartiano, leucoxyllan, moi-

deni, marrissii, muelleri, piperita, ptychocarpa, umbra

ESPÉCIES PARA TERRAS PLANAS

Alba, botryoides

ESPÉCIES PARA VALES

Alba, saligna, smithii.

Entre as espécies de eucaliptos, as seguintes, perfeitamente adaptadas às nossas condições de clima e de solo, são merecedoras da preferência do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, e do Serviço Florestal da Companhia Paulista, pelo valor de sua madeira e bom desenvolvimento:

Rostrata, teriticornis, saligna, longifolia, botryoides, acmenalides, citriodora, maculata, punctata, resinifera, pilularis, trabutii, viminalis, paniculata,

cauceocalyx, kirtoniana, propinqua, ganiacalyx, olba, microcorys e maideni.

Infelizmente, entre nós, há muitas plantações da espécie robusta, cujo madeira não é das melhores.

Utilidade dos eucaliptos

O gráfico incluso contém, de modo geral, as principais aplicações dos eucaliptos, indicando as espécies que, entre nós, melhores resultados têm produzido para as diversos fins.

Na Apicultura — Os eucaliptos florescem abundantemente e em todas as épocas do ano. As suas flores são muito procuradas pelas abelhas, fornecendo mel de boa qualidade, de sabor e aspecto variáveis com as espécies.

Como estas florescem em ocasiões diferentes e são todas utilizáveis, convém fazer bosques mistos, anotando o início e o duração da floração de cada espécie na região, a que permitirá ao apicultor estabelecer, definitivamente, quais as espécies a cultivar, para obter flores em todos os meses do ano.

Sementes

Boas sementes e sementeiras bem feitas constituem a base do êxito na cultura dos eucaliptos, quando praticada em lugar conveniente.

Por isso, chamamos a atenção dos lavradores para os conselhos que se seguem.

Escolha — Deve-se dar preferência às sementes novas, provenientes das árvores adultas, (mais de 10 anos), vigorosas, isoladas, com os caracteres da espécie bem definidos, de preferência aclimadas na região onde se pretende fazer a cultura.

Caso na zona não existam culturas de eucaliptos, é aconselhável procurar estabelecimentos idôneos, sem n. que a interessado é muita vez prejudicado, devido à confusão de espécies, remessa de sementes velhas, etc.

Colheita — As sementes devem ser colhidas quando os frutos estiverem maduros, mas não secos, porque, quando os frutos estão secos e abertos, as sementes já caíram. Os frutos, quando maduros, tomam uma cor ligeiramente amarelada em algumas espécies, mas, para se ter base segura a fim de proceder à colheita, convém fazer uma inspeção às árvores, de vez em quando, verificando se os frutos estão em condições de serem colhidos.

Cheem-se as frutas com a auxílio de uma tesoura montada na extremidade de uma vara comprida, salvo quando se trata de árvores muito altas, caso em que é preciso subir até os galhos.

Colhem-se os frutos com o auxílio de uma tesoureira especiais, executando-se, assim, a secagem, que dura alguns dias.

Todas as tardes, antes de recolher os tabuleiros, sacodem-se os frutos, fazendo cair as sementes no fundo do tabuleiro ou, se a quantidade for grande, peneirando bem os frutos, em peneiras apropriadas.

As sementes são recolhidas a latas, enquanto que os frutos voltam no dia seguinte ao sol, para serem batidos novamente e assim sucessivamente, até ficarem completamente vazios.

Secagem das sementes — As sementes devem voltar ao ar livre até ficarem bem secas, o que se reconhece pelo tato e pelo aspecto.

Conservação — Depois de secas, as sementes devem ser conservadas em latas e guardadas em lugar fresco e seco.

Experiências de germinação

Antes de plantar qualquer semente, o agricultor deve fazer um ensaio simples, de germinação e para isso deve proceder da seguinte maneira:

Toma um prato fundo, enche-o de areia fina e umedece-a bem. Conta 100 sementes, sem escaillar os mais bem apresentadas, porém tendo o cuidado de não confundir com as sementes os arilos e outros fragmentos.

Coloca essas 100 sementes dentro de papel de filtro ou mesmo mata borrão, sobre a areia molhada, colocando até umedececer as sementes.

Toma nota da data em que iniciou a experiência e todas as dias procede à retirada e contagem das sementes germinadas, para melhor acompanhar o andamento da germinação, de acôrda com a seguinte exemplo:

EUCALIPTUS GLOBULUS

Colhido em 3 de novembro de 1927 — 100 sementes — data do início da experiência, 22 de novembro de 1927

DIAS	número de sementes Germinadas	OBSERVAÇÕES
22	0	Percentagem de germinação, 73
23	0	
24	36	
25	15	
26	13	
27	7	
28	2	
29	0	
30	0	
1 12-27	0	
TOTAL	73	

Se a percentagem, for superior a 50, a semente é considerada boa; se for inferior, já sabemos que precisamos semear maior quantidade por metro quadrado.

Duração da Faculdade Germinativa — A duração da faculdade germinativa da semente varia de acôrdo com a clima, espécie, boa ou má conservação, etc. Assim é que, se, na Europa, as sementes de algumas espécies conservam a poder germinativo até várias anos, outras espécies em nosso meio perdem essa faculdade em poucas meses.

Por todos os motivos, fica patente que o lavrador bem orientado não deve semear sem experimentar a sua semente previamente.

Sementeira

A sementeira de eucalipto, delicada e exigente, assemelha-se muito às sementeiras de hortaliças e de fumo.

Pode a sementeira ser feita em contêiner ou em caixões, colocadas a altura conveniente, a fim de facilitar a trabalho, sempre, porém, abrigada das chuvas fortes, ventos, sol excessivo, etc.

No nosso clima é dispensável o estufim, que tão bons serviços presta nas regiões frias.

Nas grandes culturas não se utiliza, geralmente, a caixa, por encarecer o serviço; a canteira, bem

preparado, em lugar conveniente, é o mais prático. O Serviço Florestal faz suas sementeiras da seguinte maneira:

Preparo da Terra — Feita a canteira, com terra comum, como se fôsse para hortaliças ou fumo, tendo um metro de largura e o comprimento correspondente à quantidade de sementes que se quer semear, destorro-se bem a terra e junto-se uma camada de estêrco de cocheira bem curtido, de 5 dedos de espessura, que se mistura à terra (depois de passado na peneira) e nivela-se bem a canteira. Passa-se o mão sobre todo o canteiro, para acamar a terra, tirar os torrões, raízes e outros quaisquer fragmentos e rega-se abundantemente com regador de crivo fino.

Semeadura — Toma-se o semente e faz-se o sua distribuição sobre o canteiro de modo a espalhá-lo o mais que for possível, como quem semeia hortaliças. Esse resultado se obtém mais facilmente misturando-se a semente em partes iguais com areia fina, branca, bem seca. Depois de feita a semeadura como acima ficou dita, cobre-se com uma camada de terra vegetal muito fina. A aglomeração das pequeninas sementes no canteiro, provocada pelo rego, demonstra, na prática, que essa operação deverá ser feita antes da semeadura, molhando-se fortemente o canteiro, como atrás ficou dito.

Terra Vegetal — A terra vegetal é a que se encontra no mato, verdadeira mistura de terra com resíduos de fôlhos, etc., e que deve ser utilizado para cobrir a sementeira. Pode ser substituído por uma mistura constituída de uma parte de terra comum com duas partes de estêrco de cocheira curtido. Qualquer que seja o sua origem, a terra empregada para cobrir as sementeiras de eucalipto deve ser passada na peneira.

Quantidade de sementes a empregar — A quantidade de sementes a empregar é variável com as espécies, poder germinativa e outros fatores, porém, regula, em média, cerca de 50 gramas por metro quadrado. Essa quantidade pode ser reduzida até 30 gramas, quando as sementes apresentarem uma percentagem de germinação muito elevada, salvo o caso de espécies cujas sementes são muito pesadas, como o *E. citrifoliar*, por exemplo. Um quilo de sementes deve produzir mais ou menos 30 a 35 mil plantas aproveitáveis.

Época da semeadura — A época da semeadura depende do clima do região onde se pretende fazer a cultura.

De um modo geral, pode-se dizer que a sementeira deve preceder de 4 a 5 meses a época das chuvas, porque esse é o prazo que medeia entre a semeadura e o plantação definitiva, que, assim, é favorecida pelos mesmos.

Cuidado da sementeira — Feita a sementeira, cobre-se com anagem ou outra cobertura apropriada, como galhos, rama, fôlhas de palmeira, etc., para protegê-la das chuvas violentas, do excesso e ventos, cobertura esta que deve permanecer até que as plantinhas estejam fortes, a que se dá dentro de quinze dias.

A cobertura com zinco ou tábuas é necessária sempre que o tempo onega as tempestades ou chuvas torrenciais.

Transplantação ou repicagem

Varia em torno de dois meses o tempo que vai da semeadura à repicagem, mas devemos nos guiar

sempre pelo tamanho das mudas e não pelo idade.

Assim, o repicagem deve ser feita quando as mudas atingirem 10 centímetros de altura, (nas regiões do norte é feita, com bons resultados, com mudas de 5 centímetros), fazendo-se a escolha de modo a ficarem as caixas com mudas do mesmo tamanho, deixando no canteiro as menores para serem repicadas quando estiverem em condições.

Para se proceder a essa operação escolhem-se dias sombrios, não muito quentes. Rega-se abundantemente a canteira para facilitar a retirada das mudas e não romper as raízes, condições que muito concorrem para o bom resultado do transplantação.

Arrancadas do canteiro, as mudas são levadas para lugar abrigado, onde são plantadas em caixões, de preferência a latos ou vasos.

Os Caixões — Um bom tipo de caixão, pelos facilidades de transporte que oferece e pelo bom aproveitamento, é o que tem as seguintes dimensões: 0,60 m x 0,40 m x 0,10 m. Esses caixões comportam 80 mudas e devem encher-se com terra vegetal, ou com uma mistura de uma parte de estêrco bem curtido para duas partes de terra comum.

Para que as mudas fiquem equidistantes no caixão, o processo mais prático é o seguinte: sobre um fôlho de lata ou zinco, com as dimensões do caixão, isto é, 0,60 m x 0,40 m, fazem-se as 80 furos correspondentes ao número de mudas de cada caixão, aplica-se a lâmina sobre a terra do caixão e, com um furador especial, fazem-se 80 cavas e, em seguida, plantam-se as mudas, tendo a cuidado de não enterrar os demais; chega-se terra às raízes e rega-se o caixão com regador de crivo fino, que deve ser sempre usada enquanto as eucaliptos estão pequenos.

Os caixões são guardados dentro de casa, à sombra, durante 5 ou 8 dias, findas os quais vão para o ripado, onde permanecem cerca de 20 dias, até que as plantas fiquem bem fortes, depois do que são expostas ao ar livre e pleno sol. O ripado serve para acostumar as mudas ao tempo, porquanto, como se sabe, deixa passar algum sol e o vento.

Não é demais lembrar que aos eucaliptos, quando em caixões, não podem faltar as regas abundantes, duas vezes ao dia pelo menos.

A plantação nas caixões deve ser feita sobre mesas tascas, para evitar que os operários trabalhem de joelhos ou abaixados.

Plantação definitiva

Considerações gerais — A plantação definitiva deve ser feita quando as mudas atingirem a 25 ou 30 centímetros de altura, porque, quando menores, são pouco resistentes e, quando maiores, tem muita vez a seu desenvolvimento futuro retardado, em virtude de terem estado nos caixões apenas em um pequeno bloco de terra à disposição, durante prazo longo demais.

Deve-se dar preferência aos dias chuvosos ou pelo menos encobertos, pois a chuva favorece muito a pega, já pela rega natural já por acobregar melhor a terra às raízes.

A plantação se faz de modo a deixar o colo da planta ao nível da superfície da solo, salvo os casos de exceção, que são os seguintes:

a) Terrenos excessivamente secos — Neste caso o colo da planta deve ficar a 10 centímetros abaixo da superfície, depositando-se a terra em forma de concha, para armazenar maior quantidade de água quando chover.

b) Terrenos excessivamente úmidos. — Nesses terrenos planta-se a muda sobre um mantículo de terra.

Na retirada das mudas das caixões usa-se uma colher de pedreira e procura-se tirá-la com um bloco de terra, sem comprimi-lo como fazem alguns, colocando-as nas covas com raízes envoltas na bloca da terra, a mais fôfa possível.

Não é necessária danificar as caixões para retirar as mudas, devendo ser evitada esse prático, parquanto é preciso ter sempre em mente o lado econômica, usando todos as processos que redundem em redução da custo das trabalhos. Se houver dificuldades para retirar as primeiras mudas, desprega-se uma das tábuas laterais da caixão.

Escolha das mudos — Na plantaçã definitiva devemos proceder o criteriosa escolha das mudas, sã oprimevanda as que apresentarem bam aspecto e desenvolvimento satisfatória.

Não é econômica plantar mudas raquíticas ou enfezadas, que tem tâdas as probabilidades de produzir árvores de crescimento tardio e de pequena ou nula volar comercial.

Além disso, isso prátia nos levo mais tarde a maiores replantias, sempre caras e difíceis e mesma impraticáveis a partir de certa idade dos matos. Também não devemos utilizar plantas que permaneceram mais do que deviam nas caixões, especialmente quando as mudas já começaram a formar uma espécie de nódulo nas raízes, pois nunco mais se desenvolverão convenientemente.

E' precisa levar em conto que os diferenças no desenvolvimento das mudas mais se acentuarão nas plantações definitivas, ante a concorrência que se estabelecerá fatolmente nas futuras basques, na luta pelo luz e substâncias nutritivos.

Tutores — O uso dos tutores deve ser completamente abalida, porque êles fovarecem um crescimento exagerado da planta, em detrimento da sua resistência. E' preciso deixar o mudo crescer livremente, estabelecendo o equilibrio entre os seus dimensões, a que lhe dá maior valor e mais resistência aos agentes exteriores.

Preparo do Terreno — Deve-se na prepara conveniente da terreno para o plantaçã de eucaliptas, fazer preliminarmente uma lovra tão profunda quanto possível, seguido de destarramento, gradagem e abertura de covas, de cubagem suficiente para receber o muda como sai da caixão, isto é, com o bloca da terra. Nestas condições, as covas padem ser abertas pouca antes do plantaçã. No casa em que não forem possíveis essas operações — pela excessiva inclinação do terreno, tacas, raízes, falta de recursos, etc., a agricultor deve empregar seus melhares esforços para abrir boas covas, com uma antecedência de um mês, tendo a cuidado de separar a terro do sola da do sub-sola. Para isso, considerará sola a camada de terra superficial, com 25 centímetros aproximadamente de espessuro, e sub-sola a restante, colocando no enchimento das covas primeiramente a sola e depois o sub-sola.

Haverá grande vantagem em que sejam abertas covas grandes. Fica isso, porém, ao critéria das lavradores interessados.

Processo de Alinhamento — As plantas na terreno poderã ser dispostas simêtricamente, com regularidade, processo que trás várias vantagens.

São quatro os processos que a sivilcultura nos ensina para o alinhamento: 1) em linhas; 2) em quadradas; 3) em triângulas equiláteras; 4) em triângulos isósceles.

Desses, aconselhamos ao agricultor examinar o segunda e a terceira em relação às condições do seu terreno, sendo que a alinhamento em quadradas é mais fácil de executar-se e adaptável a todas as terrenos, enquanto a alinhamento em triângulo equilátera dá maior número de plantas por unidade de superfície e é mais belo, porque as plantas ficam alinhados em todas os sentidos, sendo, porém maroso e aplicável de preferência em terrenos planos e limpas.

Na escolha do processo de alinhamento devemos preferir o mais econômico, parquanto, em silvicultura, não se exige uma grande precisão nessa operação.

Assim descreve Navarro de Andrade as meias-práticas de traçar na terreno as alinhamentos mencionados:

"Para o alinhamento em linhas ou fileiras, colocam-se bolizos ou estocos altas nas dois extremos de cada linha ou correiro, como pontos de referência, e, em seguido, com uma bitola do distância odatada, marcom-se os lugares em que devem ser abertas as covas. Em terrenos bem feitas, pode estender-se de uma boliza à outra um cordo ou um arame em que estejam assinaladas os compassos de plantaçã.

Para a plantaçã em quadros, marcom-se primeiramente duas linhas paralelamente consecutivos, e, nestes, os lugares das covas. Duas estacas fronteiriças, uma de cada linha, darão a direção de tôdas as outras linhas, perpendiculares às do base e nos quais se colocam estocas, como na processo anterior. Também aqui é possível o emprêgo de fias de arame, como se usa frequentemente no alinhamento dos nossos cafezais, para o que são marcadas grandes quadradas, primeiramente no lugar de plantaçã e, em seguido, marcadas as covas internos, o que se foz unindo por meia de fia de arame ou cardel as pantas assinoladas nas linhas mestros, extremas, para os covas.

Na disposiçã de triângulas equiláteras, a meio mais expedito é o seguinte: marcadas o primeira linha e as lugares das plantas, às extremidades de uma vara que tenha de comprimento a distância escalhido, ata-se um cardel, que seja o dôbra do-quele e com um nó no meio.

Para determinar os outros pantas, basta colocar a vara no intervalo de duas estacas e, esticando o cardel, cravar uma outra no lugar assinalado pelo nó.

Para as triângulas isósceles foz-se o mesmo, com a diferença, apenas, de que a cardel, em vez de duas vêzes o comprimento da vara, deve ter a dôbra de qualquer das lados iguais do triângulo, ou, antes, deve ser igual à soma d'esses dois lados."

Distância de Plantaçã — Uma boa distância para se tamar por média é o de 2,00 m em quadra.

Para se calcular o número de plantas que um dado área pode conter, existem as seguintes fórmulas:

	S	
Plantaçã em linha	$\frac{S}{d \times l}$	
	S	
Pantaçã em quadradas	$\frac{S}{d^2}$	
	S	
Plantaçã em triângulas equiláteras	$\frac{S}{d^2} \times 1,155$	



s indica a superfície em metros quadrados, d a distância de planta e l a distância de linha a linha.

Exemplos — Quantas plantas comporta um hectare, plantado em quadras ou em triângulos equiláteros, a 2m de distância entre as plantas?

Em quadras

$$\frac{S}{d^2} \times 1,155 = \frac{10\ 000\ m^2}{2 \times 2} \times 1,155 = \frac{10\ 000}{4} \times 1,155 = 2\ 887$$

O quadro seguinte indica o número de plantas por hectare, plantadas em quadrado ou em triângulo equilátero.

DISTANCIA EM METROS	HECTARES	
	EM Triângulo	EM Quadrado
2	2 887	2 500
2,50	1 848	1 600
3	1 283	1 111
4	721	625
5	462	400
6	319	277

Organização da cultura

Este trabalho tem por fim explicar singelamente o modo de cultivar as eucaliptos aos que nada conhecem do assunto, ficando para trabalhos posteriores a parte relativa à exploração propriamente dita.

Como, porém, a futura exploração está naturalmente ligada à cultura, convém chamar a atenção do agricultor para os estudos prévios, que deve rea-

lizar, examinando certas condições particulares, tais como localização das suas propriedades, linhas visadas, solo, clima, recursos de que dispõe, etc.

Feito isto dentro dos princípios econômicos deverá o agricultor orientar, enfão, os seus trabalhos, procurando associar as vantagens que ofereçam os eucaliptos, de modo a torná-los mais úteis e rentáveis, tendo sempre em mente que o transporte é questão básica nas explorações florestais.

Quando, para facilitar o transporte, se fizerem plantações nas proximidades dos linhas férreas, é preciso deixar sempre uma faixa de 50 metros, o fim de diminuir os perigos de incêndios.

Na organização do plano geral de trabalho deverá ficar estipulado o total das plantações e as parcelas anuais a executar, tomando-se as necessárias providências.

Os Aceiros — Deve-se deixar sempre uma separação entre os talhões de cada ano. Tão-êles, porém, devem estar próximas e dispostas de modo a facilitar as cortes na futura, ao longo de estradas previamente traçadas.

Essas estradas, que servem de separação entre os talhões, são verdadeiras aceiras, indispensável medida preventiva para as possíveis lutas futuras contra o fogo, na caso de incêndios nas matas.

Os aceiras devem constituir uma verdadeira rede de comunicações, uns mais largas, que serão estradas mestras, e outras mais estreitas, que serão outras tantas vias de penetração nas matas.

Esses aceiras serão tanto mais frequentes quanto maiores as probabilidades de incêndio, mas a sua distribuição e largura só podem ser aconselhadas em vista da situação do terreno, ventos dominantes, etc.

As larguras variam de 5 a 20 metros, conforme a necessidade, constituindo um bom tipo o aceiro de 12 metros.

Imparantíssima para que os aceiras preecham os seus fins, é tê-los sempre em estado de absoluta limpeza, isto é, isentos de toda e qualquer vegetação ou detritos que possam dar origem a incêndios; portanto, os aceiras devem ser cuidadosamente capinados e varridos.

Seleções Agrícolas

Diretor: Eurico Santos

Gerente: O. Assumpção

Superintendente: M. Nunes

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS

Brasil — Ano	Cr\$ 36,00
Exterior — Ano	Cr\$ 70,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrasado	Cr\$ 5,00

Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26, 12.^o
Tel. 32-6163 — Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

Trota das matas

As plantações de eucaliptos requerem cuidados especiais nos primeiros anos.

O terreno deve ser mantido isento de vegetação, daninha, por meio de limpezas, feitas de preferência a enxada, nas épocas apropriadas, sempre antes da queda das sementes no solo.

Essas limpezas frequentes no primeira ano, em número de quatro carpas pelo menos, ir-se-ão reduzindo a três no segundo, uma carpa e uma limpeza a faice no terceiro e depois roçados a faice até o quarto ano.

Para reduzir os despesas, tornando mais econômica a cultura, pode-se fazer, no primeiro ano, e, às vezes, no segundo, conforme o desenvolvimento, uma cultura intercalar com milho, feijão, mandioca, batata, etc.

As padas ligeiras são também úteis nos primeiros anos, a fim de evitar a ramificação baixa, com prejuizo do desenvolvimento do fuste principal.

E' conveniente também retirar as plantas partidas ou deitadas pelo vento, os galhos secos ou cujo crescimento prejudique as árvores vizinhas ou a própria árvore.

Desbastes — Os desbastes são feitos de acôrdo com o fim que se deseja dar às matas. De um modo geral, porém, pode-se dizer que êles devem ser iniciados a partir do quarto ano, pela supressão das árvores mortas, mal conformadas, roquíticas, dando-se, assim, maior área às plantas bem desenvolvidas.

Embora feitas nos melhores condições, numa plantação de eucaliptos há sempre certa percentagem de perdas, sendo conveniente fazer-se o replantio.

O melhor método de replantio consiste em inspecionar constantemente as plantações, a partir do fim da primeira semana, e ir substituindo as mudas mortas. Essa replanta pode-se prolongar até o fim do primeira ano, depois do qual não deve mais ser executado.

Inimigos

Os eucaliptos, entre nós, são relativamente pouco atacados. Entre as seus inimigos, o que maior dano lhes causa é a formiga, especialmente a saúva.

Tão sérios são os prejuizos, que se pode considerar impraticável a cultura sem o extinção da formiga, êsse grande flagelo da lavoura nacional, que vem, aliás, sendo combatido sem esmorecimento pelos agricultores, como um dos seus maiores inimigos.

Quando novos, os eucaliptos são, algunos vèzes, atacados por cogumelo (fungus) que é facilmente destruido com a emprêga de areia ligeiramente aquecida.

Também o cupim, outras insetas e maléstias criptogâmicas atacam as eucaliptos.

Como êsses inimigos só podem ser identificados com segurança pelos técnicos, a silvicultor, sempre, que encontrar alguma coisa de anormal em suas matas, deve remeter sem demora as partes atacadas, insetos que porventura tenha encontrado, outras observações que lhe ocorrerem e tôdas as informações complementares, tais com seu nome, endereço, zona em que possui as matas, idade dessas, dizendo se o pedaço enviado é do tronco principal ou dos galhos, etc., para a Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura, repartição que se encarregará de esclarecer a assunto, aconselhando as meios que julgar convenientes para combater o mal.

A LAVOURA

(ÓRGAM DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.^o Agrônomo Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade



Eng.^o Agrônomo Antonio de Arruda
Camara
Diretor



Eng.^o Agrônomo Kurt Repsold
Redator Técnico



Eng.^o Agrônomo Geraldo Goulart da
Silveira
Consultor-Técnico



Luiz Marques Poliano
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.^o

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245 — Rio de Janeiro



Nem a redação da revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

PLAZALANDIA

ANTE - PROJETO DE LOTEAMENTO DAS
FAZENDAS **SANTA MARIA REUNIDAS**

João Plaza Gonzalez

ITAGUAI - ESTADO DO RIO

— ÁREAS —	
ÁREAS DE	em m ²
DE CONSTRUÇÃO	45.000
DE PAVIMENTOS	10.000
TOTAL	55.000

ESCALA 1:2000



PLAZALANDIA - CIDADE DE VERANEIO

Cerâmica no próprio local. Cidade perfeitamente saudável, grande facilidade de construção, e modalidade especial de pagamento, como também das terras. Vendemos sítios com casas com água da fonte de "N. S. das Graças".

ESCRITÓRIO — Av. Rio Branco, 18 — 9.º andar

— Sala 907 — Telefone 43-7062 —

Sociedade Agrícola de Pelotas

O discurso do Dr. Joaquim Luis Osório, pronunciado no ato inaugural das exposições comemorativas do jubileu de ouro da Sociedade Agrícola de Pelotas, em 25 de setembro do ano assado, que a seguir publicamos, encerra uma lição àqueles que descrevem do copocidade associativo da homem rural brasileira. Cinquenta anos de existência representam numa entidade associativa um esforço fora do comum em nosso meio, a mesma tempo que ensinam que, havendo objetivo são a atingir, as percolças se transformam em estímulo; as dificuldades de toda ordem em incentivo. Maior é a admiração quando se avalia que uma obra destas é impessoal; nela calabaram muitas, o que quer dizer que ao objetivo da classe, ao fim coletivo, cederam os poixões e até aos pontos do visto pessoais. Belo exemplo, a do Sociedade Agrícola de Pelotas.

"A Lavoura — órgão da Sociedade Nacional de Agricultura — repete o discurso do Dr. Joaquim Osório — seu velho amigo e colaborador — como uma homenagem a mais à veterana instituição, cujo história ali se vê cantada com simplicidade, sisteticamente, mas com o fôrça e o veemência das grandes histórias, como do foto a é a da Sociedade Agrícola de Pelotas.

Nos festividades do jubileu da Sociedade Agrícola de Pelotas, foi representante especial do S. N. A. o seu 1.º Vice-Presidente, Dr. Luis Simões Lopes, a quem daqui agradecemos o remesso do importante documento que se segue.

"Legítimos são as expansões de alegria e de entusiasmo, que empolgam a classe rural pelotense, ao comemorar hoje, festivamente, com estes grandes certames, o jubileu de ouro da benemérito Sociedade Agrícola. É que a sua existência encerra um tesouro sem par de merecimentos e serviços à comuna e ao Estado, o encher de glórias, só com o seu nome laureado, a história agrário do Rio Grande do Sul.

Fundada a 12 de outubro de 1898, o sua primeira missão foi de fraternidade. Vinham os nossos patriotas de cruenta luta civil. A paz, firmado nesta cidade, a 23 de agosto de 1895, não extinguiu de todo os resquícios de uma profundo seporção político. A fundação da Sociedade Agrícola aproximou os patriotas, apogou as prevenções, consolidou a paz, neste glebo abençoado, irmonou os homens num mesmo pensamento, sob a mesmo largo bandeira do reerguimento econômico do Rio Grande do Sul. É assim que, encontramos à frente da primeira diretoria os Drs. José Cipriano Nunes Vieira e Artur Maciel, expoentes máximos dos tradicionais partidos gaúchos — o Partido Republicano, de Júlio de Costilhas, e o Partido Federalista, de Silveira Martins.

Sob esses designins, floresceu o Sociedade Agrícola, com o nome de Sociedade Agrícola Pastoral do Rio Grande do Sul, por ser a primeira e única no Estado, denominação que conservou até 1922, quando passou a chamar-se apenas Sociedade Agrícola de Pelotas, em face da instalação de outros congêneres disseminadas pelo Estado.

Surgiu o lusido Sociedade de iniciativa da "Revista Agrícola do Rio Grande do Sul", fundado em 1897, onde aparecem como diretores os Drs. Ci-

priano Nunes Vieira, Francisco José Rodrigues de Araújo, Guilherme Minssen, José Voz Benta.

A ação desses precursores do movimento associativo riograndense foi fecunda e pertinaz na luta que a pena de Nunes simbolizou na derrocada do velho orodo de pau.

A 10 de novembro de 1898, realizava a Sociedade a sua primeira exposição, a primeira do Brasil. E não parou até hoje na execução de seu programa. Este é o 26.º certame pastoral que realiza, com exposições anexos de gado leiteiro, de equinos crioulos, de avicultura, com caráter internacional, de gado holandês, de trigo, de lãs, conino e industrial, todos os seus certames coroados da maior êxito.

Suas atividades, nesse meio século de existência, multiplicaram-se, ininterruptamente, em propagando, vigilância e defesa dos interesses agro-pecuários. Concursos agrícolas, demonstrações práticas aratorias, distribuição de livros, publicações, sementes, vacinas, realização de conferências, congressos regionais; a fundação de um Posto Zootécnico Municipal em 1909, das associações rurais de Conguçu e Piratini, em 1915 e 1916; o criação do Instituto de Higiene, em 1918, para a fabricação de vacinas e soros em defesa do homem e dos animais. Compimento o que ficaram ligados os nomes imortais do sábio Osvaldo Cruz, e do cientista Artur Neivo, e este em visita o esta cidade para estudar as possibilidades de Pelotas, então, diretores, respectivamente, dos Institutos de Monginhos e Butantan.

As "Efemerides Agrícolas", organizadas pelo agrônomo Fortunato Pimentel, denodado lidador e historiógrafo da vida rural do Rio Grande do Sul, constituem um registro das atividades da Sociedade, neste meio século de labores, a recomendar os seus méritos e serviços.

Nascido modestamente, com instalações improvisadas nos épocas das exposições, que nem por isso deixaram de apresentar interessantes cenários rústicos, a que, por vezes, se olham parques de diversões e rodadas gaúchos, e, por último, com moderno pavilhão metálico, ostenta hoje, ufana, a Sociedade Agrícola, este soberbo Parque de Exposições, inaugurado em 1945, justo corramento da grandeza de seus subimes ideais; "Porque Ildefonso Simões Lopes", a relembrar a ação profícua do precloro Ministro da Agricultura, filho dileto desta terra, que entre outras serviços, legou nos o belo estabelecimento, que foi a Patronato Agrícola Visconde do Graça, hoje Escola Agro-Técnica Visconde Graça, obrigando 200 alunos, a receberem o instrução agrícola.

Homenagear os grandes mortos é um dever cívico, pelo exemplo que deixaram e quando já lagraram o julgamento imparcial dos coevos e posterios. Pois bem: A Sociedade Agrícola é obra principal da Dr. José Cipriano Nunes Vieira. Donde a sugestão que aqui lançamos de erguer-se neste Porque uma hermo em honro de seu egrégio fundador, vulto ilustre, respeitável, pela inteligência, cultura, devotamento o Pelotas e espírito filantrópico, inscrevendo-se na base desse monumento os nomes de seus delicados campanheiros de primeiro diretório, entre os quais destacam-se labutando por longos anos, Guilherme Minssen, o animador da fundação e o técnico dos certames, Antônio Soares Polvo,

que fez da Sociedade Agrícola a sua casa amantíssima, até o morte, podendo-se dizer que viveu para amá-la e servi-la.

Impulsionada por forte espírito associativo, sentindo a necessidade de congregar a classe rural rio-grandense, que então já cantava com várias associações rurais, a Sociedade Agrícola promoveu o 1.º Congresso Agrícola do Rio Grande do Sul, que, com brilho e eficiência inaugurou-se nesta cidade, o 12 de outubro de 1908.

Dê-se memorável conclave, em que foram debatidas as mais palpitantes teses, relativas à lavoura, à criação, à economia rural, resultou a iniciativa da fundação da Federação Rural do Rio Grande do Sul. Convocou a nossa Sociedade uma assembléa da classe para Porto Alegre, em 1909, e daí data o primeiro Federação, cuja direção central foi criada a Pelotas. Só em 1921, a Sociedade Agrícola, então sob a presidência do Dr. Manuel Luis Osório, cessou as responsabilidades de órgão supremo da classe rural, com o fusão operado em Bagé com o "União dos Criadores", fundado em 1912, incorporado à Federação, que passou à presidência do conspícuo líder ruralista Coronel Alfredo Gonçalves Mareiro, de valiosos serviços ao Rio Grande do Sul. Foi êste um notável feito. Representou a unificação da classe rural, sob a forma federativa.

Hoje vem manter-se sólida e prestigiada a Federação Rural Rio-Grandense, vencida breve hiato que sofreu, constituindo exemplo, que foi, da organização da classe rural no país, que conto já caminha as Federações, formando o Confederação Rural Brasileira.

Disse, com justiça, o nobre Governador do Estado, com o autoridade de seu polovro, no banquete que, no mês passado, ofereceu-lhe a Prefeitura, que a Pelotense foi o bondeiro do Rio Grande do Sul. Não recebemos o conceito como honra. Na lavoura agrícola, no progresso rural, Pelotas foi, incontestavelmente, o desbravador indomito, não inspirado por sentimentos egóticos ou de amor local, tão somente, mas, por impulsos de solidariedade com este todo, que é a Rio Grande do Sul idólatro.

Foi daqui que saiu o primeiro navio que singrou as águas do Estado. Foi aqui que se instalou o primeiro torquedo. Foi Pelotas a maior empório de riqueza pastoral do Estado. Foi aqui que se produziu o primeiro movimento pela fruticultura, com a fundação do Quinto do Bom Retiro, de Ambrósio Perret, em 1887. Foi Pelotas que teve a primazia de possuir o primeiro lavoura de arroz irrigado de iniciativa dos Irmãos Lang. Foi aqui que se realizou o 1.º Congresso Agrônômico do Estado, em 1933. Foi Pelotas a herça de Ferreira Viana, o redator da Lei Auren, que abolindo a escravidão africana, criou a trabalho livre no Brasil, o alicerce de nossa reforma social. É aqui a sede da Associação dos Criadores de Cavalos Crioulos, da Sociedade Avícola, da Cooperativa Sul-este dos Produtores de Lã, da Cooperativa dos Fruticultores de Pelotas, da Associação do Registro Genealógica do Rio Grande do Sul.

Os problemas rurais pelos quais Pelotas propugnou foram de interesse geral. Pelotas quis sempre e quer cooperar ao serviço de seus riquezas e do Rio Grande do Sul, de que se ufana de ser célula devotada.

No **setor agrícola**, no memorável Congresso de 1908, abordou as questões das culturas do milho, do arroz, do trigo da herça mate, da fumo, da adubação dos terras da viticultura, da sericicultura, do

combate à praga ocridia, da vantagem da lavoura mecânica.

No **setor do pecuário**, debateu os métodos de melhoria do gado crioula, por seleção ou cruzamento; os modos de sistematizar a criação dos bovinos, à campo; a escolha das raças, covalor, ovino, suíno de combater os eprzoitos.

No **setor da economia rural** — O ensino agrícola, pelo instituição do professorado ambulante, o defesa das florestas, os meios de harmonizar os interesses dos particulares; o pré-dica do amor à árvore (Realizou o primeiro Feste do Arvore no Rio Grande do Sul, em 1909), a organização do indústria do leite, a necessidade de legislação rural, a organização sindical, o questão dos transportes, do crédito agrícola.

São temas fundamentais para o progresso agro-pecuária do Estado, nprimarados nas 1.º e 2.º Congressos regionais do Sul da Estado, que promoveu, em 1932 e 1933, o segundo com especialização em loterínios.

Quem reler os memórias apresentados nos êstes congressos verá que, já há quarenta annos, havia uma consciência agrícola pelotense.

Invocamos êstes títulos de glória da Sociedade Agrícola de Pelotas não por vaidade. Outros municípios possuem elevados laureis. Invocamo-los como uma prestação de contas e para realirmar a propósito de prosseguir no mesmo fomo ao serviço do Rio Grande do Sul, para maior grandesa do Brasil.

Velhas aspirações vemos com jubilo concretizarem-se umos, em morcho de solução, outros.

Em 20 de agosto de 1897, por Ato n.º 1, o Prefeito de Pelotas, Dr. Antero Vitoriano Leivas, de pronteado memória, decretava e promulgava a Lei de Pasturas Rurais do Município, a primeira do Estado. No Congresso de 1908, o prvecto advogado Dr. Júlio da Costa Cobrol, apresentou projeto de um Código Rural Nacional.

A questão da competência constitucional privou o Rio Grande do Sul até agora de possuir a sua legislação rural. Felizmente, a atual Constituição do Republico abriu caminho aos Estados para legislar a respeito. De fato; impossível é exigir uma legislação rural uniforme para todo o Brasil, onde diversos são as variedades geofísicas dos Estados, as condições de sua vida agrícola e pastoril, os costumes, a grau de progresso econômica, a própria terminologia. Acha-se entregue à Assembléa Legislativa do Estado o projeto de Código Rural do Rio Grande do Sul, elaborado pela Comissão nomeada pelo Governador. Pende nesta hora do exame da classe rural. Regula importantes questões, como o do registro de morcns, das topumes divisórias, da trânsito pública, das porteiros, das servidões, das pastoreias, dos mrcns e smais, da polcia rural, e fez-se mistér que os agricultores e criadores gaúchos colaborem em emendas e observações para que o obra sin aperfeiçoada. É este o apelo que aqui deixamos.

A questão dos transportes rodoviários acha-se entregue a um Departamento especializado, e apesar dos periclos, já eleva-se a rede rodoviária do Estado a seis mil quilômetros.

A próxima macadamização da Rodovia Pelotas-Rio Grande, a rodovia Pelotas a Bagé; a ligação a Piratini, as rodovias de Porto Alegre a Pelotas e Ingunrão são obras a cargo da Daer, e, como obra exclusiva do Plano Rodoviário Nacional há a assinalar a transversal do Região Sul, que partindo de Pelotas atravessará os municípios de Conguçu, Pi-

ratini, Pinheira Machado, Bagé, D. Pedrito, Livramento-Quarai.

No sistema ferroviária assistemos este ano, o inauguração do trecho da estrada Pelotas-Caguçu, início do grande traçado de Pelotas a São Pedro, construção final, que virá transformar o panorama econômico do Sul do Estado, por sua alta significação.

Está vencedora a grande batalha do trigo, cuja produção acha-se tecnicamente resolvida, devido a ação principal do emérito genetista Ivar Beckman, que dirige com proficiência e zelo a Estação Fitotécnica da Fronteira. Colaboram nessa obra o Serviço Federal de Expansão do Trigo, a Comissão Parlamentar, a Secretaria da Agricultura do Estado, a Estação Fitotécnica da Serra, a Fazenda Experimental de Criação de Bagé. O Rio Grande do Sul, já produziu em 1947, trigo para abastecer os necessidades do Estado; mas, a Brasil reclama esse cereal do ouro, que é o pão, para abastecer as suas necessidades, evitando-se essas misturas tódas em prejuizo do poder alimentar. As vantagens oficiais dispensadas a essa cultura são já valiosas, com o fornecimento de sementes selecionadas e aclimatadas, resistentes à ferugem; com a fixação do preço mínimo de compra, aquisição do produto pelos moinhos, com a construção de armazens para o expurgo e conservação do produto, com o próprio crédito. Cabe, agora, ao grande proprietário rural corresponder a esse amparo do poder público, com a sua iniciativa. A região Sul apresenta condições favoráveis à produção tritícola, em lavouras extensivas. A Câmara Federal foi apresentado pelo representante riograndense Glicerio Alves, projeto mandado desapropriar uma área de 15 léguas de sesmaria, ou sejam de 70 mil hectares de terras, para serem loteadas e distribuídas entre agricultores para a intensificação dessa cultura e de outras. Essa desapropriação foi calculada em cinquenta milhões de cruzeiros. Os criadores mostram interesse pela produção do trigo. Ao critério da desapropriação, preferiu o Uruguai a de interessar as grandes proprietários rurais na produção agrícola. O Governo do Uruguai, em 1933, estabeleceu o cultivo obrigatório da propriedade territorial. Dividiu a República em quatro zonas. Na primeira, tornou obrigatória a cultura de 30% do total de cada propriedade, em todo o Departamento; na segunda zona, de 8% de tódas as propriedades; na terceira, de 5% nas propriedades de mais de 500 hectares.

Aos infratores da lei ficou imposto um aumento de 30% sobre o montante total da respectiva "planta" de contribuição imobiliaria. Por sua vez, dos que observassem a lei, com a percentagem da cultura estabelecida, ficou assegurado uma diminuição de 20% sobre o imposto imobiliário, pelo prazo de dez anos.

Mandam o interesse bem entendido, que é a própria solidariedade social, e o patriotismo que os

estancieiros se antecipam às medidas legislativas, tomando espontaneamente a iniciativa do cultivo de seus campos, com o que terão valorizada as suas terras.

Lembremo-nos que a propriedade não é só um direito. É também uma função social. Todo o proprietário tem o dever de preencher na sociedade uma certa função social, em razão direta do lugar que nela ocupa. Ele é, pois, socialmente obrigado a cumprir essa missão; e, só será protegido socialmente se o desempenhar na medida de suas forças.

Tal a conceito moderno da propriedade. Mas, retorquirão os interessados, como agricultar sem os elementos necessários ao trabalho?

Diremos o que ocorre nesta hora nos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Nesses Estados opera-se um vasto e sólido programa de transformação agrícola, já em início de execução, sob a orientação de Nelson Rockefeller, que foi durante a última guerra mundial, o Coordenador das Atividades Americanas na América Latina e no desempenho dessa função teve ensejo de conhecer o Brasil e as suas possibilidades.

Quatro empresas independentes acham-se já instaladas em férteis zonas de produção agrícola desses Estados. A primeira, para a produção de sementes adaptáveis ao meio; a segunda para o fomento da pecuária; a terceira, para a construção de elevadores-silas; a quarta, para a serviço de mecanização agrícola.

Essas empresas, operando em fazendas próprias evarão também o seu curso às lavouras particulares, às granjas, sediadas nas zonas em que funcionam. Serão centros de instrução agrícola, de demonstração prática, com que poderão contar os agricultores para as suas iniciativas e melhoria dos processos agro-pecuários.

No Estado do Paraná, próximo a Jacarezinho, surpreendentes são já os resultados com a colheita do milho híbrido, que se elevou a 40 toneladas na safra inicial, tipo de milho destinado a substituir o tipo comum, abandonada nos Estados Unidos da América do Norte. Não tardará a desenvolvimento dessa cultura, tal o entusiasmo despertado entre os agricultores da região. E, como a indústria suína está intimamente ligada à produção da milha, virá o grande interesse pela criação de porcos, novos métodos de criação, para a obtenção de animais mais pesados e sadios.

Prontificam-se as empresas Rockefeller, presididas por brasileiros, com capitais nacionais interessados, a levar aos agricultores que o desejarem, os serviços de lavras de terras, de colheita, de armazenamento dos cereais, com silos de grande capacidade que construirão. Não cederão tratores nem outras quaisquer máquinas, separadamente, por empréstimo; contratorã os serviços, assumindo as responsabilidades pela execução dos trabalhos. Não mais terão as felizes agricultares das zonas dessas emprê-

Cuidado

COM AS ÁGUAS IMPURAS!

USE EM SUA
CASA UM FILTRO
ESTERILISANTE

SENUN

E BEBA
TRANQUILO
SUA ÁGUA

SENUN — Garantia absoluta contra todos os germens da água



sa falta de sementes, terão concurso para o lavra de suas terras, não mais verão as suas colheitas se deteriorarem pela falta de abrigo para conservá-las e vendê-las em tempo oportuno.

Nos Estados Unidos, para onde regressou este mês, o Sr. Rockefeller, depois de ter percorrido as municipalidades brasileiras em que estão localizadas as empresas, antecipou a próxima transformação agrícola por que passarão esses Estados do Brasil.

Diante do exposto, o Rio Grande do Sul, se não conjugar os esforços dos proprietários rurais com os dos poderes públicos, se não mobilizar as suas admiráveis possibilidades econômicas, perderá a condição de próspera celeira do Brasil.

O caminho, por conseguinte, está indicado: ou atrair essas organizações, fomentar empresas semelhantes, ou os governos terão de exercer essas funções, levando aos agricultores as mesmas vantagens, com a criação de Pastos e aparelhagem necessária, e só então teremos resolvido o problema da produção econômica, sem a qual, pela situação geográfica do Rio Grande, não poderemos acompanhar a surta agrícola dos outros Estados.

O complemento desse planejamento está na solução do crédito agrícola — conforme as anseios dos congressos rurais, a começar pela da Sociedade Agrícola, de 1908.

O crédito agrário é precário, falha, instável, arbitrária, oneroso, entre nós.

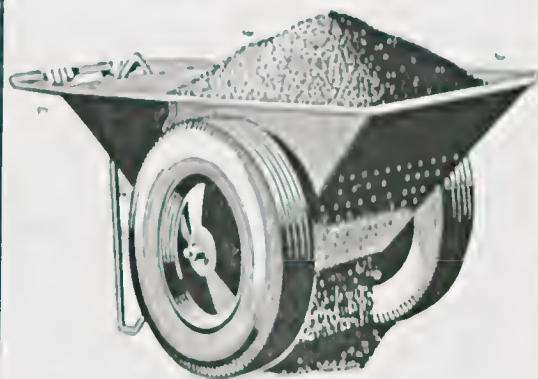
Cantam a produzir e a pecuarista com a Carteira Agrícola do Banco do Brasil, com bons auxílios, mas deficientes, devendo mesmo ser considerada como transitória, e, ultimamente, com o Caixa de Crédito Agrícola Cooperativo, criada em 1945, destinada ao financiamento das Cooperativas.

Projeta a Governação Federal a instituição de um Banco Central e de um Banco Rural Hipotecário-Nacional. Urge essa criação. Com esses estabelecimentos, sim, poderá a Brasil impulsionar a crédito à lavoura, à indústria e ao comércio, na proporção de suas necessidades; mas, é preciso que não tardem essas soluções, para que não sossobrem os elementos da produção e do trabalho. Com esses estabelecimentos, poderá o Rio Grande do Sul alcançar a sua emancipação no setor do crédito, dando amplo feição econômica ao Banco do Rio Grande do Sul, que já a sua transformação em banca rural, com o apoio dos mencionados institutos centrais, para operar diretamente com os agricultores e criadores, a juro e prazos razoáveis, que tal é a função do Estado, como atreecem exemplos edificantes, na América, as Repúblicas Argentina e do Uruguai.

Aos problemas da terra, a Sociedade Agrícola juntou a situação do homem rural. Ao 3.º Congresso da Federação, 1929, levamos a tésse da criação de um Instituto de Assistência Social aos operários do campo. Em 1934, dirigiu um apelo nesse sentido ao Ministro do Trabalho. Não temos no Rio Grande do Sul, a miserável situação sanitária da população agrária de certos Estados. Belisário Pena, o eminente higienista pátrio, deixou um impressionante livro, publicado em 1918, no qual apreciou o grau de doença, de pobreza, de abandono das populações rurais brasileiras. Nesse trabalho, fruto de inspeções pessoais pelo país, salvou o Rio Grande do Sul como a Estado de Saúde. Aqui deparou o homem sadio e robusto. Não encontrou as endemias que em muitas regiões tem arrastado a operário rural à indigência, à tristeza, ao aniquilamento. A luga do homem para a cidade é o espetáculo que se observa, com pre-

Carrinhos MOCA

PARA ESPALHAR CAFÉ
EM TERREIROS



Fabricantes:

INDÚSTRIAS GASTÃO PINATEL

RUA D BOSCO, 156 — SÃO PAULO

Representante:

G. GILBERT

RUA DA QUITANDA, 20 — S/407

Tel.: 22-95-03 - Telegr.: TREBLIG

RIO DE JANEIRO

juiza da trabalho rural. Como evitar esse êxodo, Dando-lhe a assistência de que precisa atendendo o companhia uma legislação de trabalho adequada. Cabe, ainda, organizar a classe rural sob a tórmo sindical, já prevista na lei n.º 7.938, de 10 de novembro de 1944.

O sindicalismo é um fato social determinado pelas necessidades da vida contemporânea. Destina-se a regularizar os interesses coletivos das classes; é a ponte de equilíbrio entre as forças organizadas, o porta-voz autorizado desses interesses sob as vistas do Estado. Não destrói a propriedade privada. Regula apenas as relações entre o capital e o trabalho. É fórmula democrática, afasta a luta de classes, entrelaça-se no mesmo pensamento e ação.

Só aplausos merece o programa do Governação Jobin de eletrificação do Estado. A produção da energia elétrica, seja pelo aproveitamento do potencial hidráulico, ou de força térmica, atrairá novas indústrias, acarretará o desenvolvimento das pequenas indústrias, a incremento dos grandes, que pedem energia e não a obtem. O Rio Grande do Sul tem o privilégio de dispôr de duas fontes onde buscar a energia de que carece; as jazidas de carvão e o potencial hidráulico com as suas magníficas quedas d'água.

Anunciou nos, o Governador nesta região Sul, estarem praticamente terminados os estudos geológicas da bacia carbonífera de Candiota, considerada como a maior jazida encontrada no Brasil, cujo carvão será utilizada na grande usina Central term-

elétrica projetada; e também antecipou-nos a quase conclusão dos estudos de projeto da futura Usina Central Hidroelétrica da Sul do Estado.

S. Paula é um exemplo de desenvolvimento industrial pela utilização de energia elétrica. O indústriu riograndense está em inferioridade e não poderá concorrer com a do grande Estado, enquanto a energia for deficiente e cara.

A eletrificação do Estado não aproveitará somente os cidadãos; aproveitará à agricultura e à própria pecuária. Será a energia elétrica levado ao campo, às casas dos agricultores, que desejarem ter força e luz em suas granjas, oferecendo as vantagens econômicas decorrentes do uso de combustível barato com estímulo de maior eficiência do trabalho e obtenção de benefícios em várias aplicações de pequenas indústrias e na vida doméstica, substituindo a lâmpada pela luz elétrica.

Não há porque duvidar desse progresso futuro para a vida rural. Temos a exemplo na América do Norte, onde por iniciativa do grande Presidente Roosevelt, uma rede elétrica leva a energia ao campo.

Como interpretes dos sentimentos da Sociedade Agrícola de Pelotas nesta histórica data, reverenciamos às memórias de seus fundadores, que vivem em nossa saudade.

Recordamos os nomes de seus continuadores, dos que a sustentaram, desvalveram, e mantém, simbolizando-os nos vultos de seus preclaros presidentes José Cipriano Nunes Vieira, Antônio José Gonçalves Chaves, Edmundo Berchon des Essorts, Guilherme Osório, Ataiiba de Figueireda Paz, Manue Luis Osório, Balbino de Souza Mascarenhas, Sílvia da Cunha Echenique, Antônia Rocha da Rosa, Paula Simões Lapes e Guilherme Echenique Filho, que a preside atualmente seguindo e honrando a tradição paterna.

Ao lado desses líderes, três nomes merecem ser exaltadas pelas relevantes e continuadas serviços à Sociedade Agrícola, Manuel Serafim Games de Freitas, predicador da idéia da Federação Rural, diretor da Revista Agrícola, devotada secretária da Sociedade, do 1.º Congresso Rural; Olavo Afonso Alves, a tesoureira exemplar, que serviu em vários diretorias com abnegação extraordinária; Leonarda Brasil Collires, o fundador da Herd Book do Brasil, da Associação da Registra Genealógica Rio Grandense, paladina infatigável da Sociedade, do organização da vida rural rio-grandense.

Saudamos aos primitivos Agricultores, que com o seu trabalho fecundo, realizaram a nascente agrícola de Pelotas, aos seus descendentes, que se fizeram bons filhos de nossa Pátria; aos Expositores, cujo labor constante, afonoso, patriótico, elevou a nível agro-pecuário de nossa Estado ao grau superior que hoje apresentam os produtos exibidos, fazendo orgulho aos criadores riograndenses, dignos da glorificação.

Saudamos a Federação Rural da Rio Grande do Sul, que agrêmia, preside, impulsiona a classe rural. Saudamos a Sociedade Nacional de Agricultura, que precedeu a Sociedade Agrícola, de um ano, fundada em 1897, suprema direção da classe rural no país, presidida com alta desarmínio e dedicação pelo ilustre brasileiro Artur Torres Filho, tendo como vice-presidente Luis Simões Lapes, prestísimos conterrâneos, cujo nome acha-se ligado à criação desse sumptuoso Parque de Exposições.

Saudamos aos poderes públicos da União, Estado e Municipal, com a afirmação da propósita de colaborar, improrcinavelmente, na opção governativo, para

a execução do vasto programa rural, que a nós reclamamos. Em recente discurso, em Itaperuna, no Estado do Rio, o Exmo. Sr. Presidente da República, teceu um hino ao trabalho rural, acentuando a norma de seu governo de servir às atividades agro-pecuárias, como base de vida econômica nacional e a demonstração desse interesse pelas nossas problemas da terra, está na presença aqui da Comissão, que designou, para representá-la, na pessoa do ilustre conterrâneo, deputado Artur de Souza Costa.

Ao Ministério da Agricultura, presidida por esse devotada titular, amigo do Rio Grande do Sul, que é o ministro Daniel de Carvalho, empenhado no seu surto agrícola, só cabem agradecimentos, desde administrações anteriores, pelas importantes criações, que representam a Escala Agro-Técnica Visconde da Graça, a Estação Experimental de Fruticultura da Cascata, a Instituto Agronômica do Sul, a incorporação da Escala de Agranamin Eliseu Maciel ao plano de ensino da União.

Saudamos ao governo da Estado e ao ilustre Secretário da Agricultura, Sr. Balbino de Sousa Mascarenhas, cuja pensamento sabemos estar sempre fixada na progresso rural de Pelotas; à Assembleia Legislativa, que tomou a iniciativa da decretação do Código Rural da Rio Grande do Sul, o que constituirá um título de glória para essa corporação popular; ao digno Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores, onteveida novas e importantes aplicações no surto da vida rural, com as possibilidades que surgem com o Orçamento elevado o trinta e dois milhões de cruzeiros.

Estendemos nossas homenagens às gloriosas Repúblicas Argentina e da Urugual, cuja progressa rural tem sido ensinamento ao surto pecuária deste Estado, e a cuja calabaração prática tanta deve, como ainda nestes certamens com a contribuição de preventas juizes para a julgamento das animais.

Ao Rio Grande do Sul, saudamos, com entusiasmo e otimismo, ante a visão de seu parvir, dependente apenas de uma política econômica ativa das governantes, seguida pela labor de seus filhas.

Vivia nossa Estado, há 30 anos asfixiada com a Barra Sul fechada praticamente ao comércio marítima. Com a abertura da Barra, incorporação ao ocêrva da administração pública da Estado de seus serviços e Porta do Rio Grande e Viação Férrea, em 1918 a 1920, respectivamente, em virtude de longos arrendamentos contratados com a Governo Federal, ficou o Estado com a direção desses serviços vitais à coletividade gaúcha. E' só mantê-las, incrementá-las, e terá em mãos a chave de seu desenvolvimento.

Um exome de balanço econômico do Estado evidencia quanto é pujante a estrutura e a atencionalidade riograndense. Funda-se nas duas indústrias fundamentais: a pastorial e a agrícola. Passou a maior rebanho bovino do Brasil, e em relação aos cereais, gozo de uma relativa independência econômica, bastando-se, em quase todas as artigos essenciais à subsistência humana.

Fatores dessa situação podem ser encontradas nestas bases sólidas: o racional regime tributário, com fundamento na imposta territorial, destinado à substituir os anti-econômicos impostos sobre a circulação da riqueza; no sábio sistema de colonização, que desenvolveu o pequeno propriedade, e na abertura ao exterior do comércio de carnes, com a instalação da indústria frigorífica, que remonta a 1918. A eletrificação da Estado será o alicerce em que repousará, em futuro, a libertação econômica da Rio Grande do Sul.

NO VERÃO
OU NO INVERNO...
ANTARCTICA



Em qualquer ocasião, e a qualquer momento, a cerveja ANTARCTICA é a bebida indispensável e tradicional dos lares brasileiros. Por seu baixo teor alcoólico, de apenas 30 gramas por litro, e seu delicioso paladar, a cerveja ANTARCTICA é perfeito complemento de elegância e bom gosto.

UM PRODUTO DA



ANTARCTICA

Com a vitória da batalha da trigo, a Rio Grande do Sul poderá atreecer 'aa Brasil, n pão de que carece; com a superioridade dos seus rebonhas de gado, a carne que reclama; com a aperfeiçoamento da viticultura, o vinho, esses três elementos, que constituem a lôrça econômica da portentosa pátria argentina.

Perseverem as poderes públicos numa sábia política econômica, que assegure ao trabalho agrícola os elementos essenciais à produção, o amparo necessária ao homem rural, preservando a produção de tributos anti-econômicos ou exageradas, de regulamentações, excessivos, com intervenções, sim, nas negócios contra a especulação, porém, medindo bem essa ação tutelar, para que seja oportuna, razoável e reduzida ao mínimo, de modo a não ser contraproducente, evitando-se, ainda, deliberações reativos ou de surpresa, pelos abalos e esmorecimentos que causam.

Rio Grande do Sul, berço, de heróis e mártires, na ciência, na política, nas artes, nos armas, Terra de Joaquim Caetano da Silva, de Mauá, de Araújo Porto Alegre, de Herval, de Bento Gonçalves, de Silveira Martins, de Ferreira Viana, de Julia de Castilhos, de Assis Brasil, de Oliveira Neto, de Pedro Luis da Rocha Osório, o Mauá dos últimos tempos, nomes tutelares, que se projetam luminosamente

na história do Brasil, refletindo a gênio gaúcho, recordando um passado de honra, de patriotismo, de sacrifício, a Sociedade Agrícola de Pelotas, esperançosa sempre, acompanha este atribulada presente, a atualidade brasileira, cheia de dificuldades internas, em parte resultado de grave situação internacional, que afflige todas as povos, confiantes em seus destinos promissares, que são os próprios destinos nacionais. É, para isso, formulamos votos ardentes, que nas élas da unidade pátria solidifiquem-se, cada vez mais, sob a regime federativo, indicado para o Brasil pela própria natureza, que repele o centralismo asfixiante, que a fraternidade entre os homens se fortaleça, por um acentuado solidarismo, que imponha aos poderosos a noção de sua função social e a maior reconhecimento das direitos das mais fraças; que cesse a luta de classes e se estabeleça a harmonia entre elas; que a Paz reine sobre a Terra, pela compreensão de que o mundo é um só, pelo afastamento de um nefasto nativismo, lembrando-nos que tudo que usufruimos é também a produto do engenho e do esforço do gênero humano.

Elevemos as nossas pensamentos e corações, pela prosperidade da Sociedade Agrícola de Pelotas, para maior glória do trabalho rural no Rio Grande do Sul.

Sombreamento dos cafesais

Rogério de Camargo, em seu trabalho "Sombreamento dos cafesais pelo ingaseiro", alinha cinquenta e duas vantagens do sombreamento dos cafesais por esta Leguminosa, que encontra em nosso meio, condições as mais favoráveis ao seu desenvolvimento.

Vários são as espécies de ingaseiros, como por exemplo o ingaseiro rabo de mico, o ingaseiro ferradura, o ingaseiro quatro quinas, etc., tôdas elas recomendadas pelo referido técnico, como ótimas árvores de sombra para o cafeeiro.

O trabalho, que pode ser obtido na Seção de Café, Divisão de Fomento Agrícola, Rua 15 de Novembro 211, 7.º and. Cidade de S. Paulo, é escrito em linguagem clara, sucinta e convincente, e merece ser lido por todos quanto se dedicam à cultura do cafeeiro, que, ainda é o baluarte de nossa economia.

O trabalho do Dr. Rogério de Camargo, um grande estudioso do assunto, abrange três partes.

Na primeira parte, são claramente explicadas as cinquenta e duas vantagens do sombreamento dos cafeeiros pelo ingaseiro referente ao fornecimento de húmus, ao desenvolvimento da flora microbiana, ao contrôlo da acidez dos solos, ao afofamento, ao combate à erosão, à recuperação, à nitrificação, às variações de temperatura, aos efeitos das geadas e das chuvas de pedras, efeitos dos ventos frios e quentes, à sombra peneirada, à produção de cafés finos, ao combate à broca, aos tratamentos culturais e à produtividade.

Na segunda parte, são, da mesma maneira sucinta e muito acessível, fornecidas indicações sôbre o preparo das sementes, o enviveiramento, o plantio e os tratamentos culturais da árvore de sombra.

Na terceira parte, uma magnífica documentação fotográfica do assunto, dá bem uma idéia das vantagens do sombreamento dos cafesais pelos ingaseiros.

O trabalho do Dr. Rogério de Camargo merece a maior divulgação, pois aborda um dos mais palpitantes problemas relacionados com a cultura do cafeeiro, que precisa e deve ser encarada com toda a atenção.

Defendendo a Pecuária do Brasil

Conselhos e indicações para a prosperidade da pecuária brasileira e para o enriquecimento dos nossos pecuaristas

Não pode haver vida sem sal. O homem sabe dista em relação a sua vida.

• • •

É preciso que saiba também dista, em relação aos outros animais.

• • •

Não pode haver pecuária sem sal.

• • •

A maior parte das doenças que dizem aos rebanhos origina-se do falta de sal.

• • •

O sal é alimento preventiva e remédia no tratamento dos rebanhos.

• • •

Quer saúde e riqueza para os seus rebanhos, dê-lhes sal.

• • •

Do sal dependem a fortuna e a prosperidade dos pecuaristas.

• • •

Gado que come sal não adocece.

• • •

Não dar sal ao gado é tirar-lhe a vida e o valor.

• • •

Dê sal aos seus rebanhos, em quantidade adequada, e eles lhe darão riqueza.

• • •

Consulte a Veterinária da seu gado sobre as quantidades de sal que lhes devem ser ministradas.

• • •

Valorize os seus rebanhos dando-lhes sal.

• • •

A valorização da seu gado está no sal.

• • •

A riqueza da Pecuária depende em grande parte do sal.

• • •

Evite todas as maléstias dos seus rebanhos dando-lhes sal.

• • •

O sal no gado é ouro.

• • •

Peçam instruções ao Instituto Nacional do Sal sôbre a sal na vida dos rebanhos. Ele lhes dirá, também, sôbre as quantidades adequadas ao uso do sal no tratamento dos seus rebanhos.

• • •

Os conselhos acima estão sendo largamente difundidos e, por acharmos de grande importância para os nossos meios produtores, para aqui trasladamos, como indicação preciosa.

Consultas e Informações

Combate aos pulgões das plantas

Eslarecendo a um nosso consócio do Estado de Minas Gerais, temos a informar:

a) — realmente, a joaninha vermelha e sua larva são predadores dos pulgões.

b) — um dos tratamentos indicados para o combate aos pulgões, consiste em pulverizações com a seguinte fórmula:

sabão	20 grammas
sulfato de nicotina a 10% ..	25 cc
água	20 litros

c) — para preparar a calda procede-se da seguinte maneira: em primeiro lugar dissolve-se o sabão em água quente e o sulfato de nicotina em água, misturando-se depois as duas soluções. É preciso, depois, agitar bem.

Lugaseiro rabo de mico

Eslarecendo a um nosso consócio do Estado do Rio temos a informar que, realmente, o lugaseiro rabo de mico, cientificamente chamado *Lugadalis*, é uma Leguminosa muito recomendável como árvore de sombra para o cafeeiro.

Uma vez colhidas as sementes de frutos perfeitamente maduros, é conveniente plantá-las imediatamente, pois elas não podem sofrer nenhum processo de secagem (é comum elas iniciarem o processo de germinação ainda no interior dos próprios frutos).

Enxertia da Azalea

Eslarecendo à Srta. L.B., do Distrito Federal, temos a informar:

a) — as variedades de Azaleas podem ser enxertadas sobre a Azalea pontica e a Azalea Phoenicea, que são os porta-enxertos mais resistentes e indicados.

b) — o processo de enxertia mais recomendável é a garfagem em feudo.

Cursos de Hortas Domésticas

Eslarecendo várias consultas de leitores informamos que na Escola de Horticultura Wenceslão Bello foram

ministrados, no ano passado, três Cursos Práticos de Hortas Domésticas, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas. Para o corrente ano, as duas entidades estão planejando a realização de mais alguns cursos do mesmo tipo.

Propagação da Banana de macaco

Respondendo ao Sr. R.R., do Estado do Espírito Santo, temos a informar:

a) — a planta chamada banana de macaco, é uma Aracea provavelmente mexicana, cientificamente chamada *Monstera deliciosa*.

b) — realmente, a banana de macaco é também chamada banana do mato.

c) — o processo normal de propagação de tão interessante Aracea é por meio de hastes enraizadas.

d) — a planta encontra melhor ambiente nos climas quentes e húmidos.

e) — a banana de macaco desenvolve-se bem em quasi todos os solos, preferindo os permeáveis, frescos e férteis.

Alinhamento em triangulo equilátero

Eslarecendo ao Sr. H.N., do Distrito Federal, temos a informar:

a) — o alinhamento em triangulo equilátero é também chamado alinhamento hexagonal.

b) — o alinhamento em triangulo equilátero comporta maior número de plantas por unidade de superficie que o alinhamento em quadrado (cerca de mais de 15% de mudas).

c) — para o caso do terreno do consultante, que é mais ou menos plano, o alinhamento em triangulo equilátero é muito indicado.

d) — adotando-se o compasso de seis metros, um hectare comporta 277 plantas (alinhamento em quadrado), ou 320 plantas (alinhamento em triangulo equilátero).

Cooperativas e Corporações

por Fábio Luz Filho

Há ainda lamentável confusão, mesmo da parte de pessoas que se dizem em dia com assuntos de economia e de sociologia, entre *cooperativismo* e *corporativismo*.

Os estudiosos desses assuntos sabem muito bem que estes dois termos homodiernamente envolvem conceitos diametralmente opostos, perfeitamente antitéticos.

O moderno conceito de *corporação* difere substancialmente daquela corrente da *Economia Municipal*, na qual tinham relêvo os *Colégios de Arte* (corporações, guildas, etc.), os quais eram órgãos representativos como o acentuado em "*Teoria e prática das sociedades cooperativas*", órgãos de funções nitidamente religioso-morais, jurídico-políticas e econômicas, acrescidas da faculdade de fomento e proteção da produção. Orimdos de uma época e que existia a convicção generalizada de que a "liberdade era o melhor subsídio do trabalho".

Aunós chega a afirmar que não só na Idade Média são conhecidas as corporações, de vez que a história não conhece senão Estados alicerçados sobre bases corporativas. Na época romana temos, entre muitos, os "*collegia opificum*", reunindo a construtores, carpinteiros, fabricantes de instrumentos musicais, etc., etc.

Dá-se como fonte do Estado corporativo moderno a *Carta das Liberdades de Carnaro*, saída da pena luminosa do autor de "*Il Fuoco*", em que se alude ao "*res populi*".

Modernamente, corporativismo é a doutrina elitista, com raízes hegelianas, (nada menos de 150 autores alemães criaram clima para o nazismo, influenciando gerações sobre gerações, até os geopolíticos atuais) em que a *organização social é baseada nas corporações profissionais*, que, pelos seus órgãos eletivos, fiscaliza a atividade econômica de cada profissão. São organizações fechadas e subsidiárias do poder político. Possuem, por isso, um caráter de di-

reto público. O Estado não deixa de controlar e dirigir as atividades profissionais através das corporações, não obstante de autoridade a essas corporações para isso, cujas decisões têm o caráter de direito público, que poderão ser vetadas ou não.

O corporativismo italiano, definiu as corporações como instituições que "*reunem as organizações sindicais dos fatores da produção por determinado ramo de produção ou por uma ou mais categorias determinadas de empresa*". Outra definição (*Aunós*) diz que *corporação*, na ordem social — econômica, é o organismo de direito público que mantém equilibrados, dentro do seu seio, os legítimos interesses pertencentes a um ou vários ramos da produção. O sindicato passa a ser "uma peça do organismo corporativo". Não se compreende *corporação* sem *sindicato*. E sindicatos e cooperativas podem completar-se no campo da produção, mas não se confundem.

Manolesco define a corporação como uma organização coletiva e pública composta da totalidade de pessoas, físicas ou jurídicas, que desempenham em seu conjunto a mesma função nacional e tem por objetivo assegurar o exercício de regras de direito impostas a seus membros.

Ugo Spirito dá como conceito fundamental da economia corporativa a estatização de todos os fenômenos econômicos, conceito radicalmente diferente do cooperativo, como se sabe, de vez que este quer a administração das coisas, baseia-se na iniciativa privada e deseja que o Estado perca seu conteúdo coercitivo, ou totalitário. Talvez se toquem suas filosofias quanto à identidade do interesse individual com o geral, pelo princípio da satisfação das necessidades e subordinação da produção ao consumo, visando, porém ao consumidor, este como entidade genérica, e sem considerar o móvel hedonístico, que disciplina e canaliza para o interesse comum.

A Cooperativa é uma "economia completa" (*Wirtschaft*), como a foi a família no seu caráter de centro de produção e consumo.

A cooperativa é uma organização de natureza volitiva, aberta a todos, de entrada e saída livres, de adesão voluntária, formadora de consciência ética nas relações econômicas e organismo socio-econômico-moral em última análise.

Estou com os "Amigos da Cooperação", a prestigiosa entidade francesa que tem à sua frente, entre outros, Paul Claudel, Fauquet, Laserre, Lavergne, etc., quando afirma que poderá reconhecer, como a afirmam recentemente o Comitê Central da Aliança Cooperativa Internacional, a identidade dos fins entre a ação cooperativa e a ação do Estado desde que este último se livre da pressão dos interesses privados e responda à necessidade duma organização que faça prevalecer a necessidade da economia do serviço sobre a economia do lucro, tanto no plano nacional como no internacional.

É da essência do cooperativismo defender a liberdade e os valores humanos. "O regime totalitário chama a si a totalidade da poder econômico, assim como o poder de coerção política e administrativo. Ao inverso do método estatal, que leva a dirigir do alto para baixo, o método cooperativo atua de baixo para cima por meio da organização de organismos federativos que agrupam a unidade pessoal e a familiar, as quais formam a base da direção econômica e social".

Mesmo o superestatismo russo reconhece, pela vez de *Mitiurina*, o caráter democrático do movimento cooperativo, que, a seu ver, deve apoiar toda a campanha pela progresso humano, de vez que, assim, criará bases sólidas para realização de sua tarefa essencial: o melhoramento das condições de vida de milhões de seres e de todo o povo trabalhador em geral.

Edgard Milhaud, em se referindo a Gide, acentua que a grandeza dele consiste em ter enfrentado com gallardia os economistas da riqueza, ficando humanamente como o economista dos valores humanos, demonstrou ele que o mundo capitalista malbarata de mu-

neira espantosa esses valores humanos. Elevou ele a cooperação rochdaliana à dignidade de um movimento de emancipação humana; deu a versão, em termos econômicos atuais da Sermão da montanha, uma fendida sobre a aridez do egoísmo humano; afirmou sem o objetivo da abolição do salariado a que a cooperativismo visa; lúcido elaborador dos valores de liberdade, de personalidade, de dignidade, de solidariedade, fundamentos espirituais e morais do mundo novo...

Aquêle ideal moral de Gide deu-lhe como já acentuei, uma imaculável posição ímpar em meio à pléiada contemporânea de ipígonos cegamente atreídos nos dogmas por eles todos rigidamente interpretados em aranhosos silogismos.

Lavergne frisa como esse ideal moral permitiu que Gide rompesse tanto com a escola econômica clássica como com a escola marxista, situando a doutrina cooperativista numa equidistância, posta a idêa do consumidor como o motor central de vida econômica, esse esquecido consumidor revelado então em todo o seu refulgente e extenso poder, capaz de enfeixar em suas mãos todo o ciclo do processo econômico estruturando uma ordem econômico-social fundamentadas em princípios éticos, visando inicialmente à satisfação de necessidades que não ao lucro, como já acentuei.

O caminho certo, sem torcicolos, do cooperativismo é a livre associação, o acôrdo espontâneo das boas vontades, das voluções equânimes.

Reivindicando, Gide a autonomia da escola cooperativa para mantê-la equidistante de fórmulas econômicas inflexíveis, desfraldou, com panejamentos cintilantes, uma concepção econômica que se tornou o pilar do pensamento social cooperativo. Colocando-a nessa posição intermediária, não deixou entãto de aceitar o princípio da concorrência, cuja vestidura de serpente arrancou com pulso pugnaz de vexilária.

Deu por base do sistema cooperativo o respeito religioso à pessoa humana. Esteou o sistema na expansão fecunda da personalidade humana.

A CRUZA INDUSTRIAL DE GALINHAS

Na produção das aves, que devem ser exploradas, na criação industrial, o avicultor-melhorista pode lançar mão de uma técnica, muito espalhada hoje, e que consiste em cruzar duas raças puras para obter *mestiços de primeira geração*, mais rústicos, de maior vitalidade, precoces e de algum modo mais rendosos.

Há dois caminhos para isso. Um tendo em vista a separação imediata dos pintos, conforme o sexo, e o outro em que não se tem em vista essa separação, mas apenas a obtenção de aves comercialmente mais rendosas.

Examinemos o primeiro caso.

Cruzando-se um galo de plumagem preta, Gigante de Jersey, por exemplo, com uma galinha barrada, os pintos mestiços, descendentes deste acasalamento, poderão ser imediatamente separados — machos e fêmeas, ao nascerem: os machos serão barrados (portadores da conhecida manchinha branca na cabeça) e as fêmeas serão pretas. O mesmo podemos fazer, cruzando galinhas Light Sussex prateada com galos de plumagem donrada (Rhode Island vermelho, Orpington amarela, Combalente indiano): os pintos machos serão prateados (do prateado ao camurça) e as fêmeas amarelas (do amarelo ao castanho). Assim se torna possível destinar logo uns e outros, para a finalidade particular de cada um: frangos para consumo e frangas para posturas.

Quando não se pretende estabelecer esta separação prévia, cruzam-se também as raças, tendo em vista reunir no *Mestiço de primeira geração* ou "mestiço industrial" a aptidão para postura (a explorar nas fêmeas) e a pronuncia-

Prof. Octavio Dominges,
Zoolcenista

da aptidão para carne (a explorar nos machos). Um cruzamento que, presentemente, está muito em voga nos Estados Unidos é o da *Anstralorp* com a *Legorne branca*. Deram-lhe até um nome particular muito sugestivo: *Anstra-White*, com qualidades excepcionais, tais como crescimento muito rápido, rusticidade, madureza precoce, frugalidade, vitalidade e bom aproveitamento do que come e deve transformar em carne e ovos.

Um galinocultor-industrial pode povoar seu galinário de frangas mestiças de primeira geração, explorar a primeira e a segunda postura delas, e vendê-las depois, vantajosamente, pois serão aves de melhor carne do que se fossem Legornes puras. E os machos, com mais razão, serão frangos excepcionais para consumo, nada lembrando os legornezinhos de tilela seca.

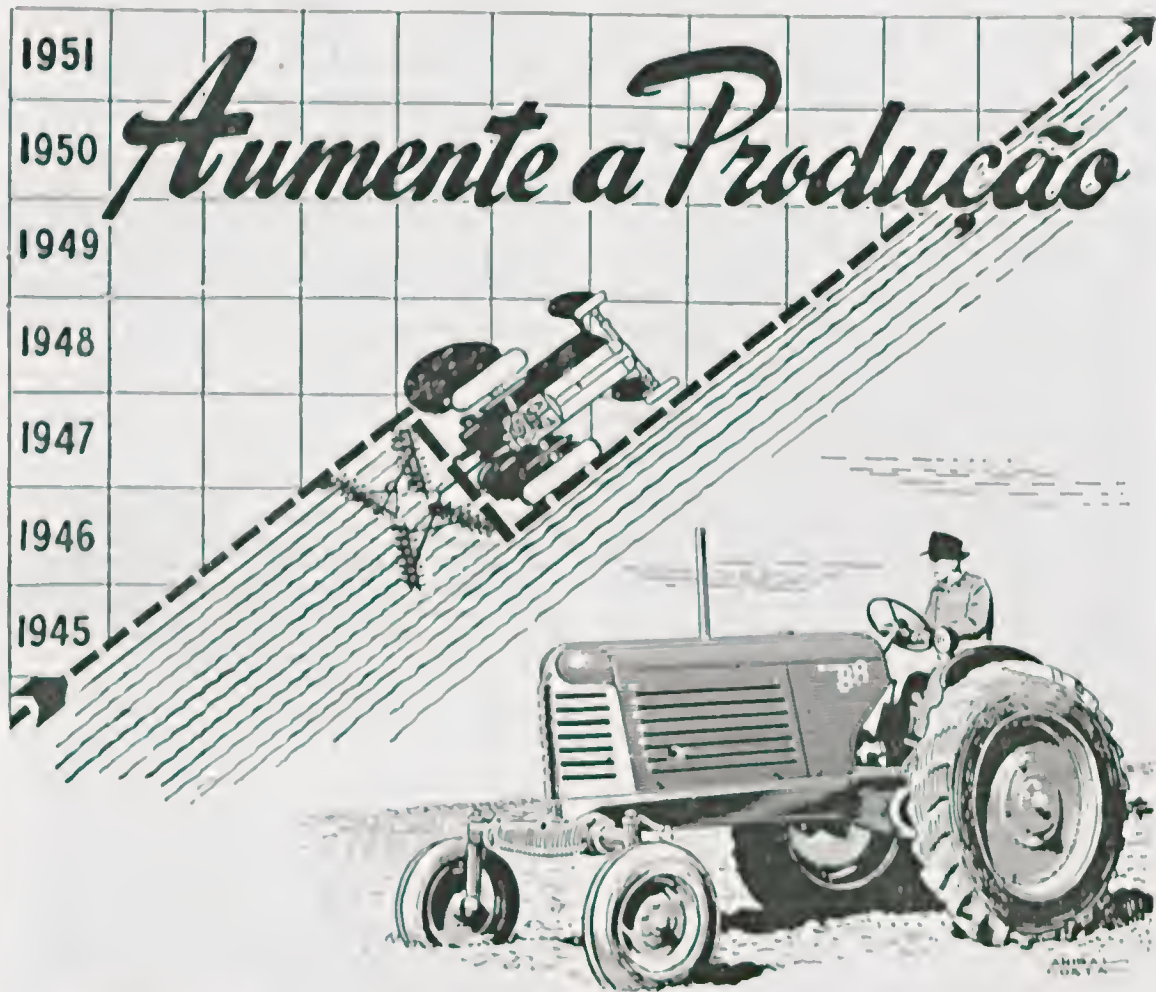
Está faltando é iniciativa aos avicultores, que suprem o nosso mercado de ovos, para incubar, de pintos de um dia, de frangos para reprodução ou de frangas para postura. Iniciativa para realizarem tais cruzamentos, com o fim de produzir êsses famosos "mestiços industriais".

O que resta dizer, finalmente, é lembrar que em nenhuma hipótese êsses mestiços devem servir para reprodução. Machos e fêmeas (após explorada a postura) serão consumidos, inapelavelmente, sob a forma de canja ou assados no espêto...

LAVRADOR! CRIADOR!

FORTALECE A TUA CLASSE INSCREVENDO-TE NA "ASSOCIAÇÃO RURAL" DO TEU MUNICÍPIO. SE ESTA NÃO EXISTIR AINDA, FUNDA UMA, DENTRO DOS MOLDES DO DECRETO-LEI 8.127, DE 21. DE OUTUBRO DE 1945.

A SECRETARIA DA S. N. A. TE PRESTARÁ TODOS OS ESCLARECIMENTOS A RESPEITO.



utilizando
máquinas modernas

Tratores OLIVER, inteiramente novos, acabam de ser lançados no mercado, trazendo os últimos progressos da indústria norte-americana. Peçam informações sôbre os novos tipos High-Clearance Row-Crop, com bitolas ajustáveis nos eixos dianteiro e trazeiro, para trabalho entre as fileiras plantadas.



DEPARTAMENTO AGRÍCOLA
MESBLA

RUA EVARISTO DA VEIGA, 65/67 - RIO DE JANEIRO

A Organização Rural

(Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945)

À Câmara Federal apresentou a Sr. Altino Arantes, representante de S. Paulo, projeto que tomou a n.º 928 de 1948, revogando a decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945, a qual prevê a organização, da classe rural em base associativa.

No "Diário do Congresso Nacional" de 15 de dezembro do ano passado, além da legislação, citada, vêm publicados a projeto em questão e sua justificação, bem como as sugestões da FARESP, propondo modificações ao audido decreto.

O deputado Duque de Mesquita, como relator da materia na Comissão de Agricultura, emitiu luminosos processos que, para esclarecimento e estudo da classe, aqui inserimos, com as melhores louvores da Sociedade Nacional de Agricultura ao ilustre parlamentar, pois que seus conceitos merecem o integral apoio da instituição sob cuja inspiração e colaboração de outras respeitáveis entidades nasceu o diploma que se pretende por abaixo.

Eis o projeto e a justificação da Deputada por S. Paulo.

PROJETO

N.º 928 — 1948

Revoga o Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, que dispõe sobre a organização da vida rural, e o Decreto-lei n.º 7.449, de 9 de abril de 1945, que lhe deu origem.

(Da Sr. Altino Arantes)

(As Comissões de Agricultura e de Finanças)

Art. 1.º Ficam revogados o Decreto-lei número 7.449, de 9 de abril de 1945, o Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro do mesmo ano e o Decreto n.º 19.882, desta última data, que os regulamentou.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Seções, 9 de janeiro de 1948. — Altino Arantes — Aureliano Leite. — Flores da Cunha. — Toledo Piza. — Morais Andrade. — Philippe Bolbi. — José Mario Lopes Concado. — Dolor de Andrade. — Plínio Cavalcanti. — Jacy de Figueiredo. — Faria Lobato. — Benedita Pereira. — Antônio Feliciano. — Hamilton Maguiera.

Justificação

No legislação torrencial — bem característica dos governos discricionários — que inundou a direito pátria nestes últimos tempos avultam, por suas graves consequências, sobre o nosso regime agrário e sobre nossas atividades rurais, o Decreto-lei n.º 8.127, e o Decreto n.º 19.882 que o regulamentou, ambas de 24 de outubro de 1945 e expedidos, portanto, no véspere do movimento com que as forças armadas nacionais, a 29 daquele mesmo mês e ano, desanuviam o ambiente político de nossa Pátria, encaminhando a nossa restauração de suas instituições democráticas.

Destinando-se, segundo as tórnas de sua ementa "à organização da vida rural", o de que cuidou

aquele diploma foi, pura e simplesmente, de jungir a sofredora classe dos nossos lavradores ao arbítrio do govêrno, através de uma preteosa organização de classe — atentatória da ampla liberdade de associação assegurada por tôdas as anteriores Constituições do Brasil e pela própria Carta outorgada em 10 de novembro de 1937, e cujo artigo 122 n.º 9 deveria estar, então, em pleno vigor...

O que é certa, porém é que hoje na vigência da Constituição de 18 de setembro de 1946, impossível se torna a existência de uma lei que lhe contrário frontalmente os artigos 141 § 12 e 159, nos quais se consagram a liberdade de associação profissional e sindical e, consequentemente, a pluralidade de tais associações.

Ora, já no seu artigo 1.º o citada Decreto-lei n.º 8.127 fere êsse princípio de liberdade de associação, estobelecendo que "cada município terá uma associação rural", e que esta, de acôrda com a que dispõe a parágrafo único do art. 5.º, será obrigatoriamente fundada por iniciativa do respectivo Prefeito, quando os interessados, dentro da prazo de noventa dias, não o tenham feito livremente.

Merece, outrassim, especial referênciã a art. 21, alínea b), onde se determina a criação de taxas especiais para a constituição do patrimônio das associações a serem fundadas. É óbvio que ao pagamento dessas taxas ficaria sujeito todo aquele que, no conceito do § 1.º da artigo 1.º "fôsse considerado no exercíciã da profissão rural", participasse ou não do quadra social de tais agremiações.

E estas agremiações — meras entidades de direito privado — iriam assim gozar do privilégio de pessoas de direito público, usufruindo de taxas que todas pagariam compulsoriamente por serviços e vantagens de que apenas alguns seriam os beneficiários...

Não basta ainda. O artigo 5.º do Decreto número 19.882, regulamentando o artigo 17 da Decreto-lei n.º 8.127, estatui que a "associação rural é o órgão de apresentação e defesa da classe rural da municípioã quando reconhecida e filiada à Federalção nas Associações Rurais".

Êste dispositivo, além de transgredir as regras gerais do direito de livre associação e de representação, definidas pela Constituição e pelo Código Civil, insurge-se também contra o Consolidação das Leis do Trabalho — (Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1942), o qual, na parte final de seu art. 558 prescreve que "as associações profissionais registradas nos termos dêste artigo poderão representar perante as autoridades administrativas dos associados, relativos à sua atividade ou profissão, sendo-lhes também extensiva as prerrogativas contidas na alínea "b" e na parágrafo único do artigo 513"; isto é, as prerrogativas de "colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo na estudo e na solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal".

A cambra desta prerrogativa legal a Sociedade Rural Brasileira, por exemplo, antiga e prestigiosa associação da classe agrícola, com sede em São Paulo, contada associadas em quase todas as Estados do Brasil foi reconhecida pelo Govêrno Federal, ex-vi do Decreto n.º 13.226, de 24 de agosto de

1943, como órgão técnico e consultivo ora o estuda e soluciona dos questões referentes aos interesses econômicos e sociais compreendidos na sua peculiar atividade.

Outros muitos casos haverá com certeza, por este mesmo Brasil afuro, de associações com existência longa e com bons serviços prestados às respectivas classes e que, de repente, na hipótese de prevalecer e ser cumprido o ditame do Decreto-lei nº 8.127 teriam de cerrar os seus portos ou de suspender a execução de suas funções altamente proveitosas e patrióticas.

Força é reconhecer, entretanto que a resistência pacífica, mas obstinosa, dos lavradores frustrou, ou pelo menos, vem retardando a execução desse Decreto-lei, cujas exigências e cujos prazos imperativos permaneceram, felizmente para a laboriosa classe dos agricultores, até agora impreteríveis.

Urge, a meu ver, revogar esse diploma legal, porque, se é de todo inelocaz para "dar organização à vida rural", a sua presença inerte no corpo da legislação nacional, impende sobre as classes agrícolas do país como ameaça de interferências indelétricas ou, pelo menos, como incentivo para dissídios e disputas estéreis entre associações que deveriam viver unidas e cooperar solidárias para defesa da economia agrária e para o eficiente estudo dos problemas que, mais que quaisquer outros, podem influir diretamente sobre o bem-estar do povo, a desealvalimento de nossa produção e a riqueza da República.

São estas, em resumo, as razões com que ousa solicitar do Parlamento Nacional a aprovação do projeto de lei que ora estou enviando à Mesa da Câmara dos Deputados.

PARECER DO SR. DUQUE MESQUITA

Na justificativo apresentada pela Sr. Deputado Altino Arantes, podem ser destacados os seguintes pontos, sobre os quais S. Excia. baseou a seu projeto de revogação dos Decretos-leis ns. 7.449, 8.127 e 19.882 — tratando da organização da vida rural no país.

1) — o diploma cuidou "pura e simplesmente de jogar a safredora classe dos nossos lavradores no arbitrio do Governo";

2) — a legislação seria "atentatória da ampla liberdade de associação assegurada por todas as Constituições do Brasil e da *próprie certe outergode em 10 de novembro de 1937*";

3) — o Decreto e seu regulamento feriram a princípio dos arts. 141 § 12 e 159 do atual Constituição ao estabelecer no seu art. 1.º "que cada município terá uma associação rural";

4) — que ao pagamento da "taxa rural", no conceito do § 1.º do artigo 1.º ficaria sujeito toda aquela "que fosse considerado ao exercício do profissão rural, participasse ou não do quadro social de tais agremiações"; e

5) — que a Sociedade Rural Brasileira de S. Paulo, em face da prerrogativa legal que dá às associações enquadradas na legislação que se procura revogar (art. 5.º do Decreto 19.882), estaria prejudicada nas prerrogativas de que goza atualmente. E com esta, outras associações, existentes.

Tratemos de cada um desses pontos.

Quanto ao 1.º — Não acreditamos que a classe rural brasileira ficasse jogada ao arbitrio do Governo, simplesmente porque, na lei, se estabelecem normas para o seu registro e reconhecimento no Ministério da Agricultura. É essa uma providên-

cia que visa a fins estatísticos e de cadastro, da mesma forma que se exige de *quaisquer associações civis*, para que tenham personalidade jurídica e seu registro nos cartórios competentes.

A legislação em apreço procura, por outro lado, aproximar ao órgão do Governo federal — o Ministério da Agricultura — os seus grupamentos associativos até porque, nessa mesma legislação, é previsto um trabalho de cooperação, a concessão de favores e não seria admissível que ao Ministério da Agricultura não se reconhecesse o *dever* de ter as associações rurais do país devidamente cadastradas, disciplinadamente registradas nas suas repartições especializadas. O mesmo acontece com as cooperativas, que são ali obrigatoriamente registradas, e reconhecidas, sem por isso *deixarem de ser livres no sua constituição o funcionamento*.

Quanto ao 2.º e 3.º pontos, qual a de atentar contra o direito de livre associação vejamos a que o respeito escreveu num estudo perfeito e digno de meditação o Dr. Fernando Gomes, 1.º Secretário e Consultor Jurídico da Sociedade Rural Brasileira de S. Paulo, e foi lido numa das reuniões daquela prestigiosa associação, expressamente referida pelo autor do projeto e publicada na revista daquela Sociedade, no seu número de Janeiro de 1946:

"De fato, no seu art. 1.º declara o Decreto nº 8.127, que cada Município terá uma associação rural. Mas a legislador seria de uma inépcia inqualificável se, procurando organizar a classe agrícola, dar-lhe unidade quanto à representação e à defesa dos seus direitos e interesses, permitisse a pluralidade de associações.

Sómente das associações que pretendam gozar das prerrogativas que lhe outorga, isto é, servirem de representantes legais da classe, junto aos governos, e seus órgãos consultivos, cuida o decreto.

De outras associações, que não alimentam essa pretensão, não cuida ele: se já existiam, na data em que entrou em execução o Decreto nº 8.127, subsistirão, se não existiam, poderão ser livremente criadas em qualquer número e sem quaisquer restrições, salvo esta, que é uma prerrogativa das que desejem enquadrar-se nos seus dispositivos e a lei podia recusar-lhes, não será lícito representar a classe junto às autoridades administrativas da República e exercer as funções de seus órgãos consultivos.

E se a um agricultor é livre filiar-se ou não à associação criada pela Decreto nº 8.127, em cada Município, se às associações existentes e às outras que se fundarem e igualmente livre incorpora-se ou não à Federação por ele também criada em cada Estado, resulta muito claro que o referido decreto não restringiu a liberdade de associação que a Constituição Federal assegura a todos os brasileiros e residentes no território nacional.

Nesta quadro de grande efervescência democrática, é muito fácil e cômodo impugnar-se uma instituição criada ou um decreto expedido pela fraada Ditadura; basta argui-los de fascistas.

O Decreto nº 7.449, de 9 de abril do corrente ano, o primeiro que tal expedido sem consultar as sociedades de classe e, em verdade, é o continho um dispositivo de índole totalitária: o presidente e o tesoureiro da Confe-

detração então, chamado União, seriam nomeados pelo Presidente da República, e os presidentes e tesoureiras das Federações, chamadas Sociedade, pelos governadores dos Estados.

Mas, as associações de classe, inclusive a Sociedade Rural Brasileiro, combateram energeticamente tal decreto e, em consequência dessa campanha, constituiu-se uma comissão de agricultores nacionais, com sede no Rio, e na qual São Paulo foi representada pelo Sr. Iris Meinberg, Presidente da União das Associações Agro-Pecuárias do Brasil Central. Depois e alguns meses de estudos, foram encaminhados ao Presidente da República, para sanção, o projeto da decreto n.º 8.127 e respectivo regulamento. E como a constituição daquela comissão foi divulgada pela imprensa, que publicava também frequentemente o andamento dos seus trabalhos, qualquer agricultor ou interessado poderia fazer sugestões aos seus membros e participar, assim, da elaboração da classe.

Por outro lado, criando em cada Município, uma associação rural, que será a representante da classe, junto ao respectivo Prefeito e o seu órgão consultivo, determinando que, em cada Estado, as associações municipais se reunam em Federação que, por sua vez, será o representante daquela mesma classe junto ao Governo Estadual e seu órgão consultivo e, finalmente, estabelecendo que as Federações Estaduais integrem, por seu turno, a Confederação Rural Brasileira, que será o representante da classe agrária nacional junto ao Governo Federal, a Decreto n.º 8.127, não se inspirou no estatuto que a Ditadura Farrel outorgou aos agricultores da Argentina, que é uma República unitária, mas tomou por modelo a própria constituição política do País: deu à classe uma organização federativa.

Por outro lado, assim nas associações como nas Federações e Confederações, todo o poder foi atribuído à assembléia geral, que é o órgão por excelência soberano, elege os respectivos diretores, responsáveis perante ela, e orienta toda a vida social. Trata-se, portanto, de uma organização federativa, piramidal, que repousa nas mais amplas bases democráticas e, excluindo da decreto n.º 8.127, qualquer intervenção dos poderes públicos, resguarda perfeitamente a independência dos agricultores.

É verdade que no seu art. 5.º parágrafo único, aquele decreto autoriza os prefeitos a promover a fundação das associações rurais dos respectivos municípios. Mas trata-se de ação meramente supletiva, pois semelhante dispositivo só será aplicável quando: a) não houver instituição na municipalidade; b) a existente não manifestar ao Ministério da Agricultura o desejo de se adaptar ao decreto; e c) as próprias agricultores não tiverem a iniciativa de fundar a associação.

Uma vez publicada, a lei presume-se de todos conhecido. Mas num país como o Brasil, com uma grande percentagem de analfabetos, que se concentram, sobretudo, na zona rural, aquela presunção não corresponde à realidade.

O mencionado dispositivo da decreto número 8.127, é, pois utilíssimo: 90 dias de-

pois de ter êle entrado em execução. É muito provável que, na maioria dos municípios rurais do País, ainda se lhe ignore a existência".

Mas, por que tenho o projeto de revogação do Decreto n.º 8.127, partido justamente de um representante de São Paulo, insistimos em trazer o testemunho dos líderes da classe rural daquele Estado, a respeito da matéria.

Revogado o primitivo decreto, a de n.º 7.449, após o estudo apresentado por uma comissão de representantes de que participou ativamente, um delegado das classes rurais de São Paulo, vale a pena inserir também a sua palavra a respeito, substanciada no seguinte trecho de uma de suas entrevistas à imprensa. É êle o Sr. Iris Meinberg, atual Presidente da Federação das Associações Rurais de São Paulo:

"Reafirmo a satisfação que tenho em ver promulgado o estatuto constitutiva da arremetimento rural no Brasil nos termos em que foi pôsto pela aludida comissão, ora aprovada pelo Governo Federal, e ainda porque iniciamos a verdadeira reforma agrária do País. É que nenhum planejamento para o maior desenvolvimento das entidades rurais poderá ser levado a efeito com sucesso, sem que a classe esteja devidamente arremetida, não só para a defesa dos seus próprios interesses como para a realização de empreendimentos capazes de torná-la a grande força que realmente é".

Uma outra valiosa opinião, que, não poderíamos deixar de invocar, é a do Dr. Virgílio dos Santos Marno, líder associativo da classe rural de São Paulo, pertencente, aliás aos quadros da referida Sociedade Rural Brasileira:

"O Decreto n.º 8.127, malgrado por algumas pessoas, sem um exato conhecimento das suas finalidades e das causas que lhe deram origem, tem um grande objetivo, o de promover a arremetimento da enorme massa dos que trabalham a terra, pela qual se poderá dar solução a numerosos problemas, de vital importância para a economia nacional.

Por esta arremetimento os milhões de proprietários rurais, os meeiros, os arrendatários e os trabalhadores agro-pecuários poderão ser efetivamente orientados, nas suas atividades rurais. Além disto, a lavoura ficará automaticamente independente, sem precisar contar com a boa vontade das outras classes, nos pronunciamentos coletivos da produção, contribuindo assim com mais eficiência, para o aumento e melhoria da mesma.

Não tem sido tão proveitosos quanto fôra de desejar, as iniciativas dos órgãos oficiais, na sentido educacional agrícola, porque quando o técnico chega aos municípios, na execução do programa do Ministério ou da Secretaria da Agricultura, nem sempre é acolhido com o entusiasmo necessário, por parte dos agricultores, para o apoio que precisa, de modo a obter sucesso na sua missão. O meio rural só muito tarde vai ter conhecimento da atuação eficaz do agrônomo, porque os elementos que o compõe não se acham associados, mas dispersos e desunidos. É evidente, pois, que reunidos os agricultores em sociedades em cada mu-

nício de toda a terrão brasileira, o ação do técnico se produziria da periferia para o centro e não do centro para a periferia, atuando antes e sobretudo nas assembleias rurais, constituídas no município.

É estranhável que os ataques ao decreto 8.127 tenham partido justamente daqueles que tanto poriam pela sindicalização indistinta dos agricultores e trabalhadores rurais, com a crítica de que o referido decreto tem feição fascista. Isto demonstra uma incoerência singular.

O decreto 7.038, de 10 de novembro de 1944, que regula a sindicalização rural no país, é, este sim, em verdade, é que tem o caráter e origem fascista.

Repetiu qualre que textualmente boa parte dos dispositivos da atual lei de sindicalização, que vigorava para a indústria e comércio.

Estabelece a unidade sindical, a sua dependência do Ministério do Trabalho, subordinando a sua existência e as suas atividades à vontade e às ordens dos órgãos governamentais.

Os sindicatos, que se organizarem obedientes a estas normas seriam manobrados para satisfazer interesses políticos acaslanos, serviriam para articular forças facciosas, em favor do governo, iguais as que produziram o fandangismo queremista, tão criticada pela opinião pública.

Releva acentuar que a lei de sindicalização rural foi elaborada, no fastígio da ditadura, sob a dominação dos princípios da Constituição de 10 de novembro de 1937. Inspirada por estes princípios, estabeleceram-se preceitos, exigidos daqueles que quisessem ser diretores de sindicatos rurais prova prévia de boa conduta, mediante fôlha corrida fornecida pela polícia e prova de que não tinham convicções ideológicas incompatíveis com o regime. E nenhum agricultor poderia ser admitido como associado do sindicato, sem atestada do prefeito, ou melhor sem o consentimento do mesmo. Esta questão da sindicalização rural, pela sua manifesta inexecutabilidade quanto aos trabalhadores rurais, vale dizer aos empregados por não haver entre eles as indispensáveis requisitos da espírito associativo e empreendedor, com um nível mínimo de instrução. Cumpre, ainda, considerar a pequena densidade dos trabalhadores, em relação ao espaço ocupado pelas explorações e a consequente diminuição do espírito associativo, o nomadismo dos trabalhadores rurais e finalmente o analfabetismo predominante nessa população.

Daí concluir a conferência de Teresópolis a seguinte redação:

"Por fim deve atender o Estado, na regulamentação da organização associativa das classes rurais, as peculiaridades do estágio econômico das zonas agrárias e do processo normal de agremiação daquelas classes".

Vê-se por esta disposição que o decreto número 8.127, nada tem de novo e nem deve ser condenado a priori, sem a conhecimento real das suas diretrizes. Repudiada, sim deve ser a sindicalização rural tão prejudicial aos interesses da lavoura e à boa política agrária".

Quanto ao item 4, sobre o pagamento da taxa rural, é matéria sobre a qual, se visse a ser estabelecida, teria antes de a respeito manifestar-se o Congresso Nacional.

Nessa ocasião, então, poderiam ser estudadas e afastados os possíveis inconvenientes apontados pela ilustre proponente.

O item 5, fica, a nosso ver, perfeitamente esclarecido e respondida com a argumentação apresentado para os itens 2 e 3.

O fato de ter nascido no regime que terminou a 29 de outubro de 1945 a decreto que se pretende revogar, não é, a nosso ver, motivo para que se o condene, *in limine*. Realmente, deu-se nesse período sua promulgação, mas os estudos e as trabalhos de que o mesmo resultou não são somente daquele tempo, porque são dos primeiros tempos da República. A frente desse movimento se encontra, a aliança a sua boa origem, uma associação semi-circular, a Sociedade Nacional de Agricultura, cujas relevantes serviços ao país e à sua agricultura não é preciso lembrar, porque estão na memória de quantos se interessam por tais assuntos. Pois foi desse respeitável entidade, a cuja frente deparamos homens da inteireza moral e conhecimentos dos nossos problemas, do Barão de Capanga, Maura Brasil, Inácia Tosta, Crisino Cruz, Venceslão Belo, Laura Muller, Miguel Calman, Simões Lopes, Lira Castro, que partiu a idéia de uma tal organização calcada na sua incontestável experiência do problema associativo no meio rural do País.

A fim de afastar dos decretos que se pretende por abaixo, sem que ainda lhes possamos acalmar de falhas ou imperfeições porque agora é que se lança a organização que preconizam, julgamos oportuno historiar-lhes as origens e os fundamentos.

Primeira fase — Com a experiência dos "Caméios Agrícolas", tendo à frente Enes de Sousa, Inácia Tosta, J. Carlos Travassos, Venceslão Belo, Campos da Paz, Beaupreire Rohan e outros, iniciados nas primeiras dias da República, surgiu a idéia da fundação na Capital do país, de um órgão nacional de agricultura, destinado a dois fins principais:

Primeira, estimular a fundação de sociedades locais (municipais).

Segunda, congregar essas instituições, imprimindo ao seu trabalho orientação firme e harmônica, visando a melhoramento e a aumento da produção.

A fundação da Sociedade Nacional de Agricultura, em 1897, resultou dessa idéia e dessa intenção.

O 1º Congresso Nacional de Agricultura, reunido pela mesma Sociedade no Rio, em 1901, consagrou aquele princípio, reforçando-o com a prolação de conclusões preconizando a organização da classe rural por meio de sindicatos agrícolas e de associações de agricultura. Inúmeras associações haviam sido já fundadas e em 1903, surgiu do seio da própria Sociedade Nacional de Agricultura a lei dos sindicatos agrícolas (n.º 979, de 6 de janeiro), visando dar ao associativismo na classe rural um caráter mais profissional e mais orgânico. Nos congressos que se sucederam, esteve sempre na primeira plana essa grande necessidade, reconhecida e proclamada por todos, mas entravada por inúmeras lutas dentre os quais, a principal a dispersão da produção, agravada de um lado, pela falta de compreensão das próprias beneficiárias e, de outro, pelo ausência de uma lei especial para a vida do campo.

Segunda fase — A idéia dos sindicatos rurais regulamentada pelo Decreto n.º 1.637, de 5 de janeiro de 1907, foi uma vitória da Sociedade Na-

clonal de Agricultura, mas não logrou na prática o êxito esperado. Em tal conjuntura, resolveu a Sociedade enveredar pelo caminho que, segundo a sua observação, mais condizia com a essência de nosso agricultor, utilizar o tipo de associação livre, nas moldes das organizações civis, embaçada numa rede de associações municipais, filiadas, por sua vez, as Federações Estaduais. Era a forma mais natural da organização da agricultura, porque a repetição do sistema federativo da Nação. Com a cooperação do Rio Grande do Sul, onde, já a esse tempo, muita adiantada se encontrava o espírito associativo, foi organizado, no seio da Sociedade, um plano naquele sentido. Modelos de estatutos foram elaborados, debates e sessões especiais realizadas e iniciada a campanha pela aplicação prática da idéia. Infortunadamente, porém, de todas as iniciativas então adotadas, ficou de pé apenas uma, a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, a demonstrar a viabilidade e a conveniência de um igual entendimento e ação por parte dos demais estados federativos. O trabalho da Sociedade não cessou e, em 1922, nova tentativa, tendo o Dr. Miguel Calmon à frente do movimento, foi levada a efeito. Prejudicou-lhe o êxito a agitação política e, somente em 1928, sob a presidência Simões Lopes, aproveitando a larga trabalho de mais de trinta anos, pôde a Sociedade fundar a Confederação Rural Brasileira — iniciativa que, se bem compreendida em todo o país teria possibilidade grande avanço à reforma agrária que se faz mister no Brasil.

Terceira fase — Por seu turno, a Governação, em face da organização dada, através das sindicatos profissionais, a indústria e ao comércio, cogitava de estendê-la às atividades rurais, a fim de que não ficasse ao desamparo um dos mais importantes setores da produção.

E assim, em 1942 foi nomeada uma comissão interministerial para estudar o assunto. O Dr. Artur Tôres Filho foi designado para presidir-lo e teve ocasião de sentir de perto, mais uma vez, as dificuldades que se apresentavam ao enquadramento da agricultura ao modelo sindical. Essa dificuldade havia sido, por várias vezes, observado pelas autoridades do governo, bastando, para comprová-lo, o fato de ter sido a agricultura excluída da legislação, que atende apenas à indústria e ao comércio. Dentre todos os óbices, sobressaía o quase impossibilidade de definição do classe por toda a território nacional. Afigurou-se à maioria dos membros da comissão, impossível dar à agricultura, para seu indispensável e urgente organização, o tipo vigente do sindicato trabalhista.

Quarta fase — Embora exaustivo, o trabalho da comissão interministerial não pôde ser aproveitado. A lei sindical que surgiu depois, e está em vigor, Decreto-lei n.º 7.038 de 10 de novembro de 1944, depende de regulamento e este esbarrou fatalmente nas dificuldades apontadas. Não será outro, sem dúvida, a razão de seu não aplicação até agora.

Tornou-se urgente, no entanto, organizar a classe, a fim de lhe serem facultados os benefícios de que já gozam as outras atividades profissionais e, principalmente, o fim de facilitar a penetração dos órgãos da administração e da técnica no meio rural.

Seria preciso dar-se à legislação sobre o assunto um caráter especial, de forma não só a facilitar a fundação das associações, mas sobretudo, o garantir a sua existência, pelo papel que vestem a desempenhar na vida agrícola. Foi assim que se con-

substanciou a idéia de uma lei intermediária entre o tipo clássico da "Sociedade Civil", e a do "Sindicato Trabalhista", como meio de assegurar, de pranta e sem grandes saltos um lugar ao homem rural na coletividade brasileira.

Uma comissão na Sociedade Nacional de Agricultura, incumbiu-se de elaborar o ante-projeto, submetido e aceito pelos pessoas e entidades mais diretamente interessadas no assunto.

Foi baseado nesse ante-projeto o Decreto número 7.449, de 9 de abril do ano passado. A publicação do diploma provocou combates e apalusas. O combate, emanado de centros respeitáveis, como São Paulo e Minas, levou a própria Sociedade a apoiar a sua modificação. Como consequência, foi nomeada outra comissão composta dos próprios elementos que mais se destacaram na crítica ao ato do governo. Ficou assim constituído: do Dr. Artur Tôres Filho, como presidente e representante do Sociedade Nacional de Agricultura; do Dr. Iris Meinberg, Presidente da União das Associações Agropecuárias do Brasil Central; o Dr. Oscar Daudt Filho, representante e 1.º Vice-Presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul; do Dr. Antônio de Arruda Câmara, representante do Ministério da Agricultura; o Dr. Cândido Gomes de Freitas, representante do Sociedade Mineira de Agricultura, sendo secretário o Sr. Luís Marques Poliano redator da revista "A Lavoura".

Se bem que a Comissão tivesse sido nomeada para regulamentar o Decreto n.º 7.449, permitiu-se ela sugerir antes ao Governo a modificação do diploma naquilo que mais de perto se relacionava com as reclamações recebidas e assim foi feito. O Governo, aceitando a sugestão, modificou o decreto, sendo a regulamentação baixada já de acordo com o nova orientação consagrada no lei.

Fase atual — A aplicação do Decreto-lei número 8.127, e Decreto n.º 19.882, preparará a imensa massa de população que vive na campo e do campo para uma reforma que se torna mais e mais necessária. Seriam os seus órgãos — núcleos rurais associações, federações e confederação — a traço de união entre a classe e a poder público. Paderiom, desde logo, levar-lhes uma série de benefícios da ordem social, técnica e econômica muito apreciável. Não tem caráter compulsório para o lavrador e criador, sendo livre a filiação, como livre a manifestação dos seus órgãos de administração, subordinando-se apenas, como é natural ao órgão soberano da instituição, no caso a assembleia geral. Não interfere com as associações existentes, que facultativamente se adaptaram ou permanecerão como estão. Atende à situação de antigos e respeitáveis entidades de classe, com reais serviços ao país, às quais facilita prerrogativas e direitos, respeitando-lhe o organização e o patrimônio.

O fato, alegado por uns raros opositores, olheiros profissionalmente à classe rural, de ficarem esses órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura, não colhe, porque, nem ao menos é novidade. A lei exige a reconhecimento para a efeito da concessão de favores e de representação da classe na área respectivo. Não proíbe, porém, a existência de uma organização não reconhecida. Apenas, não confere a esta o direito de representação junto ao poder público. Não é novidade, porque, desde a tempo do Ministro Odilon Braga, foi organizado na Ministério da Agricultura o registro das associações rurais, para gozarem dos favores governamentais, ainda hoje vigente conforme se vê de um

portaria baixada por aquêle titular a respeito do assunto.

Seria, ainda, necessário observar que a lei de organização rural, tão democrática quanto as que mais o sejam vem apenas consolidar uma situação existente. Ele prevê uma Confederação Rural Brasileira que já existe, prevê em cada Estado ou Território uma Federação de Associações Rurais da que pelo menos uma — e com uma longa vida de serviços ao país — já existia no Rio Grande do Sul ao tempo da promulgação da lei, prevê a constituição em cada Município de uma associação rural, a que também se verifica hoje em pelo menos trezentas unidades municipais do Brasil. Apenas, procura amparar e coordenar esse esforço, reconhecer-lhe a existência, imprimir-lhe a necessária uniformidade e meios de prosperar, o fim de facultar á desamparado classe rural brasileira um lugar ao sol na comunhão nacional, onde a sua voz seja ouvida sem deturpação, em favor daqueles mesmos que se opõem ao sistema, por medo á legitimidade da expressão coletiva do classe, que resultaria fatalmente da organização preconizada.

É hoje reconhecida, por todos os sociólogos e economistas, a impossibilidade da subdivisão de categorias diferenciadas profissionalmente e para aplicação da tutela ao trabalho, representada pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Ao mesmo passo, é reconhecido por todas a necessidade de se retirar a lavoura brasileira do abandono sempre crescente em que vem delinhando, de condotário das outras atividades no quadro geral do economia brasileiro. Ela precisa, acima de tudo, de adquirir a confiança do seu fôrço e pesar em tudo que lhe digo respeito. Já não é possível compreender-se a permanência de tão deplorável situação, mas, ao contrário, deve-se imprimir-lhe unidade de objetivos, de modo a que seja restituído á classe o fastígio de outrora, arrebatado na transformação econômica que caracteriza a atual fase atarmetado da vida brasileiro.

A Sociedade Nacional de Agricultura que há longos anos vem encabeçando o movimento associativo da classe agrícola no Brasil, tomou parte ativo na promulgação do diploma em questão, combatida por alguns, mas louvada por muitos que felizmente verificamos consubstanciar-se nele o orientação vitoriosa na maioria das países americanas como são exemplos o "American Farm Bureau Federation", nos Estados Unidos, e as Federações das Associações Rurais, no Argentino e no Uruguai, bem como no Europa, mais recentemente, o "International Federation of Agricultural Producers", que se propõe organizar os produtos de todo o mundo e que, até agora, já realizou oportunos e praveitosos congressos nos quais compareceram somente os verdadeiros agricultores, sem intervenção de outras classes ou incluídos os órgãos oficiais agricultores, sem intervenção de outras classes ou incluídos os órgãos oficiais.

A organização prevista está se processando lentamente mas seguramente em todo o país.

As associações antigas, de que são exemplos o Sociedade Nacional de Agricultura, a Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco, a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, fundada em 1911, e em cujo organização se foi buscar a emulação, a garantia de possibilidade de organizar a classe que os Decretos ns 8.127 e 19.882, prescrevem continuam funcionando normalmente. Outras se fundam e procuram o enquadramento, outras não. Seria o caso de experimen-

tar-se um pouco mais, corrigindo qualquer folho que, na correr desso organização, se venha a notar. Porque, afinal, tôdo o obra que vem sendo realizada não pode de um momento para o outro, ser destruída por ser já considerável, conforme se pode ver da que já foi feito.

A seguir damos uma relação oficial das entidades enquadradas no regime do decreto-lei 8.127, registradas e reconhecidas pelo Ministério da Agricultura, convinda notar ainda que alguns Estados estão com as suas Federações a ser fundadas brevemente como Paraná, Goiás, Estado do Rio, etc.

De conformidade com as dados fornecidos pelo Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, acham-se em funcionamento no país 116 Associações Rurais, 27 Associações Rurais Regionais, 7 Associações Rurais Especializadas, 1 Associação especializada em agronomia e 6 Federações de Associações Rurais, no total de 157 entidades tôdas elas reconhecidas e registradas nesse Serviço.

As Associações Rurais acham-se assim, discriminadas, por Estados: Santa Catarina 27, Rio Grande do Sul 24, Minas Gerais, 20; São Paulo, 13; Pernambuco, 6; Paraná, 5; Maranhão, 5; Rio de Janeiro, 5; Mato Grosso, 3; Paraíba, 3; Piauí, Ceará, Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Norte, 1 em cada.

Existem Federações de Associações Rurais nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte e associações Rurais Especializadas nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe Pernambuco e Alagoas (1 em cada) sendo que no Bahia, existe o única sociedade especializada em agronomia reconhecida e registrada no país.

Destruir o atual lei n.º 8.127 que vai promovendo a organização rural em base associativa, será deixar o campo aberto á invasão de doutrinas exóticas e impedir que o Governo leve á maior classe produtora do país tôdo o assistência que ela está exigindo social, econômica e técnico.

Concluimos, pela rejeição do projeto.

Rio de Janeiro 10 de dezembro de 1948. —
Duque de Mesquita

Não para reorganizar mas para modificar, remeteu a Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo á Câmara sugestões, que foram apenas ao processo do projeto Altino Arantes, e ás quais o Deputado Duque de Mesquita após o seguinte parecer.

PARICER DO SR. DUQUE DE MESQUITA

No anteprojeto de lei, apresentada pela Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, para substituir o Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, "os princípios básicos" que nortearam a seu trabalho são os seguintes.

- a) liberdade de associação, dentro do bem comum,
- b) estabelecimento do município como base da organização rural;
- c) plena soberania da assembleia geral das entidades rurais;
- d) estabelecimento de três graus de entidade: associações municipais ou regionais (1.º grau), federações de associações estaduais ou interestaduais (2.º grau), e Confederação Rural Brasileira (grau

superior), autônomas entre si mas entrosadas e harmônicas na que respeito aos fins comuns".

Esta, a orientação, segundo declarou expressamente a **Faresp**, que serviu de base ao seu anteprojeto.

Salvo uma inovação na item **d**, todos esses aspectos estão atendidos na Decreto-lei vigente, isto é, ali estão garantidos a **liberdade de associação** (item **a**); o **município** como base da organização rural (item **b**); a plena soberania da assembléa geral (item **c**).

Os três graus de entidades preconizados no anteprojeto — **associações municipais, federações estaduais e confederação nacional**, também estão estabelecidos no Decreto-lei n.º 8.127, sendo a inovação a que nas referidas a da permissão da constituição de **federações interestaduais**.

Adotado que fôsse esse sistema, estoriar quebrado o princípio da paridade, para efeito de representação da classe, que deveria existir na seio da Confederação. Destda, além disso, do próprio organização federal do Estado, que de propósito foi seguido no Decreto-lei n.º 8.127, além de se nos afigurar perigoso, por favorecer a constituição de grupos econômicas cuja inevitável preponderância sobre as federações estaduais — em alguns casos podendo até anular-lhes as funções — na seio da Confederação. Poderio dar-se o caso, a prevolecer uma tal orientação, de serem constituídos em dois ou três Estados indefinido número de **Federações Interestaduais**, o que, além da mais, causaria forçosamente perturbação na vida das associações municipais e regionais nos seus relações com as respectivos órgãos federativos.

Dentro daqueles princípios gerais, preconizo a **Faresp**, parmenarizando, que os cooperativos de produção rural filiadas às Federações, teriam direita o voto nas respectivos assembléas gerais.

Não nos parece aconselhável a modificação do Decreto-lei n.º 8.127 nessa parte, primeira porque a cooperativismo obedece, no país, a uma legislação especial, que prevê os seus próprios federações e confederações; segundo porque se trata de instituições de caráter diferente do das associações rurais. Estas, são organizações que visam a fins nitidamente **profissionais**, enquanto que aquelas tem objetivo **econômico**. Tanta que, dentre os finalidades das entidades rurais, em todas as seus graus, é prevista a constituição e desenvolvimento de cooperativas, "que realizem a defesa de seus direitos econômicas".

Dar-se-ia o caso de uma associação, que criou em seu seio, para os seus sócios, uma cooperativa de produção, ter a seu voto anulada dentro da Federação pelo da cooperativa. A criatura contra a criador...

Não nos parece justo, também excluir o assalariado (o colono, o comaroda, o peão, o empregado, etc.) da categoria de **profissional da agricultura**. A alegação de que "aindo não se acha em condições de se associar" não procede porque, sendo a inscrição facultativa na Associação, se ele não apresentar aquelas "condições de se associar", éle, naturalmente, por si mesmo, não se associará. O que não é justo é que se lhe negue o direito de evoluir, de progredir, pela contacto no associação com os outros profissionais mais adiantados.

Sem nos determos em outros parmenores, que não afetem o espírito do organização, previsto no Decreto-lei n.º 8.127, — elaborado, segundo o próprio autor do projeto, por iniciativa e com a direta colaboração de respeitáveis entidades agri-

colas do país, desejamos, para terminar, pedir a atenção para os dois pontos que ao nassa ver, são as principais motivos da reforma pleiteada.

Referima-nos, em primeiro lugar ao vota das cooperativos, á sua participação astensivo como filiados ás entidades dos diversos graus. Serio um corpo estranha dentro do argonismo, uma completa deformação do quadro geral do organização rural cam que precisamos cantar dentro da classe agrícola brasileira. Em última análise, poderíamos vir a assistir se adotada o princípio, á desorganização do sistema cooperativo iniciada e em marcha, pela inevitável influência que sobre elas viriom a exercer os órgãos associativas da classe rural, em conflito, muitas vezes, com a orientação e que por lei, deve abedecer e emana das órgãos da Estado incumbidas do seu fomento e existência.

O outro ponto, que o anteprojeto modifica, está na § 2.º do art. 32 das Disposições Transitórias, e se refere á Sociedade Nacional de Agricultura.

Pelo Decreto-lei n.º 8.127, art. 47, aquela velha prestigiosa e útil associação "por ser a associação rural mais antiga, cam ação em todo a país", "teria no assembléa geral da Confederação Rural Brasileira, dois representantes".

Uma cama que hamenagem á Sociedade Nacional de Agricultura, a reconhecimento das novas áquelles que, vencendo as maiores dificuldades, vêm, há mais de 50 anos, trabalhando cam afino e elevação, em prol da agricultura nacional.

Pois bem: no anteprojeto se retira essa prerrogativa á Sociedade, que ficario, apenas com o **possibilidade** de vir a ser o **órgão federativa do Distrito Federal**, mas, para isto, seria preciso que não admittis-se sócios individuais nos Estados.

Oro, a Sociedade em questão é **nacional**. Até aqul, tem sida a representante máximo da agricultura do país, e, de bam grada, cedeu seu lugar a uma Confederação que no futuro representará mais legitimamente a classe. Desde que se respeito a situação de outras entidades, por que se exigir, justamente do Sociedade Nacional de Agricultura, que perco a sua qualidade de **nacional**, para se limitor o representante do agriculturo do Distrito Federal?

Não estamos aqul defendendo a veterana instituição, mas preocupados com a diminuição que se lhe quer impor, o aqul, em último análise, poderá tornar-se contraproducente e prejudicial á organização de que ela própria é a moior entusiasta.

Trata-se de uma entidade cam name e reputação firmados, disponda de uma grande fólho de serviços no país, e de um já sólido patrimônio material a que lhe doria consejo, até de colocar-se á margem do organização sem prejuízo de sua vida e atuação nos em lamentável detrimento do esquema que se preteride aperfeiçoar sem ao menos o lérmos experimentado convenientemente.

Não acreditamos que os leis sejam sempre feitas. Esta cam certeza tem os seus defeitos mas, á sua sombra, vai-se procedendo, sem sobressaltos, com segurança, o organização associativo do Brasil rural. Atentemos um pouco mais, porque nem ainda se fundou a Confederação Rural Brasileira.

Serio esse órgão, talvez, a mais indicado para aferecer sugestões ao Gavérno, e isto não está em plano langínquo,, pois, ao que sabemos, tudo se está preparando para o sua instalação em breve na Coptila da República.

Somos pelo rejeição do sugestão e pelo seu arquivamento.

Rio, 10 de dezembro de 1948. — **Duque Mesquita**, Relator.

TERRAS FAMINTAS EXODO DO LAVRADOR

F. G. Steinemann

As terras estão esgotadas, não produzem mais, precisamos adubar, é o que ouvimos todos dizer.

Sim, o esgotamento é incontestável, representa o fruto de uma prática colonial, primitiva que ainda, perdura até os nossos dias.

A PRÁTICA DA LEI DA RESTITUIÇÃO é de suma importância, se quizermos salvar o que existe atualmente, e aumentar a produção agrícola para o volume que precisamos.

É necessário fazer voltar à terra o que dela extraímos anualmente, em milhões e milhões de toneladas, de seus elementos principais, como sejam: Azoto — Fósforo — Potássio e Cálcio.

Assim, as terras deixarão de ser famintas e corresponderão ao esforço do lavrador com uma farta colheita, e, mais ainda não lhe darão ensejo de "fugir do seu torrão natal".

Não compete a nós apresentar "Estudos sobre Planificações ou Política Agrícola Nacional", e, sim, colaborar simples — e racionalmente na solução do problema, isto é, aumentar a nossa produção agrícola e fazer parar a avalanche assustadora da queda desta produtividade.

No nosso entender, devemos ficar cientes, em primeiro lugar, da causa provocadora e do foco de nossa doença. A prática colonial, primitiva, NÃO RESTITUINDO à terra o que dela extraímos anualmente. E, firmando-nos neste ponto de vista, servindo-nos de exemplo outros países, que, sem a prática da *Lei da Restituição*, isto é, sem a aplicação de fertilizantes, poucos resultados satisfatórios conseguiriam.

Muitos anos de trabalho dedicamos à atividade agro-industrial e de perto observamos os grandes empreendimentos mecanizados, sofrendo estes hoje os mesmos males de terras esgotadas, como o pequeno lavrador de enxada ou enxadão; e, enquanto não podemos ter maior número de lavouras mecanizadas, a pe-

quena enxada ou enxadão ainda poderão ajudar-nos no aumento da produção, desde que a terra seja adubada.

"Adubos só em quantidades convenientes devem suprir os elementos nutritivos que faltam, afim de se obter colheitas compensadoras", aconselha o engenheiro agrônomo E. Marcondes de Mello.

E, o que é mais grave, demonstra o professor Arthur Torres Filho em seu artigo "A questão agrária brasileira", quando diz: "Novos estudos de sólo para restaurar sua fertilidade não os possuímos, senão em escala limitadíssima para orientar os técnicos, e, sua ausência quasi absoluta, para os agricultores". É mais, citando o saudoso dr. Fernando Costa: "*Era chegado o momento da agricultura racional com a recuperação de terras causadas sem o que teria de retroceder nossa civilização*".

São advertências de maior gravidade, e, como dissemos em linhas acima, devemos ficar cientes desta dura realidade: *A causa provocadora e o foco de nossa doença, repetimos, são a falta de adubação, e, também, de novos estudos de sólo para restaurar a sua fertilidade!*

A Sociedade Paulista de Agronomia, em exposição apresentada ao Conselho Federal do Comércio Exterior, recomenda: "Constituem providências de AÇÃO IMEDIATA (no item c) aquisição e distribuição pelo custo, aos lavradores do Estado, de fertilizantes, etc".

A recomendação "*de ação imediata*" demonstra claramente a compreensão da Sociedade Paulista, referente ao estado em que se acha a sua lavoura, e o que inicialmente se deve fazer, para debelar a crise.

Desejamos lembrar para este fim um fator importante, que, no nosso entender, não deve ser posto de lado, isto é, os estudos necessários do sólo, para supri-lo com os elementos nutritivos e em quantidades convenientes; entretanto,

sómente com aqueles que realmente lhe fazem falta, afim de obter colheitas compensadoras. E estes estudos não os possuintos, senão em escala limitadíssima, para orientar os técnicos e os agricultores.

Não é preciso explicar os trabalhos exaustivos que estes estudos exigem e o diminuto aparelhamento de nossos laboratórios, aos quais cabem as pesquisas e análises, para compreender a escala limitada de estudos, que possam orientar ambas as partes.

"Nil novi sub sole" foram palavras de um sábio da antiguidade, palavras estas que tomamos como "Leitmotiv" em procura de uma solução mais pronta, e talvez acertada, para a nossa carência de produção agrícola.

Observamos, assim, nos séculos XVI e XVII, por exemplo, os sábios, Leibnitz, filósofo, e Newton, filósofo, físico e astrônomo, e no século XVIII o sábio e pensador Goethe, apresentaram estudos e leis referentes ao "Sistema de Mônadas, da Gravitação Universal, da Decomposição da Luz", e outros, os quais conduziram à ciência da "Lei das Irradiações" (côres e outras).

Ocupar-nos-emos desta última em linhas sucintas. As irradiações emanam de centros magnéticos, radioativos e outros. Cada substância e todas as espécies de vegetação emitem irradiações (ondas).

Conforme a qualidade e o seu estado físico, as substâncias e vegetais emitem irradiações ou ondas de diferentes forças e comprimentos.

Por exemplo: Uma semente esteril ou um vegetal doente, emitem irradiações diferentes, das de natureza produtiva ou de estado físico sadio.

RADIAESTESIA, isto é, o estudo das irradiações, é a ciência aplicada à agricultura, e que auxilia, por exemplo, a escolha de uma certa cultura, própria para determinada qualidade de solo, e, ainda, a melhoria deste solo, quando necessário, determinando qualidade e quantidade de fertilizantes de acordo com a cultura escolhida.

Pelo exposto compreende-se a possibilidade de:

I — harmonizar os dois objetos em estudo; o solo e a cultura (sementes).

II — melhorar o solo com dosagens certas de fertilizantes, conforme a classe da cultura e sementes, evitando possíveis prejuízos;

III — melhorar e aumentar o rendimento da cultura, com o mínimo necessário de fertilizantes, e sómente com aqueles fatores, que a planta realmente precisa e pode absorver, excluindo fatores supérfluos.

Em resumo:

A — escolha da cultura ou semente de acordo com o solo;

B — escolha e dosagem do fertilizante, em concordância com a cultura e o solo.

Em países da Europa e, também, na América, como por exemplo na Argentina, no Chile e no Perú, já se efetuaram grandes trabalhos neste sentido com reais resultados. Não nos consta a aplicação desta ciência no Brasil. Entretanto, com tão grande variedade de climas e de solo, mais que necessário se torna a prática da ciência "RADIAESTESIA".

Desta maneira, teríamos mais uma valiosa ajuda para debelar a tão grande crise de nossa produção agrícola e o exodo do lavrador.

TÉCNICO ESPECIALIZADO

Estrangeiro com 25 anos, oferece seus serviços para grande propriedade. Abaixo, a sua carreira agrícola:

Nascido em Colônia, 1923; Terminou o ensino secundário em 1938; 1938-1940, Aprendiz de agricultura na fazenda do Capt. T. G. Gibson Yorkshire, Inglaterra; 1940-1942, Assistente do Sr. G. Bowden, Shotterbrook Farm, Criador de gado holandês e produção de leite; 1942-1947, Administrador-Assistente nas Fazendas do Governo Inglês de lavoura de cereais com os métodos mecanizados (trigo, cevada, centeio, aveia). Estudou no Bennett College em Sheffield, deixando este em 1944 com diploma de agricultor. Além disso, estudou com o cientista Dr. H. H. Mann de Rothamstead Experimental Station, Harpenden, perito para lavoura tropical (chá, cacau, café, soja, etc.). Em 1947, entrou no Brasil, Assistente do Administrador da Fazenda Balú, de café, em Rolândia, Norte do Paraná.

Cartas para W. Martin Blum, na redação desta revista.



Importância e Objetivos dos Museus Escolares

Introdução de uma aula ministrada na Fundação Getúlio Vargas pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira, no Curso de Formação Pedagógica de Professores e Orientadores do Ensino Agrícola.

Nas Escolas de Iniciação Agrícola, nas Escolas Agrícolas e nas Escolas Agro-técnicas, prevista na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, não devem faltar os museus escolares pois eles, quando bem organizados, constituem verdadeiros centros de cultura geral, muito instrutivo e educativo e de grande alcance pedagógico.

É preciso salientar, que os museus escolares não se destinam, apenas, aos alunos; eles devem ser franquidos a toda a comunidade rural, pois, através deles, consegue-se, não somente despertar a atenção dos habitantes do local para as observações relativas à natureza que os cercam, como ainda, despertar a atenção para a própria escola.

Não é demais repetir que a própria escola deve constituir o centro das atividades da comunidade rural, dela devem partir os bons exemplos, as boas idéias, o estímulo, o incentivo, etc.

Através da organização e sempre crescente ampliação de bem organizados museus escolares, consegue-se:

- a) — incentivar na criança o gosto e o interesse pelo estudo dos seres vivos, dos minerais, das rochas, etc., enfim, estudos sobre os recursos naturais da região, e, quiçá, do próprio país. Uma criança que faz a colheita do material e ela mesma prepara os exemplares para o museu, tem oportunidade para fazer inúmeras observações úteis e interessantes e adquire, sem dúvida, maior interesse e gosto pelo estudo da natureza, o que constitui uma condição favorável ao processo de aprendizagem.
- b) — desenvolve, de uma maneira muito acentuada os hábitos ordenados indispensáveis para a

organização de coleções cuidadosas e bem preparadas, o que representa sem dúvida, um trabalho de grande interesse na formação humana do educando.

- c) — desperta e desenvolve nos alunos a capacidade de observação, condição indispensável para estudo da natureza. De fato, são numerosas e de grande valia, as observações que os estudantes podem fazer através de estudos comparativos entre os exemplares por eles mesmos coligidos, preparados e arrumados.
- d) — desperta, na comunidade rural, o interesse pelos estudos dos recursos naturais da região, o que constitui um processo educativo e instrutivo de grande alcance.

Visando tais objetivos, os museus escolares devem merecer toda a atenção dos professores e orientadores do ensino agrícola, pois eles representam um recurso pedagógico de inestimável valor.

Os museus escolares, nas escolas que ministrem o ensino agrícola em todos os seus graus e modalidades devem:

- a) — apresentar coleções bem preparadas, racionalmente organizadas e dispostas de tal maneira que satisfaçam as necessidades pedagógicas sem prejuízo do fator estético, e constituam, realmente valioso elemento de ensino.
- b) — deve ser um repositório, o mais completo e perfeito possível, de todos os recursos naturais da região. Nêles, devem estar representados a flora, a fauna, os minerais, as rochas, os solos, os produtos industrializados etc., enfim, todos os elementos que caracterizem os recursos naturais da região e as atividades típicas da população rural.
- c) — si bem que, com predominância de caráter regional, deve apresentar também minerais, plantas, etc., de outras regiões ou exóticos, para fins de estudos e de ilustração.

Apezar de uma certa campanha que se vêm movendo contra os museus de zoologia e de botânica nas escolas, sob a alegação de que devem ser estudados, apenas, os seres vivos ao natural (o que nem sempre é possível), eles não perderam a sua oportunidade e utilidade, e constituem, indistintamente, um recurso auxiliar de aprendizagem e um processo de integração profissional de grande valia.

Visando difundir cada vez mais os museus escolares, é de toda conveniência sejam ministrados cursos de Organização e Preparo de Museus Escolares, destinados a formação de elementos conhecedores de tôdas as técnicas de preparo e apresentação de exemplares e coleções para exposições.

Neste sentido, já temos feito alguma coisa.

A Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional, da Quinta da Boa Vista, por exemplo, presta tôda a assistência aos professores e interessados, orientando-os diretamente na formação de museus escolares, fornecendo folhetos e livros sobre o assunto, realizando demonstrações práticas etc.

A Sociedade Nacional de Agricultura, realizou, com grande sucesso, dois cursos rápidos sobre "Organização de Herbários e Museus de Produtos Vegetais" (em 1939 e 1940).

A Universidade Rural, através da Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, também tem trabalhado neste sentido (Cursos de Entomotaxia, por exemplo).

Organizar e ampliar cada vez mais os museus escolares, manter um intenso intercâmbio de permuta de exemplares com outras escolas e instituições, etc., é, não somente útil, mas, sobretudo, uma necessidade, um recurso de aprendizagem.

Precisamos de museus, muitos museus; não somente museus para cientistas, mas ainda, e sobretudo, museus escolares, museus que constituam verdadeiros centros de cultura geral, museus educativos e ilustrativos.

Obs): — Em 1948, com a colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, realizou a Escola de Horticultura Wenceslão Bello:

a) — três Cursos Práticos de Organização de Herbários e Museus de Produtos Vegetais;

b) — um Curso Prático de Organização de Museus Zoológicos.

Os cursos acima referidos obtiveram, como os demais Cursos Práticos ministrados pela Fundação Getúlio Vargas, completo êxito e constituem um índice muito significativo do que se pode fazer de prático e objetivo em prol da divulgação de conhecimentos relativos à organização de Museus Escolares.

MÓVEIS C I M O

6 Fábricas próprias no Paraná e em Santa Catarina

Os maiores fabricantes de

POLTRONAS PARA CINEMAS — CARTEIRAS ESCOLARES
— CADEIRAS EM GERAL — MÓVEIS DASP E MÓVEIS
PARA ESCRITÓRIOS

Oferecem agora, com sua grande capacidade industrial,
uma variedade de

— MÓVEIS RESIDENCIAIS —

fabricados em imbuia e em diversos estilos, pelos
melhores preços da praça !

Não comprem móveis para qualquer fim, antes de visitar
ou consultar a

CIA. INDUSTRIAL DE MÓVEIS

Av. Franklin Roosevelt, 164 B — Tel.: 42-1736

Apenas 50 Centímetros de Vida...

A camada da terra que alimenta os vegetais em algumas regiões do Brasil não vai além de 50 centímetros. E é justamente contra essa tenue camada superficial responsável pela vida das culturas que a erosão atúa, em toda a sua força destruidora — silenciosa e persistente.

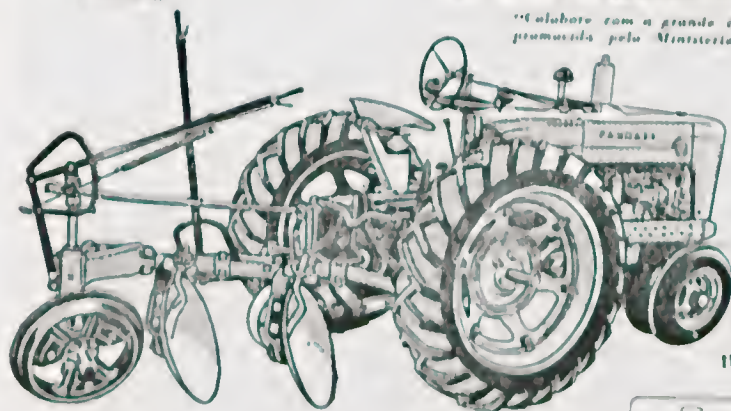


A EROSÃO é causada principalmente pelas chuvas, pois as enxurradas arrastam, para os vales e rios, a matéria orgânica e todas as demais substâncias que tornam fértil os 50 centímetros de solo.

COMRATER esse empobrecimento da terra, é um dever patriótico de todos os fazendeiros e agricultores, além de preservar e defender um patrimônio, do qual depende a economia brasileira.



"Colabore com a grande campanha nacional de recuperação da solo, promovida pelo Ministério da Agricultura e autoridades estaduais."



O TERRACEAMENTO do terreno, a cultura em linhas, as curvas de nível — evitam os efeitos danosos da erosão. E isto tudo é fácil de ser realizado, sobretudo com a auxílio de tratores modernos, com equipamento agrícola comum. Consulte o representante Internacional mais próximo.

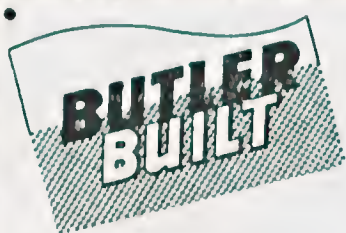
GRATIS! Escreva nos dias a Caixa Postal N.º 250, Rio de Janeiro, e receberá um interessante folheto sobre a Erosão.

INTERNATIONAL HARVESTER MÁQUINAS, S/A
Rio de Janeiro, Av. Barão de Teffé, 74
São Paulo Porto Alegre
Rua Orlando, 57 R. C. Martins, 203




Tratores e Máquinas / agrícolas
McCormick - Deering International
Camilhão Internacional e
Força Industrial Internacional

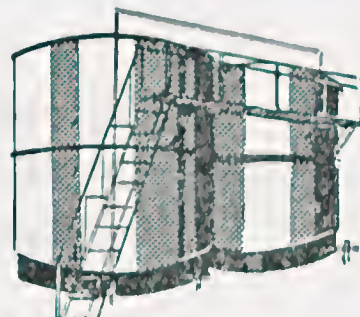
INTERNATIONAL HARVESTER




SILOS "FAZENDEIRO"
35m³.



SILOS PARA CEREAIS
— De Alumínio e de Aço —
Tipo "Fazendeiro" para 35m³. Tipo "Industrial" de Aço: para 45m³ até 580m³.
TANQUES — para óleos etc.



TANQUE DE AÇO
ARMAZENS — prefabricados de aço alumínio — diferentes tamanhos e execuções.
HANGARES — para aviação de aço e alumínio.



ARMAZEM PREFABRICADO

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS:

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MÁQUINAS E MOTORES LIMITADA
 Rio de Janeiro: Rua da Alfandega, 116 — São Paulo: Rua Florencio de Abreu, 598
 Porto Alegre: Rua Pinto Bandeira, 330/34 — Recife: Rua da Palma, 296
 Endereço Telegrafico "OTTOMOTOR"

Progride o Associativismo Rural no Brasil

44 Lavradores Pedem Sua Inscrição na Associação Rural do Estado de Goiás

A Ass. Rural do Estado de Goiás, já reconhecida pelo Min. da Agr., através da portaria n. 653 de 8 de agosto de 1948, está destinada a arregimentar em seu seio grande número de lavradores residentes neste Estado, dado o interesse que vem tomando, incessantemente, pela causa de todos quantos se dedicam à árdua e construtiva vida dos campos.

À frente dessa entidade de classe está, como se sabe, um grupo de homens esforçados, que tudo farão a fim de que a mesma corresponda a expectativa de seus associados.

A propósito do interesse que a Ass. Rural vem despertando entre os lavradores, divulgamos a seguir um abaixo assinado vindo de Gereinópolis, futura povoação plantada à margem da rodovia que liga esta capital ao Sudoeste goiano, merecedor do esforço e da patriótica iniciativa do Sr. Dante Ungareli.

"Dr. Câmara Filho

Presidente da Ass. Rural do Estado de Goiás — Goiânia.

Por iniciativa do Sr. Dante Ungareli foi feito um convite aos lavradores desta zona para uma reunião em Gereinópolis, município de Goiânia. A essa reunião compareceram 44 lavradores, em sua grande parte proprietários, chacareiros, arrendatários, que são os que assinam esta, muitas delas a rogo por não sabem escrever.

Queremos por intermédio deste manifesto, levar até a Ass. Rural deste Estado de Goiás, a nossa simpatia e o nosso apoio, pedindo, no mesmo tempo que os nossos nomes sejam incluídos da lista de sócios dessa entidade de classe.

Na reunião, em apreço, o Sr. Dante Ungareli fez aos presentes uma longa exposição sobre as finalidades dessa associação, abordando os temas seguintes:

SciELO

1.^o — Pôs em relevo o objetivo do Governo Federal pondo em prática o financiamento aos pequenos lavradores, a fim de que os mesmos com êsse plano, de elevado alcance econômico-social, possam levantar-se sobre seus próprios pés.

2.^o — Acentuou que a essa assistência monetária do pequeno produtor contribuirá para o rápido aumento da produção, tirando da pobreza aqueles que aspiram enriquecer-se pelo trabalho contínuo e produtivo.

3.^o — Frizou que o Governo, incluindo no número de beneficiários com êsses empréstimos os pequenos proprietários, charqueiros, arrendatários, meeiros, demonstrou grande visão, de vez que nos pequenos produtores estão os maiores elementos da vitalização da nossa economia.

4.^o — Depois de destacar o papel das Associações Rurais, fez sentir que as mesmas devem providenciar no sentido das lavouras serem seguradas por companhias de seguros nacionais, a fim de evitar eventuais prejuízos por parte dos lavradores, ocasionados pelo mal tempo, fogo, geada, etc.

5.^o — Ressaltou o lado econômico-social do plano de pequenos empréstimos, que o governo está fazendo aos lavradores, de vez que tal iniciativa acelerará nossa produção, principalmente a de cereais, de que há tanta escassez no País.

Por último o Sr. Dante Ungareli, em cuja residência se realizou a reunião, convidou os para assinar êste manifesto de apoio à Associação Rural do Estado de Goiás, que tem como presidente o Sr. Dr. Câmara Filho, homem dinâmico e de capacidade realizadora.

(Ass.) — Dante Ungareli, Benedito de Andrade Reis, Francisco Ungareli, Hercílio Ramo de Oliveira, Benedito Martins Melo, C. Ungareli, Osório Lutz Alves, Saturnino Cabral Moreira, Geraldo Severino de Carvalho, Francisco Correia Teles, Joaquim Cabral da Silva, José Pereira Leão, Joaquim Paulino da Silva, Angelo Lourenço da Costa, Geraldo Martins Coelho, Sebastião Vieira dos Santos, Eripedes Rocha, Antonio Gregorio de Brito, Jacinto Alves Ferreira, Claudimiro Alves

Um Mosquito Vai de Viagem

É geralmente conhecido que é o mosquito anófele o que transmite a zoonose. Esta espécie de mosquito está subdividida noutras espécies que todas — umas mais, as outras menos — transmitem o Impudismo. Na América do Sul por exemplo um dos mosquitos mais perigosos que transmitem o zoonismo é o anófele Darling. Alguns anos ha se notou com muito susto que esta espécie de anófeles se achava também em Honduras e na Guatemala. E agota se como o com razão que este viajante perigoso que pode esconder-se num comboio, num automóvel e num avião e que pode passar uma fronteira sem ser notado, também penetre nos Estados Unidos. Escusado é dizer que, no caso de se querer impedir que a insecta penetre nos Estados Unidos, será preciso tomar amplas precauções; mas também é evidente que no fundo é impossível impedir que um mosquito penetre num país. Além disso, a gente nos Estados do sul está muito molestada por outros mosquitos de Impudismo. E como não é possível secar ou regar com petróleo todas as charcos e todas as águas mortas, procuraram a sua solução no uso regular da quinina e com muito bem êxito. A Comissão do Impudismo da antiga Liga das Nações na página 125 do seu Relatório do ano 1938 (texto inglês) observa e com razão que a quinina entre os medicamentos que servem para combater o zoonismo continua a ocupar o primeiro posto, a causa da sua ação segura e a falta quasi completa de toxicidade, junta com um amplo conhecimento do seu uso e dosificação. As doses prescritas para a profilaxia e o tratamento são respectivamente: 400 mgs por dia durante toda o tempo que durar a doença e algum tempo depois, e 1-1.3 grammas diários durante 5-7 dias. Os grangeiros do sul dos Estados Unidos cada se têm dado conta de que a quinina é o remédio mais eficaz e mais econômico para combater o zoonismo. Os que já se têm acostumado ao uso regular da quinina, esperam com menos medo a chegada eventual do Anófele Darling, que os que por ignorancia têm certa desconfiança para com a quinina.

Ferreira, Pedro Francisco de Oliveira, José Borges da Silva, Jovellino Batista Carvalho, Bento Venancio de Oliveira, Alexandre Alves Ferreira, Geraldo Paulino da Silva, Agostinho Pedro Marino, Joaquim Honorio Silva, Jeronimo Batista Santos, Severiano Alves Ferreira, Sebastião Oliveira Pinto, Manoel Ferreira Moraes, João Paulo Ferreira, João Paulino Palmeira da Silva, Agostinho Domingos da Silva, José Pereira Moraes, Olimpio Gregorio de Brito, Adolfo Batista Machado.

(“O Popular”, 25-11-48, Goiás).

Vinte e nove cursos práticos em um ano

Geraldo Goulart da Silveira.

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello é um modelar estabelecimento de ensino mantido na Penha, pela veneranda Sociedade Nacional de Agricultura.

Em 1918, graças ao auxílio que lhe foi concedido pela Fundação Getúlio Vargas, pôde a Escola de Horticultura Wenceslão Bello ampliar, de uma maneira muito acentuada, os Cursos Práticos que vinha ministrando, sempre com sucesso, desde 1937.

Tais cursos, ministrados de preferência aos domingos pela manhã e aos sábados à tarde, para possibilitarem a matrícula daqueles que, em virtude de seus afazeres habituais não podem estudar em outros dias (aproveitando da folga dominical e da folga, aos sábados, em virtude da generalização da "semana inglesa" em quase todos os setores de atividades), alcançaram grande êxito, conforme se verifica compulsando os relatórios mensais enviados ao Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas.

Durante o ano de 1948, foram ministrados na Escola de Horticultura Wenceslão Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, *vinte e nove Cursos Práticos*, que alcançaram uma matrícula total de *mil cento e quarenta e cinco* alunos, o que é um índice bastante expressivo da oportunidade e objetividade de tais cursos.

Os cursos realizados foram:

- 3 cursos de Economia e Administração Rural;
- 3 cursos de Hortas Doméstica;

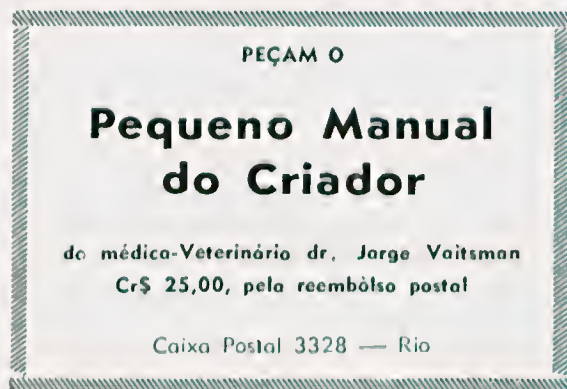
- 3 cursos de Contabilidade Agrícola;
- 3 cursos de Enxertia;
- 3 cursos de Herbários e Museus de Produtos Vegetais;
- 2 cursos de Solos e adubação;
- 2 cursos de Viveirista;
- 2 cursos de Botânica Agrícola;
- 2 cursos de Floricultura;
- 2 cursos de Reflorestamento;
- 2 cursos de Zoologia Agrícola;
- 1 curso de Restauração de Pomares;
- 1 curso de Museus Zoológicos.

Das *mil cento e quarenta e cinco* alunos matriculados, *novecentos e quarenta e nove* foram do sexo masculino, e *cento e noventa e seis* do sexo feminino.

Dos alunos matriculados, *seiscentos e um* tinham idade compreendida entre 10 e 20 anos; *duzentos e setenta e três* entre 20 a 30 anos, *cento e trinta e quatro*, entre 30 a 40 anos *oitenta e sete*, entre 40 e 50 anos; *trinta*, entre 50 e 60 anos; *treze*, mais de 60 anos, e *sete* não declararam as idades nas fichas de inscrição.

Conforme se verifica pelos dados acima expostos, os Cursos Práticos ministrados na Escola de Horticultura Wenceslão Bello despertaram interesse entre pessoas das mais variadas idades (desde crianças de treze anos, até senhores de sessenta e cinco anos), das mais diversas profissões (vinte e nove profissões declaradas), conforme relação a seguir:

- 595 estudantes (estudantes de cursos primários, secundários, profissional e superior);
- 128 funcionários públicos das mais variadas categorias,
- 53 comerciários,
- 40 militares,
- 26 contadores,
- 21 escriturários,
- 24 práticos rurais,
- 21 professores,
- 11 comerciantes,
- 13 ferroviários,
- 12 desenhistas,
- 11 auxiliares de escritório,
- 11 horticultores,
- 9 dactilógrafos,



- 9 motoristas.
- 8 securitários.
- 8 encardadores.
- 7 ferroviários.
- 7 lapidadores.
- 6 industriários.
- 6 domésticas.
- 5 industriais.
- 1 bancários.
- 1 aviadores.
- 1 engenheiros.
- 1 químicos.
- 1 propagandistas.
- 1 médicos.
- 1 protéticos.
- 3 advogados.
- 3 lavradores.
- 3 fotógrafos.
- 3 vendedores.
- 3 sapateiros.
- 2 mecânicos.
- 2 destistas.
- 2 auxiliares de contabilidade.
- 2 agrimensores.
- 2 redatores.
- 1 farmacêutico.
- 1 viveirista.
- 1 enxertador.
- 1 fruticultor.

A relação acima dá bem uma idéia da oportunidade, interesse e objetividade dos Cursos Práticos que, desde 1937 vem sendo ministrados na Escola de Horticultura Wenceslão Bello e que, em 1948, graças ao auxílio que lhe foi concedido pela Fundação Getúlio Vargas, puderam ser muito ampliados.

Dos *mil cento e quarenta e cinco* alunos matriculados, foram aprovados nos exames prático e oral realizados no término dos cursos, *seiscentos e noventa* alunos, dos quais *quinhentos e oitenta e sete* do sexo masculino e *cento e três* do sexo feminino.

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello, que já contava com um grande núcleo de empreendimentos em prol do ensino agrícola no país, pôde realizar, em 1948, um trabalho de maiores proporções, graças à oportuna e eficiente colaboração da Fundação Getúlio Vargas.

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello muito já realizou, e não menos é ainda o que pretende realizar, si não lhe faltarem recursos para tanto.

Criadores

Prefiram os produtos veterinários Raul Leite. São todos de eficiência comprovada e segurança absoluta.

VACINAS, TÔNICOS, VERMIFUGOS. PRODUTOS PARA TODAS AS DOENÇAS E PARA TODAS AS ESPÉCIES ANIMAIS

Na Febre Altosa — KUIROS E COLÓIDO-CÁLCIO

Para banheiros ecarapaticidas — GAVIÃO

Nas bicheiras e bernês — CRESOS
Nas verminoses — FENOTIAZINA
— FENOLFTALEINA

Nas frieiras — FRIEIROL
Nas intoxicações — VITOS

Peçam folhetos e preços nos representantes nos Estados ou aos

Laboratórios
Raul Leite S. A.

Rua Leopoldino Bastos, 130 — RIO

Uma nova e esquisita doença dos Bovinos

Jorge Vailman,
Médico-Veterinário

Infelizmente, ainda não possuímos um completo conhecimento de todas as doenças que acometem os nossos rebanhos, nem tampouco, podemos determinar a exata importância e incidência de muitas das que já estão identificadas. Algumas surgem, eventualmente, em uma ou outra região, fazem suas vítimas e desaparecem por longos anos. Outras aparecem nas fazendas, atingindo, apenas a um ou outro animal, sem causar desfalques no rebanho, ou mesmo, quando atacando grande número de animais, não provocam muitas mortes, caracterizando-se, ao contrário, pela cura da maioria, às vezes por simples mudança de pastagem, estabulação eventual ou qualquer outro motivo aparentemente inexplicável para o criador. Muitas das *doenças de carência* estão incluídas neste último grupo.

Nossa atenção foi despertada para o assunto, obrigando-nos aos comentários acima, em virtude da consulta sobre "uma nova e esquisita doença dos bovinos...", que estaria grassando em localidade do Estado do Espírito Santo, conforme nos comunicou leitor residente na cidade de Divinópolis. Assim se expressa o criador, Sr. M. A. C., descrevendo a doença:

"... cai a vassoura da cauda por completo. Seja vaca, ou bezerro, boi, criação de toda idade. A criação está gorda, sadia e começa a cair a cauda, emagrece logo e arrepia o pêlo".

Embora a sucinta descrição (a carta encerra outros detalhes), pode se reco-

nhecer a mesma doença conhecida em Minas Gerais pelos nomes de "pela-rabo" ou "rabugem", e estudada muito bem pelo professor da Escola de Veterinária de Belo Horizonte, Leônidas Magalhães, que a denomina de "chorona" e "loca", assim explicando a sua variada sinonímia: "... a designação de *chorona* nasceu do fato de quase todos os doentes apresentarem lacrimejamento constante; os nomes de *pela-rabo* e *rabugem* provieram do sintoma de queda da vassoura da cauda, muitas vezes observada; e a expressão *loca* originou da verificação de que, quando os doentes são "locados" do pasto em que adoeeceram para outro, melhoram e recuperam a saúde, em geral".

A doença tem sido registrada apenas em Minas Gerais, em regiões de altitude superior a 500 metros. É possível que a divulgação dos sintomas, bem como do tratamento, possa ser de utilidade para muitos criadores que já tenham observado essa doença, em seus pastos e ainda ignoram suas origens ou causas. Para a descrição da doença, valemo-nos do trabalho do prof. Magalhães, apresentado ao III Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, realizado em Porto Alegre, em 1945. No início da doença, são estes os sintomas: pouco apetite, tristeza, pêlos arrepiados e debarrigamento. Evoluindo o mal, aparece o sintoma de lacrimejamento (o animal como que chora — daí o nome "chorona"), e a vassoura da cauda começa a cair. Pode faltar um ou outro destes sinais, mas, em geral, eles surgem continuamente. O pêlo do corpo em outras regiões pode também cair. Há emagrecimento progressivo, em seguida a uma diarreia constante; às vezes ocorre prisão de ventre e as fezes evacuadas são semelhantes às de cabrito. A doença dura de 2 a 4 meses, não tendo sido, até hoje, em lugares baixos, de altitude inferior a 500 metros.

Segundo Magalhães, é doença orgânica, própria dos ruminantes, principalmente bovinos, surgindo com mais fre-

A Lavoura

Órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura. Distribuída gratuitamente aos sócios.

Preço da assinatura anual:
Cr\$ 60,00



Redação e administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115 - 6.º
Tel.: 42-2981 — Caixa Postal: 1245

ALFA LAVAL

DESNATADORAS
DE 1 000 A 5 000
LITROS A HORA

Incarregue-se
de Usinas de Leite
e seus Derivados

Gazes para Refrigeração
Amonea — Freon 12
— Metila e Sulfoxo

B
A
L
T
I
C



DE
65
A
550
LITROS
A
HORA

MATERIAL
GERBER
PARA
ANÁLISE
DE
LEITE

Sociedade Importadora Suissa Ltda.

ENGENHEIROS

Rua Armando Sales
de Oliveira n 12
END TELEGR "SISLA"



IMPORTADORES

Caixa Postal, 1404
RIO DE JANEIRO

guência na época das chuvas e sua causa provável reside na deficiência de certos minerais no solo e, em consequência, nas plantas forrageiras, ou a uma provável intoxicação por elementos do solo, através das plantas ou por elementos destas. A hipótese mais aceita é a da deficiência de sais de cobre e cobalto na alimentação.

O fato positivo e de interesse prático para os criadores é que a terapêutica sugerida tem mostrado bons resultados. A simples mudança de pastagem, de lugar alto para lugar baixo, às vezes basta para o restabelecimento do animal. A recuperação do doente é, porém, longa (2 a 4 meses) e se faz de maneira progressiva; a cessação da diarréia, engorda, desaparecimento do "chorro" e recomposição da cauda. Experiências com a aplicação de 0,5 de sul-

fato de cobre, diariamente, deram bons resultados.

Possivelmente, outros leitores nossos poderão informar se "essa esquisita doença" já ocorreu ou ocorre em suas pastagens. Consoante já dissemos, as notas que alinhavam não têm outro intuito senão o de alertar a atenção dos criadores para melhor observação das doenças orgânicas de seus animais, para que possam ser registradas e identificadas, fornecendo, assim, os elementos necessários ao estabelecimento de medidas profiláticas e terapêuticas indispensáveis à defesa sanitária e à saúde dos rebanhos. A doença "chorona" ou "pela rabo" está incluída entre as que devem merecer maior atenção de nossos técnicos e criadores.

Noticiário da Escola Horticultura Wenceslão Bello

Clube Agrícola Miguel Calmon

O Clube Agrícola Miguel Calmon, dirigido pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira e constituído pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, acaba de obter significativa vitória.

Tendo concorrido à Segunda Exposição Agro-Pecuaría do Distrito Federal o referido Clube Agrícola registrado no Ministério da Agricultura sob o número 1.098, obteve os seguintes diplomas:

a) Campeão no setor de fruticultura, com as mangas que apresentou; b) Primeiro prêmio, ainda com mangas; c) Segundo lugar com as mudas de ameixeiras; d) Segundo prêmio com sapotis; e) Terceiro prêmio com as mudas de goiabeira. A recente vitória do Clube Agrícola Miguel Calmon é um índice expressivo do que são os Clubes Agrícolas assistidos pelo Serviço de Informa-

ção Agrícola do Ministério da Agricultura e espalhados por todo o país.

Semana Ruralista de Barbacena

Na Segunda Semana Ruralista da Escola Agro-técnica de Barbacena, a Sociedade Nacional de Agricultura esteve representada pelo Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, professor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

Coube ao referido professor, ministrare aulas de fruticultura e de hortaliçicultura aos numerosos fazendeiros que se reuniram no período de 12 a 18 de dezembro da Escola Agro-técnica de Barbacena, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Movimento de matrículas em 1948

O Dr. Antônio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, comunicou ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura que, no ano letivo de 1948, matricularam-se na referida Escola, mil trezentos e setenta e três alunos.

A leitura do relatório apresentado ao Dr. Tôres Filho mostra o vasto trabalho que vem realizando a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, estabelecimento de ensino que, embora modesto, já conta com um grande acervo de bons serviços prestados à educação rural.

Curso Avulso de Citricultura

O Sr. Ministro da Agricultura vem de aprovar o plano de trabalhos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello em colaboração com a Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, para o ano de 1949.

De acordo com o referido plano, será ministrado no período de janeiro a março, um Curso Avulso de Citricultura, que estará a cargo do Professor Geraldo Goulart da Silveira, do corpo docente da E. H. W. B.

USINA BARCELOS

Barcelos — E. do Rio



**Companhia Agrícola e
Industrial Magalhães**

Açúcar Cristal Barcelos

Alcool Anidro e Potável



Rua 1.º de Março, 51 - 3.º

Telefone 43-3415

RIO DE JANEIRO

Cursos práticos em colaboração com a F. G. V.

Foram ministrados em 1948, na Escola de Horticultura Wenceslão Belo, vinte e nove Cursos Práticos em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas.

Nos referidos cursos matricularam-se mil cento e quarenta e cinco alunos, o que é um índice da oportunidade e objetividade dos cursos que a Fundação Getúlio Vargas mantém na Escola de Horticultura Wenceslão Belo.

Segunda Exposição Agro-Pecuária D.F.

Conhe ao Professor Geraldo Goulart da Silveira, da Escola de Horticultura Wenceslão Belo, ministrar aulas de expertise na Segunda Exposição Agro-Pecuária promovida pela Secretaria de Agricultura do Distrito Federal.

A referida exposição concorreu a Clube Agrícola Miguel Calmon, constituída pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Belo, que obteve significativa vitória.

Cursos em colaboração com a U. R.

O plano de trabalho apresentado ao Conselho Técnico da Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização, e Extensão da Universidade Rural, pelo Dr. Antônio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Belo, foi aprovado pelo referido órgão e pelo Exmo Sr. Ministro da Agricultura.

De acordo com o referido plano, serão realizados na E. H. W. B., em colaboração com a U. R., dois Cursos Avulsos de Horticultura, dois Cursos de Extensão de Fruticultura e dois Cursos Avulsos de Citricultura, durante o ano de 1949.

Desde 1944, já se matricularam nos cursos da Universidade Rural ministrados na E. H. W. B., mais de quinhentos alunos.

A E. H. W. B. e a Fundação Getúlio Vargas

O Dr. Artur Torres Filho, Presidente da S. N. A. oficiou ao Presidente da Fundação Getúlio Vargas, agradecendo

a valiosa colaboração e auxílio que a mesma prestou, em 1948, à Escola de Horticultura Wenceslão Belo.

Graças ao auxílio que lhe foi concedido pela Fundação Getúlio Vargas, pôde a E. H. W. B., em 1948, elevar para cinquenta a matrícula no internato, realizar vinte e quatro Cursos Práticos, promover a Primeira Semana do Hortelão e aparelhar melhor suas instalações.

A Fundação Getúlio Vargas auxiliou a E. H. W. B., com uma subvenção de cento e cinquenta mil cruzeiros e prestou um eficiente colaboração através de seu Departamento de Ensino, tão acerbamente dirigida pelo Professor Luis Narciso Alves de Matos, catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

Sociedade Comercial Agro-Pecuária Ltda.

FUNDADA EM 1935

Compra e Venda de Reprodutores
de raça



AVICULTURA EM GERAL

Produtos Veterinários

Rações Balanceadas para qualquer
classe de animais



Rua das Andradas, n. 111

Telefone: 23 1323

AS LEGUMINOSAS DOS PASTOS

Todo o fazendado progressista precisa conhecer o que sejam as leguminosas; pelo menos saber o que elas representam na sua economia e porque se destacam das outras plantas não só como forrageiras como fertilizadoras do solo. Precisa, ainda, reconhecê-las, pelo menos, na composição florística dos seus pastos; há delas que são tóxicas; na sua maioria, quase absoluta, são forrageiras e tôdas são fertilizantes.

É relativamente fácil reconhecer-se uma leguminosa; seus frutos são semelhantes aos feijões; dão vagens de variadas formas e tamanho, desde os longos fígãs até as caixinhas das amendoins de uma só semente, passando pelas formas fragmentáveis dos carrapichos, enjos elementos lembram um pastelzinho minúsculo como aqueles que pegam nas pernas da calça ou na cara do boi. Das denominações vulgares de "carrapicho de beija de hoi", "pega-pega", conhecidas de todos os vaqueiros. Suas flores dos mais variados tamanhos, cores e disposições, se apresentam sempre à verificação, com uma das três formas típicas das leguminosas, conforme se trata de uma Cesalpínacea, Mimosácea ou Papilionácea, isto é, conforme pertença a planta a uma das três sub-família da grande família botânica das Leguminosas. As Papilionáceas, então, são inconfundíveis; são as mais frequentes e ninguém as confundiria a não ser, raramente, com suas irmãs Cesalpínáceas; suas flores têm, como nos feijões, a forma de um patinho de beito para cima; algo parecidas também com uma borboleta, donde a sua designação — papilionácea — de "papillon", do francês. A estas pertence a maioria das leguminosas forrageiras nativas das nossas pastagens como sejam: o Cipó sabão — *Chaetocalyx hebecarpa*, a Anileira cinzenta — *Indigofera eudecaphylla*, a Anileira de tolo roxo — *Indigofera hirsuta* (flores miúdinhas; suas vagens lembram pencas de bananas), o Amendoim de vado — *Ferraninus uncinatus*, o Barbadinho — *Meibomia barbata*, o Beico de boi — *Meibomia adscendens* e uma infinidade de outras forrageiras interessantes, algumas de "porte gra-

Olavo Barros de Araújo e Silva
(Agrônomo)

mado", outras de maior porte e numerosas trepadeiras, quase tôdas perseguidas, infelizmente, pela foice e facão dos "limpadores" das pastagens.

São dignos de menção especial os amendoins forrageiros, diffusamente encontrados nos campos gerais de Mato Grosso e que medram extraordinariamente quando introduzidos, noutros Estados, quer se tratem as variedades rasteiras, quer as outras que crescem como o amendoim comum, em "porte sobregamado"; são leguminosas "de verão" algumas anuais, porém, tôdas comportando-se como vivazes "periódicas" e "perenes"; resistentes ao "pastejo" e graças ao sistema de frutificar em os amendoins com as vagens enterradas, assegurarem melhor a sua multiplicação do que as plantas que expõem suas flores e frutos a tôda sorte de precalços.

Mencionemos, ainda, uma excelente forrageira que não tem despertado a atenção que merece pelas suas vantagens, tanto no pasto onde suporta bem o "pastejo", como nos "prados", para cortes de inverno visto que é uma das poucas leguminosas nativas que apresentam, nessa época, bastante verdura, tenra e muita massa; encontrada em Minas Gerais e certamente noutros Estados, classificada como *Vicia obscura* e conhecida como Ervilha, Alfafa mineira e Ervilha campestre; apresenta variedades das quais destacam-se a de sementes azuis e a de sementes marrons.

Na composição florística dos nossos pastos predominam os capins (gramíneas), porém, há sempre alguma "ramagem" de leguminosas na massa forrageira pelo menos na época chuvosa. Infelizmente a acidez das nossas terras e a forma desculhada com exploramos os nossos pastos, não favorecem o desenvolvimento destas plantas que desaproveçam na época seca, porém, extraordinariamente vantajosas na criação de gados de raças melhoradas os quais exigem maior teor proteico na sua alimentação.

tação. Sem dúvida é às leguminosas que crescem nas estações chuvosas que devemos 70% do aumento no leite que colhemos no verão sulino e somente 30% devemos aos capins novos e à farrura desses períodos.

São as leguminosas, em geral, as plantas realmente mais ricas de proteínas, enquanto que os capins e as canas, as gramíneas enfim, são pobres desse elemento nutritivo. Somente quando bem verdes apresentam as gramíneas regular teor proteico; afora desse período constituem, quando hája fratura, alimento próprio para animais de engorda e trabalho, porém, nos períodos de crescimento, gestação e lactação é imprescindível uma alimentação proteica que as gramíneas não oferecem em quantidade suficiente. Aí é que as leguminosas resolvem melhor a situação quando entram na massa forrageira ingerida numa proporção de 10 a 20% para o crescimento e de 28 a 35% para gestação e lactação. Ora, na maioria absoluta das nossas pastos esta porcentagem está muito longe daquela quantidade, mesmo na época chuvosa, enquanto que nas estações de estia quase desaparecem por completo. E, certamente, esta a

principal causa das dificuldades que encontramos na criação econômica das raças precoces e de alta produção. O suprimento proteínoso por meio de arraçamento suplementar com farelas de algodão, de côco, de linhaça, de amendoins, etc., é sempre mais dispendioso e menos dietético do que feito nos pastos cujo melhoramento nesse sentido se consegue pela conservação da verdura máxima com a tosa controlada e, sobretudo, favorecendo-se o desenvolvimento das leguminosas na sua massa forrageira.

Talvez não seja exagero dizer-se que, salvo o caso óbvio de serem tóxicos ou muito "dominantes" toda a leguminosa na pastagem é interessante, mesmo que não seja forrageira. Mesmo nesse caso, elas concorrem para fertilizar o solo graças à propriedade que têm as leguminosas de criarem, nas suas raízes, umas bactérias que retiram do ar a matéria prima que a planta necessita para formar as proteínas e que, no solo, produz efeitos semelhantes aos do salitre do Chile.

(Comunicado do Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — agosto de 1948)

Associações Rurais do Estado de Goiás

Denominação	Município	Cidade em que tem sede	Nome do presidente
Associação Rural do Estado	Goiânia	Goiânia	Dr. J. Camara Filho
Associação Rural de Ipameri	Ipameri	Ipameri	José Barbosa Faria
Associação Rural de Uruassu	Uruassu	Uruassu	José Fernandes Carvalho
Associação Rural de Caldas Novas	Caldas Novas	Caldas Novas	Luiz José Parreira
Associação Rural de Parauna	Parauna	Parauna	Rogerio Gomes da Silva
Associação Rural de Corumbá	Corumbá	Corumbá	André Gaudilo Fleuri
Associação Rural de Morrinhos	Morrinhos	Morrinhos	Dr. Silvio Gomes de Melo
Associação Rural de Golandira	Golandira	Golandira	Funelona junto à Prefeitura
Associação Rural de Iporá	Iporá	Iporá	Israel Amorim

Várias dessas Associações já foram reconhecidas pelo Ministério da Agricultura, e as que ainda não o conseguiram estão com os seus papéis em andamento.

Milho Híbrido - Sua Cultura

CESAR SEARA

Eng.-Agrônomo, do Serviço de
Informação Agrícola

De maneira geral, as operações para exploração de sementes de milho híbrido têm como etapas principais: 1.º) obtenção de linhagens puras por meio de auto-fecundações sucessivas; 2.º) cruzamentos simples ou múltiplos dessas linhagens entre si. Isto, de um modo geral, significa que a qualquer um não será dada a exploração comercial de tal atividade, senão a especialistas ou agricultores com sólida base da hereditariedade de agronomia e de genética, ciência que estuda as leis da hereditariedade. Para ilustração dos que pretendem fazer suas lavouras com sementes de milho híbrido, ou mesmo os que queiram adquirir algumas noções sobre o assunto, tentaremos dar ligeira explicação sobre a matéria.

O milho, como é sabido, é planta monóica, ou seja, tem órgãos de reprodução masculinos — o pendão — e femininos — a espiga — no mesmo pé. No pendão é produzido o pólen, que, levado pelo vento ou insetos, vai cair sobre as barbas das espigas, pelas quais penetra no ovário que cada grão contém, fecundando-os. Como, em geral, o amadurecimento do pólen não coincide com o do óvulo que cada grão representa no mesmo pé, estes são fecundados por pólenes de diferentes pés, que podem ficar até a mais de 150 metros de distância. Para se autofecundar a espiga de cada pé, com seu próprio pólen, usa-se um processo muito simples: encerra-se, em sacos de papel impermeável, a espiga e o pendão das plantas, antes de terminada a evolução do processo sexual dos mesmos. Atendida a maturidade sexual do pólen e dos óvulos, retira-se o saco que protegia a espiga e cobre-se esta ou estas com o saco que estava sobre o pendão do mesmo pé e que conteria milhões de grãos de pólen agarrados em sua face interior. A espiga será então fecundada — a operação sendo perfeita é lógico — pelo pólen do próprio pé, ao que se chama processo de autofecundação e que se renete durante três, quatro ou mais gerações, até que as sementes assim obtidas possam ser consideradas como *linhagens puras*.

Esse método, conhecido como de "in-breeding", visa aproveitar com maior rapidez e proficiência os efeitos de uma consanguinidade estreita, pela qual a ação cumulativa de determinados caracteres hereditários, segundo o geneticista inglês Jones, de logo se manifesta, tanto no que toca aos defeitos que se pretende eliminar das plantas, como no tangente às qualidades a serem multiplicadas. Assim, no caso do milho, a autofecundação, embora reduzindo o porte e o vigor das plantas, faz aparecer com maior intensidade tudo o que elas têm de bom ou de ruim, o que facilita enormemente a função de selecionador capaz, que, então, realiza ensaios de produtividade, de resistência ao clima, pragas e doenças, pés que produzem no mínimo duas espigas, e toda uma série de vantagens econômicas que seria óbvio citar.

Obtido assim o grau de pureza desejado para as diversas linhagens que o selecionador autofecundou e que em geral são muitas, elege ele as que melhor comportamento apresentarem quanto aos seus caracteres econô-

micos e, aí, então, entrará na segunda fase das operações, ou seja, a exploração comercial das sementes de milho híbrido.

Esta consiste em cruzar em grande escala as variedades eleitas. Assim, num cruzamento simples, ou seja, entre duas variedades planta-se uma linha da que fornecerá o pólen, para cada duas das que o receberão. Estas últimas serão emasculadas, ou seja, suprimem-se o pendão logo após formado. Em cruzamentos múltiplos as fileiras emasculadas serão quatro ou mais.

Tomando-se por exemplo o produto de duas linhagens simples, cada qual feita com variedades diferentes, digamos de milho A com B e de milho C com D e, cruzando-se o produto destas duas entre si, teremos um cruzamento duplo. São inúmeras, entretanto, as possibilidades que têm o produtor de sementes de milho híbrido de realizar cruzamentos, o que necessariamente deve ser feito em caráter experimental, antes da exploração comercial do produto.

Cultura do milho híbrido

Em nada difere da do comum a cultura do milho híbrido, a não ser que as sementes obtidas de tais plantas não têm firmeza para ser reproduzidas mais de uma vez. Para cada safra, pois, necessita o lavrador adquirir, nos estabelecimentos especializados, novas sementes, as quais, embora custando mais caro, compensam, por colheitas no mínimo 20% mais volumosas e constituídas por um produto de bellissima apresentação, tudo padronizado. É o mesmo caso, por exemplo, das mulas, produto também híbrido do jumento com éguas, e que, embora mais vigoroso que ambos os progenitores é, todavia, estéril. O caso das frutas de enxerto, cujas sementes não reproduzem exatamente o que eram, um produto comercial, mas sim uma ou outra das plantas que entraram na sua composição, ou uma mistura desordenada de ambas, por efeito do que se chama segregação mendeliana.

A época do plantio é a mesma. Para as regiões sulinas, o mês de setembro, com uma tolerância, mais ou para menos, de 45 dias. Nas regiões centrais, outubro, nas mesmas condições, avançando um mês à proporção que se caminha para o norte, pois, no nordeste adapta-se o milho no início da chamada estação invernal, ou seja, no mês de janeiro.

O espaçamento também não pode ser dado de forma absoluta, pois varia a opinião dos tratadistas. Especialistas do Instituto Agronômico de Campinas, baseados em longas e metódicas experimentações, recomendam o plantio de um pé por cova, distanciada de 20 centímetros uma das outras. As covas devem ficar alinhadas em filas compassadas de 1 metro e 20 centímetros. Por este processo são lançadas nas covas 3 sementes, fazendo-se, entretanto, de germinação e excelência absolutamente garantidas, pode-se lançar mesmo um grão em cada cova, por ser, o contrário, de alto custo a semente.



O Ninho Nestlé

que representa quase um século de experiência em
matéria de alimentação infantil, estendeu progres-
sivamente o seu campo de ação, graugando
prestígio e confiança em todos os continentes.



Evite a



USANDO A VACINA

Cristal Violeta

DO INSTITUTO PINHEIROS,

INDICADA PARA USO INTRADÉRMICO
E INTRAMUSCULAR, CONFORME DOSAGENS FEITAS
PELO INSTITUTO BIOLÓGICO DE SÃO PAULO

OUTROS PRODUTOS VETERINÁRIOS

SULFAGUANIDINA
VACINA CONTRA MANQUEIRA
SÔRO ANTI-TETÂNICO
VACINA CONTRA BRUCELOSE
VACINA ANTI-RÁBICA
TERNEIRINA



INSTITUTO PINHEIROS

(Caixa Postal, 951 — São Paulo)

2425

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORNAM. OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



...
...
...
...
...

ANO LIII

RIO DE JANEIRO - BRASIL
MARCO-ABRIL 1949





A rainha
do Radio
e
o rei dos
Refrigerantes



Cafeeiro em flôr

SUMARIO

	Pág.
Restauramos a lavoura cafeeira, nossa maior riqueza, baseando-a na melhoria da qualidade do produto — Prof. Arthur Torres Filho	3
Tipos e primores folclóricos da bacia do S. Francisco — Antonio de Arruda Câmara	7
Orientação e instrução dos agricultores a respeito da conservação do solo — Geraldo Goulart da Silveira	9
A matéria orgânica e a conservação do solo — Eumenes Marcondes de Mello	13
O zebu e os mercados de carne — Prof. Raul Briquet Junior	13
A mecânica agrícola na conservação do solo — Victor C. de Maso Soares	21
A necessidade de novos rumos para a indústria e o comércio de carne bovina — Lincoln Moraes	25
Rimeu Rampazzo — G. Goulart da Silveira	31
Florestas, águas e solos — Pimentel Gomes	32
Primeira mesa redonda da conservação do solo	34
Alguns subsídios para a história do Cooperativismo no Brasil — Fabio Lux Filho	39
Consultas e informações — Geraldo da Silveira	41
Sociedade Nacional de Agricultura — Assembléia Geral de 24-3-45	42
Enano Agrícola Avulso — Geraldo Goulart da Silveira	50
Banco do Brasil. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial	57

Senhores Farendeiros

Sem a desinfecção adequada de chiqueiros, estábulos, galinheiros etc., os animais e aves estarão sujeitos a moléstias de cura difícil e dispendiosa. Com o uso diário do poderoso desinfetante profilático

CRUZWALDINA

Serão exterminados os micróbios, pulgas, mosquitos, moscas e cupim

LIMPA-DESINFETA-DESODORA

"CRUZWALDINA" É FABRICADA E GARANTIDA PELA

SOCIÉTÉ ANONYME DU GAZ DO RIO DE JANEIRO

Indústria Nacional



À venda em todos os bons armazens e
casas de ferragens. Para vendas a granel
peça informações a

CASTRO LOPES & TEBYRIÇÁ — RUA DA ALFÂNDEGA, 81-A-3.º AND. — RIO DE JANEIRO

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIII

Março - Abril de 1949

Restauraremos a lavoura cafeeira, nossa maior riqueza, baseando-a na melhoria da qualidade do produto

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Em 21 de maio de 1940 tive ocasião de apresentar ao Conselho Federal da Comércio Exterior uma indicação sugerindo que, por seu intermédio, fossem realizados estudos visando a reconstrução econômico-financeira da lavoura cafeeira. Fiz sentir que se fazia mister traçar os rumos seguros em bases técnicas, econômicas e comerciais, que impedissem a decadência dessa fonte de riqueza do país. Era preciso, como salientei, garantir ao Brasil o domínio que possuía da produção cafeeira no mundo, tratando-se de uma riqueza que dificilmente poderíamos substituir por outra, principalmente nos mercados internacionais.

Nessa indicação salientei o fato de que a questão cafeeira em nosso país estava sendo encaminhada, principalmente, em seu aspecto comercial, objetivando a garantia de preços altos nos mercados internos. Havíamos envelhecido pela chamada valorização e em consequência dela a produção se avolumou com o estímulo da plantação, sem cuidarmos da qualidade do produto, favorecendo antes o aparecimento de competidores mais avisados no mercado internacional. Na safra de 29-30 alcançávamos uma produção de 23.942.000 sacas, o máximo obtida até então no país. Isso deu lugar à intervenção oficial para o restabelecimento do equilíbrio estatístico, pelo convênio dos Estados produtores, em 1931, criando-se a taxa de 10 shillings por saca de café exportado para compra do excesso da produção destinada à queima. Em 1933 esse Conselho era transformado em Departamento Nacional do Café, subordinado ao Ministério da Fazenda, cuja função precípua em eliminar os excedentes da exportação e queimá-los.

Mais tarde essa compra tornou-se onerosa para os produtores com a criação das quotas de sacrifício e chegamos à eliminação de cerca de 80.000.000 de sacos. Ao invés de bases econômicas e para a produção e melhoramento da qualidade do produto, a orientação seguida foi a da política da alta de preços. Ao mesmo tempo proibiam-se as plantações e sobrecarregava-se o produto colhido com quotas de sacrifício e de equilíbrio e elevação constante de impostos e taxas.

Em 1937 cogitou-se sensatamente de dar liberdade ao comércio e eliminar-se as taxas que oneravam o café, visando permitir ao país competir no mercado internacional com seus concorrentes, principalmente a Colômbia, que elevou fortemente sua produção à custa dos sacrifícios da produção brasileira. Como salientei em dos nossos técnicos, à sombra das valorizações artificiais, a cafeicultura no Brasil converteu-se em verdadeira aventura. Esqueçemos o que tínhamos a fazer — melhorar a qualidade da nossa produção e abaixar seu custo, porque enquanto os outros países, como a Colômbia, aumentavam suas culturas e vendiam totalmente suas safras por motivo das boas qualidades, o Brasil retinha sobras vultosas, geralmente de cafés baixos. Foi então que Fernando Costa, Secretário da Agricultura de São Paulo e depois Diretor do Departamento Nacional do Café, orientou a política cafeeira no sentido da produção de cafés finos.

Há os que afirmam, embora não existam dados seguros, possui o Brasil dois bilhões e duzentos milhões de cafeeiros em relativa produção, devendo crescer-se a esse número, dentro em breve, coeficiente apreciável de lavouras novas que se vieram formando depois que foi suspensa a proibição da plantação. Em 1931, quando se iniciou o plano de combate à superprodução, criou-se um inapôsto para os plantações novas visando os Estados que já dispuzessem de mais de 50 milhões de cafeeiros. Essa proibição durou até 1943. Em 1942 foi calculado existirem no país 2.303.429.221 cafeeiros, dos quais 75.673.463 abandonados nos anos em que houve seca e geadas. Os concededores do problema cafeeiro calculam poder o Brasil, sem perigo, contar com uma produção anual de 20 milhões de sacas, tanto mais por estar, desde 1943, levantada a proibição de novas plantações. Segundo Teófilo de Andrade, não se justifica o pessimismo propalado na América do Norte, de que o Brasil está ameaçado de perder a sua riqueza cafeeira.

Entretanto, a grande ameaça para o Brasil reside na qualidade do produto que enviamos aos mercados exteriores. E' aí que está o grande perigo da concorrência que sofremos.

A qualidade do nosso produto tende infelizmente a baixar cada vez mais, e devemos enfrentar enèrgicamente a produção em qualidade. Precisamos de mercaderia para a concorrência com os "milds". Precisamos de quantidades suficientes de cafés moles, de boa bebida.

Já muitos dos nossos homens de responsabilidade, dentre eles Fernando Costa, clamaram a atenção para a necessidade de produzirmos cafés de bebida fina e procurou-se nesse sentido realizar a campanha dos cafés "despolpados", campanha que não chegou a produzir os resultados dela esperados entre nós. Todavia, os cafés de terreiro, de bebida mole, esses podemos produzir, dentro de certos cuidados, em muitas zonas de nossos Estados, os quais têm grande acitação nos mercados externos. Precisamos combater os cafés de bebida dura. Agravando essa situação da qualidade do nosso café depara-se-nos agora a brôca (*Stephanoderes Hampell*) que veio ainda comprometer a qualidade de nosso produto, nos mercados americanos.

Infelizmente nossa política cafeeira não pode produzir todos os seus resultados e chegamos afinal ao reajustamento econômico e à destruição de milhões de cafeeiros e à situação atual, em que os mercados internacionais, depois da guerra, se vão restabelecendo, e o Brasil que chegou a ter 75% dêsse comércio está hoje reduzido a 43%. A fase que atravessamos é de recuperação da lavoura cafeeira.

Foi justamente visando concorrer para essa reconstrução da lavoura cafeeira e procurando contribuir para melhorar a comercialização do produto, garantindo-se ao lavrador o valor de seu produto, pela qualidade, que apresentei ao Conselho ante-projeto de padronização de café, o qual já havia sido por mim estudado, quando Diretor do Serviço de Economia Rural, com a colaboração de alguns dedicados classificadores de café daquele Serviço.

Da classificação atual dos cafés brasileiros exportados por tipos, bebida e fajas, infelizmente não existe estatística segura a respeito, sendo falho, portanto, os que aparecem nas referências publicadas. Entretanto, para um julgamento, podemos elucidar essa matéria da seguinte forma:

a média de tipo exportada do Brasil é do tipo 5/6, o que equivale dizer 66 defeitos e impurezas em 300 grammas de café. Em São Paulo e Sul de Minas, os cafés melhoram nos diversos tipos, podendo-se ter em média o tipo 4 ou 26 defeitos e impurezas em 300 grammas.

Espírito Santo, Estado do Rio, parte de Minas (Zona da Mata) e Paraná a média em tipo cáí para 7/8 com 260 defeitos e impurezas em 300 grammas.

A nossa média exportada de café de bebida mole corresponde, geralmente a 2%. Esses cafés são oriundos das seguintes zonas: em São Paulo, da Mogiana e parte de Douradense e Paulista, Minas, somente a parte Sul.

Bebida mole a apenas mole	10%
Bebida dura	28%
Rio	60%
Separação (fava)	

Quanto à dimensão da fava, peneira ou separação podemos esclarecer a seguinte:

CHIATO

Peneira	17/18	15%
Peneira	16	65%
Peneira de 15 p/baixo		20%
Peneira Moka	11/12	15% 8 p/men 20%
Peneira	9/10	65%

As cotações tomando por base os elementos estatísticos de 1917, de modo geral, foram as que se seguem:

Cafés de procedência estrangeira, como por exemplo a Colombiana, nosso maior concorrente, temos conforme, dados em mão o seguinte:

Café Colombiano, cotado na Bolsa de Nova York,
 Valor da saca \$42,20. Libra pesa 32 centavos,
 Café em cruzeiros Cr\$ 802,50 a saca.
 Café Brasileiro cotado na mesma Bolsa.

"Santos"

1 saca em dolares \$27,72 em Cr\$ 526,68.
 1 libra pesa 21 centavos (americano).

"Rio"

1 saca em dolares \$18,48. Em cruzeiros Cr\$ 351,12.
 1 libra pesa 14 centavos (americana).

Estes cálculos foram feitos tomando por base a dólar pesa Cr\$ 19,90.

O café brasileiro em relação ao Colombiano e outros é de grande inferioridade, e só há procura da nossa café, para cobrir as necessidades crescentes da consumo mundial, e, como a produção do café de origem estrangeira é ascendente a nossa, por força de fatos assinalados, é regressiva. Somente com aumento da produção de cafés finos é que poderemos concorrer e competir, no comércio internacional, com os nossos concorrentes.

Na Mesa Redonda do Café que sob os auspícios da S.R.B., se realizou em São Paulo nos dias 5, 6, 7 e 8 de junho deste ano (1941) foi conclusão aprovada que o Brasil deve produzir além de cafés de sua especialidade, também os despolpados, para assegurar a sua hegemonia em todos os mercados, tendo assim cafés para todos os paladares.

Foi conclusão também aprovada nessa reunião que a melhoria da qualidade do café dependerá da catação dos defeitos, tornando-se assim necessário que o Ministério do Trabalho revogue as medidas tomadas em relação ao trabalho nas catações de café do interior do Estado, tendo em vista que ele é geralmente feita por mulheres e menores em horas disponíveis às suas atividades ordinárias.

Outra forma de serem melhorados os preços de café, em São Paulo, é aprimorar a sua qualidade. Os cafés finos alcançam melhores preços, e São Paulo dispõe de condições para produzi-los. As possibilidades que temos para aumentar as

preços, por meio da melhoria da qualidade, é muito grande, e não deve ser desprezada. Ainda mais que é o único modo de competirmos com os outros países, que têm os seus mercados consumidores garantidos devido à qualidade de seus cafés. Com uma campanha bem orientada, é possível obter-se uma produção volumosa de cafés finos em São Paulo, ganhar-se terreno nos mercados consumidores e consequentemente melhores cotações para o produto. (Da Mesa Redonda sobre o café recentemente realizada sob os auspícios da Sociedade Rural Brasileira de São Paulo).

Recoadere o Plano Salte, em relação ao café, estamos perdendo, devido à qualidade, nossos mercados no exterior, recomendando ainda a assistência técnica do produtor. E dêse plano a recomendação da criação de um Instituto Nacional do Café com patrimônio próprio com sede no Distrito Federal, sendo que esse Instituto se destinaria a traçar suas diretrizes da política econômica do café nacional.

Resolven o Conselho Federal de Comércio Exterior, que, a respeito do anteprojecto de padronização por mim apresentado, fossem ouvidos os governos interessados e o próprio Ministério da Agricultura. Foram recebidos pareceres dos Estados do Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, deixando de se pronunciar o governo do Estado de São Paulo, apesar da insistência com que foi solicitado o seu pronunciamento. Esse Estado remeteu ainda em 26-12-44, ao tempo da intervenção Fernando Costa, um trabalho valioso da Secretário Dr. Melo Moraes em que frizava o descalabro da lavoura cafeeira paulista, mostrando a situação de apreensão com a queda da produção cafeeira, salientando a necessidade de um programa de defesa econômica e financeira. Em 11-3-47, o Sr. Ministro Daniel de Carvalho remeteu ao Conselho de Comércio Exterior os pareceres daquele Ministério, inclusive o do Serviço de Economia Rural, que fez acompanhar o seu parecer das especificações para a classificação do café declarando que o assunto foi estudado "pelos técnicos especializados em café" e achando que o trabalho apresentado estava em condições de atender às necessidades da defesa da nossa produção. Os pareceres dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo, em nada alteraram o anteprojecto organizado pelo Serviço de Economia Rural. Esse anteprojecto habitualmente organizado não trará perturbações ao comércio do café atualmente estabelecido, mas permitirá, a pouco e pouco, a melhoria da qualidade do nosso produto e, através do certificado oficial, permitirá as transações comerciais e beneficiará o produtor que procurar melhor a qualidade do seu produto.

No dizer da Secretaria da Agricultura do Paraná "o certificado oficial será a melhor maneira de preparar racionalmente o produto".

Já vimos a situação precária da qualidade do café brasileiro em face da exigência dos mercados externos e, portanto, da concorrência estrangeira. Esse aspecto da nossa lavoura cafeeira já foi vigorosamente objeto da chamada campanha dos cafés finos, empreendida pela antiga Seção do Café da Secretaria da Agricultura de São Paulo, orientada pelo dedicado e competente agrônomo Rogério de Camargo, a qual, infelizmente, interrompida, não nos permitiu colher da mesma as vantagens que seria lícito esperar; seguiram-se ocorrências várias, já relatadas, em torno do complexo problema cafeeiro brasileiro, e agora se nos depara a avidez dos mercados externos pelo produto, e o Brasil pôde ainda exportar, em 1948, cerca de 18 milhões de sacas. Nunca será demais, a nosso ver, insistirmos pela melhoria da qualidade dos cafés que produzimos, pois é esse um dos produtos, cujos tipos comerciais, entram habitualmente pauis, pedras e outros detritos.

Na obra de recuperação da nossa maior riqueza, de nossa "máquina de fazer dólares", no dizer expressivo de Edgard Teixeira Leite, não devemos deixar de considerar muito particularmente o melhoramento da qualidade do produto, por isso mesmo depreciado e perdido mercados, principalmente o grande mercado americano...

Neste programa de ação pela recuperação da lavoura cafeeira, que apresenta múltiplas fases, não esquecermos de que temos possibilidades de aumentar grandemente o volume de cafés finos, para os quais haverá sempre mercados, a bons preços.

Tipos e primôres folclóricos da bacia do São Francisco

(ENSAIO)

Antonio de Arruda Câmara

3.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

"As populações atuais do nosso interior conservam ainda os hábitos indígenas — nada fóra dos rios ou dos divisores" — Agenor Augusto de Miranda.

Tem o São Francisco a sua gente. Dispersa ao longo do rio, dos seus afluentes e sub-afluentes, — nos vales, encostas, chapadas e montanhas que formam e limitam a bacia — conserva ela, aqui e ali, obedecendo aos imperativos da diversidade de ações e de meios, maneiras e modos de viver próprios.

São velhos costumes e crenças, — hábitos, práticas e usos —, vindos do passado. Costumes e crenças que, pela tradição, em prosa ou verso, vêm transmitidos de uma outra geração.

As histórias e os cantares que os recordam constituem preciosidades folclóricas a recolher e a estudar.

Embora fortaleçam e dêem vida as tradições, — animem palestras e reunam, algumas vezes, conhecidos cantadores —, devem ser registadas antes que, pela influência do rádio, e até dos turistas, dispersem menos interesse e percam a originalidade de expressão e colorido.

É certo muito já se dever aos estudiosos da região, mas, a verdade é que, sob alguns aspectos, quasi tudo está ainda por fazer em relação ao folclore na bacia do São Francisco.

Vasta, compreendendo zonas de grande extensão e variando, nelas, atividades e condições de vida, ter-se-á de fixar diferenças e de fazer, para estudo, delicada e difícil coordenação.

O **barranqueiro**, seja ele barcaceiro, remeiro, "marinheiro", ou pescador, vive a vida do rio.

É presa da corrente e do encanto da paisagem.

A sua história, como a de seus antepassados, é a do domínio das águas e povoamento do vale.

Entre as cachoeiras de Paulo Afonso e Pirapora, notadamente a partir de Juazeiro-Petrolina, a influência do rio é soberana e se estende, por seus afluentes navegáveis, aos povos ribeirinhos nos vales tributários.

Nesse trecho do rio é o **barranqueiro** diferente do **mercador** da beira de outros rios. É diferente, até mesmo, dos seus irmãos do alto e do baixo rio.

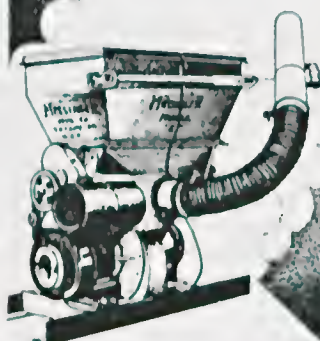
Abaixo de Paulo Afonso, sobretudo a partir da penetração do rio nas zonas da mata e litoral, sente-se a influência do mar. Da cachoeira de Pirapora à de Casca d'Anta e por toda a extensão das serras lindieiras aos divisores da bacia, a influência das montanhas.

O **vaqueiro** das zonas do médio rio, dos gerais da chapada ao planalto oeste baiano e destes aos sertões mineiros do Urucuia e Itacambira, — o **vaqueiro** de que nos fala Geraldo Rocha, e tantas recordações lhe traz da vida que viveu no cenário de suas proezas juvenis —, é parecido, mas não se confunde, por certos detalhes e modos de ser, com o seu famoso irmão das caatingas e sertões secos do nordeste. É diferente do vaqueiro litorâneo e de comum com o **caplau** mineiro, citado por Alvaro A. da Silveira, apenas o uso do chapéu de couro. Com o **retireiro** e o **boiadeiro** da zona do alto São Francisco e suas vizinhas do Alto Paranaíba, Oeste, Metalúrgica e Alto Jequitinhonha, nada tem de comum.

O **groteiro**, pequeno agricultor do norte de Minas, assim como o lavrador "do seco", na zona baiana do médio São Francisco tem hábitos relativamente diversos do lavrador das ilhas e das vazantes do médio e baixo rio.

Velhas histórias, de feição lendária, parecem lembrar o período da penetração e do povoamento, as lutas com o índio, a descoberta das minas e o estabelecimento

POLVILHADEIRA MOTORISADA MESSINGER



O perfeito extermínio das pragas como a broca do café, broca do algodão, cornuquerê, lagarta rozada, percevejo rajado, etc depende da eficiência das máquinas usadas na aplicação do inseticida.

A "MESSINGER" é uma fabrica especializada em polvilhadeiras de acertação mundial, em varios tipos, manuais ou acopladas com motor a gasolina, de grande ou pequena capacidade.

PEÇAM FOLHETOS

DEPARTAMENTO AGRÍCOLA
RUA EVARISTO DA VEIGA, 65/67 RIO DE JANEIRO

MESBLA SAO PAULO - P. ALEGRE - PELOTAS
B. HORIZONTE - RECIFE - MITERÓI



dos currais, referem-se a chefes que se tornaram famosos e à lutas de extermínio entre famílias poderosas.

Além desses elementos de natureza geral há também a registrar os peculiares à vida dos agrupamentos.

Entre os **barranqueiros**, é o folclore baseado em reminiscência relativas à fauna fluvial, à pesca, à navegação e às enchentes e vazantes do rio. Entre os **vaqueiros** é o gado e quanto a êle diz respeito, — o cavalo corredor, as vaqueijadas, o flagelo das secas e o das enchentes.

O correr das estações, as crises climáticas, as "retiradas", as enchentes e vazantes, as lutas pela propriedade da terra são rememoradas entre lavradores e criadores.

Nas minas e lavras, e entre os faiscadores e garimpeiros, é de supor que além das referências à descoberta das minas, ao

ouro, às pedras preciosas e às montanhas de prata, conserve a tradição lembrança das bandeiras e dos roteiros seguidas por baianos e paulistas.

Nessas fontes, e não somente à beira rio, é que se deve pesquisar e recolher os primores folclóricos dispersos na bacia do São Francisco.

BIBLIOGRAFIA

Agenor Augusto de Miranda — O Rio São Francisco — Comp. Editora Nacional — 2.^a Edição — 1941.

Geraldo Rocha — O Rio São Francisco — Comp. Editora Nacional — 1940.

Luiz da Câmara Cascudo — Vaqueiro e Cantadores — Livraria do Globo — 1939

Orlando M. de Carvalho — O Rio da Unidade Urbino — Comp. Editora Nacional — 1937.

Urbino Viana — Bandeiras e Sertanistas Baianos — Comp. Editora Nacional — 1935.

Orientação e instrução dos agricultores a respeito da conservação da fertilidade dos solos

Engenheira Agrônoma

GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Professor da Escola de Horticultura Wenceslau Brabo

I — Generalidades

É preciso que, através de um trabalho educativo bem orientado e conduzido, a nosso agricultor tenha uma idéia clara e real a respeito da necessidade imperiosa da *conservação da fertilidade do solo*, como um fator primordial do êxito de uma exploração agrícola.

É indispensável que ele saiba que a terra constitui não somente um patrimônio valioso que precisa e deve ser conservado em condições de poder ser utilizada economicamente, como também, um patrimônio histórico da Nação, que precisa ser preservado com toda auidade e interesse.

O que é hoje um solo fértil, um terreno virgem que surgiu da destruição de uma extenuante floresta, será em poucos anos um terreno pobre, e, pouco depois, um terreno absolutamente impróprio para a agricultura remunerada, si ele não for cultivado racionalmente, e, sobretudo, protegido contra a perda da matéria orgânica e contra o seu transporte pela ação erosiva da água das chuvas.

De fato, entre outros, o problema da perda da *matéria orgânica*, tão acentuado nas zonas tropicais, como grande parte de nossas regiões agrícolas, e o problema da *erosão*, tão grave nas regiões acidentadas, como em grande área de nosso território, têm concorrido, de uma maneira muito acentuada, para aumentar o coeficiente de áreas inultas, abandonadas, sem árvores; em então, aproveitadas para pecuária (mesmo assim em condições muito in-proprietas, não só pela quantidade, mas, também, pela qualidade deficiente das pastagens que nelas se desenvolvem).

Si a perda do húmus de que tanto carece o solo para que nele se desenvolva uma vegetação exuberante, constitui um grave inconveniente para a agricultura, não menos alarmante é o trabalho de destruição provocado pelas enxurradas, que carregam consigo a camada mais superficial dos terrenos, justamente a mais fértil, aquela de onde as plantas tiram os alimentos de que carecem.

Infortunadamente, porém, pela falta de uma campanha educativa em largas proporções, os nossos agricultores ainda não estão convenientemente esclarecidos e orientados a respeito de tão importantes questões, e, cada vez mais, a erosão por um lado, e a falta de húmus, por outro, vão semeando desertos onde outrora prosperavam zonas ricas e férteis.

A agricultura só é, realmente, uma atividade remuneradora, quando se cultiva racionalmente o solo.

Obter sempre maiores colheitas e de melhor qualidade, isto é, obter sempre maior rendimento cultural = melhores produtos, deve constituir preocupação constante do agricultor.

A agricultura é, sem dúvida, a mais nobre das profissões, a mais nobre das atividades econômicas do homem, mas é preciso que, aqueles que cultivam o solo, aqueles que do solo retiram o meio para a sua subsistência, e, talvez, para a subsistência de toda a população, se capacitem de que a terra não é uma coisa inexgotável e que cede a eles, honrando a nobreza da profissão que abraçaram, defendendo os seus próprios interesses e os interesses da Nação, a preservação do patrimônio valioso que é o *solo agrícola*.

O nosso homem rural foi e ainda é o verdadeiro construtor dos alicerces econômicos do país, e, por falta de uma conveniente educação para, com um certo conduzir a exploração do solo, tem concorrido, sem a avaliar em toda a sua extensão, para agravar, cada vez mais o desaquecimento de zonas outrora férteis que, mal cultivadas e desprotegidas, estão hoje, em grande parte abandonadas, ou então, embora em exploração, dão um rendimento cultural tão baixo, que não é absolutamente remunerador.

Possuímos uma vasta extensão territorial que nos foi legada pelos nossos antepassados, mas não temos sido capazes de preservar, convenientemente, a fertilidade das terras desse valioso patrimônio.

Temos feito, uma agricultura de devastação; o nosso agricultor caminha cada vez mais para a frente em procura de novas terras que, no fim de algum tempo, pelos cultivos inadequados a que são submetidas, são abandonadas pelo esgotamento rápido de sua fertilidade, principalmente pela perda de húmus e pelos desastrosos estragos provocados pela erosão.

Urge que se inicie em larga escala uma campanha eminentemente educativa, objetiva e oportuna junto aos nossos agricultores, afim de que eles sejam perfeitamente esclarecidos sobre o que representam o húmus e a camada arável do solo para o aproveitamento agrícola das terras; sobre como conservar a fertilidade evitando a perda do húmus, protegendo os terrenos contra a erosão, adubando-os, cultivando-os racionalmente, etc, enfim, sobre como, de uma maneira econômica, no alcance de suas possibilidades, podem ser encarados e resolvidos os problemas relacionados com a *conservação da fertilidade dos solos*.

II — O ensino prático como um recurso para que se concretize a defesa do solo pela conservação de sua fertilidade

Nenhuma assistência técnica é mais efetiva e eliciente do que a assistência sob a forma do ensino, não o ensino clássico, sob a forma acadêmica; mas um ensino prático e objetivo, ensino no ideal do homem do

campo, ensina bem orientado e conduzido de tal maneira que seja atingido o seu objetivo fundamental, isto é, *instruir o homem do campo sobre os problemas mais prementes do racional aproveitamento da terra como uma condição primordial para a garantia de sua estabilidade econômica representada pela posse de terras férteis, e, especialmente, sobre como atingir tal objetivo sem que sejam necessários empreendimentos acima de suas possibilidades.*

A realização de numerosos cursos práticos, desde que bem planejados, tendo-se em vista as condições peculiares de cada região, e, bem executados por profissionais que, em linguagem clara, acessível e conveniente, saibam se fazer entender pelo homem rural, constitui, sem dúvida, um recurso de inestimável valor e segura eficiência na campanha de conservação da fertilidade do solo, que, quanto antes, precisa ser generalizada em todo o país.

Os exemplos de muitos cursos práticos já realizados no país e a nossa experiência em essa modalidade de ensino que praticamos, desde 1937, na Escola de Horticultura Wenceslau Helle, mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura, dão-nos a certeza de que, através deles, muita conseguiremos de prático, objetivo e eficiente, junto aos nossos agricultores.

Além de cursos práticos, cursos eminentemente objetivos, verdadeiro curso de treinamento agrícola especialmente organizados para agricultores e ministrados com a finalidade de instruí-los e capacitá-los para o racional aproveitamento dos terrenos, conseguiremos modificar o panorama atual de nossa exploração agrícola, que, infelizmente ainda é conduzida por um empirismo e um reducionismo que só se justificam pela falta de uma campanha educativa em largas proporções, visando integrar o nosso homem rural nas atividades rurais racionais e remuneradoras.

Ao contrário do que muita afirmam, o nosso homem rural não é completamente avesso às inovações em seus velhos métodos de trabalho; ele é, apenas, um homem desconfiado, que não está disposto a experimentar aquilo sobre o qual não está convenientemente esclarecido e convencido de sua necessidade e vantagens.

Para que se consiga interessar o nosso agricultor nas práticas racionais de aproveitamento do solo preconizadas pela agronomia, é preciso que, não se pretenda, dogmaticamente, obrigá-lo que ele faça aquilo que não está acostumado a praticar.

É indispensável que, antes, através de exemplos concretos, ele se interesse pelo assunto.

A *motivação da aprendizagem*, é uma prática recomendada pela didática.

Agindo com critério, não temos dúvida em afirmar, muito conseguiremos através de um ensino bem orientado, sob a forma de cursos práticos ou cursos de treinamento, pois o nosso agricultor é capaz de aprender e executar convenientemente aquilo que lhe é ensinado por profissionais acostumados ao convívio com o homem do campo.

É preciso, portanto, que aqueles que tiverem a seu cargo o ensino prático e direto aos lavradores, conheçam antes, a psicologia

do homem do campo com as suas subtilezas e seus complexos; saibam lidar com eles com calma, paciência e boa vontade, pois de outra forma pouco de eficiente conseguiremos.

III — Alguns exemplos dos numerosos cursos práticos aconselháveis

É aconselhável que, visando o racional aproveitamento do solo e a conservação de sua fertilidade, seja iniciada uma campanha em largas proporções visando orientar e instruir os agricultores, através de *cursos práticos e objetivos sobre assuntos que mais se fizerem necessários em cada região do país.*

Nesse sentido, entre outros, podemos lembrar como muito recomendáveis, os seguintes cursos práticos:

a — *Curso Prático de Reflorestamento*, visando o ensino de tudo quanto se relaciona com o reflorestamento; da sementeira ao plantio definitivo das essências florestais e os fatos culturais que elas exigem; e, principalmente, visando com que os agricultores, defendendo as suas terras contra a erosão mantenham os cumes dos morros cobertos de florestas; façam o reflorestamento das áreas erodidas e abandonadas; conservem áreas florestadas já existentes, etc;

b — *Curso Prático de Combate à Erosão*, visando alertar os agricultores sobre a verdadeira extensão do trabalho destruidor da erosão; ensiná-los quais os processos aconselháveis para combatê-la, familiarizá-los com o emprego racional e oportuno de cada um dos processos etc, enfim, esclarecê-los sobre porque e como eles podem evitar os prejuízos provocados pela erosão;

c — *Curso Prático de Cultivo Racional do Solo*, visando salientar o perigo da indequada cultivo do solo como agente que conorre para aumentar a erosão e para a perda da fertilidade do solo; mostrar quais as práticas culturais da região que precisam ser modificadas e como modificá-las; esclarecer convenientemente os agricultores sobre como, através de práticas culturais racionais, eles poderão obter maiores proveitos da exploração do solo;

d — *Curso Prático de Preparo e Utilização de Adubos Orgânicos*, visando mostrar aos agricultores a importância da matéria orgânica no solo; como conservá-la através de práticas culturais racionais; como preparar e utilizar o esterco; como utilizar os adubos orgânicos existentes nas propriedades agrícolas, como preparar o adubo chamada "composto"; como e quando praticar a adubação verde; etc, enfim, dar noções sumárias e objetivas sobre a utilização, conservação e enriquecimento do solo em matéria orgânica;

e — *Curso Prático de Preparo e Conservação de Pastagens*, visando esclarecer os agricultores sobre a necessidade das boas pastagens e de sua conservação; ministrá-les os conhecimentos práticos e objetivos sobre o ressemeio de pastagens, o controle do pastoreio, o reódio de pastagens, etc com fatores indispensáveis para o racional aproveitamento das terras em pecuária;

f — *Curso Prático de Exploração Racional das Florestas*, visando ensinar tudo quanto é necessário para que os nossos agricultores saibam como explorar racionalmente as matas e florestas, e, não destruí-las, como é corrente;

mostrando-lhes as lavouras vantajosas que advêm da aplicação racional dos princípios firmados pela silvicultura.

Sidntentamos, apenas, seis exemplos de cursos práticos.

Muitos outros, de acordo com as necessidades, as condições peculiares a cada região, etc., podem e devem ser ministrados, com grande sucesso.

Muito de objetivo e útil conseguiremos realizar através de cursos práticos sobre os assuntos que mais se fizerem necessários em cada região, de acordo com as possibilidades nas diferentes zonas agrícolas do país, visando a abranger o maior número possível de agricultores, afim de que, em um futuro próximo, seja outro o panorama de nossa agricultura, que tem sido, em grande parte, uma agricultura de destruição, uma exploração imprudente do solo.

IV — Onde se vem ser ministrados os cursos práticos

Na campanha de orientação e instrução dos agricultores a respeito da conservação da fertilidade dos solos, devemos lançar mãos de todos os recursos afim de que o ensino seja ministrado no maior número possível de zonas e venha a beneficiar o maior número de agricultores.

É natural que o ensino ministrado nas próprias propriedades agrícolas, congregando os agricultores vizinhos, é o mais recomendável e conveniente.

Igualmente muito recomendável é oportuno é o ensino ministrado nas estações experimentais e outros estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos, revestindo-se da forma de cursos de treinamento.

Nas escolas que ministram o ensino agrícola, como já se vem fazendo em muitas delas sob a forma de semanas de agricultores, cursos de treinamento agrícola etc, o ensino pode ser ministrado com grande eficiência e sucesso, como demonstram os resultados já obtidos.

Nas escolas primárias rurais, muito poderia fazer as professoras criando nos seus alunos uma mentalidade de conservação da fertilidade do solo, desde que, em cursos especialmente organizados para o magistério, sejam ministrados os conhecimentos básicos que devem ser transmitidos aos alunos.

As associações rurais, que congregam em seu seio os agricultores da região, podem e devem colaborar com os poderes públicos, realizando, sob seus auspícios, vários cursos para agricultores.

Em qualquer lugar, enfim, onde se encontrar um agrônomo deve ser imediatamente iniciada a campanha da conservação do solo por intermédio de cursos práticos e objetivos, pois dela depende o problema econômico da agricultura e a própria grandeza do país.

V — Outras modalidades de orientação e instrução dos agricultores a respeito da conservação do solo

Na campanha que julgamos deva, quanto antes, ser iniciada, visando a conservação da fertilidade do solo, torna-se necessário sejam mobilizados todos os recursos possíveis afim

de que o problema seja focalizado em todas as oportunidades e sob todas as formas.

Semanas rurais onde sejam debatidos e estudados os problemas diretamente com os agricultores; excursões de agricultores às estações experimentais onde eles possam observar os processos de conservação da fertilidade dos solos; as excursões de agricultores às propriedades rurais particulares onde venham sendo postos em prática os processos racionais de cultivo do solo; a concentração de fazendeiros em escolas agrícolas, onde, mediante estágios, cursos de treinamento etc, eles se familiarizem com os métodos de conservação do solo; a exibição de filmes instrutivos e educativos sobre o assunto, o fomento a formação de cooperativas de agricultores visando a conservação da fertilidade do solo em uma determinada região, e tantas outras medidas são aconselháveis e devem ser postas em prática, dada a relevância do assunto.

A conservação do solo não é só um problema que interessa ao agricultor; é também um problema que interessa aos poderes públicos, a quem cabe a preservação do patrimônio que o solo, agriculturável representa a Nação.

CONCLUSÕES

1 — O problema da conservação da fertilidade do solo é máxima relevância e precisa e deve ser encarado em seus múltiplos aspectos, como uma necessidade imperiosa, pois o solo representa um patrimônio básico da Nação.

2 — É indispensável que, quanto antes, seja iniciada uma campanha em grandes proporções, visando orientar e instruir os agricultores, sobre a necessidade da conservação da fertilidade do solo.

3 — É muito recomendável a realização de numerosos cursos práticos sobre os mais variados assuntos relacionados com a conservação da fertilidade dos solos, visando capacitá-los para a solução do problema em suas propriedades.

4 — Os cursos precarizados, eminentemente práticos e objetivos, devem ser organizados de acordo com as necessidades e as condições peculiares de cada região.

5 — Entre outros, são recomendáveis cursos práticos sobre Reflorestamento, Combate à Erosão, Cultivo Racional do Solo, Preparo e Conservação de Pastagens, Exploração Racional das Florestas, etc.

6 — Os cursos práticos precarizados devem ser realizados nas próprias propriedades agrícolas, nas estações experimentais, nas escolas agrícolas, etc.

7 — É, igualmente recomendável, que nas escolas primárias rurais o problema seja focalizado afim de que se chame a atenção dos alunos para um problema de tanta relevância.

8 — Outros recursos recomendáveis visando a orientação e a instrução dos agricultores a respeito da conservação da fertilidade do solo, são as semanas rurais onde o problema seja debatido com os agricultores; as excursões de agricultores às propriedades agrícolas onde sejam empregados os processos racionais de exploração do solo; as visitas às



HÁ COISAS QUE NÃO PODEM SER APRESSADAS...

A Natureza requer tempo para agir... não dá saltos. É tanto o preparo do mel pelas abelhas, quanto a maturação da bõa cerveja são processos naturais que não podem ser apressados. Durante dias e dias, Brahma Chopp fica em repouso, fermentando e amadurecendo em gigantescos dornas. É nesse período de lento maturação que o Brahma Chopp absorve todos os seus princípios revitalizantes e co-malte e adquire as propriedades digestivas e o aroma e sabor amargoadulçável do lúpulo. Essa maturação lenta é o segredo da superior qualidade do Brahma Chopp - a bõa cerveja que lhe proporciona sempre grande prazer.

**Brahma
Chopp**
EM GARRAFA OU EM BARRIL



PRODUTO DA CIA. CERVEJA A ESTRELA S. A. B. - RIO DE JANEIRO - S. PAULO - CURITIBA - P. ALEGRE - P. FUND.



estações experimentais onde o problema esteja sendo estudado; a concentração de agricultores nas escolas agrícolas, onde, mediante estágios e cursos de treinamento eles se familiarizem com os problemas relacionados com a conservação da fertilidade do solo; etc.

9 — São muitos recomendáveis ainda, as palestras, demonstrações práticas, exibição de filmes educativos e instrutivos, etc, levadas à efeito no meio rural, formalizada o problema da conservação da fertilidade do solo.

10 — A formação de cooperativas de agricultores, visando a conservação do solo em determinadas regiões, e, também, o curso de grande importância e vitalidade.

11 — As associações rurais podem e devem, na medida de suas possibilidades, cooperar com as autoridades públicas na campanha da conservação da fertilidade do solo.

12 — A campanha de orientação e instrução dos agricultores a respeito da conservação da fertilidade do solo deve ter âmbito nacional e mobilizar todos os recursos disponíveis afim de que no menor tempo possível, sejam atingidos os seus elevados objetivos.

(Obs) O presente trabalho constitui a tese que o Professor Geraldo Guillard da Silveira apresentou, como delegado da Sociedade Nacional de Agricultura, à Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, promovida pela Sociedade Rural Brasileira. A referida tese, redigida pelo Dr. Moacyr Pavungen, foi com parecer favorável do relator, aprovada pela VI Comissão Técnica e enviada ao plenário que, na reunião de 22.2-1949, por unanimidade, também a aprovou.



A matéria orgânica e a conservação do solo

Por EUMENES MARCONDES DE MELLO
Engenheiro Agrônomo

1. *Solo — a mais importante reserva de um país. Necessidade de conservá-lo.*

O solo é a mais importante reserva que um país pode possuir e é necessário conservá-lo, pois com o seu desaparecimento o próprio país também desaparecerá. Quando se lê a história da Humanidade pode-se ter essa convicção, pois os povos nascem, crescem, se desenvolvem e morrem também, de acordo com a conservação de seus solos. E de se notar que a velocidade de desaparecimento tem sido também proporcional à dose de imprevidência com que os seus dirigentes se comportaram, sem contar também naturalmente com a grande dose de ignorância aliada a um certo número de preconceitos de ordem política e religiosa que os impediram de agir em benefício da manutenção dos bons condições do solo.

O esaurimento progressivo do solo em consequência de práticas agrícolas que passam assumir as proporções de uma verdadeira rapina ou vampirismo, não pode mais ser assistida de braços cruzados por todos aqueles que conhecem os exemplos já existentes em várias partes do globo, seja na Austrália, no Canadá, na África do Sul e principalmente nos Estados Unidos que já creou mesmo um organismo especializado para tratar do assunto e que é o conhecido "Soil Conservation Service" (Serviço de Conservação do Solo.) O problema da conservação do solo foi desleixado e também em parte ignorado durante séculos, mas no momento atual recebe a atenção dos técnicos e dos legisladores dos maiores países do mundo, seja em seu próprio território, seja em seus domínios coloniais.

Já foi reconhecida a sua importância e a necessidade de ser atacado de frente com todos os recursos técnicos e econômicos. Trata-se de salvar milhões de hectares de terras ameaçadas de completa esterilidade e destruição pelo terrível flagelo da erosão que assume em alguns países formas de verdadeira catástrofe nacional. Compreende-se aliás a sábia razão da existência de tais entidades, pois é sabido que a boa produtividade de um solo depende, além de outras coisas, do modo pelo qual foi ele tratado durante todo o tempo de seu cultivo. Significa isso que os mais métodos culturais acumulados durante longos tempos e muitas vezes transmitidos através gerações e gerações de agricultores aos quais não se procurou orientar por qualquer meio, podem causar o decréscimo progressivo da produção agrícola até um ponto que podemos considerar como o limite de suas possibilidades. Chega então o momento (que aliás nunca deve ser esperado) em que uma ação pronta se faz necessária para a completa cessação de todos os métodos contraindicados pela agronomia e também pelo simples bom senso.

Está claro que entre as medidas aconselhadas pelos técnicos e que devem

a mais possível ser esclarecidas ao agricultor, terá de ser mencionada a própria noção de conservação do solo, que deverá ser perfeitamente definida ou explicada de modo mais simples possível. Será necessária possivelmente tentar uma classificação dos solos mais do ponto de vista de suas possibilidades agrícolas, sem naturalmente por de parte o aspecto científico. Se o emprego de mais métodos culturais tiver sido feita durante um período bastante longo, agravado pela quase nenhuma ou até mesmo nula aplicação de adubos ou corretivos de qualquer natureza, é quase certo que o solo em questão cambiala para uma situação insustentável quando atinge a conhecida situação popularmente denominada "cansada". Nesse caso já possui, segundo algumas opiniões, uma certa dose de substâncias tóxicas, além de uma possível condição de desequilíbrio no tocante às qualidades de nutrientes disponíveis existentes, em consequência do fato de não serem iguais exigências das plantas cultivadas com relação aos elementos de que precisam para o seu perfeito desenvolvimento. A mudança da planta cultivada, periodicamente é medida aconselhável dentro de certas possibilidades econômicas do agricultor. Muitos lavradores infelizmente, ainda adotam no Brasil a prática da agricultura nômade, acompanhada frequentemente de desflorestamento, de abandono do solo desnudado durante muito tempo e também de uma grande dose de incredulidade e pessimismo nas sugestões apresentadas pelos agrônomos. A tudo isso podemos acrescentar o fato de não ser feita, ainda mesmo quando possível, qualquer correção ou adubação. Se o rendimento já começa a ser pouco compensador não se pensa em melhorar o solo já muito explorado e sim procura-se mudar um pouco mais para diante em busca de outras possibilidades.

Não parece haver exagero em tais considerações, pois sabemos perfeitamente que o cultivo do café, iniciado no vale do Paraíba, já atingiu as férteis regiões do norte do Estado da Paraíba. Tem-se a impressão de que há uma verdadeira marcha em direção aos pontos em que o húmus vitalizante e precioso ainda se encontra em perfeita condição de ser aproveitado, ao lado evidentemente de outros nutrientes de que o café precisa.

Se se procura seguir a linha segura onde pode ser encontrado o húmus, porque então não se cuida de mantê-lo no solo a mais possível, pela adição de matéria orgânica sob a forma mais apropriada que o caso indicar? Porque não procurar então proteger o solo pela prática da cobertura do solo com palha ou palheta ("mulching", dos ingleses e americanos) ou renovar os estoques de matéria orgânica pela adição de estrume de curral, composto, adubação verde, etc.? Porque então se continua a destruição inclemente das matas em vastas regiões, nem mesmo respeitando as

cabeciras dos rios e a proximidade das mananciais, nem os ardeentes do terreno, usando e abusando da química e da monocultura, recusando-se a adubar e a corrigir? É preferível neste caso, como em muitos outros, prevenir em vez de remediar.

É necessário de que nos lembremos de que as jazidas minerais, sejam elas de ferro ou de ouro, se esgotam, nem que com isso causem o desaparecimento de um povo porque, embora sejam fatores de riqueza, não são a própria vida dos indivíduos que as exploram. O mesmo não pode evidentemente ser afirmado com relação ao solo.

É notório que os povos mais bem alimentados são também os que maiores empreendimentos realizam, pois possuem energia física suficiente para o trabalho tanto braçal como intelectual. No Brasil, é preciso nos capacitarmos uma vez por todas de que os métodos exóticos não podem e não devem mais ser cegamente adotados com relação às práticas agrícolas, pois se há algumas coisas que obedecem às normas e leis científicas, outras há que têm de ser modificadas ou adaptadas devido às nossas condições de país de clima tropical e sub-tropical. No estudo científico do solo, modificações radicais têm de ser feitas nos métodos de análise tanto física, como química ou biológica. É necessário considerar também que os solos tropicais têm sido muito menos estudados do que os dos climas temperados. Daí as muitas surpresas que já têm impressionado os técnicos e pesquisadores em regiões tropicais. Os critérios de classificação, análise, apreciação de grau de fertilidade, correção, adubação e conservação terão portanto de ser como que especializadas para os climas tropicais.

Está nesse caso a adição de matéria orgânica cuja destruição nos climas tropicais preocupa agora seriamente os técnicos e agricultores dessas regiões, durante muito tempo iludidos por uma falsa noção de riqueza, em que se apresentava o solo tropical como sendo de fertilidade inexaurível. Felizmente já é tempo de se desfazer tal mito, tratando-se do caso com positividade e sem fantasia. Nas condições climáticas que prevalecem nos trópicos é necessário dispensar cuidados especiais ao húmus que, segundo o que escreveram Vageler, Ehrhart, Seyne e outros notáveis estudiosos dos solos tropicais, pode ser considerado como o elemento por excelência regulador das boas condições de granulação do solo. Da boa regulagem dessas condições é que depende por sua vez o perfeito equilíbrio do regime de água nos climas tropicais. Essa condição favorável de humidade tem muita importância, pois a aplicação da adubação verde como processo auxiliar de conservação pela presença da matéria orgânica estabiliza, torna auxiliar da granulação, depende principalmente das condições de humidade, sendo necessário um teor ótimo a fim de que a matéria orgânica possa ser decomposta com perfeito aproveitamento e integral transformação do húmus. A adubação verde precisa portanto obedecer a certos preceitos técnicos sem os quais tornar-se-á ineficiente.

O emprego da planta destinada à adubação verde como cultura intercalar é aconselhável, pois desse modo o solo poderá ser enriquecido em matéria orgânica e também em

azoto se for feita a mesma com uma leguminosa. Em algumas fazendas do Brasil já foram obtidos resultados às vezes bastante compensadores com a prática da cobertura do solo com a palha ou resíduos vegetais das colheitas, acompanhada ou não de amoníaco, para proteger o solo contra a dessecação excessiva procurando por esse meio também preservar a matéria orgânica que nele se encontra e cuja destruição é necessário impedir ou pelo menos retardar o mais possível.

2. Importância da matéria orgânica na conservação do solo tropical.

Nunca será demasiada chamar a atenção para a enorme importância do húmus, mormente nos países tropicais, em que a sua destruição se faz com grande rapidez. Sem húmus não poderá haver cultivo nenhum rendoso. Muitos milhões de microorganismos vivem em cada centímetro cúbico do solo e a eles cabe a responsabilidade pela atividade vital de que resulta a mobilização dos diversos nutrientes fornecidos às plantas.

O solo, graças ao húmus, não pode mais ser considerado como um corpo morto, semelhante a um produto químico ou uma rocha; deve antes ser considerado e tratado como um verdadeiro organismo, que, como um ser vivo, pois como estes, nasce, cresce e morre, alimentando e sendo por sua vez alimentado por outros seres vivos, como os vegetais e os animais depois que estes cessam de viver e voltam ao solo. Aliás é um aforismo que deve ser seguido pelo agricultor que quiser preservar a fertilidade de suas terras: "Para manter a fertilidade, as plantas e os animais devem voltar ao solo de onde vieram." Significa isso que somente às costas da precioso húmus a vitalidade do solo poderá ser mantida. Uma vez esgotada a reserva de húmus, a quantidade de microorganismos fica reduzida e portanto desse modo também muito diminuída a transformação das rochas em a libertação de sais solúveis e assimiláveis que podem servir de alimento às plantas.

É sempre necessário frisar a condição de assimilabilidade, pois é sabido que a porcentagem total de elementos nutritivos revelada pela análise química pouco valor tem, visto como somente interessa verdadeiramente a concentração das quantidades "assimiláveis", isto é, as que podem ser completa e rapidamente assimiladas, quer dizer, aproveitadas pelas plantas. Se não existirem certas proporções de húmus, naturalmente não serão mais libertadas as quantidades úteis de elementos nutritivos, ressentindo-se com isso a planta; daí vem a denominação de "terra cansada" que talvez possa ser traduzida melhor pela expressão "terra pobre em húmus". A volta da planta ao solo, pode ser feita seja diretamente como no caso da adubação verde, ou da queda de folhagem sobre o solo, seja indiretamente como no caso do estrume de curral em que as plantas são transformadas primeiro através do corpo de um animal, possuindo maior facilidade de transformação em húmus.

O melhor processo de conservar o solo deve ser o de procurar manter as condições da natureza, isto é, as condições que predominam nas matas, onde a cobertura vegetal é constante. Somente nesse caso deverá ser feita

a mudança periódica de planta cultivada pelo processo de rotação. A cobertura vegetal permanente se justifica ainda mais no caso das chuvas anuais serem todas em um período de tempo muito curto e naturalmente com muito mais violência, como acontece por exemplo em certas áreas do Estado de São Paulo. O sistema adotado em muitos pontos do Brasil de derrubar matas e cultivar a terra até seu esgotamento mudando depois para outro ponto em que se procede da mesma maneira é tipicamente nocivo pois em geral expõe o solo demasiadamente ao sol que por assim dizer queima a matéria orgânica e faz vorace, como bem se poderá concluir, a erosão. Esse método primitivo é agravado pelo uso da queimada. Basta considerar que temos solos quase completamente improdutivos, com pouco mais de 30 anos de cultivo.

A decantada fertilidade dos solos tropicais não passa de um mito. A conservação do solo constitui uma prática nova, pois nem sendo feita desde mais de 5 000 anos no Oriente, bastando citar o caso da Índia e da China, países com superpopulação e que no entanto vêm substituindo com centenas de milhões de habitantes devido unicamente aos cuidados com que cuidam do solo. A agricultura européia tem naturalmente seus métodos especiais que não podem de modo algum ser comparados com os que devem ser usados nos trópicos. Dal o verdadeira desajuste ou inadequação que sofreram quando foram transportados para as terras da América quando as terras da América quando as terras de migrantes ali se estabeleceram.

O que a história nos conta é que o homem europeu, ao chegar às terras americanas encontrou a selvagem e, sem querer aceitar as novas condições que encontrou, foi adotando discretamente os métodos de cultivo que trouxera das plagas européias, muitas vezes com prejuízo para o solo. A falta de tradição nas culturas é outra causa de degradação dos solos de muitas partes do mundo pois, devido a esse fato torna-se uma verdadeira aventura e desse modo o agricultor não zela pelas suas culturas de modo que possa tirar lucro e ao mesmo tempo preservar o solo das consequências dessa prática de improviso em matéria de exploração agrícola.

O enriquecimento do solo em húmus pode ser feito em parte pelo processo natural, que consiste na queda de folhas e outras partes do vegetal sobre o solo durante toda a vida da planta, sendo bastante notável no caso das florestas. No caso geral, entretanto, essas quantidades de húmus necessárias a uma boa condição de estrutura nos solos trópicos são pequenas, não chegando a suprir as exigências alocando a esse importante elemento de manutenção das boas condições físicas e também biológicas do solo. Apesar, entretanto, dessa pequena porcentagem, não pode ser considerada como inútil do ponto de vista da influência que pode ter sobre o processo de evolução que intrinsecamente acompanha o de conservação.

O enriquecimento do solo em húmus pode ser em parte feito pelo processo natural, que consiste na queda de folhas e outras partes do vegetal sobre o solo durante toda a vida da planta, sendo bastante notável no caso das florestas. No caso geral, entretanto, essas quanti-

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade



Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA
CAMARA
Diretor



Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico



Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA
SILVEIRA
Consultor-Técnico



LUIZ MARQUES POLIANO
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro



Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conselhos emitidos em artigos assinados.

dades de humus necessárias a uma boa condição de estrutura nos solos tropicais são pequenas, não chegando a chegar a suprir as exigências no tocante a esse importante elemento de manutenção das boas condições físicas e também biológicas do solo. Apesar entretanto dessa pequena porcentagem, não pode ser considerada como inútil do ponto de vista da influência que pode ter sobre o processo de evolução que intrinsecamente compreende o de conservação.

Na operação da queimada, tão praticada infelizmente no Brasil, são destruídas quantidades enormes de humus além de outros elementos de natureza mineral que são em parte volatilizados pelo calor desenvolvido durante a combustão, apesar de dizerem os que a praticam que o solo fica enriquecido com as cinzas que são deixadas como resíduo. Tal argumento não pode ser aceito como justificativa da inutilidade da queimada, servindo quando muito para explicar a sua necessidade por transportar os resíduos que ficam depois da derrubada como dizem muitos lavradores. Além disso a porcentagem de cinzas é pequena com relação à massa verde queimada, pois não vai em geral acima de 5%. O que fica de substâncias nutritivas nas cinzas não parece compensar a perda do humus sofrido, além das vantagens que poderiam advir para as condições gerais do solo pela presença do humus.

Aliás não é fácil convencer a muitos de que a queimada é prejudicial ao solo, pois há os que apelam para ela como único recurso para a eliminação de grandes quantidades de resíduos vegetais que ficam depois da derrubada. Afirmam muitos que é mais econômico queimar do que transportar para certos pontos da fazenda esses resíduos.

A matéria orgânica, tão preciosa como sabemos, para a vitalidade do solo não é deste modo aproveitada. Se o motivo dessa prática é o de ordem econômica, pela impossibilidade alegada de reunir todos os resíduos, não fica fácil de compreender porque motivo não se aproveita ao menos alguns deles para a obtenção de "composto", além de se destruir a quase totalidade de humus existente na camada superficial do solo. Acreditam alguns que os resultados dessa prática sejam prejudiciais também porque os sais de potássio e sódio que ficam nas cinzas são alcalinos, podendo conforme o caso produzir certas condições desfavoráveis sobre as propriedades físicas do solo que se vejam sob a forma granular que como sabemos é a melhor para assegurar boas condições físicas. Nos denominados "solos cançados" de que temos grandes áreas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a matéria orgânica é importantíssima e talvez a única que pode garantir uma melhor condição no que diz respeito à estabilidade de estrutura, para que possivelmente possam resistir ao perigo de terrível flagelo da erosão.

A umidade que tem o humus é a de ser polivalente pois é um agente cimentante, agindo como aglomerante de certas partículas nos solos arenosos, enquanto pode ser de ação quase contrária nos solos argilosos, que podem adquirir, pela presença de uma quantidade conveniente de humus, maior permeabilidade.

Se o humus tem tais propriedades físicas pode-se então perguntar: Será verdade que os

fatores físicos são tão importantes não só para o rendimento das colheitas como para a conservação do solo? E esta uma pergunta um pouco difícil de responder, principalmente se levarmos em conta a existência de duas escolas quase antagônicas, afirmando uma delas que a riqueza do solo em princípios nutritivos é a principal condição para um bom rendimento, enquanto que a outra por sua vez afirma ser necessária também um certo conjunto de propriedades físicas que dependem da estrutura do solo e que condicionam essa produtividade. Essa estrutura, de que depende a estabilidade e sem a qual as outras não terão em que se apoiar, nos solos de climas tropicais, depende em primeiro lugar do humus e em segundo lugar do cálcio. Isso porque um solo é considerado de boa estrutura quando contém quantidades regulares de cálcio em condições de saturar perfeitamente o humus que aí se encontra para manter as boas condições de granulação e por consequência a integridade das propriedades físicas.

A presença de cálcio é também de uma importância pois é ele um nutriente além de ser um auxiliar indispensável do ponto de vista físico. Há aliás uma experiência simples que pode ser feita com um solo argiloso que contenha porcentagem apreciável de humus: após o humedecimento com água e secagem fica ele duro e impenetrável; depois de humedecimento com água de cal e secagem subsequente, fica fácil de ser esborado, e que demonstra claramente a influência da cal como agente de flocculação, quer dizer que permite que as partículas de argila e de humus em estado de extrema subdivisão possam ser aglomeradas e desse modo granuladas.

A falta de matéria orgânica no solo é a causadora de situações às vezes catastróficas em algumas regiões do globo, mormente naquelas sujeitas a chuvas regulares porém muito afastadas umas das outras por longas estiagens. Foi o que aconteceu há meses de contínuos arás em vastas áreas de solos na parte noroeste da América do Norte onde a precipitação anual atinge cerca de 550 milímetros por ano. Os primeiros agricultores que aí se estabeleceram viram que era uma região muito conveniente para o plantio de trigo e desenvolveram um sistema no qual esse cultivo alternava com o alqueive. Nada foi feito entretanto para restituir ao solo a matéria orgânica e o constante cultivo reduziu de tal modo o seu conteúdo no solo que este ficou cada vez mais pulverulento pela ausência de qualquer agente cimentante e finalmente tão fino que pode ser levado pelo vento para muito longe. Grandes tempestades de poeira levantaram-se frequentemente e levaram grandes quantidades da camada superficial de solos de milhões de acres deixando apenas uma superfície desértica no local onde outrora haviam existido fazendas prósperas e solos férteis. A matéria orgânica deve ser fornecida por uma constante cobertura de vegetação, e preferivelmente fazendo a rotação das culturas.

A erosão somente torna-se perigosa quando a cobertura vegetal é completamente retirada, ficando o solo descoberto durante muito tempo, pois além de ficar sujeito à ação mais direta das chuvas pode ter grande parte da matéria orgânica que encerra como estabilizador destruída pela ação direta dos raios sol-

res que no clima tropical não pôde ser des-
prezada. Comquanto exista um fenomeno de
erosão natural, não pode essa espécie ser apre-
ciada com o mesmo critério com que se o faz
relativamente a uma outra espécie provocada
pelos más praticas agrícolas empregadas pelo
homem que pode, em alguns casos ser delimi-
do como um verdadeiro fabricante de deses-
tos.

O solo e a sua cobertura vegetal devem
ser considerados como inseparáveis para fins
de conservação pois ninguém ignora mais que
as plantas que crescerem supõem-se constante-
mente com um elemento indispensável em um
solo fértil, a matéria orgânica originadora do
humus.

É notória a relação mais ou menos íntima
que pode ser observada entre as condições
gerais de fertilidade e de produtividade do
solo tropical e a proporção de matéria orgâ-
nica que o mesmo possa encerrar. É um fato
facilmente compreensível entretanto se for
levada em conta a importante propriedade que
possue o humus de agir como retentor das
substâncias nutritivas existentes na parte su-
perficial do solo, impedindo-as de poderem
ser arrastadas ou levadas através do solo. O
melhoramento de muitos solos quase total-
mente esgotados em seu estoque de matéria
orgânica, geridamente por imprevidencia do la-
vrador pode tornar-se às vezes uma operação
um tanto demorada principalmente se forem
necessárias doses maiores de matéria orgânica,
pois é necessário esperar algum tempo para
a completa desagregação.

Para a aplicação racional dessas práticas
de restauração da vitalidade do solo pela adu-
ção de matéria orgânica é aconselhável proce-
der com previdência, procurando renovar pe-
riodicamente em épocas não muito afastadas,
o estoque de matéria orgânica. Se o lavrador
trazer um plano de rotação de culturas no
qual se inclua uma parcela com leguminó-
sas os resultados serão mais seguros pois cons-
tituem elas as plantas ideais para a adubação
verde dos solos pobres em azoto pois cerca de
2 terços do seu azoto total elas retiram do ar
por meio dos microorganismos das nodosida-
des das raízes. Se for feita a enterrada de uma
planta leguminosa, além de desenvolvermos no
solo os nutrientes que ela teria conseguido
salvar da lavagem pelas águas das chuvas for-
neceremos no mesmo tempo, também, boa por-
ção de azoto captada pelos microorganismos.
O lavrador que deseje fazer adubação verde
em suas terras deve escolher uma leguminosa
que preencha, o mais possível certas condições
tais como:

- 1) Que seja rica de vegetação, especial-
mente foliagem;
- 2) Que possua raízes bem desenvolvi-
das;
- 3) Que seja dotada de rusticidade;
- 4) Que possa produzir bem no local
locais condições de solo e clima;
- a) Que tenha ciclo vegetativo curto, para
não ocupar o local por muito tempo;
- b) Finalmente, que seja de fácil aquisi-
ção e de pouco custo.

Todas essas condições devem ser obser-
vadas racionalmente pois do contrário seria
menos compensador o seu emprego pelo lava-
dor.

A questão da ciclo vegetativo curto por
exemplo terá ainda mais importância se por
exemplo a adubação verde tiver de ser feita
em solo argiloso em que se torna necessário
fazer o enterrado com mais antecedência do
que em solo arenoso devido a que em solos
argilosos a decomposição da matéria orgânica
se faz com certa morosidade. A espécie e a
variedade da leguminosa escolhida tem tam-
bém muita importância. Assim, as variedades
com raízes herbáceas na época da floração
são de fácil decomposição no solo pois é su-
ficiente que a lignificação do caule dificulte esse
processo. Ha variedades próprias para solos
arenosos, outras para solos argilosos, outras
para solos de composição média; quanto a
estação de ano mais própria, há necessidade
também de ser levada em conta. Para os solos
de composição média e a estação quente, por
exemplo, o feijão mendo costuma ser indicado.
Entre nós já vem sendo adotadas muitas le-
guminosas tais como o feijão de porco, a mi-
nina de sementes pretas, a ervilhaca, o feijão
mendo, o tremoço, a cretularia juazeira. Sendo
notória a deficiência do esterco de curral ter-
ráo naturalmente os lavradores de ser obriga-
dos a recorrerem a outras fontes onde pos-
sam suprir-se de matéria orgânica. Já não se
ignora mais que a produção do caféeira, por
exemplo, deve basear-se na emprego de ma-
téria orgânica, pois já se sabe quais os efei-
tos extraordinários da adubação orgânica na
restauração da produção caféeira.

Ao apreciarmos o valor da matéria orgâ-
nica do ponto de vista de sua importância e
necessidade na manutenção da fertilidade e
conservação do solo não podemos deixar uma
abolição completa dos adubos químicos; o
que devemos é estabelecer que o emprego deles
deve ser feito com acompanhamento de ma-
téria orgânica para uma melhor compensação
nos resultados. A obtenção de grandes mas-
sas de matéria orgânica nas zonas de produ-
ção caféeira, por exemplo, poderá ser obtida
pela adubação verde além de outros proces-
sos tais como os da tipo Indore para a obten-
ção de um "composto" cuja composição po-
derá variar de acordo com as necessidades e
também com os recursos econômicos e indus-
triais da região considerada. O feijão de porco,
por exemplo, e uma das leguminosas que de-
vem ser consideradas dignas de atenção, pois
é de rápido ciclo vegetativo, pois pode ser en-
terrada 90 dias apenas após a semeadura;
possue vegetação abundante de 30 a 40 ton-
eladas por hectare; contribui para a cobertura
do solo, diminuindo desse modo o número de
carpa necessárias; protege contra a erosão, já
a murcha não pode ser adubada arbitrariamen-
te pois é planta trepadeira e tem sido empre-
gada com muito aceitação em braçais. Se
for feita em maior escala a adubação verde
no Brasil haverá necessidade de maior pro-
dução de sementes para atender aos lavrado-
res.

Seria toloso transcrever aqui, para con-
firmar o valor atribuído a matéria orgânica
como elemento indispensável para a conser-
vação do solo tropical, as valiosas opiniões
de Viçgeler, Ehrhart, Payne, Hardy e outros au-
tôres especialistas em solos tropicais, cuja
situação de precariedade foi pintada com co-
res tão negras por William Vogt em trabalho
recente e tão aumentado.

As necessidades brasileiras quanto à matéria orgânica que terá de ser incorporada ao solo nos pontos de maior intensidade de exploração agrícola devem orçar pela casa dos milhões de toneladas por ano. Para conseguir uma tal massa de matéria orgânica seria útil, a nosso ver, planejar:

1.º — A criação de grandes centros produtores de sementes de plantas destinadas a adubação verde, com preferência de leguminosas.

2.º — Criação de grandes centros produtores de "composto" Indore, Becari, etc., sendo também distribuídas instruções detalhadas aos lavradores.

CONCLUSÕES

Os seguintes pontos devem ser postos em evidência para a compreensão da necessidade e importância da matéria orgânica na conservação do solo:

1.º — O solo é a mais importante e preciosa reserva que um país pode possuir.

2.º — É necessário por esse motivo conservá-lo.

3.º — Deve ser detalhadamente explicada aos interessados, lavradores ou não, o que deve ser entendido por "conservação do solo".

4.º — É necessário manter a cobertura vegetal permanente a fim de proteger o solo contra a erosão.

5.º — O húmus deve ser mantido no solo merecendo condenação todas as práticas agrícolas que possam destruí-lo tais como a derrubada com desmatamento excessivo e prolongado, especialmente em zonas com forte declive ou próximas às cabeceiras dos rios e mananciais, evitar o uso da queimada.

6.º — A falta de húmus no solo é o mais seguro caminho para a erosão, por provocar alterações na estrutura do mesmo.

7.º — Há muita relação entre a fertilidade do solo e os teores de húmus e cal que o mesmo encerra.

8.º — As leguminosas são as plantas mais aconselháveis para a adubação verde.

9.º — Será de grande utilidade a criação de centros produtores de sementes de leguminosas, em pontos escolhidos do território nacional, a fim de fornecê-las aos interessados.

10.º — Será também útil o estabelecimento de grandes centros de produção de "composto" em locais aconselháveis pelas necessidades da produção agrícola, devendo também ser distribuídas nos lavradores instruções sobre o modo de prepará-lo.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — G. T. Wrench — Reconstruction by way the soil.
- 2 — G. V. Jackn & O. Whyte — The rape of the earth.
- 3 — E. M. Crowther — Fertilizern during the war and after.
- 4 — Soils and men — U.S.A. Yearbook of Agriculture 1938.
- 5 — Moore — Good husbandry.
- 6 — Weir — Soil Science.

CARRETA AGRÍCOLA



Fabricantes:

INDÚSTRIAS CASTÃO PINATEL

RUA D. BOSCO, 156

São Paulo

*

Representante:

G. GILBERT

RUA DA QUITANDA, 20-S. 407

Telefone: 22-9503

End. Teleg.: "Trelbig"

Rio de Janeiro

- 7 — Waksman S. & Iyer K.R.N. — Contribution of our knowl. Chem. ind. humus — Soil Science, vol. 31, N. 1, 1932.
- 8 — Gustafson — Soil conservation.
- 9 — Bennett — Soil conservation.
- 10 — Pieters — Green manuring.
- 11 — Mc. George — The base-exchange properties of soil organic matter — Journ. Am. Soc. Agron., Vol. 23 — N. 5 pág. 331 — 1931.
- 12 — G. B. Clarke — The study of the soil in the field.
- 13 — Theodoreto de Camargo e P. Vargeler — Bol. Tch. 40 — Instituto Campinas.
- 14 — Bayer — Soil physics.
- 15 — Hall — the Soil.
- 16 — Boblson — Soils.
- 17 — Lutz & Chandler — Forest Soils.
- 18 — Kellogg The soils that support us.
- 19 — Albaroda — El Suelo.
- 20 — Russell — Soil Conditions and plant growth.
- 21 — William Vogt — El hombre y la Tierra — E. U. de Venezuela — Min. de Agric. 1948.
- 22 — Jonny — Factors of soil formation.
- 23 — Vageler — Tropische und Subtropische Bodenkunde.
- 24 — Stanley B. Whitehead — Gardner's Earth.
- 25 — Erhart — Pédologie — Vol. 2.º — Pédologie agricole.

O zebú e os mercados de carne

Hibridação do zebú e mercado do FI. O governo e os planos de hibridação nas áreas centro-norte

(Especial para "A Lavoura").

Prof. Raul Briquet Junior
Catedrático da U. R.

O zebú no Brasil

É fóra de dúvida que o zebú (*Bos indicus*), representa, para a maior parte do Brasil, animal de inestimável valor econômico. As suas vantagens fisiológicas são múltiplas, permitindo que se adapte bem às nossas condições mesológicas nas áreas central e norte do país, ao nosso usual e precário sistema de manejo (alimentação, etc.), o que se não verifica, em igual grau, com as chamadas raças finas de corte (Hereford, Polled-Angus, Shorthorn, etc.). Verdade é que as raças finas não se comportam bem devido, especialmente, às condições de manejo e não por causa da influência climáticas. Quando bem alimentadas e manejadas, e as raças produzem bem, em condições bem adversas de mero físico. Mas o nosso criador médio não pode, ainda, oferecer condições ótimas de criação para as raças estrangeiras, em rebanhos "puros".

O zebú, entretanto, apesar de suas notáveis qualidades de adaptação e produção nas nossas condições usuais, não constitui, por certo, padrão comparável em média, com o das raças finas, do ponto de vista do mercado. A produção, em quantidade e qualidade é inferior à média obtida com os bovinos europeus de corte, nas suas condições idênticas de criação. Consequentemente, a aceitação no mercado estrangeiro é inferior a dessas últimas raças. A carne do zebú é relativamente dura, é carne seca, muito desprovida de gordura, sendo esta apenas de cobertura. Por este motivo, a carne do zebú é especialmente empregada para "corned beef". As fibras musculares são desprovidas de gordura de infiltração, mesmo quando o animal é gordo, pois, neste caso, a gordura se dispõe acumulada, em certas partes do corpo e apenas como cobertura dos músculos. As partes mais valiosas do corpo do animal, do ponto de vista de mercado, são, via de regra, pouco desenvolvidas no zebú.

Resulta desses fatos a necessidade de serem aproveitadas as qualidades das raças finas, mas cuja criação, em condições óti-

mas, não pode ser feita pelo nosso criador médio. Também se patenteia a necessidade de se aproveitarem as qualidades da espécie indiana.

Híbridos. Quando se acasalam animais de duas espécies diferentes, estamos diante da **hibridação**. A primeira geração (F1) híbrida, apresenta uma média superior à média dos pais. Este fenômeno chama-se, como se sabe, vigor híbrido ou **heterose** e tem a sua explicação genética (ou melhor, as suas explicações, pois modernamente se admite que nem todos os casos de heterose possam ser explicados pela interpretação clássica), mas isso é assunto que não interessa nem tem cabimento neste artigo de divulgação. Basta saber que, quando se pratica a hibridação ou o cruzamento (acasalamento de raças diferentes) temos via de regra, o fenômeno da heterose, na primeira geração, fenômeno esse que é tanto mais intenso quanto mais diferentes forem os animais acasalados e quanto mais "puros" forem eles para essas diferenças.

Hibridação do zebú — Os resultados da hibridação do zebú são os mais aproveitáveis. Já tem sido feitos estudos dos acasalamentos Zebú x Hereford, Zebú x Shorthorn, Zebú x Angus, Zebú x Charolês, etc., notando-se, em todos os casos, resultados vantajosos. Não vamos, é claro, analisar todos esses casos, mas, a título de demonstração, escolheremos o exemplo Zebú-Hereford que, parece, é o tipo de acasalamento de mais intensas vantagens. Os híbridos Zebú-Hereford são os chamados **Braford**s pelos americanos que formaram o nome tirando **Bra** de Brahman (zebú em inglês) e **Ford** do nome Hereford. A primeira geração da hibridação, constituída por esses híbridos, apresenta notáveis qualidades, conforme já mostraram diversas experiências norte-americanas, as quais podem ser resumidas no seguinte:

- a) maior peso ao nascer,
- b) maior rapidez de ganho,

- c) maior quantidade de carne na carcaça;
- d) menor quantidade de osso na carcaça;
- e) carne de melhor textura, mais tenra;
- f) carne de melhor palatabilidade, aroma e sabor;
- g) menores perdas no transporte do animal;
- h) melhores propriedades culinárias da carne, com menores perdas;
- i) maior preço por unidade no mercado, obtido em menor tempo coroom em consequência, as vantagens precedentes.

A hibridação do zebú com outras raças de *Bos taurus*, como por exemplo Zebú-Angus, Zebú-Shorthorn, etc., bem como cruzamento de raça europeias entre si (Shorthorn-Hereford, Hereford-Angus) também apresentam muito bons resultados, mas, ao que parece; não tão intensos, em média, como no caso Zebú-Hereford. Acresça-se, ainda, que, das raças Angus, Hereford e Shorthorn, a segunda é a que melhor se adapta às condições climáticas semelhantes às nossas, embora o faça de modo inferior ao zebú. Dêsse modo, o uso do Hereford seria relativamente mais aconselhável à condições das áreas centrais do nosso país.

O problema do criador — O criador deve vender a carne produzida pelos seus animais. Evidentemente, se tais híbridos oferecem aquelas vantagens de melhor produto, em menos tempo e maior lucro, seria interessante produzir tais híbridos com a finalidade única de vendê-los. Mas, para tanto, seria necessário manter dois plantéis — um de zebú e outro Hereford —, "puros", afim de produzir, continuamente, os híbridos, os quais seriam levados ao mercado. Ora, já dissemos, de início, que o nosso criador médio, devido às suas condições financeiras, às terras, às doenças, ao clima, à ignorância, não pode, via de regra, oferecer condições ótimas para plantéis finos "puros", e, sem elas, tais plantéis não se comportarão, bem. Como solucionar o caso?

A ação do governo — Se o governo estabelecer fazendas de criação nas zonas de maior criação do zebú, com o objetivo fundamental de criar animais finos, poderemos, penso, resolver o problema. Em se tratando de um estabelecimento do governo, administrado por técnicos e dispondo de elementos financeiros, as condições ótimas exigidas pelo plantel fino poderão ser obtidas.

PEÇAM O

PEQUENO MANUAL DO CRIADOR

do médico-Veterinário
DR. JORGE VAITSMAN

Cr\$ 25,00, pelo reembolso postal

Caixa Postal 3328

R i o

Ao mesmo tempo, seria organizado, nestas mesmas fazendas, um serviço de inseminação artificial, cuja atividade seria, primordialmente, inseminar as vacas zebuínas com semen dos melhores touros finos das fazendas.

Dêsse modo, como se vê, o criador ficaria apenas com os plantéis de zebú, que, no momento, lhe são mais fáceis de criar. O governo manteria o gado fino e controlaria a reprodução nas fazendas do criador, dando-lhe assistência, auxiliando-o a escolher as melhores vacas e inseminando-se com material das raças finas. Os híbridos obtidos seriam criados e vendidos pelo criador.

É evidente que as fazendas de criação e inseminação do governo, com as finalidades acima, não se estenderão a esses objetivos sem o concurso de técnicos especializados. Além de técnicos para executar os planos de trabalhos, devem existir outros para pesquisarem, continuamente, fatores que possam melhorar as suas atividades. A seleção dos melhores touros a serem empregados na inseminação, por exemplo, é tarefa, árdua, que requer tempo e provas genéticas cuidadosas, como seja a comprovação do animal pela prova de performance de sua descendência. A fazenda, deverá, ainda, manter plantéis de zebú e de algumas raças finas (Angus, Charolês, etc.), afim de promover experimentação própria e investigar os resultados que melhor satisfaçam as nossas condições. Poderá, ainda, fazer inseminação de vacas zebuínas do criador por touros dessa espécie, pertencentes ao governo, afim de melhorar o plantel zebú do criador. Enfim, terá atividades múltiplas que girem, entretanto, em torno da formação de melhor produto para o mercado nacional e estrangeiro, com maiores e mais rápidos lucros para o criador.

A Mecânica Agrícola na Conservação do Solo

(Adaptação do Trabalho de Victor C. de Mazo Suarez, Diretor Técnico da Fazenda Felicidade, em S. José dos Campos).

O Ministério de Agricultura, as Secretarias de Agricultura dos Estados da União, Instituições particulares, e principalmente a Seção de Combate à Erosão, Irrigação e Drenagem da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, estão desenvolvendo importante labor de divulgação dos estragos das erosões hídricas e eólicas e a forma de combatê-los. Resultados otimistas testemunham a quantidade de agricultores que hoje adotam o sistema preconizado por nossos agrônomos.

As enchentes e os ventos que corroem as terras são velhas pragas do Universo. Foi iniciada, recentemente nos Estados Unidos da América, uma corajosa campanha de combate a essas pragas, para recuperar e conservar a fertilidade das terras de cultivo.

Terras com declives de 10% a 50% foram utilizadas pelos Incas, há 4 mil anos, empregando os tipos de terraços mais custosos e difíceis que a História recorda. Hoje, depois de milênios, seus descendentes no Peru continuam aproveitando esses solos ainda férteis.

No entanto, os métodos de cultivo, custosos e necessários, têm sido modificados, reduzindo os gastos, a mão de obra, utilizando modernos implementos mecânicos, na construção de terraços, sulcos em contornos, cultivos em cordões, etc.

A luta está fundamentada, em indicar aos agricultores os elementos mecânicos, simples e econômicos, que permitam realizar, com velocidade e eficiência, as tarefas agrícolas, que a técnica aconselha, para defender suas fazendas e grupos, das calamidades das águas sem controle.

É impossível levar a cabo um plano de luta contra a erosão, se não se dispõe de moderna material agrícola.

MAQUINHARIA AGRÍCOLA ADEQUADA AO CONTRÔLE DAS ÁGUAS NAS FAZENDAS

Não vamos ocupar-nos da erosão eólica e dizer sobre desgaste do solo, produzido pelo vento, com o correspondente traslado de partículas e as conseqüentes acumulações e depressões. Trataremos de explicar, como se controla a água, que nos épocas das chuvas invade as fazendas, provocando devastações lentas e violentas.

O agricultor uma vez planejando a construção de terraços, cordões, sulcos em contornos, etc., deve adquirir implementos mecânicos de baixo custo, que não precisem de especialistas para maneja-los. É preferível utilizar os tradores de pouco consumo, leves e simples, com os implementos agrícolas estritamente necessários, que possam ser usados continuamente e conseguir a máxima eficiência.

Entre as marcas de tratores e implementos agrícolas modernos, encontra-se o AGILO-MOTOR FERGUSON, com um sistema completo de implementos. Antes de adquirir a material agrícola, o agricultor deve consultar agrônomos especializados, sobre qual o mais adequado, especialmente ao que a tração se refere.

Os ARADOS de arceas ou de discos, de acordo com os novos conceitos, sobre rotura da terra, devem ser usados conscientemente. Após estudos minuciosos, parece existir a coincidência de opinião, em que a manutenção das condições naturais do solo, sem alteração de sua estrutura, é a condição que mais favorece o progresso de grande quantidade de cultivos.

O importante é provocar no solo uma condição de semeadura favorável em relação ao fator clima e planta.

Indicar que tipo de arado e qual sistema de lavar é mais conveniente, não pode ser feito em termos gerais, pois pode provocar sérios erros, que serão pagos, primeiro pelo agricultor, e indiretamente pela Nação, sobre a qual repercutem sempre os acertos ou erros.

Quando na lavra não é imprescindível a remoção das restolhas dos cultivos, ou quando as terras são soltas, usam-se removedores.

Nos últimos anos tem-se operado uma grande modificação na construção de *grades de discos e dentes*. O maior progresso tem-se conseguido, permitindo, que os discos possam ser movidos, indistintamente à direita e esquerda do trator, regulando a largura necessária, para trabalhar em terraços ou entre pomares ou plantações de café, e permitindo que não fique um só metro de terra sem cortar.

Igual progresso se tem alcançado, nos *cultivadores e escarificadores* de terras duras. O rendimento-hora tem-se quadruplicado, permitindo operações velozes, na época das chuvas, com o objetivo de que as hervas invasoras não prejudiquem os cultivos, na época de maior crescimento.

Para a construção dos terraços, cordões, valetas, açudes, sulcos em contornos, estradas, etc., os fabricantes tem criado novos implementos agrícolas, antes desconhecidos ou aperfeiçoados às velhas e pesadas niveladoras de excessivo rendimento.

As *cassadeiras mecânicas*, são imprescindíveis para a construção de açudes e tanques, para fechar valas corroídas pela erosão, esgotos de terraços, paredes de terraços, para fechar buracos, construir silos subterrâneos, excavações para alieceres, valetas de irrigação e muitos outros usos congêneres.

As *terraçaloras-gradeadoras* mecânicas, permitem ao agricultor construir terraços, a baixíssimo custo em poucas horas. Os serviços dessas máquinas assim como as *Recortadeiras e Niveladoras* são imprescindíveis em toda

Fazenda onde se trabalha para evitar a erosão.

A *secaadeira* para arroz, trigo, etc., e as plantadeiras para feijão, algodão e milho são construídas atualmente com a principal intenção de oferecer ao agricultor a oportunidade de efetuar as semeaduras no mínimo prazo possível, para obter uma colheita uniforme.

Com estes implementos o agricultor, sem perda de tempo, poderá atacar os labores, que impeçam a contínua perda de fertilidade da terra, a desapareição das terras da fazenda, que fogem pelas valetas abertas pelas enchentes, e que pelos ribeirões, rios pequenos e grandes se escoam para o Atlântico.

MEDIDAS PARA CONTROLAR AS ENXURRADAS

As principais medidas que devem providenciar no controle das águas são:

Cursos de Água (Gramados).

É este um simples meio para sustar as enxurradas e reduzir a perda de solo. Os canais gramados com forrageiras — gramíneas e leguminosas — devem ser feitos superficialmente e suficientemente largos para permitir a ceifa e rastilhagem da forragem. Estas franjas gramadas devem ter duas ou mais vezes a largura da face da máquina ceifadeira. Não se deve pensar que são espaços perdidos, que o único objetivo é permitir o escoamento lento das águas, pelo contrário, são estreitos e serpenteantes pastos. Com um tratamento apropriado, estas franjas podem ser altamente produtivas em forragens e sementes, pois, contém geralmente o melhor solo e conservam unidade quando a terra lavrada está seca.

Valetas de Desvio

As águas que se despejam das partes altas das culturas de milho, algodão, feijão, etc., no tempo das chuvas, formam enxurradas que abrem, nas superfícies baixas, perigosas valas que prontamente estragam terras de ótima fertilidade. Com a construção de valetas de desvio, encanam-se as águas que podem ser aproveitadas na formação de açudes e tanques.

SULCOS EM CONTORNOS

As enxurradas também destroem os pastos, mesmo que estes não ofereçam grandes variações de nível. Construindo sulcos em

contornos nos pastos das fazendas que criam gados, se conservam a qualidade da forragem pela absorção lenta das águas e pela retenção dos elementos fertilizantes. Estes sulcos devem ser cuidadosamente traçados em nível, para evitar que comecem a formar valetas de drenagem. Como no caso das valetas de desvio, as águas dos sulcos podem ser utilizadas na construção de lagôas.

CORDÕES EM CONTORNO

Com o AGROMOTOR FERGUSON e um removedor, se constrói, sem inconveniente e a baixo custo, os cordões que defendem as terras agrícolas contra as erosões hídricas. A conservação dos cordões é de primordial necessidade. Transcrevemos o que a este respeito aconselha a revista "Colheita e Mercado" dirigida pelo Eng. Agrônomo Edgard Fernandes Teixeira:

"Não basta construir os cordões. A sua eficiência está ligada diretamente à sua conservação. Esta é realizada principalmente pelas carpas adequadas, evitando-se atirar a terra das imediações do canal para o seu interior. As carpas devem ser feitas a partir do fundo do canal para o alto da leira. Assim o canal estará sempre desobstruído e o dique manter-se-á a uma altura adequada. Muitos lavradores realizam suas carpas em sentido inverso, isto é, levando a terra capinada para o canal. Isto concorre para baixar a altura do dique, reduzindo a sua capacidade de retenção".

"O cordão tem por função coletar a água das enxurradas e o solo por ela arrastado. Compreende-se portanto que após as chuvas pesadas alguma terra fique retida no canal. Cumpre ao lavrador pistolar os cordões após as grandes quedas pluviométricas, providenciando para que o solo retido no canal seja removido para reforçar a altura do dique".

"As rupturas por qualquer defeito de construção, devem ser também imediatamente reparadas, antes que assumam proporções mais graves".

"Mediante essas providências simples de manutenção, os cordões em contorno dessempeñam integralmente suas funções contra a erosão e se conservam indefinidamente no terreno, compensando altamente as despesas exigidas para a sua construção".

CULTIVOS EM FRANJAS

Achamos de interesse transcrever as apreciações do Eng. Agrônomo argentino Cas

LAVRADOR! CRIADOR!

FORTALECE A TUA CLASSE INSCREVENDO-TE NA "ASSOCIAÇÃO RURAL" DO TEU MUNICÍPIO; SE ESTA NÃO EXISTIR AINDA, FUNDA UMA, DENTRO DOS MOLDES DO DECRETO-LEI 8.127, DE 24 DE OUTUBRO DE 1945.

A SECRETARIA DA S. N. A. TE PRESTARÁ TODOS OS ESCLARECIMENTOS A RESPEITO.

nimo V. Quevedo, publicadas no seu livro "Conservación del Suelo", editado pela Editorial Suela Argentino de Buenos Aires, sobre o cultivo em franjas: "o cultivo em franjas com rotações adequadas é uma prática agro-técnica, que deve levar-se a cabo em toda fazenda agrícola, renne uma série de vantagens sobre os cultivos rotatórios".

- 1 — As franjas podem utilizar-se desde as terras mais planas até as mais abruptas; podem traçar-se facilmente e cultivadas mais tarde, em forma muito similar aos cultivos comuns.
- 2 — O tipo de franjas a usar pode determinar-se com grande facilidade, pois a topografia, clima e espécie utilizada como cultivo básico a indica imediatamente.
- 3 — Melhora as condições físicas do solo (estrutura, porosidade, etc.).
- 4 — Permite utilizar com proveito todo o solo.
- 5 — Regula e mantém a quantidade de matéria orgânica, tão útil para os cultivos e o solo.
- 6 — Facilita a oportuna utilização dos princípios nutritivos que se encontram distribuídos a diferentes profundidades.
- 7 — Diminui a possibilidade da ação de tóxicos ou enfermidades.
- 8 — Dificulta o desgaste do solo.
- 9 — Permite controlar, com maior probabilidade, as ervas daninhas e pragas.
- 10 — Melhora a qualidade dos produtos.
- 11 — Permite o máximo aproveitamento do solo com a retenção da fertilidade.
- 12 — Permite uma melhor luta contra a erosão.
- 13 — Quando se constróem curvas de nível, favorece a infiltração superficial.
- 14 — Facilita a superposição dos campos em linhas definidas, sejam elas retas ou em contornos.

TERRAÇOS

De número do mês de Fevereiro de 1948, do Boletim de Divulgação do D. P. V., Colheitas e Mercados, de S. Paulo, transcrevemos o artigo intitulado "Vantagens dos Terraços":

Um campo terraceado apresenta uma série de vantagens dignas de serem consideradas:

1.º — A formação de encostas é função do comprimento do declive. Quanto mais comprido um declive, maior a possibilidade de se formar canais e conseqüentemente maior probabilidade de se erodir o solo, distribuindo-se os terraços de distância em distância pelos campos cultivados, descoleiam as águas que escorrem, impedindo que se concentrem pelos terrenos. Logo, não haverá erosão.

2.º — Proporciona o aproveitamento total das terras. Muitos lavradores ignoram que o cultivo se faz mesma sobre os diques dos terraços e imaginam que as áreas por eles ocupadas não devem ou não podem ser cultivadas. Engano. O cultivo se faz em toda extensão dos terraços sem a perda de um palmo sequer.

3.º — Facilita todos os trabalhos de cultivo e colheita, porque são feitos em contorno, paralelamente às linhas dos terraços. Assim os animais e homens não se fatigam com subidas e descidas.

4.º — Dá aos lavradores a possibilidade de arar, gradear e semear em nível, anualmente, e áreas pequenas riscas em contorno auxiliam a evitar a formação de enxurradas.

5.º — Evitando as enxurradas e erosões, os adubos permanecem no terreno sem arrastamento para as bacias. Em consequência, as lavouras ficam livres de folhas e soleramentos e proporcionarão um apreciável aumento na produção.

6.º — As plantas apresentam uma germinação e crescimento uniformes. Os terraços retêm a umidade para as épocas mais secas, estimulando a vegetação e proporcionando um nível permanente às plantas.

7.º — Os terraços quando bem planejados e construídos constituem uma proteção permanente. A sua manutenção não exige mais do que as lavouras, quando executadas cuidadosamente.

ESTABILIZAÇÃO DAS VALAS

As valas formadas pelas águas das enxurradas, devem ser enclitadas com terra ou em caso de serem muito profundas, estabilizadas. A escolha dos métodos para efetuar este controle depende do estrago sofrido, tipo de solo, forma de cultivo e outros fatores. Muitas valas podem ser facilmente enclitadas de terra, nivelando o solo agrícola e utilizando cavadeiras mecânicas.

CONSTRUÇÃO DE AÇÜDES

Nas fazendas com morras e terras desniveladas, tão comuns em todo o Brasil, e onde o regime pluviométrico acbutece em épocas determinadas; guardar as águas das chuvas é de capital importância. As enxurradas que destroem as melhores terras dos vales e erosionam tudo quanto atravessam, podem ser armazenadas em bacias apropriadas, mediante a construção de barragens, turbas, etc. A escavação destas futuras lagoas se fazem em pouco tempo com a utilização dos tratores FERGUSON que levam rebocando a cavadeira mecânica já mencionada.

CERCAS EM CONTO

As cercas determinam, limitam e padronizam os cultivos. Quando as cercas são perlocadas na virada das linhas de contorno, elas amparam, defendem e "amamam" um permanente sistema de cultivo encerrado para levar a cabo o máximo controle da erosão que determina as enxurradas e enchentes.

CONCLUSÃO

É óbvio dizer que o agricultor obterá com lucro a merecida recompensa do fruto de seu trabalho, com os métodos de controle das águas da sua fazenda, que ele põe em prática.

Sua terra aumentará a produção.

O valor de sua propriedade é mantido ou acrescentado.

Ele tem obtido um seguro contra as sêcas, quando elas em seus períodos surgirem.

Enxurradas foram mitigadas, diminuindo e retardando o impulso das águas enfurecidas. As áreas sedimentadas são reduzidas. O trabalho no controle das enchentes será cada vez mais efetivo.

A Navegação será incrementada, devido à diminuição dos depósitos de sedimentos, mantendo uma constância maior no nível das águas, e reduzindo os desastres, que as enchentes ocasionam, nas populações ribeirinhas, nos diques, e todas aquelas instalações, onde

as águas correm sem governo. As usinas hidro-elétricas e outros transformadores de trabalho, terão reduzido os perigos que representam os alvídices e as enchentes.

Todas aquelas pessoas que se interessam em focalizar as causas das calamitosas enchentes, de calcular as perdas que acarretam, devem voltar seus olhos aos modestos sítios, às hortas, aos pomares, às granjas, às fazendas, onde a pequena enxurrada começa a destruição.

"Tudo tem um princípio".

Agricultores do Brasil, para deter esse começo é à vós que a Pátria conchama.

N. da R.: A respeito do maquinário utilizado nos diversos tipos de operações, referidos neste trabalho, podem os interessados dirigir-se diretamente à Varum-Motores S.A., Rua Barão de Itapetininga 273, 3.º andar — S. Paulo.

ALFA LAVAL

DESNATADEIRAS
DE 1.000 A 5.000
LITROS A HORA

Encarrega-se
de Usinas de Leite
e seus Derivados

Gazes para Refrigeração:
Amônia — Freon 12
— Metil e Sulfuroso

B
A
L
T
I
C



DE
65
A
550
LITROS
A
HORA

MATERIAL
GERBER
PARA
ANÁLISE
DE
LEITE

Sociedade Importadora Suíça Ltda.

ENGENHEIROS
RUA ARMANDO SALES
DE OLIVEIRA N.º 12
End. Telegr.: "Sisla"



IMPORTADORES:
Caixa Postal, 1404
RIO DE JANEIRO

A necessidade de novos rumos para a indústria e o comércio de carne bovina

Lincoln Moraes

Veterinário Zootecnista

Muito se tem falado e escrito sobre o problema da escassez e do preço da carne bovina na Capital Federal. Exigem os produtores melhor preço para o produto, isto é, melhor remuneração para suas atividades. Por sua vez, reclama o consumidor contra a alta dos preços. Já não mais protesta contra a qualidade do produto.

A situação não é, porém, bem aquela do adágio: "Casa onde não há pão todos gritam e ninguém tem razão".

De fato, ambos têm razão, tanto o consumidor como o produtor. Mas, neste caso, devemos admitir que não há culpados para essa situação?

— Não. Pois entre o produtor e o consumidor estão os grandes e pequenos intermediários, as classes eternamente mais bem aquinhoadas, as que levam a parte do leão, mas, que, todavia, ficam à margem da natural contenda entre aquelas duas

Mas será justo, então, lançar a culpa exclusivamente sobre os intermediários? Por que podem agir livremente, em detrimento das outras duas classes, sempre as sacrificadas? Não ha, em nosso país, leis nem justiça para os culpados? Pelo contrário, ha leis e até muito bem feitas. E ha justiça, embora seja difícil aplicar as leis e movimentar a justiça, com oportunidade e rapidez.

O fato é que o problema continúa insolúvel, a desafiar a argúcia e o tino administrativo dos governantes, a despeito de bem intencionadas tentativas locais no sentido de contornar as dificuldades naturais das épocas de entre-safra, as quais, porém, si têm, por vezes, como simples paliativos, apresentado resultados passageiros, agravam a questão ou, pelo menos, retardam, cada vez mais, ano após ano, a desejada solução final, de conjunto.

O que é preciso fazer é uma planificação objetiva do problema, o equacionamento deste em bases seguras, de maneira a se poder solucionar, a um só tempo, cada uma das suas faces. E ânimo, coragem e patriotismo para resolvê-lo. Temos tido habilidade para equacionar e resolver outros problemas mais difíceis que éste, mas não menos graves, com ânimo, coragem e patriotismo.

A fartura da carne bovina para o consumo interno e para exportar não depende, como é claro, somente do fomento direto às atividades pecuárias.

Fomentar a pecuária de corte não é apenas importar reprodutores de alto preço e vendê-los pelo custo ou emprestá-los aos criadores; não é simplesmente multiplicar, pela inseminação artificial, a capacidade procriadora dos reprodutores; não é somente realizar exposições nacionais, estaduais e regionais de gado; não é unicamente defender os rebanhos contra a febre aftosa, a raiva e outras zoonoses; não é só instalar, a manter fazendas experimentais de criação; não é apenas ensinar ao criador a cuidar melhor das pastagens, a melhorar o arraçamento do gado e a exterminar o carrapato e o berne; não é, finalmente, facilitar e prodigalizar o crédito bancário, de preferência aos criadores de produtos destinados às exposições, de maneira a inflacionar vertiginosamente essa útil atividade.

Fomentar, animar, estimular, incentivar a pecuária de corte é, sobretudo, fazer que o criador, o verdadeiro pecuarista, receba o justo preço pelo produto do seu trabalho e do capital invertido, cuidando-se, no entanto, que esse preço não ultrapasse nunca a capacidade aquisitiva do consumidor.

Fomentar a pecuária, é, também, eliminar o maior número possível de intermediários entre o produtor e o consumidor, único meio de se conseguir o equilíbrio desejável do preço satisfatório a um e outro.

Fomentar a pecuária é, no caso brasileiro, equipar, convenientemente, nossos meios de transporte do produto e seus derivados.

Fomentar a pecuária é, ainda, de certo modo, realizar a substituição radical do nosso vetusto e anti-higiênico sistema de distribuição e venda da carne nas cidades, de maneira a aumentar seu consumo, em consequência do melhor estado sanitário do produto, e a aproveitar totalmente subprodutos até aqui desperdiçados.

E', também, aparelhar nossos matadouros, frigoríficos ou não, grandes e pe-

quenos, para o aproveitamento integral da matéria prima.

E', igualmente, montar dois ou três grandes matadouros-frigoríficos nacionais, de propriedade do Estado, destinados à função de órgãos controladores dos mercados externo e interno da carne.

E', finalmente, montar grandes armazens frigoríficos reguladores nos centros consumidores, afim de conservar o natural excesso do produto da safra anual, para distribuição durante a entre-safra, isto é, acabar, para o consumidor, com a fatalidade das épocas de filas ou de miséria de carne, e, para o produtor, fazer que não mais sinta a diferença, entre o tempo das "casas gordas" e o das "vacas magras".

Como se vê, trata-se de um problema complexo, que o Brasil tem de resolver, com urgência.

Aqui damos nossa modesta opinião a respeito, possivelmente incompleta, mas honesta e entusiástica.

Vamos nos referir somente ao transporte e à industrialização da matéria prima — o boi de côrte, e à distribuição do seu produto principal — a carne. Não, própria-mente, à pecuária. Mas, tendo em vista o progresso da pecuária, por ação reflexa.

Não trataremos, em particular, no presente trabalho, da questão da crise atual de carne na Capital Federal, acentuada, desta vez, como no ano passado, paradoxalmente, às vésperas do início da safra. Apenas diremos que, como não se desconhece, além das causas mediatas, apontadas aqui, principalmente a carência absoluta de grandes armazens frigoríficos reguladores da distribuição, nas grandes cidades, ocorrem, no caso, outras causas imediatas, enter as quais a matança considerável mas inconsiderada e ilegal de vacas e vitelos que vem sendo feita, sobretudo, nos matadouros municipais e nas charqueadas, ha alguns anos. Não é de desprezar, também, a atividade de alguns "pecuaristas" que, anualmente, quando os bois estão gordos, e se avizinha a época da safra, pleiteam dos poderes públicos, o aumento do preço da carne, como medida de salvação da pecuária do Brasil Central. Assim têm sido obtido os aumentos anuais, à custa do consumidor e sem beneficio apreciável para o verdadeiro criador que, via de regra, nessa época já dispoz dos seus lotes.

. . .

A localização dos grandes matadouros-frigoríficos nos centros de criação e engorda de bovinos, a montagem de armazens fri-

goríficos reguladores nos grandes centros consumidores e exportadores, a construção de matadouros-frigoríficos nacionais e, bem assim, a substituição radical do atual sistema de distribuição e venda da carne nas grandes cidades, constituem medidas da mais alta relevância para a economia nacional. Pode-se, mesmo, afirmar que êsse assunto precisa ser considerado, com urgência, não apenas pelas autoridades a que estão afetos os nossos problemas econômicos e sanitários, mas, também, pelas altas esferas militares, visto que entram em jogo até os supremos interesses da defesa nacional.

E' um verdadeiro delito econômico, a localização dos grandes matadouros junto aos grandes centros consumidores. Infelizmente, ainda é essa a situação ocorrente no Brasil. Apenas dois matadouros-frigoríficos, o de Barretos, em São Paulo e o de Sant'Ana do Livramento, no Rio Grande do Sul, fazem exceção à regra.

O assunto tem sido bem estudado e planificado, no sentido de ser solucionado por etapas o grave problema. E' de reccar-se, entretanto, que as medidas de ordem prática sejam procrastinadas, não tanto pelos órgãos governamentais, mas, a despeito dos seus esforços, pela possível dificuldade de encontrar a desejável compreensão dos nossos grandes industriais e de afastar outros óbices conhecidos.

As vantagens da localização dos grandes matadouros-frigoríficos nos centros de engorda de bovinos são evidentes.

O estado sanitário da carne, tanto para o consumo das grandes cidades brasileiras, como para a exportação, seria extraordinariamente melhorado, visto que somente seriam abatidos bovinos descansados e ainda gordos, em ótimas condições de saúde.

Isto não pôde, evidentemente, acontecer após o transporte de três, quatro e mais dias por estradas de ferro ou depois de longas e cruentas caminhadas de centenas de quilômetros, durante semanas e até meses, pelas rodovias ou pelas "estradas de boi". Nessas viagens, tanto por trem como a pé, os animais perdem uma boa porcentagem do seu peso, atingindo, mesmo, até 15 por cento, na ocasião quente do ano. Além disto, ficam estropiados, cheios de equimoses e hematomas e alguns apresentam fraturas, tudo em consequência de quedas, coices, chifradas e esbarros; sofrem de um mal semelhante ao enjôo que afeta às pessoas nas viagens marítimas ou por ferrovias; sua carne é muito prejudicada em qualidade, como é intuitivo, podendo até ocasionar sérias in-

toxicações alimentares, nos casos em que não tenham os bois o devido e regulamentar descanso de vinte e quatro horas após a chegada ao campo do matadouro e antes do abate; finalmente, é muito avultada a porcentagem de perdas totais, por morte, mesmo nos vagões ferroviários, sendo que, no verão, essa porcentagem ultrapassa de dez por cento.

Os prejuízos causados à economia nacional, em consequência das mortes, rejeições totais e parciais da carne e, ainda, pela perda de peso, montam a centenas de milhões de cruzeiros, anualmente, como é fácil de calcular, sabendo-se que são abatidos, em média, nos grandes matadouros e nas charqueadas, quatro milhões e duzentos mil bovinos (estatística de 1945).

É de se ter em vista, ainda, o papel que desempenham as boiadas conduzidas a pé e destinadas aos matadouros do Rio e São Paulo, na disseminação de algumas zoonoses infecto-contagiosas, notadamente a febre aftosa, entre os rebanhos leiteiros, em sua maioria situados em regiões mais ou menos próximas dessas duas capitais. O assunto é de tal gravidade que tem merecido atenção especial das autoridades encarregadas da defesa sanitária animal, as quais procuram uma fórmula capaz de enquadrá-lo numa regulamentação exequível.

Por outro lado, pôde-se assegurar que a localização adequada daqueles estabelecimentos contribuirá decisivamente para o descongestionamento das nossas estradas de ferro. E elas deixariam de ser eternamente deficitárias, como acontece a quasi todas, com exceção, talvez, de uma ou duas no Estado de São Paulo. É fácil de esclarecer.

Um vagão de estrada de ferro, série H, vulgarmente denominado "gaiola", transporta apenas 16 a 18 bovinos, em média; um vagão frigorífico pôde comportar as carcaças de 70 a 80 rezes, para exportação; e mais de 150 carcaças transformadas em carne empacotada destinada à distribuição nas grandes cidades. Como se verifica, não é apenas uma questão de peso a transportar, mas, sobretudo, de volume ocupado inutilmente, do espaço vital perdido, da lotação roubada a outras utilidades.

A capacidade das nossas principais vias férreas, destinada ao abastecimento interno e à exportação de carnes, seria, assim, extraordinariamente aumentada, se transportassem elas somente carne refrigerada ou congelada, ao invés de gado vivo, dos centros produtores para os consumidores e exportadores.

Importar, ainda, considerar que os vagões de gado fazem o retorno vazios, por exigência da defesa sanitária animal, devidamente desinfectados. Os centros de engorda de bovinos são todos muito distantes, de maneira que esses carros levam dias e dias para chegar ao Rio de Janeiro, ou a São Paulo; a demora é muito maior no retorno, porque são preteridos pelos vagões carregados, além do tempo empregado na desinfecção. Assim sendo, na realidade, a capacidade média de transporte de um carro "gaiola" não chega a ser de dois bois, por dia!

São, portanto, até muito baratos os fretes cobrados pelo transporte de bovinos vivos. Uma vez é transportada, atualmente, por 118 cruzeiros de Barretos ao Rio, incluídas, além do frete, todas as despesas com taxas, carregamento e descarregamento. As estradas de ferro cobram-se, assim, apenas em parte, do ônus representado pelo retorno do vagão vazio. E não o fazem em proporção, equivalente aos fretes exigidos por outras mercadorias de fácil transporte.

Da localização conveniente dos matadouros adviria, portanto, uma grande sobra de lotação nas estradas de ferro, a qual atenderia às necessidades do transporte de outros gêneros do interior, e vice-versa, o que permitiria, evidentemente, o barateamento dos fretes em geral, e, conseqüentemente, do custo das mercadorias, inclusive o da própria carne.

Sem artificios de dialética, antes, pelo contrário, encaminhando o assunto de maneira clara e objetiva, chega-se à conclusão de que o problema, no que diz respeito aos transportes, interessa, de fato, à defesa nacional. Com efeito, é fácil de imaginar o que poderia acontecer, no caso de uma nova conflagração mundial, e numa emergência extrema — próxima ou remota, mas que, infelizmente, não pôde ser afastada das cogitações e estudos das autoridades competentes — de desembarques inimigos em nosso litoral, do Rio de Janeiro à Baía, por exemplo. Alijada logo nossa navegação de cabotagem e apesar do papel que pudesse então desempenhar nossa aviação, teríamos de contar, sobretudo, com duas das nossas ferrovias: a Leopoldina e a Central do Brasil. Estas, porém, vivem atravancadas de "gaiolas" de gado destinado aos matadouros de Mendes, Nilópolis, Penha e Santa Cruz, além dos de Niterói, Petrópolis e Três Rios. Isto constituiria sério impedimento ao movimento de tropas e material bélico. Passariam elas a atender, preferencialmente, como

é natural, às necessidades militares. Mas, neste caso, ficaria em falta do seu alimento principal a população da capital do País, isto é, a tão importante "frente interna" das guerras modernas, visto que ainda não nos aparelhamos para receber, ao invés de bois vivos, a totalidade da carne necessária à nossa metrópole, por meios adequados e rápidos.

A racional localização dos matadouros-frigoríficos, o equipamento das nossas estradas de ferro para o transporte de carne frigorificada, a montagem de grandes armazéns-frigoríficos nos maiores centros consumidores e a substituição do atual sistema de distribuição e venda desse produto nas grandes cidades pelo de carne desossada e empacotada, são medidas que, certamente, muito contribuiriam para o desfôgo do nosso parque ferroviário, numa dessas contingências extremas, tendo-se em vista que uma das vantagens principais da adoção daquelas medidas, é, justamente, o aumento da capacidade de transporte das mesmas, ao lado da economia representada pelo aproveitamento praticamente total da produção da nossa pecuária de corte.

O transporte da carne destinada ao abastecimento das grandes cidades — Rio, São Paulo, Santos, etc., seria, evidentemente, mais facilitado, de maneira altamente compensadora para as estradas de ferro e para o consumidor, si o produto viesse já desossado e empacotado. A Prefeitura do Distrito Federal realizou, neste sentido, em 1947, interessante e convincente experiência. Facilitou, durante alguns meses, a distribuição, em alguns mercadinhos e caminhões, de cerca de seis toneladas, semanalmente, de carne já inspecionada, cortada, classificada, desossada, empacotada e refrigerada ou congelada, em pequenos blocos de um quilograma. Não houve sequer uma reclamação a respeito da qualidade, do peso ou da classificação dessa carne. O produto era avidamente procurado nas primeiras horas da manhã.

Além da garantia assegurada ao consumidor, de receber um produto higido, e da economia de transporte, esse sistema permite um eficaz controle da distribuição das cotas de cada açougue, por dispensar a classificação feita pelo retalhista, facilitando, sobretudo, a ação das autoridades sanitárias e, principalmente, a vexatória fiscalização policial, que o Governo foi forçado a estabelecer, em defesa da economia popular, isto é, da maioria da população, que não pôde suportar os preços do "câmbio negro"

mais persistente e mais ladino de que se tem conhecimento.

É bem verdade que o novo sistema, quando instituído, tenderá a generalizar-se rapidamente, visto que o produto assim acondicionado poderá ser exposto à venda em qualquer mercearia que disponha de instalações frigoríficas, comuns, com evidente risco para a sobrevivência dos açougues que não o queiram adotar ou que insistam em não limitar seus lucros à porcentagem honesta que lhes fôr atribuída pelo tabelamento.

Essa eventualidade nada mais será, pois, que a consequência de uma imposição natural do progresso, em benefício do saneamento material e moral desse gênero de comércio.

Existem, porém, outros motivos de maior importância que justificam o máximo empenho que devem ter as autoridades competentes em instituir, com urgência, o novo sistema de distribuição e venda da carne, no Rio e em São Paulo, pelo menos.

Mais de quarenta por cento do bovino retornariam à economia nacional, transformados em alimentos para o próprio gado e excelente adubo orgânico para o enriquecimento das nossas lavouras e pastos. Cerca de trinta por cento, já incluídos naquela porcentagem, constituídos de ossos (21 por cento), pelancas, ligamentos, aponevroses, etc., ao invés de alimentarem cães vadios nas latas de lixo e servirem de aterro impróprio de lugares baldios, como acontece ainda na Sapucaia, em plena Capital da República, atentando contra as condições sanitárias das cidades, teriam aquele destino mais conveniente e econômico.

E, assim, lavouras e pastagens, que cada vez mais empobrecidas ficarão, em virtude da retirada sem remissão ao solo da sua proteína e dos seus sais de cálcio e de fósforo, sob a forma de cereais, legumes, carne, leite, ovos, lã, ossos, etc., teriam uma boa fonte de elementos para a recuperação de sua fertilidade... Isto, evidentemente, na dependência de uma distribuição criteriosa desses alimentos concentrados e dos adubos, sabendo-se que os alimentos do gado retornam em boa porcentagem ao solo, como resíduos da digestão; e, ainda, si enveredarmos por outra política de recuperação da fertilidade de nossas terras, não deixando que se exporte a maior parte dos nossos resíduos proteínicos, de origem animal ou vegetal, como, infelizmente, ainda acontece em escala capaz de assustar aqueles que se preocupam com tão grave problema.

Com o decorrer dos tempos, si proseguirmos nêsse sistema arcaico de exploração agro-pecuária, inclusive em relação ao transporte e distribuição dos produtos, com uma política de economia rural vetusta e perniciososa, ou, melhor, sem a adoção, de nenhuma política verdadeiramente agrária, teremos, passadas algumas gerações, conseguido apenas o deserto, pois, como já disse alguém, a terra se vinga daqueles que a desvirginam mas não a fecundam.

Com o integral aproveitamento do bovino, como sucede nos grandes matadouros-frigoríficos de São Paulo e do Rio Grande do Sul, si bem que ainda em parte, porque os ossos também são exportados com as carcaças, o País faria uma economia de algumas centenas de milhões de cruzeiros. A tanto atingem os prejuizos com os desperdícios ocasionados pelos nossos antiquados sistemas de industrialização e distribuição da carne. Aquela economia seria, ainda, extraordinariamente elevada si fosse possível tornar obrigatório o aproveitamento total em todas as charqueadas e matadouros municipais. E, sabendo-se que são abatidos, anualmente, em média, nos matadouros municipais, dois milhões e quinhentos mil bovinos, é fácil calcular o montante do desfalque sofrido pela economia brasileira com o abandono daquilo que a nossa incúria de gente até bem pouco tempo acostumada à fartura joga fóra, inadvertidamente, para não dizer, delituosamente, de vez que não têm faltado conselhos ajuizados e veementes brados de alerta da parte de alguns economistas e, especialmente, de muitos veterinários brasileiros. O assunto é de tal importância e atualidade que a própria imprensa laica já dêle cuida cotidianamente.

Poderíamos, como se deduz, dispôr fartamente, para o consumo interno e para alguma exportação, de farinhas de carne, de ossos, de sangue, etc., as quais, atualmente, tanta falta fazem aos nossos rebanhos de bovinos, suínos, ovínos e equídeos e, principalmente, à nossa promissora avicultura.

Convém não esquecer, mas, antes, ressaltar que o consumidor, nas grandes cidades, comprando carne empacotada, em invólucros higênicos, impermeabilizados e até elegantes, como eram os que foram expostos à venda em 1947, no Rio de Janeiro, terá a certeza de que adquire um produto sadio, bem pesado, da categoria especificada no rótulo, não pagando carne de segunda ou terceira, como de primeira e de que não leva para casa, mais do que carne boa, ossos,

pelancas, sêbo e contrapesos outros, ainda embrulhados em papel de jornais já lidos. . .

Contra o novo sistema se rebelaram algumas centenas de açougueiros, por motivos óbvios. Mas não devem desanimar as autoridades competentes, visto que o mesmo, além das vantagens comprovadas experimentalmente, permitirá, ademais, à Capital da República, abastecer-se da ótima carne gaúcha, congelada e, quiçá, apenas refrigerada, por via marítima ou, mesmo, aérea, com o que será aberto novo e importante mercado para os produtos do estado sulino, sempre ameaçado de sofrer a concorrência funesta do produto australiano, néo-zeilandês e sul-africano, como sóe acontecer, periódicamente, maximé em seguida às grandes guerras, por obra e graça do cartel estrangeiro que maneja, de acôrdo com suas conveniências financeiras, a indústria e o comércio mundiais da carne, ora valorizando-a na América Latina, e desvalorizando-a, concomitantemente, na Oceania e na África do Sul, ora agindo em sentido contrário, provocando dessarte e doutras maneiras, a instabilidade do mercado e as crises cíclicas da pecuária de côrte, em todo o mundo, mas assegurando a estabilidade e a prosperidade de suas empresas.

É bem verdade que para êsse grande mal só existe uma terapêutica drástica: a instalação de três ou quatro grandes matadouros-frigoríficos nacionais, junto aos nossos principais centros produtores e de engorda de bovinos e adequadamente dispostos, nas regiões do Centro, Sul e Oeste do País.

A aquisição de dois desses estabelecimentos já existentes em São Paulo e no Rio Grande do Sul, aliás, os únicos bem localizados, resultaria na necessidade da instalação de apenas dois, que deveriam situar-se, um em Mato Grosso, à margem da Noroeste do Brasil, em Porto Epitácio, por exemplo, a ser abastecido pelos produtores da zona do Pantanal e outro em Montes Claros ou município servido pela Central do Brasil, naquela região do norte de Minas.

Mas, a despeito de valiosas e honestas opiniões em contrário, esses grandes matadouros devem ser de propriedade do Estado que poderá, quando muito, confiar sua exploração a empresas nacionais, mediante contratos rigorosamente fiscalizados. Só assim poderão ser realmente nacionais, integralmente brasileiros, para que posam servir lealmente aos nossos interesses.

Eis por que devem ser tomadas, oportunamente, cautelas neste sentido, visto não

ser mais admissível, nos dias atuais, desconhecer alguém o formidável poder de penetração e de aglutinação e o admirável mimetismo do poderoso capital internacional, assim como a ação sub-reptícia e impatriótica dos chamados "testas de ferro"...

Aqueles estabelecimentos, coadjuvados pela rede de armazéns frigoríficos reguladores, seriam verdadeiros órgãos controladores dos mercados interno e externo da carne e seus derivados, seriam o fiel da balança das nossas conveniências, de maneira a se extinguir a velha praxe sempre escudada na mais velha ainda "lei da oferta e da procura", que seria, de fato, verdadeira, se, apesar de ser real ou de poder ser sempre real a "oferta", graças aos esforços dos nossos criadores, não fosse a "procura" hábilmente manobrada por mãos misteriosas e traiçoeiras de poderosos interessados estrangeiros.

Somente com a efetivação dessa medida, como complemento às soluções das já referidas, especialmente a construção de grande armazéns frigoríficos reguladores no Rio, em São Paulo e nos portos de Santos e Rio Grande, poderemos, finalmente, não apenas estabilizar mas fazendo progredir satisfatoriamente a nossa sempre periclitante pecuária de corte, libertando-a dos altos e baixos que, em geral, lhe vêm de fóra, de além-mar; somente assim poderemos regularizar o mercado do nosso produto, pedindo ao comprador alienígena o justo preço do mesmo e não lhe implorando, volta e meia, que o

compre a qualquer preço, para evitar a miséria do produtor; somente com a adoção desse conjunto de medidas, inclusive a referente à modificação do atual sistema de distribuição e venda da carne em nossas grandes cidades, poderemos atender às necessidades do abastecimento interno, sem sacrifício da bolsa, do estômago e da saúde do consumidor brasileiro.

E não há necessidade, neste particular, de procurar conselhos e estímulos, como é de nosso hábito, em terras distantes, onde, é de presumir-se, não os poderemos encontrar leais e desinteressados.

Nossos vizinhos, o Uruguai e a Argentina, cada qual com apenas um matadouro-frigorífico nacional, já estão quasi livres das garras do polvo que também tanto infelicitou a sua pecuária de corte, que hoje prospera em bases seguras.

A execução das medidas em causa encontrará, muito possivelmente, resistências e esforços obstrucionistas da parte dos grupos interessados na manutenção do "statu-quo" atual. É fácil de prever, a dificuldade a vencer, inclusive para a aquisição do equipamento indispensável aos matadouros, frigoríficos e estradas de ferro.

Mas, um povo que levantou Volta Redonda, para se libertar, em futuro próximo, da condição paradoxal de produtor e exportador de ferro e manganês, mas de importador de aço e de máquinas; que, em breve, conseguirá alimentar os motores dos seus veículos e fábricas, com o petróleo afinal descoberto e extraído de seu sub-sólo; que realiza, há alguns anos, a maior obra de engenharia sanitária e de profilaxia de todos os tempos — diante da qual fica reduzido a proporções medíocres o tão decantado saneamento dos Lagos Pontinos, na Itália, — salvando da morte e do aniquilamento físico, moral e econômico, resultante da malária, milhões de patrícios nossos e tornando produtivos centenas de milhares de alqueires de terras ubérrimas, antes pantanosas e abandonadas; que está se livrando do estrangeiro, rapidamente; — e a despeito da descrença generalizada e tão arditamente mantida durante decênios, para a obtenção do seu próprio pão, graças à vitoriosa campanha do trigo brasileiro; um povo que realiza tão grandiosos empreendimentos não pôde encontrar dificuldades insuperáveis para a solução de um outro problema que, como vimos, tanto interessa à sua independência econômica, à sua saúde e à própria defesa nacional.

FERRAMENTAS

PARA HORTAS
E JARDINS

DEPARTAMENTO AGRÍCOLA

MESBLA

RUA EVARISTO DA VEIGA, 65 - RIO

com catálogos e
DESCONTOS
REVENDEDORES

ROMEU RAMPAZZO

Muito jovem ainda, vem de falecer, no Estado do Espírito Santo, seu torrão natal, o horticultor Romeu Rampazzo, diplomado pela Escola de Horticultura Wenceslão Bello, e que ocupava, no magistério, o cargo de meu assistente na referida Escola.

Aluno dos mais brilhantes, obteve, quando cursava o curso de Horticultor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, vários prêmios, não só por aplicação como também por comportamento, inclusive o prêmio anual do Concurso da Árvore.

Colou grau em 26 de Novembro de 1942, e, dadas as suas qualidades, foi convidado para trabalhar na própria Escola, como Chefe da Seção de Horticultura.

Mais tarde afastou-se da Escola de Horticultura Wenceslão Bello para trabalhar no Fomento Agrícola do Estado do Espírito Santo.

Em 1946, foi novamente convidado para ocupar o lugar de Chefe da Seção de Horticultura da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, e, como bom profissional que havia se revelado, convidado para meu assistente da cadeira de Floricultura.

Em 1947, quando se realizou o 1º Curso Prático de Hortas Domésticas da Fundação Getúlio Vargas, foi convidado para, sem prejuízo de suas outras funções, ocupar o lugar de meu assistente no referido curso.

Em 1948, o jovem profissional, além de Chefe da Seção de Horticultura da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, era meu assistente das cadeiras de Horticultura e de Floricultura e assistente dos Cursos Práticos de Solos e Adubação da Fundação Getúlio Vargas.

Quando, embora moço, já fazia uma brilhante carreira profissional, foi atacado por traiçoeira enfermidade que, em pouco tempo, nos roubou o convívio de um companheiro que tanto estimávamos.

Deixou Romeu Rampazzo nos corpos docente, administrativo e discente da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, um largo círculo de amizade, dadas as suas qualidades de bom companheiro de trabalho e bom professor.



Romeu Rampazzo

Como meu assistente e particular amigo, ao registrar em "A Lavoura", o seu falecimento, o faço saudoso do companheiro em quem depositava confiança de que viria a ser um grande nome do magistério da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, que o tornara profissional e que para o seu corpo docente o chamara.

Perdeu a Escola de Horticultura um magnífico auxiliar; e perdemos nós, seus amigos, um bom e leal companheiro.

Que Deus vele por êle, que, profundamente católico, sempre viveu como um perfeito cristão.

G. Goulart da Silveira.

Florestas, águas e solos

Pimentel Gomes
Engenheiro Agrônomo

É do conhecimento de todos que o Pomba, o Pirapetinga e outros rios afluentes ou confluente do Paraíba do Sul, em Novembro, depois de chuvas torrenciais que duraram vários dias, saíram dos leitos e inundaram violentamente suas várzeas, provocando uma das maiores catástrofes da História do Brasil. Houve cidades e vilas destruídas, com perda de vidas humanas. Deslizamentos de terras das encostas íngremes e agricultadas aumentaram de muito o efeito das águas, além de terem prejudicado o próprio solo. A catástrofe abalou profundamente a nação.

Casos semelhantes, embora em escala muito menor, quanto a prejuízos materiais e pessoais, estão acontecendo todos os anos num ou noutro ponto da área vastíssima de nossa Pátria. Há, assim, frequentemente, inundações, erosões, acoreamento de açudes, destruição de obras de artes, etc. Acrescente-se que o regime dos rios, em algumas regiões, nas regiões mais povoadas e devastadas, se torna cada vez mais irregular.

Urgem, assim, medidas que venham melhorar, desde já, tanto quanto possível, uma situação que já não é boa e que se agrava de ano para ano.

Aconselhamos, aqui, algumas das mais interessantes.

Urge Reflorestar

Calcula-se que as florestas devem cobrir 33% das zonas tropicais para terem efeito benéfico sobre o clima, o regime das águas e a conservação dos solos. As florestas devem espalhar-se com certa regularidade em toda a região, e não se acumular em determinados trechos mais ou menos longínquos, deixando todo o resto desnudo, ou quase. As florestas exploradas racionalmente não são destruídas, e constituem um excelente emprêgo de capital. Está havendo, todos sabem, grande escassez de lenha e madeiras de lei em zonas extensas do Brasil, pois o grosso, a quase totalidade de nossas florestas se encontra na Amazônia no Vale do Rio Dôce, no oeste do Paraná e Santa Catarina, no noroeste do Rio Grande do Sul,

no sul da Bahia e em pequenos trechos esparsos. Essa escassez aumentará, pois a população cresce rapidamente e o consumo de madeira aumenta numa proporção maior, enquanto nossas reservas exploráveis desaparecem com assustadora rapidez. Há, ainda, a acrescentar as derrubadas absurdas que se continuam fazendo, com a finalidade de alargar as culturas e as pastagens, com uma irreflexão e uma imprevisão que causam lástima, e sem que se leve em conta o Código Florestal.

Urge, portanto, poupar, nas zonas mais povoadas e devastadas, as poucas matas existentes. Ademais, se faz mister um reflorestamento intenso, trabalhando, para isto, além do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, os órgãos equivalentes dos Estados, as prefeituras, as companhias de estradas de ferro, os industriais consumidores de madeiras, e os fazendeiros e sítiantes. Reflorestar deve ser uma palavra de ordem no Brasil. Plantar mais, muito mais árvores do que cortam, precisa ser uma preocupação constante de nossos proprietários rurais.

Não é difícil restaurar com certa rapidez as magníficas florestas que já possuímos na zona mais povoada do País. Basta, aos poucos, mas com pertinácia, ir reflorestando as terras baldias que existem por toda a parte.

Reflorestar é um bom negócio

Mas não se refloresta apenas tendo em vista a conservação do solo, o melhoramento do regime dos rios, das fontes e do clima e o embelezamento da paisagem — embora só isso fosse suficiente para se aconselhar o reflorestamento. Reflorestar é negócio. Reflorestar é um dos melhores emprêgos de capital que se pode fazer, no Brasil, a leste de uma linha imaginária que passe por São Luiz do Maranhão, Goiânia, Campo Grande e Corumbá. E os resultados pecuniários surgem muito mais depressa do que se pensa, e de maneira certa e vultosa.

Determinadas essências, por exemplo, fornecem 300 metros cúbicos de lenha por

hectare, de sete em sete anos; ou 2.500 postes, por hectare, de sete em sete, ou de oito em oito anos. Para a fabricação de pasta de madeira, possuímos essências que podem ser cortadas aos quinze anos. Outras há capazes de produzi-la aos oito anos, aos sete, e até mesmo aos quatro anos de idade. As madeiras de lei precisam de muito mais tempo que varia com a espécie, as condições ecológicas e o tratamento que lhes dispensarem.

No Brasil, as florestas crescem mais depressa

A ecologia da maior parte do Brasil permite que as árvores cresçam muito mais depressa do que na Suécia, Finlândia, Noruega, Canadá e Estados Unidos — clássicos fornecedores de produtos florestais à maior parte do Mundo. As nossas florestas de araucária, nos planaltos meridionais do País, já aos 15 anos estão fornecendo polpa para a fabricação de papel. Isto pode parecer muito aos nossos apressados fazendeiros e industriais. Não devem, contudo, esquecer, que, no Canadá, um pinheiro leva um século para crescer; na Suécia, outro tanto; na Finlândia, 120 anos, no noroeste da Rússia, uma das grandes regiões madeireiras do mundo, 170 anos. Já vimos que, em sete anos, e até mesmo em menos, em cinco anos, por exemplo, já é possível ter muita lenha, desde que se plantem determinadas essências. Mas algumas árvores, boa produtoras de madeira para compensados, caixas e polpa para papel crescem com admirável rapidez. Gonzaga de Campos, escreve, por exemplo, "que no Hórto Botânico de Belém, uma sumauzeira mede 22 metros de altura e um metro de diâmetro, e tem apenas 13 anos. As matas de várzea podem refazer-se em cerca de 20 anos". Ora, a sumauzeira, a maior árvore da Amazônia, fornece madeira branca e muito leve, própria para fabricação de celulose e várias outras finalidades. Na fabricação de celulose, seu rendimento é de 20%. As fibras têm uns 2,9 milímetros de comprimento. Produz uma paina muito valiosa. As sementes dão 18 a 30% de óleo amarelo claro, comestível. Há outras árvores semelhantes, cujas propriedades não devem ser esquecidas pelos industriais e fazendeiros.

Onde reflorestar

Em zonas de população mais ou menos densa, as florestas devem revestir as nascentes dos rios, riachos e regatos, as ba-

cias de abastecimento das fontes, as encostas íngremes, o terço superior dos morros, as terras pobres. Também é aconselhável plantar árvores ao longo dos cursos d'água, das divisas das fazendas, das cercas internas, dos caminhos e estradas, e formando bosques nas pastagens, onde os gados se abriguem dos calores excessivos e dos ventos frios.

Pastos arbóreos

Algumas árvores fornecem pastos magníficos, idênticos aos melhores do mundo.

Os pastos arbóreos são utilizados pelos fazendeiros há milhares de anos. Os agrônomos da antiga Roma a esse se referem economicamente. Os agrônomos modernos a eles recorrem sempre com resultados excelentes, graças às suas extraordinárias vantagens. Produzem eles, por exemplo, grande cópia de forragens verdes — 80 a 150 toneladas por hectare — no período mais seco do ano. Tal contribui para aumentar a quantidade de bovinos por unidade de área, e a produção de leite e carne.

Como reflorestar

O reflorestamento se processa plantando sementes ou mudas de essências florestais.

O reflorestamento com sementes é fácil e barato. Consiste em abrir covas com o compasso de dois metros por dois. Em cada cova enterram-se duas sementes. Posteriormente, quando as mudinhas tiverem, uns dois metros, faz-se um desbaste, deixando apenas uma plantinha — a mais forte em cada cova.

Só as sementes médias e grandes podem ser semeadas diretamente.

Lembremos o pinheiro, a jaqueira, a azeitona, o sabiá...

As sementes pequenas são semeadas em canteiros preparados como os de hortaliça. Cuidados idênticos aos dispensados às hortaliças. Repicagem para caixas, jacázinhos ou torrões, quando tiverem alguns centímetros. Plantação das mudas no lugar definitivo em dias úmidos, com o compasso de dois metros por dois metros.

As sementes e mudas podem ser fornecidas pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Florestas puras e mixtas

As florestas dizem-se puras quando pelo menos 80% de suas essências pertencem

cem a uma única espécie. As florestas são mixtas, nos casos diferentes. As florestas puras têm algumas vantagens. As mixtas apresentam outras vantagens. Aconselhamos florestas mixtas para as encostas íngremes, o têrço superior dos morros, as nascentes dos rios, riachos e regatos e a bacia de abastecimento das fontes. Essas serão tomadas pela plantação de umas quatro ou seis espécies diversas, que costumam aparecer juntas nas florestas naturais da região, ou serão determinadas por técnicos.

As capinas são indispensáveis nos dois ou três primeiros anos.

E' possível, muitas vezes, fazer, no primeiro ou no primeiro e no segundo anos, culturas consorciadas, para baratear o reflorestamento.

Quando possível, o solo deve ser preparado previamente.

Enriquecimento das matas

As matas naturais, quando exploradas, vão, aos poucos, perdendo todos os seus le-

nhos de valor. Convém enriquecê-la com espécies nobres.

Abrem-se de 10 em 10, ou de 15 em 15 metros, faixas com uns três a quatro metros de largura, pela roçagem da vegetação existente.

Plantam-se mudas de essências de valôr, de dois em dois metros. Tomam-se os cuidados de roçagem e capina indispensáveis ao rápido crescimento da muda, durante uns três a quatro anos.

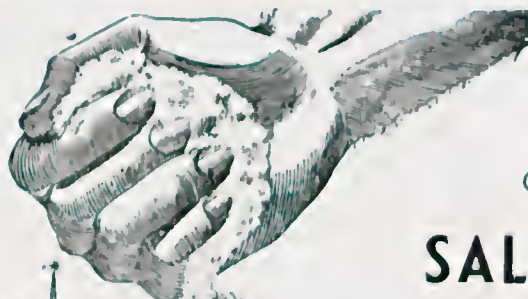
Plantam-se mudas de boas essências, nas clareiras.

Lavouras nas encostas

As encostas, de preferência, devem ser florestadas ou reflorestadas.

Quando se faz mistér cultivá-las, é indispensável usar métodos que permitam a conservação do solo. Para isto se fazem culturas em faixa, em curva de nível ou em terraços.

O Ministério da Agricultura dará instruções detalhadas aos que as solicitarem.



Mãos

que espalham

SALITRE do CHILE

não ficam vazias...

E' MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS.

ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRICOLAS

RUA FLORENCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO. — AV. GRAÇA RANHA, 226-3.º andar

— RIO DE JANEIRO. — AV. SANTOS DOMUNT, 227 — BELO HORIZONTE

Primeira mesa redonda da conservação do solo

O professor Geraldo Goulart da Silveira, da Diretoria Técnica da Sociedade Nacional de Agricultura, ao encaminhar ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura em completo dossier sobre a Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, enviou, também, o seguinte ofício:

"Tendo sido designado por V. S., para como delegado da Sociedade Nacional de Agricultura, conjuntamente com os colegas Alberto Ravache e Kurt Repsold, tomar parte na Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, promovida pela Sociedade Rural Brasileira, parti, via aérea, para o Estado de S. Paulo, no dia 18 do corrente.

Em chegando ao Estado de S. Paulo, imediatamente compareci à Sociedade Rural Brasileira onde fui condignamente recebido em um ambiente de cordialidade e entusiasmo.

Neste primeiro dia de estadia em S. Paulo me foi dado conhecer tôda a organização da Sociedade Rural Brasileira, o seu Instituto de Economia Rural, e os seus Departamentos Especializados, como por exemplo o Serviço de Assistência Social.

Através de palestras com o Dr. Raul de Medeiros, Presidente da Sociedade, Dr. Helio Schlittler Silva, Secretário Técnico do Instituto de Economia Rural, Dr. Olhôa Cintra, Secretário Geral e outros elementos da Sociedade Rural Brasileira, me foi dado conhecer, em seus detalhes, os trabalhos da Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, resultante do memorável discurso pronunciado em Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Ainda no dia 18 travei relações com colegas da Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo, especialmente os do Instituto Agrônomo de Campinas e do Serviço de Combate a Erosão, Irrigação e Drenagem, além de numerosos representantes de associações rurais, que já haviam chegado à S. Paulo.

No dia 19, como delegado da Sociedade Nacional de Agricultura tomei parte na primeira reunião preparatória do conclave onde, por proposta minha, a vossa tese

foi incluída na VII Comissão Técnica, e a minha, na VI Comissão Técnica.

No mesmo dia, procedente do Rio, chegou o colega Alberto Ravache, que, depois de uma demorada visita à Sociedade Rural Brasileira, como nosso delegado, visitou comigo o Serviço de Fomento Agrícola Federal.



Aspéto da Sessão do dia 22, quando falava o Dr. Alberto Ravache, delegado da Sociedade Nacional de Agricultura.

Dia, 20, pela manhã, após ter estado na Sociedade Rural Brasileira, o colega Ravache e eu estivemos, com outras representantes da Sociedade Rural Brasileira, em visita a comitiva do Exmo. Snr. Ministro da Agricultura e, mais tarde, com a mesma comitiva, visitámos o Serviço de Combate à Broca do Café.

No período da tarde assistimos à bênção do pavilhão da Sociedade Rural Brasileira e, logo após, a sessão solene de inau-

guração da Primeira Mesa Redonda de Conservação do Solo, sob a presidência do Dr. Daniel de Carvalho.

Após a cerimônia, com a comitiva do Ministro da Agricultura, com numerosos Secretários de Estado e Chefes de Delegações, estivemos em visita à F. A. R. E. S. P.

No dia 21 fui eleito membro da VI Comissão, para onde havia sido remetida a minha tese sobre "Orientação e instrução dos agricultores a respeito da conservação de fertilidade do solo".



Sessão de encerramento: Fala o Prof. Gastão Goulart da Silveira, representante da Sociedade Nacional de Agricultura.

Nesta reunião, a pedido do Dr. Cory Gomes de Amorim, Presidente da comissão, tive a oportunidade de ler, para conhecimento dos colegas, a minha tese que, foi entregue ao Dr. Moacyr Pavageau, da Delegação do Estado do Rio

O colega Alberto Ravache, ficou acompanhando os trabalhos da VII Comissão, para onde havia sido remetida vossa tese sobre "A conservação da fertilidade do solo como uma medida básica de defesa nacional".

Do dia 20 até o dia 25, o nosso trabalho na Sociedade Rural Brasileira foi muito intenso, pois tínhamos, diariamente:

a) — reunião das Comissões Técnicas das 8.00 às 12.00 horas;

b) — sessão plenária das 14.30 às 18.00 horas;

c) — sessão plenária às 20.30, que terminava, quasi sempre, às 24 horas.

Nos intervalos das reuniões procurávamos sempre, estar em contacto com as delegações das sociedades rurais, afim de trocarmos idéias sobre os seus problemas.

No dia 21, a convite do Dr. Iris Meimberg, estivemos em uma reunião, às 17.00 horas na F. A. R. E. S. P., onde estavam presentes vários Secretários de Agricultura, chefes de delegações de Associações Rurais, etc.

Nesta ocasião, o colega Alberto Ravache teve ocasião de falar em nome da Sociedade Nacional de Agricultura.

Na terceira sessão plenária realizada no dia 22 à noite, foi levada à plenário a tese de vossa autoria intitulada "A conservação da fertilidade do solo como uma medida básica de defesa da agricultura brasileira", que, com parecer favorável do relator, Snr. Francisco Grohmamm, foi unanimemente aprovada.

Coube ao colega Ravache, defender a vossa tese no plenário.

Na mesma sessão, foi submetida ao plenário a minha tese sobre "Orientação e instrução dos agricultores a respeito da fertilidade do solo", que, com parecer favorável do relator, Dr. Moacyr Pavageau, foi unanimemente aprovada.

Coube-me, como membro da VI Comissão Técnica, relatar a tese "A necessidade do ensino em face da conservação do solo, dos agrônomos Laerte Ramos de Moura e Abramides Neto" que, com meu parecer favorável foi unanimemente aprovada pelo plenário, na 5.ª sessão, realizada à noite, no dia 23.

No dia 24, pela manhã, via aérea, voltou para o Rio o colega Alberto Ravache, permanecendo eu, até o final dos trabalhos, representando a Sociedade Nacional de Agricultura.

A Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo despertou grande interesse em todo o país.

O número de adesões ao conclave atingiu um total de cento e sessenta e quatro, entre elas a do Governador do Estado de S. Paulo, três Ministros de Estado, dezenove Secretários de Estado, oito do Congresso Federal, doze de Câmaras Legislativas Estadual e Municipais, autoridades eclesiásticas,

Prefeituras Municipais, Entidades Científicas, Associações de Classe, etc.

Durante a Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo foram apresentadas e estudadas sessenta e oito teses, onze indicações e onze comunicações, o que é um índice expressivo do interesse que a mesma despertou.

Através da documentação anexa, poderá V. S. analisar melhor o que foi a Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, promovida pela Sociedade Rural Brasileira.

É digno de assinalar a valiosa cooperação do Dr. Alberto Prado Guimarães que tudo facilitou para que os delegados à Sociedade Rural Brasileira não encontrassem dificuldades e do Dr. Raul Medeiros, que igualmente, muito se interessou pelos delegados da Sociedade Nacional de Agricultura.

Dia 26, terminados todos os trabalhos, realizou-se a sessão solene de encerramento, durante a qual, como único delegado da Sociedade Nacional de Agricultura presente à mesma, fiz um discurso, cuja cópia encontra-se anexa ao presente relatório.

Dia 27, nada mais havendo a tratar em S. Paulo, embarquei, via aérea, para o Rio.

Agradecendo à V. S. a honrosa incumbência que me foi confiada, e que procurei desempenhar tendo em vista os elevados objetivos da Sociedade Nacional de Agricultura, aproveito o ensejo para reiterar os protestos da mais elevada consideração e apreço.

Geraldo Goulart da Silveira

(da Diretoria Técnica da Sociedade Nacional de Agricultura).

Transcrevemos, a seguir, o discurso que o mesmo proferiu na Sessão Solene de encerramento da Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, em época oportuna convocada pela Sociedade Rural Brasileira, tendo em vista o memorável discurso pronunciado por Sua Excia. o Sr. General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República, no Município de Itaperuna, no Estado do Rio,

Discurso pronunciado pelo Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, na Sessão de Encerramento da

Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo.

Exmo. Snr. Representante do Governador do Estado.

Exmo Snr. Secretário da Agricultura. Snr. Presidente da Sociedade Rural Brasileira

Minhas Senhoras.

Meus Senhores.

Seja-se permitido, no momento em que, com tanto brilho encerram-se os trabalhos da Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo convocada pela Sociedade Rural Brasileira, dizer algumas palavras em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, aqui representada por uma delegação de elementos da sua diretoria, da qual tenho a honra de fazer parte.

A Sociedade Nacional de Agricultura que há mais de cinquenta anos vem trabalhando com todo o interesse e carinho pela agricultura nacional, e, com todo empenho, tem procurado defender os legítimos interesses dos agricultores, não podia deixar de acudir ao apêlo de sua congênere — Sociedade Rural Brasileira — que, em seus trinta e dois anos de fecunda existência, já conta com um grande acervo de assinalados serviços prestados à lavoura nacional.

Aqui comparecemos, Senhor Presidente, para emprestarmos a nossa colaboração à Sociedade Rural Brasileira que, com esta Primeira Mesa Redonda de Conservação do Solo, procurou focalizar um dos mais palpáveis problemas da agricultura nacional.

Motivos imperiosos impediram que o Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, aqui comparecesse, como era de seu desejo, chefian-do a delegação que houve por bem designar para representar a nossa associação de classe nos trabalhos que ora, com tanto êxito, se encerram.

Embora ausente, tem o Dr. Torres Filho acompanhado com vivo interesse, como lhe é peculiar, todos os trabalhos da Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo.

Muito feliz e oportuna, Senhor Presidente, foi a convocação da Sociedade Rural Brasileira para que nesta memorável reunião, acudindo à uma advertência do Exmo. Snr. Presidente da República em seu discurso de Itaperuna, técnicos e agricultores estudassem e debatessem em seus múltiplos e variados aspectos, os problemas relacionados com a conservação do solo.

Que em tão poucos dias muito se tra-

balhou, atesta o elevado número de teses e comunicações que, convenientemente estudadas e analisadas no seio das Comissões Técnicas, foram amplamente debatidas no plenário, em um magnífico ambiente de cordialidade e elevados objetivos.

Dos estudos e debates havidos, resultaram, sem dúvida, conclusões do mais elevado interesse para o país.

E' preciso que os nossos agricultores, através de suas prestigiosas associações de classe, não só estudem os problemas que de perto lhe dizem respeito, e façam chegar aos poderes competentes as suas justas reivindicações, como também, colaborem com esses mesmos poderes nos estudos dos problemas nacionais, como com grande brilhantismo, vem de fazer a Sociedade Rural Brasileira, com esta Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo.

A Sociedade Nacional de Agricultura tem trabalhado, também, nêsse sentido, e bem sabe as dificuldades que se apresentam para a realização de tão interessantes reuniões.

Através de congressos, conferências, reuniões, etc., tem ela debatido e estudado os problemas de nossa agricultura, e emprestado a sua colaboração para levar aos poderes públicos, o pensamento da lavoura, as suas reivindicações, os seus anseios.

O ambiente de entusiasmo, idealismo, boa vontade e brasilidade que aqui reinou, é bem o atestado do quanto de útil e profícuo pode conseguir a classe agrícola através de reuniões como esta, em que técnicos e agricultores, irmanados nos mesmos objetivos, juntos trabalharam.

Está, pois, de parabens, a Sociedade Rural Brasileira.

A Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, em tão boa hora convocada, decorrente do grito de alerta do Exmo. Snr. Presidente da República, alcançou indiscutível êxito.

Eu me congratulo, portanto, Senhor Presidente, com a Sociedade Rural Brasileira e formulo votos para que, dos estudos e recomendações da Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, estudos e recomendações que tão bem focalizaram um problema de indiscutível oportunidade e relevância, resultem melhores dias para a agricultura nacional, agricultura pujante de possibilidades, agricultura que garante a nossa subsistência, agricultura que abastece grande parte de nossas indústrias, agricultura que foi e ainda é o alicerce econômico do Brasil.

CRIADORES

Prefiram os produtos veterinários
RAUL LEITE. São todos de eficiência
comprovada e segurança absoluta.

VACINAS, TONICOS, VERMIFUGOS.
PRODUTOS PARA TÔDAS AS
DOENÇAS E PARA TÔDAS AS
ESPÉCIES ANIMAIS.

Nas febre Aftosa — KUIROS E CO-
LOIDO-CALCIO

Para banheiros carrapaticidas —
CAVIÃO.

Nas bicheiras e bernês — CRESOS.

Nas verminoses — FENOTIAZINA
— FENOLFTALEINA

Nas frieiras — FRIEIROL.

Nas intoxicações — VITOS.

Peçam folhetos e preços aos represen-
tantes nos Estados ou aos

Laboratorios
Raul Leite S. A.

RUA LEOPOLDINO BASTOS, 130 — RIO

Alguns subsídios para a história do cooperativismo no Brasil. A secção de Crédito Agrícola do Fomento Agrícola Federal

por **Fábio Lux Filho**

Quando o Ministério da Agricultura baixou, em 1927, a lei 17.339, de junho, regulando a fiscalização dos bancos Luzzitti e caixas Raiffeisen, e, seis meses depois, assumi, por designação do **Dr. Artur Torres Filho**, a chefia da Secção de Crédito Agrícola, ponto de partida da reação que salvou o cooperativismo no Brasil, o panorama cooperativista era sombrio. Limitava-se o seu campo a falsos bancos populares cooperativos e a caixas rurais, Raiffeisen, doutrinariamente menos desajustadas dos seus princípios, embora, no geral, nitidamente confessionais. Fôra disso, uma ou outra cooperativa de consumo, sobrelevando-se a tôdas a de Santa Maria, como é sabido.

Pessoas pouco sinceras, com apôio em políticos influentes, principalmente nos Estados do Rio e do Norte (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, etc.), dirigiam êsse movimento de deturpação. Nossa luta foi árdua. Ao lado de livros que com sacrifício editávamos, iam divulgando oficialmente milhares de folhetos, instruções com estatutos, formulários, etc., organizando, assim, eu, o **Dr. Saturnino Brito** e o **Dr. Adolfo Credilha**, apoiados pelo **Dr. Artur Torres Filho**, a resistência, que culminou na negação de registos aos falsos bancos populares e a numerosas caixas rurais, e na revogação da lei 1.637, com a consequente promulgação da lei n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932, fruto dos esforços e dos conhecimentos especializados dos técnicos da Secção de Crédito Agrícola, e hoje substituída pelo decreto-lei 5.893, na gestão do **Dr. José Arruda de Albuquerque**, digno e operoso diretor do Serviço de Economia Rural.

As Inspetorias Agrícolas, sob a douda direção do Sr. **Artur Torres Filho**, foram sendo paulatinamente, por nós, daquela Secção, (fundada em 1926), orientadas quanto ao verdadeiro aspecto doutrinário do cooperativismo, deformado por falsos pregoadores.

Dos Estados do Norte, a Paraíba, que tivera no **Dr. Diógenes Caldas** um dos paladinos do movimento lúdimo das caixas Raif-

feisen, logo seguiu a verdadeira orientação da Secção de Crédito Agrícola; Pernambuco, então um deserto cooperativista, teve no **Dr. Raimundo Fernandes e Silva**, um esforço propugnador da legítima orientação, infelizmente sem a repercussão, merecida, de vez que o desconhecimento dos verdadeiros princípios, como nos demais Estados, acobertava essa campanha de demolição e resistência pela inércia. Alagôas teve nos **Drs. Evaristo Leitão e João Palmeira**, organizadores sinecos, enter outros fiéis seguidores da nova e lúdima orientação. Outros Estados foram trilhando a mesma senda, surgindo aos poucos os atuais Departamentos, com suas credenciais e suas realizações. Mas, foi no Rio Grande do Sul que a campanha da Secção de Crédito Agrícola encontrou clima mais propício, notadamente para as primeiras e verdadeiras cooperativas agrícolas de transformação e venda do Brasil, alicerçadas em fundamentos sólidos.

Servindo com o **Dr. Luiz Gomes de Freitas**, operoso chefe da Inspetoria Agrícola no Rio Grande do Sul, teve o **Dr. Paulo Monteiro de Barros**, o mérito, que ninguém lhe pôde negar, de, após o interregno de estagnação que se seguiu à propaganda Paternó (1911), fazer ressurgir, reestruturado, em 1929, o cooperativismo agrícola de transferências no Rio Grande do Sul, dentro da orientação da Secção de Crédito Agrícola, que, mais tarde, se consubstanciou na lei 22.239, que firmou princípios basilares da teoria cooperativa e antepôs um dique definitivo à deturpação.

Em 1929, surgiu em Forqueta a primeira pura cooperativa agrícola de transformação do Brasil (cooperativa vitivinícola), como, ao influxo da propaganda da Secção que u dirigia, foi fundada em 1931, em São Paulo (Cruzeiro), a primeira de laticínios do Brasil em moldes verdadeiros, então, considerada a melhor usina de São Paulo. Minhas visitas a Cruzeiro, e meu livro "Cooperativas Escolares", possibilitaram a fundação, em 1933, da primeira cooperativa escolar do Brasil, nessa mesma cidade.

Outras cooperativas se sucederam no Rio Grande do Sul.

Ao percorrer este grande Estado em 1936, tive oportunidade de aquilatar da extensão da obra realizada.

O Rio Grande do Sul, então se avançava sobre todos os Estados do Brasil, constituindo o seu maior campo experimental no gênero, dada a multiplicidade de formas nesse grande Estado surgidas (até cooperativas de navegação), um dos vanguardeiros que se tornou do movimento, que, anos depois, atingiu outros Estados. Já era ele pioneiro e campeão do cooperativismo de crédito (1902). Para se ter idéia do vulto da obra realizada pela **Secção de Crédito Agrícola**, com, apenas, três funcionários extranumerários, e apoio da Inspetoria Agrícola, basta atentar no ambiente de lutas sem tréguas que então existia, nesse Estado, entre sindicatos de capitalismo e cooperativas vitivinícolas, e o aspéto político que na época essas causas revestiam.

A **Secção de Crédito Agrícola** espalhou a idéia pelo Brasil a mancheias, numa

abnegação de apostolado, na primeira tentativa séria de vitalizar um dos aspectos fundamentais de nossa economia rural.

O pequeno mais perseverante grupo inicial atacou, num terreno prático de realizações, um dos mais delicados e decisivos setores da economia rural brasileira. E sofrendo, ironias, motejos, e chacotas... Vivíamos, então, insulados no nosso idealismo e patriótico esforço, tendo apenas o apoio reconfortante de um **Artur Torres Filho** e de um **Luciano Pereira**.

Eramos todos considerados como visionários e quase como idiotas ou esmaniados. Até na própria Escola Superior de Agricultura professores de economia bulhavam conosco...

Nessa atmosfera mantivemos nossa impertérrita tenacidade. E o cooperativismo venceu, e a ex-Secção de Crédito Agrícola (1925), trabalhosa, idealista e insulada em meio à indiferença geral, cresceu, agigantou-se, sendo hoje o que é: o **Serviço de Economia Rural**, terceira etapa final de sucessivas transformações.

Vacinas Manguinhos

CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA

ANTICARBUNCULOSA

CONTRA A DIARRÉIA DOS BEZERROS

(CARBUNCULO SINTOMÁTICO)

(CARBUNCULO HEMÁTICO)

(PNEUMOENTERITE)

40 ANOS DE ABSOLUTOS SUCESSOS

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

RUA LICÍNIO CARDOSO, 91

Telefone: 28-9966

Caixa Postal, 1420

Rio de Janeiro

Consultas e Informações

Engenheiro Agrônomo
Geraldo Goulart da Silveira
Consultor Técnico de "A Lavoura"

O abacaxizeiro e sua propagação

Esclarecendo à um nosso consócio do Estado de Minas Gerais, tenho a informar que, normalmente, o abacaxizeiro é propagado por meio de rebentos (mudas formadas em torno dos próprios pés de abacaxizeiros), ou, por meio de filhotes, (os filhotes formam-se na base do pedúnculo). Si bem que não sejam utilizados por não apresentarem vantagens, a multiplicação por meio da corôa de folhas e a multiplicação por meio de fragmentos do pedúnculo, também são viáveis.

Cursos de Botânica Agrícola

Respondendo ao Snr. J. P., do Distrito Federal, temos a informar que no corrente ano, da mesma forma que no ano anterior, serão realizados na Escola de Horticultura Wencesláu Belo em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, cursos práticos de Botânica Agrícola. Os cursos serão realizados pela manhã, aos domingos, na referida Escola, situada no Caminho Maria Angú, 480, Penha.

Arados de aiveca fixa

Respondendo ao Snr. J. C., nosso consócio do Estado do Espírito Santo, temos a informar que o arado de aiveca fixa, não se presta para arar terrenos um tanto inclinados, como os do consulente.

Conservação de flôres

Respondendo à Snra. J. C., do Distrito Federal, temos a informar que são comumente recomendados para a conservação de flôres, vários processos, e, entre êles, os seguintes:

- a) mergulhar as flôres em uma solução de sal de amoníaco, em água, na proporção de um litro de água para cinco grammas de sal de amoníaco.
- b) mergulhar o pedúnculo em água com uma aspirina.

Clima e solo para a mangueira

Esclarecendo à um nosos consócio da Bahia, temos a informar que a mangueira é uma fruteira tropical que se desenvolve bem no Brasil, especialmente no nordeste, onde encontra condições ideais par a sua cultura.

A mangueira prefere os terrenos secos e permeáveis, de natureza sílico-argilosa, contendo uma porcentagem razoavel de humus

Nes terrenos frios e húmidos, não é viavel a sua cultura em condições económicas.

Novos Cursos Práticos

Respondendo à Snra. V. S., do Distrito Federal, temos a informar que serão realizados na Escola de Horticultura Wencesláu Belo, no período de abril a junho de 1949, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, os seguintes Cursos Práticos: Jardinicultura, Reflorestamento, Cultura de Raizes e Tubérculos Horticolas, Estatística Agrícola, Multiplicação Vegetal, Restauração de Pomares, Cálculos e Medidas Agrárias, Melhoramento do Solo, e Organização de Museus Escolares. Todos os cursos são inteiramente gratuitos.

Conservação do solo

Vem de ser realizada em S. Paulo, promovida pela Sociedade Rural Brasileira, a Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, que obteve completo êxito, conforme atesta o elevado número de teses aprovadas, todas elas de elevado alcance e interêsse.

A Sociedade Nacional de Agricultura fez-se representar, na referida Mesa Redonda por uma delegação de três técnicos e apresentou duas teses, uma de autoria de seu Presidente, Dr. Arthur Torres Filho, e outra do Professor Geraldo Goulart da Silveira, ambas aprovadas por unanimidade.

Sociedade Nacional de Agricultura

Ata da Assembléia Geral Ordinária realizada em 24 de Março de 1949, sob a presidência do sr. Alberto Ravache

Aos vinte e quatro dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e nove, às 17 horas, no salão de sessões da Sociedade Nacional de Agricultura, à Avenida Franklin Roosevelt N.º 115, 6.º andar, presentes os senhores sócios constantes do livro de presença, o Sr. Antônio de Arruda Câmara, 3.º Vice-Presidente, na ausência, por doente, do presidente Dr. Artur Torres Filho, abrir os trabalhos. Disse que assim o fazia na ausência, também, do Dr. Luiz Simões Lopes, 1.º Vice-Presidente, atualmente nos Estados Unidos, e do Sr. Edgard Teixeira Leite, 2.º Vice-Presidente, que ainda não havia chegado, e explica os fins da assembléia. De acordo com os Estatutos, pedia aos presentes a indicação de um presidente para os trabalhos. O Prof. Geraldo Goulart da Silveira indica o sócio Sr. Alberto Ravache, apelidado por uma salva de palmas. Este assume a presidência e convida para secretários os Srs. Goulart da Silveira e Ben-Hur Ferreira Raposo, mandando que o primeiro procedesse à leitura da ata da sessão anterior. O Sr. Goulart propõe que se dispense a leitura desse documento, já do conhecimento da grande maioria, a fim de poupar tempo. O Sr. Presidente submete a discussão a proposta e em seguida a votos, esclarecendo que a aprovação importaria em admitir a casa pieno conhecimento da dita ata. A proposta é aprovada por unanimidade.

Tem a palavra o Sr. Arruda Câmara que, em nome do presidente, Sr. Artur Torres Filho, procede à leitura do relatório referente ao período administrativo de 1947-1948. É um documento, embora sintético na sua forma, bastante longo, suscitando entre os presentes os seus vários capítulos o maior interesse, e está vusado nos seguintes termos:

"Relatório apresentado à Assembléia Geral de Sócios da Sociedade Nacional de Agricultura, relativo ao biênio 1947-1948.

Prezados consócios,

Obediência a preceito estatutário, dou-vos conta, sucintamente, da atividade da nossa instituição no ano de 1947-1948, atividade essa que, silenciosa às vezes, muito resultado, contudo, trouxe à nossa classe agrícola.

Procuramos, neste espaço de tempo, manter sempre altos os designios desta Casa, e seguir a sua tradicional política de amparo à agricultura, em franca e leal cooperação com os poderes públicos. Por outro lado, o programa de atividade a que poderíamos chamar de interno, ou administrativa, ocupou boa parte do tempo do Presidente, sempre apoiado e coadjuvado pelos companheiros de Diretoria. Aquil deixo, desde logo, o meu melhor agradecimento a esses consócios, cuja cooperação muito contribuiu para que a Di-

retoria alcançasse os melhores resultados nos seus trabalhos.

Falecimentos

Durante o biênio, registou a Diretoria o falecimento de um dedicado amigo e colaborador, o Dr. Hilário Luiz Leitão, membro da Diretoria Técnica, tendo a Sociedade lhe prestado todos os homenagens a que fazia jus a sua apreciável soma de serviços à Sociedade e à agricultura.

Também os antigos consócios, Sr. Frederico Ferreira Lima e Antônio Carlos Simoens da Silva, faleceram em 1948, o que deixamos registado, com o nosso pesar.

Cinquentenário da Sociedade

A 16 de janeiro de 1947, comemorou a Sociedade o seu 50.º aniversário de fundação. Uma comissão foi organizada para elaborar o projeto de comemorações, dêle resultando a cunhagem de uma medalha (em ouro, prata e bronze), e a publicação de um número especial de "A Lavoura", com 142 páginas. Acha-se em execução o índice alfabético dos 50 anos dessa revista, trabalho de que foi encarregado o redator-secretário da mesma, Sr. Luiz Marques Poliano, que ainda não o pôde terminar.

Organização das classes rurais

Tem funcionado regularmente, na Sociedade, a comissão incumbida de pôr em prática a organização das classes rurais, prevista no Decreto-lei N.º 8.127, de 24 de outubro de 1945. Essa comissão, como se sabe, é composta do Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; do Dr. Oscar Daudt Filho, Presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul; do Dr. Iris Meinberg, Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo; do Dr. Antônio de Arruda Câmara, representante do Ministério da Agricultura e do representante da Sociedade Mineira de Agricultura, tendo como secretário o Sr. Luiz Marques Poliano, funcionário do Ministério da Educação, posto à disposição do da Agricultura para esse fim. A presidência tem mantido permanente contato com os demais membros, sediados nos Estados, tendo, mesmo, realizado algumas reuniões, como aconteceu recentemente, quando solicitado pelo Sr. Ministro da Agricultura para opinar sobre as sugestões de entidade estadual quanto à reforma do Decreto-lei N.º 8.127. A maioria, presente, foi pela manutenção da lei, como está redigida, devendo qualquer reforma basear-se numa experiência maior do Decreto-lei. O Ministério da Agricultura, pelo Serviço de Economia Rural, publicou em 1947 um utilíssimo folheto contendo não somente aquele decreto e o respectivo regulamento,

como o organograma e modelos de atas de fundação e mais esclarecimentos necessários à fundação das instituições previstas no referido diploma. Esgotado esse folheto, procurou a Sociedade dar a sua colaboração, e fez publicar, no ano passado, sob o título "Organização Rural", com uma tiragem de 3.000 exemplares, um opúsculo tratando do assunto, inclusive esclarecendo os nossos meios rurais sobre os objetivos do decreto-lei N.º 8.127. A distribuição foi largamente feita mas se nos afigura necessário uma 2.ª edição do folheto organizado pelo Serviço de Economia Rural, sendo, mesmo, de sugerir que, pela sua utilidade, seja essa publicação custeada pela própria Sociedade. O movimento continua e já se pôde afirmar que os intuitos da Sociedade, ao encabeçá-lo, já estão atingidos. Ndu menos de 7 federações estaduais já estão funcionando no país e centenas de associações, dos vários tipos previstos na lei, se organizaram e atuam, sob registo no Ministério da Agricultura. Vários Estados, como Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Paraná, estão em condições de fundarem as respectivas federações. E' por desejar que a Confederação Rural Brasileira surja como força nacional que ainda não foi a mesma fundada. Esse evento deverá efetivar-se no correr do pre-

sente ano. Releva notar que não tem sido poucas as despesas que a Sociedade tem feito para os resultados já alcançados, pois é na sua sede que se acha instalada a Comissão que preside esse movimento de redenção da nossa vida rural.

Federação das Associações Rurais do Distrito Federal

Dispõe o art. 15 do decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, que "A Sociedade Nacional de Agricultura, por ser a instituição rural mais antiga, com ação em todo o país, terá um assembleia geral da Confederação Rural Brasileira 2 representantes, cabendo-lhe, ainda, a representação como órgão federativo do Distrito Federal.

Em virtude dessa faculdade, houve por bem o Ministério da Agricultura investir a nossa Sociedade das funções e prerrogativas de Federação das Associações Rurais do Distrito Federal, sendo-lhe, por isso, "outorgados todos os direitos estabelecidos na lei que dispõe sobre a organização da vida rural brasileira". Está a Sociedade movimentando os meios agrícolas da Capital no sentido de fundar associações locais, sem embargo do aproveitamento e adaptação de outras, já

FUNDAÇÃO DOS MUNICÍPIOS



Reunião convocada e presidida pelo Ministro da Justiça, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, composta de representantes de associações da classe, dentre elas a Sociedade Nacional de Apicultura, nos dias 7, 9, 11 de fevereiro, afim de estudar o ante-projeto de estatutos da "Fundação dos Municípios", órgão esse destinado à "revitalização dos municípios brasileiros". Essa organização vem merecendo, pela sua estruturação e elevados objetivos, os mais francos aplausos.

existentes, nenhum com longo passado de serviços à causa da agricultura do Distrito Federal.

Reforma agrária

A Sociedade, tendo estudado o projeto de reforma agrária do então Deputado Nestor Duarte, submetido à Câmara dos Deputados, e tendo discordado do mesmo em muitos pontos resolveu fazer publicar um folheto sobre o título acima no qual incorporou não só a sua opinião, mas também a de diretores, associados e estudiosos da matéria, com o fim de alertar os interessados, propiciando assim um exame mais detido da importante matéria. Esse folheto, que alcançou a tiragem de 5.000 exemplares, foi distribuído aos municípios, associações rurais, aos órgãos da imprensa, aos sócios e a todos quantos o solicitaram. Felizmente, o projeto foi abandonado. A sua adoção, com as linhas que o norteavam, viria trazer as mais graves consequências à economia rural do país.

Convênio comercial com o Chile

A Sociedade debateu, em tempo, o convênio de cooperação assinado com o Chile. Nesse convênio, o Brasil se obrigava a, pelo espaço de três anos, não estabelecer usina ou usinas de fabricação de fertilizantes nitrogenosos sintéticos. Além disso se comprometia ainda nosso governo a não dar facilidades nem conceder privilégios ou proteção aduaneira a quaisquer pessoas de natureza pública ou privada para o estabelecimento de fábricas daquele produto. A Sociedade considerando importante essa matéria no que toca à fertilização de nossas terras, designou uma comissão composta dos Srs. Teixeira Leite, Enio Leitão, Adamastor Lima, Antônio Barreto e Eumenes Marcondes de Melo, para emitir parecer a respeito. Esse parecer, uma vez elaborado foi, a pedido da mesa da Câmara, enviado àquela casa do Congresso, que terá de opinar a respeito do tratado em definitivo.

Distribuição de sementes

A Sociedade, durante 1947 e 1948, fez larga distribuição, não só aos seus sócios mas a qualquer interessado, de sementes de soja, cereal Adlay, mucuna, amendoim, trigo sarraceno e café. A revista A Lavoura publicou em vários dos seus números informações a respeito da utilidade e dos métodos de cultura dessas plantas.

A Lavoura

Em 1949 entrou a revista da Sociedade no seu 53.º ano de existência. É, no gênero, a mais antiga que se publica no Brasil, formando no número daquelas raras publicações que no país alcançaram tão longa vida contínua. É de notar a regularidade com que vem sendo publicada A Lavoura. Foi melhorado o seu aspecto material, mais bem distribuída a matéria de que se compõe, aumentado o número de páginas e também a respectiva tiragem. Essa, dada a procura sempre maior, tanto no Brasil como no estrangeiro, tem o seu número de exemplares sempre mais exaustivo e não fôsse o alto custo, sempre crescente, da impressão, seria de aconselhar o respectivo aumento.

Sessões da Diretoria — Palestras e Conferências

Realizaram-se, durante o período, numerosas sessões de Diretoria. Al não se incluem reuniões de comissões e sobre assuntos especiais, cujo número foi muito superior àquela. Durante às sessões, sempre muito concorridas, fizeram-se ouvir técnicos sobre assuntos de interesse da agricultura e economia e, em resultado dos debates, foram adotadas pela Sociedade providências de maior alcance em benefício da classe.

Biblioteca

Continua em organização a nova biblioteca da Sociedade, que já conta com bom acervo em suas estantes, graças a numerosas doações, dentre as quais as dos Srs. Amílcar Savassi, Mário Carneiro, Gustavo Adolfo Bally, Randolfo Chagas, Comissão Brasileiro-Americana, Alvaro Ravache, e outros. Ao lado disso, aquisições, por compra, enriqueceram, de muito, esta útil dependência da Sociedade. A Diretoria está empenhada em organizar o catálogo para tornar livre a consulta ao público, tendo designado a funcionária Marta Mendes de Brito para, sem prejuízo de suas funções na Secretaria, dar andamento a esse serviço.

Sede Social

A sede atual da Sociedade ocupa toda a frente do 6.º pavimento do edifício Itanagra, sobre a Avenida Franklin Roosevelt. A aquisição dessa propriedade em boas condições de preço, há cerca de quatro anos proporciona à instituição um razoável adjuvante para as suas seções administrativas e reuniões. Pode a Diretoria ultimar as providências, um pouco retardadas pelas exigências burocráticas, para a assinatura da escritura definitiva, inclusive liquidando com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários a parte financiada. O custo total do imóvel, inclusive despesas de cartório, registro, imposto de transmissão, etc., alcança a cifra de Cr\$ 1.297.500,00 (um milhão duzentos e noventa e sete mil e quinhentos cruzeiros).

Casa da Agricultura

É um capítulo obrigatório de nossas resenhas, o da sede definitiva da Sociedade Nacional de Agricultura. Há mais de três anos, quando nos foi, pelo governo federal, doado o terreno, aqui próximo, na Avenida Presidente Justo, tem a Diretoria diligenciado para realizar esse sonho de todas as administrações da Sociedade. Já vos tenho dado conta de nossas providências junto à Caixa Econômica para a obtenção do respectivo financiamento; referi já o contrato celebrado com a firma construtora, e as condições do mesmo, bem como aos planos de construção. Neste biênio, tendo-se feito muito, pouco de concreto, entretanto, pôde ser alcançado. É que numerosas dificuldades têm surgido e, vencida uma, outra surge, correndo a tempo, que não conhece empecos na sua marcha. Em setembro do ano passado, conseguiu a Sociedade, com o auxílio decisivo do Ministério da Agricultura, a realização dos serviços de sondagem do terreno, tendo sido de 22 metros a profundidade do terreno sólido. Nada custou nos cofres da Sociedade esse trabalho

indispensável, daí resultando uma economia de vários milhares de cruzeiros. Os trabalhos de cálculo de concreto foram entregues, por concorrência entre os especialistas, a conceituado técnico, o qual também já terminou a sua tarefa. Em 16 de janeiro do ano passado, um grupo de diretores e amigos da Sociedade fez lançar, no local, a pedra fundamental do início da construção, do que foi lavrada uma ata. O processo de licença, encaminhado à Prefeitura, levou esta a exigir o pagamento de cerca de 30.000 cruzeiros, a título de taxas. Não se conformou com a cobrança a Sociedade que, pelo decreto que lhe concedeu o terreno, tem isenção completa de quaisquer impostos, taxas, emolumentos, onus ou gravames, criados ou a se criarem, federais ou municipais, não só quanto ao terreno mas também quanto às benfeitorias que nele forem feitas. Apelou sem resultado e, no momento, defende judicialmente esse seu direito, que não se cifra no caso presente, mas no futuro imóvel, se o precedente não for eliminado. Releva, também, referir o caso do financiamento pela Caixa Econômica. Já vos dei notícia, na assembléia passada, de que com esse estabelecimento firmáramos contrato para um empréstimo de Cr\$ 4.000.000,00 com os quais pretendíamos iniciar as obras. Em-

pregados esses recursos, por meio de uma segunda hipoteca, não seria difícil obtermos o restante, para a terminação do edifício. E' que a Caixa, para a quantia estipulada não se baseiou em avaliações, tanto que o terreno, na própria doação de lá 3 anos, era avaliado pelo Domínio da União em Cr\$ 4.500.000,00. Hoje, esse imóvel vale, pelo menos, o dobro. Com os 4.000.000 de cruzeiros aí empregados, alcançaria o imóvel cerca de Cr\$ 13.000.000,00 e sobre esse montante é que teríamos de basear a 2.ª hipoteca. Mas as nossas previsões foram truídas por uma interpretação regulamentar da Caixa Econômica, segundo a qual somente depois de haver a Sociedade aplicado Cr\$ 2.500.000,00 no terreno, é que ela entraria com os Cr\$ 4.000.000,00. Além do mais, a Prefeitura e espera vê-lo vitorioso (*). Ao mesmo tempo, utilizando autorização aprovada na assembléia passada, está ultimando as providências para

(*) Por sentença do M.M. Juiz Dr. Eduardo Jara, de 21-3-49, que publicaremos no próximo número, foi concedida à Sociedade a segurança pedida, e reconhecido assim o direito da instituição à isenção do pagamento das taxas da licença.

FUNDAÇÃO DOS MUNICIPIOS



Reunião no Gabinete do Sr. Ministro da Justiça, sob a presidência do respectivo titular, dos presidentes da Associação dos Municípios, Sociedade Nacional da Agricultura, Sociedade Brasileira de Estatística, Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Associação Brasileira de Planejamento, Sociedade Brasileira de Educação, e Instituto Brasileiro de Estatística, para exame do ante-projeto de Estatutos da "Fundação dos Municípios", oportuna iniciativa do Ministro Adroaldo Mesquita da Costa.

a venda, no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, da parte restante (cerca de 9.000 m².) do lote que foi autorizada a vender, em tempo, desmembrado do Horto da Penha. Obteve um preço compensador (2 milhões de cruzeiros). Com esse numerário, não lhe será difícil iniciar as obras, preparando-se, assim, para receber o empréstimo de 4.000.000 de cruzeiros da Caixa Econômica. Seria conveniente que a assembléa solicitasse à diretoria que fôr eleita a adotar essas e outras providências que se tornam necessárias à consecução da velha aspiração da Casa.

Semana do Fazendeiro, em Viçosa

Accedendo ao gentil convite da direção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, de Viçosa, a Sociedade compareceu à Semana do Fazendeiro, de 1948, por intermédio de uma comissão composta do Prof. Gerardo Goulart da Silveira, do horticultor Romeu Ramposo, do Secretário da revista A Lavoura, Sr. Luiz Marques Poliano. O primeiro deles escreveu um trabalho sobre o título "O que é uma semana de fazendeiros, em Viçosa", publicado no número de A Lavoura, de novembro daquele ano.

O Cooperativismo na Inglaterra

Recebeu a Sociedade, em 1948, a honrosa visita de Mr. George Woods, membro do Partido Trabalhista inglês e proeminente figura do movimento cooperativista em seu país. Durante essa visita e na presença dos Srs. Carlos de Lucena, Waldick Moura, Clifford Germann, Rafael Xavier, Fábio Luz Filho, Diógenes Caldas, Arruda Câmara, José de Sales Fonseca, José Vieira de Melo Filho, Flávio de Brito e Maurício Costa, fez uma interessante palestra sobre o movimento cooperativista, na Inglaterra. A sua palestra vem publicada no número de outubro, da A Lavoura.

Seguro Agro-pecuário

Tomando conhecimento do oportuno projeto apresentado no Congresso pelo Senador Atilio Vivácqua, a Sociedade apoiou junto a esse ilustre parlamentar a sua idéia, oferecendo-lhe, além disso, diversos subsídios colhidos em seu arquivo, inclusive as conclusões a respeito votadas na II Conferência Nacional de Pecuária. Todos esses subsídios foram devidamente apreciados pelo representante espiro-santense e acabam de ser publicados no "Diário do Congresso".

Fundação Getúlio Vargas

No capítulo em que tratamos da Escola de Horticultura Wenceslau Hebe, fazemos pormenorizada referência à colaboração mantida entre as duas instituições, no período referido. Tudo aconselha que se estreite essa colaboração, à vista dos resultados alcançados.

Comissão Permanente de Exposições e Feiras

Nessa Comissão, que funciona no Ministério do Trabalho e na qual a Sociedade tem assento permanente, tem representado os interesses da agricultura o nosso prestimoso consócio Sr. Alberto Ravache.

Comissão Central de Preços

Dois representantes, um da lavoura outro da pecuária, os Srs. Edgard Teixeira Leite e Jerônimo Antônio Coimbra, respectivamente, ambos indicados pela Sociedade, defendem ali os interesses da classe. O trabalho de ambos tem sido por todos os títulos eficiente e louvável.

Instituto Brasileiro de Educação e Cultura

Nesse órgão, filiado à ONU e que funciona junto ao Ministério das Relações Exteriores, tem a Sociedade a participação, sendo representada pelo seu ilustre 1.º Vice-Presidente, Dr. Luiz Simões Lopes.

Comissão de Intercâmbio com o Exterior

É órgão do Ministério da Fazenda, junto ao Banco do Brasil. A Sociedade foi designada em lei para representar, ali, os interesses da agricultura. É o desdobramento da antiga Comissão de Prioridades, da Carteira de Importação e Exportação, do Banco do Brasil, sendo a sua função de grave responsabilidade, por depender dela todo o material de origem estrangeira que entra no país. A Diretoria manteve no novo órgão o seu antigo representante, Dr. Edgard Teixeira Leite que apesar de suas inúmeras ocupações como Secretário da Agricultura do Estado do Rio, não se negou a mais este serviço à Sociedade e à produção.

Conselho Federal de Comércio Exterior

A Sociedade participa desse organismo desde a sua fundação, em 1934. Ininterruptamente, tem a nossa Casa participado dos trabalhos do Conselho Federal de Comércio Exterior em sua já longa existência através a representação do presidente da Sociedade. O seu nome foi este ano reconduzido, por decreto de S. Exa. o Sr. Presidente da República.

Comissão de Tarifas Aduaneiras (Acordos de Genebra)

Atendendo à solicitação contida em aviso do Sr. Ministro da Fazenda, a Diretoria da Sociedade designou seu representante junto à Comissão de que trata o art. 3.º da lei n.º 313, de 30 de julho deste ano, ao Sr. Antônio de Arruda Câmara, 3.º Vice-Presidente. É matéria da mais alta importância, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, de que o Brasil participou, e que interessa a um sem número de produtos de importação e exportação. O Dr. Arruda Câmara, para bem desempenhar-se dessa grave incumbência, manteve estreito contacto com as demais associações do país, tendo a sua colaboração sido das mais valiosas. Tendo viajado para o Vale Amazônico, a serviço do Ministério da Agricultura, designou a Diretoria para a dita comissão o Dr. Alberto Ravache, que deu, no seio da Comissão, continuidade no alto conceito em que ali é tida a representação da Sociedade.

Outras comissões

Além de suas estreitas relações, sempre mantidas, com os órgãos dos poderes legislativo e

executivo, em particular com o Ministério da Agricultura, tem a Sociedade participado de trabalhos, comissões e estudos com entidades particulares e oficiais, como, por exemplo, o Conselho Permanente de Comércio e Produção, a Comissão Permanente de Estradas de Rodagem, a recente Mesa Redonda de Conservação do Solo, de São Paulo, o Congresso das Classes Produtoras a realizar-se em Araxá, tendo, para este conclave, organizado o temário relativo à agricultura. Têm colaborado nêsse trabalho os conselheiros Alberto Ravache e Geraldo Gondart da Silveira que aliás, com o nosso colega Kurt Repsold, foram os nossos representantes na Mesa Redonda de Conservação do Solo, promovida pela Sociedade Rural Brasileira, de S. Paulo.

Exposições e Congressos

Tem a Sociedade dado a sua adesão e em alguns casos participado de Congressos e Exposições promovidos por suas congêneres, como é o caso de citar, dentre outros, as Exposições de Campos, de Barra do Piraí, de Leopoldina, para as quais enviou, a título de estímulo, troféus para serem disputados em seus concursos. Tendo transcorrido o ano passado o 50.º aniversário da Fundação da Sociedade Agrícola de Pelotas, designou seu representante junto às festividades o Dr. Luiz Simões Lopes, oferecendo também, valiosa taça de prata, para a Exposição Pecuaría. A "A Lavoura" dedicou espaço em dois dos seus números para assinalar a efeméride.

Fundação dos Municípios

A Sociedade foi distinguida pelo ilustre Sr. Ministro da Justiça como uma das iniciadoras dessa oportuna e necessária organização. Por várias vezes, o Presidente da Sociedade compareceu a reuniões no gabinete de S. Exa., tendo colaborado, na medida de suas possibilidades, para dar à classe rural posição condigna na futura organização. Os trabalhos de comissão terminaram e o projeto está em vias de ultimação, na parte que compete ao Governo.

Situação Financeira

Sem considerar o patrimônio da Sociedade, representado pelo imóvel em que nos achamos, o terreno que nos foi doado e o valor, sempre aumentado do Horto da Penha, o que, tudo, atinge a algumas dezenas de milhões de cruzeiros, os recursos de que sempre pudemos dispor se cingem aos auxílios oficiais e às contribuições dos sócios. Esses recursos, que não podem ser confundidos com aqueles, são relativamente escassos, mas com eles tem a Sociedade podido atender às despesas da sua atividade, sendo as maiores despesas com os ordenados, A lavoura e o expediente, já que o aluguel hoje não pagamos, antes, pelo contrário, contamos com uma pequena verba de receita, proveniente do aluguel de 2 salas deste grupo. No corrente exercício, graças aos esforços do Dr. Simões Lopes e à decisiva atuação do nosso amigo Senador Apolônio Sales, foi a nossa verba aumentada para 200.000 cruzeiros, o que nos deixará com maiores possibilidades nos trabalhos deste ano. A verba da Escola, de 150.000 cruzeiros, foi mantida, embora condicionado o seu recebimento à época posterior ao 2.º semestre, de acordo com a determinação presidencial, o que em

muito prejudicará os trabalhos do ano letivo. Quanto a esta parte, está a contabilidade à disposição dos senhores associados para quaisquer esclarecimentos que se tornem necessários.

Funcionários

A despeito do aumento do serviço, não admitiu a Diretoria senão um único funcionário de pequeno ordenado, para serviços de rua e limpeza. O quadro não é o mesmo de quando para esta casa viemos, porque é ainda menor, pois não preenchemos, por absoluta dificuldade financeira, o lugar do chefe da Secretaria falecido, limitando-nos a recorrer, para o preenchimento das funções, a antigos elementos do quadro. Em virtude de determinação judicial para aumento dos comerciais — categoria em que se enquadram os nossos funcionários —, foram êstes aumentados de acordo com as tabelas aprovadas. Lamenta a Diretoria não poder dar-lhes mais, pois bem o merecem, por sua dedicação e pelos seus esforços.

Escola de Horticultura Wenceslau Belo

Foram múltiplas e proveitosas as atividades da Escola de Horticultura Wenceslau Belo, não só por seus cursos normais, como pelos numerosos outros, avulsos e de extensão, realizadas por iniciativa própria e em colaboração com o Ministério da Agricultura e a Fundação Getúlio Vargas. Teremos, aqui, de resumir muito, para dar uma idéia dessas atividades:

1947

Cursos permanentes (Internato)

Hortelão — 2 anos, 21 matriculas.

Fruticultura — 2 anos, 21 matriculas.

Floricultura — 2 anos, 29 matriculas.

Nesse ano, concluíram o curso 7 fruticultores, 7 floricultores e 7 hortelões.

Cursos avulsos e de extensão (Em colaboração com o Ministério da Agricultura).

Horticultura — 28 matriculas, 15 aprovações.

Fruticultura — 139 matriculas, 73 aprovações.

Cursos Práticos (Em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas).

Economia e Administração Rural — 129 matriculas, 62 aprovações.

Solos e Adubação — 26 matriculas, 15 aprovações.

Botânica Agrícola — 50 matriculas, 17 aprovações.

Jardinagem — 24 matriculas, 8 aprovações.

Viveiristas — 29 matriculas, 13 aprovações.

Hortas Domésticas — 54 matriculas, 23 aprovações.

Floricultura — 57 matriculas, 22 aprovações.

1948

Cursos Permanentes (Internato)

Hortelão — 54 matriculas.

Fruticultor — 39 matriculas.

Floricultor — 25 matriculas.

Cursos Avulsos (Em colaboração com o Ministério da Agricultura).

- Horticultura "A" — 15 matrículas, 11 aprovações.
- Fruticultura "A" — 56 matrículas, 29 aprovações.
- Horticultura "B" — 16 matrículas, 12 aprovações.
- Fruticultura "B" — 23 matrículas, 15 aprovações.

Cursos Práticos (Em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas).

- Economia e administração rural — 3 cursos realizados, 135 matrículas, 76 aprovações.
- Hortas Domésticas — 3 cursos realizados, 78 matrículas, 49 aprovações.
- Solos e Adubações — 2 cursos realizados, 67 matrículas, 46 aprovações.
- Contabilidade Agrícola — 3 cursos realizados, 195 matrículas, 95 aprovações.
- Enxertia — 3 cursos realizados, 121 matrículas, 70 aprovações.
- Viveristas — 2 cursos realizados, 79 matrículas, 47 aprovações.
- Horticultura Agrícola, 2 cursos realizados, 108 matrículas, 61 aprovações.
- Herbários e Museus — 3 cursos realizados, 98 matrículas, 56 aprovações.
- Reflorestamento — 2 cursos realizados, 48 matrículas, 27 aprovações.
- Zoologia Agrícola — 2 cursos realizados, 92 matrículas, 60 aprovações.
- Restauração de Pomares — 1 curso realizado, 21 matrículas, 11 aprovações.
- Museus Zoológicos — 1 curso realizado, 55 matrículas, 33 aprovações.

1.ª Semana do Hortelão

No ano passado, sob iniciativa e orientação da Sociedade e da Fundação Getúlio Vargas, e com a colaboração do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, realizou-se na Escola de Horticultura Wenceslau Belo, a sua 1.ª Semana do Hortelão, que alcançou grande sucesso. Durante a "Semana", que congregou 25 lavradores de diversos Estados e 1 da Holanda, foram ministradas 27 aulas, 12 palestras e 7 sessões cinematográficas. 1312 refeições foram, então, servidas aos semanistas. O Relatório da Escola pormenoriza em todos os seus aspectos, e até nas notas obtidas pelos alunos dos diversos cursos, a grande atividade do estabelecimento, fazendo, pois, parte integrante da Relatório do Presidente.

São estas, em linhas muito amplas, as principais faces da atividade da Diretoria que hoje entrega seu mandato. Não pôde ser feito mais. Contudo, nada seria feito com tanta vontade de aceitar e de servir. a) Artur Torres Filho, Presidente".

Em seguida, manda o Sr. Presidente proceder à leitura do parecer da comissão de contas, concebido nos seguintes termos:

"PARECER: A Comissão designada pela Sociedade Nacional de Agricultura para o exame de

contas no período de 1947-1948, tendo verificado cuidadosamente os livros de escrituração e todos os documentos comprobatórios dos pagamentos, recebimentos e mais operações, declara a escrituração exata e convenientemente comprovadora e organizada. Estando tudo em ordem, é de parecer que as contas no período referido devam ser aprovadas. Rio de Janeiro, 16 de março de 1949. aa) Severino Gonçalves Câmara; João Tjader; Orlando de Almeida e Albuquerque".

De acordo com os Estatutos, punha em discussão esse documento, juntando que os livros e documentação da contabilidade estavam à disposição de qualquer sócio, para serem examinados no momento. Como ninguém pedisse a palavra, é o parecer posto em votação, logrando aprovação unânime.

O Presidente suspende a sessão por cinco minutos, para que os srs. sócios se munam das células, visto como, em seguida, será procedida a eleição dos novos corpos dirigentes da Sociedade, para o período 1949-1950. Reaberta a sessão, são designados escrutinadores os Srs. Enio Leitão e Agécio Castelo Borges, incluindo o secretário a chamada pelo livro de presença. Feita a segunda chamada, e ultimada a apuração, verifica-se a eleição, por 82 votos de chapas completas, e 2 de chapas alteradas, somente no conselho superior, da seguinte diretoria:

Presidente — Artur Torres Filho; 1.º Vice-Presidente — Luiz Simões Lopes; 2.º Vice-Presidente — Edgard Teixeira Leite; 3.º Vice-Presidente — Antônio de Arruda Câmara; 1.º Secretário — Frederico Martins Braga; 2.º Secretário — Admestor Lima; 3.º Secretário — Eurico Santos; 4.º Secretário — Cinéas de Lima Guimarães; 1.º Tesoureiro — Kurt Repsold; 2.º Tesoureiro — Otto Frensel.

Diretoria Técnica: Alberto Ravache; Altino de Azevedo Sodré; Antônio Francisco Magarinos Torres; Enio Luiz Leitão; Franklin de Almeida; Geraldo Goulart da Silveira; Houdrio da Costa Monteiro Filho; João Maurício de Medeiros; Joaquim Bertino de Morais Carvalho; Mário de Oliveira.

Conselho Superior: Alvaro Simões Lopes, Anápio Gomes, Antônio Barreto, Antônio José Alves de Souza, Apolônio Sales, Ballino de Souza Mascarenhas, Ben-Hur Ferreira Raposo, Carlos de Souza Duarte, Diógenes Caldas, Eduardo Duvivier, Euvaldo Lodi, Fábio Furtado Luz, Francisco Saturnino Brito Filho, Guilherme Egbert Hermsdorff, Humberto Bruno, Iris Meinberg, Israel Pinheiro da Silva, Itagiba Barçante, J. C. Belo Lisboa, Jeurônio Antônio Coimbra, Joaquim Câmara Filho, João Tjader, José Sampaio Fernandes, José Solano Carneiro da Cunha, João César Covelo, Laudulfo Alves de Almeida, Luiz de Oliveira Mendes, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Manoel Neto Canapelo Júnior, Mário Vilhem, Oraneu Junqueira, Otello, Osear Daudt Filho, Paulo Parreiras Hortá, Pedro Fontes, Pedro Calmon Moniz de Bitencourt, Roberto de Araújo Carneiro Canapelo, Rul Carneiro, Sebastião Hereulano de Matos, Sebastião Santana e Silva e Waldick Moura.

O Sr. Presidente declara, então, eleitos e empossados os referidos componentes da Diretoria e do Conselho Superior e pede que assumam a pre-

siência, na ausência do presidente e 1.º vice-presidente eleitos, o Sr. Edgard Teixeira Leite, 2.º vice-presidente. Agrudecendo, em seu nome e no dos companheiros, a sua escolha, declara livre a palavra para quaisquer assuntos de interesse social, de acordo com a ordem do dia. O Sr. Itagiba Barçante lê a seguinte indicação:

“Não tendo sido possível executar, até o momento, o contrato de empréstimo para a construção da “Casa da Agricultura”, assinado entre a Caixa Econômica Federal e a Sociedade Nacional de Agricultura, em virtude de exigir o regulamento daquela o prévio emprégo, no terreno, de quantia não inferior a Cr\$ 2.500.000,00, a assembléa geral da Sociedade Nacional de Agricultura resolve:

a) — conceder-lhe poderes especiais para, atendendo à exigência da Caixa Econômica Federal, levantar fundos, assinar contratos, fazer segunda hipoteca, tomar providências, agir em julho e fora dele, e de um modo geral e amplo, executar quaisquer atos que a seu ver se tornem necessários para a construção da “Casa de Agricultura”;

b) — ainda com esse propósito ratificar a autorização da assembléa geral de 21 de março de 1947, relativa à venda da área remanescente de 9.992 metros quadrados de terreno, a serem desmembrados do Horto Frutícola da Penha e incluídos na autorização do decreto-lei n.º 662, de 1 de outubro de 1938, que autorizou a venda, no total ou parceladamente, de 200.000 metros quadrados. O produto dessa venda, deduzidas as despesas, terá exclusiva aplicação na construção da “Casa da Agricultura”;

c) — aprovar todos os atos praticados até o presente pela Diretoria, em virtude dos poderes a mesma concedidos nas assembléas gerais anteriores e, especialmente, nas de 22 de janeiro e 21 de março de 1947.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1949 —
 aa) Alberto Ravache, Geraldo Goulart da Silveira, Pedro Goulart da Silveira Filho; Agricultor Castelo Borges; Jen-Hur Raposo, Paula Gomes Soares; Waldir Gonçalves da Cunha; Severino Gonçalves Câmara; Juvenal Costa, Frederico Coutinho Braga; Eurico Santos, Antônio Francisco Magarinos Torres, Joaquina Herlino, Adamastor Lima, Itagiba Barçante e Eno Luiz Leitão.

O Sr. Adamastor Lima diz que o que ali se pede é apenas um reforço de autorizações anteriores e até estatutárias, de que dispõe a diretoria da Sociedade. E', em última análise, a atualização de poderes para a continuação de trabalhos que não podem ser interrompidos. Posta a votação, é a proposta aprovada por unanimidade.

O Sr. Geraldo Goulart da Silveira pede, sucessivamente, sendo aprovados, a votação das seguintes noções:

“Considerando que as atividades da Sociedade Nacional de Agricultura no biênio que findou, foram das mais eficientes e proveitosas, propomos:

— um voto de congratulações com a Diretoria cujo mandato terminou, especialmente com o Dr. Torres Filho, ora reeleito presidente da mesma, pela maneira acertada com que sempre conduziu os destinos da Sociedade Nacional de Agricultura”.

Sala de sessões, 20 de março de 1949.

VOTO DE PEZAR — Considerando que faleceu, no dia 4 do corrente, no Estado do Espírito Santo, o jovem horticultor Roman Rampazzo, assistente de ensino da Escola de Horticultura Wenceslão Belo, propomos:

“um voto de profundo pesar pelo falecimento de um profissional de grandes méritos e dedicado companheiro da Escola de Horticultura Wenceslão Belo, como sempre foi o saudoso Romeu Rampazzo”.

Sala de Sessões, 24 de março de 1949.

MOÇÃO — Considerando que a Escola de Horticultura Wenceslão Belo é um modelar estabelecimento de ensino mantido na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura e que, desde a sua fundação, em 1947, vem sendo dirigida por um profissional que a ela se tem dedicado com raro devotamento, propomos:

a) — um voto de louvor e congratulações com a Sociedade Nacional de Agricultura que, com tanto idealismo mantém tão útil estabelecimento de ensino;

b) — um voto de louvor e congratulações com o Dr. Antônio de Arruda Câmara, que, com tanto acerto, idealismo e abnegação, vem conduzindo a Escola por uma trilha de constante progresso e engrandecimento.

Sala de Sessões, 24 de março de 1949.

MOÇÃO — Considerando que a Fundação Getúlio Vargas vem prestando um valioso auxílio à Escola de Horticultura Wenceslão Belo, possibilitando a ampliação de seu internato, a melhoria de seu equipamento escolar e a realização de numerosos cursos práticos, propomos:

.. “um voto de louvor e congratulações com a Fundação Getúlio Vargas pela maneira objetiva e eficiente com que a mesma vem cooperando com a Escola de Horticultura Wenceslão Belo, em prol do desenvolvimento de ensino horticola no país”.

Sala de Sessões, 24 de março de 1949.

O Sr. Alberto Ravache propõe, ainda, um voto de louvor à Diretoria da Sociedade, especialmente ao Presidente Artur Torres Filho, pela obra que vem realizando, em benefício não só da Sociedade, mas principalmente da agricultura Nacional. O Sr. Teixeira Leite declarou que esse voto está naturalmente aprovado e fez elogiosas referências à personalidade do Presidente Torres Filho, com o qual se congratula pela sua recondução ao alto posto que em sucessivos mandatos, vem dignificando. Pede a designação de um convite para lhe dar notícia da sua reeleição e lhe apresentar os votos de pronto restabelecimento. O Sr. Frederico Murinho Braga propõe que a ata da presente assembléa fosse apenas assinada pelos secretários e presidente da mesa, e encerrada pelo presidente da Sociedade ou seu substituto, para todos os efeitos legais. Essa proposta também foi unanimemente aprovada. Foram encerrados os trabalhos às 19,10 minutos.

Ensino Agrícola avulso

Cursos práticos mantidos na Escola "Wenceslau Bello" em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas

Engenheiro Agrônomo
Geraldo Goulart da Silveira

Nenhuma assistência agrícola é mais efetiva e eficiente do que a assistência sob a forma de ensino.

Entre as modalidades de ensino agrícola, o **Ensino Agrícola Avulso**, sob a forma de **Cursos Práticos**, destinado a dar a jovens e adultos uma sumária preparação profissional, é, a nosso ver, a modalidade de ensino agrícola mais acessível a todos e capaz de, em pouco tempo, modificar os nossos métodos de trabalho e exploração agrícola infelizmente, até agora, em sua maior parte, caracterizadas por um espirismo e rotinismo que só se justificam pela falta de uma conveniente preparação do nosso homem rural para os trabalhos de campo.

É preciso que sejam utilizados e difundidos os recursos do ensino para que o nosso homem rural, e, até mesmo o homem das cidades que eventualmente vá para o campo, aprenda a trabalhar melhor e mais eficientemente, abandonando os processos empíricos de exploração agrícola, que até hoje vêm sendo empregados.

Os Cursos Práticos sobre os mais variados assuntos agrícolas, pela sua grande objetividade, pela sua imperiosa necessidade e grande oportunidade, por serem acessíveis a todos, etc., devem ser intensificados e ministrados em todos os recantos do país.

É preciso levar a assistência técnica ao nosso homem rural, através de Cursos Práticos sobre os mais variados assuntos, pois ele ainda não está convenientemente esclarecido sobre como trabalhar melhor visando o mais racional aproveitamento do solo.

A Escola de Horticultura Wenceslau Bello, mantida na Penha, Distrito Federal, é um modelar estabelecimento de ensino com grandes serviços prestados ao desenvolvimento da horticultura do país.

Desde 1937, vem ela mantendo, apesar do exíguos recursos que dispõe, numerosos Cursos Práticos sobre os mais diversos assuntos, especialmente os relacionados com a horticultura em todas as suas especializações.

Desde Setembro do ano passado, graças ao valioso auxílio que lhe vem proporcionando a Fundação Getúlio Vargas, outra entidade privada de caráter técnico-educativo, tem sido possível ampliar cada vez mais os Cursos Práticos que tanto sucesso têm alcançado:

Para que se tenha uma idéia do interesse e da oportunidade de tais cursos, basta lembrar que, de Setembro de 1947 a Julho de 1948, isto é, em apenas dez meses, foram ministrados na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, 30 Cursos Práticos, com uma matrícula de 1.322 candidatos.

O exemplo é eloquente, e mostra o que se pode fazer pelo ensino agrícola avulso no país.

Os Cursos Práticos mantidos na Escola de Horticultura Wenceslau Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, são, como o próprio nome indica, cursos essencialmente práticos e objetivos, de preferência de curta duração (10 a 15 aulas de duas a três horas, são suficientes para cada curso).

A duração dos cursos, deve ser suficiente para que os interessados possam prender bem e praticar suficientemente um determinado ofício ou trabalho agrícola.

Em um Curso Prático de Enxertia, por exemplo, com a duração de 12 aulas de duas horas, cada uma, isto é, com a duração de 24 horas de aula, devem ser empregados cerca de 1/4 de aulas teóricas, isto é, 6 horas; e 3/4 de aulas práticas, isto é, 18 horas, para que os candidatos compreendam bem as questões relacionadas com a enxertia e aprendam, realmente, a enxertar.

Os programas para esses cursos são muitos sucintos e objetivos.

Apenas o que é absolutamente indispensável é ensinado para que os alunos aprendam bem um determinado ofício ou técnica agrícola.

Os cursos práticos são iminentemente práticos e objetivos, cursos verdadeiramente

te populares, cursos ao alcance de todos os que se dedicam ou se interessam pela agricultura, sem limites de idade ou de nível de conhecimentos.

Tais cursos, inteiramente gratuitos, ministrados de preferência aos domingos, no período da manhã, e aos sábados, no período da tarde (condições que facilitam o estudo daqueles que desempenham outras atividades), são destinados às pessoas que desejam conhecer, sumária e praticamente, certos assuntos relacionados com a Agricultura.

Para fazer os cursos nada se exige dos alunos a não ser assiduidade (frequência, pelo menos, a 80% das aulas dadas), interesse pelas aulas e bom aproveitamento.

O ensino, nesses cursos, é muito claro, simples, objetivo e atraente, para despertar o interesse e estimular os alunos.

Os professores procuram:

a) — empregar linguagem clara e simples, reduzindo ao mínimo indispensável o emprego de nomes científicos, afim de que as aulas sejam compreendidas por todos, mesmo os menos cultos.

b) — Tornar as aulas muito objetivas, reduzindo ao mínimo as explicações teóricas e dando grande desenvolvimento às aulas práticas, afim de que os alunos trabalhem e aprendam a trabalhar bem.

c) — Ministrará aulas em um ambiente adequado, pois êle concorre para a mais fácil receptividade dos alunos, uma aula de horticultura por exemplo, só é útil quando dada em plena horta.

d) — Não exigem trabalhos escritos, pois, em grande número de casos os alunos não podem fazê-los com facilidade. Preferem, sempre, as exposições verbais e as demonstrações práticas de serviços, que fornecem, com mais segurança, o índice de aproveitamento dos alunos.

De Setembro a Dezembro de 1947 foram realizados, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, os seguintes Cursos Práticos: Botânica Agrícola, Economia e Administração Rural, Floricultura, Hortas Domésticas, Jardinagem, Sólidos e Adubação e Viveirista.

De Janeiro a Março de 1948 foram realizados mais cinco Cursos Práticos, a saber: Economia e Administração Rural, Enxertia, Organização de Herbários, Reflorestamento e Restauração de Pomares.

De Abril à Junho de 1948, foram ministrados os nove seguintes Cursos Práticos:

Botânica Agrícola, Contabilidade Agrícola, Economia e Administração Rural, Enxertia, Floricultura, Hortas Domésticas, Organização de Herbários, Reflorestamento e Zootecnia Agrícola.

No momento, isto é, iniciados em Junho, estão sendo ministrados mais os seguintes Cursos Práticos: Contabilidade Agrícola, Floricultura, Organização de Herbários, Viveirista, Museus Zoológicos, Hortas Domésticas, Solos e Adubação, Botânica Agrícola e Economia e Administração Rural.

Em resumo, em pouco mais de dez meses de atividades, já foram ministradas na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, trinta Cursos Práticos, totalizando mil trezentas e vinte e duas matrículas assim distribuídas:

a) Três Cursos Práticos de Botânica Agrícola com um total de cento e cinquenta e oito matrículas.

b) Quatro Cursos Práticos de Economia e Administração Rural, nos quais se inscreveram duzentos e sessenta e quatro alunos.

c) Três Cursos Práticos de Floricultura, com um total de cento e cinquenta e cinco matrículas.

d) Três Cursos Práticos de Hortas Domésticas, com cento e trinta e cinco candidatos.

e) Um Curso Prático de Jardinagem com vinte e quatro matrículas.

f) Dois Cursos Práticos de Solos e Adubação, nos quais se inscreveram sessenta e oito candidatos.

g) Dois Cursos Práticos de Viveiristas, com um total de setenta e duas matrículas.

h) Dois Cursos Práticos de Enxertia, com oitenta e dois alunos matriculados.

i) Três Cursos Práticos de Organização de Herbários, cento e quatro matrículas.

j) Dois Cursos Práticos de Reflorestamento com cinquenta alunos matriculados.

k) Um Curso Prático de Restauração de Pomares com vinte e uma matrículas.

l) Dois Cursos Práticos de Contabilidade Agrícola, nos quais se matricularam cento e cinco candidatos.

m) Um Curso Prático de Zootecnia Agrícola com quarenta e dois alunos matriculados.

n) Um Curso Prático de Museu Zoológicos, com cinquenta e cinco matrículas.

COMPANHIA DOCAS DE SANTOS

Pelo último relatório da Diretoria da Companhia Docas de Santos, que tem a seu cargo o maior porto da América do Sul, chega-se à conclusão de que, no ano passado, o importante escoadouro marítimo comercial do Brasil cumpriu, com inegável proveito para a economia nacional, a sua importante missão. A ampliação das instalações e do aparelhamento portuário permitiu um grande movimento de mercadorias, que atingiu o total de 4.974.369 toneladas e, o que é mais, foi possível contornar o grave problema do congestionamento do porto, podendo todos os navios atracar com rapidez e, pois, com a maior economia, o que foi verificado e confirmado pela Superintendência da Marinha, de Londres.

O programa de ampliação e reaparelhamento do porto prosseguiu e continuará este ano, tendo sido feitas várias alterações para ampliação de algumas quantidades previstas e foram introduzidas novas obras e aquisições, indispensáveis ao aperfeiçoamento do porto.

Na parte social, de amparo ao seu pessoal, — e eis aqui um aspecto digno de menção e de aplausos — a Companhia Docas de Santos, elevou para 5.000 cruzeiros o valor do pecúlio instituído em Janeiro de 1934, em favor dos herdeiros dos seus inúmeros empregados de qualquer categoria falecidos em serviço ativo. Também elevou de 5 para 10% a percentagem inicial do adicional por tempo de serviço dos seus funcionários, correspondente ao primeiro decênio, mantendo, por outro lado, a taxa de 5% de acréscimo para cada período sucessivo de 5 anos, deixando de interromper a progressão desse adicional, quando atingido o limite de 30%.

Pelos dados do balanço encerrado em 31 de dezembro pode-se verificar a prosperidade da Companhia e, sobretudo, a segurança com que vem sendo dirigida a grande empresa que tem à frente o nome do Dr. Guilherme Guinle, como presidente; do Dr. Oscar Weinschenck, como diretor Gerente; Octacílio P. dos Santos, como tesoureiro; e Carlos Guinle, como Secretário.

Discos MAREMONT para ARADOS E GRADES



FABRICAÇÃO DE MAREMONT AUTOMOTIVE PRODUCTS
INC. — CHICAGO — U. S. A.

• Máxima durabilidade sob as mais severas condições de serviço — Furo central redondo ou duplo quadrado podendo o mesmo disco ser adaptado a eixos de diferentes diâmetros. — Todos os tipos e tamanhos. *

PREÇOS ESPECIAIS PARA REVENDADORES E FABRICANTES
— SOLICITEM INFORMAÇÕES —

Distribuidores exclusivos para todo o BRASIL:

COMPANHIA AMERICANA DE INTERCÂMBIO (BRASIL)
CADIB

AVENIDA RIO BRANCO, 311-5.º andar
Telefone: 22-2147
Rio de Janeiro

RUA DA CONCEIÇÃO, 426-2.º andar
Telefone: 6-5860
São Paulo

Conselho Federal de Comércio Exterior

Sessão de instalação e início das atividades desse órgão no corrente ano — O relatório da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos — A agricultura e a industrialização — Palavras do Senhor Professor Arthur Torres Filho

Reuniu-se em sessão de instalação e início de suas atividades para o corrente exercício, sob a presidência do Diretor Geral, Sr. General Anúpio Gomes, o Conselho Federal de Comércio Exterior.

Depois de se referir aos novos membros do Conselho, representantes da Agricultura, do Comércio e da Indústria, nomeados recentemente por decretos da Presidência da República mediante indicação daquelas entidades de classe, pronunciou o Diretor Geral, ao se iniciarem os trabalhos, um discurso, dizendo, inicialmente, deixar de apresentar o balanço da conjuntura econômica do país, por estar este traçado no relatório da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, que ultimara os seus trabalhos, dos quais havia participado, relatório que dentro em breve será publicado. Deixou em seguida acentuado que três assuntos de mais alta importância deverão ser cuidadosamente examinados pelo Conselho: a) — as respostas ao inquérito a que procedem, no ano findo, com o objetivo de fixar as diretrizes para uma política econômica do país; b) — as repercussões que tem no Brasil o desenvolvimento econômico da África; e) — o problema dos países intermediários na exportação de certos produtos brasileiros.

No inquérito, segundo declarou, teve grande ressonância na imprensa e nas entidades de classe, proporcionando ao Conselho a recepção de respostas do mais alto valor. Com tais respostas e os relatórios da Comissão Mista Brasileiro-Americana fica o Conselho de posse do mais atualizado documentário sobre a situação econômico-financeira do Brasil, cumprindo-lhe, agora, depois de analisar toda essa documentação, fixar as diretrizes da política econômica que julgue por mais útil aos interesses do país. Continuando, assim se extinguiu a Diretor Geral:

“Os programas de desenvolvimento econômico da África que estão sendo postos em execução por vários países (Inglaterra, França, Bélgica, Portugal, Estados Unidos da América), constituem, por certo, a mais séria ameaça que já surgiu para o comércio exterior do Brasil. Os países europeus citados, utilizando-se principalmente dos recursos da *Plano Marshall*, estão executando, com a mão de obra baixíssima e, em certos casos, até escrava ou semi-escrava, planos de desenvolvimento econômico de suas possessões ou colônias africanas que tende a expulsar vários produtos brasileiros dos mercados internacionais, inclusive levando-se em conta os regimes preferenciais adotados pelos citados países; óleos vegetais, fibras têxteis, café, carnes, certos minérios, são produtos brasileiros que estão ameaçados nos mercados internacionais (principalmente nos mercados europeus), em face dos planos já em execução para o desenvolvi-

mento econômico do continente africano. O Conselho deve, portanto, acompanhar cuidadosamente a execução de tais planos e estudar as medidas de defesa que devemos aplicar desde já, cumprindo-me acrescentar que, segundo o boletim da Agência France-Press, intitulado *Information et Documentation* (n. 225, de 5 do corrente mês, págs. 11) já funcionava na própria Administração de Cooperação Econômica (*Plano Marshall*) uma comissão especial incumbida de estudar o desenvolvimento econômico de certas colônias e possessões de vários países europeus, principalmente da África”.

Depois de outras considerações, reatou o Diretor Geral o seu discurso pela referência ao problema da exportação de determinados produtos brasileiros para certos países, através de outros, o que está demandando a atenção do Conselho no sentido de se lhe dar melhor solução.

Terminado o discurso do Diretor Geral, dissertou o Sr. Conselheiro Arthur Torres Filho sobre a situação econômica do país, proferindo as seguintes palavras:

“Seja-me permitido, nesta sessão inicial do Conselho em 1949, bordar ligeiras considerações sobre o momento econômico atual, tanto mais pelo fato de ser um órgão diretamente subordinado ao Sr. Presidente da República, com uma existência de quinze anos, em ação ininterrupta. O Conselho realizou até aqui uma obra que, serenamente examinada, se torna digna do apreço da Nação. Por estudos realizados e por providências sugeridas em relação ao comércio exterior, em fases críticas da vida nacional, possui hoje o Conselho uma tradição de trabalhos valiosos prestados ao País. Relevante tem sido a amplitude de nossas atribuições e não menores, portanto, a extensão de nossas responsabilidades. É possível que nos tenham escapado meios de dar mais solidez às resoluções tomadas, numa verdadeira sistematização da nossa política econômica. Por vezes tem o Conselho realizado estudos e inquéritos que permitiram a organização de planos parciais de reconstrução econômica, muitos deles hoje em plena execução.

É bem certo também que o Conselho precisará transformar-se cada vez mais em organismo vivo, aparelhado para estudar e planejar todas as possibilidades de melhorar e incrementar nossa exportação, como atuar ainda sobre os fatores de produção, servindo de laço de união entre a idéia e a realidade, possibilitando a criação de uma economia estável, que fuja a grandeza do Brasil.

Hasent-se as riquezas das nações:

a) nos produtos do solo, ou sejam nas produções agrícolas e pecuárias convenientemente beneficiadas;

b) nos produtos do subsolo ou sejam nos minerais e sua adequada exploração;

c) finalmente, na capacidade transformadora do país, seja dos produtos próprios ou dos importados, pelo trabalho das manufaturas ou da grande indústria em geral, com a utilização da energia em grande escala.

Está evidente fornecerem o solo e o subsolo os elementos básicos que, quando não são encontrados no território das nações superindustrializadas, dão lugar a disputas nos mercados internacionais. Devemos estar lembrados que, devido à irregularidade na distribuição das matérias-primas vegetais, animais e minerais, vimos surgir o princípio do "espaço vital" que premuniou a segunda grande guerra mundial. Não seria exagero dizer que essa disputa continua.

Não apenas na fase propriamente manufatureira logra-se alcançar o enriquecimento dos povos. No caso do Brasil, por exemplo, ter-se-á que considerar o sentido da sua civilização. É um país de grande território, em que a agricultura poderá desenvolver-se vantajosamente. Tendo a maior parte de sua população na *interlândia*, nele prevalecem as atividades agro-pecuárias.

A agricultura, a pecuária e a mineração representam forças que, conduzidas com segurança, em bases racionais de exploração, representam forças que, conduzidas com segurança, em bases racionais de exploração, poderão proporcionar elementos de riqueza e alicerces de segura industrialização. Entendo que devemos promover, sem prejuízo da vida do povo, a industrialização mas, de mão dadas com a agricultura, sem nos esquecermos de que dispomos de grande população de baixa capacidade aquisitiva no interior e de um *mercado interno* que deverá constituir sólida garantia do processo industrial. Prejudicial também será o divórcio entre a produção e o comércio, embora o produtor agrícola tenha

legítimo direito a uma remuneração que re-compense seu trabalho. A venda em comum, através do cooperativismo sadio, constitui fórmula aconselhável, podendo facilitar bastante a defesa dos interesses gerais sem choques violentos entre as classes.

De outra parte, o consumidor deve receber produtos padronizados que se recomendem pela mosioridade dos preços e se revistam de garantias sanitárias. O bom preparo dos produtos nas fontes de origem, seu conveniente beneficiamento e acondicionamento com facilidades de armazenamento nos centros consumidores (frigoríficos, câmaras de exportação, silos, etc.) são requisitos indispensáveis a exigir equipamento, de que não dispomos suficientemente, para que haja boa distribuição dos produtos, sobretudo percebíveis, nos mercados consumidores.

Importa dizer não se tornar suficiente pensar em *produzir*; será preciso organizar a produção, a circulação, a distribuição e o consumo. Dentre as realidades do momento, tanto produtores como consumidores carecem ser defendidos, removendo-se as causas que concorrem para a depressão econômica, sobretudo a produção dos campos, afetando principalmente os artigos de alimentação.

Estou concorde com aqueles que se mostram alarmados com a queda dos rendimentos das nossas terras. Na verdade, o que se passa no meio rural está a exigir a máxima atenção dos poderes públicos. Fenômeno idêntico se tem observado em outras nações.

Possivelmente nos defrontamos com fenômenos de ordem econômica e financeira, que se entrelaçam e constituem, até certo ponto, complexo da situação brasileira. É natural o retraimento do produtor rural quando deixa de produzir certos artigos que não lhe proporcionaram lucro e vem engrossar a onda daqueles que se dirigem para os centros urbanos, na esperança de vida mais confortável

BANCO RIBEIRO JUNQUEIRA S. A.

Sede: LEOPOLDINA — ESTADO DE MINAS

DEPARTAMENTOS:

ESTADO DE MINAS GERAIS

BOM JESUS DO GALHO
BELO HORIZONTE — CARATINGA
FRANCISCO SALES — PALMA
PATROCÍNIO DO MURIAÉ
PIRAPETINGA — PORTO NOVO
RECREIO — S. JOÃO NEPOMUCENO
S. LOURENÇO — SILVESTRE FERRAZ

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

MIMOSO DO SUL — MUQUI

ESTADO DE SÃO PAULO

PRESIDENTE BERNARDES — VALPARAIBA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

BARRA MANSA — CAMBUCÍ
CAMPOS — CARDOSO MOREIRA
CARMO — ITAPERUNA
MIRACEMA — NITERÓI
PADUA — PETROPOLIS
PORCIUNCULA — PORTELA
PUREZA REZENDE
SÃO FIDELIS — SAPUCAIA
VOLTA REDONDA

Filial: RUA DA QUITANDA, 70/72 — RIO DE JANEIRO

ou de salários elevados. É certo que a *êxodo* rural para ser devidamente caracterizado, exige a apreciação de elementos estatísticos e de profundas investigações econômicas e sociológicas nas várias regiões mais caracteristicamente produtoras.

Molhaçõ esnos valores dos produtos agrícolas, sem que haja um preço mínimo garantidor para o produtor, calculado no custo de produção; ausência de assistência social, técnica e financeira para os que trabalham na interlândia, os atrativos naturais oferecidos pelos centros urbanos para os tomens de campo; a grande surto industrial do país verificado durante a guerra, nas cidades; obras públicas de vulto; o desenvolvimento anormal das dificuldades e deficiências dos meios de transporte; a falta, na proporção necessária, de financiamento a longo prazo, em base hipotecária e não apenas para o custeio de safra, mas para colonização, beneficiando o pequeno produtor; a inexistência de legislação que facilite o acesso mais fácil à posse da terra, permitindo a formação da pequena propriedade, são fatos que traduzem a necessidade de uma *política agrícola nacional*, bem articulada em a qual não poderemos preparar futuramente uma sólida base econômica para a nacionalidade.

Calcula-se que na população brasileira atual 29,46% represente a população urbana e a rural, 70,54%, quando há quinze anos atrás esta última porcentagem era de 77,54%. A criação de novas indústrias e o alargamento das existentes, os grandes empreendimentos representados por obras públicas, principalmente nas cidades, o surto das construções imobiliárias, a legislação social beneficiando as concentrações urbanas, concorreram para a queda da produção agrícola, em face principalmente do desenvolvimento demográfico. É preciso considerar ainda que dêsse total de 70,54% da população rural, segundo o recenseamento de 1940 apenas 22,92% representem as atividades na agricultura, na pecuária e na siveicultura. Deante do que ocorre nos Estados Unidos, na Argentina e outros países onde idêntico fenômeno se tem verificado, o desequilíbrio têm sido corrigido por novos métodos técnicos aplicados às produções agrícolas e muito principalmente pela mecanização. Segundo alguns economistas torna-se suficiente 20% da população aplicada na agricultura para contrabalançar a rapidez da industrialização.

Será preciso estarmos atentos à fase da industrialização para que possamos evitar a desorganização da agricultura, com seu cortejo de piores consequências para a economia nacional. Já se fala na lei de Malthus, como se desconhecêssemos os métodos técnicos agrônomicos e as vantagens de um regime agrícola capaz de se contrapor às consequências da industrialização. Calcula-se que um agricultor pode, com recursos modernos, sustentar 6 ou mais cidadãos.

Há pouco, o Dr. Eivaldo Lodi, Ilustre Presidente da Confederação Nacional da Indústria, em discurso recente, pronunciado na posse do Sr. Morvan Dias de Figueiredo, no Centro da Indústria de São Paulo, declarou: "Ao precorizar a industrialização fixamos a diversificação da produção e o desenvolvi-

mento do mercado da produção e o desenvolvimento do mercado internacional, possibilitando à nossa Pátria caminhar para a sua integração econômica e dependendo cada vez menos dos sobressaltos e incertezas dos mercados internacionais."

Vê-se bem que o Ilustre Presidente da Confederação da Indústria, com a sua inteligência brilhante e os conhecimentos que possuiu, procurou desfazer o equívoco que precoriza a industrialização no país em prejuízo da agricultura, sem a qual, em bases racionais, nenhuma nação pode subsistir.

Declarou também o Sr. Morvan Figueiredo: "Compreendemos que sem agricultura, pecuária e comércio sólidos e prósperos, é impossível existir uma indústria próspera. Isso orientará a nossa gestão".

Oxalá essa compreensão da industrialização por parte de ilustre líderes da indústria concorra para evitar funestos desequilíbrios na vida nacional, com medidas militerais, criando ambiente propício a doutrinas exóticas, contrárias à Indole e aos sentimentos brasileiros.

A questão magna por excelência, no momento, de que dependem a ordem interna e a garantia da nossa própria soberania reside na *estruturação econômica*. Essa *estruturação*, para que se realize, está a exigir atenções especiais no que toca às produções *industrial, agrícola e extrativa*, evitando que se processe traçadamente, com reflexos sérios na ordem social, em consequência de desequilíbrio na produção, nos salários, nos impostos, nos lucros, com prejuízos graves enfim para a coletividade. Reconhece-se que o Estado pode e tem o dever de intervir, formulando programas de sistematização de suas realizações. Isso não importa em pôr à margem a cooperação da iniciativa particular, que deve ser chamada a uma colaboração mais ativa com o Estado.

Louvores só merece, portanto, o governo pela atitude desassombrosa que tomou de, após estudos severos de vários problemas fundamentais, haver elaborado o *Plano Salte*, visando planificar os grandes grupos da *saúde, alimentação, transporte e energia*. Esse Plano, para os que o estudarem em seu conjunto, desde que devidamente supervisionado, posto com firmeza em execução proporcionará, sem dúvida, os benefícios esperados, porque trará aos Poderes Públicos, como declarou em Mensagem ao Congresso o Sr. Presidente da República, uma vigorosa e perseverante política de valorização do homem brasileiro, facilitando os recursos de trabalho que o habilitem a produzir mais e melhor, proporcionando veiculação de transporte, evitando as moléstias que o afligem ou atenuam, colocando, finalmente, ao seu alcance a energia e os combustíveis para maior rendimento do trabalho, sem o que não poderá desfrutar os benefícios da civilização.

Esperemos, com confiança, consiga o eminente Presidente Dutra vencer as resistências visíveis ou ocultas que se opõem ao Plano Salte e que dele possamos esperar a organização e o fortalecimento da nossa economia interna, da qual depende fundamentalmente o bem estar nacional e a expansão no exterior. Acima de tudo nossa lição deverá ser no sentido de dar estímulo e ampura nas que trabalham, garantindo-lhes justa remuneração no

esforço dispendido. Temos de estar atentos à desordem universal e, por isto, achamos de tudo, carecemos de cuidar da nossa *organização econômica*, elevando a produtividade do homem brasileiro, dando-lhe maior bem estar.

Quando este Conselho entra no 15.º ano de suas atividades, cabe-lhe cooperar na obra que ataca geralmente o gado, produzida pela governamental de afeiçoar a vida brasileira nos imperativos de ordem econômica, da hora presente procurando realizar estudos e sugerir providências relacionadas com todas as atividades nacionais e, principalmente, com as atinentes ao comércio exterior.

Ele saberá, certamente, cumprir, como até aqui sua relevante missão, numa colaboração decidida no programa administrativo do Sr. Presidente da República.

Como disse certa vez o saudoso Roberto Simonsen, grande estudioso dos problemas brasileiros, se procurássemos coligir os dados característicos que pudessem preclar os contornos marcantes de nossa verdadeira situação econômica, nêsse constaria, como um dos elementos fundamentais "*a determinação da renda nacional*".

E' pela renda nacional evidentemente pela sua distribuição "*per capita*", que poderemos ter a expressão numérica da posição econômica do nosso país".

Entrando nos trabalhos ordinários da sessão, ocupou-se o Conselho de um expediente da Secretaria Geral do Ministério das Relações Exteriores, à cerca de um officio que lhe dirigira a embaixada do Brasil em Buenos Aires, referente à produção de "gmidle", na Argentina, e nos primeiros artigos manufaturados, nesse país, com a borracha extraída do mesmo vegetal.

A hora do expediente, usou da palavra o novo representante do comércio no Conselho, Sr. Oswaldo Benjamin de Azevedo que fez as considerações em torno do discurso pronunciado pelo Diretor Geral, onde se fixam, segun-

do declaron, importantes aspectos de problemas de que irá ocupar-se certamente o Conselho.

Referiu-se no combate à doença do sono-mosca *Isé.isé*. Comentou, em seguida, a moléstia, que tem numa revista, de pretender a Inglaterra inverter vultosa importância no combate a essa moléstia, o que interessará certamente ao Brasil e à Argentina. Encarando o problema do trigo, aludiu no fato de estarem na Austrália, trabalhando 24 horas por dia na plantação desse cereal, visando sem dúvida a supressão de importações do produto de origem argentina por parte da Inglaterra. Tratou, ainda, da queda dos preços nos Estados Unidos da América, accentuada em 20 ou 30 produtos, na sua quase totalidade saídos da terra, e terminou suas considerações fazendo sentir que será difícil o ano de 1949, por pretender a Alemanha entrar nos mercados, com o apoio da Inglaterra e dos Estados Unidos da América que desta maneira julgam ficar livres do ônus de sustentá-la. Disse que a entrada da Alemanha no comércio exterior importará em benefícios para o Brasil, pela concorrência que vai despertar, esperando-se também a entrada do Japão. Tudo isso faz crer, segundo observou, que se vão operar este ano grandes alterações no comércio internacional.

Usou da palavra, depois, o Sr. Conselheiro Arthur Torres Filho, que se referiu à Mesa Redonda convocada pela Sociedade Rural Brasileira de São Paulo, para versar o problema da conservação do solo, assunto de que se ocupou o sr. Presidente da República no discurso que pronunciou em Haperon, o qual revelou não ter escapado ao Conselho, onde havia uma indicação preconizando o estudo de um programa de defesa do solo do Brasil. Orçou, ainda, o Conselho a palavra do Sr. Conselheiro Ernani Coltrin sobre o problema do carvão de Santa Catarina que, conforme afirmou, contém grande quantidade de pirita, inteiramente desaproveitada.

Seleções Agrícolas

DIRETOR: EURICO SANTOS

GÉRENTE: O. ASSUMPÇÃO

SUPERINTENDENTE: M. NUNES

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS:

Brasil — Ano	Cr\$ 36,00
Exterior — Ano	Cr\$ 70,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atraxado	Cr\$ 5,00

Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º

Telefone: 32-6163

Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

BANCO DO BRASIL

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial

Pelo seu inegável interesse para a classe rural do país, "A Lavoura", abre espaço para a publicação, na íntegra, da parte relativa ao crédito agrícola e industrial, constante do Relatório do Banco do Brasil, de 1948.

Os criadores e agricultores terão nas apreciações e nas cifras coligadas pela administração do nosso principal estabelecimento do crédito, nêsse importante setor, a perfeita noção dos esforços que o Banco vem, desde a instalação da Carteira, empenhando por dotar a produção nacional dêsse indispensável elemento de progresso, que é o crédito agrícola.

Deixamos para o próximo número um estudo, por parte desta revista e da Sociedade, de que ela é orgam, dos diferentes aspectos do importante documento.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

a) Recursos e Aplicações

O quadro dos recursos e aplicações da Carteira, em 31 de dezembro de 1948, revela a permanência da situação, referida em relatórios anteriores, exigindo constante utilização de disponibilidades gerais do Banco.

Do fato, para inversões no total de Cr\$ 4.683.136.402,80, apenas Cr\$ 1.591.433.734,70 correspondem a recursos específicos. A diferença, ou sejam Cr\$ 3.096.702.668,10, proveio de redescontos, no montante de Cr\$ 1.307.438.380,10, e de suprimentos do Banco do Brasil num total de Cr\$ 1.789.264.288,00.

Verifica-se, assim, que, até agora, não se solucionou o problema fundamental da Carteira, — aliás, de preponderante influência na economia do próprio Banco — qual seja o da constituição dos meios específicos necessários às operações rurais e industriais, reclamadas em volume cada vez maior.

A subscrição de bônus prevista pela Lei n.º 454, de 9 de julho de 1937, para o financiamento das atividades rurais e industriais mantém-se inalterada, não passando de Cr\$ 75.863.000,00. Somam Cr\$ 49.683.280,10 os depósitos a prazo fixo destinados à aquisição daqueles títulos. Também insuficientes, são os recursos, para utênticas finalidades, criados pelo Decreto-lei n.º 2.611, de 20 de setembro de 1940.

Esse tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, saberão solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável volume de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custo à produção.

Inegavelmente, isso representa valiosa contribuição do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para economia dêsse Banco.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

Recursos e aplicações

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948

Recursos

Recursos próprios da Carteira:

(Decreto-lei n. 3 077, de 26-2-41)

	Cr\$
Depósito judiciais à vista e de aviso previo de menos de 90 dias	1.007.268.036,60
Depósitos judiciais a prazo e de aviso previo de 90 dias ou mais	26.478.481,70
Depósitos de empréaas concessionárias de serviços públicos	123.140.936,30
Depósitos obrigatórios a prazo fixo (Institutos)	348.683.280,10
	1.515.570.734,70
Bônus em circulação	75.863.000,00

Recursos de outras origens:

Da Carteira de Redescontos ..	1.307.438.380,10
Das disponibilidades gerais do Banco	1.789.264.288,00
	3.096.702.668,10
	4.688.136.402,80

Aplicações

	Cr\$
Empréstimos Rurais	3.421.753.775,50
Empréstimos Industriais	898.121.496,70
	4.319.875.272,20
Créditos em Liquidação	368.261.130,60
	4.688.136.402,80

Não foram mencionados os "Empréstimos em Letras Hipotecárias", que, conforme seu próprio nome indica, não são realizados em espécie.

As aplicações supra são representadas pelos saldos devedores em 31-12-48, sendo que os créditos, em igual data, se compunham das seguintes parcelas:

Rurais	4.139.915.982,40
Industriais	275.263.915,40
	5.115.179.877,80

Desde sua fundação, firmou a Carteira 141.412 contratos, no valor de Cr\$ 19.935.215.229,00, das

quais 110.258, no total de Cr\$ 14.870.035.351,20, foram liquidados até 31 de Dezembro de 1948, restando em vigor, na mesma data, 31.151 operações,

somando Cr\$ 5.115.179.877,80. Sua distribuição, por espécies e por Estados, encontra-se compilada em quadros a seguir.

CRÉDITOS EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948

UNIDADES FEDERADAS E REGIÕES	Agrícolas		Pecuários		Agro-Pecuários		Industriais		Agro-Industriais		Total	
	N.º	Cr\$ 1 000	N.º	Cr\$ 1 000	N.º	Cr\$ 1 000	N.º	Cr\$ 1 000	N.º	Cr\$ 1 000	N.º	Cr\$ 1 000
Guanabara												
Acre	3	1.087	6	2.280							19	3.167
Amazonas	16	1.109	7	244					1	15	24	1.368
Rio Branco	13	300	23	2.175							37	2.475
Pará	19	2.299	17	5.150					10	220	76	7.669
Amapá			2	270				1	134		3	404
Norte	53	5.005	55	10.199			1	134	11	295	150	15.733
Macrobô												
Piauí	25	15.757	10	305			13	0.937			18	13.000
Pernambuco	106	15.757	215	10.107	6	105	8	040	4	529	302	28.001
Ceará	130	22.108	1.150	16.587	10	373	17	13.159	11	1.319	1.319	73.806
Rio Grande do Norte	81	7.502	1.289	73.711	69	2.050	17	10.017	13	3.037	1.105	104.759
Paraíba	177	11.595	1.770	114.965	52	3.248	11	17.087	13	606	2.023	177.115
Pernambuco	85	22.020	1.581	150.570	5	310	16	8.511	80	300.493	1.770	551.300
Alagoas	0	280	507	57.269			11	4.155	20	35.950	010	07.000
Nordeste	604	80.801	0.615	177.381	112	7.036	80	67.132	183	407.020	7.027	1.039.544
Sergipe												
Bahia	16	378	661	37.901	2	82	3	1.988	25	8.765	707	58.217
Minas Gerais	324	12.363	2.211	167.718	16	177	1	2.510	6	10.808	2.500	223.001
Espírito Santo	579	11.597	1.011	725.723	4	185	30	74.508	13	10.519	5.500	852.756
Rio de Janeiro	618	34.275	282	19.018			6	2.920	32	2.050	639	51.206
Rio de Janeiro	158	20.174	832	58.005	3	166	03	61.899	20	74.512	1.382	214.770
Distrito Federal	101	1.117	28	5.052	1	573	52	197.314	5	2.080	190	207.100
Leste	2.099	130.904	8.089	1.023.826	25	1.483	157	339.799	167	109.404	11.377	1.611.100
São Paulo												
Pernambuco	3.716	550.503	870	378.167	4	50	91	391.935	33	82.738	5.713	1.402.000
Paraná	305	54.312	209	21.520	2	120	51	49.688	4	11.950	505	137.800
Santa Catarina	291	3.833	70	3.142			15	18.076			376	25.000
Rio Grande do Sul	1.070	193.570	1.301	191.890	2	249	58	109.580	2	17.144	3.032	514.150
Sul	5.985	802.237	3.141	508.319	7	715	218	508.199	39	111.832	0.690	2.081.803
Godás												
Mato Grosso	17	2.300	1.050	170.167	1	22			1	1.732	1.075	180.170
Mato Grosso	19	1.035	1.185	175.001					1	198	1.235	176.000
Centro-Oeste	0	3.391	2.211	352.098	1	24			2	1.328	2.316	357.412
Brasil	8.307	1.037.491	21.371	1.01.779	175	9.266	150	975.261	302	641.379	31.150	5.115.179

b) Crédito Agrícola

Com o objetivo de concorrer para o fomento de nossas atividades agrícolas, expedimos às Filiais, em 30-11-48, carta-circular nos termos seguintes:

"Dado o notório interesse nacional de ser intensificada a assistência financeira à agricultura, visando o aumento da respectiva produção, mormente da parte relativa aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, vimos recomendar aos Srs. Administradores das Agências que dispensem a melhor atenção às operações de financiamento agrícola, estimulando-as discretamente e procurando atrair à órbita da Carteira os produtores mais qualificados".

"A Direção da Carteira deverá ser feita imediata comunicação da cada indeferimento de propostas da espécie, mencionando-se o nome do proponente, valor do empréstimo pleiteado e fins a que se destinava, expondo-se, outrossim, os motivos determinantes da recusa".

Várias concessões têm sido ultimamente feitas em benefício do produtor, tais como:

a) dispensa de garantia subsidiária (quando os preponentes possuíam outros imóveis e estejam em situação econômica capaz de acobertar o Banco de prejuízo, na hipótese de invalidação do penhor), no caso de financiamento de lavouras formadas ou imóveis

gravados com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade;

b) dispensa de avaliação prévia das safras de algodão, quando localizadas as lavouras em terras já vistoriadas por prepostos do Banco;

c) dispensa, em determinadas hipóteses, da avaliação, por peritos remunerados, das safras de café;

d) manutenção em carteira dos contratos vencidos de financiamento de lavouras de café, sem maiores ônus para os devedores, isto é, isenção da cobrança de juros suplementares, à razão de 1% a.a., pela mora, até que se processe a venda normal do produto, para a qual se concede um prazo adicional de 90 dias, após o vencimento, quando depositado o café no interior, de 60 dias, após sua chegada e liberação, se despachado para as praças de exportação;

e) concessão de novos financiamentos a mutuários que, por frustração das colheitas apenhadas, não hajam liquidado os contratos anteriores, os quais são conservados vencidos, em carteira, nas mesmas condições do item anterior;

f) liberação dos conhecimentos de transporte de café apenhado, que excederem

a quantidade necessária para a cobertura dos débitos correspondentes e despesas suplementares até final liquidação, na base regulamentar de 60% do valor do produto, considerando-se, para efeito do cálculo, os preços correntes nas praças de exportação e descontando-se, dos adiantamentos, as despesas a que o produto estiver sujeito.

Essas facilidades e o nosso decidido propósito de difundir o crédito agrícola — tanto quanto permitem o atual Regulamento e os recursos de que pôde a Carteira dispôr — contribuíram para o auspicioso movimento registado no exercício de 1948 ano em que o número de contratos agrícolas se elevou a 3.676, no valor de Cr\$ 1.583.271.000,00, contra 5.448, feitos em 1947, no total de Cr\$ 1.300.904.000,00. Verificou-se, pois, um acréscimo de 3.228 contratos, no valor de Cr\$ 373.367.000,00.

Circunstância digna de especial registo é a elevada percentagem, em 1948, dos empréstimos de valor até Cr\$ 30.000,00 cada um, os quais corresponderam a 41% do total dos financiamentos rurais (agrícolas e pecuários), conforme se constata no quadro aqui reproduzido.

FINANCIAMENTOS RURAIS

Número

Produtores	1938/943	1944	1945	1946	1947	1948	Total
Pequenos							
De Cr\$ 250 a Cr\$ 5.000	5.376	935	1.049	686	315	490	8.851
De 5.001 a 10.000	7.312	2.472	2.717	1.776	618	1.010	15.905
De 10.001 a 20.000	10.188	3.110	3.819	2.768	900	1.561	22.346
De 20.001 a 30.000	6.397	2.760	3.153	1.930	458	742	15.440
	29.273	9.277	10.728	7.160	2.291	3.803	62.542
Médios							
De Cr\$ 30.001 a Cr\$ 50.000	7.306	3.364	4.069	2.544	649	1.039	18.911
De 50.001 a 100.000	8.315	4.406	5.518	3.215	943	1.505	23.902
	15.621	7.770	9.527	5.759	1.592	2.544	42.813
Grandes							
De Cr\$ 100.001 a Cr\$ 500.000	7.858	5.590	7.490	4.103	1.618	2.503	29.162
Superiores a 500.000	999	1.115	1.859	456	346	663	5.438
	8.857	6.705	9.349	4.559	1.964	3.166	34.600
Todos os produtores	53.751	23.752	29.614	17.478	5.847	9.513	139.955

NÚMERO DE FINANCIAMENTOS RURAIS

% das Classes s/Total

Produtores	1938/943	1944	1945	1946	1947	1948	Total
Pequenos							
De Cr\$ 250 a Cr\$ 5.000	9	4	4	4	5	5	
De 5.001 a 10.000	13	10	9	10	11	11	11
De 10.001 a 20.000	18	13	13	16	15	16	16
De 20.001 a 30.000	12	12	11	11	8	8	11
	52	39	37	41	39	40	41
Médios							
De Cr\$ 30.001 a Cr\$ 50.00	14	14	14	15	11	11	14
De 50.001 a 100.00	16	19	18	18	16	16	17
	30	33	32	33	27	27	31
Grandes							
De Cr\$ 100.001 a Cr\$ 500.00	16	23	25	23	28	26	23
Superiores a 500.000	2	5	6	3	6	7	6
	18	23	31	26	34	33	29
Todos os produtores	100	100	100	100	100	100	100

Pequenos Produtores

Colaborando com os poderes públicos, empenhados em promover a redução do preço dos gêneros alimentícios, objetivo que só se poderá alcançar mediante substancial aumento de produção, decidimos autorizar a extensão das regalias aplicáveis aos "pequenos produtores" a todos os casos de empréstimos até Cr\$ 20.000,00, destinados ao custeio de lavouras, ainda que os proponentes disponham de patrimônio acima de Cr\$ 100.000,00 ou a lavoura por financiar comporte empréstimo superior a vinte mil cruzeiros.

Considerando que, em muitos casos, os principais trabalhos das pequenas lavouras são executados pelos próprios donos, com a cooperação de membros de suas famílias, admitimos, dentro do princípio de que os orçamentos integrantes dos contratos devem indicar a verdadeira aplicação que terão os créditos abertos, a **inclusão nos mesmos orçamentos, do verbos para manutenção dos creditados e de suas famílias.**

São as seguintes as concessões especiais facultadas aos pequenos produtores:

a) dispensa de prévia estimativa da colheita por avaliador remunerado;

b) dispensa de certidões negativas de impostos, ônus sobre bens imóveis, ações cíveis e criminais;

c) dispensa de organização da ficha cadastral exigida pelas normas gerais de serviço, a qual é substituída por ficha especial, de confecção simples e resumida;

d) dispensa da garantia subsidiária e momentaneamente exigível nos financiamentos de culturas periódicas;

e) inclusão no orçamento, das despesas contratuais, quando o creditado não dispuser de recursos suficientes para pagá-las;

f) fornecimento da primeira parcela do crédito ainda antes da inscrição do penhor, que será providenciada por nossas próprias Agências.

Máquinas Agrícolas

Ainda dentro do programa de estímulo à produção, contribuindo para o plano de mecanização das lavouras, regulamentamos o financiamento da compra de máquinas agrícolas pelo seu valor integral em função da garantia oferecida, e ao prazo de até três anos, de acordo com a capacidade de pagamento dos proponentes, estimada esta pelo provável rendimento líquido da exploração.

PRODUTOS**Açúcar (Lavoura e Indústria)**

Não obstante ser a produção "muito superior às necessidades do consumo nacional", como reconhece o Instituto do Açúcar e do Alcool continuamos prestando assistência à lavoura canieira e à indústria açucareira, inclusive, em certos casos, para reaparelhamento das fábricas, desde que implique em melhoria do rendimento.

Os adiantamentos para os trabalhos das lavouras estão sendo feitos até o máximo de 50% do valor

venda fixado por aquêle Instituto, com base na produção de canas próprias das usinas e respeitados sempre os limites oficiais destas. Além dessa limitação fundamental, o valor do empréstimo não deverá exceder ao da cobertura dos gastos compreendidos no período que se estende do término de uma safra ao início da subsequente ou, no máximo até o fim do primeiro mês da moagem seguinte.

Para os trabalhos das lavouras de fornecedores de usinas, os financiamentos estão sendo feitos até 50% do valor das canas (que estas se comprometem a receber daqueles), mediante penhor da safra corrente e respeitado o limite oficial de produção do fornecedor, fixado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

Nosso auxílio à lavoura e à indústria do açúcar, produto que absorveu maior soma de recursos, se expressou, em 1948, pelo elevado total de Cr\$ 559.052.000,00, isto é, mais Cr\$ 92.522.000,00 do que em 1947.

Agave

A crise do agave, esboçada em principin de 1946 em consequência da retração dos compradores, agravou-se no decorrer daquele ano, não obstante as medidas adotadas em defesa do produto.

Assim, em Outubro de 1946, reconhecendo a completa saturação do mercado, vimos-nos na contingência de suspender os financiamentos da espécie, considerando tal iniciativa como indispensável à salvaguarda não só de nossos próprios interesses como dos de nossos financiados, uma vez que qualquer aumento de produção só lhes poderia acarretar, naquela conjuntura, dificuldades ainda maiores.

Durante o exercício de 1947, o mercado não chegou a oferecer reação digna de nota e por esse motivo, embora deixando de conceder novos empréstimos não exigimos a liquidação dos contratos vendidos, a fim de evitar para os devedores mais sérios embaraços.

Em 1948, atendendo a apelos que nos foram feitos por interessados nessa cultura, mandamos que nossas Agências localizadas na área do agave estudassem a matéria, a fim de ficarmos habilitados a decidir sobre a conveniência de restabelecer nossos financiamentos.

Algodão

Foram alteradas, para o período agrícola de 1948-1949, as instruções relativas ao financiamento de lavouras de algodão, abandonando-se os limites máximos de adiantamento por hectare, de Cr\$ 700,00 (sul) e Cr\$ 450,00 (norte). Estabeleceu-se a base de 60% do valor da produção provável, até o máximo, por hectare, de 30 arrobas, na zona sul, e de 20, na zona norte, para o algodão em caroço. Foi considerado, para efeito de cálculo, o preço corrente da arroba na região. Se a colheita prevista for superior às máximas estabelecidas, são os financiamentos acrescidos de importância correspondente ao custo real dos serviços de colheita, transporte e preparo da quantidade de produto excedente, lavrando-se o contrato pelo valor total assim obtido.

No caso de necessidade de adubação das terras, admitimos, como base para o cálculo dos financia-

mentos, a produção máxima de 35 e 25 arrobas por hectare (ou 84,70 e 60,50 arrobas por alqueire de 24.200 m²), respectivamente nas zonas sul e norte.

Concedemos, em 1948, 1.399 financiamentos, no valor de Cr\$ 108.040.000,00, contra 842, em 1947, no total de Cr\$ 57.895.000,00, sendo a variação de mais 557 contratos, somando Cr\$ 50.145.000.

Babaçu

Limitados a Cr\$ 100.000,00 por cliente, os adiantamentos aos produtores foram feitos na base de 40% da estimativa da produção, considerado o preço corrente na região.

Cacau

O limite dos financiamentos foi ultimamente elevado de Cr\$ 25,00 para Cr\$ 30,00 por arroba da produção estimada.

Foram contratadas, em 1948, 142 operações no valor de Cr\$ 40.669.000,00. Em 1947, o número de contratos foi de 57, no total de Cr\$ 32.420.000,00.

Obtida autorização da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, foi nossa Agência, em Salvador instruída no sentido de contratar com o Governo daquele Estado, por intermédio do Instituto de Cacau, novo empréstimo no valor de Cr\$ 30.700.000,00, para adiantamentos aos cacauicultores que venderem ou entregarem o produto ao Instituto, mediante garantia de penhor mercantil.

CAFÉ

Financiamento comum

Desde 1944 o adiantamento total (compreendendo a parte destinada aos gastos referentes ao trabalho e conservação da lavoura, bem como a relativa as despesas da colheita, preparo e transporte do produto), passou a ser feito na base de um máximo de 60% da produção provável, quando esta não exceder 40 arrobas ou 10 sacas de café beneficiado por 1.000 pés, podendo ser acrescido, se maior for a safra prevista, da importância necessária para atender às despesas de colheita, preparo e transporte do produto excedente.

Para obtenção do valor da produção provável da lavoura por financiar, adota-se o critério dos preços correntes na região em períodos anteriores. Continuamos admitindo a inclusão, no orçamento, de verba razoável para atender à subsistência do agricultor e de sua família.

Financiamento de lavouras infestadas pela broca

Com o objetivo de propiciarmos recursos para o combate à broca, que se expandiu em 1948, estabelecemos as seguintes normas especiais aplicáveis aos financiamentos dos trabalhos das lavouras atingidas ou ameaçadas por aquela praga:

1) Os empréstimos serão contratados em data que permita a primeira aplicação de

inseticida adequado e na época mais recomendável, isto é, geralmente quando os frutos começam a desenvolver-se.

2) Poderão os financiamentos elevar-se a 60% do valor da produção provável, máxima correspondente à média de 44 arrobas ou 11 sacos, por 1.000 pés, admitindo-se, porém, que o montante seja acrescido de importância equivalente ao custo real dos serviços de colheita, preparo e transporte das quantidades excedentes.

3) Nos casos em que a produção provável ultrapasse a média de 44 arrobas, ou 11 sacos, de café beneficiado por 1.000 pés, e quando comprovadamente necessário, poderá ser proporcionado adiantamento especial, fora do limite fixado no item anterior, para ocorrer às despesas de aquisição e aplicação de inseticida adequado, desde que o empréstimo total não exceda 60% do valor da colheita prevista.

4) Quando, pela exiguidade da colheita prevista, não for possível solução nos termos do item precedente e esteja o proponente disposto e habilitado a formar, intercaladamente, nos cafezais (observados certos preceitos técnicos), culturas de outros produtos de fácil colocação, tais como amendoim, feijão, mamona, milho, etc. (exceto arroz), poderá ser concedido financiamento abrangendo a aquisição de sementes, preparo do solo para formação da cultura intercalar e serviços de colheita, preparo e transporte da produção, bem como a aquisição do inseticida indicado para o combate à broca, desde que se ajuste ao limite de 60% do valor da provável produção da lavoura de café, adicionada ao da cultura intercalar a ser introduzida.

5) Se os empréstimos máximos proporcionáveis, nas condições indicadas nos itens anteriores, não comportarem verba para ocorrer às despesas indispensáveis ao combate à broca, compreendidas as de aquisição da maquinaria e acessórios (pólvilhadeiras, carretas, óculos, máscaras, animais de tração e aríeis), poderão ser concedidos outros empréstimos para tal fim, como os destinados à melhoria das condições, rendimento das explorações agrícolas (regulamento, art. 2.º, letra g), com base nos prováveis lucros líquidos das lavouras, nas seguintes condições conforme a espécie da garantia oferecida:

Maquinaria — até 40% do valor desta podendo tal base elevar-se até 60%, quando se tratar de máquinas de maior porte;

Animais — até 60% do valor venal;

Imóveis — até 40% do valor venal, considerando-se:

- o valor exato das terras;
- o das matas e plantações permanentes;
- o de outras benfeitorias (edifícios, cercas, etc.), até o máximo de 20% do das terras e das matas ou culturas permanentes.

6) Os empréstimos de que trata o item precedente são realizáveis mediante contratos à parte, pelo prazo de um ano, prorrogável por tantos novos períodos iguais quantos necessários, de acordo com a capacidade de pagamento dos mutuários, até o máximo de três ou quatro períodos, conforme a garantia seja constituída de penhor agrícola, pecuário

ou hipoteca. Entretanto, como os lucros das explorações agrícolas, economicamente produtivas, no prazo de um ano, são quase sempre suficientes para o pagamento desses empréstimos, permite-se que os mesmos sejam conjuntamente contratados, em um único instrumento, com os destinados ao custeio comum.

Aos fiscais da Carteira foram fornecidas cópias de trabalhos técnicos sobre a aplicação de inseticidas, com a recomendação de orientarem nossos clientes quanto à conveniente execução do serviço, sempre que estiverem deficientemente instruídos a respeito.

Financiamentos especiais

A estiagem que flagelou as plantações em São Paulo, reduzindo sua produtividade, seguida de invernia anormal, com fortes geadas e constância de ventos frios, fenômenos que também castigaram, com violência, os cafezais do Paraná, levaram o Governo Federal, a partir do período agrícola 1940-41, — renovada a autorização legislativa até o período de 1947-48 — a contratar com o Banco, por intermédio do Departamento Nacional do Café, financiamentos especiais das lavouras cafeeiras, sem fixação de limites em função das colheitas previstas e adstritos, apenas, às legítimas necessidades de custeio de parte das lavouras consideradas economicamente produtivas, com a incorporação, em cada ano, do saldo devedor que porventura restasse do anterior. Nesse empreendimento, que teve o objetivo nacional de evitar o pericimínio de culturas assoladas por fenômenos climáticos adversos, mas ainda economicamente produtivas, inventemos cerca de meio bilhão de cruzeiros, sendo este um dos grandes serviços prestados pela Carteira em seu primeiro decênio de labor. Operação conduzida com observância de todos os preceitos técnicos, produziu os melhores resultados, sendo que o saldo devedor a descoberto — apesar do vulto da importância aplicada desde o início do plano — deverá afinal reduzir-se a cerca de Cr\$ 3.300.000,00 apenas, importância que corresponde a financiamentos não integralmente liquidados por insuficiência das produções que os garantiam. Na forma das condições ajustadas entre o Banco e o Departamento Nacional do Café (Decretos-leis ns. 3.049, 3.934, 5.147, 6.190 e 7.570), estamos em entendimento com essa autarquia, ora em liquidação, no sentido de lhe ser transferida aquela parcela de Cr\$ 3.300.000,00, mediante sub-rogação de nossos direitos creditórios.

Aplicamos, em 1948, na lavoura do café, a elevada soma de 511.283 milhares de cruzeiros, relativa a 8.061 empréstimos. Isso representa, em comparação com os totais de 1947, mais 1.157 contratos e mais 168.213 milhares de cruzeiros.

Cêra de Carnaúba

Foram mantidas as bases para o financiamento dos trabalhos de extração e preparo do produto, isto é, adiantamentos de 40% do valor da produção, limitados ao máximo de Cr\$ 160,00 por arroba.

Financiamentos especiais

Nos termos do aviso n. 467, de 22 de Julho de 1948, do Senhor Ministro da Fazenda, foi autorizada a realização de empréstimos especiais, mediante Penhor mercantil do remanescente das safras então existentes, nas seguintes condições:

Valor por arroba:

Tipos	Cr\$
1	580
2	560
3	420
4	400

Adiantamento — 80% dos preços acima, com as deduções seguintes:

- a) Juros de 7% a.a.;
b) comissão de fiscalização de 1/2% a.a.;

c) verba para pagamento de armazenagem e seguro;

d) quanto basta para pagamento de selos contratuais e despesas de transporte, impostos e taxas que incidirem sobre a mercadoria para ser vendida na praça de exportação.

Conforme quadro que acompanha este capítulo, foram realizados 71 contratos, correspondentes a 1.835.788 quilos de cêra, somando os créditos Cr\$ 40.942.190,60.

Operação não especificamente agrícola, mas de sustentação e defesa de mercado, — não prevista, assim, em nosso Regulamento, — foi conduzida nos exatos termos da autorização do Senhor Ministro da Fazenda, a quem temos submetido todos os apelos que nos vêm sendo dirigidos por numerosos interessados na situação da cêra de carnaúba, produto de vital importância na economia dos Estados do Piauí e Ceará.

CÊRA DE CARNAÚBA (*)

Posição dos financiamentos concedidos até Dezembro de 1948

AGÊNCIAS	Contratos N.º	Quilos	Créditos concedidos (Cr\$ 1.000)	Saldos devedores Cr\$ 1.000)	Liquidações normais	
					Quilos	Valor (Cr\$ 1.000)
Campo Maior	4	78.000	1.664	1.664	—	—
Parnaíba	8	332.060	7.373	6.061	25.000	533
Terezinha	3	37.200	794	794	—	—
Piauí	15	447.260	9.831	8.519	35.000	533
Camocim	2	42.570	1.010	1.010	—	—
Fortaleza	56	997.380	22.313	17.723	214.290	4.581
Sobral	12	99.518	2.137	1.008	52.952	1.129
Ceará	50	1.139.468	25.460	19.741	267.242	5.719
Rio Grande do Norte — Mossoró	3	178.300	4.120	3.657	15.120	464
Bahia — Salvador ..	3	70.760	1.531	1.531	—	—
Total geral	71	1.835.788	40.942	33.448	307.362	6.716

(*) Lei n.º 266, de 26-2-1948

Juta

A lavoura dessa fibra, de sumo interesse para os dois Estados Amazônicos, e de ponderável significação para nossa economia, apresentava, todavia, para a prática dos financiamentos, embaraços difíceis de contornar, ligados às peculiaridades da região e ao próprio negócio e ainda à deficiência de transportes regulares. Não obstante, após acurados estudos, resolvemos autorizar o financiamento, observadas as condições seguintes:

Adiantamento — 40% do valor da produção provável — limitada ao máximo de 1.000 quilos por hectare, — calculado sobre a cotação do produto.

Garantia — Penhor das colheitas, mediante consentimento do proprietário das terras, (quando o proponente for arrendatário). No caso de terras devolutas, cuja ocupação não seja titulada, o consentimento será dado por decreto do Poder Executivo ou mesmo por ato administrativo mais simples, se assim o permitir a legislação local.

Prazo — Máximo de 10 meses, iniciando a 1.º de outubro e vencendo a 30 de junho do ano seguinte.

Foram concedidos, no exercício, 28 créditos, no valor de Cr\$ 2.883.000,00, sendo que, em 1947, o número de financiamentos foi apenas de 7, no total de Cr\$ 205.000,00.

Trigo

É com particular atenção que temos acompanhado o auspicioso surto da triticultura, dando-lhe, além de assistência financeira adequada, todo o apoio possível.

Os empréstimos são feitos até o máximo de 40% do valor da safra, calculado ao preço de Cr\$ 150,00 por saca de 60 quilos de trigo em grão não se levado em conta, para tal efeito, produção superior a 900 quilos por hectare. Se a produção prevista ultrapassar essa base, poderá o financiamento ser acrescido do custo real dos serviços de colheita, transporte e preparo do excedente.

Aos triticultores que tenham suas lavouras fundadas em terras próprias e não necessitem, para custeio de entressafra, de importância superior a Cr\$ 20.000,00, estamos proporcionando certas facilidades, com o objetivo de tornar os empréstimos mais acessíveis aos pequenos produtores.

A título experimental, concedemos também financiamento para aquisição de material agrário, na base de até 60% do valor das garantias oferecidas, desde que a capacidade de pagamento do proponente permita a liquidação do empréstimo contraído para compra de máquinas e custeio de lavoura

giu Cr\$ 10.748.000,00. Em 1947 realizamos apenas 54 empréstimos, no total de Cr\$ 1.143.000,00.

Diversos

Arroz no Rio Grande do Sul — De acordo com o estabelecido para o período agrícola 1948-49, nossos financiamentos poderão elevar-se até 60% do valor da safra provável, dentro do critério de um máximo de 100 sacas de Cr\$ 3.600,00 por quadra, tomando-se por base não mais o preço de Cr\$ 45,00 por saca de arroz em casca, anteriormente fixado, mas o de Cr\$ 60,00.

Considerados satisfatórios, foram mantidos os limites para os financiamentos das lavouras seguintes:

Arroz (exceto no Rio Grande do Sul) — 40% da produção provável, na base máxima de 25 sacos do produto em casca por hectare.

Amendoim — 40% do valor da produção provável, na base máxima de 50 sacos por hectare.

Feijão — 50% do valor da produção provável, na base máxima de 20 sacos por hectare.

Girassol — 40% do valor da produção provável, na base máxima de 1.000 quilos por hectare.

Milho — 60% do valor da produção provável, na base máxima de 27 sacos por hectare.

Soja — 40% do valor da produção provável, na base máxima de 25 sacos por hectare.

Quando a colheita prevista for superior às máximas estabelecidas, poderão os financiamentos (calculados na forma acima), ser acrescidos de importância correspondente ao custo real dos serviços de colheita, transporte e preparo da quantidade de produto excedente.

Foram feitos, em 1948, 1.548 contratos de financiamento de culturas de arroz, no total de Cr\$ 216.926.000,00, contra 986 realizados em 1947, no valor de Cr\$ 128.140.000,00.

Elevou-se a 460, em 1948, o número de contratos para custeio de lavouras de trigo, cujo valor atin-

Apresentamos a seguir, o quadro geral das aplicações da Carteira em seus dez anos de funcionamento, com discriminação dos produtos agrícolas

c) Crédito Pecuarío

No ano de 1947, de Janeiro a Abril, estiveram totalmente suspensas as operações de crédito pecuarío, porque o artigo 5.º da Lei n.º 8, de 19 de Dezembro de 1946, proibindo ao pecuarista a alienação ou gravame de bens sem expresso consentimento de todos os credores, impediu praticamente a constituição de garantias. Depois de Abril, embora enfrentando riscos, chegamos a deferir, naquele ano, 397 financiamentos, no total de Cr\$ 88.206.000,00, incluídas seis operações no valor de Cr\$ 5.500.000,00, realizadas com cooperativas de produtores de lã.

O quadro a seguir, bem expressivo, mostra total dos créditos pecuários concedidos desde a fundação da Carteira:

Anos	Número	Valor Cr\$ 1.000
1938	103	5.554
1939	653	39.594
1940	3.141	174.512
1941	5.524	307.051
1942	7.535	545.257
1943	6.713	566.643
1944	14.995	1.971.809
1945	17.167	2.094.868
1946	8.771	804.921
1947	397	88.706
1948	836	368.769

A vigência da Lei n. 8 foi ampliada pela de n.º 52, de 30 de Julho de 1947, que estendeu os efeitos da moratória até 30 de Dezembro de 1947. Pela interpretação dada àquele diploma legal, justamente nos Estados, onde maiores eram nossas aplicações na pecuária, chegou-se a firmar jurisprudência no sentido de que nem mesmo pelo desvio criminoso ou total abandono das garantias, conservada o credor pignoratício o direito a medidas judiciais acuatelatórias de seus privilégios. Não é difícil avaliar quanto foram prejudicados os nossos legítimos interesses.

Finalmente, sancionada a 2 de Janeiro de 1948, veio a Lei n. 209 não só reger a moratória (abrangendo apenas débitos de criadores e recriadores de gado bovino e não de todo e qualquer pecuarista, na forma estabelecida pelos diplomas anteriores), como reajustar dívidas, estabelecendo o processo e a forma de seu pagamento. Foi assim possível à Carteira, frouvando-se na nova Lei, reiniciar os empréstimos da espécie, já então, regulamentados em bases e condições ditadas pelo estudo amadurecido da matéria e pela larga experiência adquirida.

Em Agosto, foram expedidas novas instruções às Agências, tendo-se realizado, em 1948, 836 contratos, no valor de Cr\$ 368.769.000,00, contra 397, feitos em 1947, no total de Cr\$ 88.206.000,00.

Os empréstimos destinados à aquisição de gado de recriação e de engorda pouca alteração sofreram em suas condições. Apenas, quanto a engorda, tendo em vista que esse ramo da pecuária requer pastagens especiais, situadas nas proximidades de mercados

consumidores ou de centros de industrialização, tivemos o propósito de enfimurá-lo, principalmente, nas zonas de maior perspectiva de sucesso na exploração.

Quanto à criação, considerando que os criadores, já radicados à profissão, geralmente não precisam adquirir fêmeas — pois dispõem, em regra, de novilhas do próprio rebanho — passamos a financiar de preferência a compra de reprodutores machos, como o mais eficiente meio de elevar o índice racial do gado. Todavia, as propostas de empréstimos para aquisição de fêmeas são por nós apreciadas e deferidas, se ponderáveis os motivos invocados pelos proponentes.

Demonstrando a experiência que os empréstimos para melhoramento de instalações nas propriedades rurais constituem eficiente amparo ao pecuarista, fizemos especial recomendação às Filiais, no sentido não só de examinarem, com o maior empenho, propostas desse gênero, como de orientarem seus clientes, para que eles se possam bem aproveitar dessa modalidade de auxílio financeiro.

Na disseminação do crédito especializado a criadores, para aumento e melhoria da população bovina, temos tido particular interesse em animar os pequenos produtores, quando idôneos e credenciados para a atividade pastoril.

Retomando o curso normal das operações, estávamos também, no exercício de 1948, em fase de recomposições de dívidas (televavam-se os empréstimos pecuários, em 31-12-1948, a Cr\$ 2.457.482.225,30), não só facilitando os ajustes legais, amigáveis ou judiciais, como proporcionando outra modalidade de composição, lára da moratória, aos que se não quiseram valer da Lei n. 209. Mas a Lei n. 457, de 29 de Outubro de 1948, reabriu o prazo de habilitação aos beneficiários da moratória, conferindo, outrossim, aos devedores a faculdade de terem seus rebanhos liberados, mediante especificação de bens imóveis em garantias da dívida.

Muitos foram os pecuaristas que, expressamente, renunciaram aos benefícios da Lei n. 209, porque deixassem caducar o direito de requerê-los ou porque já tivessem reajustado seus débitos. Não obstante, grande parte deles, ante as condições propiciadas pela Lei n. 457, procurou conseguir o amparo deste novo diploma legal. E, já agora, estoça-se forte movimento por parte dos interessados no sentido da concessão de liberalidades ainda maiores.

Nutrimos a esperança, porém, de que o patriotismo de nossos legisladores encontre, para tão complexa e delicada matéria, solução que preserve a instituição do crédito, que universalmente se funda na confiança e na certeza do regular reembolso das aplicações.

d) Crédito Industrial

Melhor demonstra o quadro seguinte a assertiva que fizemos quanto ao incremento de nossas operações, e, conseqüentemente, ao amparo prestado à indústria nacional. Não obstante a mais rígida observância dos preceitos que orientam nossas atividades, alcançamos os empréstimos da espécie, em 1948, número bem superior ao total dos realizados em 1947, e seu valor ultrapassou, em muito, o montante das inversões feitas no exercício passado. De lato, enquanto, em 1947, firmamos 178 contratos, no valor de 205.374 milhares de cruzeiros, durante o exercício de 1948, foram feitos 369 contratos, no total de 495.989 milhares de cruzeiros, sendo a viação, assim, de mais 191 contratos, somando 290.615 milhares de cruzeiros.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

Operações Industriais

ATIVIDADES FINANCIADAS	1946 a 1945		1946		1947		1948		Total	
	N.º	Cr\$ 1 000	N.º	Cr\$ 1 000	N.º	Cr\$ 1 000	N.º	Cr\$ 1 000	N.º	Cr\$ 1 000
Algodão beneficiamento, repescagem	61	13 507	77	12 028	60	11 155	55	60 518	233	135 208
Alimentação animais, beneficiamento	17	18 385	5	598	1	3 831	21	27 039	80	51 053
Alumínio	6	121 110	—	—	—	—	—	—	6	121 110
Arroz, milho e outros cereais	12	8 350	—	—	51	37 656	97	64 912	210	110 918
Café (beneficiamento, torrefação)	19	23 345	37	32 081	20	20 211	63	18 338	205	192 055
Carvão e charqueadas	8	14 710	58	91 171	1	17 205	10	56 300	19	89 387
Cimento, vidros, louças e outros	13	11 093	—	—	1	1 330	1	21 982	29	101 405
Cimento	1	16 600	8	36 658	1	3 000	5	18 000	4	43 258
Curtume (Indústria de couros)	21	11 558	1	12 660	1	1 000	—	—	23	25 218
Exportação de cereais	1	36 827	3	3 210	—	—	—	—	4	40 037
Fábrica de fósforos	1	35 000	—	—	—	—	—	—	1	35 000
Ferro	15	5 885	—	—	1	1 500	2	6 500	18	20 885
Molinos (betanhas, empunhados)	31	32 301	6	6 500	1	910	8	7 250	50	47 961
Molinos (industrialização)	12	55 336	1	8 33	—	—	—	—	13	63 669
Material bélico	2	23 600	—	—	—	—	—	—	2	23 600
Metaburgos e siderurgias	11	123 266	—	—	1	37 500	10	29 523	22	190 289
Mercadoria	15	15 516	7	20 600	—	—	2	3 300	19	39 416
Óleos vegetais e gorduras	30	24 938	2	1 715	8	11 319	5	11 521	45	53 493
Papel, papéis, celulose, etc	18	117 000	1	210	1	20 330	5	16 700	25	154 240
Produtos químicos e farmacêuticos	22	71 704	—	—	2	100	4	22 000	28	93 804
Sal	10	928	1	1 285	1	82	15	7 671	27	10 966
Têxteis (Fiação e tecelagem)	32	8 913	2	1 830	1	11 121	7	18 115	42	39 879
Trigo e farinha de trigo	—	—	1	60	1	2 371	17	21 799	19	22 830
Transportes	6	101 298	—	—	1	2 150	—	—	7	105 448
Outras atividades industriais	181	39 215	12	12 187	1	2 360	10	56 450	204	110 212
Total	681	1 010 287	226	271 122	178	205 373	309	165 887	1 157	2 021 669

NOTA — As cifras relativas a "outras atividades industriais" até 1945 incluem operações de financiamento à borracha, realizadas até 1942 e posteriormente transferidas para o Banco da Borracha.

No tocante à produção do trigo nacional, cujo cultivo, em bases adequadas e permanentes, tem sido estimulado pela Carteira, estendemos nossa assistência financeira desde os trabalhos agrícolas até à industrialização primária desse cereal. Só na industrialização primária do trigo, isto é, moagem do grão para transformação em farinha, já inverteu a Carteira, ultimamente, cerca de Cr\$ 28 000.000,00.

Outro ponto que merece ser acentuado é o que se refere ao amparo da indústria do charque. Transpondo as naturais dificuldades que se lhe antepunham, decorrentes das próprias características da indústria, pôde a Carteira, como já o vem fazendo, incluir o charque na linha de utilidades especificadamente fi-

nanciadas, contribuindo, assim, para o efetivo amparo da produção nacional. Nessa atividade inverteu a Carteira, em 1948, Cr\$ 56.300.000,00, quando todo o ano anterior tais aplicações não foram senão pouco além da casa dos 17 milhões.

O sal teve também, recentemente, sua produção amparada pela Carteira que, nos moldes do contrato assinado com a União, em 5 de Setembro de 1947, passou a prestar direta assistência aos salinheiros, proporcionando-lhes os meios necessários à melhoria do produto. Dessa forma, 45 contratos, no valor de Cr\$ 7.671.000,00, foram firmados no exercício de 1948, contra um único financiamento, de Cr\$ 82.000.000,00, feito em 1947.

A LAVOURA

CIRCULA ININTERRUPTAMENTE DESDE 1897.
É PUBLICAÇÃO INDISPENSÁVEL A QUANTOS SE INTERESSAM PELOS NOSSOS
PROBLEMAS AGRÍCOLAS E ECONÔMICOS.
DISTRIBUIDA GRATUITAMENTE AOS SÓCIOS DA SOCIEDADE
NACIONAL DE AGRICULTURA
PREÇO DA ASSINATURA ANUAL: CR\$ 60,00

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115-6.º — Caixa Postal: 1245. Tel.: 42-2981
Rio de Janeiro

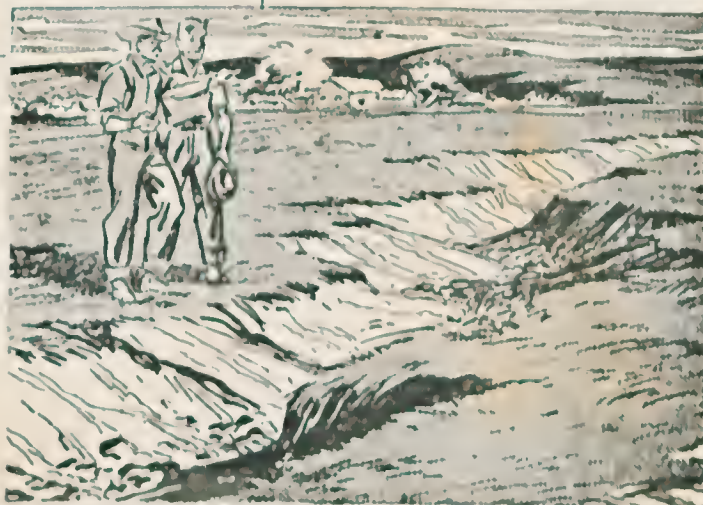
Apenas 50 Centímetros de Vida...

A camada da terra que alimenta os vegetais em algumas regiões do Brasil não vai além de 50 centímetros. É justamente contra essa tenue camada superficial responsável pela vida das culturas que a erosão atua, em toda a sua força destruidora — silenciosa e persistente.

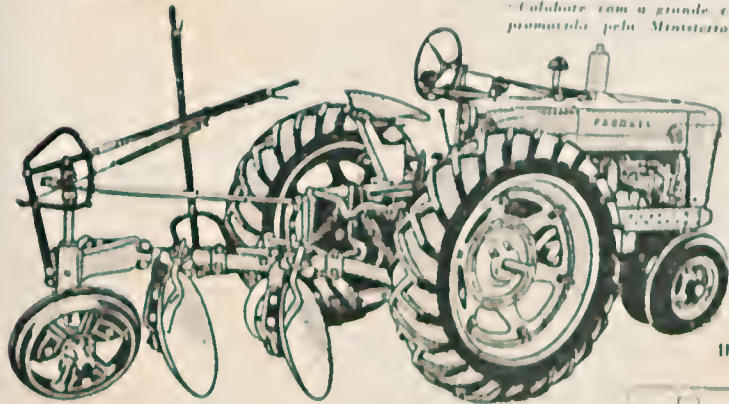


A EROSIÃO é causada primeiramente pelas chuvas, pois as enxurradas arrastam, para os vales e rios, a matéria orgânica e todas as demais substâncias que tornam fértil os 50 centímetros de solo.

COMBATER esse empobrecimento da terra, é um dever patriótico de todos os fazendeiros e agricultores, além de preservar e defender um patrimônio, do qual depende a economia brasileira.



Colabore com a grande campanha nacional de recuperação da vida, promovida pelo Ministério da Agricultura e autoridades estaduais.



O TERRACAMENTO do terreno, a cultura em faixas, as curvas de nível — evitam os efeitos danosos da erosão. Tudo isso é fácil de ser realizado, sobretudo com o auxílio de tratores modernos, com equipamento agrícola comum. Consulte o concessionário Internacional mais próximo.

GRATIS! Escreva nos pontos Caixa Postal Nº 700, Rio de Janeiro, e receberá um interessante folheto sobre a Erosão.

INTERNATIONAL HARVESTER MÁQUINAS, S/A
Rio de Janeiro, Av. Barão de Teffé, 74
São Paulo Porto Alegre
Rua Oriente, 57 R. G. Martins, 203



INTERNATIONAL HARVESTER

Tratores e Máquinas Agrícolas
McCormick - Deering International
Comissão Internacional e
Força Industrial Internacional

EVITE A
PESTE SUÍNA
USANDO A VACINA
CRISTAL VIOLETA
DO INSTITUTO PINHEIROS

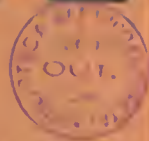
INDICADA PARA USO
INTRADÉRMICO E INTRAMUSCULAR



242

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897



ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



A indústria madeireira do Brasil tem no pinho o seu maior estalo. O ininterrupto e crescente consumo desta madeira, de tantas aplicações, deveria obrigar o replantio intensivo, para que no futuro não tenhamos de importar pinho de outros países.

ANO LIII

RIO DE JANEIRO - BRASIL
MAIO - JUNHO, 1949



DEVOLVENDO

ao dono o seu
pêso em **OURO!**



TORTA COMPLETA N.º 1
Para vacas leiteiras, ca-
bras e coelhos.

TORTA COMPLETA N.º 2
Para porcos de açougue.

TORTA COMPLETA N.º 5
Para galinhas poedeiras.

ANIMAIS SADIOS
BONS PRODUTOS
BOM RENDIMENTO



A pecuária, na Suíça, sendo das mais adiantadas do mundo, dispensa instalações suntuosas, como nos mostra o clichê.

SUMARIO

	Pág.
A importância do ensino agrícola na evolução econômica do Brasil — <i>Prof. Arthur Torres Filho</i>	3
A Hevea Male — <i>Octávio Secundino</i>	6
A Instrução da Bacia do São Francisco — <i>Antônio de Atuda Câmara</i> , Vice-Presidente da S. N. de Agricultura	7
História da Indústria Açucareira no Nordeste	12
O rádio e a Educação Rural — <i>Eng. Geraldo Goulart da Silveira</i>	21
Cooperativismo	24
Estabelecimentos de ensino agrícola nas zonas de colonização da Centro Oeste — <i>Eng. Geraldo da Silveira</i>	26
Custo da Produção do Leite — <i>José Assis Ribeiro</i>	29
Empregos da sal na indústria caseira — <i>Eng. Amaury H. da Silveira</i>	33
Comissão Técnica de Cooperativismo	34
Criação de Hezerras — <i>Lincoln Moraes</i>	38
Clube Agrícola "Miguel Cadmon"	40
Produção de Exportação — <i>Francisco Trevis</i>	41
Concentração Fluminense de Produtores de Leite em Barra Mansa — <i>Otto Frensel</i> (Diretor)	42
Bicho das frutas — <i>César Searo</i> (Eng.)	44
Descobertas esquecidas	45
Consultas e Informações — <i>Eng. Geraldo Goulart da Silveira</i>	46
Noticiário da Escola de Horticultura Wenceslau Bello	47
Lacunas e Lacradas — <i>Prof. F. Martinho Braga</i>	50

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PUBLICA

PELA LEI N.º 3 549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	—	DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS
Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGARD TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL

DIRETORIA TECNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ADLMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	—	JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	—	JOÃO TAJDER
ANTONIO BARRETO	—	JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	—	JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	—	JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	—	LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN-HUR FERRÉIRA RAPOSO	—	LUIZ DE OLIVEIRA MENDES
CARLOS DE SOUZA DUARTE	—	MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
DIóGENES CALDAS	—	MANOEL NETTO CAMPELO JUNIOR
EDUARDO DUVIVIER	—	MARIO VILHENA
EUVALDOD LODI	—	ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	—	OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	—	PAULO PARREIRAS HORTA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	—	PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	—	PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS MEINBERG	—	ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	—	RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	—	SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BÉLO LISBÓA	—	SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	—	WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTEs ÓRGÃOs:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho;
Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache;
Comissão Central de Preços (Presidência da República) (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite;
Comissão Central de Preços (Presidência da República) (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra;
Comissão Permanente de Estradas de Rodagem (Mi-

nistério da Viação) — Dr. Raul David de Sansoni;
Comissão de Organização Rural (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho;
Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes;
Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite;
Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIII

Maio - Junho de 1949

A importancia do ensino agrícola na evolução econômica do Brasil

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Não há ainda infelizmente, no nosso meio social e político, a exata compreensão do papel que o ensino agrícola, em suas diversas modalidades, poderá representar no Brasil como agente poderoso de sua expansão econômica.

Pois será possível, sem o ensino agrícola generalizado, dispormos de forte estrutura econômica?

Na luta da competição comercial entre os povos, só poderão vencer aqueles que tiverem boa organização técnica e econômica.

Sem organização que nos faculte produzir em boas condições e a baixos preços, bem pouco valerão as nossas decantadas riquezas.

Temos diante de nós, sem solução até hoje, do Império à República, o problema agrário, base e fundamento que há de ser de nossa independência política.

A produção agrícola tem-se de defender a todo custo, como questão de capital importância para os altos interesses do Brasil. Em toda a nossa história, desde mesmo o período colonial, não tem sido a agricultura a nossa maior fonte de riqueza?

Todavia, sem uma produção lançada em bases seguras, com o grau de civilização dos nossos dias, diante dos meios rápidos de transporte e dos recursos da técnica produtiva, não poderemos vencer, no jogo da livre concorrência, enfrentando outras nações cuja agricultura esteja organizada sobre bases técnicas econômicas.

Bressalta à evidência que necessitamos de uma política verdadeiramente construtora, que tome por base a solução do problema agrário brasileiro, porquanto sem produção abundante, barata e de circulação fácil no nosso imenso território, nunca conseguiremos desafogar a vida econômico-financeira da Nação.

Aconselham nossas condições sociais, políticas e econômicas, voltemos a nossa atenção para o problema agrário.

Não se conhece mais, em nossos dias, a exploração inteligente de um país ou região sem o exame do solo, do clima, das variedades melhoradas de plantas, de aplicação dos adubos, do emprego das máquinas agrícolas, enfim, sem os ensinamentos da ciência agrônoma.

Será nessa direção, tendo em alta conta o ensino profissional, que alcançaremos o ambicionado desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Seu um país novo, haverá quem conteste crista no Brasil o fenômeno da população dos campos.

Quem contestará também que os melhores elementos da vida rural são atraídos para o comércio, para a indústria e demais profissões próprias das cidades? No entanto, a vida das aglomerações urbanas depende do trabalho dos que mourejam nos campos.

Isso indica que, para suscitar-mos por todos os meios as nossas energias creadoras de riqueza, teremos que nos preocupar com a instrução profissional daqueles que vivem na agricultura.

Sociólogos existem que consideram a eroda dos campos uma das maiores e mais graves questões sociais da nossa época.

Mas, sem termos noção bem clara dos interesses capitais do país, difficilmente abraçaremos as reacções necessárias, como acontece com o ensino agrícola.

Que temos feito em prol da instrução profissional dos que vivem na ager cultura? Qual não é o número de rapazes e moças carecendo de boa instrução agrícola e doméstica? Que temos feito nesse sentido em face dos demais nações civilizadas?

É fatal que, sem melhorarmos a nossa situação rural, isto é, sem que a vida do campo se torne capaz de proporcionar o bem estar e a independência, o homem do campo será atraído para as vilas, aldeias e cidades.

A pouco e pouco a agricultura se despojará da parte mais inteligente da sua população. Não é o que acontece, por exemplo, com os filhos dos proprietários mais ricos que, enviando seus filhos às escolas nas cidades, acabam por encaminhá-los para as profissões administrativas, liberais e industriais?

Quais não serão as consequências sociais desse fato?

Por outro lado, com o progresso vertiginoso da indústria, não cresce do verdadeira drenagem na mão de obra rural, por pagar melhores salários do que a agricultura?

Está-se diante de um problema social de gravidade inequívoca, cuja solução consiste em se procurar reter o desmoramento da população rural para os centros populosos.

Mas como combater-se esse mal? Outro recurso não vejo senão promovendo-se a mais larga difusão do ensino agrícola, mediante um sistema de educação generalizada, desde a criança da campo passando pelo trabalhador e o agricultor, até o ensino superior, para a formação do profissional completo, instituindo-se um ensino para todas as situações sociais.

A agricultura, como os demais ramos dos conhecimentos humanos, tem sido largamente beneficiada pelo desenvolvimento científico dos nossos dias. Quem ignorará que a química, a botânica, a física, a microbiologia, a zootomia, a higiene, etc., constituem o pedestal em que repousa a agricultura moderna?

Há cinquenta anos atrás ainda se poderia talvez adiantar que o agricultor se contentasse com os progressos antigos, consagrados pela pratica inculcada e transmitidos de pais a filhos.

É evidente que tal se não pôde dar atualmente, com a situação por completo mudada, diante dos meios rápidos de transporte e da luta da concorrência entre os povos. Si quizermos o progresso da nossa agricultura em bases reconstrutoras, teremos de nos soverrer da agricultura raciocad. Mas, para tanto conseguir-se, tornam-se indispensáveis conhecimentos profissionais, isto é, será preciso que a agricultura se dispa do manto da rotina e penetre no caminho do progresso, norteadas pelo ciência.

Temos diante de nós, como já assinalara Veiga Filho, na seu "Manual da Ciência das Finanças", o "problema da insuficiência da produção, que se vai desenvolvendo a passos muito lentos, fazendo sentir a necessidade de ser adotada uma política resoluta, de expansão econômica ou de defesa dos grandes interesses materiais do país."

Não será exagero si se disser que necessitamos resolver o nosso problema da existência própria, a principiar por uma a uma das unidades da Federação; mas, para resolvê-lo, precisamos de riqueza, riqueza que só poderá ser arrancada do seio da terra pela agricultura. O nosso comércio exterior não poderá ficar limitado a alguns produtos, obtendo-se, porém, do nosso solo, tudo o que ele encerra, criando-se para isso novas culturas e aperfeiçoando as existentes.

Para tanto conseguimos necessitamos conhecer o nosso país, mas com as armas da ciência, procedendo a estudos sérios, rigorosos, de modo a se constituir um plano geral e de conjunto a ser realizado sem descontinuidade, por regiões, único meio de se obter solução definitiva ou embarcamos para a defesa do nosso patrimônio agrícola.

Que conheçamos da nossa economia rural, do nosso solo e da nossa flora, do ponto de vista agrônomo? Faltam-nos os dados de uma perfeita estatística agrícola, isto é, exorciam-nos os elementos reais sobre as condições do país. E a instrução agrícola?

Falta-nos, afinal, instituímos um governo econômico, em toda a acção científica do termo; conhecendo as nossas fontes de riqueza e possuindo organização completa e rigorosa.

Como dizia João Pinheiro, o notável estadista mineiro, "o problema econômico brasileiro não é uma dessas idéias políticas passageiras, vistosa foga de artifício para surgir e passar viloz, na precariedade das coisas fictícias; corresponde à solução de necessidades aflitivas, à ânsia de progresso, e foi posto — para ser resolvido — pelas próprias condições sociais da vida nacional".

Não se deve ignorar que o progresso agrícola de muitos países tem por origem a penetração da ciência na prática agrícola.

A organização de estabelecimentos científicos de pesquisas, o espírito de associação, o desenvolvimento dos meios rápidos de transporte e o progresso do material agrícola, rostituem, dentre outros, os meios técnicos de se produzir mais e melhor e mais barato.

A predominância deste ou daquele país, na luta da competição comercial, dependerá dos progressos realizados no terreno da produção agrícola ou industrial.

Produzir em maior escala e produzir economicamente — tal deverá ser o nosso lema.

Si não entrarmos pelo caminho do rejuvenescimento das forças vivas e das energias latentes da Nação, dia a dia mais acentuada será a nossa inferioridade econômica e a precariedade alimentar do nosso povo.

Não podemos permanecer retardatários em matéria de agricultura, sem iniciativas, sem estímulos, quando a situação exige modificação radical em nossos hábitos tradicionais.

Muito benéfica, como será forçoso reconhecer, tem sido a ação exercida pelo Ministério da Agricultura desde sua criação e, principalmente, nos últimos tempos; mas o problema é complexo e difícil, pois as providências a serem tomadas exigem o concurso dos municípios e dos Estados, numa ação conjunta e continuada por muitos anos. — De outro modo, teremos de assistir de braços cruzados à ruína de diversos ramos da produção nacional, como até aqui, pois uma ação desenvolvida nessa diretriz não pôde surtir resultados imediatos.

A agricultura foi, tem sido, e será a nossa maior fonte de riqueza pública.

A nossa crise agrícola vem de longa data, mas, para resolvê-la, exercendo-se ação bastante intensa em todo o território nacional, promovendo-se o melhoramento dos nossos processos de cultura do solo, das raças animais, traçando-se programa conciente de política restruturadora, torna-se indispensável o concurso dos Estados e dos municípios, numa ação conjunta e devidamente planejada.

A colaboração dos Estados com o Ministério da Agricultura, em todos os seus aspectos, sob fórmula prática, é imprescindível para a defesa da nossa economia agrícola. De outra forma, disso estamos plenamente cientes, não chegaremos à transformação dos nossos métodos e processos agrícolas, aqui será possível alcançar-se a expansão econômica do Brasil. Nesse particular, como em muitos outros, terçamos de voltar vistas para o gigantesco apavilhamento da agricultura norte-americana.

Si o Ministério tiver que restringir sua atividade ao arcamento federal, sem fundos permanentes, nunca, pela exiguidade dos recursos, assim mesmo com frequentes descontinuidades, chegará a exercer atuação bastante intensa em toda a vastidão do território nacional.

A questão agrária é, talvez, o único problema nacional que temos realmente a resolver. Todas as nossas principais soluções dependem dela.

Um povo batido no terreno econômico está virtualmente vencido na campo político; a sua soberania não passará de um domínio de fato.

Deante de nós temos vastas extensões territoriais incultoradas, incultas ou abandonadas, junto aos próprios grandes centros de população, para serem transformadas em riqueza econômica.

A HERVA MATE

Octavio Secundino.

Entre as grandes riquezas, não diremos desconhecidas, mas até aqui pouco conhecidas, do Brasil, figura certamente a Herva Mate.

Não iremos aqui referir opiniões de cientistas nacionais e estrangeiros em torno da preciosa produção dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, riqueza que aliás é tão bem compreendida pelos nossos vizinhos platinos que vêm na Herva Brasileira um produto rico de qualidades nutritivas e valioso como elemento de riqueza nacional.

Diga-se o que se queira, porém, o fato é que o Instituto Nacional do Mate, embora costumem lhe atribuir muitos erros, constitui um clima de reais cogitações em torno do Mate na sua industrialização, no comércio interno e externo, além de ter disciplinado a produção, harmonizando os interesses dos industriais e dos lavradores.

Hoje o Mate é uma riqueza real, conhecida e reconhecida. Di-lo melhor, entre outras cousas a importância que lhe foi dada no estudo do Plano Salte por parte do Congresso Nacional.

E é confortador salientar o interesse que tem demonstrado o Chefe da Nação co-

laborando com as bancadas parlamentares dos Estados hervateiros, com a administração do Instituto Nacional do Mate e com as cooperativas, no sentido de um crescente prestígio para o precioso produto que reúne, a um tempo — qualidades terapêuticas admiráveis e magníficas propriedades como alimento.

O Mate atravessa um período aureo de desenvolvimento e progresso, contando para isso, além das suas virtudes por todos proclamada, com a fortuna de ter, na Presidência da República e na presidência do Instituto Nacional do Mate, dois filhos ilustres de um grande Estado hervateiro, o Estado de Mato Grosso, General Eurico Gaspar Dutra e Dr. Generoso Ponce Filho.

O Plano Salte vai contribuir poderosamente para a prosperidade da Herva Mate no Brasil e então não será esquecida também a atuação, na sua defesa, do Deputado Federal pelo Paraná, líder do seu Governo, Dr. Lauro Sodré Lopes, autor da emenda vitoriosa na Comissão de Finanças, mandando incluir no Plano Salte, verbas destinadas ao fomento da prodigiosa produção brasileira.

Rio, 1949.



Para tanto conseguirmos, faz-se mister programa de política econômica que abraça toda a Nação.

Está fora de dúvida, como compreendeu a grande Nação Americana, desde a primeira Mensagem de Washington, em 1796, depender o progresso econômico, fundamentalmente, do desenvolvimento do ensino agrícola. Será ele, com o industrial e o comercial, que fará viver e crescer a Nação Brasileira, proporcionando-lhe os recursos necessários à realização dos seus gloriosos destinos em benefício da Humanidade.

A Instrução na Bacia do São Francisco

Antonio de Arruda Camara

Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

I — ENSINO PRIMARIO

Há nos municípios total ou parcialmente compreendidos na bacia do São Francisco acenuada interesse pela instrução.

Nas cidades e nas vilas, assim como na maioria dos povoados, é o ensino primário geralmente ministrado. No interior, entretanto, é deficiente o número de escolas. É essa deficiência, notada, mesmo, em centros de população mais densa, constitui problema de difícil encaminhamento e solução.

Nos centros de maior atividade agrícola aparece, — embora a consideráveis distâncias —, núcleos favoráveis à vida das escolas rurais. O mesmo, entretanto, raramente ocorre nos centros pastoris em que a população é mais dispersa.

A distância, mais do que a pobreza, impede o povoamento das escolas no interior do país.

Muita criança em idade escolar e escolas apenas com algumas crianças... as que, por sorte, moram nas proximidades, isto é, até a cerca de meia dúzia de quilômetros.

Logares há em que mal se aprende a *assinar o nome* ou a fazer as *quatro operações* por ser a escola distante, e, outros, em que a escola, por pequena frequência, foi fechada ou transferida.

Nesses logares a escola particular não sustenta o professor. Em casa, o que sabe *ler, escrever e contar*, ensina aos outros... quando ninguém sabe, nada se pode fazer.

Não é pois o problema da instrução no meio rural, sobretudo quando fraco e dispersamente povoado, de fácil encaminhamento. As distâncias, as grandes caminhadas a pé a que estão sujeitos os escolares, mais do que a falta de preparação do professor para a vida rural, dificultam, impedem mesmo, a difusão do ensino.

Segundo elementos que nos foram prestiosamente enviados pelo Dr. M. A. Teixeira de Freitas, Diretor de Estatística da Educação e Saúde em a seguinte, em 1940, a situação do ensino primário na bacia do São Francisco:

ESTADO DE ALAGÓAS

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Litoral e Mata:</i>			
Coruripe	14	20	806
Igreja Nova	16	20	864

Ilmocira de Anadia	23	26	1.013
Peneda	37	63	2.800
Piassabussu	15	21	755
Porto Real do Colégio	11	15	608

Zona do Sertão Alto:

Mata Grande	13	17	784
Palmeira dos Índios	39	64	2.743
Santana do Ipanema	28	33	1.367

Zona do Sertão do Baixo São Francisco:

Água Branca	17	20	950
Arapiraca	15	24	1.099
Marechal Floriano ..	7	7	238
Pão de Açúcar	19	25	901
Traipu	23	26	1.106

ESTADO DE SERGIPE

Zona do Litoral:

Cedro (Darcilena ...)	16	16	678
Jahatão (Japoalã) ..	14	14	571
Japarituba	22	23	959
Muricea	9	9	408
Neópolis	14	19	890
Propriá	32	39	1.582
S. Francisco (Parapi-tinga)	13	13	532

Zona do Sertão do Baixo São Francisco:

Canhoba	9	10	436
Garurú	8	8	359
Porto da Folha	11	16	473

Zona do Sertão:

Aquidabã	15	15	685
N. Senhora da Glória	6	6	248

ESTADO DE PERNAMBUCO

Zona do Agreste:

Bom Conselho	31	38	1.704
Pesqueira	65	81	3.033

Zona do Sertão Baixo:

Alagôa de Baixo (Ser- tania)	34	40	1.347
Belém (Jabimã)	9	9	383
Bom Vista (Coripós)	7	7	307
Cabrobó	6	6	248
Custódia	20	20	629
Floresta	13	17	797
Igaricê (Petrolân- cia)	16	16	617
Leopoldina (Parnamir- im)	5	5	192
Moxotá	9	9	376
Petrolim	18	37	815

Zona do Sertão Alto do Leste:

Águas Belas	17	18	783
Ruique	19	19	764
Pedra	9	9	408
Bio Branco (Arco-verde)	20	22	846

Zona do Sertão Alto do Oeste:

Afogados da Ingazeira	32	32	1.401
Belmonte (Manissobal)	12	12	570
Bodocó	11	11	465
Exu	9	9	351
Flôres	24	24	1.169
Ouricuri	10	11	393
Salgueiro	14	16	550
São Gonçalo (Arari-pina)	9	9	374
São José do Egito ..	17	17	769
Serra Talhada	26	26	1.056
Serrinha (Serrita) ..	12	14	499
Triunfo	22	39	1.494

ESTADO DA BAIÁ

Zona do Sertão Nordeste:

Campo Formoso	7	10	621
Jeremoabo	6	8	444

Zona do Sertão do São Francisco:

Casa Nova	7	9	489
Curuçá	8	8	432
Gloria	6	6	318
Juazeiro	23	32	1.753
Pilão Arcado	5	5	257
Bemauso	8	9	470
Santo Sé	4	4	199

Zona Central:

Jacobina	12	19	932
Saúde	5	5	286

Zona da Chapada Norte:

Bom Sucesso (Bibiana)	2	2	71
Brotas de Macaúbas	5	5	341
Irecê	3	4	285
Macaúbas	3	7	262
Morro do Chapéu ..	12	14	779
Oliveira dos Brejinhos	2	2	112
Santo Inácio	2	2	80

Zona da Chapada Sul:

Caeté	23	39	1.489
Guaranhipe	6	8	318
Jacaruí	5	5	257
Padmas de Monte Alto	6	6	266
Paramirim	9	9	527
Itaó de Santana ..	6	6	273
Urundi	9	9	422

Zona do Médio São Francisco:

Barra	16	31	940
Bom Jesus da Lapic ..	6	9	460
Carinhanta	6	6	355
Xique-Xique	4	6	360
Bio Branco (Paratinga)	7	11	574

Zona do Planalto do Oeste:

Angical	4	4	227
Barreiras	10	15	786
Correntina	3	3	207
Coitépe	7	7	355
Bio Preto (Bipetuba)	6	10	406
Santa Maria da Vitória	5	5	343
Santana	4	4	208

ESTADO DE MINAS GERAIS

Zona de Mocimbuca:

Espinosa	8	17	608
Grão Mogol	16	20	747
Monte Azul	4	13	563
Porteirinha	9	9	404

Zona do Alto Jequitinhonha:

Diamantina	39	87	3.260
------------------	----	----	-------

Zona Metalúrgica:

Belo Horizonte	103	1.254	31.895
Belo Vale	20	23	1.427
Betim	19	50	2.349
Bonfim	24	31	1.511
Brunópolis	18	21	1.223
Caeté	20	35	1.749
Convelção do Mato Dentro	40	76	2.930
Congonhas do Campo	7	21	727
Conselheiro Lafaiete	43	151	4.543
Cordeiro	10	20	1.046
João Pinheiro	18	28	1.515
João Pinheiro	20	37	1.691
Itabirito	17	36	1.281
Lagôa Dourada	12	12	927
Lagôa Santa	1	15	586
Madens Leme	19	26	1.155
Nova Lima	20	75	2.735
Ouro Preto	45	90	3.260
Paraopeba	20	40	1.547
Pedro Leopoldo	26	77	2.781
Resende Costa	8	21	781
Sabará	10	37	1.484
Santa Luzia	19	59	2.268
Santa Quitéria (Esmeraldas)	11	27	1.302
Sete Lagoas	34	91	4.220

Zona do Médio São Francisco:

Brasília	9	20	958
Coração de Jesus ...	17	31	1.347
Francisco Sá	15	26	1.056
Januária	30	59	2.464
Manga	13	22	982
Montes Claros	35	79	3.373
São Francisco	10	20	756

Zona do Alto São Francisco:

Abaré	19	57	1.918
Bocaiuva	14	43	1.830
Buenópolis	6	17	564
Corinto	46	38	1.514
Curvelo	26	63	2.355
Prapora	18	39	1.565
Pompeu	6	20	763
Tiros	7	14	678

Zona do Oeste:

Arcoz	14	30	1.513
Raubui	16	35	1.610
Itom Despacho	30	53	2.458
Carimó da Mata	9	24	987
Cláudio	11	25	1.057
Divinópolis	22	60	2.167
Dores do Indaiá	18	55	1.657
Formiga	36	86	2.899
Guia Lopes	2	5	214
Itapeçerica	22	51	1.901
Itaúna	31	84	2.963
Lagóa da Prata	5	16	752
Luz	16	38	1.566
Martinho Campos	6	17	948
Oliveira	32	93	2.924
Pará de Minas	38	75	3.514
Passa Tempo	13	25	1.095
Pequi	6	23	952
Pitangui	26	84	3.168
Piúma	9	34	1.298
Santo Antonio do Monte	31	31	1.359

Zona do Alto Paranaíba:

Carimó do Paranaíba	6	24	882
Ibiá	15	38	1.285
Patos de Minas	24	65	2.267
Rio Paranaíba	9	15	385
São Gotardo	14	45	1.238

Zona do Prucua:

João Pinheiro	6	10	418
Paracatu	21	50	2.019
Presidente Olegório	1	6	257
São Romão	5	12	404

Total 2.603 5.755 213.890

Novas escolas primárias têm sido fundadas e segundo elementos posteriormente recebidos houve proporcionalmente maior aumento de unidades escolares na zonas mineira e pernambucana da bacia do São Francisco.

O maior número de estabelecimento é de ensino fundamental, (comum e supletivo), como se vê pela classificação dos elementos arrolados:

Grão de ensino	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
Pre-primário	19	101	2.671
Fundamental	2.508	5.245	208.783
Complementar	76	409	2.430
Total	2.603	5.755	213.890

II — ENSINO PEDAGÓGICO

As necessidades do ensino na bacia do São Francisco deram lugar a que se cogitasse do preparo de professores primários na própria

região que, já em 1939, contava com a seguinte organização:

ESTADO DE ALAGOAS

Unid. escol. Corpo docente Matr. geral

Zona do Litoral e Mata:

Peneda	3	20	132
--------	---	----	-----

ESTADO DE SERGIPE

Zona do Litoral:

Propriá	1	8	69
---------	---	---	----

ESTADO DE PERNAMBUCO

Zona do Agreste:

Pesqueira	1	5	62
-----------	---	---	----

Zona do Sertão Baixo:

Petrolina	1	11	112
-----------	---	----	-----

ESTADO DE BAIÁ

Zona da Chapada Sal:

Caetitê	1	12	105
---------	---	----	-----

Zona do Médio São Francisco:

Barra	1	12	42
-------	---	----	----

ESTADO DE MINAS GERAIS

Zona do Alto Itaquinhonha:

Diamantina	1	10	83
------------	---	----	----

Zona Metalurgica:

Belo Horizonte	10	139	1.265
Conceição	1	9	59
Conselheiro Lafacete	2	17	52
Nova Lima	1	11	10
Ouro Preto	1	10	48

Zona do Médio São Francisco:

Curvelo	1	9	75
Januária	1	8	39
Montes Claros	1	11	90

Zona do Alto São Francisco:

Abacé	1	11	20
-------	---	----	----

Zona Oeste:

Divinópolis	1	7	35
Dores do Indaiá	2	12	80
Formiga	2	18	59
Itapeçerica	1	10	34
Itaúna	1	8	63
Oliveira	1	8	71
Pitangui	2	12	36
Piúma	1	11	30

Zona do Alto Paranaíba:

Patos de Minas	1	8	42
São Gotardo	1	11	20

Zona do Prucua:

Paracatu	1	9	27
----------	---	---	----

Total 43 436 2.804

O maior número de estabelecimento é destinado ao preparo de professores primários. Ao sul da bacia, no Estado de Minas Gerais, encontrava-se em 1943, 24 escolas normais do primeiro e 60 do segundo grau, em funcionamento.

III — ENSINO SECUNDÁRIO

Revelam as estatísticas referentes ao ano de 1939 que o ensino secundário, vinha sendo ministrado em 41 estabelecimentos com o seguinte movimento:

ESTADO DE ALAGÓAS

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Litoral e Mata:</i>			
Penedo	1	11	70

ESTADO DE PERNAMBUCO

<i>Zona do Agreste:</i>			
Pesqueira	1	9	23
<i>Zona do Sertão Baixo:</i>			
Petrolina	1	9	107

ESTADO DA BAIÁ

<i>Zona da Chapada Sul:</i>			
Caibité	1	12	75

ESTADO DE MINAS GERAIS

<i>Zona do Alto Jequitinhonha:</i>			
Diamantina	1	12	135
<i>Zona Metalúrgica:</i>			
Belo Horizonte	20	306	5.260
Conceição do Mato Dentro	1	9	50
Conselheiro Lafaiete	2	14	81
Ouro Preto	4	14	502
Sete Lagoas	1	10	133
<i>Zona do Médio São Francisco:</i>			
Jamari	1	11	51
Montes Claros	2	26	89
<i>Zona do Alto São Francisco:</i>			
Curvelo	1	6	24
<i>Zona Oeste:</i>			
Dores de Indaialá	1	12	138
Forniga	1	9	163
Oliveira	1	12	87
Pará de Minas	1	12	163
	41	524	7.151

Informações colhidas em 1943 incluem novos estabelecimentos de ensino secundário nos municípios de Trímio (Pernambuco), Imazeiro (Baía), Congonha do Campo, Diamantina, Divinópolis, Dolores de Indaialá e Patos (Minas Gerais).

IV — ENSINO TÉCNICO

Doméstico — A prova da população do São Francisco desejar se instruir está na aceitação do ensino doméstico que, apesar de ainda pouco compreendido a sua alta finalidade, já em 1939, estava assim representado:

ESTADO DE PERNAMBUCO

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Agreste:</i>			
Bom Conselho	1	8	201
<i>Zona do Sertão Baixo:</i>			
Alagôas de Baixo	1	1	32

ESTADO DA BAIÁ

<i>Zona do Sertão do São Francisco:</i>			
Gloria	1	1	12
<i>Zona da Chapada Sul:</i>			
Caibité	1	2	27
<i>Zona do Médio São Francisco:</i>			
Barra	1	1	6

ESTADO DE MINAS GERAIS

<i>Zona Metalúrgica:</i>			
Belo Horizonte	5	12	489
Caeté	1	4	61
Conceição	1	2	98
Ouro Preto	1	2	15
Sete Lagoas	1	4	43
	17	37	1.014

As condições da vida social e econômica em a maioria das zonas compreendidas na bacia do São Francisco podem ser profundamente modificadas sob a influência do ensino doméstico que precisa e deve, tanto quanto as outras modalidades do ensino profissional, ser desenvolvido e amparado.

Comercial — Na mesma época estava o ensino comercial assim distribuído:

ESTADO DE PERNAMBUCO

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Sertão Baixo:</i>			
Alagôas de Baixo (Ser-tânia)	1	5	36

ESTADO DE MINAS GERAIS

<i>Zona Metalúrgica:</i>			
Belo Horizonte	7	59	885
Conselheiro Lafaiete	1	5	56
Nova Lima	2	7	32
Sete Lagoas	3	17	138
<i>Zona do Médio São Francisco:</i>			
Montes Claros	2	24	67
	1616	117	1.214

Em 1943 figuravam também com estabelecimentos de ensino comercial os municípios mineiros de Itabirito e Ouro Preto.

Industrial — O ensino industrial é ministrado em Belo Horizonte com um total de 3 estabelecimentos, 27 professores e 370 alunos.

V — ENSINO ARTISTICO

Embora relativamente pouco difundida estava o ensino artistico, na mesma época, assim representado:

ESTADO DA BAHIA

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Médio São Francisco:</i>			
Barra	1	1	15

ESTADO DE MINAS GERAIS

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona Metalurgica:</i>			
Belo Horizonte	18	48	184
<i>Zona Oeste:</i>			
Formiga	1	1	120
Oliveira	2	2	60
	<u>22</u>	<u>52</u>	<u>379</u>

VI — ENSINO SUPERIOR

Há entre os estabelecimentos de ensino superior situados na bacia do São Francisco alguns verdadeiramente tradicionais e universalmente acatados pela idoneidade como ocorre, por exemplo, com as velhas Escolas de Minas e de Farmácia de Ouro Preto.

Os estabelecimentos existentes estão assim distribuídos:

ESTADO DE MINAS GERAIS

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Alto Jequitinhonha:</i>			
Diamantina	2	10	36
<i>Zona Metalurgica:</i>			
Belo Horizonte	12	163	1.454
Ouro Preto	2	44	125

Zona Oeste:

Divinópolis	17	222	1.632
-------------------	----	-----	-------

VII — DIVERSOS ENSINOS

Além das modalidades discriminadas encontram-se na bacia do São Francisco outros estabelecimentos de ensino com o seguinte movimento:

ESTADO DE ALAGÓAS

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Litoral e Mata:</i>			
Penedo	3	3	20

ESTADO DE PERNAMBUCO

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona da Sertão Baixo:</i>			
Alagôa de Baixo (Ser- tão)	1	1	13
Petrolina	1	6	16

ESTADO DE MINAS GERAIS

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Alto Jequitinhonha:</i>			
Diamantina	1	15	49
<i>Zona Metalurgica:</i>			
Belo Horizonte	48	229	2.890
Congonhas do Campo	1	8	41
Ouro Preto	2	8	183
Santa Luzia	1	1	32
Sete Lagoas	1	1	33
<i>Zona Oeste:</i>			
Formiga	1	2	16
Oliveira	1	1	14
	<u>61</u>	<u>275</u>	<u>3.307</u>

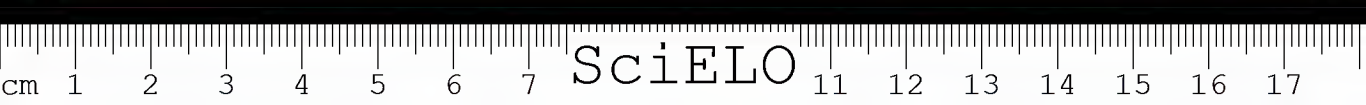
Observa-se a ausência de estabelecimentos de ensino técnico-profissional no centro, norte e nordeste da bacia.

Espera-se, entretanto, em face do programa de incentivo as atividades agro-industriais traçado para a Bacia do São Francisco, que o ensino técnico-profissional, em acôrdo com as peculiaridades inerentes ao meio, tenha, oportunamente, o necessário desenvolvimento.

LAVRADOR! CRIADOR!

FORTALECE A TUA CLASSE INSCREVENDO-TE NA "ASSOCIAÇÃO RURAL" DO TEU MUNICÍPIO: SE ESTA NÃO EXISTIR AINDA, FUNDA UMA, DENTRO DOS MOLDES DO DECRETO-LEI 8.327, DE 24 DE OUTUBRO DE 1945.

A SECRETARIA DA S. N. A. TE PRESTARÁ TODOS OS ESCLARECIMENTOS A RESPEITO.



História da Indústria Açucareira no Nordeste

O Papel Social de Catende

Conferência pronunciada pelo Dr. João de Albuquerque Maranhão no Salão de Sessões da Sociedade Nacional de Agricultura, no dia 22 de abril de 1949:

"SENHORES, Inicialmente, devo dizer-vos que a minha palestra tem a verdadeira significação do vocábulo, isto é, "conversa à lareira", tipo vovô indio, enface, como diziam os nossos avós e modernamente se diz *bate-papo*.

Não esperéis ouvir dissertações eruditas sobre complicados problemas de sociologia e ecologia, e ainda menos sobre indagações de ordem filosófica. O meu pobre verbo não possui os renigios do condor que se alcandora aos picaros nevados dos Andes, mas o vôo baixo dos Janduis dos faloleiros ardentes do nordeste, onde vive a felicidade de nascer. Sou apenas um narrador genuinamente brasileiro, filho, neto e bisneto de Senhor de Engenho, interessado somente em ser útil aos meus contemporâneos ou às gerações futuras. Escolhi o dia 22 de Abril por ser aquele em que o Brasil foi integrada na civilização cristã, e se fez nação!

Vejam os o que diz a História da Colônia Portuguesa do Brasil, Vol. II, pág. 64: "Dia 21 de Abril — enxergaram filamentos verde-escuros ou amarelentos na superfície do mar. Sargaços de plagas ocidentais. Sinais de terra próxima. Dia 22 de abril — andorinhas voando e fisingando côvos (iscas). Pela manhã e a horas de véspera o gaven do capitânea rebentava vitorioso "Terra". E os contornos da terra vão se delineando, lentamente, percebendo-se primeiramente um monte alto e arredondado para o sul. Azulavam-se no céu luminoso umas serras baixas a perder de vista". Este monte, a que se refere o cronista medieval, era o monte Pascoal. Isto posto, senhores, o dia exato do descobrimento da terra de Vera-Cruz foi o 22 de Abril. A 1.ª feira da Oitava do dia da Páscoa do ano de 1500 caiu no dia 22 de Abril. A certidão de idade de nossa Pátria, que é a saborosa carta de Pero Vaz de Caminha, foi escrita poucos dias depois. Esta carta foi publicada pela primeira vez em 1817, segundo a obra citada, pág. 85. É dela este trecho delicioso, que nunca é demais recordar:

"A terra em si mesma é graciosa, que querdo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por

bem das águas que tem". Vê-se, destarte, que, entre os dados geográficos daquele documento, está a localização da "ilha" descoberta (nessim o supunham os companheiros de Cabral), bem como a sua descrição com alusões à formatura da terra, à vegetação e às águas. A reforma do calendário Juliano pelo Papa Gregório XIII, em 1582, mudou a data de nascimento de nossa Pátria para 11 de maio; mas, sendo a diferença de 10 dias, a data comemorativa seria 2 de maio.

A primeira missa em terra foi rezada no dia 1.º e a esquadra de Cabral partiu no dia 2 do mesmo mês para a Índia.

A Bahia, berço da nacionalidade e, atualmente, novo marco da grandeza econômica do Brasil, está em festa pelo transcurso dos 4 séculos da fundação da cidade do Salvador. Foi lá que se lançou a pedra fundamental da Nação.

Parabéns à nossa avózinha pelo advento dos seus 4 séculos de luminosa existência.

Senhores: esta palestra encerra a síntese de um livro que, querendo Deus, ainda este ano sairá do prelo com o título: — "O açúcar no nordeste. (O exemplo da obra econômico-social de Catende)."

Encerrando, voluntariamente, minhas atividades literárias em 1947, parti em Junho de 1948 para Pernambuco, a fim de rever, no Recife, amigos e parentes e recordar o tempo melhor, isto é, o da adolescência. Entretanto, não me quedei em Recife. Visitei o "hinterland" do grande e próspero Estado. Reví a cidade de Curuarú, localizada na entrada do sertão, por isso que ali termine a zona da mata. Bonita e sempre próspera, esta cidade, que há 37 anos eu não via, ostenta hoje arrebatável parque industrial e nos oferece um espetáculo grandioso, por ter sido edificada sobre um planalto, onde se mostra entre o verde-escuro dos açúcares e a branqueira máquina do casário moderno.

Mas, meus senhores e minhas senhoras, já é tempo de abordarmos o assunto principal desta conversa em família, começando pela pitoresca história de:

UMA FAMÍLIA TÍPICA DO VELHO BRASIL.

O povoamento do norte do Brasil, por brasileiros natos, nós o devemos a uma pequena e deliciosa história de amor, misto de idílio

e perspectiva de sacrifício. Duarte Coelho Pe-
reira, donatário da Capitania de Pernambuco,
entre os aristocratas de sua comitiva trouxe
para o Brasil, em 1535, seu cunhado Jerônimo
d'Albuquerque, fidalgo português da melhor
estirpe, descendente de D. Diniz, 6.º Rei de
Portugal (1261-1325). Jerônimo era um guapo
rapaz dado às armas, como bom parente de
Afonso d'Albuquerque, o herói das Índias e
que foi o mais ilustre dos homens de guerra
portugueses do século XVI.

Vindo para Pernambuco, como acima foi
dito, em companhia de seu cunhado, aí se ra-
dicou desde 1535, distinguindo-se nas cruen-
tas lutas contra os ameríndios, as quais se se-
raram no início da colonização.

Os indígenas batidos e derrotados não
deixavam, vez por outra, de atacar os coloni-
sadores. Assim é que numa dessas refregas foi
o fidalgo português ferido numa vista por cer-
teira flecha dos Tabajaras, que o fizeram seu
prisioneiro de guerra. E admirável o valor e
a coragem com que aquela gente indômita res-
istia aos pelouros e arcabuzes dos colonisa-
dores, simplesmente armados de flechas e lan-
çapenas. O gentio, entretanto, não sacrificava

imediatamente o prisioneiro apanhado de ar-
mas na mão. Durante muitos dias ele ficava
deitado na cama, e, se estava ferido, só era sa-
crificado, com festas pagãs, quando restabele-
cido dos seus ferimentos.

A nobresa e sentimento daquele povo
leal e valente atingia a perfeição de ordenar
que o prisioneiro de guerra se defendesse na
hora do sacrifício, lutando, armado, com guer-
reiro indígena que brandia a tangapema ou
facape, adornada de penas para a festa fúne-
bre.

Obedecia, ainda, ao ritual daquela ceri-
mônia macabra o caridoso costume de serem
os prisioneiros feridos tratados pelas virgens
mais formosas da tribo. Ora, entre as moças
escolhidas para enfermeiras de Jerônimo es-
tava a linda princesa Ameraba Maira-Ubi, fi-
lha adorada de Arco-Verde, mur abirada dos
Tabajaras, depois batizada com o nome cristão
de Maria do Espírito Santo, que foi a Paçhon-
tas brasileira. Por intervenção da filha de
Arco-Verde, cacique dos Tabajaras, Jerônimo
de Albuquerque escapou da morte, quando já
condenado a ser o repasto da tribo. Foi tam-
bém por intervenção da filha de um cacique

A INDÚSTRIA DO AÇUCAR NO NORDESTE



Em cima, aspecto da Mesa, com o orador, Dr. João de Albuquerque Maranhão, à tribuna.
Em baixo, parte da assistência.

que o colonizador inglês John Smith, como director do primeiro núcleo de colonos que se estabeleceram às margens do James River, nos Estados Unidos, da América do Norte, foi salvo da morte, quando já tinha a cabeça sobre a pedra sacrificada. O chefe da tribo Powhatan, foi o Acço Verde brasileiro, como progenitor de Pacahontas. John Smith tem hoje a sua estátua no Capitólio, em Washington. Jerônimo de Albuquerque é apenas conhecido pelos eruditos do Brasil como o "Torto" ou ainda pela autonomia de Adão Pernambucano, e nada mais. A princesinha pernambucana Muira-Ubi fora a eleito do destino para formar o príncipe Lar brasileiro no Norte, assim como suas patricias, Bartira e Paraguassu, respectivamente filhas de Tibiriçá e Tuparica, já haviam construído os lares do sul e do meio do Brasil, unindo-se aos europeus João Ramalho e Diogo Alvares, o Carnurú, em S. Paulo de Piratininga e na Bahia, respectivamente.

Vence, destarte, o coração sentimental da mulher puramente brasileira e da enlace de Maria do Espírito Santo com Jerônimo de Albuquerque começa em Pernambuco, que dá feição a todo o Norte, a prole de que faz parte o insigne nomeado Jerônimo de Albuquerque Maranhão, "uma das mais vivas e sugestivas figuras do Brasil nordista", nascido em Olinda no ano de 1548, primeiro capitão-mór do Rio Grande do Norte e seu verdadeiro conquistador, fundador de Natal, construtor do Forte dos Reis Magos e glorioso conquistador do Maranhão, onde faleceu em 11 de fevereiro de 1618, com 70 anos de idade, em um sábado, dia dedicado à Nossa Senhora (Frei Jobatão Orbé Serafico e Brazilica, pág. 203).

Em 2 de maio de 1604, éle nela de Arco-Verde fundou o Engenho "Cumbá", entre Paraíba e o Rio Grande do Norte, no atual Município de Caburguetama, antiga Vila-flôr.

Era sua irmã a formosa mamaluca D. Catarina de Albuquerque, esposa do fidalgo Florentino Phelipe de Cavaleanti, um dos mais esclarecidos varões daquela República.

Interrogado por alguém, em certo dia, por que, sendo fidalgo, casara com a neta de um bugre, respondeu: "Nela de bugre, não; neta de Rei!" Os caciques ou moribixabas eram considerados reis, no Brasil antigo. Entre os sete outros mamalucos, filhos de Jerônimo de Albuquerque com a princesa Arco-Verde, figura D. Brites de Albuquerque, sobrinha da célebre D. Brites de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho, Regente de Pernambuco, de 1510 a 1560, como tutora de seu filho Duarte Coelho de Albuquerque, herdeiro e sucessor daquela Capitania. Foi a primeira mulher estadista de todas as americanas. D. Brites, a mamaluca, casaram em segundas núpcias com Cibaldo Lins, fidalgo alemão, natural de Augusta *fidlicorum*, no Império da Alta Alemanha, hoje Baviera. Foi legitimada na forma do Direito Romano "per escriptura príncipe", que equiparava os filhos ilegítimos aos nascidos de

justos núpcias. Era D. Brites viúva de Gaspar Dias de Ataíde, que viveu em Olinda no ano de 1580. (Ademar — Nação de Cabeças Chatas — Copyright dos Diários Associados — Rio).

Dêsse tronco vigoroso vem, pode-se dizer, a história do Nordeste, espraiado pelo resto do país. O Fidalgo Jerônimo de Albuquerque, filho de Lopo de Albuquerque, por alcunha o "Torto", passou à História do Brasil com a autonomia de Adão Pernambucano, por ter deixado uma descendência de 24 filhos. Em resultado de seu renúncia de aprisionamento, perspectiva de sacrifício e idílio, uniu-se à moça indígena, que o salvou da morte e dele teve 8 filhos, que reconheceram como legítimos. Porém não foi bastante esta união para que Jerônimo deixasse de ter mais cinco filhos, havidos de outras mulheres, assim brancas como índias, e todos os quais, que fizeram o número de treze, tratou sempre com muita leniência e perdoou antes de casar com D. Felipa de Mello, filha de Christovão Mello, governador interino, por insinuação da rainha D. Catarina, avó do infante D. Sebastião, que fôra sahedora da vida licenciada de Jerônimo em Olinda, antiga Maria dos Tabajaras. O gosto pela poligamia daquele fidalgo ou daqueles nobres escreve Gilberto Freyre à fls. 80 da Interpretação do Brasil, parece ter feito antes herdeiros das tradições mouras do que das tradições cristãs e europeias de moralidade sexual. Além de ter sido o tronco principal das mais ilustres famílias pernambucanas, foi Jerônimo que lançou as bases da civilização da cana de açúcar no Norte do Brasil com a fundação do primeiro grande engenho que houve em Pernambuco nos arredores de Olinda e tomou o nome de Nossa Senhora da Ajuda, passando depois a chamar-se "Engenho Velho", no local hoje conhecido por Forno da Cal.

Fôz ele o fundador da nossa antiga principal riqueza. Isto posto, a Princesa Muira-Ubi uniu-se de corpo e alma ao rei de seu coração, fê-lo para dominar por ele toda a valente Nação Tabajara, que, vivendo em paz duradoura, deu mais tarde aos portugueses apoio decisivo na conquista de todo o Norte do Brasil.

Jerônimo de Albuquerque faleceu em 1594, no exercício pleno de Governador de Pernambuco, em que foi sucedido por Alexandre de Moura e assinou outros pelo tempo adiante. São de Frei Antonio de Santa Maria Jobatão os seguintes conceitos sobre seu governo naquela Capitania: — ("Nestas citações, conservámos sempre a sintaxe e até a ortografia do texto original, quando possível) — "Este fôz o primeiro estado da Capitania de Pernambuco por espaço de sessenta e setenta anos desde o de 1530 até o de 1593, em que aqui a deixamos na posse, o governo dos seus primeiros Donatários Duarte Coelho Pereira e seu filho Duarte de Albuquerque Coelho, e de seu tio Jerônimo de Albuquerque, como governador e subst-

linto sen, Quem a quizer ver até a tempo presente, a aumento a que chegou, a sua riqueza, a liberalidade, fortaleza, e constância de seus moradores, a sua lealdade aos Reis, seus Senhores, e sobretudo a pureza de sua fé para com Deus, particularmente no dilatado e penoso cativeiro de vinte e quatro anos, que gemen debaixo do pezado e tirano jugo dos heges Holandezes, em que pela pátria e pela lei derramarão o sangue e perderão as vidas e fazendas; as suas gloriosas vitórias e total restauração até o presente tempo, poderá recorrer aos Antores que disso tratão e em resumo a da América Portuguesa. E se este não agradar por lhe parecer escreve com pena encarecida, e porque a nossa não pareça também, como natural; ponos aqui, em poucas e singelas palavras, o que da Província de Pernambuco diz um escriptor grave, e sincero e não natural e escrevendo a outro intento: "Entre as quatorze Capitãias que dividem a Costa Maritima e meridional do Brasil, a mais florente, fértil e opulenta, é a de Pernambuco. O seu clima é um segundo Paraizo, em ares viciaes e benignos. O terreno é outra nova terra da Promissão, estendido com varges e campinas, vestido todo já de verdes, já de amarelos canaviaes, que quantos torcoens tem são outros tantos torcoens de açucar. Tem grandes Engenhos Reais, que trabalhando todo o ano não podem acabar de fructos. O pão Brasil, que eria o mais precioso; porque deles se tirão sete tintas; a Gente, a Política, a Nobreza, a Opulência, o Comércio, os Edifícios e as Riquezas são as melhores de toda a América e as delicias são como as do Paraizo do Novo Mundo." Como se vê, Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, "segundo o método dos cronistas e historiadores do Brasil colonial, segundo ensina Almir de Andrade em sua "Formação da Sociologia Brasileira — pág. 75, "não tinha a cultura científica necessària, para se pôr em dia com os movimentos que se ensaiavam na Europa, desde a época de Descartes, (1596-1650). Os da primeira metade do Século XVIII — como Hoelga Pila — e todos as outros dos séculos XVII e XVI, mesmo

que alguma cultura científica tivessem, como Gabriel de Souza, por exemplo — não poderiam ter avançado mais do que o fizeram, porque o próprio ambiente cultural europeu de então não lhes oferecia nenhum critério mais largo, nenhum método mais fecundo. A história ainda era, para os historiadores europeus e consequentemente também para os nossos, — um simples repertório de sucessos, mais ou menos concentrados em volta de certas figuras de homens ou de certas comunidades religiosas ou publicas. E assim permaneceram ella, durante os três primeiros séculos da formação brasileira".

O AÇUCAR NO NORDESTE. O EXEMPLO DA OBRA ECONÔMICO-SOCIAL DE GATENDE

No livro a que acima nos referimos, a par de uma ligeira digressão pela história nacional do açúcar no nordeste, a partir do século XVI, nos occupamos do advento de uma patriótica inicialiva, que honra sobretudo a quem a idealizou e a quem deu execução. Quem quer que neste país se interesse por assumos de ordem econômica não deve ignorar que o sistema de plantação ou de monocultura latifundiária e patriarcal sobreviveu à monarquia e com raras e honrosas exceções continúa a ser praticada pela maioria dos Estados da Federação Brasileira, notadamente pelos do Norte.

"Até o amanhecer do século XVIII nos utilisavamos dos velhos processos de fabricação do açúcar, a princípio por meio de pilões ou de mós, que foram substituídos pelos engenhos de três cilindros rotativos verticais, movidos por força hidráulica e que trabalharam sem tréguas até o século XIX. É o peor é que nenhum desses aparelhamentos foi criação brasileira. A velha maquinária, que produzia durante 250 anos a nossa antiga e principal riqueza, foi importada da América espanhola a conselho de um Padre, que esteve no Brasil no tempo de Diogo de Menezes, isto é, no século XVII, com procedência do Perú.

NATURA NON FACIT SALTUS

Há 138 anos, ou seja em 1810, o viajante inglês Henri Koster, cronista de mérito, que mereceu dos danos o epíteto de exulo Koster, chegando na Recife e pondo-se, immediatamente, em contacto com a terra e com a gente do nordeste, verificou... "que ficurum admirados no saber que não era o Brasil o único país no qual se produzia açúcar". Daí por diante a rotina se encarregou de manter todos os erros, agravados com a lei do menor esforço, que eria dificuldades no futuro com as expedientes adotados, para afastar as do presente. A cultura extensiva, ocupando centenas de milhares de terras esautas pelo trabalho ininterrupto de 4 séculos, fez a ruína do trabalhador rural, que passou a viver peor que os escravos da Brasil colonial e diminuiu a

PEÇAM O

PEQUENO MANUAL DO CRIADOR

do médico-Veterinário
DR. JORGE VAITSMAN

Cr\$ 25,00, pelo reembolso postal

Caixa Postal 3328

R i o

produção da matéria-prima. Ademais, os erros públicos-administrativos, acumulados sobre o assunto, têm causado muito dano ao agricultor brasileiro que as trombas d'agua, as sêcas periódicas, a floresta, a montanha, a erosão, o gafanhoto, a saiva, etc. Os nossos 32 milhões de cidadãos rurais vivem péssimamente, porque o Ministério da Agricultura é um dos que têm menor verba na dotação orçamentária! Na corrente exercício financeiro legem apenas obter Cr\$ 1.061.485,628! O D.A.S.P., dada a sua relativa importância no quadro dos altos interesses econômicos financeiros do País, foi melhor apunhado, porque logrou Cr\$ 25.060,880! O serviço de maior monta que esse Instituto presta ao Brasil é a organização da proposta orçamentária, que sempre foi trabalho de rotina da antiga Diretoria do Gabinete do Ministério da Fazenda, tendo maiores onus para o Erário Público. Eu penso que essa importância, aplicada na proteção de milhares de crianças desamparadas, que enchem os sertões desse Brasil imenso, ruidas de verminose e de um mundo de outras endemias, daria melhor resultado para a economia do País. É isto é tanto mais exato quanto é verdade que se agrava dia a dia a praga do analfabetismo. Em 1946, possuíamos 30 milhões de alfabetos e temos hoje um total de Cr\$ 16.725,988 habitantes. Não é menos sombria a situação do nosso estado social. O governo da União, com o sincero desejo de atender a todos esses problemas, de que depende a nossa sobrevivência como nação independente, tem pedido ao poder legislativo medidas de salvaguarda pública. O plano "Sidle," por exemplo, constitui uma nova esperança. Transporte, saneamento, e educação — eis a tríade que desafia eternamente a argúcia dos governos do Brasil! A precária situação em que se encontra, no Brasil, a infância abandonada desafia, há muito tempo, a socorro urgente e prático dos nossos governos e bem assim a iniciativa particular dos nossos indivíduos. Não se trata, no caso, de resolver um problema de ordem genuinamente sentimental, mas de matéria de alta significação social e econômica. O menino de hoje é homem de amanhã (deixem passar o lugar comum, pois, antes de tudo, ele serve, em regra, para exprimir uma verdade). O elemento humano é mundialmente considerado assunto de grande relevância. Só o Brasil com os seus governos dispendiosos não o tem encarado com o carinho que merece.

O ilustre Dr. Manoel de Arruda Câmara, nobre botânico brasileiro, autor da flora pernambucana, que a sua morte deixou incompleta, em homem empreendedor e entusiasta da botânica. Seus altos conhecimentos deviam interessar qualquer governo previdente, especialmente um País incultivado, mas sempre em desenvolvimento. Em sua curta existência, dirigido ao seu discípulo amado, Padre João Hibeiro, vítima da contra-revolução republicana de 1817, em Pernambuco, entre outros con-

selhos de relevante importância para o futuro da Pátria, dizia: "... Como assim com o atraso da gente de cor; isto deve cessar para que logo que seja necessária se chamem aos lugares públicos, levar honras para isto, porque jamais pode progredir o Brasil sem eles intervirem coletivamente em seus negócios; não se importem com essa acanhada e absurda aristocracia cabinda, que há de sempre apresentar obstáculos. Com monarquia ou sem ela, deve essa gente de cor ter ingresso na prosperidade do Brasil." José Bonifácio, anos depois, livrou para o fundamento do nosso progresso idêntica visão política. Mas o Brasil não gosta de dar ouvidos aos seus grandes homens e por ser assim é que a nossa incipiente democracia vive em constantes apuros. Ou progredimos ou desapareceremos, foi a advertência que há quasi meio século nos fez o sábio Oswaldo Cruz. Pois bem, ali no Sul do Estado de Pernambuco, um usineiro, prejudado pela dura lei da necessidade (necessitas Arel legem) tomou a corajosa iniciativa de irrigar e adubar as canaviais de suas terras pelos métodos técnicos científicos, procurando destarte resolver o problema que saltava aos olhos de toda o mundo, isto é, transformar os métodos absolutos de produção no sentido de aproveitamento intensivo e não extensivo da terra. Esse usineiro chamouse Antonio F. da Costa Azevedo, universalmente conhecido em Pernambuco por "Tenente". Sim, foi esse o apelido que lhe deu a sabedoria popular. O homem nordestino, a par da sua singular capacidade de trabalho, resistência e tenacidade na luta pela vida, possui inteligência pronta e a deliciosa verve de seu espírito, tem quasi sempre profundos juízos filosóficos. Antonio F. da Costa Azevedo é realmente a "Tenente", isto é, aquele que comanda superiormente a indústria agrícola em Pernambuco, com tenacidade, espírito inventivo, e sobretudo espírito de disciplina e de ordem. Foi ele o benemerito precursor de um sistema. A história do açúcar em Pernambuco, senhores, pode-se afirmar, está compreendida entre dois grandes períodos representados por dois nomes ilustres da nossa Pátria: Duarte Coelho Pereira e Antonio F. da Costa Azevedo, que viveram respectivamente no século XVI e no século XX.

Para ilustrar este capítulo contarei um episódio interessante da visita que fez a Calende o general Newton Cavaleanti, quando Comandante da 7.ª região militar, a quem deu o brilho dos seus irrefragáveis talentos de administrador. O General Newton em tal maneira se interessou pela obra Social de Calende que a administração da Empresa ali instalada, sob seus auspícios, o "Núcleo de Escoleiro" que honrou o seu nome ilustre. Quando o General, hospede do Solar de Calende, se preparou para ver a obra elétrica que o Eugênio, Apolônio Sales realizou nos canaviais da União irregularizando-os, e adubando-os para produzi-

tem menos de vinte, apresenton-se ao sr. Antonio Costa Azevedo dizendo-lhe: "Eston as suas orilhas "Tenente".

O poeta pernambucano Manoel Monteiro, que acompanhava como jornalista de Recife a excursão do General Newton Cavalcanti ouvindo-o, aproximou-se e respeitosa-mente, pedindo licença ao General declamou:

"Agora no Estado Novo
Tudo é muito original
O Tenente de Catende
Já comanda um General.

E partiram, alegremente, para ver o belo mar de esmeralda dos canaviais pernambucanos, hoje opulentos graças à corajosa iniciativa de Costa Azevedo, aliada à técnica científica de Apolônio Sales.

A fábrica de adubos de Catende é a primeira instalada no mundo e deveu-a a uma invenção do técnico maranhense Dr. José Brito Pinheiro Passos, Diretor industrial da mesma Usina que a projetou e mandou construir com a sua fiscalização pessoal na Alemanha.

Esta fábrica encerra um mundo de benefícios, pois além de preparar o adubo necessário ao revigoramento das terras exaustas por séculos de cultura da cana de açúcar em Pernambuco, melhorando a qualidade da matéria-prima o que vale dizer aumentando o seu rendimento em sacarose, elimina o mal que os resíduos da fabricação do álcool vai fazer às populações ribeirinhas pela poluição das águas dos rios donde tiram o peixe para se alimentar, daí frequentemente resultando intoxicações inevitáveis. O adubo preparado em Catende é ensacado e conduzido para os campos onde é utilizado. A capacidade da fábrica em exame é de 5 mil toneladas por ano e, ultimamente, produziu 3981 toneladas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Do mesmo modo que atenta para os problemas de economia agrícola e industrial, a Diretoria da Usina Catende acompanha a tradição desta Empresa, do mais alto apreço pela assistência ao elemento humano, relacionado com as suas atividades polimórficas. Assim é que, prosseguindo na manutenção dos conhecidos serviços de assistência escolar de proteção à maternidade, de puericultura, de combate às endemias, de profilaxia das moléstias contagiosas, de amparo à infância desvalida, de recreação, de melhoria das habitações, seguros de vidas *fora de qualquer obrigação legal* e independentemente de descontos ou contribuições, tem a Diretoria organizado uma excelente Policlínica, que tomou o nome do notável higienista pernambucano Gouvêa de Barros, e ora em pleno funcionamento. Nesse grande estabelecimento médico-hospitalar se exercem os serviços de ambulatório,

ofonologia, pequena cirurgia obstétrica, ginecologia, fisioterapia e clínica geral, com instalações adequadas e modernas. A instalação e a manutenção desses vários serviços de assistência social representam nos balanços anuais da Usina consideráveis verbas para uma Empresa particular, dentro do quadro geral de lucros módicos, por vezes precários, da indústria açucareira nordestina. Mas os Diretores de Catende, Senhores, têm verdadeira compreensão dos deveres de solidariedade humana ao lado da percepção de que, contribuindo para melhoria do nível de vida dos nossos trabalhadores, estaremos defendendo a ordem econômica e a harmonia social contra os artificios enganosos e dissolventes do extremismo, que sómente vingam nos estados de insatisfação e abandono, e se andam diante da valorização do homem no atendimento de suas necessidades elementares, tornando dispensável o uso de qualquer processo de violência, na repressão ao que cabe menos ao furo e a brutalidade, da que a prática efetiva de assistência social. Esta nobre atitude da Diretoria da Usina Catende S.A. se ajusta admiravelmente aos princípios cristãos, usados nos moldes da Encíclica Humani Generis do Sumo Pontífice — Leão XIII (Joaquim Pecci, nascido em Carpiello — Itália em 1810, papa de 1878 a 1903, isto é, um quarto de século durante o qual com o sublime espírito de tolerância e o seu gênio de grande convergência, manteve a Paz no mundo e lançou a semente dos ideais de confraternização do capital com o trabalho nestas poucas palavras lapidares: "A propriedade pública não pode abdicar a propriedade individual. Pode, porém, temperar-lhe o uso, conciliá-la com o bem comum). A Usina Catende, S.A., senhores, não se interessa apenas pelo operário para tirar proveito do seu trabalho, na pujança das suas forças físicas. Ela mantém uma *Vila de Aposentados*, em um dos bairros da cidade de Catende. Lá, os agora incapazes de produzir são mantidos, exponencialmente, pela Empresa, que lhes dá moradia gratuita e ainda lhes abona uma pensão para viverem com dignidade. Ali residem 25 velhos chefes de família e diversas viúvas. Os aposentados de maior categoria residem em Herite com casas e pensão correspondentes à hierarquia dos cargos que exerciam.

CENTRO DE ESCOTEIROS NEWTON CAVALCANTI

Sob a direção do Sr. Vicente Ramos, a escola de escoteiros que visitei na Usina Catende, é, no gênero, uma das organizações mais perfeitas no país. Obedece a rigorosa disciplina militar, aqueles crianças, outrora sujeitos ao mais triste desamparo, ali vivem felizes aprendendo ótimos ofícios, aprendendo a ler e a escrever decentemente, exercitando-se nos trabalhos agrícolas, cuidando da cultura física, preparando-se, enfim, para enfrentar ga-

hardamente a vida prática, depois de completarem 18 anos de idade.

Neste dia, de par com os benefícios da instrução que receberam, a Usina ainda lhes dará um pecúlio em dinheiro. No setor educação, temos a acrescentar o Grupo Herculano Bandeira e Escolas Anexas.

Neste estabelecimento modelar de ensino, sob a competente direção da professora Normia Corrêa da Silva, se acham matriculados 1.420 alunos, sendo 1.300 do Grupo propriamente dito e 120 do jardim da infância. Espalhados pelos Engenheiros de propriedade da Usina, 11 Escolas Anexas têm uma matrícula de 800 alunos, com uma frequência de 600; 22 professoras se encarregam de instruir estas crianças. A Usina mantém ainda um curso de datilografia, equiparado à Escola Prática e centraliza remédios mensais pedagógicas para os pais e os mestres. Costa Azevedo, porém, que é um homem inteligente e culto compreende muito bem que nem só de pão vive o homem, na frase antiga. Posto isso, funcionam no Grupo Herculano Bandeira e no Centro de Escolas, cursos de canto orfeônico. A Usina fornece ao Grupo, gratuitamente, tudo o material didático fardamento, calçados e outra farinha merenda escolar. No que tange ao setor saúde, existe em Catende, financiada pela Usina, a

POLICLINICA GOUVEIA DE BAIROS USINA CATENDE S/A

Neste centro de assistência médica e hospitalar, a Usina dispendeu, no período de 1.º de julho de 1947 a 30 de junho de 1948, a vultosa importância de Cr\$ 208.777,70, com assistência prestada aos operários, conforme discriminação que se encontrará no texto de meu livro sobre o assunto. Não é preciso encarecer aqui o valor desta obra social, digna de ser imitada pelo parque industrial brasileiro, dos governos dos Estados Unidos do Brasil. Recentemente foi instalado um lactário que presta assistência a 120 crianças e neste serviço foi dispendida em igual período, com medicamento e diversas despesas, a importância de Cr\$ 207.217, 30 ou seja Cr\$ 1.726,80 *per capita*. O leite puríssimo acondicionado em 1.774 mamadeiras, rigorosamente asseladas por 4 enfermeiras visitantes, é distribuído às mães e o diretor-presidente da Usina Catende S/A, "o Tenente", disse-me que existem em projeto outros lactários a serem instalados nas propriedades agrícolas, por grupo, atendendo às facilidades de comunicação e distribuição. É evidente, diante do que ficou dito, que os diretores da Usina Catende S/A, com a reforma dos processos agrícolas do sistema de plantação, secularmente adotado no meio norte, lançaram as bases de novas diretrizes, que trarão outros caminhos à nossa incipiente indústria agrícola.

Levantando o moral do trabalhador dos campos, sempre humilhados pelos *salvadores*

da Pátria, a Usina Catende, S/A, está dando o verdadeiro salutar exemplo, dentro dos princípios cristãos recomendados por Pio XI, nestes termos: " Cabe aos que governam a sociedade, sempre que a necessidade o reclame, determinar, à luz da lei nacional e divina o uso que os proprietários poderão ou não poderão fazer dos seus bens."

Assim é que a empresa se preocupa em interessar os seus operários e empregados nos lucros auferidos, distribuindo-lhes anualmente gratificações apreciáveis.

O AÇÚCAR NAS ARTES E NA LITERATURA

Segundo Splenger, senhores, a história faz-se poeticamente. Olívio Montenegro, prefaciando a "Interpretação do Brasil", de Gilberto Freyre à pág. 20 e 21, ensina: — "Baltista Viro reclamava para o historiador facilidades que eram mais próprias da arte do que da ciência — facilidades que estavam ligadas "à lógica da representação, da imaginação e da intuição. "O açúcar no universo inteiro tem sido motivo de excelentes trabalhos de arte pictórica e poética. Entre nós mesmos, temos os quadros de Cícero Dias, Lula Cardoso Ayres, Manoel Santiago, Balbazar da Câmara e outros. No setor da poesia, poderemos citar poemas de Murilo Araújo, da Costa e Silva e Ascenso Ferreira, este último filiado à Escola da Poesia Moderna, mas com uma percepção tão perfeita e um conhecimento tão profundo do assunto, de que nos ocupamos, que não podemos fugir ao desejo de transcrever aqui um dos seus grandes poemas: Ki-lo:

THEM DE ALAGÓAS

O sino bale,
O condutor apita o apito,
Solta o trem de ferro um grito,
Põe-se logo a caminhar...

Vou danado pra Catende
Vou danado pra Catende,
Vou danado pra Catende
Com vontade de chegar...

Mergulham mocambos
Nos mangues molhados,
Moleques, mulatos
Vêm vê-lo passar.

Adeus!
Adeus!
Mangueiras, coqueiros,
Cajueiros em flor,
Cajueiros com frutos
Já bons de chupar...

Adeus morcuá do cabelo cucheado!
Mangabas maduras,
Mamões amarelos
Mamões amarelos
Que amostram, moleços,
As mamãs murins
pra a gente murmurar...

Vou danado pra Catende
 Vou danado pra Catende
 Vou danada pra Catende
 Com vontade de chegar...

Na boca da mata
 Há fumaças incriveis
 Que em coisas terríveis
 Nos fazem pensar:

— Ali dorme o pai-da Mata
 Ali é a casa dos caiporas

Vou danado pra Catende
 Vou danado pra Catende
 Vou danado pra Catende
 Com vontade de chegar...

Meu Deus! Já deixamos
 a praia tão longe...
 no entanto avistamos
 Bem perto outro mar...

Danon-se! Se move
 Se arqueia, faz onda...
 Que nada! É um partido
 Já bom de corlar...

Vou danado pra Catende
 Vou danado pra Catende
 Vou danado pra Catende
 Com vontade de chegar...

Cana caiana,
 Cana rocha
 Cana fita
 Cada qual a mais bonita
 Todas boas de chupar

Adens morena do cabelo cacheado!
 Ali dorme o Pai-da Mata!
 Ali é a casa dos caiporas!

Vou danado pra Catende,
 Vou danado pra Catende,
 Vou danado pra Catende,
 Com vontade de chegar...

Como vêde senhores ninguém poderá su-
 perar Ascenso Ferreira no Cielo da Cana de
 Açúcar no nordeste. Ele all criou-se tomando
 banho na água fria do açúde na primeira in-
 fância; chupando cajú com enchaça para fe-
 char o corpo. Di-lo o seu poema.

BRANQUINHA

Branquinha
 Branquinha
 É o suco de cana
 Pouquinho — é ralado
 Muitão é tirado...

"Suco de cana caiana
 Passada nos olambique
 Pode sê que prejudique
 Mas bebo toda semana"

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL
 DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
 Presidente da Sociedade



Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA
 CAMARA
 Diretor



Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
 Diretor Técnico



Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA
 SILVEIRA
 Consultor-Técnico



LUIZ MARQUES POLIANO
 Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro



Nem a redação da Revista nem a Sociedade
 Nacional de Agricultura são responsáveis pelos
 conselhos emitidos em artigos assinados.

Os revoltosos de 1817
riscaram vinho de mesa por que era português
João enroça comia couro verde,
Trisecado a bicha viva nos dentes,
E engulindo os pedaços com cachuçal

José Fagneteiro de Palmares,
Um dia estando riscado
Estorou uma bomba de dinamite na mão!

Minha avó dizia
Que a avó dela dizia
Ter sido a "brunquinha"
Que gritou a república em Olinda!

Contam os veteranos do Paraguai
Que rasgavam no dente o cartucho
Misturavam pólvora com aguardente,
Passavam a mistura no bucho
E depois iam brigar,

Em jejum eu te arrecho
Com xarope dos bêdo...
Tu puxas eu arrepuço,
Hales comigo no chão,
Itato contigo no bucho,

E agora, para finalizar, contarei como se processou a festa da botada da Usina Catende no dia 8 de setembro do ano passado.

Era o dia da botada da Usina, isto é, o início da safra de 1948. O mês de setembro, desde o embrião da indústria açucareira em nossa Pátria, foi destinado à botada do Engenho. No Engenho Estivas, onde nasci, no Rio Grande do Norte, era o tempo da alegria e da boa vontade. Naquele dia os carceiros enfeitavam de flores silvestres os seus veículos e até os bois traziam grinaldas de samambaias sobre os chifres elegantes.

Assim, no edifício da Usina, o altar de seu padroeiro, Santo Antônio, estava juncendo

de lírios brancos e as freiras e alunas de um Colégio, sediado em Catende no som de um órgão, enluavam linos ao bom Jesus pelo advento da nova safra. Catende produz 19.000 sacos de açúcar semanais para realização da estimativa total de 500.000 sacos de açúcar por safra! O "Tenente" ouviu a missa acompanhado de todas as pessoas de sua digna e distinta família, bem assim do seu operariado. Em seguida percorreu comigo toda a Usina, depois da solenidade da unção com água benta das primeiras canas moídas, 90 dias antes havia explodido numa caldeira, rombando vidas preciosas de velhos operários, dedicados ao serviço da Emprêza. Esse acidente ceou de tal maneira no noticiário da imprensa brasileira que no Rio de Janeiro escreveram "Catenda desapareceu". Por esse motivo não se realizou o banquete que Tenente oferece todos os anos ao operariado. Todavia, reinava grande entusiasmo na classe operária. Pensei resumir em 14 versos as minhas impressões daquela festa. Ei-los —

A BOTADA

Catende, o "Pirangi" cascateando
Em torno a Usina ruidosa e bela...
Conviviais nos morros ondulado
Desenhavam-se em belíssima aquarela.

Das chaminés o fumo se elevando
Vai dos céus muncular a azuleja tela
É a alma da gente ajoelha-se, rezando,
Pela hélio maior da Pátria estrela.

Em redor toda marela, a Usina apila,
Surge o grande avião da rica Emprêza
Descrevendo uma curva alta e bonita.

Vibram sinos em toques de alcorada,
Porque pára no céu tanta beleza?
"Vão moer para a festa da botada."

Uma pequena mosca traz um grande perigo

Dois sábios ingleses, Dr. G. Davey e Dr. F. H. S. Curd, fizeram uma invenção importante para proteger o gado na África contra a tripanossomíase, a doença do sono, tão perigosa e até agora inevitável. O medicamento chama-se "antrycide" e o gado, injetado com ele, é imunizado das picadas da cece que é o agente da doença do sono, que põe os animais em perigo de vida e é muito perigoso para o homem. Felizmente a cece ainda não faz viagens em redor do mundo e limita-se ao habitat, pois cada país, mesmo sem que conheça o tripanossomíase, tem bastantes dissabores e dificuldades, inerentes ao clima ou à constituição. Assim os países onde há invernos frios e úmidos, lutam com epidemias de constipação, doença esta que em geral está acompanhada de sintomas desagradáveis e, às vezes, perigosos. Mas também nesta circunstância a ciência está felizmente no nosso dispor, pois descobriu-se que o produto natural, QUININA, em combinação com a vitamina de fruta C, constitui uma arma forte para proteger o nosso corpo, que no inverno tem pouca resistência, contra os ataques maquiadores de constipação e as suas complicações. É como na África uma nova invenção diminui a doença entre o gado, assim temos agora na combinação de quinina e Vitamina C um remédio que nos países frios diminuirá os casos de doença entre os homens.

O Rádio e a Educação Rural

Rádio — Programas agrícolas radiofônicos

Pelo
Engenheiro Agrônomo
Geraldo Goulart da Silveira
Professor da Escola de Horticultura
Wenceslão Bello

1) O rádio e a educação rural:

O rádio constitui, sem dúvida um fator de educação de grande relevância.

Através de programas radiofônicos bem orientados é fácil levar até as nossas populações rurais conselhos e sugestões úteis e oportunas sobre como trabalhar melhor e como melhorar o ambiente rural; é fácil orientar convenientemente a educação rural em bases adequadas ao nosso meio; é possível interessar o nosso homem rural pelos nossos problemas, orientando-os e esclarecendo-os, enfim, fazer algo de grande alcance educativo, cultural e social.

Para esse mistér é necessário que a nossa população rural, população que, apesar de ser o baluarte de nossa economia, vive quase que divorciada do resto do país, disponha de rádios, muitos rádios.

É indispensável e urgente que os poderes públicos:

a) forneçam a tôdas as escolas, especialmente às escolas rurais, os indispensáveis aparelhos de rádio;

b) mantenha, nas sédes dos municípios, cidades, vilas e distritos, pelo menos, um aparelho de rádio, com amplificador para retransmissão, em praça pública, de programas radiofônicos;

c) estimulem a organização de programas agrícolas em nossas estações difusoras;

d) mantenham, êles próprios, programas radiofônicos especialmente dedicados às populações rurais como vem fazendo, por exemplo, o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura que conta com quatro programas radiofônicos destinados ao homem do campo (Hora do Agricultor, na Rádio Tamoio S. A., Hora do Ministério da Agricultura, na mesma estação Rumo ao Campo, na Rádio Roquete Pinto e Terra Brasileira, na Rádio Ministério da Educação);

e) facilitem, como vêm fazendo com as máquinas e ferramentas agrícolas, a aquisição, por parte dos lavradores devidamente registrados, de aparelhos de rádio dos mais variados tipos apropriados ao meio rural.

É igualmente oportuno e aconselhável um trabalho educativo junto aos fazendeiros de maiores recursos a fim de que êles:

a) adquiram rádios, proporcionando assim, distração à família e aos seus colonos e demais empregados. Nêsse sentido seria muito interessante orientar os fazendeiros no sentido de que êles habituem seus empregados a reuniões diárias, nas horas de descanso, no terreiro ou em local mais apropriado, para ouvirem programas radiofônicos, proporcionando-lhes assim, uma justa e merecida distração após um dia de trabalho intenso;

b) facilitem aos seus colonos e demais empregados a aquisição de aparelhos de rádio;

c) financiem programas radiofônicos especialmente dedicados ao homem do campo.

É preciso proporcionar ao nosso homem rural um pouco mais de conforto e de distração; trabalhar em prol da melhoria de suas condições de vida infelizmente ainda muito precárias; integrá-lo na vida do país; interessá-lo nos nossos problemas nacionais, etc.

2) Características dos programas agrícolas através do rádio:

Os programas agrícolas radiofônicos devem ter características tais que sejam realmente úteis e despertem a atenção dos ouvintes para os problemas e as coisas relativas ao campo.

Nêsse sentido os programas radiofônicos devem:

a) ter uma denominação sugestiva que desperte a atenção não só do homem rural, mas ainda do homem das cidades, para as coisas do campo. Entre os programas agrícolas, irradiados pelas nossas emissoras, lembramos: Rumo ao Campo, pela Rádio Roquete Pinto; Assuntos Rurais, pela Rádio Pelotense; os Serões dos Fazendeiros, pela Rádio Clube de Pernambuco; Hora do Agricultor, pela Rádio Tamoio; Hora da Fazenda, pela Rádio Sociedade de Trângulo Mineiro, etc., todos com títulos preciosos e bastante sugestivos.

b) abranger os mais variados assuntos agrícolas, orientando o trabalho do lavrador, lembrando a importância do combate à erosão, ensinando com prevenir e combater as doenças e pragas, salientando a necessidade do reflorestamento, etc., através de sugestões, conselhos e palestras claras, sucintas, e, sobretudo, bastante objetivas;

c) incluir um serviço de consultas afim de que os agricultores possam expôr as suas dúvidas e obter, com uma certa brevidade, as soluções mais indicadas para os seus problemas particulares. Através desse serviço as emissoras fazem chegar aos poderes públicos os problemas que mais preocupam os agricultores, as suas reivindicações, as suas necessidades mais prementes, etc.;

d) ter um noticiário informativo sobre economia, mercados, etc., afim de que os agricultores fiquem ao par da situação

econômica do país, da cotação dos produtos agrícolas, das necessidades dos mercados consumidores, etc.;

e) incluir assuntos sobre medicina, alimentação e higiene rural afim de que os agricultores sejam esclarecidos sobre as enfermidades mais comuns nos meios rurais, seus meios de propagação, como evitá-las, etc., tenham uma noção mais precisa sobre as vantagens de uma alimentação rica e variada, incluindo as hortaliças e frutas que, infelizmente não são encontradas em muitas de nossas propriedades rurais; conheçam as vantagens da vacinação preventiva; conheçam os mais rudimentares preceitos de higiene rural, que são, na maioria dos casos absolutamente desconhecidos, etc.;

f) ter uma parte recreativa, incluindo programas musicais selecionados, focalizando de preferência as características de nossas músicas regionais;

g) ter um caráter educativo, isto é, devem incluir palestras, notícias etc., focalizando os grandes vultos nacionais, salientando os problemas educacionais, enaltecendo as nossas conquistas e possibilidades, despertando o amor à terra, incentivando a cooperação, etc.;

h) ser iniciado em horas que possa ser ouvido pelos agricultores. A melhor hora é, sem dúvida, entre 18,00 e 20,00 horas, pois o homem rural passa todo o dia no campo e a esta hora encontra-se em casa, repouso.

Seleções Agrícolas

DIRETOR: EURICO SANTOS

GERENTE: O. ASSUMPTÃO

SUPERINTENDENTE: M. NUNES

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS:

Brasil — Ano	Cr\$ 36,00
Exterior — Ano	Cr\$ 70,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrasado	Cr\$ 5,00

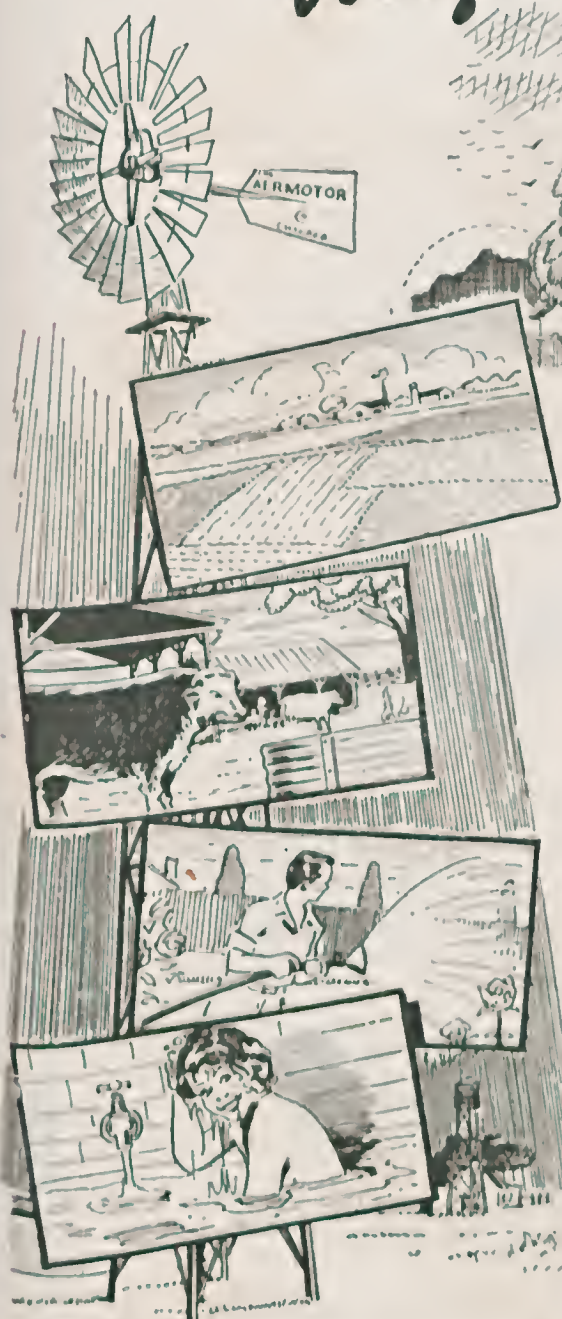
Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º

Telefone: 32-6163

Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

Deixe O Vento
Trabalhar para
Você!



MOINHOS A VENTO

"Aermotor"

A água é o elemento mais necessário em uma propriedade agrícola, dela dependendo a existência tanto da vida animal, como vegetal. A obtenção desse elemento é fácil às vêzes, sendo mais comumente resolvido com a abertura de poços, o que cria a necessidade de elevar a água assim obtida. O emprêgo da força motriz, acarreta a despesa permanente com a manutenção do motor, quer seja elétrico, ou a explosão. O emprêgo do braço humano, por outro lado, só é capaz de satisfazer, em produção, às necessidades das mais modestas propriedades, além de ser fatigante e antiquado. O moinho a vento soluciona perfeitamente o problema, sendo capaz de trabalhar 24 horas por dia, elevando água sem despesa alguma.

O moinho a vento "AIRMOTOR", de fabricação americana, é o produto de 50 anos de pesquisas e experiências na produção destas máquinas, recomendando-se por sua grande resistência e durabilidade. O "AERMOTOR" é fabricado nos mais diversos tamanhos, além de corresponder às necessidades do pequeno sítio ou da grande fazenda.

PEÇAM FOLHETOS

DEPARTAMENTO AGRÍCOLA

MESBLA

RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO - PORTO ALEGRE
PELOTAS - BELO HORIZONTE - RECIFE - NITERÓI

Cooperativismo

O Sr. Fábio Luz Filho, membro da Comissão Técnica de Cooperativismo, recentemente restabelecida pela Sociedade Nacional de Agricultura, pronuncia o seguinte discurso, na sessão de instalação dessa Comissão:

Sr. Presidente,
Meus Senhores,

Fondosamente designado por meus dignos companheiros de *Comissão*, não por possuir maiores méritos, mas apenas maior número de anos vividos na cruzada cooperativista, cum-prime, em nome d'êles, agradecer à Ilustre Diretoria desta casa, de tão grandes tradições, a distinção de que fomos alvo, fruto de nimia gentileza. Queremos agradecer e felicitar pela iniciativa, de larga significação num momento em que, tomando vulto o movimento cooperativo brasileiro, enfrenta, por isso, os percalços dos organismos a que faltam certas condições orgânicas para uma marcha segura e rija.

É animador o surto, não há dúvida; mas, falta-lhe profundidade, fenómeno explicável, mas que precisa de correlívos.

Todos os práticos e teóricos do movimento cooperativo brasileiro acenham, sem cessar, as falhas dêsse movimento, embora lhe reconheciam qualidades outras. Mas, movimento que surgiu, com raras exceções, da propaganda oficial, em meio das deficiências dêsse aparelho oficial que perduram e até se agravam, precisa, mais do que nunca, juntamente pelo desenvolvimento que atingiu em certos setores, de uma grande assistência técnico-educativa. Tem os órgãos oficiais feito o que podem, dentro dessa clássica precuriedade em elementos humanos e de meios materiais de ação eficaz.

Sabemos como a maioria dos próprios administradores de cooperativas brasileiras desconhecem os fidúios fundamentos da doutrina cooperativa. Muitos não só os desconhecem, como os menosprezam. As grandes federações e as grandes cooperativas brasileiras pouco têm feito nêsse terreno da educação cooperativa, de divulgação da doutrina e da prática de cooperativismo.

Nota-se, nas próprias esferas oficiais, pouco interesse por êsse aspecto, o qual, entanto, para nosso esclarecimento, em países de mais avançada civilização cooperativa, é o assunto precípua na preocupação dos seus líderes.

Em recente trabalho, meu ilustre amigo e mestre, *Fabru Ribas*, frisou a relevância do setor educativo. Lembrou-se êle na caracterização, sob êsse ângulo, do movimento sueco. Embora considerado, de determinado ponto de vista (entretanto com empresas capitalistas para atingir a produção própria, no elevado objetivo doutrinário de uma prestação de serviços a preços justos) como pouco ortodoxo, suas realizações, como todos sabem, são surpreendentes. Todo êsse surto é baseado na ação educativa.

Dão tanta importância a êsse setor, que assim o estruturaram:

1.º — *Escolas por correspondência* (*Brevskolan*), as quais em 1946 tiveram uma frequência de 66.918 alunos, em seus grupos ou círculos de estudos, de repercussão mundial e copiados pelo Canadá e pela América do Norte com os mesmos resultados educativos. Além desses alunos, 24.158 estudantes fizeram cursos especiais.

2.º — *Grupos ou círculos de estudos* — Têm por objetivo o conhecimento da doutrina e da prática cooperativas, a organização da família, (célula econômico-social básica na teoria cooperativa), os problemas relativos à sociedade, etc. Em 1946 funcionaram 3.390 círculos com uma frequência de 54.997 alunos.

3.º — *A Escola da Cooperação* — denominada *Var Gard* (Nosso Lar). Fica ela na península de Salljobaden, perto de Estocolmo. Seus cursos visam ao preparo de empregados e à educação cooperativa dos associados. São cursos intensivos de quadro a cinco semanas. Há também cursos de dois anos para alunos de maior nível de aproveitamento e de cultura geral.

Teve essa Escola em 1946 para mais de 4.200 alunos, dos quais mais de 900 eram empregados de cooperativas.

4.º — *Publicidade* — é do domínio do órgão federativo supremo do movimento sueco, fundado em 1889 — *A Kooperativa Forbundet*. Constitui o setor de publicidade mais importante da Suécia em assuntos econômicos. Possui também edições especiais de livros para crianças.

Mantém uma grande revista denominada *VI* (que quer dizer "Nós outros"). É uma revista de assuntos familiares com uma tiragem de 65.000 exemplares, superando todos os demais órgãos publicitários da Suécia.

Hã, ainda, a *Kooperatoran*, jornal oficial da citada federação, de saída mensal.

Como se vê, um dos mais pujantes movimentos do mundo, como o afirmam todos os publicistas que o conhecerem e visitaram a Suécia, deve sua expansão e consolidação em bases graníticas a um fator: educação, educação e mais educação, nas suas variadas facetas.

Daí a sursêcula que, justamente envolve êsse grande país, a qual repousam, feliz e próspero, naquele úlgido e nevioso ambiente nórdico, que me trás à lembrança as doces águas que embalsaram minha infância, lidas por meu saudoso pai, possivelmente influências atávicas, pois leve ascendentes nórdicos.

E o "país da democracia econômica", "The middle way", na justa caracterização de *Marquis M. Childs*. Nela ordenou Roosevelt, em 1937, que os inaptes proctrassem beber ensinamentos cooperativos.

George Laquerre, o ilustado professor de direito belga, em se referindo à *Förbundet* também frisou que, além dos aspectos comercial, industrial e financeira dessa entidade de segundo grão, possui ela o caráter "moral", pois visa ao ensino, à propaganda, ao campo da imprensa e ao editorial, como vimos.

Não obstante o paralelismo de estrutura e a identidade de princípios em relação ao movimento de outros países, distingue-se pelo

cunho que deu à idéia da "integração ascendente", isto é, partiu rigorosamente da "célula consumidora", a família, para chegar às fontes de produção agrícola e industrial, através de uma só entidade federativa.

Como se vê, o problema é mais complexo do que se afigura a alguns elementos das próprias esferas oficiais, exigindo a contribuição de todos os que, profissionalmente ou por laços de cultura econômica, estão vinculados ao mesmo.

Assim, Sr. Presidente, com a instalação da Comissão Técnica de Cooperativismo, a Sociedade Nacional de Agricultura retoma o fio de uma grande tradição.

Como núcleo gerador do atual Ministério da Agricultura, tribuna que tem sido de grandes problemas nacionais, nela repercutiram as vozes de pioneiros e precursores, que nunca desfaleceram na pregação do ideário cooperativo, passando por *Venceslão Bello*, *Baptista de Castro*, entre outros, até chegar a *Arthur Torres Filho*, a quem rendemos neste momento sincero preito de respeito e admiração.

Agradecendo a investidura com que nos distingue esta prestigiosa Sociedade, aqui estaremos coesos, à sua disposição para a defesa e a divulgação dos seus princípios de cooperativismo, marco de uma era nova nas relações humanas.



Mãos

que espalham

SALITRE do CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS:

ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRICOLAS

RUA FLORÊNCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO. — AV. GRAÇA RANHA, 226-3.º andar
— RIO DE JANEIRO. — AV. SANTOS DOMUNT, 227 — BELO HORIZONTE

Estabelecimentos de ensino agrícola nas zonas de colonização do Centro Oeste

pele

Eng. Agr. Geraldo da Silveira
Professor da E. H. W. B.

(Trabalho apresentado á Primeira Conferencia Brasileira de Imigração e Colonização, como contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura ao oportuno conclave)

I — Assistência às populações das zonas de colonização através do ensino agrícola

Nenhuma assistência agrícola é mais objetiva e eficiente do que a assistência através do ensino.

De fato, as escolas que ministram o ensino agrícola, pela sua localização na zona rural, não devem limitar-se, tão somente, ao preparo de profissionais hábeis e tecnicamente capazes para o desempenho dos diferentes misteres da profissão; elas devem cuidar, também, com todo empenho, da formação humana dos educandos, e, pelas suas elevadas finalidades educativas, devem constituir *centros de interesse* da população rural.

Das escolas devem partir os bons exemplos, as boas ideias, o estímulo, o incentivo, etc., e para as escolas devem convergir a atenção e o interesse das populações rurais.

Nas zonas de colonização, as escolas de ensino agrícola, quando bem organizadas e dirigidas, assumem um papel de alta relevância não só sob o ponto de vista profissional propriamente dito, preparando elementos que, adestrados nos trabalhos agrícolas melhor orientem as atividades das colônias, como também, sob o ponto de vista educacional, integrando as populações rurais no meio rural, orientando-as, esclarecendo-as, e, em suma, proporcionando-lhes elementos e oportunidades para que elas atinjam níveis materiais e espirituais de vida mais altos.

São essas as verdadeiras escolas que precisamos e que preconizamos para as zonas de colonização, escolas que ensinam e educam, escolas que, integradas em suas finalidades, se constituem em verdadeiros *centros de educação rural*.

É preciso que os estabelecimentos de ensino agrícola situados nas zonas de colonização, a par da formação profissional propriamente dita, trabalhem também no sentido de:

a — promover o ajustamento da população da colônia agrícola ao ambiente rural, esclarecendo-a sobre os mais importantes problemas da região e a maneira pela qual eles devem ser encarados e resolvidos;

b — divulgar ensinamentos úteis e oportunos sobre alimentação, higiene, habitação etc., proporcionando assim, aos habitantes da colônia, uma vida mais alegre e feliz;

c — criar um ambiente favorável à sociabilidade das populações rurais, a fim de que elas, melhor esclarecidas e orientadas, trabalhem com entusiasmo e idealismo pelo bem estar coletivo.

d — despertar e enaltecer o amor à terra amiga e hospitaleira, terra que deve ser sempre engrandecida e dignificada.

Educar para a vida e tornar melhores as condições da vida rural, eis, em síntese, a grandiosa e patriótica obra que cumpre às escolas, tornar realidade em todo o país.

II — Estabelecimentos de ensino agrícola aconselháveis para as zonas de colonização

Nas zonas de colonização, ao lado das escolas primárias rurais, não devem faltar os estabelecimentos de ensino agrícola que completem a educação dos adolescentes, dando-lhes uma qualificação profissional e preparando-os para a vida prática, sem que para isso eles precisem afastar-se do próprio meio onde vivem.

Escolas que ministrem o ensino da horticultura em todas as suas especializações (hortaliçocultura, fruticultura etc.), e, no mesmo tempo, o ensino especializado referente à zootecnia, especialmente avicultura, suinocultura etc., são das mais recomendáveis, principalmente nas zonas de colonização situadas nas proximidades das grandes cidades.

Na zona de colonização da futura Capital do País, por exemplo, não deve faltar uma escola desse tipo para o preparo de profissionais (fruticultores, hortelões, avicultores, suinocultores etc.), que orientem as atividades dos colonos no sentido da produção de hortaliças, frutas, aves etc., indispensáveis ao abastecimento do grande mercado que será a nova capital.

Em zonas mais afastadas, que sejam outras as atividades agrícolas predominantes nas colônias, escolas que ministrem o ensino especializado referente à essas atividades, são, igualmente, úteis, oportunas e recomendáveis.

Os cursos regulares de tais escolas devem funcionar, de preferência, sob regime de internato, que é, sem dúvida, o que mais se coaduna com as atividades agrícolas.

O nível de conhecimentos para a matrícula nos cursos regulares de tais escolas deve ser o de curso primário completo.

Tais escolas poderão ser mantidas pelos Governos Federal, Estadual ou Municipal, pelas Associações de Classe (Associações Rurais), ou, então, em regime de cooperação entre os Poderes Públicos e Entidades Particulares.

A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", mantida em Penha, Distrito Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura, é um exemplo de escola do último tipo, pois é subvencionada e auxiliada pelo Ministério de Agricultura.

Além dos cursos regulares, poderão e deverão manter tais escolas outros cursos, como:

a — *Cursos de Treinamento*, destinados aos filhos dos colonos, que, não podendo frequentar os cursos regulares, de maior duração (um a dois anos), podem adquirir, em menor tempo, (três a seis meses), uma qualificação profissional que os habilite para os trabalhos agrícolas racionais. Da mesma forma que os cursos regulares, os cursos de treinamento devem funcionar sob regime de internato, a fim de que os alunos aproveitem melhor o tempo;

b — *Cursos Práticos*, sob regime de externato, de curta duração, com aulas uma ou duas vezes por semana e horário que não prejudique as atividades normais dos colonos, destinados a dar aos mesmos, conhecimentos básicos e objetivos sobre os assuntos e práticas agrícolas que mais se fizerem necessários na região;

c — *Semanas de Agricultores*, durante as quais os colonos internados na escola durante uma semana, tenham oportunidade de estudar as questões que mais lhes interessam e possam resolver os seus problemas agrícolas mais prementes.

Todos os cursos devem ser inteiramente gratuitos e, além disso, reverter-se de caráter eminentemente objetivo.

III — Instituições que devem funcionar nas escolas agrícolas situadas nas zonas de colonização

Nas escolas agrícolas que preconizamos para as zonas de colonização, não devem faltar as organizações estudantis que, que pelas suas elevadas finalidades muito concorrem para a melhor educação dos adolescentes, e, quiçá, da própria população rural, pelo reflexo que elas alcançam fóra da escola.

Tais instituições são:

- a* — Clube Agrícola Escolar
- b* — Cooperativa Escolar
- c* — Grêmio Social

Através de instituições de tão elevado alcance educativo e social, consegue-se de uma maneira prática e objetiva:

a — despertar, entre os alunos, o amor à terra e ao trabalho agrícola que tanto engrandecem e dignificam o homem;

b — concorrer para a difusão dos elevados princípios de solidariedade entre os alunos dentro da escola e fóra dela, promovendo assim uma maior confiança e auxílio entre os homens;

c — desenvolver, entre os alunos, o senso de responsabilidade através do desempenho de encargos e trabalhos nos postos de direção das instituições, capacitando-os melhor para a vida prática;

d — contribuir para a melhoria das condições de sociabilidade, mantendo as mais estreitas relações entre as famílias dos alunos e a escola, o que se reflete, favoravelmente, na própria vida rural;

e — colaborar em todas as questões que dizem respeito à melhoria das condições de vida do meio rural, já pelo exemplo do que realizam os alunos na escola, já pelo auxílio e colaboração que eles podem prestar à população.

Tais instituições concorrem, em síntese, para o desenvolvimento social, moral e intelectual dos estudantes, e, indiretamente, através deles, o próprio desenvolvimento moral, social e intelectual da população rural que, melhor esclarecida e organizada, pode viver mais alegre e feliz radiando ao solo.

IV — As escolas agrícolas e as atividades rurais das zonas de colonização onde elas estão localizadas

As escolas agrícolas nas zonas de colonização, como temos sublinhado, devem tomar parte ativa em tudo quanto diz respeito ao melhoramento e progresso da região onde elas estão localizadas, despertando assim a atenção e o interesse dos colonos, que passam a ver, nelas, não simples estabelecimentos de ensino profissional, mas instituições de âmbito muito

mais amplo, instituições que acompanham de perto as atividades rurais da região e cooperam para o bom êxito das mesmas.

Nesse sentido, devem as escolas agrícolas:

a — promover, sempre que possível, a realização de *Exposições Agrícolas, Semanas Ruralistas, etc.*, recursos que muito concorrem para a elevação do nível das atividades agrícolas da região;

b — concorrer para o bom êxito das exposições agrícolas, semanas ruralistas, etc., realizadas na zona sob os auspícios dos poderes públicos, das associações rurais, etc., prestando não somente a assistência técnica que se fizer necessária como também, o auxílio material que as suas condições permitirem;

c — promover, patrocinar e fomentar a realização de palestras, demonstrações práticas etc., referidas a questões agrícolas de relevância para a região; palestras e solenidades cívicas, etc., proporcionando assim, à população rural, ensinamentos e exemplos úteis e oportunos;

d — figurar sempre, nas exposições agrícolas, semanas ruralistas etc, com produtos obtidos na própria escola, o que constitui, sem dúvida, recurso muito eficiente para despertar a atenção dos colonos para as práticas agrícolas racionais nelas empregadas e por elas preconizadas;

e — organizar e colocar à disposição da população rural, não só uma biblioteca, como também distribuir folhetos, revistas, etc., que proporcionem aos colonos uma leitura útil e educativa, concorrendo assim para a elevação do nível intelectual dos mesmos.

Outras atividades, como a realização de sessões cinematográficas educativas, a realização de concursos agrícolas, a manutenção de um museu que seja o documentário dos recursos e possibilidades da região, a realização de palestras sobre higiene, moral, civismo etc., são, igualmente, aconselháveis para que as escolas, integradas em suas elevadas finalidades, realizem um vasto e grandioso trabalho educativo junto da população da colônia.

CONCLUSÕES

1 — É aconselhável, recomendável e oportuno a instalação de *escolas profissionais agrícolas* nas zonas de colonização.

2 — Tais escolas, especialmente as localizadas nas zonas de colonização próximas das grandes cidades, devem preparar *hortelões, fruticultores, avicultores, sítuocultores, etc.*, que orientem as atividades dos colonos na senda da produção, em larga escala, de hortaliças, frutas, aves, etc., para o abastecimento dos mesmos.

3 — As escolas, além dos *curros regulares*, devem manter, de acordo com os recursos e possibilidades, *Curros de Treinamento, Curros Práticos, etc.*, visando a melhoria da produção e do trabalho nas zonas de colonização.

4 — Nas referidas escolas devem funcio-

nar instituições estudantis tais como *Clubes Agrícolas Escolares, Cooperativas Escolares, Grêmios Sociais, etc.*, que constituem recursos de integração dos estudantes nas atividades escolares, e, indiretamente, constituem, também, recursos de inestimável valor na elevação do nível social, moral e intelectual da população rural da zona de colonização, pelo reflexo que sobre elas se fazem sentir as atividades escolares.

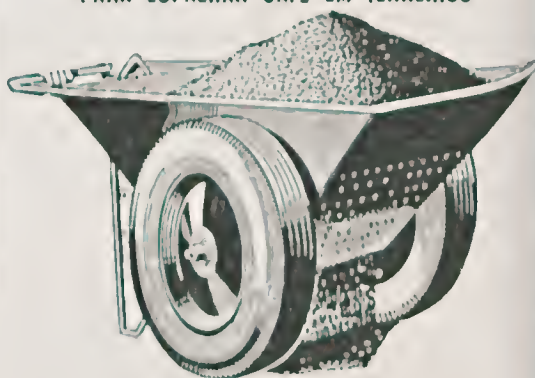
5 — As escolas devem patrocinar, promover e fomentar a realização de *Semanas Ruralistas, Exposições Agrícolas, Concursos, etc.*, visando integrar a população rural nas atividades rurais e orientando-as nas práticas agrícolas racionais e recomendáveis.

6 — As escolas não devem visar, tão somente, o preparo profissional dos adolescentes, mas, ainda, dentro de um plano educacional mais amplo, promover o ajustamento da população rural ao ambiente rural, contribuindo assim para a melhoria das condições de socialidade e elevação moral e intelectual da população da colônia, revestindo-se de caráter de *centros de educação rural*.

7 — Visando tão elevados objetivos formar-se oportuno e objeto imprescindível a manutenção, nas zonas de colonização, de escolas nos moldes preconizados, quer pelos governos Federal, Estadual ou Municipal, Associações Rurais, etc, quer em regime de cooperação entre os Poderes Públicos e as Entidades Particulares.

Carrinhos MOCA

PARA ESPALHAR CAFÉ EM TERREIROS



Fabricantes:

INDUSTRIAS GASTÃO PINATEL

RUA D. BOSCO, 156

São Paulo

Representante:

G. GILBERT

RUA DA QUITANDA, 20-S. 407

Telefone: 22-9503

End. Teleg.: "Trebliq"

Rio de Janeiro

Custo da Produção do Leite

José Assis Ribeiro

Inspetor de Produtos de Origem Animal

O leite nacional, um dos mais caros do mundo — O aumento a se operar, deve ser de produção, e nunca, de preços — Como não se deve produzir o leite.

Está amplamente divulgado na bacia leiteira do Distrito Federal, um cálculo do custo da produção de leite, que já teve um mérito — o de criar na imaginação dos produtores o complexo de prejuízos nesta atividade, isso possivelmente, com o objetivo de os convencer de que a medida a ser tomada para solução do assunto deve ser sempre a mesma — a da exigência formal de aumento de preço de venda do leite.

Conforme o cálculo feito, cujos fatores se basearam parcialmente no trabalho de Rhoads (1), o custo da produção de um litro de leite, na fazenda que se considerou média, é de Cr\$ 2,96. Nesta base, cada litro de leite está dando um prejuízo de Cr\$ 1,36 ao produtor. E o interessante é que, até o momento, os produtores não se aperceberam de tão grande deficit, sendo que a maioria ainda considera ótimo negócio o leite a Cr\$ 1,40 para queijos, ou Cr\$ 1,50 para beneficiamento, haja vista o grande número dos que o vendem a Cr\$ 0,90 ou Cr\$ 1,00 no Sul do Espírito Santo (a poucas horas por rodovia, do Rio), e a Cr\$ 1,10 para manteiga, ou Cr\$ 1,20 para queijos no Sul de Minas — e que nem por isso faliram, e, pelo contrário, apresentam prospera situação financeira.

Cálculos feitos no Vale do Paraíba acusam um custo aproximado de Cr\$ 2,21 e outros, menos pessimistas, têm indicado resultados menores. No Sul do Espírito Santo, a maioria dos produtores está ansiada pela instalação de fábricas de laticínios, afim de poderem fornecer a estas leite por preços muito mais elevados que os atuais, isto é, a Cr\$ 1,20, o que lhes será suficiente para, com lucros, triplicar a atual produção, aproveitando a imensidade de ótimas pastagens, com rebanhos de capacidade leiteira a ser

melhorada. Pode-se objetar que leite nas regiões mais distantes, que só pôde ser industrializado, tem mesmo que ser mais barato que o destinado ao consumo em natureza. Entretanto, como as condições de produção são as mesmas, o custo não pôde ser substancialmente diferente.

Pelo que se infere da leitura atenciosa dos fatores do cálculo, embora sejam aceitáveis alguns dados, que condizem com a dolorosa realidade de nossas fazendas, os mesmos não podem ser aceitos como indicadores de uma produção racional de leite. Os dados do cálculo indicam exatamente como não se deve produzir leite, visto que, nos pontos de vista zootécnico (baixo rendimento per-cápita), agrônômico (trato deficiente das pastagens), veterinário (alto índice de letalidade de animais, tanto adultos como jovens) e comercial (alta valorização das terras e do gado, e juros excessivos), todos os elementos são desfavoráveis.

Num exame técnico econômico, os fatores-valor das terras (capital/terra), valor do rebanho (capital/gado) e juros não podem ser aceitos como se acham enunciados, e, sobre eles devem ser feitas as seguintes considerações:

a) Terras e pastagens — o conceito a se firmar, neste particular, é o de que as pastagens constituem o último aproveitamento de terras e, a produção de leite, o aproveitamento mais rendoso das pastagens. Terras que não mais servem à lavoura, cujo valor já está várias vezes pago por inúmeras culturas que exauriram, agora só podem ser cultivadas com forrageiras, servindo ao pasto. Não há outro aproveitamento a este solo, e, sua transformação em pasto é a sua última exploração econômica. No ponto de

vista agrícola, estas terras nada mais valem. Em consequência, no ponto de vista técnico economico, constitui erro sua valorização excessiva. Em operações comerciais entre leigos, não há erro em quem pretender vender estas terras por preços elevados. Erro existe na intenção de comprá-las por preços excessivos. Terras exauridas, com capacidade de pastagens para manter somente poucas rezes por alqueire, devem ser avaliadas em tantos mil cruzeiros quantas vacas possam comportar nesta área. Assim, na base de 2 a 3 vacas por alqueire, estas terras devem valer Cr\$ 2,00 a Cr\$ 3,00, por unidade de área. O critério a se adotar para avaliação de terras destinadas à manutenção de gado leiteiro, não pôde ser outro. E este leva os interessados na produção racional do leite, ao melhoramento das pastagens, única possibilidade de, aumentando o valor das terras, aumentar-se o rendimento do gado.

b) Animais (— Rebanho leiteiro. Como se trata de rebanho leiteiro, a avaliação dos animais deve ser de acordo com sua produção anual de leite. Assim, o conceito a ser firmado, neste particular, é o de que o valor de uma vaca corresponde à sua produção anual (em litros de leite) multiplicada por Cr\$ 1,50. Uma vaca média, em nossas condições, deve produzir 5 litros de leite, diariamente, em 1 ou 2 ordenhas. Isso dará uma produção anual de 1.825 litros, o que lhe conferirá valor de Cr\$ 2.737,50. Quem pagar mais por animal nestas condições está cometendo erro no ponto de vista econômico.

Na vida útil da vaca (da primeira à última lactação), há uma curva na produção, ascendente até 3.^a ou 4.^a cria, mantida em nível por alguns anos, e descendente nas demais. Esta curva na produção nos revela que a diminuição do valor da vaca (desvalorização das vacas velhas, já no período final da vida útil) é sobejamente coberta pelo aumento de valor das vacas novas, suas filhas (valorização das novilhas). Este fato nos leva a firmar mais um conceito — o de que a desvalorização das vacas que envelhecem é refeito pela valorização das novilhas, suas descendentes, que as substituem no rebanho. Em consequência, na constituição do custo da produção do leite, a depreciação do rebanho leiteiro é fator que não pôde ser levado em linha de conta, visto que, zootécnica e economicamente, a valorização das novilhas é maior que a desvalorização das vacas, isso, além do mais, pela elevação do seu grau de sangue. Neste particular é oportuno transcrever o seguinte:

"Tratando-se de agrupamentos de animais da mesma espécie (manada, rebanho, vara, etc.), cujo valor global se mantenha estável ou aumente, graças à progressiva substituição de animais velhos por animais novos, embora se dêem desvalorizações individuais, não se verifica a desvalorização do conjunto, ou seja aquela que, no caso vertente, interessaria". (2).

c) Juros — sobre o valor das terras e do gado.

A remuneração do capital invertido numa fazenda leiteira merece os devidos estudos, isso porque estes juros, embora possam ser "contados" como fator no custo da produção, não podem ser "contabilizados". Segundo técnica contabilística, estes juros nem podem ser registrados, normalmente, na escrituração. Na prática, os contabilistas não "lançam", estes juros nos respectivos livros, e sim, somente as despesas. Entretanto, é razoável se contem estes juros, à margem da contabilidade regular, para efeito de interpretação e de crítica dos resultados apresentados nos negócios. A indenização do capital invertido no rebanho é satisfatoriamente obtida não só pela produção do gado, que mais lucros facultará quanto mais leite produzir, como pela valorização dos animais. Portanto, a remuneração do capital/gado, para efeito de cálculo de custo da produção, não pôde ser feita na mesma base de valores cuja indenização seja exclusivamente o juro bancário. No caso em apreço, trata-se de juro pelo uso de capital próprio, constituindo parcela do custo psicológico, susceptível, aliás, de expressão monetária por confronto com o juro pago. Assim, para não fugir à idéia predominante, pode-se aceitar a taxa bancária para depósitos sem limite, que vai de 3 a 4% aa. (Banco do Brasil, Banco Mineiro da Produção, etc.).

Relativamente ao capital/terra, outra não pôde ser a orientação, como atestam os contabilistas, e como é plenamente aceito pelo bom-senso.

Quanto a benfeitorias, o melhor sistema de cálculo é o de se avaliar o custo da instalação e o dividir pelo número de anos de sua duração. O quociente será a despesa anual a ser computado no custo da produção. Também se pôde adotar a orientação contabilística de depreciação de 10% aa, sendo que a partir do 10.^o ano só seriam incluídos os valores aplicados em reparos.

* * *

Tomando por base estas modificações, que julgamos justas e oportunas a serem

introduzidas no cálculo apresentado, organizamos o quadro seguinte, revelador ainda, de condições deficitárias na produção de leite.

Cálculo no custo da produção do leite:

Quadro comparativo entre a avaliação e a ora proposta

Receita:	Cr\$	Cr\$	Cr\$
20 bezerras machos	5.000,00		5.000,00
20 bezerras fêmeas	16.000,00		16.000,00
Esterco			
15.000 litros de leite a Cr\$ 1,504	67.711,00	a 2,963	133.365,00
	88.711,00		154.365,00

Dados:

- Número de vacas em lactação — 50.
- Produção média por vaca/ano — 900 litros.
- Número de animais do rebanho — 120 vacas, 3 touros e 4 cavalos.
- Valor do gado — na base de Cr\$ 1,50 por litro/ano — Cr\$ 180.000,00 (sendo Cr\$ 162.000,00 em vacas e novilhas Cr\$ 15.000,00 em touros e Cr\$ 3.000,00 em equinos). Avaliação divulgada — Cr\$ 258.000,00.
- Valor das terras — 70 alqueires, na base de 2 vacas por alqueire — Cr\$ 140.000,00 (avaliando-se em Cr\$ 1.000,00 por vaca/alqueire).
- Avaliação divulgada — Cr\$ 120.000,00.
- Benfeitórias — casa de sede, casa de colonos, banheiro carrapaticida, retiros etc. Cr\$ 100.000,00 — cercas e moirões — Cr\$ 19.440,00.

Resumo:

Capital investido na fazenda:

	aval. racional Cr\$	aval. divulg. Cr\$
Capital/gado	180.000,00	258.000,00
Capital/terra	140.000,00	120.000,00
Benfeitórias	119.440,00	119.440,00
	439.440,00	797.440,00

Despesas:

	Cr\$	Cr\$
Juros s/capital/gado 4% aa.	7.200,00	18.060,00
Juros s/capital/terra 4% aa.	5.600,00	29.400,00

Benfeitórias:

depreciações na base de 10% aa.	11.944,00	11.944,00
substituição de moirões	3.600,00	3.600,00

Depreciação do gado:

a) das vacas leiteiras		26.004,00
b) dos reprodutores	2.400,00	2.400,00
c) dos animais de transp. e latões .	315,00	315,00

Mão de obra:

	Cr\$	Cr\$
Limpa de pastos	14.000,00	14.000,00
Retreiro e ajudante ..	11.700,00	11.700,00
Administrador	12.000,00	12.000,00
Medicamentos	3.000,00	3.000,00
Sal	1.752,00	1.752,00
Impostos	8.400,00	8.400,00
Morte de gado adulto (5% s/rebanho ...	6.800,00	12.000,00
	88.711,00	154.365,00

Observações:

Verifica-se facilmente que a propriedade agrícola que serviu de base ao cálculo acima, não pode, criteriosamente, ser tomada como produtora de leite, muito menos, criadora de gado leiteiro. Isso porque:

1 — o gado em exploração não tem aptidão nem função leiteira, visto que a média por vaca/dia nos animais em lactação (2,46 litros), não lhe confere qualidade para ser considerado leiteiro. Economicamente, uma vaca com esta produção, em rebanho leiteiro é um erro. E, zootecnicamente, sua permanência é erro de maior gravidade, visto que, como produtora, sua baixa função leiteira será herdada pelas suas descendentes.

Também o alto índice de vacas secas ou falhadas em relação à lactação revela falta de qualidades leiteiras no rebanho em estudo.

A alta percentagem de morte do gado adulto (5%) e a excessiva letalidade dos bezerras (20%), revelam ausência de condições técnico-higiênicas na exploração em apreço, o que não condiz com produção racional de leite.

2 — As terras da propriedade estudada não se prestam à exploração de gado leiteiro, de vez que, tendo capacidade forrageira para somente 2 animais por alqueire/ano, revela estar desprovida de vegetação aceitável. Esta deficiência corre por conta da falta de trato das pastagens o que só é admissível onde não haja gado leiteiro de qualidade boa.

3 — A alimentação conferida ao rebanho em apreço não é a de gado leiteiro, de vez que regime exclusivo de pastagens só pôde ser aceito, na produção de leite, quando se dispuser de pastos ótimos, com gramíneas e leguminosas. Não há referência a silagem, fenos, concentrados, etc., elementos estes cuja ausência revelam se tratar de gado não leiteiro. Quem pretender manter rebanho leiteiro em exploração racional tem que, antes de tudo, estar apare-

lhado para lhe fornecer alimentação adequada. E esta não se resume em simples aquisição de farelos, de tortas, etc., de escassa produção em nosso meio, razão dos seus preços elevados.

O verdadeiro produtor de leite é aquele que, além do mais, procura produzir em sua fazenda toda a alimentação de que seu gado carecer.

4 — o preço da limpa do pasto, na base de Cr\$ 200,00 por alqueire/ano, é mais um índice das más condições de manutenção da fazenda, pois, este alto preço só é cobrado em pastos reconhecidamente sujos, portanto, impróprios para gado leiteiro.

Nesta base, pretender lucro com a produção de leite, numa fazenda não aparelhada para a finalidade, é erro. E o prejuízo encontrado é agravado também não só com a desvalorização excessiva das benfeitorias, como cercas e moirões, inclusive alto preço da administração.

Uma fazenda nestas condições, não pôde ser considerada representante média das existentes em nosso meio. Seria fornecer um atestado de nossa incompetência se tal se verificasse. O exemplo tomado revela nitidamente como não se deve produzir leite, mesmo fazendo um reajustamento nos valores.

O custo da produção do leite, nas fazendas reconhecidamente leiteiras, tem de ser menor que o julgamento comumente. Entretanto, todos sabemos que a produção do leite, em nosso meio, constitui um problema permanente — isso porque nunca os produtores se dispuseram a resolvê-lo. Será que a sua solução está simplesmente no aumento do preço do leite? Racionalmente, não.

Quem conhecer a psicologia do nosso homem de campo, facilmente deduzirá que o aumento do preço do leite terá um efeito contraproducente, visto que este fato virá estimular a manutenção das deficientes condições da produção leiteira. Há nisso um perfeito círculo vicioso — com preços baixos, o fazendeiro não melhora a produção do leite por não dar lucros, e, com preços

altos, também não as melhora, porque, mesmo em condições deficitárias, obtem boa renda. . . A solução do problema é simplesmente uma — o aumento que se deve operar no leite, é simplesmente na produção, e nunca, nos preços. E, o que se deve fazer para aumentar a produção, todos estão fartos de saber.

O nosso leite, é bom que se afirme, é dos mais caros do mundo. Em recente consulta a entidades de vários países, foram obtidos os seguintes dados, como preço pago ao produtor: Venezuela — Cr\$ 1,68; Suíça — Cr\$ 1,57; Inglaterra — Cr\$ 1,32; México — Cr\$ 1,13; Estados Unidos — 1,12; Austrália — Cr\$ 0,88 e Argentina — Cr\$ 0,57. Todos sabemos que as condições da Venezuela não podem servir de confronto com as nossas, entretanto, a diferença do preço está sendo mínima.

Consideramos que, pleitear aumento do preço ao produtor para o leite é quasi um absurdo, porém, baseando-se na convicção da maioria, de que o custo da produção é superior ao preço de venda, a medida é razoável. Aumentem-se os preços, e, então, todos os produtores serão beneficiados. Entretanto, alguma coisa deve ser feita em benefício dos consumidores, e para estes, devem os poderes públicos facultar simplesmente o seguinte — a importação de produtos estrangeiros, isentos de taxas aduaneiras, concedendo-lhes licença prévia e cambiais necessárias.

Como medida de ironia, nada melhor do que isso — assim, ter-se-á abundância de leite e derivados estrangeiros, por preços acessíveis aos pobres, e, a produção leiteira nacional desaparecerá naufragada em excesso de preços, de leite e de pretensões

Referências

(1) Custo da produção de 100 quilos de leite — A. O. Rhoad — Boletim de Agricultura, Zootécnica e Veterinária n.º 1, ano VII — Janeiro de 1934 — pags. 1 a 12.

(2) O custo de produção na agricultura — Henrique de Barros — 1945 — pags. 209

Empregos do sal na indústria caseira

AMAURY H. DA SILVEIRA

Eng. Agrônomo do Serviço de Informação Agrícola

Além das inúmeras aplicações do sal na cozinha, como condimento em todas as preparações culinárias, ele desempenha papel de relevo no preparo das conservas caseiras.

Nas conservas de hortaliças, isto é, de verduras e legumes, o sal é adicionado no teor de 1% no suco de tomate, na massa de tomate e no "catsup". No "petit-pois" juntam-se 1 a 2% de sal, subindo para 2 a 2,5% no palmito enlatado e atôbingo e 5% no molho irlandês, produto mais condimentado.

Na classe dos picles, que constituem produtos dos mais importantes na industrialização de hortaliças, a pequena quantidade de sal permite uma fermentação bacteriana, tal como acontece no chucrute e nas azeitonas. Nestes produtos, os 2 a 5% de sal adicionados provocam uma fermentação láctica, a mesma fermentação do leite, transformando os açúcares presentes nas couves e na oliveira em ácido láctico. É quando se abre uma lata de azeitonas é preciso usar água com sal para guardá-las porque do contrário elas se estragam e se tornam venenosas. Ainda o nabo e a alface podem ser preparados como o chucrute, isto é, com pequena quantidade de sal, sofrendo fermentação láctica.

Quando a percentagem de sal é muito grande, elevando-se a 20%, na salga o sêco de milho, ervilha e feijão, não se processa a fermentação.

As soluções de água e sal conhecidas por *salmoura* e o processo de *salmouragem* é também aplicado às hortaliças. Assim, em salmoura fraca de 5%, acrescida de vinagre,

preparam-se beterraba, cenoura, couve-flor, nabo, etc. E em salmoura de 15% com vinagre, ervilha em vagem, cebola, quiabo inteiro, couve-flor e pimentão.

De exposto, conclui-se que o sal desempenha papel importante nas conservas de hortaliças.

Na pequena indústria das carnes, peixes e derivados, não é o sal de menor valia. A ação antissética e inofensiva do sal de cozinha permite a conservação pela salga, processo simples, aplicável na fazenda, exigindo pouco material.

A salga serve também como processo preliminar a outros usados na conservação de carnes, como sejam a dessecção e a defumação. Também aqui a salga pode ser seca ou úmida (*salmouragem*). A salga seca é um método ótimo para peixes e a *salmouragem* requer menos prática que o processo anterior, que, no entanto, se recomenda mais para climas quentes. No preparo caseiro de linguiça, morela e paio, o sal é o condimento obrigatório cuja quantidade a julgar varia de 1 a 5%.

Finalmente, ainda podemos citar a emprego do sal na manteiga e no queijo, produtos que, todavia, têm maior cotação quando a quantidade de sal é mínima.

NOTA: — *Os interessados no preparo caseiro de picles, chucrute e demais conservas de hortaliças, bem como de linguiça, morela e outras conservas de carnes podem sollicitar instruções ao Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro.*

A LAVOURA

CIRCULA ININTERRUPTAMENTE DESDE 1897.

É PUBLICAÇÃO INDISPENSÁVEL A QUANTOS SE INTERESSAM PELOS NOSSOS PROBLEMAS AGRÍCOLAS E ECONÔMICOS.

DISTRIBUIDA GRATUITAMENTE AOS SÓCIOS DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

PREÇO DA ASSINATURA ANUAL: CR\$ 60,00

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115-6.º — Caixa Postal: 1245. Tel.: 42-2981

Rio de Janeiro

Comissão Técnica de Cooperativismo

Por ocasião da instalação, no dia 5 de maio último, na Sociedade Nacional de Agricultura, desta Comissão, composta dos Srs. Diogenes Caldas, Fabio Luz Filho, Waldiki Moura, José Fernandes Gandra e Orlando de Almeida, o Sr. Antonio de Arruda Câmara, 3º Vice-Presidente dessa instituição, leu os seguintes dados, relativamente a "O Cooperativismo na Sociedade Nacional de Agricultura:

"O Art. 12 do primeiro regulamento da Sociedade (1897) estabelecia: "A Diretoria da Sociedade buscará obter dos poderes da União e estaduais e municipais, assim como das associações e particulares, medidas legais, legislativas e executivas, e os recursos que possam contribuir para o progresso agrônomo nacional".

Dentro dessa atribuição, procurou a Sociedade obter a atenção do govêrno para o cooperativismo. Havia o fundador e primeiro presidente da Sociedade, Dr. Antonio Ennes de Souza, no seu longo estágio nos países do norte da Europa, podido avaliar dos benefícios que essa fórmula trazia à agricultura e economia dos países.

Na "A Lavoura" de setembro daquele ano, o Dr. Germano Vert pedia a atenção para as nossas associações rurais, levando-lhes o exemplo dos sindicatos agrícolas franceses, aos quais, dentre outras atribuições, competia a "animação, criação e administração das instituições econômicas tais como Caixas Rurais, Sociedades Cooperativas", etc.

O crédito agrícola constituiu, nos primórdios da Sociedade, como que um ponto obrigatório de estudo da parte de quantos, naquele terreno, aqui mourejavam. Preconizava-se o seu estabelecimento no Brasil, como meio de tirar a agricultura do marasmo em que se encontrava. Uma das suas modalidades, aconselhada, então, "pela função regular e mecanismo simples de seus órgãos, necessários e suficientes, os institutos de crédito conhecidos na Alemanha sob o nome de Bancos de Schultze Delitsche, os Vorschussbanke e as sociedades de empréstimos Raiffeisen ou de "crédito agrícola sob garantia solidária e illimitada".

Em artigo de novembro de 1897, o fundador da Sociedade estudava essas instituições, "melhoradas nos últimos tempos e os moderníssimos institutos da República Francesa, conhecidos sob o nome de "Sindicatos Agrícolas".

Situa-se pois no ano de sua fundação a campanha que a Sociedade, ativando sempre, daí por diante, haveria de empreender em prol do cooperativismo no seio da classe rural brasileira.

Em 1901, o 1.º Congresso Nacional de Agricultura, reunido nesta Capital como parte — de que se incumbiu a Sociedade — dos festejos comemorativos do 4.º Centenário do Descobrimento do Brasil, deu um grande passo no sentido de dar corpo ao sindicalismo e ao cooperativismo rurais no Brasil, votando as seguintes conclusões.

'SINDICATOS AGRICOLAS, COOPERATIVAS, CRÉDITO AGRÍCOLA"

20.ª — Reconstituído o crédito em geral a organização do crédito agrícola deve obedecer principalmente às formas modernas de crédito mútuo, dos sindicatos agrícolas, das caixas e federações cooperativas, segundo os princípios e preceitos de Raiffeisen e os modelos oferecidos pelos Drs. Wenceslão Bello e Fabio Leal.

Para a constituição do crédito agrícola, sob a forma de crédito mútuo, o Congresso oferece aos poderes competentes as bases de uma lei que tenha por fim aparelhar o direito de associação no país com os elementos convenientes ao nascimento e ao desenvolvimento dos diversos tipos, de sociedades comerciais cooperativas de crédito.

Para a formação e desenvolvimento dos sindicatos agrícolas o Congresso oferece igualmente aos poderes competentes as bases de uma legislação que preenche, para as necessidades de organização econômica da lavoura, uma importante lacuna.

21.ª — Não basta que uma legislação regular, pensada e já sagrada pela sanção de larga experiência nos países mais adiantados do mundo, se institua como o Congresso propõe; é mister que os agricultores em

geral compreendam as vantagens da união e cooperação como fatores de crédito e elementos poderosos de organização econômica e busquem praticá-las como os únicos, reais e seguros com que eles devem contar nos dias bons ou máus que tiveram de atravessar os interesses e destinos da lavoura. É assim que êle aconselha:

a) A união dos agricultores sob a forma de sindicatos agrícolas locais;

b) A organização de sindicatos centrais na Capital Federal e nas capitais dos Estados.

22.^a — A fundação dos sindicatos agrícolas ligados à das caixas locais e regionais de crédito mútuo agrícola, funcionando como caixas de depósito e operando por enquanto sobre penhor agrícola perfeitamente constituído, facilitará a constiuição do capital agrícola, com as economias assim reunidas da própria agricultura e com a aplicação cautelosa e segura que por êsse regimen se lhes dá.

23.^a — Revista a legislação sobre o penhor agrícola, no sentido de constitui-lo em bases definidas e práticas, é mistér que sejam simplificados e bem garantidos os processos de execução e estabelecidas penalidades severas para seus defraudadores.

24.^a — Congresso Nacional de Agricultura é forçado a declarar que os repetidos empréstimos internos contraídos pelos Governos da União e dos Estados e a ação absorvente exercida pelas caixas econômicas federais e estaduais sobre as economias de trabalho, do comércio e da indústria, de qualquer que seja sua natureza, afastam e subtraem da lavoura a grande soma de recursos que poderiam ser sabiamente e proveitosamente utilizados pela união ou cooperação dos pequenos capitais.

25.^a — Esta função de previdência, como a pretende exercer e tem exercido o Estado, como uma disparidade formal de condições em relação a tôdas as outras formas de depósitos, cria-lhe pouco a pouco um verdadeiro monopólio que fará do Tesouro o maior dos banqueiros, esterilizando nos cofres ou despesas improdutivas dos Governos somas que deveriam ser fecundadas e vivificadas pelo trabalho da lavoura e da indústria.

No mesmo Congresso, foi apresentada e aceita, como subsídio, uma "Norma de estatutos para sindicatos agrícolas do Brasil", transcritos no 1.^o volume dos "Anuais" daquele memorável Congresso (Pgs. 229-233). Nessas "Norma", eram previstas a

"organização e manutenção de cooperativas e de caixas de empréstimos".

A idéia da arregimentação da lavoura pelos sindicatos agrícolas, uma vez afirmada como um postulado pelos congressistas de 1901, passou rapidamente para as deliberações legislativas, penetrando, em 12 de dezembro de 1902, na Câmara por um projeto de lei que, apoiado pela Comissão de Agricultura, converteu-se na lei n.^o 979, de 6 de janeiro de 1903.

Em vários Estados do país, começaram a ser criados sindicatos e cooperativas, dentro do espirito daquela lei, inspirada sem dúvida nos animadores resultados que a instituição vinha obtendo nos países da Europa.

Na Bahia, após a Conferência Açucareira promovida pela Sociedade, e da qual foi a figura máxima o Dr. Ignacio Tosta, formou-se o respectivo Sindicato Açucareiro, com a cooperação de 12 usinas importantes e do seu seio saiu, forte e bem aparelhada, a Cooperativa Açucareira sob a forma anônima. Também se organizou então uma Cooperativa de Alcool.

Em Pernambuco, onde a Sociedade promoveu a 2.^a Conferência Açucareira, e graças aos esforços do Dr. Luiz Correia de Brito, fundaram-se os seguintes sindicatos agrícolas: Goiana e Itambê, Cabo, Escada, Amaragy, Gameleira e Bonito, Palmares, Jaboatão, Ipojuca, Barreiros, Sirinhaém e Rio Formoso. O Sindicato de Goiana, além de uma atuação destacada no seio da classe rural, fundou uma Caixa de Crédito Cooperativo, levantando e pagando pontualmente na praça de Recife um empréstimo de 20:000\$000, sob a responsabilidade de solidária de todos os sócios.

Ainda como resultado da Conferência de Recife, os agricultores e industriais de açúcar promoveram a "União dos Sindicatos", locais, e a formação de uma cooperativa de Produção e Venda.

As classe produtoras — e aí, então, compreendiam-se como tais as que realmente o são — reclamavam do Governo (1906), uma lei de sociedades cooperativas, num movimento encabeçado pela Sociedade Nacional de Agricultura.

O Decreto 979, de 6 de janeiro de 1903, só foi regulamentado em 1907 (Dec. n.^o 6.532, de 20 de junho), referendado por Miguel Calmon, entusiasta dos trabalhos da Sociedade, com a qual tomara contato em 1903, quando da realização do Congresso e Exposição de Alcool. Nesse regulamento, como uma antecipação do diploma legal insistentemente declamado (Art. 12), era prevista "a organização de coope-

rativas de produção e de consumo, caixas rurais, de crédito agrícola, associações de seguros, de previdência, de assistência, etc.", os quais, contudo, não envolviam o sindicato nas respectivas transações.

Finalmente, a 5 de janeiro de 1906, graças aos esforços desta Casa junto ao Governo, e em virtude de sua contínua propaganda, o então Ministro Miguel Calmon, mais tarde seu Presidente, assinou, com o Presidente Affonso Penna, o Decreto n. 1.637, regulado os sindicatos profissionais e as sociedades cooperativas. Essa lei, por sinal, haveria de ter, no país, uma longa vida de reais serviços ao cooperativismo, sem embargo das falhas que continha, corrigidas mais tarde por outros diplomas.

Um ano antes, 1905, fundou a Sociedade, nesta Capital, o "Comité Central dos Sindicatos Agrícolas dos Estados Açucareiros", sob a presidência de Wenceslão Bello, e destinado a dar orientação e impulso às organizações estaduais.

No ano seguinte, reúne-se, a convite do Sindicato Central dos Agricultores do Brasil, sob a presidência de João Baptista de Castro, os diversos representantes dos Sindicatos Agrícolas da Bahia, de Pernambuco, Maranhão, Sergipe e Alagoas. Nessa ocasião, são traçados os planos e aprovados os Estatutos da Cooperativa Central dos Agricultores do Brasil. A sua fundação, contudo, só foi levada a efeito em 7 de janeiro de 1911 — com elementos de todos os Estados.

O papel da Sociedade, como se vê, era multiforme: orientava, promovia, estimulava, organizava e reunia.

Resumiremos, contudo, sucintamente, o que foi o movimento nos Estados, como resultados da lei de 1903. Assim, em Alagoas, a Sociedade de Agricultura Alagoana, fundada em 1902, criou em seu seio uma "Câmara Sindical", com diretoria própria e, a seu lado, uma Caixa de Crédito Agrícola. A essa instituição o Governo, logo a seguir, cedeu a Usina Wanderley com os seus terrenos e edifícios, para aí serem instalados um instituto agrônomico e um posto zootécnico.

Em Santa Catarina, onde o movimento cooperativista, estimulado pela colônia alemã, datava de 1880, a Sociedade Catarinense de Agricultura se investia da liderança da Campanha Sindicalista e Cooperativista. Em Blumenau formou-se, naquele ano, a primeira cooperativa do Estado, de vida efêmera, porque as suas ações, após se depreciarem, acumularam-se nas mãos de um só indivíduo, desaparecendo sem deixar maiores resultados.

CRIADORES

Prefiram os produtos veterinários RAUL LEITE. São todos de eficiência comprovada e segurança absoluta.

VACINAS, TÔNICOS, VERMIFUGOS. PRODUTOS PARA TÔDAS AS DOENÇAS E PARA TÔDAS AS ESPÉCIES ANIMAIS.

Na febre Aftosa — KUROE E COLÓIDIO-CALCÍO

Para banheiros carrapaticidas — CAVIÃO.

Nas bicheiras e bernes — CRESOL.

Nas verminoses — FENOTIAZINA — FENOLFTALEINA.

Nas frieiras — FRIEIROL.

Nas intoxicações — VITOL.

Peçam folhetos e preços aos representantes nos Estados ou aos

Laboratorios

Raul Leite S. A.

RUA LEOPOLDINO BASTOS, 130 — RIO

Em 1898, aconselhados pelo Consul Italiano, Conde Roti, os colonos italianos da Colônia de Ascurra, organizaram outra Sociedade Cooperativa, que também pouco tempo durou. Foi reconstituída logo após, mediante ações de 20\$000, abrindo um armazem onde vendia os produtos agrícolas aos associados. No ano seguinte, em Cedro, formou-se outra cooperativa de consumo e exportação; em Blumenau, existiam, por essa época, duas cooperativas — a Rodeio I e a Rodeio II; ainda nêsse município, em 1904, formou-se uma outra cooperativa de consumo e produção, no local de Carijó, congregando 300 famílias. Joinville, Urusanga, e outros municípios catarinenses acompanham o movimento estimulado pela Sociedade Catarinense de Agricultura. Ao tempo, o Deputado Lebon Regis, depois colaborador permanente e diretor desta Casa, ofereceu ao Congresso Estadual um projeto de lei visando "amparar os sindicatos e cooperativas no Estado, mediante auxílio pecuniário e técnico".

Em São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas, Rio de Janeiro, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e outros Estados, o movimento cooperativista, irradiado da Sociedade através as suas **Conferências Açucareiras, Congressos de Agricultura**, Prospeções, Folhetos, Conferências, e ação, acorreram os entusiastas da idéia, ai tiveram início os primeiros passos em prôl dêsse movimento renovador da nossa agricultura.

Nunca, desde então, afastou-se a Sociedade de seus propósitos de dotar o país de uma rede de cooperativas, tão necessária à melhor distribuição dos produtos e salvaguarda dos interesses dos produtores e consumidores.

No que toca aos sindicatos — hoje tidos em outro sentido na legislação brasileira — houve por bem esta Sociedade abandonar, e oferecer à lavoura melhores meios de congregar se, através da organização prevista no Decreto-lei N.º 8.127, de 24 de outubro de 1945.

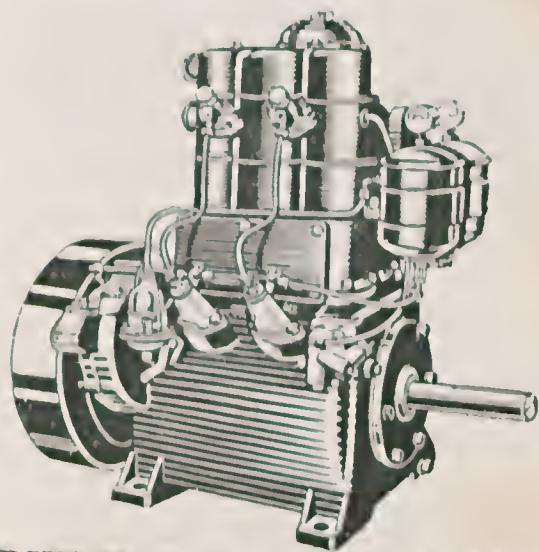
O cooperativismo, que outros diplomas, a que não foi alheia esta Casa, pelos seus técnicos e diretores — caminha vitorioso, e tudo diz que os seus objetivos serão atingidos, mercê da compreensão que já vai havendo de sua necessidade e utilidade e, também, pelos dedicados técnicos que o aplicam em todo o país.

Coube ao nosso grande e sempre pranteado Presidente Dr. Ildefonso Simões Lopes, instituir com caráter permanente, as Comissões Técnicas da Sociedade Nacional de Agricultura. Agora está a Diretoria da S. N. A., atendendo imperativos da evolução, empenhada no trabalho de reestruturação, adaptando-as às novas condições creadas.

Instalamos hoje a primeira Comissão Técnica de Cooperativismo — constituída pelos especialistas Diogenes Caldas, Fabio Luz Filho, Waldiki Moura, José Fernandes Couvea e Orlando de Almeida.

Dispensavel, é claro, apresentá-los.

Resta-nos, apenas, antecipar os nossos agradecimentos e os da família cooperativista do Brasil pelos serviços que vão prestar a C. T. C. da Sociedade Nacional de Agricultura.



DIESEL deve ser o seu MOTOR
HALLETT
a sua marca

Assistência técnica eficiente e peças sobressalientes como garantia de bom funcionamento

DISTRIBUIDORES GERAIS

G. BORCHOFF & CIA.

RIO DE JANEIRO:
RUA RIACHUELO, 243

Caixa Postal: 619 — Tel.: 42-3720

SÃO PAULO:
AV. CAL. OLÍMPIO DA SILVEIRA, 63

Tel.: 514351

Telegramas: "Borgmagneto" — Rio ou São Paulo

Criação de Bezerros

CUIDADOS COM OS RECEM-NASCIDOS

Lincoln Moraes

Veterinário Zootecnista — Professor da Escola Fluminense de Medicina Veterinária.

Imediatamente após o nascimento, o bezerro necessita de toda a atenção. O criador deve verificar as condições em que se deu o parto e observar os primeiros cuidados da própria vaca para com sua cria. Si esta não se move, convem certificar-se logo se está ou não respirando.

As vezes as ventas estão cobertas por fragmentos de membranas ou cheias de mucosidades. Faz-se rápida limpeza, para que o bezerro possa respirar com facilidade. Si, ainda assim, nada se consegue, procuram-se outros meios, com o mesmo objetivo: cócegas na mucosa nasal, com uma palhinha; baforadas de fumaça de cigarro nas narinas ou aspersão de água fria ou vinagre, também nas narinas. Todos estes meios podem provocar a respiração, por ato reflexo.

Estabelecida a respiração, mesmo fraca, deve-se fazer que a vaca lamba a cria, o que, aliás, faz vigorosamente e, via de regra, é suficiente. Caso a vaca, por qualquer circunstância, não o queira fazer, pôde-se estimulá-la polvilhando-se fubá de milho, farelho ou sal sobre o bezerro. Essa operação feita pela vaca nada mais é que um verdadeiro banho higiênico que ativa a circulação periférica e a respiração.

Outro recurso é friccionar o bezerro, fortemente, com uma escova, um pano ou, mesmo, com palha seca, provocando, assim, a respiração, por ato reflexo. Pôde-se, também, nos casos mais difíceis, em que falharem os meios simples até aqui indicados, proceder-se à respiração artificial, fazendo-se trações da língua, puxando-a para fóra, ao mesmo tempo em que se fazem compressões e relaxamentos alternativos do tórax, na região costal. Dão, às vezes, bom resultado umas palmadas vigorosas no peito.

Logo depois do nascimento, deve-se cuidar do cordão umbilical. Em geral êsse cuidado consiste apenas em desinfetá-lo

com tintura de iodo, uma vez expremida sua extremidade.

Em vez de apenas pincelar o cordão umbilical com a tintura de iodo, é muito mais prático e eficiente introduzi-lo completamente, durante uns dois minutos, num frasco de boca larga, contendo essa tintura até o meio ou mais, e bem ajustado à parede abdominal (barriga) do bezerro. Assim, fica bem saturado de iodo. A operação deve ser repetida 12 horas depois. E, ao fim de 8 dias, mais ou menos, quando cair a parte pendente ou "côto", deve ser pincelada, também com a tintura de iodo, a cicatriz resultante, pois, sem êsse cuidado, constitue essa cicatriz, pelo contacto com as sujeiras do estábulo, curral, abrigo ou campo, uma porta de entrada para os germes das doenças infecciosas dos bezerros, tão perigosa quanto a falta de tratamento do cordão umbilical quando nasce o bezerro.

Uma recomendação especial deve ser feita a respeito da tintura de iodo. Esta precisa ser fresca ou bem conservada em frasco de côr ambar e dotado de rolha de vidro esmerilada. Não deve ser empregada a tintura contida em frasco aberto ou com a rolha mal ajustada, estando o líquido quasi negro e de cheiro irritante. E' que, nestes casos, o iodo transformou-se em ácido iodídrico, que é cáustico e ocasionará "queimaduras" e, em consequência, crôstas de difícil tratamento.

Muitos criadores substituem a tintura de iodo por uma solução concentrada de creolina de marca conceituada.

Tratando-se de criação de gado fino com o qual o criador se dispõe a não fazer economia, podem ser empregados o mercúrio cromo ou um pó secativo, à base de sulfanilamida. Nestes casos o cordão umbilical é protegido com um penso, mantido

durante 8 a 10 dias por meio de uma cinta abdominal.

É recomendável passar um pouco de óleo de peixe em torno da região, com o fim de afugentar as moscas.

Quando o cordão não se rompe, por ocasião do parto, o que é raro, ou ficou demasiadamente longe (mais de 30 centímetros), há necessidade de cortá-lo. Primeiro é lavado; depois faz-se uma ligadura, a uns 8 a 12 centímetros da base, com fio assético ou, mesmo, um barbante ou palha de milho retorcida, embebidos em solução concentrada de creolina; a seguir, secciona-se o cordão abaixo da ligadura; e, finalmente, deve ser mergulhado na tintura de iodo, como acima foi explicado.

Nos casos em que o cordão ficou demasiadamente curto, deve ser feita logo uma ligadura a uns 2 ou 3 centímetros do ventre, cortando-se a parte restante a 2 centímetros da ligadura. É conveniente, então, lavar bem o "côto", introduzi-lo na tintura de iodo e ainda envolvê-lo em uma placa de algodão bem polvilhada de um pó secativo ou, preferentemente, de sulfanilamida. Uma cinta abdominal manterá a placa, durante 8 a 10 dias, presa ao local.

Se o ubre da vaca está sujo, é conveniente lavá-lo com água e sabão e secá-lo com um pano limpo, antes que o bezerro mame. Isto ele procura fazer dentro de meia hora, mais ou menos, depois de nascido. Si está muito fraco e não o faz, naquele prazo, precisa de ser ajudado: é levantado e mantido junto ao ubre; há casos em que é necessário colocar-lhe a teta na boca, exprimendo-se um pouco de colostro (o leite dos primeiros dias após o parto).

Acontece, às vezes, nas vacas zebuínas e mestiças de zebús, que as tetas são muito grossas e precisam ser previamente "amaciadas", para que o bezerro possa chupá-las com facilidade.

Outras vezes é a vaca que, estando com ubre muito congestionado e dolorido ou, mesmo, porque quer "enjeitar a cria", não deixa que esta se aproxime para mamar. Será, então, tratada com doçura e mimada, o que, quasi sempre, resolve a situação. Caso contrário, terá de ser colocada no tronco ou levar entaves nos pés.

De qualquer forma, é sempre aconselhável uma mungidura, esgotando-se, assim, o ubre, para que diminua a congestão e fique menos dolorido. Quando a congestão é muito intensa, o que acontece, principalmente, nas primíparas, pôde ser combatida, banhando-se o ubre com um cosimento de malva e folhas de tamarindo (tratamento

bastante empregado na zona norte do Estado do Rio), ou com uma mistura de alcohol e óleo de fígado de bacalhau (ou de cação), em partes iguais.

Logo que o ubre se torna menos dolorido a vaca vai deixando que a cria mame e passa a lhe dispensar todos os desvelos maternos.

Nas granjas leiteiras e quando o objetivo da exploração é a criação de reprodutores, as crias devem ser separadas das vacas umas 24 horas depois de nascidas. Si um zeberro forte permanece mais tempo com a vaca, pôde mamar em excesso e ter um bezerro forte permanece mais tempo diarréia, o que, via de regra, é de sérias consequências.

Além disso, em geral, é mais fácil ensinar a um recém-nascido, separado da mãe no primeiro dia, a aleitar-se num balde do que quando já se habituou a mamar durante mais tempo.

O bezerro deve ser bem protegido contra as correntes de ar, o frio e a humidade. Sua cama, de palha seca e macia, precisa ser abundante e renovada diariamente, si possível.

É indispensável que o recém nascido ingira o colostro, isto é, o primeiro leite produzido pela mãe logo a seguir ao parto e cuja secreção perdura por alguns dias — até 8 e, mesmo, 10 dias.

O colostro, destinado pela natureza a ser, nos primeiros dias de vida, o único alimento dos mamíferos, é altamente nutritivo. Bem mais rico em proteína e albumina que o leite limpo em condições de servir de alimento ao homem, contém, também, um pouco mais de sais minerais, especialmente de cálcio e fósforo. É, ainda, particularmente rico em vitamina "A".

Tem a propriedade de estimular o apetite do bezerro.

Possue ação laxativa e contribue, por isto, para livrar o tubo intestinal da matéria fecal (mecônio), nêle acumulada durante a vida intra-uterina.

Finalmente, está demonstrado que o colostro goza da propriedade de proteger, temporariamente, o recém-nascido contra certas infecções do aparelho digestivo, graças aos anti-corpos específicos ou substâncias imunizantes que contém.

O animal vem ao mundo com mui pequena resistência contra tais doenças e, si não receber o colostro, fica sujeito a não resistir a essas infecções, notadamente as conhecidas vulgarmente pela denominação

genérica de **pneumo-enterite**. Depois é que, por si próprio, vai adquirindo uma imunidade relativa.

Quando por morte da vaca, por falta de secreção lactea (agaloxia) ou por outro qualquer motivo, não se dispõe de colostro para dar ao bezerro, há necessidade de um sucedâneo. Um que dá bom resultado consiste na mistura das claras de seis ovos com leite fresco de vaca, para o primeiro repasto.

Para os seguintes, vai-se diminuindo uma clara de cada vez.

O emprêgo do sôro sanguíneo de vaca, em injeções endovenosas, não é recomendável para o nosso meio, quer pela dificuldade da aplicação, quer pela possibilidade da transmissão da tristeza (piroplasmose e anaplasmose). Há autores que recomendam a mistura, ao leite, do sôro sanguíneo da vaca ou, mesmo, do próprio sangue integral.



CLUBE AGRÍCOLA "MIGUEL CALMON"

Ao Dr. William Simão, Chefe da Seção de Clubes Agrícolas do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, o Professor Fernando Goulart da Silveira, Diretor do Clube Agrícola Miguel Calmon, enviou o seguinte relatório, referente às atividades da referido C.A. durante o ano de 1948: "O Clube Agrícola Miguel Calmon, constituída pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Belle, registrada no S.L.A., sob o número 1098, vem, desde a sua fundação, em abril de 1946, cultivando, com grande entusiasmo, duas hortas, num total de 150 canteiros. Toda a produção é utilizada na alimentação dos alunos da escola, todos sócios do C.A. 1098, que dispõem assim, diariamente, de hortaliças variadas e frescas. Durante o ano de 1948 foram cultivadas as seguintes hortaliças: chicória (lisa e crespa), alface repolhuda, nabo (chato e comprido), rabanete curta redonda, rúmenção, cenoura meio comprida de Nantes, salsa, cebolinha, espinafre, beterraba, tomate (paulista, japonês e americano), ervilha torca, vagem, mostarda, couve manteiga, couve rábano, batata-doce, beterraba, gilo, repolho chato pintal almeirão e coentro. Desde 1947 vem o C.A., 1098 enviando, também, do preparo de mudas de árvores frutíferas, principalmente das seguintes espécies: Laranjeira, abricó, graviola, fruta de espinho, jaboticabeira, caimito, abacaxi, manga, cajueiro, cereja do Rio Grande, etc. Desde 1948 (setembro), vem enviando da avicultura graças ao auxílio que recebe do S.L.A., constante de 100 metros de tela de arame, uma criadeira e 100 pintos de um dia. A criação, consta, atual-

mente de 68 cabeças (frangos e frangas). Toda a produção da avicultura será também, consumida pelos alunos. Durante o ano de 1948 o C.A. 1098 colaborou com a direção da escola durante a realização da 1.ª Semana de Hortelão, tendo sido o seu diretor o Coordenador da Semana e o seu presidente, membro da Comissão do Bem Estar dos Semanistas. Ainda durante a 1.ª Semana de Hortelão, o C.A. 1098, teve a oportunidade de homenagear o S.L.A., na pessoa do Dr. William Simão, que teve a gentileza de visitar o nosso Clube Agrícola e examinar, detalhadamente, todas as suas realizações. O C.A. 1098 concorreu à II Exposição Agro-Pecuária do Distrito Federal, realizada em 1948, tendo obtido os seguintes prêmios: a) campeão em mangas, b) 1.º prêmio em mangas, c) 2.º prêmio com sapidês, d) 2.º prêmio em mudas de ameixeiras, e) 3.º prêmio em mudas de goiabeira. O C.A. 1098 tem colaborado com as escolas primárias da Penha, fornecendo-lhes sementes e mudas de hortaliças. O dia da árvore é sempre festivamente comemorado. No ano passado, por exemplo, plantaram os alunos, no dia 21 de setembro, uma jubileadeira (eucérto), tendo falado na ocasião, além do Diretor e do Presidente do Clube, um professor da Escola. É desejo do C.A. 1098 ampliar, cada vez mais, as suas atividades, contando para isso, como vem recebendo sempre, com a valiosa auxílio do S.L.A., que, sem tardar, vem realizando uma obra notável, prestando assistência técnica e material aos numerosos Clubes Agrícolas espalhados em todos os recantos do país."

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO

Francisco Trevia.

Produzir apenas o bastante para o consumo interno é problema que teremos de reputar secundário, para não tirar atestado de incapacidade de nos governarmos ou mesmo direito de viver.

A ação de produzir para exportar é, porém problema complexo que envolve inclusive tratados de comércio internacional.

Nossa incipiente indústria, sem um planejamento de conjunto capaz de criar um sólido arcabouço pela preferência do aproveitamento de nossas matérias primas, brota aqui ou ali ao sabor da idéia de cada um.

Dai a desconfiança, o retraimento da economia particular, quando de qualquer apêlo para formação de capital das sociedades anônimas, com finalidade industrial.

Este planejamento industrial de conjunto só será possível com a organização perfeita da nossa vida rural.

Ainda somos quasi "essencialmente agrícolas", e quando formos mesmos grandes industriais, o exemplo dos Estados Unidos da América do Norte, nos mostra, teremos de ser grandes agricultores e pecuaristas.

Assim podemos concluir que não temos estes ou aqueles problemas a resolver e sim, um único problema que depende de um plano geral.

Devemos a par de uma política ruralista, de assistência técnica e financeira à Agricultura e Pecuária nacional, organizar com presteza nossos serviços de Transportes ferroviários e abrir rodovias que venham pelo menos alcançar estas estradas de ferro, partindo dos centros de produção intensiva. Transportes faceis por preços baixos, será meio caminho para a vitória na luta pela maior exportação; mas a parte mais importante ainda será o preparo das portas de saída para os nossos produtos.

O aparelhamento dos portos, localizados cada qual na parte mais conveniente ao escoamento dos produtos das diversas zonas do nosso vasto país, merece portanto um cuidado todo especial, e infelizmente isto não tem acontecido.

Um exemplo frizante, é o estado em que se encontra o porto de Camocim no Estado do Ceará.

Este porto com o melhor ancoradouro que se possa imaginar, está com sua entrada quasi obstruída, pela simples falta de um serviço de dragagem.

É o porto de escoamento natural, mais economico e que melhor condição oferece, para todos os produtos da zona Norte do Estado do Ceará e maior parte do Estado do Piauí.

Devidamente dragado, teria a preferência das escalas dos vapores de diversas Companhias de Navegação, pela facilidade de carga e descarga que já oferece por preço baixo.

Não será difícil de verificar-se neste caso, até mesmo a preferência pelo porto de Camocim, por parte dos produtores da zona do vale do Acaraú, até muito acima de Itapipoca.

Verificamos isto e não podemos compreender porque tarda tanto o serviço de dragagem do porto de Camocim.

Ao começar o presente inverno no Ceará, existiam no porto de Camocim, 12.000 toneladas de milho, cujos produtores com a chegada das chuvas prevendo a abundância da nova safra, procuraram vender, mesmo por preço baixo.

A maior parte desse milho, foi vendido ao Ministério da Guerra, que mandou embarcar para Porto Alegre.

Pois bem, os vendedores acabaram perdendo muito dinheiro, porque o Lóide, mesmo mandando um navio de pequeno calado capaz de entrar e sair carregado, não deixou que isto fosse feito.

Só aceitou o carregamento no ancoradouro externo e o que podia ser realizado no ancoradouro interno no máximo em três dias, levou oito dias para ser concluído, acarretando não só prejuizo aos carregadores que pagaram o transporte extraordinário até a barra, como à Companhia de Navegação, com a demora do vapor e consequente despesas com tripulação, máquinas consumindo do carvão todo o tempo, etc.

Com serviços nestas condições não teremos a menor possibilidade de vencer. Os produtores como já vem acontecendo perdem a coragem e desanimados procuram a cidade.

Chegaremos assim a não produzir nem mesmo para nosso consumo e a fome das grandes cidades criarão problemas gravissimos com perigos evidentes para o que desejamos fosse o futuro glorioso da nação brasileira.

Concentração Fluminense de Produtores de Leite em Barra Mansa

Otto Frensel

Diretor Técnico da Sociedade
Nacional de Agricultura

Atendendo aos apêlos que lhe foram dirigidos por produtores fluminenses de leite, o Governô do Estado do Rio de Janeiro, a cuja frente se encontra o ilustre engenheiro, Coronel Dr. Edmundo Macedo Soares e Silva, resolveu organizar em Barra Mansa, nos dia 22, 23 e 24 de Maio p.p., uma concentração de produtores de leite, técnicos e outros interessados. A organização de tão importante reunião foi confiada pelo Snr. Governador do Estado ao Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. O Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite também é 2.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, de cuja Diretoria igualmente fazemos parte ha longos anos, prestando, assim, modestos mas sinceros serviços, à causa dos produtores brasileiros. Somos, pois, suspeitos para falar do competente técnico e esforçado servidor público que é o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite, ao qual nos ligam laços de sincera admiração. Para realçar, com justiça, a sua personalidade, basta lembrar as palavras do próprio Governador do Estado, Coronel Dr. Edmundo Macedo Soares e Silva ao se referir, em brilhante discurso, pronunciado em Barra Mansa, às razões que motivaram a escolha daquele competente profissional da agronomia para o cargo a que tanto brilho vem dando.

Juntamente com competente técnicos da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, fomos convidados pelo Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite para assistentes na organização da Concentração de Produtores de Leite. Para prestar iguais serviços de assistência foi convidado o conhecido técnico, Snr. Osvaldo Ballarin, o qual como autor de notáveis trabalhos sôbre laticínios, sobressaindo o extraordinário livro "Notas sôbre a bioquímica do leite", não precisa, evidentemente de apresentações

Conhecedor profundo das reais necessidade dos laticinistas, quiz o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite proporcionar, não só aos produtores de leite do seu Estado, mas de todo o Brasil, uma oportunidade, verdadeiramente impar, para estudar e solucionar, dentro das possibilidades atuais, os seus verdadeiros

problemas. Guiado por tão elevado espírito público, o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite, orientou a elaboração, não só do programa da referida Concentração, mas, mui especialmente, do extraordinário **temário** que devia servir de base à realização dos trabalhos projetados. Este temário foi amplamente divulgado e distribuído, não podendo ser publicado aqui por falta de espaço. Entretanto, teremos prazer em fornecer os poucos exemplares ainda existentes, aos estudiosos do assunto e, também, para orientação de eventuais futuras reuniões dêsse gênero.

No domingo, dia 22 de maio p.p., pela manhã, o Snr. Governador e comitiva visitaram a Fábrica de Produtos "Nestlé", da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentáres, em Barra Mansa. Ao meio dia essa companhia ofereceu um almoço ao Snr. Governador, comitiva e outros convidados. Falou em nome da companhia, oferecendo o almoço, o Snr. Dr. Augusto da Fonseca Machado. O Snr. Governador respondeu, agradecendo, com brilhante discurso.

As 14 horas teve lugar a solenidade da inauguração dos trabalhos, no salão do Cinema Palacio, gentilmente cedido para êste fim. Diante de grande assistência, tomaram parte da mesa, presidindo os trabalhos, o Snr. Governador do Estado, Snr. Coronel Dr. Edmundo Macedo Soares e Silva.

Dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro.

Dr. Flavio Miranda Gonçalves, Prefeito Municipal de Barra Mansa.

Paulo Monteiro Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Barra Mansa.

Senador Alfredo Neves.

Dr. Cesar Pires de Melo, Presidente da Cooperativa Central dos Produtores de Leite, Limitada.

Dr. Marcos Miglievich, representando o Snr. Prefeito do Distrito Federal.

Dr. Sebastião S. Ferreira de Andrade, Diretor da Fábrica Escola de Laticínios "Cândido Tostes", representando o Snr. Se-

cretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais.

Dr. Mario Teles da Silva, Diretor da Divisão de Fomento da Produção Animal, representando o Ministério da Agricultura.

Dr. João Rodrigues de Alckmin, representando a FARESP.

Capitão Acacio Gonçalves da Silva, representante do Governo Federal junto a CCPLL.

Otto Frensel, representando a Sociedade Nacional de Agricultura.

Sebastião Coutinho, Presidente da Associação Comercial e Agrícola de Barra Mansa.

Antonio Alves Amorim, Presidente da Cooperativa Agro-Pecuária do Município de Barra Mansa.

Dr. Rodrigues Perlingeiro, Juiz de Direito da Comarca.

Entre os presentes se encontravam, além de elevado número de diretores de Cooperativas e produtores de leite, os Snrs. Dr. Osvaldo Paixão, também representando a Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, Dr. Frode Madsen, conhecido técnico em laticínios, professor e representando a Escola Superior de Veterinária do Estado de Minas Gerais e muitos outros.

Inaugurando os trabalhos, pronunciou brilhante oração o Snr. Governador do Estado o qual expoz o pensamento de seu Governo, perante as finalidades da concentração. Falou, a seguir, o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite, expondo os trabalhos que precederam a organização dessa concentração e o interesse do Governo em auxiliar os produtores em suas justas aspirações. Em nome dos produtores de leite, falou o Snr. Dr. Cesar Pires de Melo, Presidente da Cooperativa Central dos Produtores de Leite, Limitada. Falaram também os Snrs. Capitão Acacio Gonçalves da Silva, Representante do Governo Federal, junto a Cooperativa Central dos Produtores de Leite, Limitada; Dr. João Rodrigues de Alckmin, representante da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo; Antonio Alves Amorim, Presidente da Cooperativa Agro-Pecuária do Município de Barra Mansa; Sebastião Coutinho, Presidente da Associação Comercial e Agrícola de Barra Mansa; Deputado Federal Dr. Paulo Fernandes; Dr. José Lins de Albuquerque, Presidente da Cooperativa dos Produtores de Leite de Sossógo, em Minas Gerais, Dr. Osvaldo Fonseca, Deputado Estadual, Otavio Denys Filho representante da Cooperativa Agro-Pecuária de Santo Antonio de Pádua, Senador Alfredo Neves e outras personalidades.

Ao encerrar os trabalhos, o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite, agradeceu em nome do Snr. Governador, a presença e a colaboração de todos, passando, a seguir, a presidência dos futuros trabalhos ao Snr. Dr. Pires de Melo, Presidente da Cooperativa Central dos Produtores de Leite, Limitada. Nova reunião foi convocada para as 21 horas na sede da Associação Comercial, gentilmente cedida para este fim pela sua oíigna Diretoria e na qual, também, já se achava em funcionamento a Secretaria da Concentração. Sob aplausos gerais e acompanhado de todos os presentes, o Snr. Governador se retirou da reunião.

Na reunião que teve lugar às 21 horas na sede da Associação Comercial, o Snr. Presidente em exercício designou uma comissão, aprovada pelos presentes, afim de estudar os assuntos, constantes do temário. Esta Comissão ficou incumbida de discutir suas conclusões numa reunião preliminar no mesmo local às 16 horas do dia seguinte. Assistiu aos trabalhos desse dia o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite.

No dia seguinte no local e hora marcados, teve lugar a reunião da comissão citada a qual discutiu amplamente várias sugestões e pareceres apresentados pelos seus membros. Unificados, finalmente, em torno de uma conclusão única e definitiva, os presentes resolveram convocar, imediatamente, os membros da Concentração, em sua maioria já presentes, afim de submeter à sua apreciação as conclusões da referida comissão. A conclusão em aprêço, já amplamente publicada na Imprensa Carioca, foi aprovada por unanimidade pelos presentes. Discursou o Snr. Dr. Cesar Pires de Melo, agradecendo o espirito de cooperação dos presentes e pedindo uma moção de homenagem especial para o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite o que foi aprovado por unanimidade pelos presentes a seguir passou novamente a Presidência ao Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite o qual, tendo assistido a todas as reuniões, agradeceu as homenagens que lhe tinham sido feitas. Encareceu novamente o desejo do Governo do Estado de auxiliar os produtores em suas justas necessidades. Por último pronunciou brilhante oração, em nome dos produtores de leite, o Snr. Dr. Athanagildo Leite Ferraz, sendo vivamente aplaudido. Em seguida os trabalhos foram encerrados.

O programa do terceiro dia, constou de um churrasco oferecido aos membros da Concentração, autoridades e convidados especiais pela Prefeitura Municipal e pela Cooperativa Agro-Pecuária de Barra Mansa.

BICHO DAS FRUTAS

Como combatê-los

Cesar Scára

Eng.-Agrônomo, do Serviço de Informação Agrícola

É o flagelo dos que cultivam ou gostam de comer frutas. Dá-se uma dentada num pêsego aveludado, numa goiaba, numa jaboticaba e eis que um vermezinho amarelo surge todo assanhado à nossa vista, tirando o apetite da gente. Um lindo pomar com fruteiras as mais diversas ou um laranjal exuberante a prometerem copiosa produção e enfão os frutos começam por se apresentar bichados, perdendo-se boa parte da safra.

É o antipático bicho das Frutas, esse extraprazer das crianças e adultos que os técnicos chamam com mais propriedade de "Mosca das Frutas". Sim, mosca é o que aquele vermezinho nojento será em seu estado adulto. É mosca de duas espécies, que, por serem quasi iguais e terem hábitos idênticos, não os distinguiremos quanto ao que nos importa esclarecer, que é o meio de combatê-las e apenas por curiosidade daremos os seus complicados nomes científicos e que são: a *Anastrepha fraterculus* e a *Ceratitis capitata*, também conhecida por Mosca da Mediterrânea. E se querem saber como agem esses insetos tão daninhos, aí val um apunhado da sua biologia, para facilitar a compreensão dos meios de combatê-los: A mosca, de corpo amarelo, asas transparentes e de 4 a 5 cms. de comprimento, deposita seus 3 a 5 ovos, dentro do fruto ainda verde, em cuja casca faz um furinho. Alguns dias depois, os ovos desceem e deles nascem as larvas — os três bichos — que ficam dentro do fruto cerca de 20 dias a sorver-lhe a polpa. Ai então, sós ou com o fruto que caí, vão as larvas para o chão, onde passam 15 dias no estado de pupa, ou seja, envoltos numa camada endurecida que criam e dentro da qual se transformam em moscas, atingindo assim o estado adulto. E toca a voar, à procura de alimento — substâncias açucaradas — e também para se reproduzirem, repetindo o ciclo já acima descrito.

Proteção aos frutos

Até hoje não se conseguiu um meio eficiente de evitar o ataque das moscas aos frutos senão ensacando-os. Isto há de parecer assombroso, mas em muitos países de fruticultura adiantada é aplicado em grande escala. Tal processo é bastante caro e exigido muita mão de obra, além de prejudicar a coloração dos frutos, que apenas receberão sol na época da maturação, através do papel do saquinho, que por isto deve ser o mais transparente possível e encerado. O tamanho dos saquinhos deve variar de acôrdo com o dos frutos, mas em média pode ser de 12 x 15 cms., tomando-se o pêsego por padrão. Usar cola de caseína ou costurar os seus bordos, sendo a boca presa ao pedúnculo dos frutos, logo que estes estejam bem formados, com barbante, arame ou "clips" apropriados.

Meios profiláticos

Conhecida a biologia desses insetos, fácil será deduzir que os frutos bichados constituem focos de disseminação e como tal compete enterrar a uma profundidade mínima de 50 cms. todos os que se apresentarem atirados e caídos no chão.

Combate às moscas

Em regiões de grandes cafezais ou laranjais, a proteção nos pomares é bastante difícil, pois que as moscas dispõem de considerável material para fazer a sua postura. Daí o combate direto à Mosca das Frutas não surtir resultados compensadores em alguns pomares. Não obstante, a pulverização da copa das árvores frutíferas com substâncias atóxicas para as moscas, que contenham de mistura inseticidas de ingestão, tem apresentado re-

sullados compensadores. O inconveniente que apresenta tal tratamento é o de também se envenenarem as abelhas melíferas e outros insetos úteis.

Resume-se este tratamento na aplicação de 1 litro por pé, e pulverizador em jato grosso, de 15 em 15 dias, desde a frutificação até 30 dias antes da colheita, da seguinte fórmula:

Ftossilicato de sódio	250 gramas
Açúcar mascava	5 quilos
Água	100 litros

O arseniato de chumbo, na mesma proporção, pode substituir o ftossilicato, mas, por ser aquele muito tóxico, torna-se mais perigosa a sua manipulação.

O emprego de iscas envenenadas, como tratamento subsidiário é também aconselhável. É feito por meio duma bucha de estopa, que se pendura à árvore, protegidas aquelas por um pequeno pedaço de folha dobrada em forma de telha. A bucha é embebida na seguinte mistura:

Arseniato de chumbo	35 gramas
Melaço	1 quilo
Água	1 litro

Deixar ferver durante 10 minutos.

Outros meios de combate

Existem ainda outros meios de combate, como os frascos spanha-moscas, que, por muito dispendioso, deixamos de aconselhar e os meios de controle biológico. Este é feito usando-se um inimigo natural da Mosca das Frutas, a "vespiúha africana", sobre a qual a Instituto Biológico de São Paulo poderá fornecer maiores explicações.

É dito isto, aqui fica o nosso consêlho final. Nos Estados mantém a Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, Largo da Misericórdia, s/n, 3.ª and., lencios e material para combate às pragas e doenças das plantas. Consulte-os, antes de mais nada, que andarã acerlado.



Descobertas esquecidas

Pode-se dizer que no decorrer de quase toda a história da humanidade se tem feito descobertas em todos os terrenos. Sucedem porém muitas vezes que a uso ou a aplicação do que se tinha descoberto foram esquecidos alguns séculos depois. Assim podia acontecer que alguns séculos mais tarde uma coisa foi descoberta outra vez. Sobre tudo no terreno das medicinas isso sucedia com frequência. Muitas teorias da medicina ainda foram conhecidas antes de Hipócrates, o médico mais famoso da antiguidade. A descoberta da circulação do sangue, por exemplo, não foi do século XVII, senão 2000 anos antes e o descobridor foi o médico de câmara de faraó Seteneo I. Os antigos Egípcios já conheciam a urease que só no século passado se tornou a descobrir. As teorias dos hormônios, a grande descoberta dos últimos decênios, eram bem conhecidas dos médicos gregos e romanos e constituía a base da preparação dos filtros. Na antiguidade também se tinha noções da bacteriologia. Os Gregos por exemplo, tinham serpentes para matar os ratos que consideravam transmissores da peste — e com razão. Tem-se pedido determinar por meio de íves.

figuêes que os Babilônios sabiam — ou pelo menos suspeitavam — que o paludismo foi transmitido pelos mosquitos. Também esta determinação foi deixada no esquecimento no decorrer dos séculos. E só no final do século passado Ronald Ross tornou a descobrir a transmissão do paludismo. Agora podemos crer porém que nenhuma descoberta será posta no esquecimento, pois hoje em dia podemos, escrever tudo, conservando-o assim para posteridade. Também a maneira de lutar contra o paludismo será sempre conhecida. A Comiss. são muito experte de Paludismo da antiga Sociedade das Nações, a título preventivo recomenda que se tome uma dose diária de 400 miligramas de quina durante toda a estação das febes e algum tempo depois e para o tratamento da doença uma dose diária de 1-1,3 gramas durante 5 a 7 dias. Não se faz tratamento complementar e todas as recidivas são tratadas da mesma maneira.

E graças ao papel será possível conservar para sempre a descoberta importantíssima da dose exata da quina para lutar contra o paludismo.

Consultas e informações



Pelo
Engenheiro Agrônomo
Geraldo Coullart da Silveira
Consultor Técnico de "A Lavoura"

Propagação da fruta-pão

Esclarecendo à um nosso consórcio do Estado do Espírito Santo, tenho a informar que a fruta-pão, cientificamente chamada *Artocarpus incisa*, L., pôd eser propagada por meio de rebentos, estacas de raizes e alporquia. O processo mais usual de multiplicação de tão útil Morácea, é, sem dúvida, a multiplicação pelos rebentos que surgem das raizes.

Limão rosa

Esclarecendo à um nosso consórcio do Estado de Minas Gerais tenho informar que o limão rosa é, realmente, o limão chave (*Citrus limonia* Osbeck), muito utilizado como porta-enxerto para laranjeira, principalmente pela resistência que apresenta a uma doença chamada tristeza dos Citrus. O limão rosa não deve ser plantado nos lugares de clima frio, porque é pouco resistente ao frio.

Septoriose do tomateiro

Pela descrição do consulente, Snr. P. A., do Distrito Federal, trata se, provavelmente de uma enfermidade do tomateiro chamada "septoriose", provocada por um fungo, cientificamente chamado *Septoria lycopersici*, Speg. Como medida preventiva aconselhamos pulverisações com calda bordalesa a 1% desde que as plantas tenham uns 15 a 20 centímetros de altura, repetidas

de 20 em 20 dias. A destruição de tomates ros muito atacados, bem como a dos restos de cultura que tenham sofrido a ataque do fungo, é uma medida indispensavel.

Estudo da horticicultura

Esclarecendo a Snra. A. S. O., do Distrito Federal, tenho a informar que na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, além do curso normal de horticicultura feito em dois anos, diplomando hortelões, funcionam cursos práticos e rápidos de horticicultura como o Curso Avulso de Horticultura, ministrado e em colaboração com a Universidade Rural, com a duração de quinze semaans e com aulas três vezes por semana, e o Curso Prático de Hortas Domésticas, ministrado em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas ministrado uma vez por semana e com a duração de 12 aulas.

Enxertia por encostia

Respondendo ao Snr. M. O., do Estado do Rio, tenho a informar que, realmente, a enxertia da mangueira por encostia é a mais trabalhosa. Entretanto essa modalidade de enxertia é a mais segura, pois oferece maiores probabilidades de "pega". Como porta-enxerto, deve o consulente usar mangueiras de pé franco, criadas em latas, para poderem ser transportadas para junto da mangueira que se quer multiplicar.

O McCORMICK INTERNACIONAL FARMAL C

Prosseguindo no seu programa de melhoramento das suas máquinas, iniciado após o término do último conflito mundial, a International Harvester anunciou, recentemente, a produção do seu novo trator agrícola da linha Farmall, mais conhecida como o "C".

É este trator a última adição à conhecida "Família Farmall", para trabalho em fazendas de plantações em fileiras. Projetado para substituir o antigo Farmall "B" o trator "C" deverá desempenhar as mesmas funções que o seu antecessor, apresentando, porém, todas as características e melhoramentos introduzidos na fabricação de tratores nos últimos anos.

Incorpora certas vantagens sobre o antigo "B" tais como: aumento de potência do motor, melhor disposição dos seus controles e, de

mais destaque, o novo Controle Automático de Ação Dupla (Touch Control), que, entretanto, é fornecido como equipamento especial contra o pedido.

Para o melhor aproveitamento do trator "C" ele se apresenta acompanhado por uma variedade de implementos agrícolas adaptáveis ao trator para trabalho conjunto: o Arado de Discos C-151, o Cultivador C-211, a Grade de Discos 9.A, a Plantadeira C-272 e a Segadeira C-21.

Seguem as principais especificações do novo trator:

Motor tipo	Válvulas no cabeçote
N.º de cilindros	1
Combustível	Gasolina
Diam. e Curso dos pistões, polg. . .	3 x 1
Hazão de Compressão	11 para 1
H. P. na Barra de Tração 1650 R.P.M.	18.0
H. P. na Polia	20.0

Noticiário da Escola de Horticultura Wenceslau Bello

Cursos em colaboração com a Universidade Rural

O Snr. Ministro da Agricultura, Dr. Daniel de Carvalho, aprovou o plano de cursos que serão ministrados no corrente ano na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, em colaboração com a Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural. De acôrdo com o referido plano, serão realizados em 1949, no tradicional estabelecimento de ensino, seis cursos, sendo dois de Extensão de Fruticultura, dois Avulsos de Horticultura e dois Avulsos de Citricultura.

Curso Avulso de Citricultura

Tiveram início no dia 15 de janeiro, as aulas do Curso Avulso de Citricultura, a cargo do Professor Geraldo Goulart da Silveira, e realizado em colaboração com a Universidade Rural. No referido curso estão matriculados trinta e oito alunos.

Designação de professores

O Snr. Ministro da Agricultura designou o Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira para professor nos cursos de Citricultura, Fruticultura e Horticultura; o Engenheiro Agrônomo Jalmir Guimarães Gomes, para professor dos cursos de Fruticultura e Horticultura; o Engenheiro Agrônomo Subael Magalhães da Silva, para professor do curso de Horticultura e o Professor Pedro Goulart da Silveira para o curso de Horticultura, todos realizados na Escola de Horticultura Wenceslau Bello em colaboração com a Universidade Rural.

Relatório da Escola

O Dr. Antonio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslau

Bello, apresentou ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura o relatório final das atividades da referida Escola durante o ano de 1948. Foram muito animadoras as atividades da Escola no ano passado. Matricularam-se em seus diferentes cursos mil trezentos e setenta e três alunos e concluíram os cursos, setecentos e oitenta e nove alunos.

Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo

A Escola de Horticultura Wenceslau Bello esteve representada na Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, realizada em S. Paulo, sob os auspícios da Sociedade Rural Brasileira, pelo Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira que foi designado delegado da Sociedade Nacional de Agricultura ao referido certame. O Professor Geraldo Goulart da Silveira apresentou um trabalho subordinado ao título "Orientação e instrução dos agricultores a respeito da fertilidade do solo".

Dr. Antonio de Arruda Câmara

Viajou em janeiro, para o norte do país, o Dr. Antonio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslau Bello, designado pelo Ministério da Agricultura, para desempenhar importante comissão.

Cursos em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas

Está previsto, para o corrente ano, a realização, na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, de vinte e quatro cursos práticos sobre os mais variados assuntos, graças à colaboração e auxílio da Fundação Getúlio Vargas.

Cursos Práticos

Nos cursos práticos ministrados em 1948 na Escola de Horticultura Wenceslão Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, matricularam-se mil cento e quarenta e cinco alunos o que é um índice muito expressivo da oportunidade e objetividade dos referidos cursos.

Cursos Permanentes em 1948

Em 1948, graças ao auxílio da Fundação Getúlio Vargas, puderam ser ampliadas as matrículas nos cursos permanentes da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, que funcionaram sob regime de internato gratuito, como vem acontecendo desde 1937, data da fundação da Escola. O movimento de matrículas nos referidos cursos foi de 54 alunos no curso de Hortelão, 39 no curso de Fruticultor e 25 no curso de Floricultor.

Educação e Assistência Social às Populações Rurais

O Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, Professor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, apresentou ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura um trabalho sobre "Educação e Assistência Social às Populações Rurais", que será publicado pela referida Sociedade.

Doze anos de atividades

Completará no dia 15 de Maio doze anos de atividades ininterruptas em prol do ensino horticola no país, a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, modelar estabelecimento de ensino mantido na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Romeu Rampazzo

A Escola de Horticultura, Wenceslão Bello registra, com profundo pesar, o falecimento do jovem horticultor, Romeu Rampazzo que fazia parte do corpo docente da mesma, como assistente das cadeiras de Horticultura, e de Floricultura. A Escola, de Horticultura Wenceslão Bello, mandou rezar, em Santa Leopoldina, sua terra natal, missa, que foi celebrada pelo Reverendo Henrique Oite, que, desde a fundação

da Escola, encaminha rapazes para a mesma.

Cursos em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas

Estão em funcionamento, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, nove Cursos Práticos, ministrados em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas. Nos referidos cursos estão matriculados *duzentos e cincuenta e três alunos*, entre os quais, estudantes, funcionários públicos, militares, comerciantes, professores, farmacêuticos, ferroviários, condutores etc. Os cursos em funcionamento são: Jardineicultura, Reflorestamento, Multiplicação Vegetal, Organização de Museus Escolares, Restauração de Pomares, Noções de Estatística Agrícola, Cálculos e Medidas Agrárias, Cultura de Haizes e arboreos Horticolas e Melhoramento do Solo.

Orientador dos Cursos Agrícolas da F. G. V.

Por indicação do Prof. Luiz Alves de Mattos, Diretor do Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas, foi designado para o cargo em comissão de Orientador de Cursos Agrícolas da referida entidade, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, do corpo docente da Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

Movimento de Matrículas da H. H. W. B.

O Dr. Antonio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello comunicou ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura que o movimento de matrículas no internato da referida Escola foi, no corrente ano, o seguinte:

- a — Curso de Hortelão — 52 matriculas
- b — Curso de Fruticultor — 37 alunos
- c — Curso de Floricultor — 14 alunos

Conforme se verificou, estão matriculados nos três cursos, *cento e três alunos*. Estão internados na H. H. W. B. alunos provenientes dos seguintes Estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Estado do Rio Paraíba, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Paraná. Graças ao auxílio que vem recebendo da Fundação Getúlio Vargas, tem podido a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, ampliar a capacidade de seu internato.

Diretoria do Clube Agrícolas Miguel Calmon

Para dirigir o Clube Agrícola 1098, registrado no S. L. A., e constituído pelos alunos da

Escola de Horticultura Wenceslão Bello, foi eleito e empossada a seguinte diretoria: Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Diretor; Antonio Albano, Presidente; Irandir Holzmeister, Secretário; Bubens Lopes da Rocha, tesoureiro; José Louredo, Moacyr Barbosa Agamenon Bezende Pereira, Waldemar Paula de Araújo e João Borges de Alvarenga, zeladores.

Presidência da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores

O Dr. Antonio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello e 3.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura foi eleito Presidente da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores do Distrito Federal. O Dr. Antonio de Arruda é profundo conhecedor dos problemas relacionados com o cooperativismo e à frente da Cooperativa para qual foi eleito, realizará, sem dúvida, uma profícua administração.

Cursos em colaboração com a Universidade Rural

Estão em funcionamento, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, o Curso Avulso de Horticultura e o Curso de Extensão de Fruticultura, grupo A, ministrados em colaboração com a Universidade Rural.

1.ª Conferência Brasileira de Imigração e Colonização

Para a 1.ª Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, preparou uma tese subordinada ao título "Escolas profissionais agrícolas para as zonas de colonização", que será uma das contribuições da Sociedade Nacional de Agricultura no referida certamen. O Dr. Antonio de Arruda Câmara, diretor da referida escola, enviou também, vários trabalhos como contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura.

ALFA LAVAL

DESNATADEIRAS
DE 1.000 A 5.000
LITROS A HORA

BALTIC



DE
65
A
550
LITROS
A
HORA

MATERIAL
GERBER
PARA
ANALISE
DE
LEITE

Encarrega-se
de Usinas de Leite
e seus Derivados

Gazes para Refrigeração:
Amonia — Fieon 12
Metila e Sulfuroso

Sociedade Importadora Suíça Ltda.

ENCENHEIROS:
RUA ARMANDO SALES
DE OLIVEIRA N.º 12
End. Telegr.: "Sista"



IMPORTADORES:
Caixa Postal, 1404
RIO DE JANEIRO

ZOOLOGIA APLICADA**LACRAUS E LACRAIAS**

F. Murтинho Braga
 Prof. de H. Natural

O presente artigo tem o objetivo de evitar as constantes confusões que fazem muitas pessoas quando se referem a esses dois animais. É esse engano pode ter consequências graves, em vista do comportamento desses animais ou melhor, como agem as peçonhas que eles inoculam nos nossos corpos quando nos atacam. Sabendo-se distinguir os dois animais, evidentemente pode-se proporcionar às suas vítimas um tratamento específico que lhes trará a rápida cura.

Em geral nossos lavradores e criadores denominam as Lacraias aos conhecidos Miriapodos ou Centopeias e Lacraus aos Escorpiões, mas erroneamente supõem que as lacraias sejam fêmea dos Lacraus. Os escorpiões e miriapodos são, de fato, artrópodos e além de caracteres, diferenciais bem distintos possuem peçonhas de ação bem diversas uma da outra. A conformação do corpo é muito diferente: enquanto as Lacraias apresentam um corpo alongado, formado de segmentos chatos cada um deles com um par de patas (Quilopodos), os Lacraus (Escorpiões) possuem um post-abdomen ou uma calda. É precisamente nesta cauda que se encontra o ferrão ou seja o órgão inoculador do veneno. Já nas Lacraias o órgão inoculador da peçonha é formado pelos dois primeiros pares de patas que sofrem modificações para melhor desempenho de sua função e que tecnicamente são denominadas forcípulas. Cada forcípula possui uma glândula de veneno que é injetado nas vítimas quando alcançados pelos ferrões.

O envenenamento causado pelas Lacraias, de um modo geral, determina vômitos e dor intensa com inflamação da região atingida. Os tratamentos mais indicados

consistem em aplicações de compressas de álcool e de amonea na parte ofendida, além da limpeza da ferida com desinfetantes, tintura de iodo diluída, soluções fracas de permanganato de potássio.

Pode-se também tomar qualquer analgésico para aliviar as dores, tais como cafiaspirina, melioral, cibalena, veramon, aspirina, etc. e se as dores forem muito violentas fazer injeções sub-cutâneas de heroína, trivalein, pantopan, novocaina, etc., em torno do ferimento. Combatem-se as náuseas e os vômitos com água clorofirmada ou porção de Riviere, dadas as colheres de chá ou de sobremesa de 10 em 10 minutos e para que se processe a eliminação mais rápida do veneno podem ser dados os "chás" de folhas de abacateiro ou de barbas de milho. Até agora não existe nenhum tratamento soroterápico específico contra a peçonha destes animais. Já as picadas ou ferroadas dos Lacraus apresentam certa gravidade, sobretudo se as vítimas forem crianças. É que a peçonha dos Lacraus — escorpiões — é de natureza neurotóxico determinando não somente dor aguda e arroxeamento da região ofendida, mas também "deglutição" difícil, náuseas, vômitos ou diarreia, calafrios mais ou menos intensos e transpiração fria; lacrimejamento, corrimento nasal e salivação abundantes; sensação de sede, dor de cabeça e excitação nervosa. "Esses sintomas nos casos graves, observados sobretudo em crianças, complicam-se de falta de ar com respiração ofegante e entre cortada, pulso rápido e pouco nítido, baixa a temperatura do corpo e as vôses, colapso, algidez, anúria e como terminando pela morte".

O tratamento para as ferroadas dos Lacraus é o uso da injeção de soro anti-escor-

pinico devendo-se usar 2 empoulas quando se tratar de criança. O mais aconselhavel é que os Lavradores e Criadores procurem os Médicos que assim, estarão à salvo de qualquer inconveniente mais perigosos.

As Lacraias e Lacraus vivem em lugares sombrios, depósitos de madeira, porões de casas velhas, e se alimentam de pequenos animais que caçam e matam, sobretudo de baratas e lagartas.

Antes de terminar quero chamar a atenção dos Lavradores e Criadores para um importante detalhe de ordem pratica. Algumas pessoas supõem que são as duas garras dos Lacraus que inoculam o veneno e na ocasião de matá-lo pisam apenas na cabeça, deixando ou permitindo que a cauda fique livre para a ferroada. O inverso se passa quando se trata de matar a Lacraia, porque estas possuem 2 pares de patas, situadas no último segmento do corpo e semelhante a 2 garras. Acontece então que varias pessoas procuram esmagar essa região crendo liquidar com o bicho, deixando livre a parte anterior onde justamente existem as forcipulas co mos respectivos ferrões, de modo

que a Lacraia virando-se sôbre seu corpo atinge a sua vítima.

No Brasil são muito abundantes os Lacraus e as Lacraias muito embora eles aqui não atinjam o consideravel tamanho que alcançam em outros países, como é o caso do famoso Pandinus imperator, Lacrau, escorpião africano cujo comprimento atinge a mais de 20 cms., enquanto os nossos Tytius e Buthus não vão muito além de poucos centímetros. O mesmo se dá com as Lacraias (Centopeias), muito embora termos a Escalopendra gigas que chega a alcançar mais de 25 cms.

Entretanto é enorme a quantidade de Lacraus encontrado em Belo Horizonte e grande é o número de Lacraias no Distrito Federal e em Niterói.

Para terminar esta desprezenciosa vulgarização chamo atenção para os Congolos ou Embôas que são também Miriapodos mas inofensivos ou melhor sem órgão inoculador de peçonha. Creio que o maior inconveniente que nos causam é entrarem nos ouvidos e por isso é que são também conhecidos por Bicho de ouvidos.

Vacinas Manguinhos

CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA

ANTICARBUNCULOSA

CONTRA A DIARRÉIA DOS BEZERROS

(CARBÚNCULO SINTOMÁTICO)

(CARBUNCULO HEMÁTICO)

(PNEUMOENTERITE)

40 ANOS DE ABSOLUTOS SUCESSOS

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

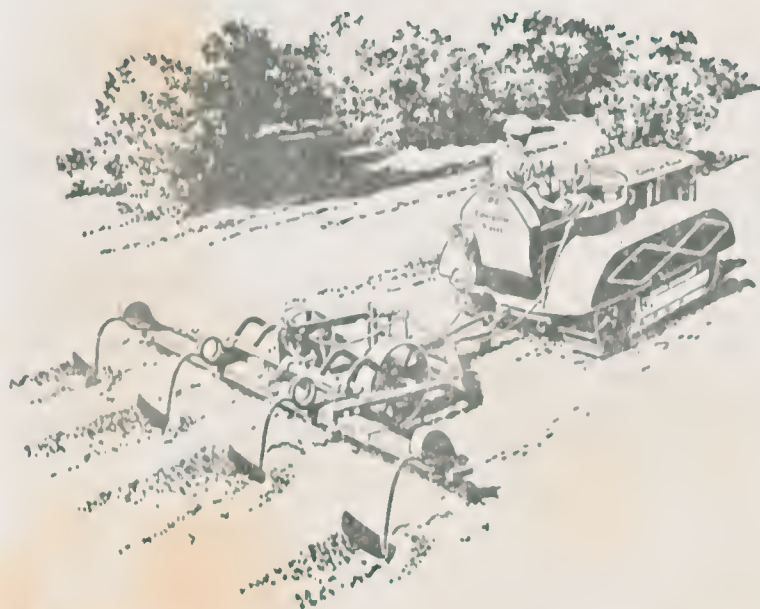
RUA LICINIO CARDOSO, 91

Telefone: 28-9966

Caixa Postal, 1420

Rio de Janeiro

TRATORES E MÁQUINAS PARA A LAVOURA



Representam a solução moderna, eficiente, econômica dos principais problemas do lavrador.

Dezenas de milhares, em trabalho contínuo e multiforme, têm assegurado o aumento das áreas plantadas, pelo menor custo e mais rapidamente e com maior perfeição.



SOTREQ, S/A de Tratores e Equipamentos
DISTRIBUIDORA DOS AFAMADOS PRODUTOS

“CATERPILLAR” e “JOHN DEERE”

PARA OS ESTADOS DE MINAS GERAIS, GOIÁS, RIO DE JANEIRO,
ESPIRITO SANTO E DISTRITO FEDERAL

RIO DE JANEIRO
AV. BRASIL N.º 9200
Caixa Postal 20

BELO HORIZONTE
RUA RIO GRANDE DO SUL, 137
Caixa Postal, 858

*A rainha
do Radio
e
o rei dos
Refrigerantes*



EVITE A
PESTE SUÍNA
USANDO A VACINA
CRISTAL VIOLETA
DO INSTITUTO PINHEIROS

INDICADA PARA USO
INTRADÉRMICO E INTRAMUSCULAR



ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Uma festa nos arredores de Curitiba.
Todos os grandes e pequenos produtores
vêm tomar em seu direito, a "cultura verde", que lhe garante o abastecimento em verduras, tão necessária ao
alimentação racional da população.

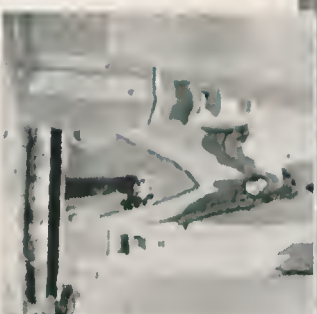
ANO LIII

RIO DE JANEIRO - BRASIL

JULHO - AGOSTO, 1949



O CIMENTO MAUÁ...



... são apropriado para as construções de linhas modernas também é empregado com grande sucesso nas de estilo antigo, como se vê no "colônial" do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

COMPANHIA NACIONAL

DE CIMENTO PORTLAND





SANTOS — Trolley carregado com bananas

SUMARIO

	Pág.
A necessidade de cursos de indústrias agrícolas para crear novas fontes de riqueza — Prof. Arthur Torres Filho	3
A indumentária na Baía do São Francisco — Antonio de Arruda Câmara	4
III Conferência das classes produtoras — Araxá	5
Conferência Econômica da Borracha — Antônio de Arruda Câmara	6
Situação da Lavoura Cafeeira	15
Estabelecimentos de Ensino Agrícola nas zonas de colonização Centro Oeste — Geraldo Goulart da Silveira	19
Arraçoamento econômico da vaca leiteira — Lincoln Moraes	21
Associação Rural de Macaé — Discurso do Dr. Antônio de Arruda Câmara	25
Semana do Fazendeiro de Viçosa	30
O sistema brasileiro de eletrificação e a sua adaptabilidade a países americanos	33
A Cooperativa Agrícola de Cotia reafirma as virtudes cooperativistas	39
Consultas e informações — Geraldo Goulart da Silveira	40
Criação de ovinos — Octacilio Pinto G. de Souza	41
Crédito dos pequenos produtores	43
Comemora o IAPETEC o seu 11 ^o aniversário e a data de Caxias	45
Documentos que enaltecem a política do governo	49
Ligeiro histórico do crédito agrícola no Brasil — Fábio Lux Filho	50
Os campos de cooperação e o fomento agrícola — Alvaro Pontes de Magalhães	53
Caldá Bordaleza — Cesar Seara	60
Capital e retorno nas cooperativas — Fábio Lux Filho	61

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897
RECONHECIDA DE UTILIDADE PUBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	—	DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS
Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGARD TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TECNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ADLMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	—	JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	—	JOÃO TAJDER
ANTONIO BARRETO	—	JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	—	JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	—	JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	—	LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	—	LUIZ DE OLIVEIRA MENDES
CARLOS DE SOUZA DUARTE	—	MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
DIOGENES CALDAS	—	MANOEL NETTO CAMPELO JUNIOR
EDUARDO DUVIVIER	—	MARIO VILHENA
EUVALDOD LODI	—	ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	—	OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	—	PAULO PARREIRAS HORTA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	—	PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	—	PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS MEINBERG	—	ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	—	RUI CARNEIRO
IŢAGYBA BARÇANTE	—	SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BELO LISBÓA	—	SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	—	WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ORGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente do Expositões e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão do Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIII

Julho-Agosto de 1949

A necessidade de cursos de indústrias agrícolas para crear novas fontes de riqueza

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Os fenômenos econômicos surgem a cada passo na vida do Brasil acarretando perturbações graças seja que saibamos ou possamos resolvê-los. Esse fato se explica por não dispormos da aparelhamento técnico exigido pelas condições da produção agrícola em nossa época, aparelhamento esse exigindo labor, grande cooperação de medidas e constância de esforços.

Fazemos chegar o dia em que teremos de cuidar a sério das condições sociológicas e econômicas da massa da população rural, atirada até hoje na abandono. De outra parte, a economia agrícola brasileira, em suas múltiplas manifestações, para tornar o capital remunerador, carece ser defendida a toda o transe e, para isso, temos que procurar os meios de orientar a agricultor na exploração da terra.

Sem ciência não se páde chegar à técnica e, sem técnica, não se chegará às aplicações econômicas. Carecemos de crear escolas de indústrias agrícolas em várias regiões do país, escolas essas visando a formação de técnicos em indústrias agrícolas, directores de fábricas, etc., ministrando ensino técnico pratico.

As portas de tais escolas deveriam ficar abertas a todos aqueles que na vida rural pretendessem acaentar sua instrução, recebendo alunos regulares, estagiários e ouvintes; possuindo também cursos temporários. O currículo escolar poderia ser de dois ou três anos para o curso completo, compreendendo entre as matérias o ensino da agricultura, a química industrial, constituindo objecto de cadeiras especiais as matemáticas, a mecânica, a microbiologia, a electricidade industrial, a tecnologia agrícola, etc.

Trata-se de escolas exigindo aparelhamento completo, na verdade um tanto dispendiosas, quanto a laboratórios e campos experimentais; uma vez organizadas, porém, teriam influencia salutar na transformação dos métodos agrícolas e industriais de muitas regiões hoje entregues à monocultura.

Deveriam partir do princípio de que não pode haver produção agrícola racional sem a base científica. Os alemães, por confiança na ciência, lograram alcançar prestígio mundial para as suas indústrias. Será, portanto, recorrendo à ciência, mediante novas aplicações encontradas para os produtos agrícolas, com a expansão da policultura, que conseguiremos evitar as crises resultantes do desequilíbrio da produção e do consumo nos mercados internos.

No que toca à indústria assneária, por exemplo, muita resta a fazer pela melhoramento da matéria-prima e aperfeiçoamento dos processos industriais, com a aproveitamento dos resíduos no preparo de sub-produtos.

A indumentária na Bacia do São Francisco

Antonio de Arruda Câmara
Vice-Presidente da Sociedade Nacional
de Agricultura

O vestuário usado em casa e no trabalho é diferente do reservado às cerimônias, festas, passeios e viagens.

A roupa de trabalho, exceção da do vaqueiro, que tem indumentária própria e é usada em casa.

A de passeio revela, algumas vezes, pela mais cuidada feitura, certa preocupação de esmero no trajar. É a roupa de viagem, e, nova ainda ou muito limpa e bem passada, a de cerimônia.

As festas religiosas, especialmente, as do Natal, Ano Novo e Reis, e as dos Padroeiros das paróquias, atraem a população rural que, por elas, reserva a melhor roupa e calçado. Em certas zonas observa-se, mesmo, acentuado esforço para a mocidade usar roupa nova na noite de Natal ou no dia de Ano.

São preferidos, para o trabalho, tecidos grossos e resistentes, sendo estes, nos lugares afastados dos centros comerciais, feitos em casa. Nas zonas da chapada e do planalto oeste baiano, assim, como nos do médio e alto São Francisco e nas de Itacambira, Urucuia, alto Paraíba e oeste de Minas, a fiação e tecelagem domésticas, além de suprir a deficiência de tecidos de algodão preferidos para o trabalho, estendem-se ao preparo de agasalhos, — mantas

de lã ou de lã e algodão, — colchas, toalhas, rêdes, etc.

A tecelagem doméstica diminui e tende a desaparecer. Até lá, porém, as rodas e os teares rústicos irão resolvendo, da melhor forma, as dificuldades da aquisição dos tecidos de fábrica.

A indumentária do vaqueiro é a característica de todo o nordeste brasileiro, — do calçado ao chapéu, tôda de couro.

O vaqueiro trabalha sempre com pé protegido. Nas demais atividades rurais predomina o trabalho descalço. Deve-se, entretanto, registrar que o uso da "alpercata sertaneja" estende-se por todo o centro, norte e nordeste da bacia. A rigor, nas zonas aí compreendidas, os que "andam a pé" calçam alpercatas... não sentem as asperezas do caminho.

Chinelas e sandalias são de uso caseiro.

Os sapatos e botinas, para quem deles não faz uso habitual, são reservados para cerimônias e festas.

A bota, de bom "cabedal" e cuidadoso acabamento, é o calçado preferido para viagens à cavalo.

O uso do chapéu é generalizado sendo os de trabalho, de couro ou palha (carnaúba, ouricuri, etc.), de fabricação local



Escolas como as referidas, além de material rustoso, também exigem manutenção dispendiosa, carecendo, portanto, de sólida base financeira. Essa teria de ser constituída com o auxílio do poder público (Estados e Municípios), a qual auferir fortes rendas do labor agrícola, como também pela contribuição dos agricultores, formando-se o patrimônio das mesmas para que não venham a ficar sujeitas à flutuação de recursos orçamentários.

Creadas com personalidade jurídica, mantidas com fundo permanente e dirigidas por um conselho de administração, tirado dentre industriais e agricultores, seriam elementos poderosos para a transformação econômica de regiões hoje decadentes.

Sem quereremos ter a ilusão de vermos erguer-se em cada município ou mesmo região agrícola um instituto completo dedicado ao aperfeiçoamento de indústria agrícola dar-nos-íamos por muito felizes se a idéia lançada, pudesse encontrar apoio algum dia por parte daqueles que desejam sinceramente a prosperidade agrícola de nossa pátria.

III CONFERENCIA DAS CLASSES PRODUTORAS

ARAXÁ

A Sociedade Nacional de Agricultura, convidada a participar desse momentoso certame, como um dos seus Vice-Presidentes, fez-se ali representar por uma delegação composta de quinze membros, sob a chefia do Eng. Agrônomo Luiz Simões Lopes, seu 1.º Vice-Presidente, e composta dos seguintes técnicos:

Dr. Joaquim Luis Osorio.
 Dr. Edgar Teixeira Leite.
 Dr. Agostinho Monteiro.
 Dr. Antonio de Arruda Câmara.
 Dr. Julio Cesar Covelo.
 Dr. Nelson Barcellos Maia.
 Dr. Arisio de Viana.
 Dr. Americo Barbosa de Oliveira.
 Dr. Jorge Pinto Lima.
 Dr. Otto Frensel.
 Dr. Geraldo Goulart da Silveira.
 Dr. Ullyses Cavalcanti Mello.
 Dr. João Gonçalves de Souza.
 Dr. Renato Gonçalves Martins.

No próximo número, daremos uma notícia sobre a atuação da nossa delegação, e uma síntese das principais medidas apresentadas e defendidas pela Sociedade Nacional de Agricultura no importante conclave.

Seleções Agrícolas

DIRETOR: EURICO SANTOS
 GERENTE: O. ASSUMPÇÃO
 SUPERINTENDENTE: M. NUNES

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS:

Brasil — Ano	Cr\$ 36,00
Exterior — Ano	Cr\$ 70,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrazado	Cr\$ 5,00

Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º

Telefone: 32-6163

Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

Conferencia Economica da Borracha

Contribuição do Agrônomo
Antonio de Arruda Câmara
 (Delegado da Sociedade Nacional
 de Agricultura)

TEMAS DE PRODUÇÃO

A plantação intensiva de seringueais deve ser obra de iniciativa privada ou oficial?

O plantio e a formação dos seringueais devem, em o nosso entender, ser obra de iniciativa privada, mas assistida, orientada e amparada pelos órgãos técnicos e econômicos oficiais.

Dever-se-á ter em vista, entretanto, que a falta da iniciativa privada, ou a sua deficiência, precisa ser suprida pela iniciativa oficial.

Os estabelecimentos de experimentação e os de fomento à produção têm necessidade, no interesse dos próprios produtores, de fazer suas plantações e, nessas, a indispensável exploração.

É necessário, imprescindível mesmo, seja a questão situada em horizontes tão amplos quanto os da bacia amazônica, e encarada com largueza de vistas, compreensão e tolerância.

O plantio da seringueira, em o seu habitat, deve ser feito em todos os sítios onde o homem se estabeleça com o propósito de aproveitar, produzir ou criar riquezas.

A formação de grandes seringueais, — mais complexa que a dos constituídos, nos pequenos estabelecimentos, por algumas dezenas ou centenas de seringueiras —, compete a empresas possuidoras de amplas áreas bem situadas e recursos bastantes a assegurar o êxito do empreendimento, e a povoação das terras.

Na formação dos seringueais ha necessidade de se ter em vista a instalação da empresa e não, somente, o plantio de seringueiras. Como instalação compreende-se, também, as construções indispensáveis ao alojamento de trabalhadores, residências para seringueiros com família, pessoal administrativo e da direção, além de abrigos, depósitos, usinas de beneficiamento, etc.

A constituição de tais empresas estará, naturalmente, subordinada às perspectivas econômicas da exploração e essas não deverão se apoiar na monocultura.

Regime de terras adequado à transformação agrícola das atuais áreas de produção da borracha.

O regimen de terras adequado para a instalação de estabelecimentos agrícolas destinados à exploração da borracha, nas atuais áreas de sua produção extrativa, deve ser aquele que, atraindo o braço para essas áreas, ofereça-lhe reais e efetivas possibilidades de fixação. Necessário se torna, para tanto, um regimen de colonização apoiada em legislação que atenda, objetiva e expressamente, às peculiaridades da região amazônica.

A propriedade da terra, líquida e certa, sem controvérsias e possíveis questões, precisa ser assegurada. Ninguém se anima a empregar tempo, despendendo energias e inverter capitais, — recursos de custosa e difícil aquisição —, sabendo correr o risco de ver sua propriedade contestada, posta em dúvida ou perdida. Ninguém se arrisca a arrendar e nem, mesmo, a contratar parceria em estabelecimento de propriedade duvidosa. A fixação à terra depende, em qualquer regimen, das condições de segurança oferecidas.

Cumpra-se cercar de segurança a propriedade rural e, bem assim, os contratos de arrendamento, de parceria e de locação de trabalho para a respectiva exploração.

A segurança, no caso, não interessa só ao proprietário e ao arrendatário, — interessa também, e talvez mais intensamente, aos que, na qualidade de rendeiros, de parceiros ou, apenas, de trabalhadores, exerçam atividade e tenham residência efetiva no estabelecimento.

Natural, portanto, recomendação no sentido de ser a propriedade rústica, na região amazônica, cercada das necessárias garantias e acessível ao trabalhador que nela se instale; constitua e crie família, como pequeno agricultor.

A formação de seringueais de cultura deve ser mais como de ordem estratégica, ligada à defesa nacional, ou como exploração econômica do produto?

O desenvolvimento da indústria de borracha sintética retira, de certo modo, a importância da formação de seringueais ligados à defesa do continente, mas, ainda não, da defesa nacional. Em o nosso entender a formação de seringueais de cultura deve ser observada tendo-se em vista a exploração econômica do produto e, principalmente, a efetiva ocupa-

ção da terra pelo agricultor que nela se estabeleça em caráter permanente, se lhe afeição e trabalho, inclusive na produção de alimentos e outras utilidades.

Devemos não perder de vista a necessidade de ser assegurado pela agricultura regional o sustento da população amazônica e que não se suponha tal venha a ser alcançado com a prática de um regimen de monocultura.

Entendemos seria conveniente, capaz de concorrer para reduzir o nível do custo da produção de borracha, a formação de seringais de cultura em terras de fácil acesso e em que se mantenham, além das plantações de seringueira, cultura de cereais, grãos leguminosos, raízes e tubérculos alimentares, frutas, hortaliças, etc., e criação de animais domésticos.

A borracha brasileira agora sujeita, além da competição das culturas do Oriente, à concorrência do artigo sintético, não poderá suportar o custo da importação da totalidade dos alimentos e de outras utilidades indispensáveis ao consumo nos seringais.

Embora investigações sobre as possibilidades agrícolas da Amazônia conduzam a conclusões, algumas vezes, bem diferentes de quanto a respeito da capacidade produtiva do seu sólo geralmente imaginam, estamos entre os que acreditam venham a lavoura e a pecuária constituir riqueza estável na região.

Belterra e sua transformação em colônia agrícola modelo.

Entendemos que se tal viesse a ser feito, com a divisão do seu seringal-modelo em lotes e consequente entrega desses a colonos, seria totalmente sacrificada, em sua finalidade, a obra realizada.

As plantações de Belterra, no interesse da economia amazônica, não devem sair da órbita de influência do Instituto Agrônomo do Norte. O mesmo, em a nossa opinião, convem ser observado em relação à Fordlândia.

A obra que vem realizando o Instituto Agrônomo do Norte, quando conhecida em toda a sua extensão, será compreendida e, então, apreciada com um sentimento de gratidão, por quantos tenham interesses ligados à vida econômica e social da Amazônia.

TEMAS DE ECONOMIA

Assistência técnica, social e sanitária ao pessoal dos seringais.

A inclusão desse item no TEMÁRIO é a demonstração confortadora de se reconhecer conveniente a assistência ao seringueiro e às pessoas de sua família que vivem nos seringais. Não o trataremos com a amplitude necessária. Preferimos antes, resguardando aspectos inerentes à vida nos seringais, deixar a outros o trabalho de completar a tarefa, em acordo com os conceitos que orientam as questões relativas à assistência aos trabalhadores.

A assistência técnica deverá consistir, sobretudo, no aperfeiçoamento dos métodos de atividade e na elevação de conhecimentos profissionais do seringueiro, visando a defesa das árvores em explora-

ção, o rendimento de trabalho e a melhoria do produto em suas diferentes maneiras de apresentação. Não é fácil a empreitada. Vale, entretanto, ser tentada pela divulgação de instruções objetivamente ilustradas e redigidas em linguagem ao alcance de todos e, ainda, pela instituição de cursos práticos, destinados a seringueiros e administradores de seringais, ministrados em duas a três semanas, nos estabelecimentos experimentais e de fomento à produção.

A assistência social e a sanitária oferecem, inegavelmente, maiores dificuldades. O seringueiro e sua família vivem em situação muito próxima do isolamento. É dispersa, muito dispersa e rareada, a população dos seringais. Em tais condições os benefícios da assistência social, do ponto de vista da melhoria do padrão de vida, seriam anulados, si outros fatores não concorressem para influir na sua maneira de viver. O seringueiro, quando privado do convívio da família que ficou distante, ou impedido à espera de um saldo no ajuste de contas, de constituir família, é um desajustado.

Ter-se-á, portanto, de considerar a necessidade inicial de uma campanha que vise facilitar o povoamento dos seringais, a constituição de família, sua instalação e permanência. Dever-se-á, para tanto, modificar a maneira de viver e o mecanismo das relações nos seringais.

Impõe-se o desenvolvimento de salutar espírito de compreensão e tolerância.

Na assistência sanitária julgamos compreendidos os problemas referentes à alimentação e à habitação nos seringais.

Não se deve esperar que a permissão, assegurada em lei, para a cultura de até um hectare de terer em volta da "barraca", do seringueiro, resolva a questão alimentar. É preciso um pouco mais e, a rigor, será pela necessidade da produção de alimentos que os seringais terão de evoluir de um regimen extrativo, um tanto nômade, para um regimen agro-extrativo, mais estável.

A importação de gêneros alimentícios para o consumo nos seringais, principalmente da farinha de mandioca, dos cereais e dos grãos leguminosos, além de concorrer para o encarecimento da vida e consequente agravamento do custo da produção, extrativa, não favorece a segurança de uma boa e sã alimentação.

A cultura da terra, o desenvolvimento da pequena criação, da caça e da pesca assegurarão, ainda, menor consumo de conservas. A ração alimentar seria melhorada, também, pela abundância de frutas, hortaliças e ovos frescos.

A redução que porventura se dê na quantidade, per capita, de borracha extraída e preparada, em consequência do desvio de atividades para a produção de alimentos, será compensada pelo maior povoamento dos seringais e, até mesmo, pelo aparecimento de novas fontes de renda na sua economia.

Em referência à habitação, é evidente a necessidade de uma campanha no sentido de ser a "barraca" convertida em casa. Embora pobre e humilde, pelo aproveitamento do material de construção local, higiênica e com número de peças em acordo com a exigência da família e de tal forma divididas que sejam afastados os inconvenientes de uma possível promiscuidade. Que a respeito seja tomada como

exemplo a prática corrente nas fazendas fluminenses, mineiras e paulistas onde a casa do empregado, qualquer que seja sua posição na empresa, é construída por conta do fazendeiro. Ideal seria, e neste sentido todo o esforço convém ser envidado, que os proprietários de seringais fizessem construir as habitações indispensáveis aos respectivos seringueiros, zelando para que fosse satisfeito certo número de exigências mínimas essenciais. Barraca não é tipo de habitação com ambiente favorável ao florescimento e estabilidade de qualquer cultura. Não concorre, até pela sua própria designação, para fixar o homem à terra.

Dever-se-á incluir como pertinente à assistência ao trabalhador o financiamento das atividades dos seringueiros e as condições em que lhes são fornecidos, e crédito, material de trabalho, armas, munições, roupas e os gêneros alimentícios de que necessitam nos seringais. Em princípio, que se lhes reconheça o direito, amplo e irrestrito, da liberdade de abastecimento e, sempre que revelem capacidade de organização, se anpare e estimule o florescimento do cooperativismo de consumo, como medida de grande acerto e previdência.

Meios de comunicação e de transporte entre os centros produtores da borracha e as praças de Manaus e de Belém Regime de seguros.

Quem, estranho à região, viaja pelo vale amazônico, tem a impressão de pouco movimento. Os rios não apresentam o número de embarcações esperado.

Falta de mercadorias? Paralisação de atividades? Não. Tudo, sem dúvida, é relativo. O que ocorre é a dispersão, — pouca gente, em um vasto mundo, vivendo, há muitos anos, o "grande drama amazônico".

Os rios, em grandes extensões abaixo das cachoeiras, não oferecem, durante largo período do ano, obstáculos à navegação.

A praça de Belém desfruta situação privilegiada. A de Manaus, entretanto, fica privada, na baixa das águas, de navegação regular para os altos rios. Nesses, e nos trechos encachoeirados dos grandes rios que descem às zonas do médio e baixo Amazonas, ligando a região de fronteiras e o planalto central brasileiro, pelo porto de Belém, aos mercados mundiais, terá de ser considerada, como imperativo, a necessidade de um plano de obras visando facilitar e assegurar a regularidade das comunicações e dos transportes.

O desenvolvimento da rede ferroviária e a melhoria dos seus serviços, como, também, a construção de rodovias e o auxílio à abertura de estradas e caminhos que liguem centros produtores às estações ferroviárias e aos portos fluviais servidos por linhas regulares de navegação para as praças de Manaus a Belém, merecem privilegiada posição no plano de valorização da Amazônia.

A navegação fluvial, principalmente nos rios transitáveis em qualquer época, nas enchentes e vazantes, parece-nos de natural prioridade. Deve-se-á, pelas facilidades oferecidas, favorecê-la, amparando e garantindo a iniciativa particular, seja financiando

o aparelhamento de empresas de navegação, seja subsidiando-as para que possam fazer os transportes a preços relativos ao valor dos produtos da região.

Merece referência a necessidade de se cogitar, sobretudo nas regiões de difícil e demorada navegação nas épocas de estiagem, da conservação dos produtos armazenados, e, igualmente, de um regime de seguro apropriado.

Os seguros, com prêmios baixos, devem cobrir todos os riscos a que estejam expostos os produtos amazônicos nos centros de produção, nas estações e portos de embarque, durante os transportes e nos armazéns e trapiches em que venham a ser depositados nos mercados distribuidores.

Regime tributário moderado e de reversão ao fomento, melhoria e defesa do produto.

Vale o enunciado por sábia e previdente recomendação.

Regime tributário moderado estimula e favorece povoamento, emprego de capitais e produção. Reverter ao meio de origem, sob a forma de serviços de utilidade, apreciável porcentagem de renda arrecadada seria a mais eficiente maneira de combater os excessos urbanísticos de feição tentacular. Reverter ao fomento, melhoria e defesa do produto parte da renda a que êle deu origem, seria assegurar sua valorização.

Não é, entretanto, na prática o que se observa e, em dados casos, contribuições criadas para fins especiais de amparo e defesa do produto são convertidas em pesados tributos.

Defendemos, com entusiasmo, o princípio de reverter, como recursos destinados ao desenvolvimento da agricultura e da melhoria e defesa dos produtos da lavoura, da pecuária e das indústrias rurais, razoável porcentagem das rendas arrecadadas.

Revisão e atualização das recomendações, ainda não objetivadas, das 1.^a e 2.^a Conferências da Borracha.

Constitua a medida proposta providência muito acertada e oferece oportunidade aos novos de conhecerem, examinando as recomendações anteriores, o pensamento de autorizados responsáveis pela marcha e evolução da economia amazônica.

Tomámos a iniciativa de distribuir, com esse intuito, nota fornecida pela Sociedade Nacional de Agricultura, transcrevendo as conclusões referentes à borracha aprovadas nos 2.^o e 3.^o Congressos Nacionais de Agricultura, realizados nos anos de 1909 e 1922, respectivamente. No 1.^o, realizado, em 1901, não houve conclusões a respeito.

TEMAS DA INDÚSTRIA

Incentivo à industrialização local da borracha.

Somos pelo desenvolvimento da industrialização da borracha no país e, assim, coerentemente, pelo seu incentivo na região amazônica.

Convém, entretanto, ter em vista as condições mais favoráveis ao desenvolvimento da indústria e à

regularidade da distribuição de seus produtos. Não bastariam, em o nosso entender, isenções de impostos e garantias de segurança e de um número razoável de remuneração ao capital empregado.

Como incentivo dever-se-ia estender, também, o aparelhamento do meio para a instalação de um parque industrial —, o que requer, entre outros recursos, eletricidade abundante e a baixo custo.

Manutenção dos estoques nos centros industriais transformadores e consumidores.

Evolve a questão interesses que afetam, muito de perto, não só a economia da Amazônia, como, e principalmente, a da produção nacional da borracha e de seus artefatos.

Convém ser o assunto examinado com prudência, porque os estoques da matéria prima nos centros industriais e os dos artefatos nos mercados distribuidores, têm inofluência, muito sensível, na variação dos preços. O desejável seria a manutenção de um regime de regularidade nos suprimentos aos mercados.

TEMAS DE FINANÇAS

Reestruturação do Banco de Crédito da Borracha e sua transformação em Banco da Amazônia.

Escapa o assunto, pela sua natureza, ao nosso exame e apreciação. Aguardaremos, na hipótese de um pronunciamento, o parecer da Diretoria do Banco de Crédito da Borracha, — sem dúvida o mais autorizado.

Fixação de preços mínimos, remuneradores, para a borracha, o latex, caucho e demais produtos gomíferos.

Sempre nos batemos pela garantia ao produtor de preços mínimos, remuneradores, para os produtos da lavoura, da pecuária e das indústrias rurais, essas compreendidas as extrativas de origem animal e vegetal.

Estamos, portanto, entre os que consideram necessária a medida para a borracha, o latex, o caucho e os demais produtos gomíferos nacionais. Entendemos como remunerador preço acima do custo da produção, nesses compreendidas as despesas efetivamente realizadas (salários, valor do material consumido, etc.), quotas de depreciação do maquinário, instrumentos e utensílios de trabalho em uso, administração, etc.

A fixação do preço mínimo, destinado, como é, a assegurar, — em acordo com a procura e as exigências dos mercados, — a regularidade da produção, deveria ser estabelecida, por zona para o produtor.

Deve-se à inobservância desse princípio na defesa econômica dos produtos agro-pecuários, os repetidos insucessos das valorizações.

Conveniência, ou não, da prorrogação integral da lei n. 86, de 8 de setembro de 1947, inclusive monopólio do Banco da Borracha, ou adoção de outras normas da política do produto.

Sem prejuízo do que venha a ser resolvido em referência à lei n. 86, de 8 de setembro de 1947, e da interferência do Banco de Crédito da Borracha, no mercado desse produto, entendemos necessário e urgente outras normas na política de produção. Essa, em nosso entender, conviria fosse baseada no desenvolvimento das atividades produtoras, na melhoria do mecanismo das relações entre os interessados (proprietários de seringais, seringalistas e seringueiros) de maneira a que sejam adotados nos entendimentos princípios capazes de assegurar, pela equidade dos negócios e humanidade do trato, vida digna e tranquila aos que vivem da exploração da borracha e outros produtos gomíferos, e, ainda, em um racional e objetivo sistema de colonização.

Sugestões ao Congresso Nacional para a concessão, por crédito especial, dos recursos de que trata o art. 10 da Lei n. 86.

As conclusões da Conferência Econômica da Borracha determinarão, naturalmente, providências legislativas e, assim, convém, com as sugestões que se fizerem necessárias, serem encaminhadas ao Congresso Nacional e às Assembléias Legislativas dos Estados interessados na produção e na industrialização da borracha, do caucho e dos demais produtos gomíferos.

A MARGEM DO TEMARIO

Esclarecimentos a propósito de uma viagem de observação aos vales do Madeira e do Tapajóz.

Procuramos, até aqui, obedecer, disciplinadamente, ao plano estabelecido no TEMARIO. Desejamos, agora, tecer algumas considerações à margem, para esclarecimento de passagens ou, apenas, aspectos algumas vezes reteridos.

É que, em viagem de estudos realizada no primeiro trimestre do corrente ano, aos vales do Madeira e do Tapajóz, tivemos oportunidade, para instrução de um processo em que eram partes seringueiros, seringalistas, regatões e sociedades cooperativas, de fixar nossa atenção sobre questões ligadas, social e economicamente, à exploração da borracha e à vida nos seringais.

As observações feitas, cuidadosamente examinadas, robusteceram a convicção, que já tínhamos, da necessidade de serem modificados o regimen de exploração dos variados, produtos da hileia brasileira e a política amazônica de povoamento.

O nomadismo do seringueiro, suas causas e meios de evitá-lo.

O homem do hinterland amazônico, vivendo, sabe Deus como, na solidão das matas, — disperso desde a planície até as encostas, e chegadas de além das cachoeiras, toroa-se, pelo âmbito das distâncias, mais ou menos anejo, tendendo ao nomadismo. Não é, entretanto, pelo menos os de origem das zonas rurais nordestinas, oômado por índole, e seria mais feliz si pudesse exercer sua atividade extratora simultaneamente com a de pequeno lavrador e criador.

O mradismo é uma resultante, — não em todos, mas na maioria dos casos, — da precariedade das condições de vida nos seringais. Melhorá-las, facilitando a constituição regular da família e sua instalação para o exercício de atividade agro-extrativa de interesse permanente, mais propício a favorecer o povoamento dos seringais, é, naturalmente, o caminho indicado.

Medidas reguladoras das relações nos seringais, como a instituição, generalizada, de contratos entre seringalistas e seringueiros, em que fossem respeitadas, de parte a parte, as obrigações estabelecidas, seriam de grande utilidade.

Povoamento dos seringais e colonização da Amazônia.

Dizem-nos, certa vez, o Dr. Otavio Meira, presidente do Banco de Crédito da Borracha e grande conhecedor do problema amazônico que "a evolução do trabalho da indústria extrativa para a produção agrícola e pastoril, mediante sistema de financiamento inteligente e programado especialmente para a Amazônia, cujas condições físicas diferem completamente de tudo quanto temos no resto do Brasil", seria o meio único de resolvê-lo.

A evolução, de natureza demorada e muito lenta, precisa e deve ser apressada. Favorecê-la, em o nosso entender, mesmo como medida de previdência, deve constituir preocupação dos responsáveis pelo planejamento e pela orientação da vida econômica e social.

O povoamento dos seringais e a fixação do homem à terra exigem que seja adotada uma política de amparo:

a) às empresas de colonização que se organizarem com o propósito de lotear seringais, e constituam em cada lote residência higiênica e instalações indispensáveis à vida agro-extrativa da família do seringueiro;

b) às empresas seringalistas que proporcionarem efetivas e reais facilidades ao povoamento dos seringais;

c) às cooperativas de seringueiros, sejam elas de crédito, de consumo, de trabalho, de produção, ou, ainda, de compras e vendas em comum.

As empresas colonizadoras, observadas as disposições legais em vigor e as que vierem a ser estabelecidas na legislação especial, necessária à racional colonização da Amazônia, ficarão obrigadas a:

a) vender os lotes, com benfeitorias e instalações, a prazos de 10, 15 e 20 anos, para pagamento em prestações anuais, com amortizações progressivas, a partir do segundo ano da instalação do colono;

b) receber em pagamento parcelas anuais, no final da safra de borracha ou de outro qualquer produto extrativo ou de cultura, desde que constitua, pelo respectivo valor, exploração predominante;

c) facultar ao colono, em qualquer tempo, antecipar as amortizações e o pagamento total do respectivo lote;

d) manter, em local acessível à totalidade dos colonos, serviços de assistência à saúde, estabelecimento de ensino primário, de rudimentos de agricul-

tura e indústrias rurais, igreja, e, finalmente, usinas de preparo e beneficiamento dos produtos agrícolas, notadamente dos destinados à alimentação.

Deverão ser asseguradas às empresas de colonização nos contratos com os colonos:

a) em igualdade de preços, preferência para aquisição dos produtos da colônia;

b) garantias, nos negócios dos colonos com terceiros, quando os produtos constituam segurança para as dívidas e obrigações por eles contraídas.

Entendemos indispensável entre o Governo Federal e os dos Estados, total ou parcialmente compreendidos na bacia do Amazonas, visando a uniformidade da legislação sobre terras, sejam elas do domínio da União, dos Estados ou dos Municípios, facilitando o processo de desapropriação quando destiná-las à colonização.

Associações de classe. Cooperativas seringalistas e de seringueiros. Necessidade de ampliação dos objetivos dessas instituições.

As associações de seringalistas, de natureza especializada, deveriam, para efeito de representação da classe, se amoldar às disposições do decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945, que dispõe sobre a organização da vida rural. Tais associações, ampliados seus objetivos, poderiam, mediante delegação de poderes, ou contratos com os poderes públicos, realizar serviços coletivos de assistência à saúde, de alfabetização e de ensino técnico profissional.

As cooperativas de seringalistas deveriam ampliar seus objetivos para a realização de serviços de preparo e beneficiamento dos produtos agro-extrativos, notadamente dos destinados à alimentação, em usinas cooperativas, de serviços coletivos de subsistência, de transportes e de melhoramento do habitat rural.

As cooperativas organizadas entre seringueiros-colonos, seringueiros e trabalhadores das empresas seringalistas e agro-extrativas deverão ser profissionais, ter os conselhos diretor e fiscal constituídos pelos associados, confiar a gerência a pessoa idônea, capaz e, de preferência, estranha ao quadro social para evitar desvio de associados das suas atividades profissionais, e, sejam de trabalho, de produção ou mistas, incluir entre seus objetivos:

a) aquisição de seringal para exploração direta com o concurso dos associados;

b) obtenção de terras devolutas, servidas de vias naturais de comunicações, para abertura de novos seringais;

c) extração e aproveitamento de outros produtos de valor econômico na área de exploração;

d) fixação dos associados, mediante plano racional de colonização;

e) desenvolvimento da agricultura para produção de gêneros alimentícios;

f) e, finalmente, acôrdo com os poderes públicos e instituições autárquicas, para a execução das diferentes modalidades de serviços de assistência.

Financiamento das cooperativas de seringalistas e de seringueiros

O pequeno desenvolvimento do cooperativismo na região tem retardado a instalação de Agência da Caixa de Crédito Cooperativo na Amazônia.

As cooperativas de seringalistas vêm sendo amparadas pelo Banco de Crédito da Borracha e as de seringueiros, por enquanto, limitadas a um ensaio, não puderam, ainda, ser consideradas.

Merecem, entretanto, umas e outras, igual atenção e tratamento para o cumprimento de seus elevados objetivos. Insucessos, porventura verificados, não devem ser levados à conta de inadaptabilidade do sistema, e, sim, de defeituoso ou incompleto funcionamento da instituição, ou da inexperiência de seus administradores.

O Banco de Crédito da Borracha, com os recursos de fiscalização de que dispõe, poderá, sem nenhum risco, financiar tanto as cooperativas de seringalistas como as de seringueiros, orientando-as no sentido de um completo e regular funcionamento.

Nenhum auxílio financeiro conviria, entretanto, fosse concedido, sem que as cooperativas interessadas satisfizessem, além das referentes à idoneidade, as seguintes exigências:

Cooperativas de seringalistas — prova de que mantem contratos escritos com os seringueiros e que nestes estão expressamente contidas as condições para quaisquer suprimentos em dinheiro, fornecimentos de viveres, roupas, utensílios de trabalho, armas e munições a preços não excedentes de razoável limite, estabelecidos em função da praça, das despesas de transporte das mercadorias ao seringal, dos prazos e época dos pagamentos, e finalmente, para liquidação das contas.

Cooperativas de seringueiros — nelas, igualmente, deverão ser observadas, em acôrdo com as disposições estatutárias, e as instruções baixadas na forma do art. 5.º do decreto lei n.º 484, de 17 de outubro de 1942, normas reguladoras das relações com os seringueiros.

Padronização da borracha, do caucho e da balata.

Medida que merece ser examinada é a da classificação da borracha, do caucho e da balata, qualquer que seja a forma de apresentação desses produtos, visando padronizar a produção.

Os negócios por tipos, de especificações técnicas reconhecidas na forma das disposições legais em vigor, tornam-se mais simples e seguros, dos centros produtores aos distribuidores e de industrialização.

CONCLUSÕES

I

Os trabalhos de plantio, formação e exploração dos seringais devem, mesmo os de iniciativa privada, ser assistidos, orientados e amparados pelos órgãos técnicos e econômicos especializados.

Os estabelecimentos experimentais e os de fomento ou incentivo à produção precisam fazer planificações próprias e nessas visando o aperfeiçoamento técnico, a devida exploração,

II

A segurança da propriedade rural e a dos contratos de arrendamento, de parceria e de locação de trabalho caracteriza o regimen de terras adequado à progressiva transformação em agrícolas das atuais áreas de exploração extrativa.

A garantia da propriedade rústica exige a unificação das leis de terra e um regimen de colonização apoiado em lei especial que atenda, objetiva e expressamente, as peculiaridades da região amazônica.

III

Reconhece-se a importância da borracha como produto necessário à defesa nacional e, ainda, que a sua exploração deve concorrer para o povoamento da Amazônia e efetiva ocupação da terra pelo agricultor.

A necessidade de ser reduzido o custo da produção aconselha sejam eliminadas, no preparo da borracha, operações supérfluas, bem como o desenvolvimento da produção de gêneros alimentícios, e à situação dos seringais de cultura, preferencialmente, em sítios saneados e acessíveis à livre navegação.

IV

As plantações de Belterra, no interesse da economia Amazônica, devem ser mantidas como seringal-modelo e, nesse caráter, sob a orientação do Instituto Agrônomo do Norte.

V

A assistência ao seringueiro e às pessoas que vivem nos seringais deve ser prestada tendo-se em vista o desenvolvimento da sua capacidade profissional e técnica, a melhoria da salubridade do meio, das habitações, do regimen alimentar e, finalmente, o amparo à constituição e à defesa da família.

VI

O desenvolvimento da rede ferroviária e a construção de rodovias, estradas e caminhos que liguem os centros produtores às estações, aos portos e, finalmente, aos mercados regionais, merecem privilegiada posição no plano de valorização da Amazônia.

A dificuldade de navegação nos altos rios, sujeitos à influência das estiagens, e os obstáculos oferecidos pelas corredeiras e cachoeiras devem ser considerados em um plano de obras destinado a assegurar a regularidade nas comunicações e transportes da região de fronteiras e do planalto central brasileiro pelo porto de Belém.

A navegação fluvial, de natural prioridade, precisa ser favorecida, amparando-se e garantindo-se a iniciativa particular, seja facilitando-se financiamento à aparelhagem das empresas, seja concedendo-se-lhes subsídios para que possam fazer os transportes com regularidade e a preços relativos ao valor dos produtos da região.

Recomenda-se a organização de entrepostos, com serviços de conservação dos produtos armazenados, nas regiões em que a navegação é, total ou parcialmente, interrompida nos períodos de estiagem.

VII

É aconselhável facilitar a instituição de um regime de seguro que possa cobrir, com prêmios baixos, todos os riscos que estejam expostos os produtos amazônicos nos centros produtores, nas estações e porto de embarque, durante os transportes e nos armazéns e trapiches em que venham a ser depositados nos mercados distribuidores.

VIII

Regime tributário moderado e o princípio de reverter, como recursos destinados ao desenvolvimento da produção, melhoria e defesa dos produtos, razoável porcentagem das rendas arrecadadas, devem ser adotados pelos Estados, Territórios e Municípios da Amazônia.

IX

Recomenda-se a revisão e atualização das recomendações, ainda não objetivadas das 1.^a e 2.^a Conferência da Borracha e dos 2.^o e 3.^o Congressos Nacionais de Agricultura.

X

Reconhece-se conveniente persistir na política de amparo e incentivo à industrialização da borracha no país, e, portanto, na região amazônica.

Recomenda-se estimular, por medidas adequadas, o beneficiamento e a industrialização dos produtos amazônicos na própria região, que deve ser aparelhada com eletricidade abundante e a baixo custo, para oferecer facilidades à instalação de parques industriais.

XI

Deve ser mantido, no comércio da borracha, regime de regularidade no suprimento aos centros industriais, transformadores e consumidores.

XII

Reconhecida a conveniência da fixação de preços mínimos, remuneradores, como medida indispensável à regularidade da produção, devem eles ser estabelecidos por zona, nos centros produtores.

XIII

A política da produção na região amazônica deve ser baseada no desenvolvimento das atividades produtoras, nas boas relações entre os proprietários de seringais, seringalistas e seringueiros, no fortalecimento do espírito associativo, na expansão do cooperativismo e em um racional e objetivo sistema de colonização.

XIV

Favorecer a evolução do trabalho da indústria extrativa para a agrícola-pastoril deve constituir permanente preocupação dos responsáveis pelo planejamento e pela orientação da vida econômica e social na Amazônia.

Entre as medidas capazes de facilitar essa transformação acham-se compreendidas todas aquelas que

visam o povoamento dos seringais e a fixação do homem à terra.

Recomenda-se seja adotada na região amazônica pelos governos federal, estaduais, territoriais e municipais política de amparo às empresas de colonização, às empresas seringalistas que proporcionarem efetivas e reais facilidades ao povoamento dos seringais e às cooperativas de seringueiros, sejam elas de crédito, de consumo, de trabalho, de produção, de compras e vendas em comum ou mistas.

XV

As associações de seringalistas, como órgãos de representação da classe, devem se amoldar às disposições legais que regem a organização da vida rural no Brasil.

XVI

Reconhece-se que para o desenvolvimento do cooperativismo, tanto entre os seringalistas como entre os seringueiros, torna-se indispensável orientação segura e oportuna dos órgãos especializados e assistência econômica-financeira da Caixa de Crédito Cooperativo e do Banco de Crédito da Borracha.

XVII

Recomenda-se, tanto para o mercado interno como para o externo, sejam baixadas, visando padronizar a produção, especificações técnicas par a classificação da borracha, do caucho e da balata, qualquer que seja a forma de apresentação desses produtos.

CARRETA AGRÍCOLA



Fabricantes:

INDÚSTRIAS CASTÃO PINATEL
RUA D. BOSCO, 156
São Paulo

★

Representante:

C. GILBERT
RUA DA QUITANDA, 20-S. 407
Telefone: 22-9503
End. Teleg.: "Trelig"
Rio de Janeiro

Situação da Lavoura Cafeeira

Parecer do Prof. Arthur Torres Filho, apresentado ao Conselho Federal do Comércio Exterior

Em 21-5-46 tive ocasião de apresentar ao Conselho uma indicação sugerindo que, por seu intermédio, fossem realizados estudos visando a reconstrução econômico-financeira da lavoura cafeeira. Fiz sentir que se fazia mister traçar os rumos seguros em bases técnicas, econômicas e comerciais, que impedissem a decadência dessa fonte de riqueza do país. Era preciso, como salientei, garantir ao Brasil o domínio que possuía da produção cafeeira no mundo, tratando-se de uma riqueza que dificilmente poderíamos substituir por outra, principalmente nos mercados internacionais.

Nessa indicação salientei o fato de que a questão cafeeira em nosso país estava sendo encaminhada, principalmente em seu aspecto comercial, objetivando a garantia de preços altos nos mercados internos. Havíamos enveredado pela chamada valorização do café e em consequência dela a produção se avolumava com o estímulo da plantação, sem cuidarmos da qualidade do produto, favorecendo antes o aparecimento de competidores no mercado internacional. Na safra de 29-30 alcançávamos uma produção de 28.942.000 sacas, o máximo alcançado pelo país. Isso deu lugar à intervenção oficial para o restabelecimento do equilíbrio estatístico, pelo convênio dos Estados produtores, em 1931, criando-se a taxa de 10 shillings por saca de café exportado para compra do excesso da produção destinada à queima. Em 1933 esse Conselho era transformado em Departamento Nacional do café, subordinado ao Ministério da Fazenda, cuja função precípua era eliminar os excedentes da exportação e queimá-los.

Mais tarde essa compra tornou-se onerosa para os produtores com a criação das quotas de sacrifício e chegámos à eliminação de cerca de 80.000.000 de sacas. Ao invés de bases econômicas para a produção e melhoramentos da qualidade do produto, a orientação seguida era a da política da alta de preços. Ao mesmo tempo proibiam-se as plantações e sobrecarregava-se o produto colhido com quotas de sacrifício e elevados impostos e taxas.

Em 1937 cogitou-se de dar liberdade ao comércio e eliminar-se as taxas que oneravam o café visando permitir ao país competir no mercado internacional com seus concorrentes, principalmente a Colômbia, que elevou fortemente, a sua produção à custa dos sacrifícios da produção brasileira. Como salientei um dos nossos técnicos, à sombra das valorizações artificiais, a cafeicultura no Brasil converteu-se em verdadeira aventura. Esqueçamos o que tínhamos a fazer melhorar a qualidade da nossa produção, porque

enquanto os outros países, como a Colômbia, aumentavam as suas culturas e vendiam suas últimas safras por motivo das boas qualidades, o Brasil retinha as suas sobras, geralmente do café baixos. Foi então que Fernando Costa, Secretário da Agricultura de São Paulo e depois Diretor do Departamento Nacional do Café, orientou a política cafeeira no sentido da produção de cafés finos.

Há os que afirmam, embora não existam dados seguros, possuir o Brasil dois bilhões e duzentos milhões de cafeeiros em relativa produção, devendo crescer-se a esse número, dentro em breve, coeficiente apreciável de lavouras novas que se vieram formando desde que foi levantada a proibição do plantio. Em 1931 quando se iniciou o plano de combate à superprodução criou-se um imposto para as plantações novas visando os Estados que já dispuzessem de mais de 50 milhões de cafeeiros. Essa proibição durou até 1943. Em 1942 foi calculado existirem no país 2.303.429.221 cafeeiros dos quais 75.674.463 abandonados nos anos em que não houver sêca e geadas os conhecedores do problema cafeeiro calculam poder o Brasil, sem perigo, contar com uma produção anual de 20 milhões de sacas, tanto mais estar desde 1943 levantada a proibição de novas plantações. Segundo Teófilo de Andrade não se justifica o pessimismo propalado na América do Norte de que o Brasil está ameaçado de perder a sua riqueza cafeeira.

Entretanto, o grande perigo para o Brasil reside na **qualidade** do produto que enviamos aos mercados exteriores. É aí que reside o perigo da concorrência que sofremos.

A qualidade do nosso produto tende a baixar cada vez mais e devemos enfrentar energeticamente a **produção em qualidade**. Precisamos de mercado para a concorrência com os "milds". Precisamos de quantidades suficientes de café moles.

Já muitos dos nossos homens de responsabilidade dentre eles Fernando Costa, chamaram a atenção para a necessidade de produzirmos **cafés de bebida fina** e procurou-se nesse sentido realizar a campanha dos cafés "despolpados", que não produziram os resultados esperados entre nós. Entretanto os **cafés de terceiro**, de **bebida mole**, esses podemos produzir, dentro de certos cuidados, em muitas zonas de nossos Estados, os quais tem grande aceitação nos mercados externos. Precisamos combater os cafés de bebida dura. Agravando essa situação da qualidade de nosso café depara-se nos agora a **broca** (*Stephanoderes Hampell*) que veio ainda comprometer a qualidade de nosso produto.

Infelizmente essa política não pode produzir todos os seus resultados e chegamos ao reajustamento econômico e à destruição de milhões de cafeeiros e chegamos finalmente à situação atual em que os mercados internacionais depois da guerra se vão restabelecendo e o Brasil que chegou a ter 75% desse comércio está hoje reduzido a 58%. A fase que atravessamos é de recuperação da lavoura cafeeira.

Foi justamente visando concorrer para essa reconstrução da lavoura cafeeira e procurando concorrer para melhorar a comercialização do produto, garantindo-se ao lavrador o valor do seu produto, que apresentei ao Conselho um ante-projeto de padronização do café, o qual já havia sido por mim estudado, quando Diretor do Serviço de Economia Rural, com a colaboração de alguns classificadores de café daquele Serviço.

Da classificação atual dos cafés brasileiros exportados por tipos, bebida e favas, infelizmente não existe estatística segura a respeito, sendo falhos, portanto, os que aparecem nas referências públicas. Entretanto, para um julgamento, podemos elucidar essa matéria, da seguinte forma:

A média de tipo exportada do Brasil é do tipo 5/6, o que equivale dizer 66 defeitos e impurezas em 300 gramas de café. Em São Paulo e Sul de Minas, os cafés melhoram nos diversos tipos, podendo-se ter em média o tipo 4 ou 26 defeitos e impurezas em 300 gramas.

Espirito Santo, Estado do Rio, parte de Minas (Zona da Mata) e Paraná a média em tipo cai para 7/8 com 260 defeitos e impurezas em 300 gramas.

A nossa média exportada de café de bebida mole corresponde, geralmente a 2%. Esses cafés são oriundos das seguintes zonas: em São Paulo, da Mogiana e parte do Douradense e Paulista, Minas, somente a parte Sul.

Bebida mole e apenas mole	10%
Bebida dura	28%
Rio	60%
Separação (fava).	

Quanto à dimensão da fava, peneira ou separação podemos esclarecer o seguinte:

CHATO:

Peneira	17/18 =	15%
Peneira	16 =	65%
Peneira de 15 p/ baixo	=	20%
Peneira Moka ..	=	15% 8 p saca 20%
Peneira	9/10 =	65%

As cotações tomando por base os elementos estatísticos de 1947, de modo geral, foram as que se seguem:

Cafés de procedência estrangeira, como por exemplo a Colômbia, nosso maior concorrente, temos conforme, dados em mão o seguinte:

Café Colombiano, cotado na Bolsa de Nova Iorque.
Valor da saca \$ 42,20. Libra peso 32 centavos.
Valor em cruzeiros Cr\$ 802,50 a saca.

Café Brasileiro cotado na mesma Bolsa.
"Santos":

1 saca em dólares \$ 27,72 em Cr\$ 426,68.

1 libra peso 21 centavos (americanos).

"Rio":

1 saca em dólares \$ 18,48. Em cruzeiros Cr\$ 351,12.

1 libra peso 14 centavos (americano).

Estes cálculos foram feitos tomando por base o dólar peso Cr\$ 19,00.

O café Brasileiro em relação ao Colombiano e outros é de absoluta inferioridade, e só há procura do nosso café, para cobrir as necessidades, devido a falta de outro, e, como a produção do café de origem estrangeira é ascendente e a nossa, por força de fenômenos diversos, é regressiva, somente com aumento da produção de cafés finos é que poderemos concorrer e competir, no comércio internacional de café, com os nossos concorrentes.

Na Mesa Redonda do Café, que se realizou em São Paulo, nos dias 5, 6, 7 e 8 de Junho, foi conclusão aprovada que o Brasil deve produzir além de cafés de sua especialidade, também os despolpados, para assegurar a sua hegemonia em todos os mercados, tendo assim cafés para todos os paladares.

Foi conclusão também aprovada nessa reunião que a melhoria da qualidade do café dependerá da catanção dos defeitos, tornando-se assim necessário que o Ministério do Trabalho revogue as medidas tomadas em relação ao trabalho nas catanções de café do interior do Estado, tendo em vista que ele é geralmente feito por mulheres e menores em horas disponíveis às suas atividades ordinárias.

Melhorar a qualidade do produto — Outra forma de serem melhorados os preços de café, em São Paulo, é aprimorar a sua qualidade. Os cafés finos alcançam melhores preços, e São Paulo dispõe de condições para produzi-los. As possibilidades que temos para aumentar os preços, por meio de melhoria da qualidade, é muito grande, e não deve ser desprezada. Ainda mais que é o único modo de competirmos com os outros países, que têm os seus mercados consumidores garantidos devido à qualidade de seus cafés. Com uma campanha bem orientada, é possível obter-se uma produção volumosa de café finos em São Paulo, ganhar-se terreno nos mercados consumidores e conseguir melhores cotações para o produto. (Da Mesa Redonda sobre o café recentemente realizada em São Paulo).

Reconhece o Plano Salte, em relação ao café, que estamos perdendo, devido à **qualidade, nossos mercados no exterior**, recomendando ainda a assistência técnica do produtor. E' desse plano a recomendação da criação de um Instituto Nacional do Café com patrimônio próprio com sede no Distrito Federal, sendo que esse Instituto se destinaria a traçar suas diretrizes da política econômica do café nacional.

Resolveu o Conselho que, a respeito do ante-projeto de padronização por mim apresentado, fossem ouvidos os governos interessados e o próprio Ministério da Agricultura. Foram recebidos pareceres dos Estados do Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, deixando de se pronunciar o governo do Estado de São Paulo, apesar da insistência com que foi solicitado o seu pronunciamento, esse Estado remeteu ain-

da em 26-12-44, ao tempo da interventoria Fernando Costa, um trabalho do Secretário Dr. Melo Moraes em que salientava o descalabro da lavoura cafeeira paulista, mostrando a situação de apreensão com a queda da produção cafeeira, salientando a necessidade de um programa de defesa econômica e financeira. Em 14-3-47, o Sr. Ministro Daniel de Carvalho remeteu ao Conselho de Comércio Exterior os pareceres daquele Ministério, inclusive o do Serviço de Economia Rural, que fez acompanhar o seu parecer das especificações para a classificação do café declarando que o assunto foi estudado "pelos técnicos", especializados em café", e achando que o trabalho apresentado estava em condições de atender às necessidades da defesa da nossa produção. Os pareceres dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo, em nada alteraram o ante projeto organizado pelo Serviço de Economia Rural. Esse ante-projeto habilmente organizado não trará perturbações ao comércio do café atualmente estabelecido mas permitirá a pouco e pouco a melhoria da qualidade do nosso produto e através do certificado permitirá as transações comerciais e beneficiará o produtor que procurará melhorar a qualidade do seu produto.

No dizer da Secretaria da Agricultura do Paraná "o certificado oficial será a melhor maneira de preparar racionalmente o seu produto"

Em conclusão, a Câmara de Produção foi de parecer em que se submetesse a aprovação do plenário do Conselho o ante-projeto de Decreto e especificações da classificação e fiscalização da exportação do café. Este ante-projeto é o que se segue:

Especificações e tabelas para a classificação e fiscalização da exportação de CAFÉ, baixadas com o Decreto n.º de de de em virtude das disposições do Decreto-lei n.º 334, de 14 de março de 1948 e do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940.

Art. 1.º — Dá-se a denominação de café, para efeito das presentes especificações aos frutos da planta pertencente à família das "Rubiáceas" e do gênero "Coffea", com suas principais espécies e variedades, devidamente tratados e preparados, isto é, beneficiados e rebeneficiados, ou simplesmente beneficiados e destinados ao comércio.

Art. 2.º — Todo o café de produção nacional qualquer que seja sua qualidade será denominado: "Café do Brasil".

Art. 3.º — De acordo com os artigos 5.º, 6.º e 7.º do regulamento que baixou com o Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940, a classificação do café em grão far-se-á:

- a) pela sua apresentação;
- b) pela sua qualidade.

Art. 4.º — A classificação do café pela apresentação, compreende:

- a) defeitos e impurezas;
- b) variedade comercial;
- c) procedência;
- d) separação;
- e) preparo;
- f) seca.

Art. 5.º — O tipo de café é determinado pela maior ou menor quantidade de defeitos e impurezas, contida na amostra depeito, que é tudo quanto não for grão de café com sua conformação normal.

Art. 6.º — O grão preto é considerado defeito básico ou capital. Os demais defeitos lhe são proporcionais, conforme a tabela abaixo:

	Defeitos
1 grão preto	1
5 grãos verdes	1
2 grãos ardidos	1
5 grãos chochos	1
5 grãos quebrados	1
2 grãos marinhos	1
3 grãos conchas	1
1 côco	1
1 pedra, pau ou torrão regular	2
1 pedra, pau ou torrão grande	5
1 pedra, pau ou torrão pequeno	1
1 casca grande	1
2/2 cascas pequenas	1

Art. 7.º — O café em grão deverá ser puro, não podendo, pois, conter senão os defeitos que lhe são intrínsecos. Constitui tolerância o máximo de 1% de impurezas, assim consideradas as pedras, paus, torroes, cascas e qualquer outra substância estranha ao produto beneficiado.

Art. 8.º — A amostra destinada à classificação será de 300 gramas e se enquadrará nos seguintes tipos:

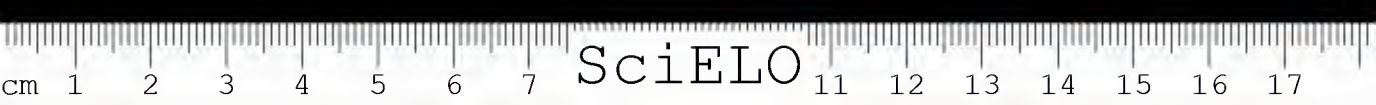
Tabela de tipos oficiais

Tipos	Defeitos
2	4
3	12
4	26
5	46
6	86
7	160
8	360

Parágrafo único — Essa classificação não será influenciada pelo aspecto, côr, variedade, separação, preparação e seca, contando-se apenas os defeitos intrínsecos e estrínsecos.

Art. 9.º — A tabela dá o número de defeitos atribuídos a cada tipo de café, assim:

Defeitos	Tipos
4	2
5	2-05
6	2-15
7	2-20
8	2-25
10	3-15
11	3-10
11	3-05
12	3
13	3-05
15	3-10
15	3-15
18	3-20
19	3-25



Defeitos	Tipos	Peneiras
20	4-20	Chato grosso 19, 18 e 17
22	4-15	Chato médio 16 e 15
23	4-10	Chatinho 14 para baixo
25	4-05	Moka graúdo 12 e 11
26	4	Moka médio 10 e
28	4-05	Moquinha 8 para baixo
30	4-10	
32	4-15	
34	4-20	
36	4-25	
38	5-20	
40	5-15	
42	5-10	
44	5-05	
46	5	
49	5-05	
57	5-15	
61	2-20	
64	5-25	
71	6-15	
75	6-10	
79	6-05	
86	6	
93	6-05	
100	6-10	
108	6-15	
115	6-20	
123	6-25	
130	7-20	
138	7-15	
145	7-10	
153	7-05	
160	7	
180	7-05	
200	7-10	
220	7-15	
240	7-20	
260	7-25	
280	8-20	
300	8-15	
320	8-10	
340	8-05	
360	8	

Art. 10 — Na classificação do café deverão ser indicadas e descritas, com a denominação comercial em uso as respectivas variedades quando identificadas.

Art. 11 — A declaração de procedência do café só deverá constar do competente certificado, quando sua classificação fôr processada no próprio centro produtor, ou à vista da amostra perfeitamente identificado quanto à sua origem.

Parágrafo único — A indicação da procedência será feita pela discriminação do município e da zona fisiográfica em que êle estiver compreendido.

Art. 12 — A separação do café processar-se-á:

- a) pelo benefício;
- b) pelo rebenefício.

§ 1.º — No benefício os cafés serão separados pelo tamanho da fava em chato grosso, chato médio, chatinho, moka graúdo, moka médio e moquinha, correspondentes às seguintes peneiras:

§ 2.º — No rebenefício compreende-se as separações por peneira isoladamente, 19, 18, 17, 16, 15, 14, 13 para os chatos e 12, 11, 10, 9, 8 para os moka, admitindo-se no máximo 5% (cinco por cento), de uma peneira na outra.

Art. 13 — De acôrdo com o processo de preparo, a que for submetido, o café será denominado:

- a) café de terreiro;
- b) café despulpado.

§ 1.º — Café de terreiro é todo aquê que for preparado pelo processo denominado de via seca, consistindo no tratamento dos frutos e sua secagem em terreiros ou equivalentes.

§ 2.º — Café despulpado é todo aquê preparado pelo processo denominado de via úmida, devendo apresentar as seguintes características:

- a) ser proveniente de cafés colhidos em ceveja ou maduro, sem fermentação prejudicial;
- b) possuir côr, torração características e bebida mole para melhor.

Art. 14 — Compreende-se por seca um limite máximo de unidade tolerável que será de 11% (onze por cento), assim definido:

- a) seca ótima;
- b) seca boa;
- c) seca regular;
- d) seca má.

Art. 15 — Na côr, admite-se as seguintes tonalidades:

- 1 — café de terreiro:
 - a) verde;
 - b) verde-cana;
 - c) esverdeado;
 - d) amarelo ou amarelado.
- 2) café despulpado:
 - a) azulado;
 - b) verde-azulado.

Art. 16 — A classificação da côr será sempre acompanhada da especificação da safra, se nova ou velha.

Parágrafo único — Entende-se por safra, o ano agrícola cafeeiro, isto é, o período compreendido entre 1.º de julho a 30 de junho do ano seguinte.

Art. 17 — A classificação do café por qualidade obedecerá ao gosto ou paladar universalmente estabelecido, segundo o resultado da prova de xícara, (deputação), obtido do pó do produto devidamente torrado e preparado mediante infusão.

Art. 18 — A torração é considerada:

- a) ótima ou fina;
- b) boa;
- c) regular;
- d) má.



§ 1.º — Compreende-se por torração ótima a que for vistosa e de absoluta uniformidade na côr.

§ 2.º — Boa é toda torração que, não revelando as características da classe anterior, apresenta em seu conjunto boa aparência e homogeneidade na côr.

§ 3.º — Regular é a torração que não podendo ser compreendida entre as anteriores, oferece certas desigualdades na côr.

§ 4.º — Má é toda a torração imperfeita e desigual.

Art. 19 — A bebida é considerada:

- a) estritamente mole;
- b) mole;
- c) apenas mole;
- d) dura;
- e) dura prejudicada;
- f) riotado;
- g) rio.

§ 1.º — O Café de bebida estritamente mole é todo aquêl que na prova de xícara apresentar as caracteristicamente do aroma e sabor **rigorosamente** suaves, doce ou agradável e acidez característica.

§ 2.º — De bebida, mole é o café que, na prova de xícara, apresentar as características de aroma e gosto suaves, doce e agradável e podendo ser ácido.

§ 3.º — De bebida apenas mole é o café que, na prova de xícara, apresentar as características de aroma e gosto suaves, podendo ser ácido, mas ligeiramente prejudicado pelos defeitos.

§ 4.º — De bebida dura é todo o café que na prova de xícara apresentar característicos de aroma e sabor acre.

§ 5.º — De bebida dura prejudicada é todo o café que na prova de xícara apresentar os característicos de aroma e sabor acre prejudicado pelos defeitos.

§ 6.º — De bebida riotado ou levemente Rio é todo café que na prova de xícara apresentam aroma e sabor ligeiramente iodoformados.

§ 7.º — De bebida Rio é todo café que na prova de xícara apresentar característicos de aroma e sabor fortemente iodoformado.

Art. 20 — Além dos tipos acima descritos poderão ser exportados os cafés denominados e conhecidos por Grindor e Minimal.

§ 1.º — Grindor é o calé constituído de conchas, de café quebrados e grãos inteiros provenientes do vasamento de peneira inferior a 16 contendo nunca menos de 2/3 de grãos inteiros e de bebida apenas mole para melhor.

Tolerância:

0,5% de impurezas, pedras, torrões, paus, cascas, casquinhas ou pergaminhos, côcos, marinheiros ou qualquer substância estranha ao produto beneficiado

5% (cinco por cento) de pretos e ardidos.

5% (cinco por cento) em peneira onze, de resíduos de cafés brocados ou não ou qualquer impureza.

§ 2.º — Minimal é todo calé não compreendido no padrão anterior é de composição inferior ao tipo 8.

Tolerância:

1% de impureza ou qualquer substâncias estranhas ao produto beneficiado.

10% (dez por cento) de pretos e ardidos.

10% (dez por cento), em peneira onze, de resíduos de café brocado ou não, inclusive quaisquer impurezas.

Art. 21 — Quaisquer defeitos, não especificados, e anomalias que contribuam para a depreciação do café deverão constar do certificado de classificação.

Art. 22 — O calé será acondicionado em sacaria de anagem obedecendo os tipos em vigor.

Parágrafo único — Os sacos conterão, obrigatoriamente, 60 quilos líquidos de café.

Art. 23 — Em cada lote de café, destinado aos mercados externos, será utilizada sacaria nova e uniforme, sendo vedado o aproveitamento de sacaria remarcada.

Parágrafo único — Não serão aceitos para exportação os cafés acondicionados em sacaria com marcação, em desacôrdo com o porto de embarque do produto, fato êsse passível de penalidade.

Art. 24 — A manipulação de ligas ou caldeamentos, com o fim de reunir cafés de qualidade ou aparência semelhantes, para formar um só lote uniforme, será permitida, uma vez que os resultado da liga não infrinja quaisquer das especificações ora estabelecidas.

Parágrafo único — A liga ou caldeamento implica em nova classificação.

Art. 25 — O empilhamento do café nos armazens, será feito por lotes separados de per si e constituídos de café do mesmo tipo e qualidade.

Art. 26 — A extração de amostras se fará sob a orientação e responsabilidade dos classificadores oficiais e na presença do fiel do armazem.

Parágrafo único — As amostras serão de 300 gramas em cada lote.

Art. 27 — O extrato de café deverá ser unicamente de calé, sem a adição de fixador ou estabilizador de qualquer natureza.

Art. 28 — O calé destinado à obtenção do extrato não poderá ser submetido a operações que alterem quimicamente seus constituintes, exceção feita à torração.

Art. 29 — Os extratos só poderão ser obtidos por via hídrica e deverão ser completamente solúveis na água.

Art. 30 — Os extratos só poderão ser obtidos no próprio grão do café, não sendo tolerado o empilgo, para êsse fim, de qualquer outra parte do cafeeiro.

Art. 31 — Os extratos de calé deverão ter aroma e paladar agradáveis, não podendo sofrer alteração no prazo mínimo de seis meses.

Art. 32 — As despesas relativas à classificação e a fiscalização da exportação do café, na forma do disposto no artigo 5.º do Decreto-lei n.º 334, de 15 de março de 1938, e bem assim aquelas previstas no regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940, para atender trabalhos realizados a requerimento ou por solicitação da parte ou partes interessadas, serão cobradas de acôrdo com a seguinte tabela, por quilo:

a)	Classificação, inclusive emissão e certificado:	
	por apresentação	Cr\$ 0,01
	por qualidade	Cr\$ 0,05
	por apresentação e qualidade ..	Cr\$ 0,06
b)	reclassificação, inclusive emissão de certificado:	
	por apresentação	Cr\$ 0,02
	por qualidade	Cr\$ 0,06
	por apresentação e qualidade ..	Cr\$ 0,08
c)	Arbitragem:	
	por apresentação	Cr\$ 0,03
	por qualidade	Cr\$ 0,08
	por apresentação e qualidade ..	Cr\$ 0,10
d)	Inspeção para os itens das alíneas c e d do art. 79	Cr\$ 0,01
e)	Análise para determinação do grau de unidade	Cr\$
f)	Análise:	
	Taxa de fiscalização de exportação	Cr\$0,20
	Calé em grão	Cr\$....
	Extrato de calé	Cr\$....

Art. 33 — A classificação de extratos de café será feita mediante análise, devendo o respectivo laudo ser transcrito no certificado de fiscalização da exportação.

Art. 34 — Os certificados de classificação respeitadas as disposições do art. 36 do regulamento aprovado pelo Decreto n. 5.739, de 29 de maio de 1940, serão válidos pelo prazo de 120 dias, contados da data de sua emissão.

Art. 35 — Para efeito de verificação dos defeitos contidos nos produtos, entende-se:

Chochos — Originados pela deficiência de trato, de adubação e de água. Não tendo sido eliminados, quando em côco, nos "catadores de pedras", e, quando beneficiados nos "ventiladores".

Mal granados — defeitos de fecundação por falta de trato cultural. Não tendo sido eliminados pelos "separadores", "ventiladores", ou pela "catação manual".

Conchas — Proveniente do café "cabeça", assim chamá-lo pela forma especial que o caracteriza. Originados dos maus tratos culturais e de uma fecundação imperfeita. O "descascador", desdobra-se

dando origem aos "conchas". Não tendo sido eliminados pelos "separadores" e "catadores", quando em forma de "cabeça", e finalmente, pela "catação a mão".

Pedras — Oriundas da permanência prolongada no solo com a consequência das chuvas e umidade da terra. Não tendo sido eliminados nas "bicas de jogos" ou na "catação manual".

Pedras e torrões — Consequência da "abanação", imperfeita na roça. Não tendo sido eliminados nos "lavradores", nas "bicas de jogo", e, principalmente pela "catação manual".

Verdes e verdoengos — Consequência da colheita prematura. Não tendo sido eliminados pela separação do "cereja", do "boia", em "alvarodes" ou "abanadores", nos "ventiladores", "catadores por densidade" e pela "catação manual".

Chumbados — Consequência da má seca, chuvas continuadas, faltas de cobertura adequada, umidade posterior das "tuilhas" outros fatores.

Ardidos de terreiro — Originados por fermentação, devido à chuva e à umidade por falta de cobertura adequada. Não tendo sido evitados devido ao retardamento à esparramação, no terreiro, do calé lavado, e não ter sido continuamente mexido, antes da "mela seca", ou então devido ao recolhimento de calés ainda úmidos.

Esmagados — Originados nos terreiros, pelas rodas dos cerrinhos e outros fatores. Não tendo sido eliminados na "bica de jogo" ou nos "catadores de pedras".

Cascas — Resultante da má ventilação. Não tendo sido evitadas nos "ventiladores" bem como nos "catadores".

Côcos — Oriundos do "descascador", mal regulado. Não tendo sido evitados pelo "repassador".

Marinheiros — Determinados pelo mau funcionamento do "repassador". Não tendo sido eliminados nos "separadores", nos "catadores" mecânicos ou pela "catação manual".

Quebrados — Oriundos do "descascador" e "repassador", mal regulados. Não tendo sido eliminados no "separador", "ventilador", e, finalmente pela catação manual.

Art. 36 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro da Agricultura ouvido o Serviço de Economia Rural.

A LAVOURA

CIRCULA ININTERRUPTAMENTE DESDE 1897.

É PUBLICAÇÃO INDISPENSÁVEL A QUANTOS SE INTERESSAM PELOS NOSSOS PROBLEMAS AGRÍCOLAS E ECONÔMICOS.

DISTRIBUIDA GRATUITAMENTE AOS SÓCIOS DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA.

PREÇO DA ASSINATURA ANUAL: CR\$ 60,00

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115-6.º — Caixa Postal: 1245. Tel.: 42-2981

Rio de Janeiro

Estabelecimentos de Ensino Agrícola nas zonas de colonização Centro-Oeste

Trabalho apresentado pelo Engenheiro Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA, Professor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" à 1.ª Conferência Brasileira de Imigração e Colonização.

I — Assistência às populações das zonas de colonização através do ensino agrícola

Nenhuma assistência agrícola é mais objetiva e eficiente do que a assistência através do ensino.

De fato, as escolas que ministram o ensino agrícola, pela sua localização na zona rural, não devem limitar-se, tão somente, ao preparo de profissionais hábeis e tecnicamente capazes para o desempenho dos diferentes misteres da profissão; elas devem cuidar, também, com todo empenho, da formação humana dos educandos, e, pelas suas elevadas finalidades educativas, devem constituir **centros de interesse** da população rural.

Das escolas devem partir os bons exemplos, as boas idéias, o estímulo, o incentivo, etc., e para as escolas devem convergir a atenção e o interesse das populações rurais.

Nas zonas de colonização, as escolas de ensino agrícolas quando bem organizadas e dirigidas, assumem um papel de alta relevância não só sob o ponto de vista profissional propriamente dito, preparando elementos que, adestrados nos trabalhos agrícolas melhor orientem as atividades das colônias, como também, sob o ponto de vista educacional, integrando as populações rurais no meio rural, orientando-as, esclarecendo-as, e, em suma, proporcionando-lhes elementos e oportunidades para que elas atinjam níveis materiais e espirituais de vida mais altos.

São essas as verdadeiras escolas que precisamos e que preconizamos para as zonas de colonização, escolas que ensinam e edu-

cam, escolas que, integradas em suas finalidades, se constituam em verdadeiros **centros de educação rural**.

É preciso que, os estabelecimentos de ensino agrícola situados nas zonas de colonização, a par da formação profissional propriamente dita, trabalhem também no sentido de:

a) promover o ajustamento da população da colônia agrícola ao ambiente rural, esclarecendo-a sobre os mais importantes problemas da região e a maneira pela qual eles devem ser encarados e resolvidos;

b) divulgar ensinamentos úteis e oportunos sobre alimentação, higiene, habitação etc., proporcionando assim, aos habitantes da colônia, uma vida mais alegre e feliz;

c) criar um ambiente favorável à sociabilidade das populações rurais, a fim de que elas, melhor esclarecidas e orientadas, trabalhem com entusiasmo e idealismo pelo bem estar coletivo;

d) despertar e enaltecer o amor à terra amiga e hospitaleira, terra que deve ser sempre engrandecida e dignificada.

Educar para a vida e tornar melhores as condições da vida rural, eis, em síntese, a grandiosa e patriótica obra que cumpre às escolas, tornar realidade em todo o país.

II — Estabelecimentos de ensino agrícola aconselháveis par as zonas de colonização

Nas zonas de colonização, ao lado das escolas primárias rurais, não devem faltar os estabelecimentos de ensino agrícola que completem a educação dos adolescentes,

dando-lhes uma qualificação profissional e preparando-os para vida prática, sem que para isso eles precisem afastar-se do próprio meio onde vivem.

Escolas que ministrem o ensino da horticul-tura em tôda as suas especializações (hortalicul-tura, fruticultura, etc.); e, ao mesmo tempo, o ensino especializado refe-rente à zootecnia, especialmente avicultura, suinocultura, etc., são das mais recomen-dáveis, principalmente nas zonas de colo-nização situadas nas proximidades das gran-des cidades.

Na zona de colonização da futura Ca-pital do País, por exemplo, não deve faltar uma escola dêsse tipo para o preparo de pro-fissionais (fruticultores, hortelões, avicul-tores, suinocultores, etc.), que orientem as atividades dos colonos no sentido da pro-dução de hortaliças, frutas, aves, etc., in-dispensáveis ao abastecimento do grande mercado que será a nova capital.

Em zonas mais afastadas, que sejam outras as atividades agrícolas predominan-tes nas colônias, escoals que ministrem o ensino especializado referente à essas ati-vidades, são, igualmente, úteis, oportunas e recomendáveis.

Os cursos regulares de tais escolas de-vem funcionar, de preferência, sob regime-m de internato, que é, sem dúvida, o que mais se coaduna com as atividades agrícolas.

O nível de conhecimento para a matrí-cula nos cursos regulares de tais escolas deve ser o de curso primário completo.

Tais escolas poderão ser mantidas pe-los governos Federal, Estadual ou Municí-pal, pelas Associações de Classe (Associa-ções Rurais), ou, então, em regime-m de cooperação entre os Poderes Públicos e En-tidades Particulares.

A Escola de Horticul-tura "Wenceslão Bello", mantida na Penha, Distrito Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura, é um exemplo de escola do último tipo, pois é subvencionada e auxiliada pelo Ministé-rio da Agricultura.

Além dos cursos regulares, poderão e deverão manter tais escolas outros cursos, como:

a) **Cursos de Treinamento**, destina-dos aos filhos dos colonos, que, não poden-do frequentar os cursos regulares, de maior duração (um a dois anos), podem adquirir, em menor tempo, (três a seis meses), uma qualificação profissional que os habilite para os trabalhos agrícolas racionais. Da mesma forma que os cursos regulares, os cursos de treinamento devem funcionar sob regime-m

de internato, a fim de que os alunos acoi-veitem melhor o tempo;

b) **Cursos Práticos**, sob regime-m de externato, de curta duração, com aulas uma ou duas vezes por semana e horário que não prejudique as atividades normais dos colo-nos, destinados a dar os mesmos, conheci-mentos básicos e objetivos sôbre os assun-tos e práticas agrícolas que mais se fizerem necessários na região;

c) **Semanas de Agricultores**, duran-te as quais os colonos internados na escola durante uma semana, tenham oportuni-da-de de estudar as questões que mais lhes in-teressam e possam resolver os seus problemas agrícolas mais prementes.

Todos os cursos devem ser inteira-mente gratuitos e devem revestir-se de ca-ráter eminentemente objetivo.

III — Instituições que devem funcionar nas escolas agrícolas situadas nas zonas de colonização

Nas escolas agrícolas que preconiza-mos para as zonas de colonização, não devem faltar as organizações estudantis que, pe-las suas elevadas finalidades muito con-correm para a melhor educação dos adole-scentes, e, quiçá, da própria população rural, pelo reflexo que elas alcançam fóra da es-cola.

Tais instituições são:

- a) Clube Agrícola Escolar;
- b) Cooperativa Escolar;
- c) Grêmio Social.

Através de instituições de tão elevado alcance educativo e social, consegue-se, de uma maneira prática e objetiva:

a) despertar, entre os alunos, o amô-r à terra e ao trabalho agrícola que tanto en-grandecem e dignificam o homem;

b) concorrer par a difusão dos ele-vados princípios de solidariedades entre os alunos dentro da escola e fóra da escola, pro-movendo assim uma maior confiança e auxí-lio entre os homens;

c) desenvolver, entre os alunos, o senso de responsabilidade através do desem-penho de encargos e trabalhos nos postos de direção das instituições, capacitando-os melhor par a vida prática;

d) contribuir para a melhoria das con-dições de sociabilidade, mantendo as mais estreitas relações entre as famílias dos alu-nos e a escola, o que se reflete, favoravel-mente, na própria vida rural;



e) colaborar em tôdas as questões que dizem respeito à melhoria das condições de vida do meio rural, já pelo exemplo do que realizam os alunos na escola, já pelo auxílio e colaboração que eles podem prestar à população.

Tais instituições concorrem, em síntese, para o desenvolvimento social, moral e intelectual dos estudantes, e, indiretamente, através deles, o próprio desenvolvimento moral, social e intelectual da população rural que, melhor esclarecida e organizada, pôde viver mais alegre e feliz radicada ao solo.

IV — As escolas agrícolas e as atividades rurais das zonas de colonização onde elas estão localizadas

As escolas agrícolas nas zonas de colonização, com temos salientado, devem tomar parte ativa em tudo quanto diz respeito ao melhoramento e progresso da região onde elas estão localizadas, despertando assim a atenção e o interesse dos colonos, que passam a ver, nelas, não simples estabelecimentos de ensino profissional, mas instituições de âmbito muito mais amplo, instituições que acompanham de perto as atividades rurais da região e cooperam para o bom êxito das mesmas.

Nêsse sentido, devem as escolas agrícolas:

a) promover, sempre que possível, a realização de **Exposições Agrícolas, Semanas Ruralistas**, etc., recursos que muito concorrem para a elevação do nível das atividades agrícolas da região;

b) concorrer para o bom êxito das exposições agrícolas, semanais ruralistas, etc., realizadas na zona sob os auspícios dos poderes públicos, das associações rurais, etc., prestando não somente a assistência técnica que se fizer necessária como também, o auxílio material que as suas condições permitirem;

c) promover, patrocinar e fomentar a realização de palestras demonstrações práticas etc., referentes à questões agrícolas de relevância para a região; palestras e solenidades cívicas, etc., proporcionando assim, à população rural, ensinamentos e exemplos úteis e oportunos;

d) figurar sempre, nas exposições agrícolas, semanas ruralistas, etc., com produtos obtidos na própria escola, o que constitui, sem dúvida, recurso muito eficiente para despertar a atenção dos colonos para

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.º Agrônomo **ARTHUR TORRES FILHO**
Presidente da Sociedade



Eng.º Agrônomo **ANTONIO DE ARRUDA CAMARA**
Diretor



Eng.º Agrônomo **KURT REPSOLD**
Diretor Técnico



Eng.º Agrônomo **GERALDO GOULART DA SILVEIRA**
Consultor-Técnico



LUIZ MARQUES POLIANO
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro



Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conselhos emitidos em artigos assinados.

as práticas agrícolas racionais nelas empregadas e por elas preconizadas:

e) organizar e colocar à disposição da população rural, não só uma biblioteca, como também distribuir folhetos, revistas, etc., que proporcionem aos colonos uma leitura útil e educativa, concorrendo assim para a elevação do nível intelectual dos mesmos.

Outras atividades, como a realização de sessões cinematográficas educativas, a realização de concursos agrícolas, a manutenção de um museu que seja o documentário dos recursos e possibilidades da região, a realização de palestras sobre higiene, moral, civismo, etc., são, igualmente, aconselháveis para que as escolas, integradas em suas elevadas finalidades, realizem um vasto e grandioso trabalho educativo junto da população da colônia.

CONCLUSÕES

1 — É aconselhável, recomendável e oportuno a instalação de **escolas profissionais agrícolas**, nas zonas de colonização;

2 — Tais escolas, especialmente as localizadas nas zonas de colonização próximas das grandes cidades, devem preparar **hortelões, fruticultores, avicultores, suinocultores**, etc., que orientem as atividades dos colonos no sentido da produção, em larga escala, de hortaliças, frutas, aves, etc., para o abastecimento da colônia e centros urbanos da região;

3 — As escolas, além dos **cursos regulares**, devem manter, de acordo com os recursos e possibilidades, **Cursos de Treinamento, Cursos Práticos**, etc., visando a melhoria da produção e do trabalho nas zonas de colonização;

4 — Nas referidas escolas devem funcionar instituições estudantis tais como **Clubes Agrícolas Escolares, Cooperativas Escolares, Grêmios Sociais**, etc., que constituem recursos de integração dos estudantes nas atividades escolares, e, indiretamente, constituem, também, recurso de inestimável valor na elevação do nível social, moral e intelectual da população rural da zona de colonização, pelo reflexo que sobre elas se fazem sentir as atividades escolares;

5 — As escolas devem patrocinar, promover e fomentar a realização de **Semanas Ruralistas, Exposições Agrícolas, Concursos**, etc., visando integrar a população rural nas atividades rurais e orientando-as nas práticas agrícolas racionais e recomendáveis;

6 — As escolas não devem visar, tão somente, o preparo profissional dos adolescentes, mas, ainda, dentro de um plano educacional mais amplo, promover o ajustamento da população rural ao ambiente rural, contribuindo assim para a melhoria das condições da sociedade e elevação moral e intelectual da população da colônia, revestindo-se de caráter de **centros de educação rural**.

7 — Visando tão elevados objetivos torna-se oportuno e imprescindível a manutenção, nas zonas de colonização, de escolas nos moldes preconizados, quer pelos governos Federal, Estadual ou Municipal, Associações Rurais, etc., quer em regime de cooperação entre os Poderes Públicos e as Entidades Particulares.

Rio de Janeiro, 13 de Abril de 1949.

Geraldo Goulart da Silveira
Engenheiro Agrônomo.

LAVRADOR! CRIADOR!

FORTALECE A TUA CLASSE INSCREVENDO-TE NA "ASSOCIAÇÃO RURAL" DO TEU MUNICÍPIO: SE ESTA NÃO EXISTIR AINDA, FUNDA UMA, DENTRO DOS MOLDES DO DECRETO-LEI 8.127, DE 24 DE OUTUBRO DE 1945.

A SECRETARIA DA S. N. A. TE PRESTARÁ TODOS OS ESCLARECIMENTOS A RESPEITO.

Arraçoamento econômico da vaca leiteira

Lincoln Moraes
Veterinário Zootecnista

Os criadores de gado leiteiro, em geral, por falta de esclarecimentos técnicos, dispensam demasiada importância ao emprego de alimentos concentrados no arraçoamento da vaca leiteira. Acreditam que sem farelos de trigo e outros concentrados suas vacas não podem dar leite. Entretanto, tendo em vista um conjunto de fatores, entre os quais sobressaem a boa qualidade dos pastos durante a maior parte do ano e a mediocridade da produção da maioria das vacas, é perfeitamente possível conseguir uma apreciável diminuição no consumo de tais alimentos, sem o menor prejuízo para a produção, pelo menos de outubro a maio.

Ademais, mesmo sem o recurso dispendioso dos silos, pôde-se obter, nas fazendas, boa disponibilidade de alimentos ótimos e a preço compensador. As próprias terras baixas e ácidas são mui bem aproveitadas para pastagens e capineiras de córte, nelas vicejando o capim angola, também chamado "capim de planta". Dirão que esta gramínea é muito aquosa e de baixo valor nutritivo, pelo que exige uma forte suplementação de concentrados. Será uma verdade, quando o criador não dispuzer de outras forrageiras.

Mas possuímos outras, gramíneas e leguminosas, de fácil cultivo nos terrenos drenados e nas encostas férteis e frescas, as quais, se não são tão ricas quanto a alfafa e o trevo em princípio nutritivos, podem, quando bem dosadas na ração, fornecer satisfatoriamente aqueles princípios necessários à manutenção e à produção de uma boa vaca leiteira.

Podemos citar como principais, porque já de valor comprovado, o capim Venezuela, também conhecido como Pasto Imperial, a marmelada de cavalo e o guando, as duas primeiras de grande palatabilidade, isto é, muito estimadas pelo gado. A primeira é uma gramínea rica em hidratos de carbono; as outras duas, leguminosas, com apreciável teor de proteína digestível. Numa excelente granja de Jacarepaguá, Distrito Federal, destinada à criação de reprodutores, as duas primeiras forrageiras, associadas ao capim angola e auxiliadas por um pequeno mas bem cuidado pasto de graminha de burro,

constituem o forte da alimentação de quasi uma centena de vacas, e bezerros das raças mais aperfeiçoadas e, portanto, mais exigentes, quanto à alimentação. Os animais fornecem, mediante aproveitamento em duas estrumeiras, o adubo para o cultivo das duas forrageiras.

Ultimamente vem sendo intensificada a cultura da soja no Distrito Federal, com êxito absoluto. Tanto o guando como a soja fornecem excelente feno, rico em proteína. Ambos são de fácil cultura. Alguns hectares plantados de soja, de dezembro a fevereiro, ou de guando, produzirão ótima reserva, em feno, para a estação fria e seca, em que os pastos definham.

Outra forrageira que precisa ser mais cultivada é a cana, afim de ser fornecida as vacas justamente na época de miséria dos pastos. Constitue ótimo verdejo.

Além de recurso às plantas de verdejo ou córte, convém não esquecer que, com uma inteligente rotação de pastagens, deixando as várzeas, as encostas ou grotas mais frescas de reserva para a ocasião mais necessária, poderá o criador aproveitar melhor sua propriedade, distribuindo satisfatoriamente o rebanho pelos diversos pastos, de acôrdo com as exigências alimentícias de cada lote: vacas em lactação, vacas e novilhas cheias, próximas da parição, bezerros, vacas secas, etc.

É bem verdade que para conseguir uma ótima distribuição dos pastos, terá o fazendeiro de resolver o sério problema das cercas, com as dificuldades atuais na aquisição do arame farpado, dos moirões, etc. Mas, pôde-se afirmar que toda a despesa feita para conseguir uma adequada distribuição dos pastagens será fartamente compensada pelo aumento da produção.

Morrison, uma das maiores autoridades em assuntos de alimentação animal, afirma que as vacas de produção diária inferior a 8 litros e meio, com 4 por cento de matéria gorda, não necessitam de alimentos concentrados, quando dispõem de excelente pasto ou de bom verdejo, isto é, de plantas verdes cortadas em prados ou

capineiras. Explicaremos em poucas palavras o motivo dessa afirmação.

Com efeito, todo animal tem necessidade de uma certa quantidade de princípios alimentícios para a manutenção de seu organismo; além disto, necessita de mais uma quantidade variável dos mesmos princípios, afim de atender à sua produção. No caso da vaca leiteira, precisa ela, portanto, de um acréscimo para a produção de leite e a de matéria gorda (manteiga). Assim, temos que sua ração deve ser calculada à base de três fatores: seu peso vivo, o número de litros de leite que produz e a porcentagem de matéria gorda deste. Suas exigências alimentares serão, pois, tanto maiores quanto mais alta fôr sua produção.

Acontece, porém, que, com se sabe, a produtividade leiteira é uma aptidão hereditária. Se a vaca não possui herança leiteira, isto é, se não é de boa raça leiteira, se sua mãe, avós, bisavós, irmãs, não são leiteiras, é quasi certo que ela também não o será. É evidente que uma alimentação rica, por melhor que seja, não poderá fazê-la produzir além do que o permite sua herança. Um ligeiro aumento, comparado ao que produziria somente com a alimentação habitual, não compensaria os gastos resultantes. Seria como que jogar dinheiro fóra. Estaremos diminuindo, assim, a importância da alimentação em pecuária? Em absoluto. É isto porque, por outro lado, se a vaca de raça leiteira, de uma ótima família leiteira, não recebe em quantidade suficiente os princípios alimentícios exigidos pela sua alta aptidão, não poderá revelar satisfatoriamente essa aptidão. Ainda mais; si, embora boa leiteira e bem alimentada,

não sofre os benéficos efeitos da ginástica funcional do úbre, consistente numa ordenha completa, duas vezes ao dia, não poderá atingir ao máximo de produção de que é capaz.

Como sabemos, a maioria absoluta das vacas dos nossos rebanhos leiteiros produz menos de 8 litros diários, apesar, às vezes, do suprimento do farelinho de trigo, remoldo, torta de babaçú, farelo de algodão ou até do resíduo de cervejaria (cevala), que estão acostumadas a receber. Tôdas essas vacas dariam, por um custo muito menor, a mesma quantidade de leite, si dispuzessem de pastos tratados e bem divididos, ou de bom verdejo, principalmente o capim venezuela, a cana ferraqueira e a marmelada de cavalo. Grande auxílio seria também fornecidos pelos fenos de guando ou de soja, de fácil produção em qualquer fazenda.

Temos presenciado, no Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro, o arraçoamento de vacas de produção diária de 5 e 6 litros, mantidas em excelentes pastos de capim gordura e graminha de burro, com remoldo de trigo, adquirido no "mercado negro", o feijão manteiga, novo, comprado ao preço do mercado. Nada mais contraproducente. Que lucro pôde dar uma vaca assim alimentada? Este fato, embora revele que o preço de venda do leite é compensador, mostra quão anti-econômico é uma exploração leiteira de tal natureza.

Os criadores devem gastar os concentrados somente com as boas produtoras, as únicas capazes de retribuir economicamente as despesas com esses alimentos extraordinários.

Imigração e Colonização

A "UNIÃO SUIÇA DE CARIDADE" (Caritas Sulça), é uma organização caritativa, fundada em 1901 sob a direção do Episcopado Suíço e sob o protetorado de S. S. o Papa.

A Delegação Geral da "UNIÃO SUIÇA DE CARIDADE", assumiu as suas atividades no Brasil com a aprovação das autoridades eclesiásticas e civis.

A sua primeira tarefa será de acolher, no Brasil, imigrantes, de proporcionar moradia aos recém-chegados e de auxiliá-los a encontrar empregos de acôrdo com a sua capacidade profissional, assim como adaptá-los ao meio em que, no futuro, terão de exercer sua profissão.

A CARITAS SUIÇA está cuidando na Europa de milhares de pessoas, deslocadas de seus países de origem e que almejam ansiosamente serem admitidas no Brasil como imigrantes; entre êles acham-se profissionais das mais variadas profissões: engenheiros, técnicos, artífices, operários e grande número de agri-

cultores e camponeses, homens e mulheres de tôdas as idades, na maioria de religião católica, sadios e desejosos de trabalhar em suas profissões.

Tais elementos poderão ser aproveitados e serão uteis em parte à indústria, que, de certo, está precisando de técnicos especializados, competentes e experientes. Outros, com a mais variada formação cultural e profissional poderão ser aproveitados no comércio ou na agricultura.

Pretendea "UNIÃO SUIÇA DE CARIDADE" instalar um fichário geral, registrando as vagas existentes na Indústria, no Comércio e na Agricultura do Brasil, afim de selecionar os imigrantes conforme as necessidades do país, escolhendo somente pessoas que possam realmente por ser aproveitadas e que ingressarão no Brasil por seu intermédio. Aquelles que se interessarem pela aquisição de elementos estrangeiros para o seu trabalho, podem dirigir-se à organização citada, à Av. Franklin Roosevelt, 194, s. 905, Rio de Janeiro, utilizando a folha destacável, apensa no fim desta revista.

Associação Rural de Macaé

Discurso do Dr. Antonio de Arruda Camara

Intensifica-se, no Estado do Rio de Janeiro, o movimento associativo da classe rural. Além das sociedades antigas e em atividade com as de Barra do Pirai, Itaperuna e São Gonçalo, regional a primeira e municipais as outras, observa-se, sobretudo entre os lavradores e criadores do norte do Estado, grande interesse pela organização da classe em acôrdo com as disposições do Decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945.

Fundou-se ha tempos a Associação Rural de Itaguaí, seguindo-se-lhe a de Campos que se prepara para construir o seu parque de exposições agro-pecuárias, e agora as de Macaé, Araruama e Santa Maria Madalena, esta em organização.

Em dias de agosto realizou-se a posse da primeira diretoria da Associação Rural de Macaé, com a presença do Governador, do Secretário da Agricultura, do Presidente da Assembléia, deputados, diretores da Sociedade Nacional de Agricultura e delegações ruralistas de vários municípios fluminenses.

Expôs o presidente da nova associação, senhor Manoel Pais Filho, a situação da lavoura e da pecuária chamando a atenção do Governador para suas necessidades e referindo-se à paralização das obras de construção da destilaria para alcool de mandioca há anos iniciada naquele município. Em seguida, o senhor Moura Azevedo, líder pecuarista, disse das dificuldades dos criadores, dirigindo instante apêlo no sentido de ser a pecuária devida e eficientemente amparada. O senhor Arruda Câmara, vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, pronunciou, como seu representante, o seguinte discurso:

— "Aqui estamos par assistir a esta festa da lavoura, como representante da Sociedade Nacional de Agricultura. Dizemos festa, porque, para a nossa velha instituição, é sempre motivo de júbilo uma reunião como a que assistimos, da qual surge mais um elemento de união da nossa grande classe rural.

A fundação da nossa própria Sociedade decorreu da compreensão dos seus iniciadores, de que a classe rural brasileira precisava unir-se, a fim de atingir os seus altos objetivos. Foi por isso que, nos seus estatutos iniciais, fez consignar essa finalidade, e de tal maneira se lançou à tarefa que, já em 1899 — um ano e pouco após a sua fundação no Rio de Janeiro — nada menos de 81 sociedades agrícolas se fundaram no Brasil, algumas delas neste Estado, dentre as quais a Sociedade Rezendense de Agricultura; a 8 de agosto de 1899, em Niteriói, a Sociedade Agrícola Fluminense, que adotou como seus os Estatutos da Sociedade Nacional de Agricultura; por último, a Sociedade Agrícola Vassourense, logo filiada à nossa instituição e cuja instalação foi presidida pelo Dr. Enes de Souza, fundador e primeiro presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Foi o Estado do Rio de Janeiro, pelas suas tradições agrícolas, daqueles que mais mereceram a atenção da Sociedade, nos primórdios da sua fundação. E' assim que conseguiu a Sociedade reaparelhar o Centro Agrícola de Vargem Alegre, obtendo do Governo fundos para este fim. Recebendo a Fazenda de Santa Mônica para aí instalar um campo de experiências agrícolas e de zootécnica, entregou-o à direção segura de Philippe Aristides Caire. Por falta de continuidade nos recursos necessários, teve a Sociedade de devolver o próprio ao Governo, onde, mais tarde, as instalariam úteis estabelecimentos oficiais de ensino, fomento e experimentação agro-pecuárias.

O trabalho associativo na antiga província fluminense, antes vasto e opulento celeiro de gêneros de consumo, não cessou e numerosas outras associações se foram fundando por estímulo e iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura, convencida, então como agora de que somente com a união da classe — daí o seu lema — **Viribus Unitis** — alcançaremos a posição que nos cabe no cenário da vida nacional. A nossa

fôrça é grande, mas inoperante, porque dispersa.

Daquelas associações, poucas resta-
Unitis — alcançariamos a posição que nos
ram. A idéia do papel, de uma sociedade
do tipo das sociedades rurais ainda não foi,
infelizmente, bem compreendida no seio
da classe a que elas mais beneficiam, não
com dádivas materiais, imediatas, de retri-
buição, por assim dizer, de mensalidades
pagas; mas, com o valimento como fôrça,
junto aos poderes públicos e órgãos de dire-
ção do país, como demonstração de coesão
e união para a defesa dos interesses de or-
dem geral da classe.

Dos 47 milhões de habitantes em que
as estimativas oficiais cifram a população
brasileira, 75%, ou seja mais de 30 milhões
de pessoas, vivem diretamente do trabalho
rural.

Até aqui tem sido a agricultura a gata
borralheira do trabalho nacional — despre-
zada, esquecida e, até mesmo, algumas ve-
zes, esmagada pelas outras atividades, orga-
nizadas em quadros perfeitamente entrosa-
dos, conseguindo, à margem do trabalho ru-
ral, lucros fabulosos — ou extraordinários,
como queiram. Desses enormes proventos,

hoje, numa pequena parte — manda a ver-
dade que se o diga — se beneficiam diver-
sas classes de trabalhadores urbanos, atra-
vés as obrigações impostas ao comércio e à
indústria pela nossa legislação social.

Exemplos deram-nos, e bem expres-
sivos, os oradores precedentes. — Pergunte-
mos ao industrial dos tecidos por quanto êle
vende ao comércio atacadista um quilo de
algodão em pano e, por outro lado, quanto
teria pago ao lavrador pela matéria prima,
em seguida, inquiramos do consumidor sô-
bre quanto dispendeu com o varejista pelo
mesmo algodão industrializado. E assim te-
riamos o quadro que, via de regra, aplica-
do a tôda a produção agrícola, nos dá uma
idéia da proporção verdadeiramente irrisô-
ria que fica para o lavrador.

Entretanto, para que um fardo de algo-
dão chegue à fábrica de tecidos, que de agru-
ras, de incertezas, de prejuizos, sofreu o pro-
dutor? As pragas, as intemperéries, a falta
de crédito, a nossa incrível política fiscal,
o transporte caro e falho, a deficiência da
mão de obra, e quantos outros percalços que
dia a dia se avoluma, sufocando a ativida-
de rural em tôdas as suas manifestações.

E' que a classe não se organizou ain-

ASSOCIAÇÃO RURAL DE MACAÉ



Discurso do Exmo. Sr. Cel. Edmundo de Macedo Soares e Silva, Governador do Estado do Rio de Janeiro.

da. Não existe, no país, a representação coesa, unânime, da atividade rigorosamente produtora que é a agricultura. É uma lacuna que se deve menos aos esforços dos seus líderes — e até dos governos — do que aos próprios interessados, lavradores, criadores e profissionais das indústrias rurais, os quais não se têm empenhado a fundo pelo necessário evento, talvez por não terem alcançado ainda a sua grande necessidade e urgência.

Cada município deveria, como o faz o de Macaé neste moento, ter a sua associação rural, viva e forte. Cada Estado, captando as aspirações da unidade federativa, a sua Federação Rural, todas elas reunidas, em perfeita comunhão de objetivos, na Confederação Rural Brasileira, agindo junto ao governo federal, com autoridade bastante para falar de igual para igual com a indústria e o comércio, sobre as suas necessidades, os seus problemas, e, mais do que tudo, para fazer valer os seus direitos, como uma das forças vivas da Nação.

Não que sejamos contra os outras atividades, de resto tão necessárias e úteis à vida nacional, quanto a Agricultura. Achamos, muito pelo contrário, que todas se com-

pletam, formam, um todo e uma depende da outra. O que não compreendemos, nem admitimos, é que uma prevaleça sobre a outra. Os países, para serem economicamente fortes, precisam dispôr de uma indústria e de um comércio também fortes. Mas estas duas atividades, por sua vez, estão condicionadas a uma Agricultura não menos forte, capaz de fornecer ao povo e às fábricas, na quantidade e qualidade necessárias, os alimentos e as matérias primas indispensáveis. Há uma gradação nessas três atividades econômicas, entrosando as e fazendo as dependentes umas das outras. A hipertrofia de uma e o conseqüente enfraquecimento da outra, gera os desequilíbrios, daí derivando fenômenos que se traduzem em crises de sub e super produção, desaparecendo a relatividade que deve existir entre os preços de uma e das outras atividades, fazendo eclodir graves conseqüências no campo social.

A fuga dos campos para as cidades, ultimamente acentuada, reflete essa anomalia, existente na nossa economia. A visão de maiores salários, de melhores condições de existência, de mais conforto, de assistência social, de maiores possibilidades para

ASSOCIAÇÃO RURAL DE MACAÉ



Um aspecto da assistência.

a prole, trouxeram e estão trazendo, numa verdadeira corrida, milhares e milhares de brasileiros que, de pronto, passaram de produtores a consumidores forçados. Ai surgiram as favelas, a carência de habitação e de alimenos — criando novos problemas para os governos, assim desviados de sua precípua finalidade, os quais os atacam como podem mas nem sempre com os resultados previstos, porque as causas ai continuam a solicitar providências de base, remédios que afinal, são simples, e conhecidos de todos.

Urge, portanto, retirar a agricultura da situação inferior a que tem sido relegada, principalmene porque os próprios agricultores não quizeram compreender essa necessidade. E o primeiro passo no sentido desse novo 13 de Maio será o fortalecimento da classe, pela sua organização. Pela sua organização imediata, não importando no momento saber qual o sistema mais perfeito. O que é preciso é que haja um corpo representativo da atividade rural no Brasil, com raízes profundas, penetrando os distritos, os municípios, as regiões, os Estados — cobrindo todo o Brasil.

Cada lavrador deverá procurar arregimentar-se, engrossar o corpo social da associação rural do seu município. Sem preocupações de pequenas vantagens materiais que estas, afinal, não poderão nunca ser tantas que suplantem o que ele paga de mensalidades na Associação. Cinco ou dez cruzeiros para um lavrador não é muito. Mas representam os gráus da escala da força rural local, capaz de modificar conceitos, opiniões, e evitar decisões contrárias ao interesse de todos e de cada um. Isolado, nenhum fazendeiro representa força capaz de fazer valer a sua vontade; mas reunidos numa associação forte e representativa, a sua voz será ouvida e respeitada. Mas não basta inscrever-se na Associação e pagar pontualmente a sua contribuição; é necessário que assista às reuniões, que debata os assuntos, que traga os seus casos, que colabore na administração; que persista, que teime, tudo fazendo para que a associação seja um órgão vivo, ativo, diligente e eficaz.

Se assim acontecesse em todos os municípios do Brasil; se esta cena que ora presenciemos aqui, como ha tempos pudemos presenciar em Campos, com a fundação da sua já pujante Associação Rural, em pouco tempo o cenário econômico do Brasil se transmudaria, para benefício de todos e para maior glória do país.

A Sociedade Nacional de Agricultura, que neste momento representamos, é res-

ponsável pela iniciativa do Decreto-lei n. 8.127, de 24 de outubro de 1945, sob cujos artigos e parágrafos se constitui a Associação Rural de Macaé.

Desde 1897 vem a Sociedade tentando o que ela considera, talvez, a maior necessidade do Brasil rural — a organização da classe. Para isso, tem experimentado alguns sistemas, o primeiro dos quais, o dos sindicatos agrícolas, baseados em lei também de sua inspiração e iniciativa, os res resultados; o sindicalismo rural francês, quais, infelizmente, não ofereceram melhora qual foi moldado o diploma de 1903, não correspondeu à prática no Brasil, e, daí, o recorrer a Sociedade à organização, por assim dizer, **natural**, sob a fórmula da sociedade civil comum. Com esse objetivo, lançou as bases da organização de sociedades rurais, suas federações e Confederação Nacional, sem contudo, ter também logrado grande êxito. Dessa experiência ficou uma sábia lição: a de que o tipo de sociedade civil, era o mais indicado para a nossa classe, coadunava mais com a sua índole, e daí, o ser aproveitado o tipo da sociedade civil na lei que ora nos rege, sem os exageros do sindicalismo, hoje inteiramente modificado pela tendência trabalhista, mas apenas ordenando, disciplinando, orientando esse tipo que elegemos e que, senhores, vem dando, na prática, os melhores resultados.

E' assim que o Brasil já conta hoje com 7 federações estaduais, além de cerca de 400 associações, mais da metade das quais devidamente reconhecidas e investidas de funções representativas pelo poder público. Já poderia, hoje, ser fundada a Confederação Rural Brasileira. Não somente a Comissão Oficial que preside essa organização, como a própria Sociedade Nacional de Agricultura, desejariam, entretanto, que a fundação do órgão superior da classe rural contasse senão com a totalidade, pelo menos com a grande maioria das unidades fedrativas, entre as quais o Estado do Rio de Janeiro, que, infelizmente, não pode organizar ainda a sua Federação das Associações Rurais.

A fundação da Associação Rural de Macaé, é um passo para esse evento no Estado do Rio. Faço, daqui, os melhores votos pela sua prosperidade, e rápido crescimento, o que certamente se dará, pois muito confiamos no espírito progressista da população rural deste próspero Município.

A presença do Exmo. Sr. Governador do Estado e do seu ilustre Secretário de Agricultura a esta solenidade, constituem prova de interesse do govêrno na organização

de que a Associação Rural de Macaé é já hoje promissora esperança, e uma garantia de que o Estado do Rio de Janeiro, dentro de pouco tempo, estará organizado na sua classe rural para participar da fundação da Confederação Rural Brasileira”.

O Senhor Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura, tece considerações, muito oportunas e objetivas, sobre a agricultura fluminense e mostra que o Governo só poderá atendê-las em toda a amplitude contando com a colaboração dos próprios interessados, sendo, mesmo, propósito de sua Secretária, delegar às associações rurais a execução de serviços, com o concurso dos técnicos oficiais, nos respectivos municípios.

Encerrando a solenidade, que teve lugar no forum da comarca de Macaé, disse o

Cel. Macedo Soares e Silva da conta em que tinha o seu governo a colaboração das classes produtoras e por isso, convencido da necessidade do soerguimento da agricultura fluminense, a rigor de sua indústria agrícola, incitava aos lavradores e criadores de todos os municípios a, seguir o exemplo dos de Macaé, se organizarem para a defesa dos seus mais legítimos e verdadeiros interesses.

A conservação do solo, a mecanização e a eletrificação rural mereceram de S. Exa. oportunas considerações: É certo — afirmou — que a agricultura fluminense, evoluindo e aperfeiçoando seus métodos de trabalho, vencerá sem tardança o desânimo que, por vezes, como tem verificado ao auscultar as necessidades da classe rural, assalta os produtores nessa fase de transição da agricultura manual para a mecânica.

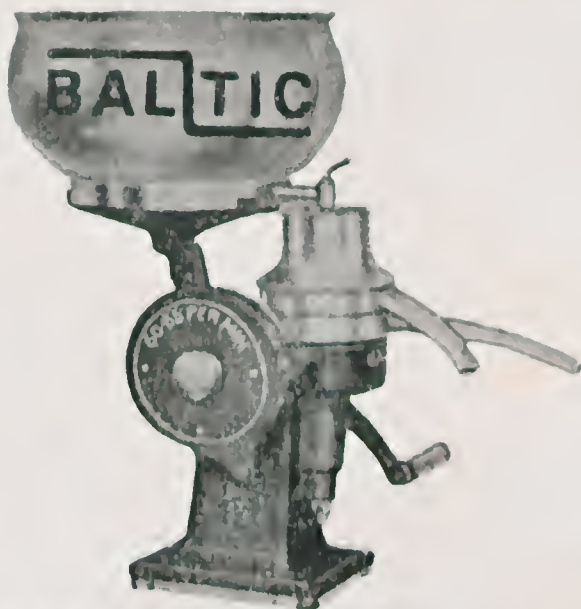
ALFA LAVAL

DESNATADEIRAS
DE 1.000 A 5.000
LITROS A HORA

Encarrega-se
de Usinas de Leite
e seus Derivados

Gazes para Refrigeração:
— Amônia — Freon 12
— Metila e Sulfuro

B
A
L
T
I
C



DE
65
A
550
LITROS
A
HORA

MATERIAL
GERBER
PARA
ANALISE
DE
LEITE

Sociedade Importadora Suíça Ltda.

ENGENHEIROS
RUA ARMANDO SALES
DE OLIVEIRA N.º 12.
End. Telegr.: "Sisla"



IMPORTADORES:
Caixa Postal, 1404
RIO DE JANEIRO

Semana do Fazendeiro de Viçosa

Discurso pronunciado pelo Eng. João Carlos Belo Lisbôa, paraninfo nas solenidades de comemoração da maioridade da Semana do Fazendeiro, em Viçosa, no dia 19 de Julho de 1949

Senhores e senhaneiros e
Excelentíssimas fazendeiras.

Honrado com o vosso convite a vir paraninfo, nesta inesquecível solenidade de comemoração da maioridade da Semana do Fazendeiro, passo a proferir a modesta oração que a vós presentes, 1.251 agricultores dedico e a todos os outros que, durante vinte e um anos, deram concurso para que a lestejada obra, se impuzesse à admiração nacional e se colocasse como vanguardeira no gênero, na América do Sul, e sem temer rival, em todo o universo civilizado.

Há vinte e um anos passados, precisamente, nesta época fria de Julho, nos primeiros tempos de meu exercício, no elevado cargo de Diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, tive a ventura de, com o auxílio valioso dos senhores Dr. Jacinto Soares de Sousa Lima e alunos Joaquim Fernandes Braga e José Coelho da Silva, fundar a Semana do Fazendeiro, tendo obtido licença, previamente, do Governo do Estado de Minas.

Foi feito o cuidadoso e original programa para se receberem cento e vinte assistentes e, enquanto o Diretor, no Rio, comprava a roupa de cama e, aqui, obtinha colchões, panelas e talheres emprestados, forçava a Dona Germana e o cosinheiro Manoel a nova atividade e solicitava da Leopoldina Railway os carros necessários; os outros três fundadores, se desdobravam, em convites, convocações e súplicas, em benefício da lotação prevista.

No domingo inaugural, aguardava-se, com ansiedade o expresso, que deveria trazer os cento e vinte lavradores estreantes, mas, ao chegar do comboio de carros vãos, verificou-se que o desânimo de última hora, ou quem sabe, a descrença fizeram que esmagadora maioria de convidados não comparecesse. Recebi com satisfação os trinta e nove primeiros fazendeiros, que se tornaram mercedores do maior carinho e obtiveram bom proveito, durante a primeira semana, de legítimo trabalho de ensino agrícola, em extensão, no Brasil.

Tem sido providencial a Semana do Fazendeiro, para esta Instituição, que tanto destaca o povo mineiro e prestigia os seus governantes, pois, a Semana e os cursos, foram instalados e se organizaram quasi simultaneamente. Por trazerem os lavradores, em pessoa, as suas dificuldades e questões, auxiliaram eficazmente a realização do ideal desta Escola, tal

o de: "adquirir e disseminar conhecimentos agrícolas úteis à lavoura".

Não carece que se mencione o que de admirável tem sido feito de benefício para a agricultura de Minas e do Brasil, através da obra, que estamos pondo em relevo, por esta comemoração, após vinte e um anos de movimentação enérgica, seguindo a trajetória nunca modificada, talvez a única inalterada, no primeiro quarto de século de existência desta instituição, merecendo esclarecer-se que, a deste ano, está se realizando, com as mesmas características da primeira, em 1929.

E' de se lembrar que aos tempos de fundação da Semana do Fazendeiro, tinha o nosso Estado, posição fraca quanto aos métodos de exploração agrícola e qualidade dos produtos, o que os levava, no mercado, o preço vil, como acontecia, com o queijo em canudos de taquara; o toucinho, supersalgado, em jacás; o gado magricela; o feijão biculado e cheio de pedras, o café de tipo baixo e etc.

Nos últimos quatro lustros, exatamente, nos da existência da Semana do Fazendeiro, modificou-se o quadro da produção agrícola mineira, com o aperfeiçoamento da produção antiga e aparecimentos de novos tipos de produtos, de boa qualidade comercial. Obra valiosa, a que se fica a dever, sem possibilidade de resgate, à grande felicidade de entendimentos e confiança recíproca entre os agricultores e a sua Escola Profissional.

Notável dentre tôdas as realizações da reforma agrícola de Minas, que jámais cessará, por seu impulso de expansão, é a que se representa pelo aparecimento, nos últimos tempos, de técnicos e cientistas dedicados à agricultura, mineiros de nascimento ou com a formação mineira, em todos os ramos da prática e ciência rurais. E' confortador, tornar público, para honra da coesão brasileira e combatendo o limitismo de fronteiras estaduais, que esta Escola formou até agora, mais filhos de outros Estados.

E' indiscutível que este Educandário, Alma Mater de milhares de ex-alunos regulares e de mais de vinte mil fazendeiros que, em vinte e um anos, por ela se fortaleceram quanto a conhecimentos técnicos, de modo a se levarem à prosperidade e à tranquilidade econômicas, valendo citar o meu caso pessoal, retornando à linha não quebrada de lavradores mineiros, meus antepassados e com duração superior a duzentos e cinquenta anos, de vida agrícola, no amanho do sólo montanhês, em Rancharia, Barbacena, Juiz de Fora e Rio Casca.

A recompensa é inegável, os lavradores na realidade deram prestígio invulgar a esta instituição, sob vários aspectos, seja elegendo-a como sua fonte de informações, preferindo-a para educandário de seus filhos, e conservando-a no maior apreço. Não se pode esquecer do fato de, naqueles tempos de incompreensão, só não se ter fechado esta Escola, porque já estava vitoriosa a Semana do Fazendeiro.

Quanto mais não teria a apresentar à vossa consideração, em relação a realização da nossa obra, realmente insuperável no que diz respeito ao valor prático e que por isso, vem inspirando a criação de similares, em vários Estados, sendo digna de menção a Universidade Rural do Brasil, que desde o ano passado, estabeleceu a Semana do Fazendeiro, com a declaração de fazê-lo, sob os princípios da de Visçosa e, assim, receberá na próxima semana, a visita de agricultores aqui presentes, como prova de solidariedade.

Os lavradores de Minas Gerais iniciavam-se, há vinte e um anos passados, resolutamente firmes nas práticas, modernas da agricultura, seguramente baseadas na ciência e neste dia, já podem considerar integrados na subconsciência o dever de defesa do solo, o melhoramento do homem rural, confiança nas leis da genética, o combate a pragas e doenças de plantas e de animais, a conservação de produtos e de alimentos, a reprodução por inseminação artificial, as maravilhas da mecânica e eletricidade agrícolas, as vantagens da irrigação e fertilização e etc.

Está como que vencida a etapa técnico-profissional, o que era alta novidade em 1929, transformou-se em rotina, neste 1949, e o principal é que reconhecemos a necessidade de se manter contato, com as fontes de saber e com os resultados da pesquisa, porque assim se fará que não páre o progresso, e se conservará ação útil em prol do nosso triângulo "o melhor produto, ao menor preço e pelo melhor homem". Entretanto, a palavra sincera do vosso paraninfo, do vosso iniciador na técnica moderna, tem derradeiro apêlo a vos fazer, sob outros aspectos

Si estamos comemorando a nossa vitória profissional, pelo elevado grau de conhecimentos exatos de ciência e prática agrícolas, si as condições econômicas de milhares e milhares de agricultores se apresentam realmente prósperas, estando traçada rota segura, para tantos outros que desejem tomar parte na mais feliz das vidas, a da lavoura, apesar das lutas e desemprego, impõe-se à agricultura das eficiente concurso ao bem geral, procurando influir benéfico e decididamente nos grandes destinos da Pátria.

Não quero fugir às tradições apolíticas desta casa de ensino, desta catedral da agricultura, que sempre abrigou e a todos serve, sem divisas de qualquer natureza, mórmente partidárias, mas, por ser constantemente solicitado, graças às minhas indestrutíveis qualidades e grande amigo da lavoura, a me pronunciar sobre assuntos gerais, chegando a regeitar, duas vezes, a direção partidária e várias indicações sinto-me no dever de concluir esta oração do seguinte modo.

Sou de parecer que os agricultores de visão, da mesma que conduziu à vitória a Semana do Fazendeiro e que possam exercer influência sobre os colegas, deverão seguir e exercer orientação segura aos destinos da lavoura e da prosperidade geral, sem

haver, risco de desunião da classe e sem o espírito de impô-la, pela força real de que poderá dispôr, em domínio ou prejuízo das demais.

Fugindo a querer doutrinar, ofereço à consideração dos lavradores, os pontos básicos seguintes, fruto de muito refletir, como subsídio ao ideal de se conseguir que as legítimas classes agrárias exerçam o direito e o dever que lhes compete nos destinos sociais e econômicos do Brasil, sem espírito de combate e restrição aos partidos, em legalidade, que têm a responsabilidade política.

Faço votos e confio que a lavoura se oriente de modo a Defender os seus princípios democráticos; Dever de alistamento eleitoral e exercício leal do voto; Liberdade de filiação a partidos políticos mas, garantia de representação da agricultura; Respeito às tradições que deram ao Brasil as características de Nação; Prestígio às administrações e Governos que a mereçam; Cumprimento exato das leis do país; Combate à tributação que possa prejudicar a lavoura; Luta sem tréguas pelo aumento da produção agro-pecuária, obtido o preço remunerador para o produtor; Aumento da população rural, ação contra o pauperismo e a vida deficitária do obrheiro da gleba, e Formação de pequenas propriedades, com área econômica e livres de subdivisão seguinte.

Representou-se à 21ª Semana do Fazendeiro, em seu dia de maioridade, na pessoa de Albertina de Oliveira,, a Miss Ubá, cuja saudação tanto me emocionou pela delicadeza da forma, representando grande homenagem da lavoura a mim prestada, merecedora de profunda gratidão. Ponho em destaque, nesta ocasião, o valioso apêlo ubaense, durante 21 anos, seja à Semana, ao Mês Feminino, e a todas as outras iniciativas de aperfeiçoamento Agrícola.

E declaro a maioridade da Semana do Fazendeiro, com as nossas demonstrações de prazer pelo dever cumprido e conquista de um ideal e, ainda, com os protestos da nossa confiança e firme determinação de darmos real contribuição, visando a felicidade de todos os brasileiros. Elevem-se, por fim, a nossa palavra e pensamentos, em agradecimentos a todos que concorreram para a realização desta grande solenidade. Aos Governos de Minas Gerais da fundação desta Instituição ao atual, a nossa sincera homenagem por ser este Educandário multiformemente benéfico à Agricultura e à Pátria.

PEÇAM O

PEQUENO MANUAL DO CRIADOR

do médico-Veterinário
DR. JORGE VAITSMAN

Cr\$ 25,00, pelo reembolso postal

Caixa Postal 3328

R i o



O Ninho Nestlé

que representa quase um século de experiência em
matéria de alimentação infantil, estendem progres-
sivamente o seu campo de ação, graugando
prestígio e confiança em todos os continentes.



O sistema brasileiro de eletrificação e a sua adaptabilidade a países americanos

Realizou-se em Petropolis, ha pouco, o I Congresso Panamericano de Engenharia, onde, convidada, a Sociedade Nacional de Agricultura, se fêz representar pelo Prof. Adamastor Lima, seu Diretor 2.º Secretário e Membro do Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica.

Abrimos espaço para a têsese que, pelo representante da Sociedade, foi apresentada, sob o titulo acima:

1 — Muito cêdo a electricidade impressionou os homens, datando mesmo de 700 anos antes de Cristo, descoberta que foi de Thales no ambar amarelo, recebendo, por isso, um nome derivado da palavra grega *elektron*, (que quer dizer *ambar amarelo*). Ela só passou a ter, porém, economicamente, um interêsse enorme quando se tornou, pela transmissao a distância, industrialisável. Só então foi possível **construir usinas** para produzi-la e levá-la, através de estradas e ruas publicas, para a **iluminação** e para dar **força mecânica** às fábricas em geral.

A electricidade teve, pois, como primeiras applicações, a **iluminação** e a **força**. Ingressava, assim, no campo econômico para competir com o **gás** e o **carvão**, aquêle applicado na iluminação e êste na força, que o surto industrial, verificado com o advento da máquina a vapor (James Watt — 1769), exigira.

Era ainda mais profunda, porém a transformação em perspectiva.

Dos que lidavam com a electricidade, uma tornou-se a preocupação maior uma forma de energia de vantagem até então relativamente pequena, pelo funcionamento dos moinhos — que já haviam tido a sua época — a **energia hidráulica**.

2 — Esse passado glorioso da vida industrial, cheio de lições impressionantes e, particularmente, da pregação de escriptores que protestavam contra o desperdício do potencial hidráulico do Brasil, proclamando, estatisticamente, como um dos maiores do mundo — influíram para que o Governo Brasileiro procurasse dar, ao problema, uma solução e, a partir do Decreto n.º 20 395, de 15 de setembro de 1931, o fez, de modo firme, prevendo, para as bases mesmas da politica da electricidade **apoiada na energia hidráulica**, como imprescindíveis, a **reforma da Constituição** e um **Código de Aguas**.

Aquêlê Decreto foi, portanto — para a orientação que veio a ficar vitoriosa — o marco inicial e a dificuldade que, então, se procurou vencer foi a da **Propriedade privada das quedas d'água**, de sorte que se eliminassem os **barreiros dos chutes**, os **Dardanelli**,

assim chamadas as pedras que se fazem proprietárias ou concessionárias de uma queda d'água, não para o respectivo aproveitamento, mas para impedir que outros o façam.

Essa dificuldade jurídica foi vencida com a adoção da **teoria da desintegração**, pela qual a queda d'água fica desintegrada do solo em que estiver, passando a constituir um **bem jurídico distinto**, com disciplinação própria.

Foi isso o que fez a Constituição de 1934 (16 de junho), e, um pouco antes, já fizera o Código de Aguas (10 de julho de 1934).

Estava, assim, a energia hidráulica preparada, virtualmente, para a eletrificação do país.

Mas o Código de Aguas — que é a Lei Básica da nossa eletrificação — para tal fim, não se limitou a fazer a desintegração das quedas d'água.

Foi além. Cuidou da industria em si mesma, fixando as linhas gerais de um Sistema de Eletrificação, pelo qual ficaram em destaque:

- I) — a queda d'água,
- II) — a empresa elétrica;
- III) — a usina elétrica;
- IV) — a rede elétrica; e
- V) — a electricidade.

O Código teve, desde então até os dias atuais, uma legislação complementar. Existem hoje, no Brasil, regulando a industria em aprêço, **mais de cinquenta (50) leis, decretos-leis e decretos**.

A queda d'água é, como escripto ficou, o ponto fundamental de tudo que se fazia e se fez e as relações jurídicas a que ela dá lugar estão situadas, em grande parte, no campo do Direito Civil e do Direito Constitucional — aquêlê e êste de seculares tradições e de difusão ampla.

A **empresa elétrica** passou a ser o objeto de um cuidado especial.

Foi estipulado que o Governo Federal, pela repartição competente, procurará **garantir a estabilidade financeira da empresa** (Código de Aguas, Art. 178, letra c), conferindo justa remuneração a êsse capital (Art. 180, letra c, n.º III), para isso fixando **tarifas razoáveis** (Art. 178, letra b) e fazendo, de tais tarifas, a revisão trienal (Artigo 180).

A Constituição de 34 prevendo, também, a justa remuneração dêsse capital, trata da revisão das tarifas (Art. 151, Parágrafo Único).

Com o objetivo de evitar emprêgo indevido dos recursos financeiros e assegurar, efetivamente, a estabilidade financeira das empresas elétricas, declarou o Código de Aguas no

"Art. 181 — Relativamente à estabilidade financeira de que cogita a alínea c, do art. 178, além da garantia do lucro razoável indicado no artigo anterior, aprovará e fiscalizará especialmente a emissão de títulos.

Parágrafo único — Só é permitida essa emissão, qualquer que seja a espécie de títulos para

- a) aquisição de propriedade;
- b) a construção, complemento, extensão ou melhoramento das instalações, sistemas de distribuição ou outras utilidades com essas condizendo;
- c) o melhoramento na manutenção do serviço;
- d) descarregar ou refundir obrigações legais;
- e) o reembolso em dinheiro da renda, efetivamente gasto para os fins acima indicados".

A usina elétrica é, das empresas, propriedade — a chamada **propriedade resolúvel** de que cogita o Código Civil no

"Art. 647 — Resolvido o domínio pelo implemento da condição **ou pelo advento do termo** (daqui é o negrito) entendem-se também resolvidos os direitos reais concedidos na sua pendência e o proprietário, em cujo favor se opera a resolução, pôde reivindicar a coisa do poder de quem a detenha".

Um dos civilistas mais conhecidos no país, cujo **Tratado de Direito Civil**, de quinze volumes alentados, é muito referido, Professor Honorário da Universidade do Brasil e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro — o Dr. Luiz da Cunha Gonçalves — esclarece bem o que é propriedade resolúvel e escreve:

"O principal efeito da propriedade resolúvel é ter esta dois titulares simultâneos; um **atual** ou sob condição resolutiva, que é o adquirente e fica desde logo de posse da coisa adquirida; outro **possível**, ou sob condição suspensiva, que é o alienante e readquirirá definitivamente a mesma propriedade quando aquela outra condição se realize". (Tratado, 11/240).

Dada à empresa a concessão para fazer obras hidráulicas e civis, a fim de construir a usina elétrica, ficará desde logo previsto no contrato disciplinar da concessão que tais obras e a usina mesma reverterão para o patrimônio nacional consoante as três expressões de Poder Público que possuímos — União, Estado ou Município.

O Código de Águas diz isso no seu Art. 165.

Essa reversão — feita assim depois que as aludidas obras e a usina **já foram pagas** — é o que se chama **nacionalização progressiva**, de acordo, aliás, com o que o Código de Águas previu no Art. 199 e até hoje não se fez.

A cautela do legislador nêsse particular foi tamanha que o Código declara no

"Art. 166 — Nos contratos serão estipuladas as condições de reversão, com ou sem indenização.

Parágrafo Único — No caso de reversão com indenização, será esta calculada pelo custo histórico menos a depreciação e com dedução da amortização já efetuada, quando houver".

Há, ainda, uma outra forma do Governo Federal adquirir, antecipadamente, a propriedade das aludidas obras e instalações — a **encampação**.

Esta é, porém, a forma, por assim dizer extraordinária, só possível quando "interesses públicos relevantes o exigirem". (Art. 167)

e sujeita, ainda, à Constituição de 46, que dispõe no Art. 141.

§ 16 — É garantido o direito de propriedade (a resolúvel também — está claro), salvo o caso de desapropriação (a encampação é **uma espécie, também, de expropriação**), por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização **em dinheiro**".

O legislador prescreveu no Decreto-lei n. 5.764, de 19 de agosto de 1943, no

"Art. 6.º — Sob pena de nulidade, a propriedade das empresas só poderá ser transferida, por qualquer motivo, com aprovação prévia do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica"

e acentuára no Decreto-lei n. 4.295, de 13 de maio de 1942:

"Art. 8.º — O estatuido no Art. 167 do Código de Águas, e no Art. 7.º do Decreto-lei n. 3.763, de 25 de outubro de 1941, com referência à encampação de instalações de pessoas ou empresas que explorem a indústria da energia elétrica, fica estendido também às instalações de pessoas ou empresas cujos ramos de atividade sejam correlatos com os dessa indústria, em tôdas as suas fases.

§ 1.º) A encampação terá lugar quando exigida por interesses da defesa ou da economia nacionais e far-se-á por decreto do Governo Federal, mediante proposta do C. N. A. E.

§ 2.º) As indenizações serão expressas exclusivamente em moeda nacional.

§ 3.º) A juízo do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, a encampação poderá ser substituída pelo controle de produção, aliado à fiscalização técnica e contábil e à limitação de lucros.

Aquêle e êste dispositivo reafirmam que as empresas tem a propriedade resolúvel e que a encampação só se poderá verificar eventualmente e, em qualquer caso, será considerada a obtenção dos lucros, afim de que seja possível executar-se o sistema legal de eletrificação do país.

A **rede elétrica** fica sujeita a um regime semelhante ao da usina elétrica e o Decreto-lei n. 852, de 11 de novembro de 1948, dispõe no

"Art. 5.º — Dependem, em todo o tempo, **exclusivamente de autorização ou concessão federal**, o estabelecimento de linhas de transmissão ou redes de distribuição de energia".

A **eletricidade**, finalmente, deve ter **tarifas razoáveis**, isto é, que, revistas periodicamente, atendam aos objetivos do sistema legal (Código de Águas, Art. 180).

Um ponto digno de relevo e que deixa evidente o critério a que obedece a legislação é que as empresas elétricas, pelo Art. 180, n. IV,

entre consumidores da mesma classe, nas mesmas condições de consumo, não podem estabelecer distinção.

Trata-se, portanto, de um contrato de fornecimento isento de influências alheias.

3 — O regime legal, que acaba de ser sintetizado, assinala a ação do Governo Federal em tôdas as suas fases, a partir da concessão ou autorização da queda d'água e, passando expressamente pelas redes de transmissão e distribuição, vai terminar nas condições mesmas do fornecimento da eletricidade aos consumidores.

É um sistema completo de eletrificação em base jurídica, atribuindo direitos e obrigações às empresas e aos consumidores — ao qual não falta o órgão técnico-administrativo, que é o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, situado na órbita da Presidência da República e com funções várias, incluindo a judicativa (Decreto-lei n.º 1.699, de 24 de outubro de 1939).

O Brasil está organizado politicamente sob a forma de República Federativa e a União compreende, além dos Estados, o Distrito Federal e os Territórios (Constituição de 46, Art. 1.º), regendo-se cada Estado pela Constituição e leis que adotar (Art. 18).

Ficou previsto que a União poderá, em matéria de sua competência, cometer a funcionários estaduais a execução de leis e serviços federais, bem como de atos e decisões das suas autoridades (Art. 18, § 3.º).

Dessarte, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica tem órgãos auxiliares nos Estados, conforme dispõe o Dec.-lei n.º 5.287, de 26-2-943.

4 — A Constituição de 46, que pelo Art. 5.º, n.º XV, letra I, deu à União a atribuição de legislar sobre energia elétrica, isto é, eletricidade, seja qual for a sua origem, pelo Art. 146 permitiu o monopólio federal de qualquer indústria e, pelo 151, mandou fazer uma lei federal para os serviços públicos concedidos, inclusive os estaduais e municipais.

Havendo essa mesma Constituição, pelo Art. 152, mantido

a queda d'água desintegrada do solo

providência que, como ficou exposto, fora tomada em 1934, acentuou, no dispositivo seguinte, no seu Art. 153, que a respectiva energia hidráulica será aproveitada mediante

concessão ou autorização federal e, acrescentou, na forma da lei.

A lei é o Código de Águas vigente, com a legislação que lhe completou o sistema, fazendo algumas alterações que a experiência determinou.

Há uma legislação em que a matéria fiscal foi devidamente considerada. Para ela, cumpre frisar, a Constituição de 46, consagrando o que anteriormente existia, dispôs no Art. 31, que, conquanto os serviços públicos concedidos não gozem de isenção fiscal, esta poderá ser instituída pela União (Governo Federal).

em lei especial, relativamente aos próprios serviços, tendo em vista o interesse comum".

Essa lei já existe. É o Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940 e dispõe sobre o regime fiscal da eletricidade, amplamente, assegurando (Art. 14) recurso das decisões administrativas para o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica,

"quanto ao valor ou à legalidade dos impostos e taxas que incidam direta ou indiretamente sobre os aproveitamentos de energia hidráulica ou termoelétrica, sua indústria e seu comércio, bem como dirimir em grau de recurso as questões administrativas suscitadas pela presente lei".

O Sistema Brasileiro de Eletricidade é, tanto quanto possível, completo e assenta em princípios conhecidos, a saber:

- 1) — Instalações racinais;
- 2) — Melhoramento progressivo;
- 3) — Interconexão obrigatória;
- 4) — Reversão necessária;
- 5) — Zoneamento razoável;
- 6) — Estabilidade financeira;
- 7) — Remuneração adequada;
- 8) — Tarificação variável;
- 9) — Tributação econômica e
- 10) — Fiscalização eletiva

O esforço que se veio fazendo para a formação e a implantação desse sistema no país — onde já havia uma indústria em funcionamento pleno e ficou, pelo manifesto do Código de Águas (Art. 149), conhecida em sua extensão — não foi um esforço compreendido por todos.

Heve incompreensões e ataques, onde, não raro, aspectos secundários do sistema eram levados a consequência injustas.

Na síntese ora feita, entretanto, em visão de conjunto, poder-se-á julgar e avaliar o que tal Sistema é, realmente, e como estavam com a razão os que nele depositaram sempre as suas esperanças.

5 — Na hora atual em que se reúnem num Congresso Inter-americano homens de boa vontade com a preocupação de bem servir às coletividades desta parte do mundo o Problema da Eletricidade é, sem dúvida, uns dos primeiros, senão o primeiro na ordem de influência social, a ser considerado.

Todos sabem que esse Problema encerra grande complexidade e não é apenas técnico, nem econômico, nem jurídico — participa, por igual, desses ramos de conhecimentos e de cada um deles precisa basilaramente.

A Técnica dará a palavra quanto às possibilidades da eletrificação, mas esta há-de fazer-se em condições consagradas na Economia e para tal são indispensáveis as garantias que devem ser dadas pelo Direito. O assunto tem de ser encarado e resolvido sob o triplice ponto de vista — técnico, econômico e jurídico.

6 — Observa-se que a evolução da Indústria Elétrica não foi igual em todos os Países.

Ela venceu os óbices que lhe foram opostos na Itália, na França, na Suíça, na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Brasil por forma diferente.

Sem aludir à Rússia, onde a eletrificação foi, com a revolução comunista (1918), obra direta do Governo e com caráter intensivo, as dificuldades maiores que a Indústria em causa enfrentou em alguns Países europeus foi, como ressaltou Francesco Nitti em *La Conquista della Forza*, o da legislação que não lhe fornecia o ambiente de segurança necessário. Foi preciso — como no Brasil — reformar Constituição a fim de ficar a queda d'água (a energia mais barata e inesgotável) à disposição dessa Indústria.

Afirmou-se até — à semelhança do que se fez com os soberanos absolutos para implantação de regimes constitucionais — que o caso era de

reivindicação

pois assim como a **soberania** é e reside no Povo e o rei era um **usurpador**, a queda d'água sempre foi e é bem natural e as emprêças que o exploravam eram as usurpadoras, enriquecendo escandalosamente com uma



lôrça (energia hidráulica), que é bem comum, bem de todos.

Dessas idéias partindo, foi fácil chegar à sustentação de se tratar dum problema **exclusivamente estatal**.

Isso no terreno das idéias.

Na realidade, a eletrificação se veio processando por **empresas privadas**, de propriedade, ordinariamente, de sociedades anônimas.

Num artigo de imprensa — da série que, ha anos, venho escrevendo, aos domingos, no Suplemento do **Jornal do Brasil**, tratei, em traços rápidos, da empresa em geral e da empresa elétrica em particular (Anexo n. 1).

Cumpr-me acentuar aqui o que se verificou com a Inglaterra. Lá a eletrificação foi feita **em base municipal**, isto é, os Municípios tomaram a iniciativa de construir as usinas elétricas.

Desde 1919, entretanto, começou essa indústria a ter tratamento mais amplo, criando-se em 1926 a Junta **Central** de Eletricidade e agora, no Governo Trabalhista, estando mais de sessenta por cento (60%) de tais usinas com os Municípios, o Governo Central fêz a nacionalização, escrevendo, mesmo, o Ministro Clement Attlee que o seu Partido já encontrara essa indústria

"madura para a nacionalização completa" (**As Bases e Fundamentos do Trabalhismo**, p. 130, Editora "A Noite", Rio de Janeiro).

7 — Os Países Americanos precisam atentar no fato de ser a Indústria de Eletricidade uma das chamadas de **capitalização elevada**, de vez que uma usina elétrica fica por um preço altíssimo.

Não vejo vantagem alguma em ter o Estado grandes somas empregadas em usinas e redes elétricas, desde que tais fundos podem ser havidos do povo, por meio de sociedade anônimas, vendidas ao mesmo as ações e as debêntures.

Não é necessário propaganda para colocação desses títulos, tão evidente é a utilidade da indústria pelas suas aplicações de

- 1) — Fôrça.
- 2) — Tração.
- 3) — Iluminação.
- 4) — Calefação.
- 5) — Refrigeração.
- 5) — Radiodifusão.
- 7) — Telefonia.
- 8) — Telegrafia.
- 9) — Televisão.
- 10) — Vibração.

Os efeitos danosos decorrentes do exercício da Indústria Elétrica pelas Empresas Privadas são eliminados pelo Sistema que procurei descrever, pelo qual o Estado, na sua expressão mais alta, fomenta, ampara e fiscaliza a ação das Empresas Privadas. Estas terão as iniciativas e contarão com o auxílio eficaz do Estado para que a eletrificação se realize.

Apresentei no Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, de que tenho a honra de fazer parte, uma Indicação e, depois, um Projeto de criação de um tipo de sociedade mista para facilitar a eletrificação do país, pelo qual a entidade pública (União, Estado ou Município) que participar da sociedade,

terá direito a um diretor, ainda que o número de ações que possua seja insignificante — até, mesmo, não passe de uma.

Por esse tipo de **sociedade elétrica**, que faz lembrar as **sociedades mineiras**, que tanto resultado produziram par a exploração das minas de carvão, a responsabilidade da **eletrificação** da zona de fornecimento transfere-se, praticamente, do Governo para os industriais.

Eles, que outrora precisavam inverter grandes quantias nas instalações de vapor das respectivas fábricas, e, hoje, mediante pequeno depósito, compram a fôrça de que carecem, poderão ajudar o empregário da eletricidade, e, até, anualmente, dos lucros obtidos, destinar uma parte para aquisição de ações e debêntures de empresas elétricas.

O Projeto a que me refiro foi encaminhado pelo Conselho, que o enriqueceu, sobretudo, com a colaboração que lhe deu, à apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente Eurico Gaspar Dutra.

Cumpr-me refletir, ainda, na conveniência de ser obtido capital estrangeiro para a Indústria da Eletricidade.

Tive a honra de ser nomeado para integrar a Secção Brasileira da denominada Missão Abbink e, nela, fiquei na Subcomissão de Eletrificação, cujos trabalhos foram assás interessantes.

Nela estavam grandes expoentes no trato das questões ligadas à dita Indústria e, para citar um só — o Prof. Richard Lewinsohn, nome de relevo internacional, como financista abalizado, hoje Consultor Técnico do Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P.), e cujos escritos são mananciais de conhecimentos.

A aludida conveniência de capital estrangeiro para uma indústria como a da Eletricidade, que tem um Direito próprio que garante a estabilidade financeira das empresas, foi estudada e a idéia de se criar o Banco de Eletrificação acabou vitiosa.

A recomendação nêsse sentido foi bastante expressiva.

8 — O Tomário do I Congresso Panamericano de Engenharia preocupa-se com as

Usinas elétricas

e, para isso, era indispensável ver o quadro econômico e legal em que elas existem no Brasil e podem existir nos demais Países Americanos.

A esta tésé ofereço as seguintes

CONCLUSÕES

1.^a — A eletrificação é matéria não só de natureza técnica, mas econômica e legal.

2.^a — O Banco de Eletrificação é um organismo de que a Indústria da Eletricidade deve esperar muito.

3.^a — O Sistema Brasileiro de Eletrificação, onde os interesses em conflito estão atendidos, e a fiscalização efetiva é prevista, pôde ser adaptado a qualquer País Americano.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1949

ANEXO N.º 1

AS EMPRESAS EM GERAL E AS EMPRESAS DE ELETRICIDADE EM PARTICULAR

Adamastor Lima

Como qualquer empresa industrial (ou comercial), atento o papel relevante que lhe coube no mundo econômico de nossos dias, a empresa elétrica — por mim hoje visada — é protegida pelo Direito.

Constituiu-se ela o centro do Direito Elétrico, que tem por fim facilitar, no País, a eletrificação.

Convem, entretanto, observar que, nos conflitos de interesses verificáveis na indústria em apreço e para os quais se fizeram as regras jurídicas que deverão evitá-los ou resolvê-los, cuidado maior terá de votar-se ao empresário, tanto, vale dizer, à pessoa (natural ou jurídica), que da empresa elétrica é proprietária.

Na linguagem comum, a usina elétrica é confundida com a empresa elétrica e esta com o empresário.

Falam na usina quando deveriam falar na empresa e nesta quando se estão referindo ao empresário.

A confusão é tamanha que alguns chegam a assinalar, na empresa, uma personalidade jurídica, como se um conjunto de bens materiais, uma universalidade de coisas pudesse ser sujeito — ativo ou passivo — do Direito, ter ação própria no mundo jurídico, com direitos e obrigações.

Para o entendimento da matéria, impõe-se, portanto, o destaque do empresário e, logo a seguir examinar se ele é pessoa natural (física) ou pessoa jurídica (criação da lei). Na primeira hipótese, a situação é simples — o empresário, dono da empresa, não levanta questão jurídica de monta maior.

Acontece, porém, que, por ser a indústria da electricidade de capitalização elevada, vão rareando os empresários individuais.

Prevalecem as sociedades anônimas.

É tão grande a vantagem que oferece a eletrificação de um território, que não se torna mistér esforço considerável para convencer os seus habitantes de que devem subscrever as ações de uma sociedade anônima, destinada à constituição de uma empresa de electricidade.

Assim, o empresário (a sociedade anônima), pela compreensão geral, surgirá com facilidade.

Atendendo a tudo isso, isto é, a que os empresários da indústria elétrica são, de preferência, sociedade anônimas, a legislação delas cogita particularmente.

Há, porém, que refletir no fato de ser uma empresa — pouco importando a condição jurídica do respectivo empresário — sob o ponto de vista financeiro, um organismo para produzir lucros.

A essa contingência não poderia fugir a empresa de electricidade e, por isso, o Direito Elétrico Brasileiro conjugou, das empresas econômicas, essa função normal com os princípios cooperativistas da solidariedade e do justo preço, consagrando o denominado serviço pelo custo.

Esse objetivo é atingido mediante a revisão trienal das tarifas.

A empresa — tal como é identificada no mundo capitalista — foi aceita e, tomadas por base as inversões feitas para que ela cumpra, satisfatoriamente, a sua destinação social, tem garantida, a tais inversões (o investimento, na expressão legal) uma remuneração de dez por cento (10%) anuais. Ultrapassado esse limite, os saldos apurados, como as sobras das sociedades cooperativas, sob a forma de uma rebaixa nas tarifas para o triênio seguinte, reverterão os consumidores. Se, porém, a remuneração garantida por lei (os 10%), não pôde ser paga, a revisão será feita para as tarifas serem majoradas.

Esse é o mecanismo, substancialmente, do Sistema Brasileiro de Eletrificação. Encerra, mesmo, entre os seus princípios fundamentais, o de garantir às empresas elétricas a estabilidade financeira.

Tenho a convicção, cada vez mais firme, de que se os homens de negócios estudarem, com a devida atenção, esse sistema, o Brasil há de eletrificar-se de modo que causará admiração a esses pessimistas de todos os tempos que, ordinariamente, nem mesmo quando tiveram oportunidade para isso, produziram coisa alguma, e se esmeram em dizer mal do País e dos brasileiros, tão capazes quanto os ingleses ou os americanos.

Falta-lhes — aos brasileiros — sim, são as condições favoráveis à expansão das iniciativas, a começar pela organização do crédito. O Banco Central não é maravilha curativa, capaz de operar milagres.

O exemplo da Bolívia — que tem há muito, Banco Central — está bem próximo, para quem quiser ver. Ver e analisar.

Notas explicativas — Para este artigo ter compreensão melhor, convem recordar o seguinte:

1 — Empresa — É a organização que se propõe a produzir, mediante a combinação de elementos do capital, do trabalho e da natureza, por conta do empresário e com o fito de lucro, coisas ou serviços destinados à satisfação das necessidades individuais e coletivas.

2 — Empresário — É aquele que, na empresa, reúne, coordena e dirige os respectivos elementos, sob a sua responsabilidade pessoal.

3 — Capital — É o resultado de uma antecedente produção empregável numa produção nova, ou cada produto empregado na produção.

4 — Trabalho — É a energia humana empregável na produção.

5 — Natureza — É o conjunto das coisas criadas. Nesse sentido, diz-se: Os três reinos da natureza.

6 — Juro — É a remuneração do capital.

7 — Salário — É a remuneração do trabalho.

8 — Lucro — É o capital acrescido. O lucro, quando dele ainda não se deduziu a parte do Estado (impostos e taxas), se denomina bruto e, depois dessa dedução feita, se diz líquido.

Isso é o que se verifica nas empresas em geral — comerciais, industriais ou rurais.

O Sistema Brasileiro de Eletrificação, entretanto, conjugou — como escrevi — esse regime comum com os princípios cooperativistas da solidariedade e

do justo preço, definindo o investimento e fixando, para êle, uma remuneração, que é de dez por cento (10%), mas que, ao meu ver, para atrair capitais, poderá ser maior.

Dessarte, os lucros, que, ao empresário, deveriam pertencer, reverterão para os consumidores.

Se Carlos Gide — o renomado economista francês, tão entusiasta do cooperativismo — conhecesse o Sistema Brasileiro de Eletrificação, veria nele, por certo, "um meio de reduzir o capital ao papel de assalariado".

O capital — nacional ou internacional — é, entretanto, indiferente às alimações doutrinárias. O que êle quer são garantias e estas o Direito Elétrico Brasileiro lhe assegura.

(Jornal do Brasil, de 27-1-49).

ANEXO N.º 2

LEGISLAÇÃO DA ELETRICIDADE

As Leis, Decretos-leis e Decretos que regem ou tem aplicação à Indústria Elétrica estão aqui mencionados, cronologicamente, destacando-se a Constituição Federal de 1946 e o Código de Aguas.

Constituição de 1946

Código de Aguas

- 1893 — Decreto n.º 177-A, de 15-9-893.
 1904 — Decreto n.º 5.407, de 27-12-904.
 1905 — Decreto n.º 5.646, de 22-8-905.
 1921 — Decreto n.º 1.293, de 5-7-921.
 1923 — Decreto n.º 15.996, de 21-3-923.
 1931 — Decreto n.º 20.395, de 15-9-931.
 1932 — Decreto n.º 20.910, de 6-1-932.
 1934 — Decreto n.º 24.336, de 5-6-934.
 1935 — Decreto n.º 13, de 15-1-935.
 1937 — Decreto-lei n.º 5, de 13-11-937.
 " " " " 42, de 6-12-937.
 1939 — Decreto-lei n.º 852, de 11-11-938.
 " " " " 938, de 8-12-938.
 1938 — Decreto-lei n.º 1.345, de 14-6-939.
 " " " " 1.392, de 29-6-939.
 " " " " 1.699, de 24-10-939.
 1940 — Decreto-lei n.º 2.059, de 5-3-940.
 " " " " 2.281, de 5-6-940.
 " " " " 2.676, de 4-10-940.
 " " " " 2.771, de 11-11-940.
 1941 — Decreto-lei n.º 3.077, de 26-2-941.
 " " " " 3.128, de 19-3-941.
 " " " " 3.336, de 10-6-941.
 " " " " 3.365, de 21-6-941.
 " " " " 3.602, de 9-9-941.
 " " " " 3.669, de 1-10-941.
 " " " " 3.763, de 25-10-941.
 " " " " 3.796, de 5-11-941.
 " " " " 3.900, de 5-12-941.

1942

- Decreto-lei n.º 4.021, de 15-1-942.
 " " " " 4.152, de 6-3-942.
 " " " " 4.295, de 13-5-942.
 " " " " 4.480, de 15-7-942.
 — Decreto n.º 10.562, de 2-10-942.
 " " " " 10.563, de 2-10-942.

1943

- Decreto-lei n.º 5.287, de 26-2-943.
 " " " " 5.573, de 14-6-943.
 " " " " 5.764, de 19-8-943.
 — Decreto n.º 12.272, de 16-4-943.
 " " " " 12.585, de 16-6-943.

1944

- Decreto-lei n.º 6.824, de 25-8-944.
 " " " " 7.062, de 22-11-944.
 " " " " 7.219A, de 30-12-944.

1945

- Decreto-lei n.º 7.524, de 5-5-945.
 " " " " 7.605, de 2-6-945.
 " " " " 7.666, de 22-6-945.
 " " " " 7.716, de 6-7-945.
 " " " " 7.825, de 4-8-945.
 " " " " 8.031, de 3-10-945.
 — Decreto n.º 18.571, de 10-5-945.
 " " " " 18.117, de 6-7-945.

1947

- Lei n.º 27, de 15-2-947.

PARA BEM SERVIR COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

G. BORGHOFF & CIA.

Rio de Janeiro - Rua Riachuelo, 243 - Fone 4^o-3720 - C. P. 619
 São Paulo - Av. Gal. O. da Silveira, 63 - Fone 51-6980
 Telegramas - "Borgmagneto" - Rio ou S. Paulo

VENN SEVERIN
DIESEL

Estacionários,
Marítimos e
Grupos
Diesel Elétricos

Modelos de
25 A 300 HP, EM 300 E 750 ROTAÇÕES POR MINUTO

Máxima durabilidade e mínimo custo de manutenção

OFFRECEMOS ESTUDOS E PROJETOS SEM COMPROMISSO



Assistência técnica permanente nos
motores em funcionamento.

Representamos outros motores
grupos-geradores, para qualquer
potência.

A Cooperativa Agrícola de Cotia reafirma as virtudes cooperativistas

O Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida apresentou na 21.^a assembléia geral ordinária da Cooperativa Agrícola de Cotia, da qual é presidente, o relatório dos trabalhos da organização do ano social de 1948-49.

Os trabalhos dos 5 mil cooperados da Agrícola de Cotia, formando ali um conjunto de 40 mil pessoas devotadas aos sucessos do sistema que, na palavra do Dr. Ferraz de Almeida é "o cooperativismo um princípio cristão e humano baseado no verdadeiro espírito de justiça social" tem a reafirmar essas verdades os sucessos e novos laureis na prosperidade da organização cooperativa de Cotia.

Nas declarações do presidente, no seu relatório, lêem-se ainda estas verdades: "A estabilização dos preços para os consumidores e a tranquilidade das massas populares somente estarão livres de oscilações e de agitações quando a lavoura estiver próspera, permitindo-se-lhe planejar e cuidar do aumento e da melhoria das safras". É justamente isto o que realiza o cooperativismo, contra os obstáculos que lhe vêm teimosamente e inutilmente opondo os passos progressistas, o anti-cooperativismo indigena, que lhe atribui propósito de lucros e ação prejudicial ao individualismo, suposições daqueles que não conhecem o sistema e a força de seu idealismo, alegações que são destruídas pelo que se vai ler abaixo.

No relatório verifica-se que, atualmente o valor dos bens dos lavradores associados da C. A. de Cotia, somam 604 milhões de cruzeiros, cresce o número de cooperados proprietários, pois, presentemente cabe, em média, a cada família, 124 alqueires, sem incluir as áreas aumentadas que agora são 480 alqueires. A área total do quadro geral dos associados é de 58.870 alqueires, com 5.400 alqueires de áreas cultivadas no exercício em análise, destacando-se os cultivos de batata, tomate, repolho, milho, arroz, feijão, algodão, café, rami, frutas e outros produtos. — A organização teve o movimento geral de Cr\$ 418.141.751,70, assim distribuídos: vendas, Cr\$ 161.488.934,20, compras, Cr\$ 90.132.303,60, crédito, Cr\$ 15.568.392,90 — Na defesa dos interesses dos seus cooperadores e no abastecimento dos principais centros de São Paulo, Rio, Belo Horizonte, capitais do Norte, Buenos

Aires, Montevideu, etc., a Cotia produziu Cr\$ 53.208.763,50 em legumes e hortaliças, Cr\$ 51.371.180,00 em cereais; Cr\$ 9.046.887,00 de frutas, aves e ovos, e animais diversos Cr\$ 36.166.973,00, chá, plantio com desenvolvimento e qualidade superior ao importado Cr\$ 2.382.637,40 e algodão e rami Cr\$ 3.684.095,10, e ainda essências, madeiras, carvão e produtos diversos, Cr\$ 5.000.000,00. — Depósitos a prazo fixo tiveram um acréscimo de ... 318.808,00 de cruzeiros, ou sejam 10% a mais que no exercício anterior. Os financiamentos somaram Cr\$ 9.422.795,30, os empréstimos Cr\$ 14.589.477,00 e, os adiantamentos Cr\$ 100.792.831,70.

Nota-se ainda que foram perfeitos os trabalhos dos vários departamentos da organização com inestimáveis serviços inclusive à da Fábrica de Fósforos de Jacaré recém-inaugurada, na mais rígida economia e defendendo a produção no benefício exclusivo dos associados da organização, garantindo a estabilidade dos que trabalham e o futuro destes, e assim a prosperidade da própria sociedade. Seus 33 grupos de transportes coletivos, no serviço de escoamento da produção e de outros interesses dos cooperados obteve significativa economia. Devemos nessa análise salientar a produção de aves, cujo departamento adquiriu mais duas incubadeiras, com capacidade acima de 1.000.000 de pintos de produção por ano; foram pelo mesmo distribuídos 175 mil fêmeas, nesse período. — A cooperativa conta atualmente, com vinte e nove depósitos regionais espalhados pelos Estados de São Paulo, além dos existentes no Rio, na sua Estação Experimental do Meinho Velho realizam-se experiências técnicas com drogas, inseticidas, máquinas, aparelhos agrícolas, criação de animais, aves, peixes, seleção e distribuição de sementes, culturas em estufas, oferecendo ainda aos cooperados aprendizado técnico e prático em trabalhos lavoureiros, e pelo seu D. O. A. atende a consultas sobre assuntos agrícolas e pecuários bem como trabalhos em seu laboratório de análise e assistência a todos que solicitam a colaboração deste serviço. — Na assistência Social, verificaram-se os seguintes serviços: ambulatório 2.224 chamados, o odontológico 3.179 consultas e 4.268 tratamento de boca, os médicos atenderam 60

Consultas e Informações

Geraldo Goulart da Silveira
Consultor Técnico de "A Lavoura"

Propagação da jaboticabeira

Esclarecendo ao Snr. A. F. do Estado do Espírito Santo, tenho a informar que a jaboticabeira propaga-se por sementes, estaquia e enxertia. A propagação por enxertia é o método mais aconselhável, obtendo-se, por êsse processo, árvore frutificando com 4 a 5 anos. Como porta-enxerto deve-se empregar a jaboticabeira de pé franco, especialmente a jaboticabeira do mato.

Novos Cursos Práticos.

Tiveram início, em Setembro, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello de mais cinco cursos práticos da série que ali vem sendo realizada em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas. Os cursos em funcionamento são os seguintes: Restauração de Pomares, Organização de Museus Escolares, Economia e Administração Rural, Jardinocultura e Melhoramento do Solo.

Fruteiras enxertadas por borbulhia

Esclarecendo à Sra. V. S., do Distrito Federal, informamos que, entre outras, podem ser enxertadas por borbulhia, as seguintes fruteiras: abieiro, ameixeira, amendoeira, amoreira, avelã, castanheira, cerejeira, cherimolia, condessa, damasqueiro, figueira, groselheira, laranjeira, macieira, mangueira, marmelceiro, pessegueiro, pereira, romeneira, etc.

Valor fertilizante do esterco

Respondendo ao nosso consórcio R. R., do Estado de Minas Gerais, temos a informar que, para o esterco do bovino, em 100 partes nas fezes, urinas e palhas encontra-se 4,35 de azoto, 1,70 de ácido fosfórico, 2,95 de potassa e 1,75 de cal. Conforme se verifica, é muito apreciável o valor do esterco como fertilizante. Aconselhamos ao consulente a leitura do interessante trabalho "O estrume de curral", do Dr. Luiz Fernando Ribeiro.

mil casos, fazendo a farmácia o movimento de Cr\$ 1.081.374,20 em receitas aviadas ao preço do custo.

Nêste rápido comentário do relatório de 48-49 da Cooperativa Agrícola de Cotia, pode-se, mais uma vez, afirmar que o cooperativismo é o sistema ideal para os nossos

A insolação e as hortas

Não se faz a cultura de hortaliças em lugares sombreados. Os lugares sombreados, em virtude de construções, muros, árvores frondosas, etc., não convem para horta, pois a falta de insolação impede o bom desenvolvimento das hortaliças, tornando-as raquíticas, favorecendo o aparecimento de doenças e pragas, etc. É por êsse motivo que os canteiros devem ter uma orientação conveniente, isto é, uma orientação tal que sejam bem insolados durante todo o dia. A melhor orientação para os canteiros é a paralela a linha norte-sul. As notas acima esclarecem à Sra. J. C., do Distrito Federal.

Eucaliptos para terras úmidas

Esclarecendo o Snr. J. B. C., do Estado de Goiás, tenho a informar que, segundo o Dr. Navarro de Andrade, as espécies de eucaliptos mais indicadas para terras úmidas são o *Eucalyptus maculata* e o *Eucalyptus capitallata*.

Classificação do jacaré

Esclarecendo o Snr. R. L. R., do Estado de Pernambuco informamos que a planta conhecida como jacaré, pertence à família das Leguminosas, sub-família das Mimosoidaeas, e seu nome científico é *Piptadenia communis*, Benth. Realmente, o jacaré é muito utilizado como produtor de carvão (é uma planta de rápido crescimento, fornece boa quantidade de carvão e apresenta excelente poder colorífico).

Cursos de Fruticultura

Respondendo ao Snr. J. M., do Distrito Federal, informo que na Escola de Horticultura Wenceslão Bello realizam-se, atualmente, em colaboração com a Universidade Rural, Cursos de Extensão de Fruticultura, cada um com a duração de quinze domingos, com quatro horas de aula cada um.

problemas de produção, quando honestamente seguido no exemplo são dos 83 lavradores do Moinho Velho — de Cotia — movimento iniciado há 21 anos passados e que constituiu no presente êsse Estado Econômico e Progressista dentro de um grande Estado como o é o de São Paulo.

Criação de Ovinos

OCTACILIO PINTO G. DE SOUZA

Para se obter êxito na criação de ovinos, torna-se necessário a observância de uma série de medidas especiais, principalmente por parte daqueles que vão iniciar seus rebanhos. Sem essas medidas, nenhum criador poderá lograr um rendimento econômico suficientemente capaz de compensar os esforços desenvolvidos em sua iniciativa e daí o fracasso de muitas criações.

Entre as medidas aconselhadas para uma criação de ovinos destacam-se as seguintes:

1 — As raças Romney March, Suffolk e Shropshire são as mais indicadas para o nosso meio, quer para a formação de rebanhos puros, selecionados, quer para o cruzamento com as ovelhas crioulas, nacionais. De origem inglesa, essas raças são de aptidão mista para carne e lã e bastante resistentes às condições ambientais. Quando cruzadas com as ovelhas nacionais, dão ótimos produtos que apresentam extraordinária precocidade.

2 — A localização das pastagens é fator de maior importância na criação de ovinos. Os terrenos a ela destinados devem ser secos, altos, dotados de gramíneas baixas. Os terrenos úmidos e brejosos são locais constantes de infestação verminótica e por esse motivo convem que sejam terminantemente evitados. É pouco aconselhável não deixar os rebanhos, por muito tempo, num mesmo pasto, a fim de que as ervas se possam refazer e que os ovos e larvas de parasitas sejam destruídos pela ação dos raios solares.

3 — Todos os pastos devem possuir boas águas, serem cercados com arame liso e possuírem abrigos amplos e higiênicos, onde colocarão mangedouros para distribuição de sal e de rações suplementares quando estas se fizerem necessárias. A presença de plantações de eucaliptos nos campos destinados às pastagens é sumamente benéfica para o rebanhos ovinos, proporcionando-lhes a sombra necessária nos dias quentes de verão e resguardando-os contra os ventos demasiadamente fortes.

4 — Entre as pastagens que maiores vantagens oferecem na criação de carneiros, estão as do Capim Jaraguá e Cloris, quando mantidas baixas. Capins altos não são aconselhados para pastagens de ovinos, por que sujam e empastam a lã, principalmente quando estão em fase de floração.

5 — Numa área de um alqueire (21.200 m²), pôde ser criado, folgadoamente, um lote de vinte cabeças, ou mais, dependendo, naturalmente, esse acréscimo do valor e do rendimento das pastagens nele existentes.

6 — Quando as pastagens forme insuficientes para alimentação dos ovinos, torna-se necessário o emprego de rações suplementares que podem ser constituídas por farelo de trigo, milho quebrado, tubá grosso, feno de alfafa e gramíneas. Para um lote de cem animais adultos serão dados, por exemplo, 80 quilos de alfafa e 25 quilos de farelos de trigo, misturados com milho.

7 — Em nosso país, o regime mais conveniente para a criação de ovinos é o intensivo, isto é, aquele em que os animais são soltos no campo. Os alrigos existentes nas pastagens servirão para que se resguardem por ocasião de grandes chuvas ou de fortes ventos.

8 — A idade para reprodução nos ovinos é a de 14 a 15 meses no que se refere aos machos e de 18 meses para as ovelhas. Um reprodutor pôde servir, em média, a 40 ovelhas. Nas ovelhas que não são fecundadas, o cio reaparece de 18 em 18 dias e naquelas que tiveram gestação, 41 meses após o parto. O período de gestação das ovelhas é, em média, de 150 dias. É aconselhável, entretanto, que as ovelhas não tenham mais que uma gestação por ano, e que os reprodutores só tenham com elas contatado, na época escolhida para reprodução, o que deve se processar entre os meses de março, abril e maio.

9 — Na falta de reprodutores selecionados para o melhoramento de seus rebanhos, os criadores poderão tentar, com vantagem, a inseminação artificial, utilizando o sêmen oriundo de reprodutores de outros rebanhos. O Instituto de Zootecnia, do Ministério da Agricultura (Km 47 da Rodovia Rio-São Paulo), vem obtendo excelentes resultados com esse processo, principalmente em ovinos, sobretudo no Rio Grande do Sul.

10 — As ovelhas gestantes devem ser separadas do rebanho e colocadas em pastos especiais, com boa alimentação. Os cordeiros nascidos serão alimentados com leite materno até a idade de 4 meses, embora, gradativamente, a partir do 1.º mês possam lhes ser dados outros alimentos, como gramíneas, farelo de trigo, milho quebrado até serem incorporados ao rebanho o que deve ocorrer, em média, ao completarem 5 meses.

11 — Durante seus primeiros meses de vida, os cordeiros requerem certos cuidados. Logo ao nascer, o umbigo deve ser lavado com uma solução de lisol a 2% e pincelado com tintura de iodo. Ao completarem quinze dias de nascidos devem ter a cauda amputada, pois a mesma é um órgão inútil, favorecendo o acúmulo de sujidade na lã e dificultando a monta. Os cordeiros machos, quando não se destina-

rem a reprodução serão também castrados ao cabo de 30 dias, época em que se deve, igualmente, marcá-los, nas orelhas, por meio de pinças especiais ou tatuá-los, a fim de que seja assegurado ao criador o direito de propriedade.

12 — A vacinação contra o Carbúnculo hemático é igualmente outra medida indispensável a partir do 4.º ou 5.º mês, devendo ser renovada de 10 em 10 meses. O Instituto de Biologia Animal do Ministério da Agricultura fornece a todos os criadores, através das Inspetorias e Postos de Defesa Sanitária Animal, vacina contra o Carbúnculo hemático. A quantidade de vacina a ser injetada é de 0,5 cm³, e sua aplicação não oferece qualquer reação.

13 — As Vermínoses constituem um grande entrave ao desenvolvimento da ovinocultura em nosso país, tornando os animais magros, raquíticos, e causando inúmeras perdas aos criadores. A helmintosopia, a instituição de exames periódicos dos rebanhos, por veterinários, a administração de vermífugos mesmo quando esses rebanhos se apresentam aparentemente sadios, são medidas capazes de evitar sérios prejuízos.

14 — Além das Vermínoses, a Sarna é outra doença que ataca e se propaga com rapidez entre

os ovinos, determinando graves perdas econômicas para os criadores. Por esse motivo, nunca se deve iniciar uma criação de ovinos, em larga escala, sem se ter construído, na fazenda, instalações para banhos sarricidas e carrapaticidas.

15 — Nenhum ovino deve ser tosquiado antes de um ano de idade. A lã só começa a formar-se aos seis meses, mas não atinge o máximo de seu desenvolvimento senão após a segunda tosquia, isto é, quando o animal já tem dois anos de idade. As tosquias são feitas apenas duas vezes por ano; em abril e outubro. A fim de que a lã alcance maior preço nos mercados de consumo é aconselhável lavar o animal e deixá-lo secar ao sol, antes de ser tosquiado. A lã lavada e limpa alcança sempre melhor cotação do que quando misturada com terra, excrementos e outros detritos que costumam a ela ficar aderentes.

16 — Após o sexto ano de idade, os ovinos começam a apresentar menor rendimento econômico. A produção de lã é inferior às tosquias anteriores e as crias são fracas e pouco resistentes as condições do meio ambiente.

E' época, então, de se submetê-los a um regime intensivo de engorda e de se enviá-los ao matadouro, substituindo-se, no rebanho, por produtos novos e mais capazes.

Vacinas Manguinhos

CONTRA A PESTÉ DA MANQUEIRA

ANTICARBUNCULOSA

CONTRA A DIARRÉIA DOS BEZERROS

(CARBÚNCULO SINTOMÁTICO)

(CARBÚNCULO HEMÁTICO)

(PNEUMOENTERITE)

40 ANOS DE ABSOLUTOS SUCESSOS

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

RUA LICÍNIO CARDOSO, 91

Telefone: 28-9966

Caixa Postal, 1420

Rio de Janeiro

Crédito aos pequenos produtores

A Sociedade Nacional de Agricultura dirigiu, em 14 de fevereiro deste ano, ao Sr. Dr. Guilherme da Silveira, Presidente do Banco do Brasil, a carta que se segue.

"Pelo presente, transmitimos a V. S. os termos da carta que recebemos da Associação Rural de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul:

"Cachoeira do Sul, 21 de janeiro de 1949.

Com referência à estimada carta de V. S., datada de 29 de novembro do ano próximo findo, temos a informar-lhe que, em devido tempo, demos publicidade nos jornais locais das louváveis atividades dessa Sociedade no sentido de difundir o crédito agrícola ao pequeno produtor brasileiro, bem como transcrevemos nos mesmos jornais a cópia da carta do Banco do Brasil, a essa Sociedade referente ao mesmo assunto.

Entretanto, apesar da informação da direção do Banco do Brasil, podemos informar a V. S., que as instruções recebidas pela agência local dêse estabelecimento de crédito não são idênticas às contidas na cópia da carta que recebemos, pois tôdas as cláusulas de contrato para financiamento no pequeno produtor são condicionada sempre "à juízo" do gerente da filial do Banco, o qual, naturalmente, para não arcar com a responsabilidade do crédito fornecido, exige do mutuário tôdas as garantias impostas pelo regulamento da Carteira de Crédito Agrícola.

Na cópia das instruções do Banco enviadas a essa Sociedade, estabelece a cláusula d) "**dispensa da garantia subsidiária comumente exigível nos financiamentos de culturas periódicas**".

Na prática, verifica-se, porém, o contrário, pois a filial desta cidade do Banco do Brasil exige como condição essencial **garantia** subsidiária para financiamento. Deste modo, não basta ao pequeno produtor arrendar terras e querer produzir, pois é necessário que possua bens outros a fim de dá-los em penhor ao Banco.

Poderá V. S. bem ajuizar do que afirmamos se considerar que Cachoeira do Sul possuindo o maior parque de industrialização de arroz da América do Sul e, como o maior centro produtor dessa gramínea do Brasil, produzindo, também, apreciável quantidade de trigo, — não há na Carteira do Banco um único contrato de financiamento ao pequeno produtor.

É isso como é bem de ver, dadas as condições acima referidas, não acontece por falta de interesse do pequeno produtor em obter crédito fácil, mas simplesmente porque êsse crédito é aqui realmente um mito.

As ordens de V. S. para quaisquer outras informações sobre o assunto e aguardando pronunciamento, aprez-nos subscrevermo-nos com protestos de alto apreço e consideração.

Associação Rural de Cachoeira do Sul.

(a) **Dr. Carlos Paranhos do Araujo**
Presidente

Laura D. Falkenbach
Secretário Geral

Em 19 de julho, recebeu do Banco do Brasil a seguinte resposta:

"Sr. Presidente, em resposta à sua carta n.º 131.593, de 23 de fevereiro último, cabe-nos informar-lhe, preliminarmente, que todos os pequenos produtores agrícolas que têm procurado nossa Agência de Cachoeira do Sul (R's), foram devidamente orientados sobre as providências a cumprir, reduzindo-se ao mínimo as exigências ditadas pelas instruções em vigor, na conformidade do estabelecido na carta que dirigimos a essa Sociedade sob n.º Sagri 48/190-1119-567, em 19-11-48.

2 — Quanto a apresentação de garantias subsidiárias, cumpre-nos esclarecer que só tem ela sido exigida daqueles que possuem material agrário, sementes, etc., o que não obriga o pretendente a pedir favores nem a reduzir sua economia. Representam estes, entretanto, a menor parte e a prática visa identificá-los mais com as lavouras a financiar e determina maior empenho nos trabalhos, cujos resultados, evidentemente, serão melhores.

3 — Essa exigência, todavia, não vem constituindo obstáculos para que os interessados, sejam devidamente atendidos nas suas pretensões, tanto que, na presente safra foram concedidos, até 30 de abril último, 11 empréstimos a pequenos produtores de milho, trigo e alpista, e apenas três propostas, apresentadas até aquela data, foram recusadas — a primeira, por desistência do interessado; a segunda por não possuir o pretendente as terras regularizadas, dependendo de tempo essa providência e a terceira, por motivo de ordem puramente regulamentar.

4 — Além das 14 propostas acima citadas, existiam naquela ocasião 23 dependendo de estudo.

5 — Ante o exposto, poderá verificar essa Sociedade que a nossa Agência de Cachoeira do Sul vem procurando, dentro das suas possibilidades e das instruções em vigor, atender devidamente aos pequenos lavradores da sua zona, parecendo-nos exagerada a declaração da Associação Rural, daquela localidade, segundo a qual o crédito ali é um mito.

6 — Sendo o que se nos oferece, subscrevemo-nos com apreço".

ONDE CAFIASPIRINA CHEGOU
A DÔR PAROU



CAFIASPIRINA
ALIVIA E REANIMA

Comemora o IAPETC o seu 11.º aniversário e a data de Caxias

MAIS MELHORAMENTOS REALIZADOS PELA GRANDE AUTARQUIA PRESIDIDA PELO SR. HILTON SANTOS — NOTÁVEIS REALIZAÇÕES EM SÃO PAULO E NO RIO — PRESENTE AS SOLENIDADES O SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA, GENERAL EURICO CASPAR DUTRA — UM BANQUETE OFERECIDO AO DINÂMICO PRESIDENTE DA MODELAR AUTARQUIA — OUTRAS NOTAS

O IAPETC, a grande autarquia dirigida pelo sr. Hilton Santos, uma das vigas mestras da Previdência Social Brasileira, cujas funções estão plenamente integradas na vida nacional do nosso país, não podia deixar passar as importantes comemorações levadas a efeito e dedicadas ao Duque de Caxias, sem prestar sua homenagem a êsse vulto do nosso glorioso Exército.

Assim foi que o sr. Hilton Santos, o dinâmico e realizador Presidente da importante autarquia dos trabalhadores em transportes e cargas, deliberou chamar a uma de suas extraordinárias realizações no

IAPETC — o conjunto residencial à Avenida Teixeira de Castro, em Ramos — "Duque de Caxias", expressiva e sincera homenagem ao Exército Nacional, do qual o Condestável é o glorioso Patrono.

Viveu assim o IAPETC mais um grande dia, realizando-se, com realizações do mais destacado alcance, o quanto vem trabalhando o seu laborioso Presidente, sempre atento às necessidades e anseios da grande família dos trabalhadores em transportes e cargas. Dessa forma, às festivas comemorações do seu 11.º aniversário de fundação, juntaram-se as homenagens ao vulto incomparável do grande soldado que foi Caxias, o vencedor de tantas batalhas, o pacificador dos espíritos em lutas internas, além de ser o grande guia e reformador do nosso Exército.

AS COMEMORAÇÕES E OBRAS INAUGURADAS NO DISTRITO FEDERAL E SÃO PAULO

Ao ensejo de tão significativa data o sr. Hilton Santos, presidente do IAPETC, organizou um programa para comemorar, festivamente, tal acontecimento. O programa das festividades teve início no dia primeiro de Agosto ultimo, em S. Paulo, no bairro da Moóca, com um núcleo residencial. Foram inauguradas cerca de 300 unidades, o que corresponde à metade do total que será atingido em 1951.

Atualmente compõe-se de 86 casas, 156 apartamentos e 24 lojas. O custo total da obra importará, em, aproximadamente, trinta e seis milhões de cruzeiros.

As 86 casas estão assim distribuídas: tipo A — 18 casas com terraço, sala de estar, sala de jantar, cozinha, quintal com tanque coberto, três dormitórios, hall e banheiro; tipo B — 30 casas com terraço, sala de estar, sala de jantar, cozinha, W.C. externo, quintal com tanque coberto e dois dormitórios; tipo C — 16 casas com todos os cômodos e comodidades da anterior e mais um porão com lavanderia, W.C. e banheiro e quintal; tipo D — 22 casas com os mesmos cômodos e comodidades e somente com dois dormitórios. Os 156 apartamentos, muito bem acabados, constam de sala de estar, três dormitórios, banheiro, cozinha, despensa, terraço com tanque para lavar roupa e W.C. Os aluguéis para as casas correspondem respectivamente aos tipos A, B, C e D, Cr\$ 1.350,00, Cr\$ 1.200,00, Cr\$ 1.400,00 e Cr\$ 1.350,00. Para os apartamentos, Cr\$ 1.100,00. O custo de cada casa, aproximadamente, ficou em Cr\$ 150.000,00, inclusive o terreno.



Sr. Hilton Santos, o dinâmico e realizador Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Transportes e Cargas.

TAMBÉM EM SANTOS FOI INSTALADA A CARAVANA MÉDICO-SOCIAL

Como parte integrante do programa das comemorações o senhor Hilton Santos presidiu, no dia 2 a inauguração dos serviços da Caravana Médico-Social do IAPETC., em Santos, destinados a proporcionar Assistência Médica, Odontológica e Social aos segurado residentes em vilas distantes da sede, dos serviços do Instituto, que por circunstâncias diversas (falta de condução, local longínquo, falta de quem tome conta da casa e da família numerosa etc.), não se podem valer dos ambulatórios.

UMA CONFERENCIA ILUSTRATIVA

Ainda como complemento do programa das festas comemorativas, o sr. Hilton Santos promoveu no dia 8 no Auditório do Instituto, nesta capital, uma conferência pelo sr. Ray Power, diretor da Divisão de Reabilitação Vocacional do Estado de West Virginia, América do Norte. Nesta conferência foram abordados problemas de reabilitação vocacional, compreendendo temas sobre aproveitamento dos trabalhadores parcialmente incapacitados, adaptação e readaptação do indivíduo ao emprego, técnica moderna da utilização de qualquer parcela de habilidade remanescente no homem de trabalho, tendo a conferência sido ilustrada com interessante filme.



O representante do Senhor Presidente da República ao inaugurar a monumental Crèche-Escola do IAPETC.

OBRAS INAUGURADAS NO RIO

Para finalizar o programa organizado o presidente do IAPETC, reservou para o "Dia do Soldado" data de aniversário do Instituto, a inauguração de dois edifícios de apartamentos, um na avenida Ataulfo de Paiva, 932 e 934, outro a rua de Santana, 124, e a "Crèche, Escola Maternal e Jardim de Infância IAPETC", sita à avenida Teixeira de Castro, em Ramos.

Tôdas as solenidades que se realizaram pela manhã, contaram com a presença do general Eurico Dutra, presidente da República; dr. Honório Monteiro, ministro do Trabalho; sr. Hilton Santos, dr. Alberto Ploes, diretor do D.N.P.S.; dr. Alirio Sales Coelho, ministros de Estado, parlamentares, altas autoridades representantes de entidades sindicais, além de grande número de pessoas especialmente convidadas.

OS EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS "JOAQUIM NABUCO" E "26 DE AGOSTO"

O primeiro a ser inaugurado, às 8 horas, foi o edifício sito à avenida Ataulfo de Paiva, 932 e 934, que se compõe de 60 unidades, para venda aos segurados do Instituto, constando, cada um, de sala, dois dormitórios, varandas, dependências de empregados, banheiro, cozinha e terraço de serviço. Nesse empreendimento a inversão feita é de, aproximadamente, Cr\$ 12.000.000,00.

Atendendo às comemorações do centenário de Joaquim Nabuco, que então se realizavam, êsse edifício ostentará o nome do ilustre brasileiro.



O Deputado Epilogo de Campos, representante da Câmara Federal de Deputados, ao descerrar a placa da Crèche-Escola.

Em seguida, cêrca de 8,30 horas, com a presença das autoridades acima citadas, foi inaugurado o outro edifício localizado à rua Santana, 124, com 132 apartamentos distribuídos em 19 tipos diferentes, a saber: tipo A — 58 apartamentos de 2 quartos, 2 salas, dependência de empregada, banheiro e cozinha — aluguel de Cr\$ 2.000,00; tipo B — 2 apartamentos de 3 quartos, 1 sala, dependência de empregada, banheiro e cozinha — aluguel de Cr\$ 2.300,00; tipo C — 20 apartamentos de 2 quar-

Em uma deferência especial à data do aniversário do IAPETC, esse edifício denominar-se-á "Edifício 26 de Agosto".

"CRÉCHE, ESCOLA MATERNAL E JARDIM DE INFÂNCIA IAPETC"

Às 9 horas, com a presença do general Eurico Dutra, dr. Honório Monteiro, autoridades civis, se-



O Sr. Hilton Santos pronunciando vibrante discurso alusivo ao ato da inauguração.

tos, 1 sala, banheiro e cozinha — aluguel de Cr\$ 1.400,00; tipo D — 4 apartamentos de 1 quarto, 1 sala, banheiro e cozinha — aluguel de Cr\$ 1.200,00, tipo E — 2 apartamentos de 1 quarto, 1 sala, banheiro e cozinha — aluguel de Cr\$ 1.100,00, tipo F — 4 apartamentos de 1 quarto, 1 sala, banheiro, cozinha — aluguel de Cr\$ 1.100,00; tipo G — 19 apartamentos de 1 quarto, 1 sala, W.C. de empregada, banheiro e cozinha — aluguel de Cr\$ 1.000,00, tipo H — 2 apartamentos de 1 quarto, 1 sala, W.C. de empregada, banheiro e cozinha — aluguel de Cr\$ 1.100,00, tipo I — 14 apartamentos de 1 quarto, 1 sala, banheiro e cozinha — aluguel de 1.300,00, e tipo J — 7 apartamentos de 1 quarto, 1 sala, banheiro e cozinha — aluguel de Cr\$ 1.200,00.

Neste edifício o valor da investição feita pelo Instituto foi de Cr\$ 33.000.000,00.

nadores, deputados e representantes de classes sindicais, filiados àquele Instituto, foi inaugurada à avenida Teixeira de Castro, em Ramos, também a "Crèche, Escola Maternal e Jardim de Infância IAPETC", pertencente ao núcleo residencial ali já existente, o qual, em homenagem ao grande soldado brasileiro Duque de Caxias passará a denominar-se "Núcleo Residencial Duque de Caxias".

Durante a cerimônia falou o sr. Hilton Santos, tendo usado da palavra outros oradores enaltecendo a obra inaugurada.

Essa Crèche é uma instituição de assistência higiênico-social, visando o amparo dos filhos dos segurados do Instituto, residentes no núcleo. A Crèche abrange a guarda da criança durante o dia, em horário amplo de entrada e saída, de acordo com as circunstâncias de cada família e suas condições de trabalho, dentro ou fora do lar. A criança recebida

pela manhã é incontinentemente examinada pelo médico puericultor que aceitará ou recusará a permanência da mesma, durante o dia, no estabelecimento, de acordo com as suas condições de saúde. A criança aceita recebe todo o tratamento adequado, cercada de pessoal carinhoso e de baixo dos preceitos de absoluta higiene: o banho, objetos de uso individual, vestuário esterilizado, refeições, sono e repouso, permanência ao ar livre, banhos de luz artificial. Ao voltar para casa no fim do dia recebe novamente as suas vestes esterilizadas. As crianças da Escola Maternal e Jardim de

teve ocasião de falar aos funcionários sobre as realizações da autarquia que dirige.

O BANQUETE AO SR. HILTON SANTOS

Nos salões do Automóvel Club às 19 horas, realizou-se ainda um banquete oferecido ao sr. Hilton Santos, presidente do IAPETC, por seus funcionários, amigos e admiradores. Durante o ágape saudou o homenageado um representante dos segurados do Instituto, um funcionário e o representante dos sindicatos de Niterói.



A Modular Maternidade e Crèche, outra realização da presidência Hilton Santos e que acaba de ser inaugurada com brilhantismo, durante as solenidades que marcaram o 11.º aniversário do IAPETC e do Dia do Caxias.

Infância, da mesma forma que as da Crèche, são inspecionadas à entrada e entregues, as aceitas às atenções de professoras especializadas em educação pré-escolar. Todas as suas atividades durante o dia giram em torno da formação de hábitos de ajustamento social e mental e em méra preparação para a vida futura. Desde quatro meses até sete anos, a criança recebe, na Crèche, Escola Maternal e Jardim de Infância IAPETC, os cuidados e atenções especiais, numa complementação dos carinhos maternos.

NO AUDITÓRIO DO IPATEC

As 14 horas, realizou-se no Auditório do edifício sede do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, uma conferência do sr. Hilton Santos, durante a qual o orador

FESTEJADA UMA GRANDE DATA DO BRASIL

O IAPETC que vem cumprindo uma grande obra de relevância social, graças à ação magnífica do seu dinâmico Presidente, Sr. Hilton Santos, contribuiu de maneira a mais expressiva para o brilho do Dia de Caxias, evocando a figura do herói nacional e erigindo um justo tributo à sua memória. De fato, comemorando sua grande data, ou seja a passagem do seu 11.º ano de existência fecunda, o Instituto de Aposentadoria dos Trabalhadores em Transportes e Cargas, homenageou, concomitantemente, a grande efeméride que marca o nascimento do maior soldado do Brasil, esse imperecível Luiz Alves de Lima e Silva o consagrado Duque de Caxias, Patrono do Exército.

O sr. Hilton Santos está de parabéns pelo brilho que imprimiu às duas gratas e brilhantes efemérides

Documentos que enaltecem a política do Governo

A significação do Balanço em 30-6-49, publicado pela Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro

O balanço de um estabelecimento de crédito é o atestado de sua vitalidade econômico-financeira. Por isso, a linguagem das cifras é sempre portadora, na sua aparente frieza, das mais calorosas mensagens sobre o andamento de uma administração, ampliando a confiança de financistas e depositantes ou criando ambiente desfavorável para o acréscimo de depósitos e o desenvolvimento de negócios.

A Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, com a publicação do seu balanço geral em junho último, acompanhado pela demonstração de despesa e receita, relativa ao primeiro semestre deste ano, encontra-se no primeiro caso.

Sob uma administração que sabe ser tão conciente quanto dinâmica, a prestação de contas daquela organização de crédito popular obedeceu a um critério que traduz, com exatidão, o esplêndido andamento que se tem verificado nos negócios da Caixa.

Emprego de capital, procedência de lucros, acréscimo de depositantes, tudo nos revela no panorama minucioso do Ativo e do Passivo, da Receita e da Despesa a esplêndida maneira com que se está administrando a responsável pelo aumenço do nosso nível de economia, qualidade tão necessária à vida pública e privada e que nos os brasileiros temos em não cultivar por temperamento e tendência ao fatalismo.

A demonstração que nos dá a Caixa Econômica em seu último balanço é convincente e animadora. Propugnando como o faz pelo estímulo à economia, gerindo os depósitos, o capital e os juros com uma consciência e uma segurança, que fazem ganhar a confiança popular, cada vez mais, nos seus objetivos, a Caixa, com a sua demonstração, impressiona pela exatidão aos financistas e reafirma aos leigos seus propósitos. E, se como dissemos no início, a vitalidade de um estabelecimento popular é sentida no seu balanço, grande é a que observamos no documento de contas publicado.

De todas as instituições que operam no seio das grandes coletividades a Caixa Econômica é a que dispõe dos melhores elementos para registrar as reações populares, nos momentos delicados da vida nacional. Se a incerteza no futuro ou a queda dos rendimentos individuais, preocupam milhares de pessoas, os depósitos da Caixa Econômica refletem instantaneamente estes fatores, reduzindo os seus totais em volumes que atestam o grau de apreensão da sociedade. Se, pelo contrário, a situação econômica da população é boa e não existe preocupação pelos dias próximos, imediatamente sobe a afluência de depositantes aos "gruchets" da Caixa Econômica. São, por certo, pequenas somas, mas, provindas de milhares de depositantes, formam vultosas massas de capital, que atestam uma situação folgada em setores da população, mais sujeitos aos rigores das crises. Deu-se esse fenômeno no primeiro semestre de 1948.

Durante alguns exercícios, os depósitos na Caixa Econômica tiveram acréscimos insignificantes ou, mesmo, diminuíram, numa prova de que, ao menos a população carioca, tinha poucas reservas, com que

formar um patrimônio no futuro. Aconteceu, porém, que o governo federal enfrentou com energia as origens da crise e o resultado prático foi o aumento de 262 milhões de cruzeiros, em seis meses, nos depósitos da Caixa Econômica. E, pela primeira vez na sua história quase centenária, a Caixa Econômica apresentou nos seus documentos oficiais uma importância superior a três bilhões de cruzeiros como total de depósitos.

Segundo a política que o governo federal traçou para os estabelecimentos de crédito oficiais, a Caixa Econômica aumentou as suas inversões em várias modalidades de empréstimos, deixando, entretanto, uma larga margem de segurança em relação ao acréscimo dos depósitos no exercício semestral. Dos 262 milhões de cruzeiros — total que representa o aumento de depósitos nos primeiros seis meses deste ano — a Caixa Econômica aplicou mais 66 milhões nas principais categorias de empréstimos, sendo a parcela mais vultosa a das hipotecas imobiliárias que tiveram uma majoração de 31 milhões de cruzeiros sobre o saldo do exercício anterior, sem incluir as inversões das quotas de capital amortizado mensalmente pelos mutuários. É explicável a orientação da Caixa Econômica no sentido de manter abertas, dentro das suas possibilidades, as fontes de crédito sob garantia de hipotecas, notadamente de imóveis residenciais, pois a crise da habitação continua séria e é um dos objetivos da instituição contribuir para a solução de problemas que afetam a coletividade. De 1.339 milhões em dezembro de 1948, os empréstimos hipotecários apresentaram seis meses depois um total de 1.370 milhões — importância bem significativa do interesse com que a Caixa Econômica incentiva a obtenção de um lar próprio, através de financiamentos acessíveis que transformam os alugueres improdutivos em parcelas de um sólido patrimônio da família.

Outras duas modalidades de empréstimos registraram aumentos apreciáveis: os de "garantias simultâneas", para as grandes obras de melhoramento urbano e estranho à iniciativa privada na indústria, com um total de 20 milhões, passando de 423 milhões no exercício anterior para 443 milhões em junho último e os de "consignações", destinados ao crédito pessoal do funcionalismo, com 19 milhões sobre o volume de dezembro último, que era de 437 milhões, acusando no balanço em junho o total de 456 milhões.

Os empréstimos sob penhores se mantiveram no nível de 155 milhões, sendo aplicadas no semestre as reversões de capital amortizado e mais 600.000 cruzeiros.

Dois outras categorias de empréstimos conservaram para o mesmo saldo do exercício anterior: os de "títulos" — 21 milhões — e das Caixas Econômicas — 49 milhões.

Como acréscimo de 66 milhões o total dos empréstimos passou de 2.430 milhões no balanço precedente para 2.496 milhões ao encerrar-se o último exercício.

Ligeiro histórico do crédito agrícola no Brasil

Fabio Luz Filho

O primeiro decreto de que se tem notícia é o de n.º 45, de 30 de agosto de 1835, o qual concedia privilégios às fábricas de açúcar e de mineração. Contam-se mais os que se seguem.

O decreto n.º 59, de 8 de outubro de 1835, dispôs sobre a substituição de notas mandadas estampar pelo decreto de 1.º de junho de 1833 por notas emitidas em trôco, de moedas de cobre e quaisquer conhecimentos dados em lugar dessas cédulas.

O decreto n.º 737, de 25 de novembro de 1850, referia-se ao processo comercial.

O decreto n.º 683, de 5 de julho de 1853, referia-se à concessão e incorporação e aprovação de estatutos de um banco de depósitos com sede no Rio de Janeiro.

O decreto n.º 1 223, de 31 de agosto de 1853, dispunha sobre a incorporação e aprovação de estatutos de um banco de depósitos com sede no Rio de Janeiro.

O decreto n.º 1 927, de 25 de abril de 1857, aprova os estatutos reformados de uma Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

O decreto n.º 1 232, de 10 de setembro de 1864, reformou a legislação hipotecária e estabeleceu os fundamentos das Sociedades de Crédito Real. Tornou possíveis os empréstimos hipotecários a longo prazo e pouco onerosos. Só operavam os bancos criados nos grandes centros. Os decretos de 1880 e 1885 melhoraram o processo de lei e do regulamento de 1864 e 1865, que instituíam o penhor agrícola.

O decreto n.º 3 453, de 26 de abril de 1865, torna obrigatória a observância do regulamento para execução do decreto acima (1 237), reformador da legislação hipotecária.

O decreto n.º 3 471, de 3 de junho de 1865, dispôs sobre a execução do regulamento das sociedades de créditos real, às quais foi concedida, pela lei n.º 1 237, a emissão de letras hipotecárias.

O decreto n.º 1 349, de 12 de setembro de 1866, concedeu ao governo autorização para um novo acordo com o Banco do Brasil como decorrência da lei n.º 683, de julho de 1853, introduzindo ligeiras modificações, assim como alterando os estatutos.

O decreto n.º 2 687, de 6 de novembro de 1875, autorizou o governo a conceder sob condição ao Banco de Crédito Real, que se fundasse na conformidade do decreto n.º 1 237, de 24 de setembro de 1864, garantias de juros e amortização de suas letras hipotecárias, e garantia de juros de 7%

as empresas que visassem ao estabelecimento de engenhos centrais para o fabrico de açúcar de cana.

O decreto 3 150, de 4 de novembro de 1882, regulou o estabelecimento de companhias e sociedade anônimas.

O decreto n.º 3 272, de 5 de julho de 1885, alterou o processo das execuções cíveis e comerciais e criou o penhor agrícola.

O decreto n.º 9 549, de 23 de janeiro de 1886, e outiza a modificação do regulamento para a execução dos decretos n.º 3.272 de 5 de outubro de 1885.

O decreto n.º 154, de 17 de janeiro de 1890, reformou o decreto n.º 3.150, de 4 de novembro de 1882.

O decreto n.º 164-A, de 17 de janeiro de 1890, dispôs sobre as operações de crédito móvel para a agricultura e indústrias conexas.

O decreto n.º 165-A, de 19 de janeiro de 1890, substituiu os decretos n.º 1.237 de 24 de setembro de 1885 e 3.272, de 5 de outubro de 1885.

Há, em seguida, o decreto n.º 169-A, de 19 de janeiro de 1890, substitutivo dos decretos n.º 1.237, 2 372 e 165-A, pertinentes a operações de penhor agrícola.

O decreto n.º 451-B, de 31 de maio de 1890, instituiu o registro de móveis pelo sistema Torrens (até hoje, praticamente sem aplicação).

O decreto n.º 955-A, de 5 de novembro de 1890, baixou o regulamento do decreto n.º 451-B acima.

O decreto 177-A, de 15 de setembro de 1893, dispõe sobre a emissão de empréstimos ante debentures, ou obrigações ao portador.

O decreto n.º 1 102, de 21 de novembro de 1903, dispôs sobre armazem gerais e warrants.

O decreto 979, de 6 de janeiro de 1903, concedeu aos sindicatos agrícolas a faculdade de organizar caixas de crédito agrícola, além de poder de promover a fundação de cooperativas de outras espécies (Ver, do autor "O cooperativismo no Brasil e sua evolução").

O decreto n.º 1 617, de 30 de dezembro de 1906, fixou a despesa geral dos Estados Unidos do Brasil par o exercício de 1907.

Sob a gestão presidencial de Afonso Pena, aparecem as seguintes leis e decretos: lei n.º 1 637 de 5 de janeiro de 1907, regendo os sindicatos profissionais e as cooperativas em geral, decreto n.º 6 663, de 23 de setembro de 1907, que abriu um crédito de 100 000\$000 pelo Ministério da Viação, para auxi-

lhos, por empréstimos, às sociedades cooperativas de crédito agrícola de responsabilidade ilimitada nos municípios de Carana, Ipojuca, Barreiros, Sarinhaem, e Rio Formoso, em Pernambuco; lei n.º 1 782, de 28 de novembro de 1907, que criou o Banco Central de Crédito Agrícola, e permaneceu até hoje sem aplicação.

Em 1909, aparece o decreto n.º 2.080, de 7 de janeiro, que aplica às associações de crédito agrícola ou hipotecário e agrícola as exceções contidas no artigo 1.º, n.º 2, § 4.º do decreto-lei n.º 177-A, de 15 de setembro de 1893, isto é, excecтуando essas associações da obrigação de emitir até o valor do capital estipulado ns seus estatutos.

O decreto n.º 4 984, de 31 de dezembro de 1925, orçou a receita da Republica para o exercício de 1925.

O decreto n.º 4.567, de 24 de agosto de 1922, autorizou a abertura de um crédito de 400 000,000\$000 em apólices para criação de uma carteira de crédito agrícola no Banco do Brasil.

Em 26 de outubro de 1927 é apresentado o projeto Joaquim Osório, sobre crédito agrícola e hipotecário em 102, artigos, no qual se criava o Banco Central Agrícola e Hipotecário e se dava ao Presidente da Republica a faculdade de promover a reforma das Caixas Econômicas (veja-se a clarividência do relator da Comissão Especial de Crédito Agrícola e Hipotecário da Câmara dos Deputados. . .) de modo a "concorrerem para o mais forte impulso de crédito agrícola".

Em 1926 é baixado o decret n.º 17 339, de 2 de junho, que aprova o regulamento destinado a reger a fiscalização, por parte do Ministério da Agricultura, da Organização e funcionamento das Caixas Raiffeisen e bancos Luzzatti. E, a 19 de dezembro de 1932 e baixado o decreto n.º 22 239, sobre cooperativas, que revogou a lei n.º 1 637.

O decreto n.º 24 641, de 10 de junho de 1934, criou o Banco Nacional de Crédito Rural, mas não teve aplicação. Em agosto de 1938, a Lei n.º 581, revigorou a lei n.º 22.239, e está em vigor.

A lei que criou a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial no Banco do Brasil tem o n.º 454, de 9 de julho de 1937.

A lei n.º 492, de 30 de agosto de 1937, regula o penhor rural e a cédula penhoratória.

O decreto-lei n.º 182, de 5 de janeiro de 1938, revogou as disposições contidas no decreto n.º 22 826, de 1933 e do 454.

O decreto-lei n.º 221, de 27 de janeiro de 1938, concedeu isenções aos bonus de emissão do Banco do Brasil para o financiamento das operações da Carteira de Crédito Agrícola.

O decreto-lei n.º 1 271, de 16 de maio de 1939, dispôs sobre penhor de máquinas e aparelhos de utilização na indústria.

O decreto-lei n.º 1 199, de 6 de abril de 1939, dispôs sobre a não inclusão nas disposições do decreto-lei n.º 150, das dívidas relativas a impostos.

O decreto-lei n.º 1 386, de 29 de junho de 1939, interpreta o decreto-lei n.º 150.

O decreto-lei n.º 1 609, de 12 de agosto de 1939, mandou sustar quaisquer execuções ou vendas judiciais de propriedades agrícolas em quanto perdurarem os efeitos da lei da moratória.

CRIADORES

Prefiram os produtos veterinários RAUL LEITE. São todos de eficiência comprovada e segurança absoluta.

VACINAS, TONICOS, VERMIFUGOS. PRODUTOS PARA TODAS AS DOENÇAS E PARA TODAS AS ESPÉCIES ANIMAIS.

Na febre Aftosa — KUIROS E COLOIDO-CALCIO

Para banheiros carrapaticidas — GAVIÃO.

Nas bicheiras e bernês — CRESOS.

Nas verminoses — FENOTIAZINA — FENOLFTALEINA.

Nas frieiras — FRIEIROL.

Nas intoxicações — VITOS.

Peçam folhetos e preços aos representantes nos Estados ou aos

Laboratorios
Raul Leite S. A.

RUA LEOPOLDINO BASTOS, 130 — RIO

O decreto-lei n.º 2 238 de 28 de maio de 1940, aprovou a "Parte Segunda", do Regimento da Câmara de Reajustamento Econômico.

A lei n.º 1 625, de 27 de setembro de 1939, permite o penhor de produtos de suinocultura.

O decreto-lei n.º 1 697, de 23 de outubro de 1939, tomou extensivos aos produtos da suinocultura, banha, carnes, fiambres, presuntos e derivados o contido no decreto-lei n.º 1 271, de 16 de maio de 1939.

O decreto-lei n.º 2 064, de 7 de março de 1940, amplia disposições do n.º 1 271.

O decreto-lei n.º 2 611, de 20 de setembro de 1940, dispõe sobre os recursos para a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (contribuição do Instituto de Previdência e das Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões).

O decreto-lei n.º 2 612, de 20 de setembro de 1940, dispõe sobre o registro do penhor rural.

O decreto n.º 150, de 30 de setembro de 1937, suspende as execuções judiciais, até 30 de março de 1938, sobre a dívida dos agricultores, prorrogado pelo decreto n.º 755, de 30 de setembro de 1938, prorrogado esse pelo decreto n.º 824, de outubro de 1938, e outros relativos ao assunto do decreto n.º 150.

O decreto-lei n.º 1 002, de 29 de dezembro de 1938, autoriza o Banco do Brasil a emitir letras hipotecárias pela Carteira de Crédito Agrícola e In-

dustrial e dá outras providências sobre o crédito agrícola.

O decreto-lei n.º 1 172, de 27 de março de 1939, dispõe sobre os empréstimos autorizados pelo n.º 1 002.

O decreto-lei n.º 1 230, de outubro de 1939, aprova o regulamento das leis n.º 1 002 e 1 172.

O decreto-lei n.º 1 888, de 15 de dezembro de 1938, dispõe sobre concessão de empréstimos a agricultores.

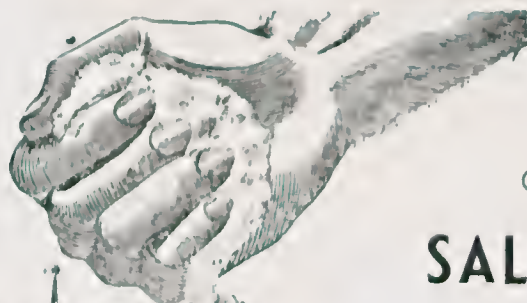
O decreto-lei n.º 2 071, de 7 de março de 1940 e o 2 238, de 28 de maio de 1940, aprovam o regulamento da Câmara de Reajustamento Econômico.

O decreto-lei n.º 2 157, de 30 de abril de 1940, dispõe, sobre os prazos estabelecidos em decretos-leis de proteção à lavoura.

O decreto-lei n.º 2 689, de 26 de outubro de 1940, dispõe sobre contratos de compra e venda com a cláusula de retrovenda.

Ha ainda os seguintes decretos leis; n.º 359, de 31 de março de 1938; 532, de 1 de julho de 1938; 755, de 30 de setembro de 1938; 824, de 28 de outubro de 1938; 1 001, de 20 de dezembro de 1938. Prorrogaram até 31 de dezembro de 1939 o prazo contido no decreto-lei n.º 150, de 30 de dezembro de 1938.

Finalmente o decreto-lei n.º 18.230, de 2 de abril de 1945, que criou a Caixa de Crédito Cooperativo.



ADUBO NATURAL
DE RENOME
MUNDIAL

Mãos

que espalham

SALITRE do CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS:

ARTHUR VIANNA — CIA MATERIAIS AGRICOLAS

RUA FLORÊNCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO. — AV. GRAÇA RANHA, 226-3.º andar

RIO DE JANEIRO. — AV. SANTOS DOMUNT, 227 — BELO HORIZONTE

Os campos de cooperação e o fomento agrícola

Sua importância na vida dos municípios e das associações rurais

Alvaro Pontes de Magalhães

O Fomento Agrícola tem por escôpo aumentar a produção econômica da lavoura brasileira. Produção econômica é a que, pelo menor custo, oferece, em maior quantidade, o melhor produto possível. Custo, qualidade e quantidade são fatores comumente antagônicos, que devem ser convenientemente harmonizados, para alcançarem o ótimo econômico, ou seja, para produzirem o máximo de utilidade por área, com o menor esforço possível.

É opinião por todos esposada, não exigindo, destarte, maiores comentários, que o aumento da produção é necessário para consolidar a nossa economia. As possibilidades no campo da agricultura — base real do progresso nacional — impõe ao Fomento Agrícola responsabilidades inequívocas, conferindo-lhe papel ímpar no programa governamental, que visa consolidar o efêmero fastígio que alentou a economia do país nos últimos anos.

O Fomento Agrícola cumpre a sua missão de promover a expansão da produção vegetal, ministrando para o abstrato, do simples para o complexo, sendo-lhe facilidades para substituir suas práticas por outras que permitam melhor aproveitamento do trabalho e das condições naturais.

É uma tarefa educacional, que não se limita ao ensino de métodos que proporcionem maiores lucros. O agricultor deve saber como utilizar estes proventos no sentido de obter a melhor vida na fazenda.

Para a realização desse desiderato o técnico dispõe de vários processos, dentre os quais destacam-se: a propaganda, o ensino, o estímulo, o exemplo e o auxílio. Seus limites confundem-se, e devem ser utilizados concomitantemente, partindo sempre do "conhecido para o relativamente desconhecido, do conhecido para o desconhecido".

O primeiro passo no campo do foment é suscitar a atenção e o interesse do agricultor, despertando-lhe a vontade de realizar a modificação proposta. O técnico convencê-lo-á, além de obter uma colaboração voluntária, espontânea. As vicissitudes das lides agrárias, os conselhos errôneos, incutidos nos homens do campo, criaram um sentimento de incredulidade, que se traduz no apêgo à rotina e nas constantes migrações das populações rurais. Este fenômeno agrava, sobretudo, a crise econômica que se esboça e muito em breve desencadeará, inflexivelmente, sobre nós.

O primeiro passo no campo do foment é suscitar a atenção e o interesse do agricultor, despertando-lhe a vontade de realizar a modificação proposta. O técnico convencê-lo-á, além de obter uma colaboração voluntária, espontânea. As vicissitudes das lides agrárias, os conselhos errôneos, incutidos nos homens do campo, criaram um sentimento de incredulidade, que se traduz no apêgo à rotina e nas constantes migrações das populações rurais. Este fenômeno agrava, sobretudo, a crise econômica que se esboça e muito em breve desencadeará, inflexivelmente, sobre nós.

O primeiro passo no campo do foment é suscitar a atenção e o interesse do agricultor, despertando-lhe a vontade de realizar a modificação proposta. O técnico convencê-lo-á, além de obter uma colaboração voluntária, espontânea. As vicissitudes das lides agrárias, os conselhos errôneos, incutidos nos homens do campo, criaram um sentimento de incredulidade, que se traduz no apêgo à rotina e nas constantes migrações das populações rurais. Este fenômeno agrava, sobretudo, a crise econômica que se esboça e muito em breve desencadeará, inflexivelmente, sobre nós.

O primeiro passo no campo do foment é suscitar a atenção e o interesse do agricultor, despertando-lhe a vontade de realizar a modificação proposta. O técnico convencê-lo-á, além de obter uma colaboração voluntária, espontânea. As vicissitudes das lides agrárias, os conselhos errôneos, incutidos nos homens do campo, criaram um sentimento de incredulidade, que se traduz no apêgo à rotina e nas constantes migrações das populações rurais. Este fenômeno agrava, sobretudo, a crise econômica que se esboça e muito em breve desencadeará, inflexivelmente, sobre nós.

lucro do fazendeiro e dos que se dedicam ao comércio e indústrias citadinas; enquanto o operário agrícola dispender maior fadiga, viver em piores condições e receber menor salário do que seus colegas urbanos, a lavoura não poderá contar com braço estável e eficiente.

É imprescindível tornar a agricultura uma atividade remuneradora, pela introdução de melhoramentos técnicos e prática de princípios científicos. Assim, poderá haver uma transformação na vida das fazendas, dotando-as de atrativos para o homem civilizado. Sómente levando ao campo o conforto, a prosperidade e a educação, seus habitantes deixarão de procurar nas cidades esses elementos indispensáveis à vida. Nada se conseguirá enquanto a agricultura não proporcionar lucros, que recompensem, de u'a maneira justa, os que a ela se dediquem. A transformação dos seus métodos de trabalho é tarefa do Fomento Agrícola, que necessita de elementos e de toda a ordem de facilidades para bem cumprir sua missão, que tanto representa para nossa periclitante economia.

A vastidão do nosso território e o pequeno número de agrônomos, levam-nos a escolher u'a modalidade de fomento que beneficie a grupos, maiores ou menores, segundo a região. A assistência individual, climax da nossa tarefa, só poderá ser prestada, em caráter geral, com o decorrer dos tempos.

A experiência de longos anos demonstra, de maneira insofismável, as vantagens dos Campos de Cooperação, que constituem elemento indispensável ao Fomento Agrícola no Brasil. Levam ao fazendeiro o argumento irretorquível e eloquente da demonstração prática, despertando-lhe o interesse, o desejo e a vontade de realizar. O resultado obtido nas culturas convencem-no a abandonar a rotina, adotando os ensinamentos da técnica hodierna.

Não ficam aí as vantagens desses estabelecimentos: eles produzem, também, sementes selecionadas para atender a uma necessidade vital da lavoura brasileira. O elenco de práticas agrícolas modernas de preparo do solo, tratamentos culturais, adubações, e também o aproveitamento da riqueza natural do solo, dos fatores climáticos favoráveis, depende da qualidade da semente empregada.

Os caracteres genéticos que facultam a produção econômica, podem se apresentar de formas diversas, variando as condições ecológicas. Ao nos referir a sementes selecionadas, subentendemos que se destinam a determinado local, com características mesológicas semelhantes às da zona de produção das

sementes. Os Campos de Cooperação vêm atender a esse importante aspecto do problema agrário: — o fornecimento de sementes selecionadas em quantidade suficiente para suprir a agricultura brasileira.

Sintetizando, os Campos de Cooperação realizam uma propaganda objetiva. Facultam ao agrônomo meios de ensino eficiente. São exemplos do maior valor, facilmente acessíveis e adaptáveis às condições locais. Suas culturas estimulam o fazendeiro, que facilmente pode controlar o resultado dos trabalhos. As sementes produzidas e as facilidades decorrentes de uma assistência técnica efetiva, constituem um precioso auxílio, de que tanto carece o nosso homem do campo, para o seu bem-estar e relativa prosperidade.

MODALIDADES DE COOPERAÇÃO

O Brasil dispõe das mais variadas condições ecológicas. A exploração agrícola é feita sob os mais diferentes aspectos. O nível intelectual e cultural das nossas populações rurais é heterogêneo. Em tais condições não é possível estabelecer normas rígidas para um trabalho de tão ampla finalidade, como a cooperação agrícola, que visa atender às necessidades locais.

A experiência dos nossos técnicos, adquirida em longos anos de perseverante trabalho, levou a D. N. P. V. a estabelecer 5 tipos de cooperação, cada um com características definidas, que permitem uma completa maleabilidade de ação, adaptando-as às peculiaridades de cada região, de cada cultura, e à situação e condições do agricultor. Ao bom senso cabe ajustar o tipo de cooperação às condições locais, tendo sempre em vista o seu objetivo precípuo — combate à rotina.

Cooperação anual: — É a mais antiga modalidade de cooperação adotada pelo Ministério. Consiste num verdadeiro curso prático, realizado na propriedade do fazendeiro.

É sempre feita com uma só cultura, mas deve abranger a todos os seus trabalhos, desde o desbravamento do solo até a colheita e beneficiamento.

O agricultor aprenderá, nos seus mínimos detalhes, o manejo de máquinas, ficando apto a tirar maiores lucros, realizando um trabalho menos rude.

Cabe ao Ministério fornecer a direção técnica, máquinas, sementes, adubos, inseticidas, fungicidas, um ou mais aradores, podendo ainda emprestar animais.

O fazendeiro permitirá que o técnico escolha o terreno, encarregando-se, por sua vez, do suprimento de estercos, da construção de abrigos para máquinas, podendo ainda, a seu critério, fornecer hospedagem ao arador.

Repetimos, para trabalhos dessa natureza, não há, nem pode haver, especificações rígidas. As obrigações dos contratantes dependem do bom senso e das possibilidades de cada uma das partes.

A produção é toda do agricultor. Tentou-se a restituição ou a devolução, em dobro, das sementes fornecidas. O resultado foi pouco satisfatório, na maioria dos casos.

A duração do contrato deve ser de um período cultural completo, não se prorrogando, em condições normais. É suficiente para o fazendeiro se familiarizar com todas as particularidades da cultura e aprender o manejo das máquinas agrícolas.

É o tipo de cooperação mais oneroso para o

Ministério, que fornece todo o material de trabalho e nada recebe.

Sua aplicação destina-se, principalmente, às regiões mais atrasadas, onde o agricultor tenha que modificar completamente seus métodos de trabalho. É meio eficaz para promover o ressurgimento de culturas deficitárias, por falta de técnica. É um auxílio interessante e útil ao pequeno agricultor.

Cooperação de rápida execução: — Consiste na execução, gratuita, de uma operação agrícola, na propriedade do lavrador cooperado.

Tem aplicação nas regiões menos adiantadas, constituindo ótimo recurso para a difusão de métodos racionais de preparo do solo, colheita, beneficiamento, enxertia, poda, combate às pragas e moléstias, etc. O agrônomo tem, na realização desse trabalho, magnífica oportunidade de estreitar as suas relações com o agricultor, estabelecendo um íntimo contato, que é a base de qualquer modalidade de fomento.

A cooperação de rápida execução dá margem ao Ministério para auxiliar operações custosas, nas culturas de interesse nacional. É, por exemplo, o caso da colheita do trigo, que, para ser econômica, exige o emprego de máquinas de alto custo, cuja aquisição está fóra do alcance dos agricultores menos abastados. Mesmo o grande fazendeiro não irá mobilizar maior capital numa cultura cujos resultados lhe são desconhecidos.

Não depende de contrato; basta um simples requerimento do agricultor interessado.

É modalidade de transição, que tende a desaparecer com o progresso agrícola da região.

Os fazendeiros das cercâneas dos Campos de Cooperação Permanente, que tiverem especial interesse por determinada operação agrícola, poderão receber uma demonstração eficiente em sua propriedade. Este trabalho, que a Cooperação de Rápida Execução permite realizar, muito facilitará ao agrônomo de fomento agrícola, o desempenho de suas futuras atividades, porque vincula suas relações com o fazendeiro, despertando a confiança nos serviços do Ministério, oferecendo oportunidade a uma cooperação mais larga.

Cooperação Permanente: — A nossa divisão administrativa, muitas vezes, desperdiça esforços e compromete o resultado final de determinado serviço, atribuindo a sua execução, na mesma zona, e não raro, na mesma propriedade, a entidades diversas, provocando um jogo de competições, que, geralmente, anula o objetivo colimado.

Assim, na execução de trabalhos dessa natureza, há absoluta necessidade de evitar a dualidade de comando, prevenindo-se uma emulação mal compreendida, que reduz sempre na improficuidade dos esforços dispendidos.

As prefeituras nem sempre dispõem de recursos técnicos e materiais para atender aos serviços de fomento agrícola. A maleabilidade natural dos trabalhos dessa espécie não permite ao Ministério grandes gastos com instalações de caráter definitivo. Entretanto, a conjugação destes dois poderes — Ministério e Prefeituras — possibilita a realização de um magnífico serviço de assistência ao agricultor. E os resultados já obtidos em vários Estados, afastam-nos do terreno das conjeturas.

O Ministério da Agricultura, na organização dos Campos de Cooperaçao Permanente, concorre com a direçao técnica, pessoal, máquinas e motores agrícolas, adubos, corretivos, inseticidas, fungicidas, sementes selecionadas, mudas, e todo o material de exploraçao, que tiver ao seu alcance.

Ao cooperado compete fornecer tudo que tenha caráter fixo, como terreno, abrigos para máquinas e latras, cercas e tapumes, estábulos, esterqueiras, etc. Muito interessante seria de inicio, auxiliar tambem com alguns operários para os trabalhos de desbravamento do terreno, construçao de estradas, obras de drenagem e irrigaçao, enfim, tudo que se refira  instalaçao do Campo.

O abrigo para máquinas pôde ser um simples telheiro, em terreno bem drenado, construido de modo a não permitir a penetraçao das águas pluviais. Deve dispôr de uma rudimentar oficina para concertos. A parte destinada ao depósito das safras deve ter o piso melhor defendido contra a umidade e paredes laterais  altura do telhado.

Estábulo e esterqueira são outros requisitos indispensáveis, devendo ser construidos, naturalmente de acôrdo com as necessidades e com as condiçoes locais.

Uma dependência para guarda de produtos, que reclamem cuidados e outra para escritório, completam as instalaçoes do campo.

A organizaçao dos campos deve permitir, oportunamente, a sua independência econmica. Não podemos conceber modelos de exploraçao agrícola industrial vivendo às expensas dos cofres públicos. Os campos de cooperaçao, permanente, com o decorrer dos tempos, transformam-se, gradativamente, em estabelecimentos de produçao de sementes e mudas com instalaçao e vida próprias. Ha, entretanto, uma ordem de trabalhos — a assistência ao agricultor — que demanda ininterrupto auxilio do govrno.

Das sementes produzidas nos campos, 50% pertencem ao Ministério, sendo o restante vendido, pela Prefeitura, aos agricultores. O resultado desta venda será aplicado, integralmente na manutençao do próprio campo.

A Cooperaçao Permanente não se restringe às prefeituras, mas abrange todas as instituiçoes coletivas, cujos objetivos estejam ligados à agricultura.

Como o objetivo dos campos é a sua transformaçao em fazendas modelo, com finalidade econmica, as instalaçoes e métodos de trabalho devem ser, exatamente, os indicados para a regio. Assim, o agricultor terá oportunidade de apreciar os resultados e sentir as necessidades de modificar seu sistema de trabalho.

Instalaçoes aparatosas e o emprego de máquinas que não possam ser adotadas nas fazendas locais, são contraproducentes. Qualquer insucesso poderá ser atribuido a êsses gastos, tora do alcance do agricultor. "Com dinheiro do govrno  facil...", dirão êles. E com ste "slogan", todos os serviços de fomento estarão seriamente comprometidos.

Inicialmente, convém insistir em trabalhos de interesse imediato do agricultor, trabalhos que possam ser facilmente executados nas fazendas, sem exigir maiores gastos, e cujos resultados benéficos se façam sentir de maneira insoslayavel, no menor espaçao de tempo possivel. O emprego dos cultivadores

tudo "Planet Jr", a distribuçao de boas sementes, o combate a certas pragas e moléstias, são meios eficientes para conquistar a confiançao do agricultor.

O técnico deve, de inicio, fazer somente o que tenha aplicaçao imediata e traga vantagens de ordem econmica nu melhore as condiçoes de vida nas fazendas.

Os Campos de Cooperaçao Permanente congregam os esforços de prefeituras e das organizaçoes de agricultores, com os do Ministério da Agricultura, para que todos os lavradores do Brasil possam contar com um fazenda, que lhe sirva de modelo, e onde possam buscar a assistência técnica de que tanto carecem.

Esses campos constituem o centro das atividades do agrônomo de fomento agrícola, oferecendo oportunidades para demonstraçoes práticas eficientes. Os gastos culturais da produçao do estabelecimento, escriturados com simplicidade e clareza, permitem fácil confronto entre os métodos preconizados e o processo usual.

Suas vantagens vo além: produzem sementes selecionadas, elemento indispensável ao ressurgimento da agricultura nacional. São somente elas podem transformar as substâncias nutritivas disponiveis, em produçao econmica. Entretanto, salvo honrosas exceçoes, dispomos apenas de escasas sementes selecionadas para atender as necessidade de nossos fazendeiros.

O êxito de qualquer modalidade de cooperaçao está adstrito ao emprego de boas sementes. A produçao dos Campos de Cooperaçao Permanente elimina esta dificuldade, fornecendo o necessário para multiplicaçao nos demais campos de cooperaçao, restando uma parte da colheita de sementes selecionadas para a distribuçao ao agricultor.

Os Campos de Cooperaçao Permanente não se limitam  produçao de sementes. Enquanto a nossa rede de estaçoes experimentais não for suficientemente ampla para atender às exigências de todos os recantos do Brasil, o ensaio comparativo, para aquilatar o valor de uma nova variedade para determinado local, neles poderá ser realizado. E' um trabalho que está perfeitamente ao alcance desses estabelecimentos; basta lembrarmos que, nos Estados Unidos da América do Norte, é feito até nas propriedades dos "colonos cooperadores". O alcance desta medida não necessita comentários, porquanto ninguém ignora as surpresas da resultante ecológica, ou seja, a possibilidade de reaçoes diferentes, de plantas de uma mesma variedade, em condiçoes, aparentemente, semelhantes quanto ao solo e clima. Poder-se-ia objetar, que tais estabelecimentos não compertam a adoçao de métodos preconizados pela fitotcnica moderna. Mas, como afirma Goethe, "Eritis sicut Dão, scientes bonum et malum", não será demais que êsses campos concorram tambem com o seu contingente para a determinaçao e divulgaçao das práticas mais uteis e de conhecimentos gerais, sobretudo aqueles que dizem respeito  produçao de boas sementes, com as suas caracteristicas bem definidas.

Como se vê, os Campos de Cooperaçao Permanente, formados com o auxilio inicial do govrno, contando com uma assistência técnica adequada, com a facilidade de se tornarem economicamente independentes, estão perfeitamente em condiçoes de reali-

zar trabalhos utilissimo em todo os sentidos, notadamente quanto à produção de sementes selecionadas.

Aliás, os resultados práticos já conseguidos e a sua perfeita adaptação ao meio, são provas eloquentes das possibilidades desses campos. O Paraná, por exemplo, é uma demonstração evidente de quanto afirmamos.

É o Ministério da Agricultura dispõe de recursos para a difusão desses estabelecimentos.

Nos lugares que ainda não tenham estações experimentais, os campos de cooperação permanente podem concorrer eficientemente para o melhoramento das variedades locais. Em geral, as nossas plantas cultivadas formam uma população heterogênea, onde uma simples seleção massal, bem orientada, poderá apresentar bons resultados.

Os Campos de Cooperação Permanente e os Municípios ou Centros Populosos: — As nossas fazendas de antanho eram uma comunidade rural. Tinham a sua vida própria, sem maiores dependências de outros centros. Bastavam-se a si mesmas, pois, produziam tudo quanto era possível na exploração da terra, nos trabalhos das indústrias caseiras. A vida girava em torno da casa-grande, sempre patriarcal, sempre solícita, em atender às menores necessidades dos componentes da fazenda. O centro povoado não lhes afetava a vida, antes sofria a sua influência direta. Eram as fazendas que lhes forneciam tudo; desde os elementos materiais para a subsistência da sua população, até à influência moral nas suas tendências, principalmente, as que se referiam à orientação política.

Destarte, o raio de ação das fazendas não se restringia aos limites naturais, mas os ultrapassava, frequentemente, para exercer a sua atividade no âni-

mo das populações das vilas e lugarejos próximos. Casos há, em que a própria cidade não escapava à influência benéfica que, da casa-grande, se irradiava.

Os pequenos centros povoadores cresciam, desenvolvendo-se no sentido das fazendas, como que se colocando ainda mais próximos da sua influência. Não raro se confundiam com essas propriedades agrícolas, que ficavam envolvidas no perímetro urbano. Nem por isso, as fazendas perdiam as suas características de comunidade rural.

Mas, a época dos senhores de engenho, da casa-grande, passou. O isolamento criou-lhes dificuldades inexistentes outrora. Nenhuma ligação com as cidades e vilas, além daquelas de cunho puramente comercial.

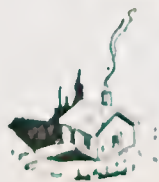
O velho espírito de comunidade, produto exclusivo do meio, desapareceu das fazendas, com o deslocamento de vários de seus centros de interesse para as povoações. E estas não integram, todavia, a vida das fazendas. Falta ao nosso homem do campo vínculos que o prendam à terra, dando-lhe força para suportar as agruras inerentes aos seus afazeres. Ei-lo, como muito bem o classificou L. Smith e E. Vasconcelos: o homem sem comunidade.

O nosso trabalhador rural não faz parte integrante da vida do campo, o que resulta nas suas constantes migrações, até cair nos tentáculos das grandes cidades, que o absorvem para avolumar sua horda de desapustados.

Essa situação constitui um sério óbice à introdução de novas práticas agrícolas, de novos processos de trabalho, fazendo com que permaneçam apenas em potencial, as riquezas que nos acenam suas largas possibilidades.

Desde a casa modesta
até o arrogante
arranha-céu

Tintas
Esmaltes
Vernizes



Ypiranga



E para remover a dita situação, teremos que fazer ressurgir o espírito de comunidade que caracterizava a nossa vida de antanho. Mas, esse espírito não se cria, mercê da nossa vontade; forma-se, naturalmente em função do meio, como resultante das condições existentes. Requer, para sua eclosão, ambiente específico.

Pelo resultado imediato das iniciativas sempre acessíveis; pelo acerto de suas providências; pela resolução pronta às dúvidas que surjam no espírito dos agricultores; pela presteza e solicitude com que permite atender aos pedidos de esclarecimentos, enfim, pelo ambiente alegre, de trabalho fácil, em que todos se empregam com a maior disposição e ânimo, o Campo de Cooperação Permanente constitui-se num centro de atrações gerais, contribuindo, decisivamente, para a ressurreição daquele espírito de comunidade, que constituía a característica marcante das fazendas do passado.

Os Campos de Cooperação Permanente e as Associações Rurais: — Os Campos de Cooperação Permanente são de valor inestimável para as associações rurais. Por intermédio delas podem as associações ampliar, de muito, seu raio de ação e prestar aos seus associados auxílios e ensinamentos valiosos.

Se cada associação rural mantivesse, em cooperação com o Ministério, um campo de produção de mudas e sementes, tornar-se-ia uma grande auxiliar dos poderes públicos e constituir-se-ia, de fato, no órgão representativo da classe rural.

Os Campos de Cooperação Permanente, centralizando interesses comuns, estreitam os laços que devem unir a todos os que se dedicam às lides agrárias, contribuindo para a formação de uma classe rural coesa, esclarecida, capaz de fazer sentir a sua força em favor dos seus interesses, que se confundem com os interesses nacionais.

CULTURAS FISCALIZADAS

As culturas fiscalizadas constituem a forma mais evoluída das modalidades de cooperação adaptadas, pela D. F. P. V. Destina-se às regiões agrícolas mais adiantadas, onde a lavoura mecanizada seja de uso corrente nas fazendas.

Seu objetivo primordial é completar a ação dos Campos de Cooperação Permanente, no que diz respeito à produção de sementes selecionadas, visto que esses estabelecimentos não podem produzir o suficiente para atender às necessidades do país. As safras desses Campos podem ser multiplicadas pelos agricultores mais progressistas, orientados pelo técnico do governo, por meio das suas chamadas "culturas fiscalizadas".

Nessas, focaliza-se a produção de sementes de alto valor econômico para a região, sob a assistência direta do agrônomo, que atestará a qualidade do produto exposto à venda, evitando as fraudes tão generalizadas.

O agricultor que dispuser de terreno adaptável à produção de sementes, bem como, contar com elementos para sua produção e armazenamento, estará em condições de fazer uma "cultura fiscalizada".

O fazendeiro terá oportunidade de colocar a sua safra por um preço mais elevado, comprometendo-se, todavia, a dar preferência à Secção de Fomento Agrí-

cola, em igualdade de condições, ou em obediência ao estabelecido no contrato.

O Ministério, nesta modalidade de cooperação presta ao agricultor a assistência técnica e material que se faça necessária para o desenvolvimento da atividade em questão, a critério do encarregado do fomento agrícola, que deverá estabelecer, previamente, as condições contratuais. Fornece, também, as sementes selecionadas e por vezes, máquinas de colheita e beneficiamento. Após a safra dará um atestado de fiscalização, que permitirá ao agricultor dizer da qualidade da sua semente.

Além da sua finalidade precípua, as culturas fiscalizadas são ótimos elementos de fomento agrícola, ensinando práticas racionais, auxiliando aos agricultores técnica e materialmente, o que lhes estimula a novos empreendimentos, em vista do bom êxito obtido, constituindo, outrossim, bom exemplo para os fazendeiros das circunvizinhanças.

Este tipo de cooperação, tem, ainda, aplicação para orientar trabalhos em cultura recentemente introduzidas na região, ou naquelas que, mal orientadas pela falta de conhecimentos técnicos, não atendem às finalidades econômicas.

COOPERAÇÃO DIDÁTICA

O panorama educacional do mundo define a tendência para o abandono da escola tradicional, que não raro, divorcia o ensino das necessidades da vida. Ela prepara, ilustra, mas não educa. Educar é "estimular, desenvolver e orientar, as aptidões dos indivíduos de acordo com os ideais de uma sociedade determinada".

Apesar da generalização da tendência para substituir a escola instrução pela escola educação, as nossas, entretanto, continuam fiéis ao tipo que Gauding chamou "Lehrerschule", escola do professor, onde este é o único elemento ativo, restando ao aluno uma passividade exclusivamente expectativa, submissa, sem qualquer iniciativa, nem espontaneidade.

O aumento do número de escolas não soluciona o problema educacional do Brasil. Precisamos escolas que satisfaçam às necessidades do ensino. Na população escolar, de cada 2 alunos, um abandona ou é reprovado. A Terra, afirmou mesmo que existe apenas um aluno aproveitado em cada 3 da primeira série. Posta à margem a hipótese absurda da incapacidade do educando, teremos que responsabilizar as escolas, pelo quadro atual do ensino. Elas não despertam o interesse das crianças nem induzem aos pais a solicitarem dos filhos maior assiduidade aos trabalhos escolares. Cumprem apenas missão alfabetizadora. Não preparam a mocidade para a vida. A rigidez e uniformidade do programa de ensino primário, principalmente num país em que as condições de vida são as mais variáveis, é uma eloquente afirmação da falta de objetividade do ensino.

Os programas devem ser maleáveis, variando com as peculiaridades locais. As tendências naturais do educando, devem ser aproveitadas para o seu perfeito ajustamento à vida. Os alunos de escolas rurais, que tiverem vocação para as atividades cívicas, devem ter oportunidade de frequentar uma escola onde possam desenvolver as suas aptidões naturais e vice versa.

A nossa juventude, nos poucos anos que frequenta a escola, é intoxicada com ensinamentos cuja finalidade ela não pôde alcançar. E continua ignorando o que precisava saber para melhorar a vida ou ajustar-se ao próprio meio.

O ensino entre nós é tipicamente de memorização. O aluno ouve e repete nas provas a lição do professor. Não desenvolve o espírito de criação, capaz de realizar. O aluno deve saber aplicar o que aprendeu e ter capacidade de resolver os problemas que surjam na sua vida. "A educação", disse Aydelotte, "deve ser uma atividade criadora. Não é apenas a aquisição de informações, antes um processo de raciocínio. A aquisição de informações é importante; não se pôde aprender a pensar, a menos que se tenha algo sobre que pensar. Mas, o grau em que o estudante assimila as informações que recebe é que mede o preparo e indica o seu desenvolvimento. A compreensão de princípios é uma boa medida da educação. Todo educador deveria educar seus educandos para estes se sentirem capazes de criar algo novo".

Afirma Decroly — "o ensino deverá compreender o conhecimento da natureza, do meio ambiente em que vive o aluno e do qual depende para satisfação das suas necessidades e aspirações".

As condições naturais do Brasil levam-nos pelo caminho da agricultura, onde vamos encontrar as nossas reais possibilidades. Outro rumo, levar-nos-ia às areias movediças, às construções sem base, às lutas sem objetivo...

Assistimos, ainda, agora, a um surto industrial, com o desenvolvimento alicerçado em injunções fortuitas, com o estado de guerra, ou em condições precárias, com o proteccionismo alfandegário. E em prejuízo da agricultura constituiu-se o fastígio da nossa incipiente indústria, fastígio puramente fictício, de todo ilusório. A um snpro mais forte ruirá todo um castelo de cartas, sem a menor possibilidade de se prevenir qualquer amparo. Esse desvio dos rumos tradicionais resultou nas funestas conseqüências que aí estão, clamorosas, às vistas do mais displicente observador.

O Brasil luta, ingloriosamente, para alimentar seus filhos; vê, constado, que há subnutrição em quasi todos os setores, absoluta carência de alimentos bons e completos. Pareça até que a fome lhe bate à porta, pois mesmo a dieta das classes mais favorecidas, não atende às necessidades vitais.

Tudo porque não soubemos aproveitar as nossas condições naturais, nem imprimir ao ensino as suas características educacionais. Ficamos na mística da alfabetização e não conseguimos nem uma nem outra coisa. Não queremos compreender que ainda não passamos da fase agrícola e que o salto para o estágio industrial foi um gesto temerário, em proveito de uns poucos e em detrimento da generalidade. Si tôdas as atenções estivessem voltadas para o verdadeiro caminho que devíamos trilhar as propriedades agrícolas seriam a principal preocupação dos governos, que as poriam em contáto com os centros populosos através de via de comunicação, laços e abundantes bem como, atenderiam as suas necessidades mais imediatas, transformando-as num grande celeiro para prover as populações do país.

Entretanto o que vemos é o descalabro das fa-

zendas e o exodo das suas populações para as cidades.

A educação racional pode modificar esse panorama. Mas enquanto a juventude rural não for educada para sua fixação à gleba, a sua elite virá para as cidades, em busca de melhores condições de vida. Será um consumidor a mais e um produtor a menos. No sentido de debelar esse mal é que deve ser orientado o ensino às populações rurais.

A vida da roça, dentro da natural relatividade das cousas, pode oferecer atrativos, de planejamento fácil e de facilíssima execução. No pequenin mundo que é o cérebro das crianças que vivem nos sítios e fazendas, a imaginação limita-se ao raio visual e as aspirações cingem-se às cousas do seu ambiente. Nenhum surto maior, nenhum devaneio mais transcendental; a realidade pura das cousas materiais. Viver bem, dentro de relativo conforto, obrigações cuidadosamente discriminadas, com o rigoroso respeito pelas horas de refeição e de descanso. E eis tudo.

Todo o segredo pedagógico da distribuição do trabalho, estriba-se em não cançar a não lhe atribuir tarefa superior às suas possibilidades. Nunca perder de vista as predições manifestas dos meninos, procurando sempre orientar a sua atividade num desses ramos. É inteiramente contraproducente forçar as inclinações do educando, pois trabalham mal humordados, contrafeitos, sem coragem para reclamar. A docilidade e o espírito submisso das crianças, não lhes permitem formular objeções. Aceitam passivamente, na certeza de que não se desencumbrão a contento. Daí, o receio de voltar à escola, da animosidade nascente, que rapidamente cria corpo no seu espírito. Será, fatalmente, um vencido, vítima de um complexo fácil de se contornar.

Mas, não cabe nos moldes deste trabalho minúcias de caráter pedagógico, atribuição que pertence mais ao professor.

No século XVI, já Herrera e Deza preconizavam uma educação cultural, técnica e profissional para os filhos dos agricultores, como meio eficaz de aumentar a produção da mais fecunda riqueza com que os homens podem contar (Benedetti). Nada estamos fazendo de novo ao voltarmos a nossa atenção para as crianças, no momento em que procuramos racionalizar as práticas agrícolas. A impossibilidade de um trabalho geral de educação dos adultos, orienta a atenção do Fomento Agrícola para a juventude rural, que deve ser conduzida para atender as conveniências nacionais, que, em última análise, é do seu exclusivo interesse. A criança pôde levar aos lares conhecimentos que melhorem as condições de vida. Esta união entre educandos, educadores, agrônomos e os pais dos alunos, possibilita a introdução de novos métodos de trabalho e assegura a harmonia de pontos de vista entre pais e filhos prevenindo choques futuros, tão comuns, no ajustamento da mentalidade de duas gerações educadas de maneira diversa.

A finalidade precípua da cooperação didática é criar u'a mentalidade ruralista na criança, ensinando-lhe a tirar maior proveito da vida dos campos.

Consiste em facilitar por todos os meios ao alcance do Fomento Agrícola, a objetivação do ensino nas zonas rurais. O preparo de educandos e educadores

deve receber a melhor atenção do agrônomo, que ministrará moral, técnica e materialmente qualquer iniciativa neste sentido.

A professora precisa conhecer a vida dos campos. E a concretização das aulas deve ser feita dentro das cousas rurais. Além de mais compreensível para os que vivem nas fazendas, oferece oportunidade de ministrar maior soma de conhecimentos úteis, sem exigir grandes esforços de memória. Esta orientação despertará, nos pais, um interesse todo especial pela escola, que nela vêem um complemento do seu próprio lar.

A cooperação didática congrega os esforços dos responsáveis pela educação das populações rurais, elevando seu nível moral, intelectual e econômico, permitindo desfrutar tôdas as facilidades da vida dos campos e contornar as suas agruras.

Fixar normas rígidas para sua execução seria limitar as suas possibilidades. Assim, cada região deve estabelecer um programa próprio, de acordo com as necessidades e peculiaridades locais, tendo em vista o aproveitamento das tendências naturais da criança, inculcando no seu espírito uma sólida mentalidade ruralista.

CLUBES AGRÍCOLAS

Os clubes agrícolas são o complemento harmônico das escolas rurais. Neles, as crianças têm oportunidade para se exercitarem nas atividades atinentes à vida da fazenda, seja no terreno das realizações práticas, seja nos assuntos de ordem social.

A sua aplicação não se restringe às escolas primárias. As professoras, também, precisam familiarizar-se com a vida dos campos, tornando objetivos seus ensinamentos e colocando-os na própria atividade das crianças, nas suas predileções; nas suas necessidades; no seu espírito de crítica, para que possam acompanhar, com justiça, os ensinamentos que se processam. As condições atuais indicam que a economia nacional tem, ainda, o seu sólido alicerce na agricultura. Para ela devem ser encaminhadas tôdas as crianças que demonstrarem aptidões para a vida rural. Esta qualidade do educando porém, só pôde ser desenvolvida por professoras devidamente familiarizadas com os mistérios do campo. Não queremos uma educação rural generalizada; apelamos para o aproveitamento das tendências pessoais, para que o jovem receba uma educação capaz de ajustá-lo perfeitamente à sociedade, para sua felicidade pessoal e progresso coletivo. Queremos frisar com tôda a ênfase, com a força máxima de nossos incipientes recursos, que só devem ser educados para a vida rural os que demonstrarem tendências naturais para esse gênero de trabalho.

Os clubes agrícolas congregam os esforços dos que solidarizam para dar à juventude rural brasileira, o que ela mais carece: — ensino generalizado, eficiente e objetivo. E é por esta razão que todos os setores da administração pública, num edificante exemplo de cooperação, contribuem para a conveniente disseminação dessas instituições, cuja atividade, se faz sentir nos vários aspectos do problema educacional.

Os clubes agrícolas são o campo prático para ensino da técnica agro-pecuária, que possibilita a exploração compensadora das fides agrárias. Crescen-

temos, ainda, os ensinamentos de ordem geral e doméstica, além do aproveitamento das horas de lazer, que concorrem, de maneira decisiva, para o melhoramento das condições de vida nos lares rurais.

São organizações para ambos os sexos, o que permite integrar a futura mãe de família ao ambiente rural, tornando-a um vínculo que ligue pais e filhos à vida da fazenda, em vez de criaturas que só encontrem na cidade prazeres e atrações.

O trabalho, em conjunto das crianças, desperta-lhes o espírito de emulação, de direção e de iniciativa. A educação dentro dos princípios do cooperativismo, proporcionam um feliz equilíbrio, que harmoniza as tendências atuais. Está entre o individualismo e o coletivismo. Atenúa o egoísmo dos que sómente acreditam no homem isolado, sem cair no coletivismo absoluto, que anula a personalidade. "A cooperação irmana os homens na busca de um ideal comum previamente estabelecido". (Benedetti). O trabalho feito por equipes, tão do agrado dos pedagogos modernos, estimula iniciativas, ensina as crianças a se corrigirem mutuamente, a controlarem as suas tendências naturais, em proveito próprio e da coletividade. Quando as crianças aprendem a trabalhar e a divertir-se em conjunto, isto é, quando aprendem a viver em sociedade, não têm medo de assumir a responsabilidade de empreendimentos maiores que dependem de colaboração coletiva, porque foram educadas dentro do espírito de cooperação e do esforço em conjunto.

Aprender realizando, eis o método universalmente preconizado. Dentre outras vantagens, exercita a habilidade manual, cujo valor na educação já Luteo, Rabelais, Montaigne, Rousseau, Pestalozzi e tantos outros exaltaram. Para o homem moderno, o controle das mãos é atributo indispensável, cuja necessidade se faz sentir intensamente à medida que os dias passam.

Há, também, um aspecto muito interessante a considerar-se nos clubes agrícolas: é a produção de alimentos sãos, para completar a dieta das crianças, que no geral, vão mal nutridas à escola. Sendo os alimentos produzidos pela própria criança, o aspecto de caridade é substituído pelo sentimento de recompensa ao trabalho, o que conforta e embreça. Si o que produzimos tem, para nós adultos, uma significação tôda especial, para a criança constitui um estímulo de valor inexcidível.

Há sempre possibilidade de organização de um clube agrícola, quando jovens, interessados pela agricultura, possam reunir-se habitualmente. Pelo que nos foi dado observar, a maior dificuldade para o bom êxito dessas organizações, está na escolha de uma pessoa, para orientar os trabalhos, que, além de conhecimentos de ordem geral deve ser perseverante e rispido de tempo suficiente. Tanto na organização, como no decorrer dos trabalhos dos clubes agrícolas, não se pôde, porém, esquecer um dos seus principais objetivos: — criar a personalidade da criança. Para tanto, ela deve ser exercitada desde a sua adesão ao clube — absolutamente voluntária — até nos mínimos detalhes da realização dos trabalhos. Cada clube deve ter a sua orientação própria, que quando bem compreendida pela criança, tudo fará, naturalmente, par o seu desenvolvimento em benefício do ideal comum.

Calda bordaleza

Cesar Seára

Falar em calda bordaleza em agricultura é o mesmo que tratar de tintura de iodo em medicina, tamanhas e tão eficazes são as aplicações da tradicional fórmula no combate às doenças das plantas. Assim, até hoje nada melhor apareceu como fungicida do que a calda bordaleza, cujo ínfimo custo

e inigualável eficiência e tornam amplamente aconselhável, na diluição de 1%.

Prepara-se a mesma diluindo 1 quilo de sulfato de cobre em 50 litros d'água, o que pôde ser feito triturando-se bem o sulfato e deixando-se o mesmo se dissolver em água, num saquinho de pano poroso. Toma-se, a seguir, 1 quilo de cal viva e deita-se água sôbre a mesma até extingui-la, feito o que completa-se 50 litros.

Na hora de usar, despeja-se o leite de cal, assim obtido e filtrado com um pano, sôbre a solução do sulfato de cobre, mexendo-se bem como um objeto de pau, para que a mistura fique homogênea.

É importante não usar recipientes de metal nas operações de preparo da calda bordaleza, sendo preferível o uso de barris ou tintas de madeira, como também as duas soluções só devem ser misturadas poucos instantes de sua aplicação, não podendo a mistura ser guardada de um dia para o outro.

A calda bordaleza não deve ser ácida, o que pôde acontecer quando a cal é de qualidade inferior. Verifica-se isto deitando sôbre uma lâmina de faca ou canivete umas gotas de calda já preparada. Se ela estiver ácida, após 3 minutos, sacudindo-se fora as gotas, ficarão na lâmina marcas acobreadas como de azinhavre. É necessário então despejar mais leite de cal sôbre a solução de sulfato de cobre até obter-se uma calda neutra ou ligeiramente alcalina. Uma solução de ferro-cianureto de potássio a 10% o que se poderá obter em qualquer farmácia — é também excelente indicador para a calda bordaleza. Se estiver ácida, pingando-se sôbre pequena amostra umas gotas de solução, forma-se um precipitado pardo-escurço; caso contrário, não haverá nenhuma modificação na cor amarela da solução indicadora.

Aplica-se a calda bordaleza em pulverizadores, quer na prevenção, quer no tratamento das moléstias causadas por fungos que são os mais disseminados entre as plantas cultivadas.

TRIGAVE

NOVA FÓRMULA DE RAÇÃO

BALANCEADA PARA AVES



Enriquecida de sais minerais e vitaminas que não se encontram nas misturas comuns, acelera o crescimento e estimula as aves para uma excelente postura. Em sua preparação houve constante preocupação em torná-la apetecível às aves, por isso as galinhas gostam de TRIGAVE.

Para total aproveitamento dos 11 ingredientes, que compõem esta moderna mistura, recomenda-se unidosez ligeiramente o produto. Para melhor assimilação será aconselhável uma ração de TRIGAVE pela manhã e outra de grãos inteiros ou picados à tarde.



Um produto do

MOINHO INGLEZ

Capital e retorno nas cooperativas

Fábio Luz Filho

Já em comunicado que o Serviço de Economia Rural distribuiu, há tempos, citando a um autor argentino, frisei, que, embora a formação de um capital que possa atender, de imediato, aos objetivos sociais não seja, em uma cooperativa, o único fator de êxito (o contrário seria relegar a plano inferior os valores morais e espirituais que cimentam a teoria cooperativa), não deixa êle, realmente, de ser um fator decisivo, que deve ser encarado com muita objetividade.

Entanto, vejamos como essa questão é encarada por teóricos e práticos mundiais.

Aduzirei, inicialmente, argumentos respigados em **Fauet**, tratadista dos mais trilhantes e de renome universal.

Seu "**Se secteur coopératif**" (**Essai sur la place de L'Homme dans les Institutions Coopératives et de celles-ci dans l'Economie**), é atualmente um livro de cabeceira de todos aqueles que conhecem ou desejam conhecer o fenômeno cooperativo em seus lídimos fundamentos, em sua filosofia em suas possibilidades amplas e fecundas. Este livro devia ser colocado nas mãos de muitos jornalistas paroleiros, com atoardas esfusiantes mas de um cunho de jôgo trêfego de palavras, e de um iconoclasmo fácil, barato, injusto e gratuito, ou de publicistas brilhantes, sinceros e entusiastas, mas obnubilados por pontos de vistas pessoais e exclusivistas, ou por generalizações de saber derrotista e de efeitos de pirotécnia jornalística, mas indesculpáveis em quem eventa assuntos para um público leigo e subscrevendo, um capital na proporção de seu consumo, o que é aconselhável; é necessário não só que o integralize (o que nem sempre sucede), mais que, acima de tudo, seja fiel à sua

cooperativa, de vez que "cada aquisição feita na cooperativa a torna mais forte e próspera".

"Nesta fidelidade reside a boa marcha da organização cooperativa".

Eis, francamente expostos, os ângulos por que pode ser percutida a questão, o que põe em relêvo os exageros de certos pontos de vista unilaterais.

Temos no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, exemplos a favor e contra. Temos cooperativas, como, entre outras, a dos Rodoviários, que, de começo modestas, sem ter atendido "regra da proporção", são hoje o que são (ver meu artigo a respeito na revista de dezembro de 1948); outras, como a do Departamento de Segurança Pública, inaugurada com sólida base de capital (era êste tomado na proporção dos vencimentos, abrangendo dede o contínuo até aos delegados e ao próprio chefe de Polícia), inaugurada com grande solenidade, e que até hoje ficou no papel, não tendo tido os seus organizadores, apesar de tôdas as facilidades oferecidas, e do seu nível cultural, nem mesmo o trabalho de levar os documentos ao Departamento do Comércio para a necessária personalidade jurídica. . .

Para o movimento cooperativo, são necessários, senhores, aqueles homens a que se refere **Bórea**: homens bons, imparciais, que se não decepcionem com os fracassos; que enfrentam com galhardia e desprendimentos os óbices que repontam; que ponham o interesse comum acima de tudo; de fidelidade irrestrita à sua cooperativa; à qual devem dar um capital suficiente; mas, também, e sobretudo, dirigentes honestos e capazes.

Na Cooperativa de Consumo de Gra-

já, com 120.000 cruzeiros de capital realizado e 33.000 que nunca foram pagos, de 520 associados apenas 180 desde início consumiram uma média irrisória, sem se dar ao trabalho de ir às assembleias gerais. . .

De nada valerem apelos comoventes e, como **último ratio**, a ameaça da ação executiva e da ordinária, esta para débitos em atraso, excepcionalmente concedidos, como medida de emergência em determinada fase aguda da crise de alimentação, e aquela para a cobrança das quotas partes de capital em lamentável mora. . .

Isto tudo aliado a dificuldades de gerência e de empregados (vários tiveram de ser despedidos), e a precalços surgidos com uma ação judicial contra determinado negociante, elemento estranho ao quadro social, e acrescido daquela triste incompreensão da imensa maioria de associados moradores de um bairro belo e aprasível possuidor de uma população que, pelo seu nível de vida, poderia dar a essa cooperativa uma situação impar enter as cooperativas não profissionais do Rio de Janeiro, levou a cooperativa, com tanto idealismo fundado por um grupo de abnegados, a entrar num processo lento de autofagia. . .

Sente-se até pudor em ter de apelar para o desconto em folha, que apenas resolve parte do problema, que é medularmente moral, de educação, exigindo sondagens na psique de nossa pobre gente. . . Ou então reconheçamos que o próprio Estado, dando ou fingindo dar de um lado, tira do outro; os **Sesi**, os **Saps**, as exigências fiscais, escorchantes, o retraimento do crédito, a má estruturação dos órgãos oficiais, com sua berrante deliciência de tudo, etc., etc., para maior glória dos comerciantes, partos de empáfia e de automóveis de luxo. . .

Existe no Distrito Federal uma Cooperativa de consumo com numerosos armazens espalhados pela cidade. Além do capital próprio realizado, teve o amparo de alguns milhares de contos do imposto sindical, (concessão do Ministério do Trabalho), e o apóio material e moral de prestigiosa organização católica. Isto tudo acrescido de uma venda ao público numa percentagem de quase oitenta por cento!. . . Entretanto, deveria estar por tôdas essas circunstâncias em posição impar, econômica e financeiramente falando, no quadro do movimento cooperativo brasileiro, o que, entanto, não acontece.

Falta de ducação e mais falta de educação coperativa; maiores recursos em capital de movimento para o alcance direto

dos mercados para frontear os intermediários, atingindo as fontes de produção agrícola e industrial; administradores, gerentes e empregados passados por um crivo coletivo, ausência de apóio creditício adequado; deliciência chocante dos órgãos de assistência técnica em verbas e elementos humanos; eis alguns dos pontos nevralgicos do incipiente movimento cooperativo brasileiro. . .

O Serviço de Economia Rural, com apenas meia dúzia de velhos técnicos em cooperativismo e três contadores, todos com ordenados de contínuos, possui, entanto, cinco assistentes jurídicos (por enquanto cinco), com referência L, quando um só daria conta do recado. . .

Contam-se a dedo os departamentos estaduais realmente eficientes, pelos mesmos males de falta de verbas e pessoal, e melhor atenção dos respectivos governos, não obstante receba cada um, 50.000 cruzeiros anuais do Serviço de Economia Rural.

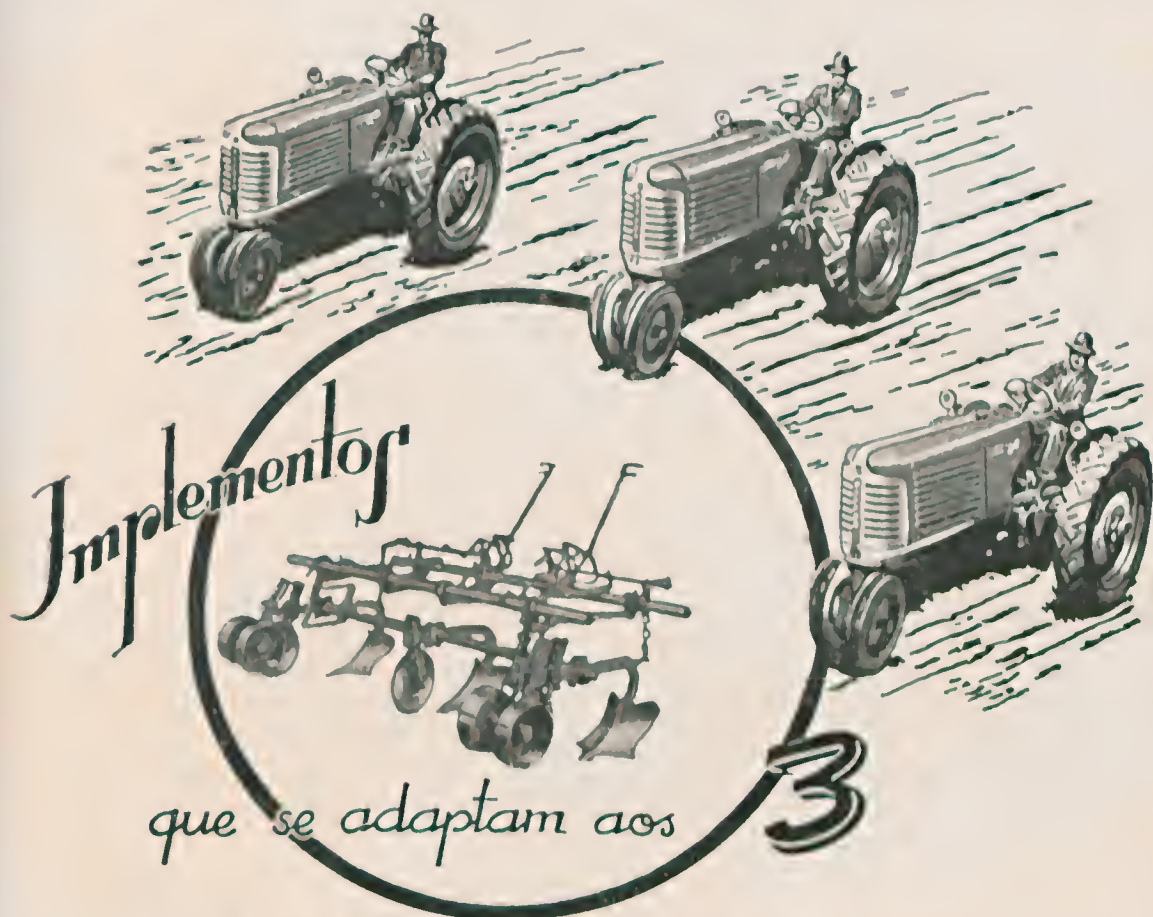
Esperamos por uma das duas: ou o Departamento Nacional do Cooperativismo, previsto no substitutivo Faraco em andamento na Câmara, ou a Divisão de Cooperativismo do Palmo Salte. Como está que é de tod impossível coninuarmos. . . E que passe o projeto que reestrutura a Caixa de Crédito Cooperativo.

Um técnico estrangeiro já disse que o que retarda a miúde o desenvolvimeno das cooperativas é que se não encontram bastante abnegação, suficiente espirito de servir e de buscar o bem comum; maiores esforços pessoais e maior união de esforços.

Isto deverá estar, no Brasil, em função de um trabalho de ducação persistente e sistematizado, partido não só dos órgãos oficiais especializados, como das grandes cooperativas e das próprias centrais e federações existentes, as quais infelizmente, com algumas exceções, não parecem possuir para isso recursos nem mentalidade, demasiado comercializadas que andam por aí, para dar atenção a assunto que julgam, certamente, sem grande relevância.

"Cada associado deve ser uma partícula viva, consciente, do organismo, e contribuir, na medida de suas fôrças, para o mais perfeito funcionamento da coperativa".

Cooperativismo, senhores, é cruzada santa, nobre apostolado. Exige a "fé do crendo religioso", "a moral do preceito filosófico" e "a verdade inconstratável da ciência". . . Não é com egoismos remorantes e com mercantilismos omissos que construímos a sobrançaria do edificio coperativo. . .



que se adaptam aos

novos tratores

OLIVER

é uma das características extraordinárias apresentadas pelos últimos conjuntos motorizados recentemente incluídos na linha de máquinas agrícolas OLIVER. Um grande número de peças e acessórios são também intercambiáveis entre os 3 tipos de tratores, o que representa um grande passo para obter melhor eficiência na manutenção de estoques de peças sobressalentes.

e mais:

- tomada de força com embreagem independente
- seis velocidades avante e duas à ré
- tipos com bitolas ajustáveis no eixo dianteiro
- motor movido a querosene ou distilados
- rodas de aço facilmente montáveis nos discos das rodas de pneus

DEPARTAMENTO AGRÍCOLA

MESBLA

RIO - S. PAULO - P. ALEGRE - PELOTAS - RECIFE - B. HORIZONTE - NITERÓI - VITÓRIA

OLIVER

EVITE A
PESTE SUÍNA
USANDO A VACINA
CRISTAL VIOLETA
DO INSTITUTO PINHEIROS

INDICADA PARA USO
INTRADÉRMICO E INTRAMUSCULAR



242

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAN OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



*...da vinícola do Rio Grande de
 a base para uma nova produção que
 tem alcançado progressos. Salientando
 o caráter colonial a cultura da uva com
 a qualidade e quantidade*

RIO DE JANEIRO BRASIL

SETEMBRO - DEZEMBO, 1949

ANO LIII



novas
EMBALAGENS

estão sendo utilizadas no
acôndicionamento dos Pro-
dutos Nestlé oferecendo
aos milhões de consumidores

novas
VANTAGENS

A nova lata - mais longa e
mais baixa do que a anterior -
tem uma abertura bem maior,
permitindo o retirado do pó
com a maior facilidade

A membrana protetora - ante-
riormente de fôlha de flandres
espêsso - é agora de alumínio,
podendo ser rompida sem difi-
culdade alguma.



Este pingo de soldo, no fundo do lata,
serve apenas para 'cobrir um pequeno
orifício pela qual foi retirado o ar que
se achava no interior da lata - depois
de cheio - a fim de garantir melhor
conservação do produto

**COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL
BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES**

CONCESSIONARIA EXCLUSIVA PARA O BRASIL DOS

Produtos Nestlé



Paisagem nos arredores de Curitiba

SUMÁRIO

	Pag.
A Colonização Rural — Prof. Arthur Torres Filho	3
A Cultura do Trigo em Portugal — Eng.º Agr. Henrique de Barros	5
Sisal — Arthur Torres Filho	14
Tratamento dos troncos das arvores — Cesar Seára	15
Como tornar efetiva a assistência tecnica social e sanitaria ao pessoal dos — seringueiros através de missões de assistência aos seringueiros — Geraldo Goulart da Silveira	16
Fixação do homem à terra — Rui Torres da Silva Pinto	19
Alimentação do trabalhador Rural — Honorato de Freitas	23
Síntese histórica das explorações botânicas no Brasil — Arthur N. Seabra	24
1.ª Reunião brasileira de florestas e produtos tropicais — Geraldo Goulart da Silveira	26
O conceito clássico de retorno — Fabio Luz Filho	27
Consultas e informações — Geraldo Goulart da Silveira	28
Ora, agrônomo e veterinários — Lincoln Gripp de Moraes	29
A industria do açúcar — Lula Marques Pollano	36
1.º Congresso Estadual da industria de laticínios e produtos derivados do — Estado de Minas Gerais	44
Os Museus nas Escolas Agrícolas	46
Noticiário da Escola de Horticultura Wencesláo Bella	47

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1894

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA

PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	— DR. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemerito	— DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	— DR. GETOLIO DORNELLES VARGAS
Presidente	— ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	— LUIZ SIMOES LOPES
2.º Vice-Presidente	— EDGARD TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	— ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	— EURICO SANTOS
4.º Secretário	— CINEAS DE LIMA GUIMARAES
1.º Tesoureiro	— KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	— OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITAO
FRANKLIN DE ALMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONORIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAIS CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMOES LOPES	— JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	— JOAO TJADER
ANTONIO BARRETO	— JOSE SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSE ALVES DE SOUZA	— JOSE SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	— JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	— LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN HUR FERREIRA RAPOSO	— MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
CARLOS DE SOUZA DUARTE	— MANOEL NETTO CAMPELO JUNIOR
DIOGENES CALDAS	— MARIO VILHENA
EDUARDO DUVIVIER	— ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
EUVALDO LODI	— OSCAR DAUDT FILHO
FABIO FURTADO LUZ	— PAULO PARREIRAS HORTA
FRANCISCO SATURNINO DE BRITO FILHO	— PEDRO FONTES
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	— PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
HUMBERTO BRUNO	— ROBERTO DE ARACJO CARNEIRO CAM- PELO
IRIS MEINBERG	— RUI CARNEIRO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	— SEBASTIAO HERCULANO DE MATTOS
ITAGYBA BARÇANTE	— SEBASTIAO SANTANA E SILVA
J. C. BELO LISBOA	— WALDICK MOURA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	—

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARATER PERMANENTE DOS SEGUINTE ORGAOS :

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Comissão Central de Preços (Presidência da República) — (Agricul- cultura) — Dr. Edgard Teixeira Leite; Co- missão Central de Preços (Presidência da Re- pública — Pecuária) — Dr. Jeronimo Anto- nio Coimbra; Comissão Permanente da Esra- das de Rodagem (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; Comissão de Or- ganização Rural (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Ano LIII

Setembro - Dezembro de 1946

COLONIZAÇÃO RURAL

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Está provado que a vitalidade do ruralismo reside na pequena propriedade; e, sem queremos mencionar o que se está passando na Europa, e mesmo na América. No próprio Brasil, temos a resistência oferecida pelas zonas colonizadas, de que uma das demonstrações mais felizes se encontra na zona colonial do Rio Grande do Sul, hoje base angular de sua economia. Certamente, com a vastidão territorial do Brasil, inadmissível seria se quizessemos ver nele prevalecendo apenas o regime da pequena propriedade.

Ao adotar uma política agrícola, não poderemos deixar de cogitar da divisão do solo, como meio de lograr produção agrícola mais intensa e econômica em regiões apropriadas.

Muitas são as formas de colonizar, ou melhor, de fixar o homem ao solo. Nos velhos países da Europa o Estado intervém mais para regular a propriedade, estimulando a ação individual e coletivo por meio do crédito; ao passo que, nos países novos, o programa assume aspecto mais complexo, exigindo a intervenção direta do Estado na divisão da terra e na organização da produção, cabendo-lhe a responsabilidade de toda a obra colonizadora.

Já longe quem dissesse que o latifúndio é dos maiores inimigos da democracia. Se isso pôde ser considerado uma verdade, não será menor o prejuízo resultante da existência de terra inculta junto aos centros de população densa.

O combate ao latifúndismo precisará ser feito em concordância com o crescimento demográfico, visto exigir regime intensivo de cultura.

Não é suficiente preocuparmo-nos com a localização de colonos.

O problema da colonização tem aspectos de complexidade bem maiores do que pôde parecer à primeira vista, envolvendo questões de alta responsabilidade técnico-financeira. Registram-se entre nós insucessos de colônias em consequência de má localização das mesmas, dando-se preferência a terras devolutas, fora, no geral, de meios de transporte e mercados consumidores.

Ao falar em colonização, não nos acode ao espírito a idéia apenas de estrangeiros, mas, também, a localização de nacionais.

As dificuldades a serem vendidas no aproveitamento das terras exigem estudo cuidadoso dos aspectos social, econômico e técnico.

Parece-nos, em matéria de colonização rural, muito significativo, o caso da

VACINAS MANGUINHOS

- CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA
- ANTICARBUNCULOSA (carbunculo hemático)
- CONTRA A DIARRÉIA DOS BEZERROS (pneumoenterite)

Registros números: 1, 2 e 167 respectivamente na D. D. S. A. do Ministério da Agricultura

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

RUA LICINIO CARDOSO, 91 — CAIXA POSTAL, 1420

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO NO
DISTRITO FEDERAL, ESTADO DO RIO e ESPIRITO SANTO

CESAR A. CARDOSO

RUA URUGUAIANA, 33-1.º andar - Caixa Postal, 355 - RIO DE JANEIRO

Algeria, hoje contando com grande produção de trigo e uveia e constituindo, a justo título, legítimo orgulho da capacidade colonizadora da França. Esse exemplo encerra grandes ensinamentos, sabido, como é achar-se esse país em meio natural ingrato pela situação geográfica, pela topografia, pelo clima irregular, exigindo grandes obras públicas de irrigação e outras, como estradas de ferro, portos, etc

Condições as mais adversas, mesmo em zonas tropicais, não têm impedido a execução, com sucesso, de programas de colonização. Dentre outros fatores, na colonização, deve-se ter em vista: a divisão em lotes e a natureza dos mesmos; a organização dos serviços públicos; o crédito e o cooperativismo; essas são, além de outras, as condições exigidas pela missão agro-social a cargo de núcleo-agrícola.

Não nos esqueçamos ter sido a obra colonizadora incentivada, sistematicamente, mediante instituições de crédito, tendo-se por fim despertar a iniciativa social, julgada sempre útil ao auxílio ao poder público.

Cautelosamente, em concordância com o aumento da população do país, criando-se organismos públicos de base financeira estável, precisaremos combater, sem exageros, o latifundismo oportunista, a terra baldia e inculta, representativa do marxismo político e econômico, índice demonstrativo que é, sem dúvida, da falta de energia para o trabalho na alma de um povo.

Protejamos o trabalho agrícola. E, proteja-lo, será valorizar a zona rural, amparando-se o braço incansável dos maiores obreiros do progresso do país.

A cultura do trigo em Portugal

Conferência do Agrônomo Senhor

HENRIQUE DE BARROS

Sob a presidência do Sr. Lutz Simões Lopes, realizou-se, com a presença de numeroso auditório, uma sessão especial na Sociedade Nacional de Agricultura, na qual se fez ouvir o economista Sr. Henrique de Barros, professor do Instituto Superior de Agronomia de Coimbra, e que se encontra entre nós a convite do Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. Lutz Simões Lopes, ao abrir os trabalhos, deu a palavra ao agrônomo Sr. Romolo Cavina, que saudou o ilustre visitante, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura.

O Sr. Henrique de Barros, antes de iniciar a sua palestra, — leu a mensagem que a Sociedade Nacional de Agricultura dirigiu a Sociedade de Ciências Agronômicas de Portugal: "Sociedade Nacional de Agricultura do Brasil.

A Sociedade de Ciências Agronômicas de Portugal, organismo representativo da classe dos engenheiros agrônomos portugueses, delega no seu consócio Prof. Henrique de Barros o encargo de a representar junto da prestigiosa Sociedade Nacional de Agricultura a que — preside a nobre e respeitada figura do Prof. Arthur Torres Filho

Aproveita, com grato e acrisolado prazer, a oportunidade da visita ao Brasil daquele seu consócio para saudar a Sociedade Nacional de Agricultura e para lhe testemunhar, e através dela à classe agronômica e à lavoura do País irmão, o seu muito apreço e o seu vivíssimo desejo de que se estabeleçam e perdurem as mais cordiais e íntimas relações entre os meios técnicos e profissionais da agricultura nos dois países.

Confia em que, da estada no Brasil do Professor Henrique de Barros, resultem os maiores benefícios para o estreitamento das relações inter-profissionais no campo agrícola, e afirma a sua disposição de contribuir entusiasmada e devotadamente para que se atinja tão elevado propósito. — Saudações cordiais Lisboa, sede da Sociedade 16 de Julho de 1949 — Antonio Vieira de Souza — Presidente, — Manoel Máximo de Castro Nery — Secretário".

A Conferência do Sr. Henrique de Barros prendeu a atenção do auditório durante uma hora e meia, e pode ser assim resumida:

Senhor Presidente, Meus Senhores.

Desempenhada que está a minha missão de entregar a esta Sociedade a mensagem de que era portador, e cumprido que foi o gratíssimo dever de me associar pessoalmente às

saudações da "Sociedade de Ciências Agronômicas de Portugal" — vou ainda ocupar, por breves instantes, a vossa esclarecida atenção, apresentando-vos um sumária informe acerca da produção, do consumo e do comércio do trigo em Portugal.

Partidário, como me tinha manifestado, do intercâmbio científico e técnico entre os nossos dois países — outra coisa não pretendo, neste momento, senão contribuir, modestamente embora, para que tal intercâmbio, a pouco e pouco, da mera aspiração que tem sido, se vá tornando sólida realidade.

A minha estada entre vós — em condições tão penhorantes da-me ensejo a que, no setor agronômico, eu possa cooperar nesse intercâmbio, cujo lema, (afinal bem singelo) resumirei nesta dupla sentença: — dar a conhecer aos portugueses o Brasil Rural; — dar a conhecer aos brasileiros o Portugal Agrícola.

Sei perfeitamente que é meu dever principal o cumprimento da primeira parte deste programa, e em tal sentido estou agindo, e em breve actuarei com mais extensão e vigor.

Na verdade, em crônicas remetidas para Portugal, e nesta data talvez já publicadas pelo "Diário de Lisboa", eu informei os meus compatriotas dessas duas magníficas realizações da agronomia brasileira que são o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA) e a Universidade Rural.

Quanto ao que (gostosamente aliás) estou disposto a realizar — dir-vos-ei que me proponho, mal regresso ao meu país, preferir algumas conferências, perante auditórios interessados nos problemas agrários, e em que darei conta do muito que vi, e do muito mais que aprendi, nas visitas a alguns dos vossos centros de ensino agrícola e pesquisa científico-agrícola, bem como a nucleos diversos de produção agro-pecuária.

Repeto que sei perfeitamente que o meu dever principal, em face da honrosa posição que me conferiu o vosso ilustre Ministro de Agricultura é o de informar os portugueses acerca do Brasil Rural.

Hoje, porém, seguindo uma variante nessa missão divulgadora a que resolvi consagrar-me — darei preferência à segunda parte do meu programa, que consiste em dizer aos brasileiros alguma coisa do Portugal Agrícola, dessa velha Nação a quem as aventuras ultramarinas jamais fizeram perder o gosto pela terra e a hábito de a cultivar com amorosa diligência.

A cultura do trigo em Portugal é secular,

anterior certamente á remota fundação da nacionalidade.

E já então, nestes primitivos tempos, não era tarefa fácil, nem desprovida de espinhos, nem liberta da ameaça de constante insucesso.

Ha muito que, no velho continente europeu, passara a época em que a Natureza prodigamente fuciliava ao homem os bens de que este carecia, sem uma exigencia de trabalho em contrapartida.

Na verdade, séculos haviam transcorrido desde que Vergillo escrevera no Canto I das "Geórgicas":

"Por Ceres quem primeiro ensinou os mortais a revirar a terra com o ferro, quando já lhes faltavam as landes e os medronhos das sagradas matas, e Dodona recusava o allimento fácil. Em breve as molestias atacam tambem os trigos; a maligna ferrugem roí os colmos; o cardo pregulçoso eriça-se nos campos; estolam-se as searas; em lugar delas surge densa sarça de plantas, abrolhos e bardanas, e, manchando os terrenos fabricados com esmero, crescem o jolo infecundo e as avelas bravas. Por isso se não escardearam assiduamente a terra com o rastrol, se não derrubares á folce as plantas que ensombram as tuas culturas, se não espantares com ruídos as aves, se não implorares dos deuses a chuva, pobre de ti! Contemplarás com vão desgosto as fartas purgas de trigo dos outros lavradores, e terás de enganar a fome com bolota varejada nas matas".

Prossigamos, porém.

Levar-me-la muito longe a idéa de melhorar, ainda que sumariamente, a produção de trigo em Portugal.

Darei, por isso, apenas algumas notas, quasi intetramente resumidas dum trabalho meu "O Problema do Trigo", sem outro intuito que não seja o de assinalar os factos mais salientes.

O historiador da agricultura portugueza não tem difficuldade em verificar que, durante séculos, os governantes não seguiram, a respeito do trigo, qualquer politica definida, e em observar que, a partir do século XIII, o regime da insuficiência da produção e da necessidade de importar só por excepção deixou de ser regra.

As colheitas escassas e incertas, as communicações deficientes, a solidariedade nacional ainda pouco vincada, tudo concorria para as constantes penurias de pão. O procedimento governamental era, por isso, de mero oportunismo: impedir a exportação, permitir ou até estimular a importação, tabelar o preço — tais eram as suas finalidades. Durante a dinastia de Aviz, subem-se ter sido constante e avultada a importação de trigo de França, Flandres, Dinamarca, Castela, Sicília, Mauritânia e Açores. Ao longo desta época e das seguintes, são numerosos os conflitos entre a Municipalidade Lisboa e as autoridades provinciais, por estas levantarem obstáculos á reentrada de cereais para Lisboa.

As importações não eram apenas consentidas, mas até provocadas, senão forçadas. O grosso da importação (paga a principio em sal, depois em especiarías e mais tarde em ouro) concentrava-se em Lisboa, daí saindo

para o consumo da cidade, o passado das armadas da Africa, da India e do Brasil, e para acudir aos lugares do país onde a fome ameaçava.

Anos houve de verdadeira angústia; os enviaidos de Lisboa haviam percorrido o país e trazido o cereal que tinham conseguido angariar; eram já grandes as quantidades impediadas; apesar disso, de toda a parte afluiam pedidos, quando a capital nem do sufficiente dispunha para sustento dos seus naturais.

O ano de 1621 foi terrivel, não se colhendo a terça parte da variedade ordinária; em 1630 o trigo escasseou tanto em Lisboa que foi mister adquirir milho urgentemente; no ano seguinte, as difficuldades não foram menores, como o não foram em 1648, 1661, 1692, 1694 e 1711.

Por meados do século XVII, um documento official avaliava em 50 a 60.000 to. a quantidade annual de "trigo do mar que trazem os estrangeiros somente para Lisboa".

A exploração das minas do Brasil causou extrema prosperidade no erario público, facilitando o recurso á importação, a qual passou, de meio desagradável a que não havia forma de fugir, a processo cômodo de resolver difficuldades; a partir de 1720, tornou-se sempre indispensável e foi constantemente favorecida. Em 1722, a Alfândega tributou o trigo importado, o que levou os mercadores estrangeiros a declararem que cessariam os seus fornecimentos; a ameaça apavorou os vereadores de Lisboa e levou-os a pedir ao Rei que não fizesse em certos epochas embaraços áqueles mercadores, já que, alegavam, "o trigo é uma mercadoria livre de direito e encargos e em cuja liberdade vai tão interesseada a opinião pública". As facilidades chegavam ao ponto de ser precelto hospedar gratuitamente os commerciantes que vinham vender o cereal.

No século XVIII e primeiro quartel do século XIX a produção não fez senão diminuir e a importação aumentar, calculando-se esta, findas as guerras napoleónicas, em 4 vezes o que era no principio do século XIX.

Em 1821, aparece uma lei erlando entaves á compra de cereais estrangeiros, lei que se manteve em vigor durante as décadas iniciais do regime liberal e cuja efficacia, a par allás de outras causas, foi tão grande que chegou a haver anos em que se exportou trigo.

Em 1837 remodelou-se a lei, ficando a importação sujeita a imposto e permitida apenas até ao limite da quantidade necessária para suprir a deficitêneta da colheita nacional. Até 1855 raras vezes foi necessário importar. De 1854 a 1888, modificou-se a orientação, e o livre cambismo presidiu ao comércio externo. As colheitas declinaram. A partir de 1865, foi sempre necessário importar quantidades consideráveis de trigo. De 1889 a 1899, reaparecem leis proteccionistas, cujos principios fundamentais se conservaram até aos dias de hoje. A entrada do trigo exótico não seria autorizada enquanto todo o nacional não tivesse sido adquirido; fixariam-se os preços em função da qualidade do grão (mole ou rijo) e do peso do hectolitro, e obrigariam-se os moageiros a comprar, em determinado prazo e ao preço legal, a quantidade de trigo

nação que lhes conhecesse em ratelo; a importação só ficou permitida aos industriais para tal especialmente autorizados, e a licença, em princípio, só era concedida nos que houvessem comprado trigo nacional em quantidade dupla da que pretendessem importar.

A legislação proteccionista teve consequências rápidas sobre a produção nacional que, na média anual de 1900 a 1914, atingia já 220.000 toneladas. Como, porém, o consumo tivesse aumentado bastante, aconteceu que, até 1929, a importação se manteve sempre em nível elevado, atingindo a média anual de 175.000 toneladas durante o período de 1921 a 1929.

Após a promulgação da lei de 99, podem considerar-se as seguintes fases na política do trigo. Até 1914, a lei vigorou, embora adaptada e corrigida. De 1915 a 1929 é o período de guerra, com as inerentes dificuldades de abastecimento. Liquidadas estas, volta-se à antiga orientação proteccionista.

De 1929 em diante, decorre época caracterizada por energica acção de fomento da produção nacional e modificações na legislação resultantes de nova organisação corporativa. Incluiu-se este período com a vasta acção de propaganda, auxilio e estímulo officiais que se denominou "Campanha do Trigo" e cujos 20 anos acabam de ser comemorados no mes transacto.

Os resultados, observados até ao deflagrar da última guerra, foram muito apreciáveis: a importação média anual desceu a 54.000 toneladas e a produção ascendeu a 481.000 toneladas. Os montantes das safras em 1934 (655.000 Ton.) e em 1935 (771.000 Ton.) foram mesmo de tal ordem que excederam o consumo e provocaram a accumulção de "stocks" inundaáveis, obrigando a exportar. Em 1936, a avultada quantidade de 111.000 toneladas, a preço por sinal muito inferior ao custo.

De 1936 em diante, as colheitas voltam a diminuir, situando-se, por via de regra, entre 300 e 500.000 toneladas, mais geralmente entre 300 e 400.000. Como o consumo actual orça pelas 500.000 toneladas, correspondendo a uma capitação média de 70 quilogramas por habitante, e como ha que contar com a quantidade necessária para semente, vê-se que a importação continua a ser indispensável, muito embora a contribuição nacional seja digna de nota, excedendo em regra 60% a 70%.

No campo propriamente da organisação, o período iniciado em 1930 caracteriza-se pela manutenção, e até reforço da legislação proteccionista anterior e pela adopção das normas corporativas que, no caso especial do trigo, consistiram em confiar a grandes organisações officiais ou officiosas o comércio do trigo e a orientação da industria moageira e panificadora. Tais organisações são a "Federação Nacional dos Produtores de Trigo", a "Federação Nacional dos Industriais de Moagem" e o "Instituto Nacional do Pão".

Para definir, com mais clareza, o tipo de politica económica seguida em Portugal quanto ao trigo, permitte-me eu apresentar aqui, em linhas muito gerais, a classificaçao que

estabeleci para os países produtores de trigo.

Compreende dois principais grupos:

- 1.º — Países novos, ainda escassamente povoados, sem tradições agrícolas herdadas e com boas condições naturais que tornam económica a produção.
- 2.º — Países de velha civilização, muito ou bastante povoados, com tendência à saturação demográfica, e portanto com limitada disponibilidade de terra; além disso: fortemente tradicionais em materia agrícola.

Ha certa dificuldade em distribuir, por estes dois grupos, apenas por eles, determinados países grandes produtores e, entre estes, a Russia designadamente, que tem muito das características de ambos, e muito mais ainda de características proprias. Todavia, nas suas linhas gerais, esta divisão creio que pode servir.

Os países do primeiro grupo são, essencialmente, exportadores, e tanto mais, como é lógico, quanto melhores forem as suas condições naturais de produção e menor a densidade populacional. N'elles, a terra abunda, não é ainda rara no sentido económico da expressão, e vale, por isso, pouco relativamente a sua capacidade de produzir.

O que é raro, é o habitante, é o homem. Compreende-se, portanto, que este seja o melhor termo de comparação para apreciar os resultados da actividade agrícola. Todo o esforço tende, ali, na verdade, a conseguir o máximo rendimento por cada homem empregado na agricultura e não por cada hectare de terreno.

Em tais países, o problema económico essencial consiste em diminuir o preço de custo através da redução dos encargos, e em especial da mão-de-obra. E estes reduzem-se não pela baixa dos salarios mas pela cultura em grande escala, pela mecanização das operações culturais, pela boa organisação comercial, financeira e cooperativa.

O tipo característico de exploração agrícola define-se ali pela monocultura, ou pela reduzida policultura, pelo emprego dos tractores e das grandes charruas, pela sementeira e pela sacha mecánicas, pelo uso das combinadas, e pela boa organisação dos transportes, da armazenagem e da conservação do cereal.

Embora existam entre elles diferenças muito importantes, este 1.º grupo compreende principalmente: os Estados Unidos, o Canada, a Argentina, a Australia, a Nova Zelândia e a Africa do Sul e sóh determinados aspectos, apesar das muitas reservas que haviam a fazer, também a Russia.

Tratemos, porém, do segundo grupo, já que n'ele se pode incluir o meu país, e é d'este que, hoje, me estou a occupar em especial.

Compreende tal grupo varias nações, nem todas muito affins, susceptíveis no entanto de se encarem em globo. De modo geral, abrange todos os países europeus e asiáticos que produzem trigo.

Ora, de tais nações, umas ha que são importadoras sistemáticas, outras importadoras eventuais, outras pelo contrario exportadoras; umas pretendem a todo o custo bastar-se, outras puzeram de parte tal preocupação,

numas, são boas as condições naturais de produção e noutras são más; umas produzem caro e outras barato. Onde existem, se assim é, os traços de semelhança? São, essencialmente, de ordem moral ou, melhor, de fundo psicológico. Para os seus agricultores, a agricultura não é, por assim dizer, indústria, mas arte, não constitui um modo de vida, mas tão somente uma forma de viver, coisas afinal bastante diferentes. A terra tende a rarear e o seu valor venal cresce incessantemente, porque se atingiu a fase em que está concluída a apropriação do solo e generalizada a sua submissão à cultura.

A preocupação de poupar trabalho humano não pode ser levada longe de más; o factor limitante da eficiência das combinações produtivas passou a ser a terra, e não o homem. Por isso, o que aquilata do resultado obtido é o rendimento por unidade de superfície e não o rendimento por unidade-homem.

O tipo característico da exploração agrícola tende a ser, com muitas variantes embora, o tipo intensivo, diversificado, muito absorvente de trabalho humano e de materiais fertilizantes, essencialmente preocupado com a escolha das melhores rotações culturais e com o mais perfeito equilíbrio entre os ramos agrícola e pecuário.

Els aqui, portanto, muito resumidamente, as principais características genéricas deste 2.º grande grupo de países o qual, por sua vez, subdividirei em três sub-grupos.

O primeiro sub-grupo inclui os países que são (ou, melhor, que eram até há pouco) normalmente exportadores, compreendendo principalmente as nações danubianas e a Índia, umas e outra, aliás, atravessando um período de profundas, e imprevisíveis, transformações na sua orientação económica social.

O segundo sub-grupo abrange os países que são normalmente importadores, e cujos governos se não esforçam porque o deixam de ser pelo menos integralmente. Inclui, designadamente, a Inglaterra, a Irlanda, a Bélgica, a Holanda e a Finlândia, as Nações Escandinavas e a Suíça.

São nações que até certa altura, se preocuparam com o seu auto-abastecimento em pão, algumas chegando até a ser exportadoras, mas que, a partir de dado momento, modificaram a sua orientação agrária. Quanto ao caso especial do trigo, quatro circunstâncias teriam provocado aquela alteração. Em 1.º lugar, o rápido crescimento populacional, acompanhado de enorme expansão industrial, aumentou o consumo interno. Em 2.º lugar, o aparecimento nos mercados europeus dos trigos de além-mar, obtidos a mais baixo preço de custo, demonstrou, tanto aos governos como aos produtores, uns e outros por essa poca crentes no livre-cambismo, o desacerto de insistir em obter um produto que poderia ser adquirido a preço muito menor. Em 3.º lugar, o progresso técnico agronómico tornou evidente que um sistema de agricultura mais intensivo e mais variado, com larga expansão do ramo pecuário, era capaz de originar lucros globais superiores aos conhecidos até então. Por último, a modificação da estrutura agrária tendeu sobretudo à expansão da em-

préza agrícola de tipo familiar, intensiva e policultural, e ao desmembramento da grande empresa patronal, cuja vocação é a monocultura.

A ação destes factores conduzia ao abandono da cultura do trigo naqueles solos onde não pudesse ser remuneradora paga à cotação internacional.

Dal resultou, não o abandono da cultura do trigo, mas uma política de seleção das terras e dos climas mais apropriados, bem como um grande aperfeiçoamento da técnica no sentido da intensificação. É curioso notar, a este propósito, que as mais elevadas produções unitárias verificadas no Mundo são as correspondentes a este mesmo grupo de países, cuja média global antes da guerra atingiu 2.400 Kgs. por hectare, chegando, na Holanda, como média de todo o país, ao máximo de 2.940 Kgs.

Falemos, isto posto, do terceiro sub-grupo, ainda incluído no grande grupo dos países de velha agricultura. Define-se essencialmente pela reunião de duas características afinal antagónicas em estreito sentido económico: produção unitariamente cara, conjugada com objectivos autárquicos pertinazmente prosseguidos.

Abrange, principalmente, a Alemanha, a França, a Espanha, a Itália, a Grécia e Portugal.

São tudo nações que, desde longa data, visam à auto-suficiência sem que, porém, nenhuma delas a tenha alcançado por forma estável. Anos há em que conseguem bastar-se; por vezes até obtêm excedentes de produção nem sempre fáceis de exportar; mas frequentemente são forçadas a recorrer ao estrangeiro para completar o abastecimento.

O elevado preço de custo é uma das suas características mais notórias. Condições agro-climáticas longe de propícias, quando não adversas; intervenção estatal tendente a estimular, por meios artificiais, a cultura em toda a parte, mesmo nos solos menos indicados; deficiente apetrechamento da maioria das empresas agrícolas em meios materiais e técnicos; eis as razões principais que tornam a produção de trigo unitariamente dispendiosa.

Como é óbvio, um único sistema existe, em tal ambiente, de assegurar a sobrevivência daquelas empresas (e são a grande maioria) que produzem a um custo muito superior às cotações internacionais; e este único sistema consiste em eliminar do mercado interno a concorrência dos trigos exóticos.

Proibição, ou regulamentação estrita, das importações, diferencial aduaneiro compensador, tabelamento do preço interno — são as providências clássicas e vital emergência, às quais podem ser adicionadas (como é presentemente o caso em Portugal) disposições tendentes a centralizar, sob controle directo do Estado, a totalidade do comércio de trigo.

Els, portanto tal como se deduzem do contexto genérico e comparativo acabado de expor, as condições típicas, dum ponto de vista social e económico, da cultura do trigo em Portugal.

Por elas se vê que o território continental português não apresenta, por via de regra, boa aptidão para a cultura do trigo — fato atri-

bulvel, em grande parte, à fraca produtividade do solo, mas ainda mais ao regime irregular das chuvas, caracterizado pela falta de oportunidade das precipitações atmosféricas.

Se alguma vez, portanto, chegar o dia, pelo qual anseiam tantos espíritos generosos, em que a produção agrícola mundial possa ser submetida a um plano geral, obrigando à escôlha das culturas melhor adaptadas ao meio; se alguma vez tal dia chegar, é de presumir que o velho Portugal quasi deixe de produzir trigo, para se consagrar inteiramente às suas naturais vocações agrícolas, que são a vinha, a oliveira, a fruticultura, a floresta e os seus produtos (madeiras, lenhas, resinas, cortiças), e a criação de gado.

Enquanto, porém, essa era não for atingida outro remédio não teremos senão o de continuar a produzir trigo, muito embora plenamente conscientes de que o fazemos em luta, e luta difícil, contra um condicionalismo natural e social bastante adverso.

Isto posto, passemos a uma sumaria descrição da cultura da produção, do consumo e do comércio do trigo no meu país.

Cultura e produção — Praticamente, é lícito dizer que o trigo se cultiva em todo o país, de norte a sul, de ocidente a oriente, embora em certas regiões muito mais do que noutras.

Num estudo em curso à cêrea do custo de produção do trigo, começou-se o trabalho pela análise estatística de cada município do país, estabelecendo-se o confronto entre, de um lado, as colheitas de trigo, e do outro lado, as superfícies e a população, isto com o fim de determinar índices da importância do trigo no município. Pois bem depois de se ter verificado que em todos os municípios se cultivava trigo, chegou-se à conclusão de que, num total de 293, apenas 87 deveriam ser excluídos por apresentarem índices muito baixos.

Vimos já que a produção total, em regra, oscillava entre as 300 e as 500.000 toneladas.

Eis alguns dados mais precisos:

De 1938 a 1947 a produção média anual do decênio foi de 380.000 toneladas, variando desde um mínimo de 260.000 ton em 1940, até a um máximo de 510.000 em 1939, valores estes bastante superiores aos obtidos até 1929, mas sensivelmente inferiores à média de 1928-37 que se aproximou de 500.000 toneladas.

Tomando a produção de todo o período que vai de 1934 a 1947 (14 anos) verifica-se que foi a seguinte a distribuição do trigo colhido:

58% destinado a venda,

27% no proprio consumo das casas agrícolas,

15% à semente.

O número de produtores de trigo em todo o país, segundo a mais recente estimativa, attingia 251.000, das quais:

200.000 produziam até 1 tonelada apenas,

43.000 produziam de 1 a 5 toneladas,

5.000 produziam de 5 a 10 toneladas,

4.000 produziam de 10 a 50 toneladas,

700 produziam de 50 a 100 toneladas,

500 produziam de 100 a 500 toneladas,

20 produziam de 500 a 1000 toneladas,

e semente

3 produziam mais de 1000 toneladas.

E' patente, como se vê, o predomínio dos pequeníssimos produtores, os quais representam 80% do total.

Sob o ponto de vista da cultura de cereais panificáveis, o país divide-se em três distintas regiões: o Sul, onde largamente predomina o trigo; o Centro Litoral e o Noroeste, onde domina o milho; o Leste e o Nordeste, onde a maior importância cabe ao centeio.

A zona caracteristicamente produtora de trigo é o Alentejo, compreendido entre o Rio Tejo e as Serras do Algarve, embora outras haja bastante produtoras, como as arredores de Lisboa.

E' uma provincia onde predomina a grande exploração, sendo frequentes as propriedades com muitas centenas, e até com bastantes milhares de hectares. O tipo predominante de empresa é o patronal. Nas zonas mais férteis (solos, em geral, de origem miocénica ou d'orítica) a cultura é intensiva, tanto na grande como na pequena exploração, sendo corrente a rotação bienal em que o trigo alterna com uma leguminosa para grão, e dá produções entre 1.000 e 1.500 quilogramas por hectare. Nas zonas menos férteis (granitos, xistos do arcaico, do silurico, do devónico e do carbonífero, quartzites, pórfiros, areias gliocénicas, etc.), ha casos de cultura intensiva, sempre porém em regime de pequena exploração com base na fertilização orgânica, mas a regra geral é a cultura extensiva, caracterizada pelas rotações onde, a par de 1, 2 ou 3 anos com culturas, aparecem 1 ou mais (até 5, em regra) em situação de pousio ou folga. Uma rotação típica é, por exemplo, a seguinte: 1.º ano — pousio lavrado; 2.º ano — trigo com fertilização mineral; 3.º ano — aveia ou cevada, sem fertilização; 4.º, 5.º e 6.º anos — Pousios. Como melhoramento desta rotação, e com grande beneficio, está a usar-se esta outra em certas regiões e para certos tipos de solo: 1.º ano — Tremoço para sideração; 2.º ano — Trigo; 3.º ano — Aveia ou Cevada; 4.º ano — Serradela (para feno ou pasto); 5.º e 6.º anos — Pousios. Nestas terras menos férteis, as produções são muito inferiores, oscillando entre 400 e 700 quilogramas por hectare.

Na grande exploração, a técnica cultural encontra-se mecanizada, porém, apenas no que diz respeito às operações de mobilização preparatória do solo que se executam, frequentemente, com tractores de vários modelos, acionando arados de alveas, dentes ou discos, ou grades de discos e molas. Nas operações subsequentes, todavia, a mecanização quasi não existe, de tal modo que a distribuição de sementes e adubo, as mondias e sachas e por fim a ceifa, são predominantemente executadas a braço do homem. A trilha, porém, é realizada quasi exclusivamente à máquina, nem de outra modo seria possível concluir, em tempo útil, a deulha das grandes colheitas obtidas na região.

As operações de seleção mecânica e desinfeção de sementes, e as fórmulas completas e equilibradas de adubação química são do uso, por assim dizer, corrente.

Quanto a formas de exploração, encon-

tram-se a conta própria, o arrendamento e a parceria. De modo geral, as rendas da terra não são muito exageradas, de tal forma que o empresário-rendeiro é capaz de produzir em condições próximas das do empresário-proprietário. A parceria, porém, decorre quasi sempre em condições muito onerosas para o parceiro cultivador, por motivo de ser exangueada a quota parte de colheita entregue ao parceiro-proprietário, cuja contribuição se limita, em geral, a ceder a terra.

Num estudo efetuado na principal zona agrícola do Alentejo — a zona de Beja, com 850.000 hectares (dos quais 150.000 semeados de trigo anualmente) — concluiu-se, por exemplo, que os preços médios de custo da produção eram os seguintes:

a) casos de conta-própria — 3.37/por quilograma.

b) casos de arrendamento — 3.43.

c) casos de parceria:

— para o proprietário — 1.40.

— para o cultivador — 4.45.

Os custos de produção apresentam-se bastante elevados, variando (à parte os casos de parceria) entre 2,50 e 4,00; correspondendo o preço de 3,50 a 75% da colheita. A causa principal deste elevado custo unitário é, aqui não o custo total ser muito elevado, mas sim as produções por hectares serem bastante reduzidas.

Estas são, num esquematismo evidentemente bastante grosseiro, as características dominantes desta importante região no que diz respeito à produção de trigo.

Na região onde o primeiro lugar entre os cereais panificáveis cabe ao milho, a estrutura agrícola é bastante diferente. De modo geral, os solos não têm maior fertilidade natural, mas as chuvas, sendo muito mais copiosas e muito melhor distribuídas, permitem não só uma cultura mais intensiva, mas uma técnica muito mais melhoradora do solo, de tal modo que a fertilidade adquirida se tornou considerável.

A cultura regada tem, por toda a parte grande importância. Nas rotações mais correntes, o trigo não figura; onde, porém, aparece, fá-lo sempre nas melhores terras e como parte integrante de afolhamentos altamente intensivos. Um exemplo apenas entre muitos que poderiam ser dados: 1.º ano — Batata, seguilha de azevem ou outra forragelira, seguilha, por sua vez, de nabo; 2.º ano — Trigo, seguido de milho; ou sejam, no espaço de 2 anos, 5 culturas na mesma terra. Outra rotação bastante frequente é a que consiste na alternância do milho com o trigo, seguindo-se a este muitas vezes uma nova seara de milho destinada à produção de verde.

As produtividades por hectare são sempre muito elevadas; raramente menos de 1.500 kg., em geral 2.000 e 2.500, por vezes 3.000 kg. e até mais.

A técnica cultural é esmeradíssima, porém baseada exclusivamente no trabalho do homem; quando muito, usam-se arados e grades de tração animal, e uma que outra vez recorre-se a pequenas cefelras simples, também de tração animal.

A base da fertilização é a orgânica, em-

pregando-se principalmente o estrume de curral em doses de 20 a 50 toneladas por hectare, e nas regiões litorais grande quantidade de plantas marinhas, caranguejo, farinha de peixe, etc. Os adubos minerais são universalmente conhecidos e empregados, mas os mais aplicados são os azotados de rápida assimilação.

A trilha é predominantemente feita à máquina, em geral com debulhadoras pequenas que se deslocam de eira em eira, com pouca permanência em cada; ainda, porém, se lança mão da debulha com trilha de tração animal, a pés de gado e até como tradicionalíssimo mangual.

Quanto a formas de exploração e no que diz respeito à cultura cerealífera, a parceria é muito rara, mas o arrendamento bastante vulgar, chegando a predominar em certas zonas. Em regra as rendas são pesadíssimas, ultrapassando por larga margem o simples juro do capital fundado à taxa normal, de tal modo que os empresários-rendeiros registram custos unitários de produção consideravelmente superiores aos dos empresários-proprietários.

De resto, tais preços de custo são quasi sempre muito elevados, muito mais do que deixaria supor a circunstância de serem habitualmente bastante altas as produções unitárias.

O fato tem duas explicações: em primeiro lugar, o valor venal exageradíssimo das terras, excedendo em geral os 50 contos por hectare e indo frequentemente além dos 100 contos, e o não menos exagerado preço das rendas; em segundo lugar as consideráveis despesas culturais, attingido facilmente 3 contos por hectares, devido sobretudo aos avultados gastos na preparação da terra e na fertilização. Em certos casos mesmo, é sómente o fato das empresas, por serem ali predominantes e caracteristicamente do tipo familiar, não pagarem o muito trabalho exigido pela cultura — é sómente tal fato que permite a manutenção da cultura do trigo paga oficialmente a preço bastante inferior ao respectivo custo.

Digamos, por último, breves palavras acerca da terceira região, aquela em que o mais importante cereal panificável é o centeio; ou seja a região do Leste e Nordeste, compreendendo principalmente as províncias de Trás-os-Montes, parte de Beira Alta e Beira Baixa. De modo geral os terrenos são os mais pobres do país, quer provenham dos granitos quer dos xistos do arcaico, sãmbriço ou silurico, e o clima extremamente quente e seco.

É uma zona mais própria para a floresta, a oliveicultura e a vinha (nele se inclui a famosa região do Vinho do Porto) do que para a cerealicultura. No entanto, por toda a parte, aparece a cultura do centeio, cereal por essência modesto nas suas exigências e adaptável aos meios mais hostis, explorado num regime muito extensivo, em que a seara de centeio se seguem uns tantos anos de pouso, de 1 até ao máximo de 8.

Quanto à cultura do trigo, pratica-se sómente nos solos mais férteis, nos vales que sulcam o vasto cenário de serranias que ocupa quasi toda a região, e também nas melas en-

colinas, onde os depósitos coluviais originaram terrenos de média produtividade.

Nas terras fundas dos vales, quer de formação aluvial, quer coluviais, o trigo cultiva-se biennialmente, alternando com batata estrumada; as produções normais orçam entre 1 000 a 1 500 kg. por hectare, nas encostas, a cultura também, como regra, biennial, porém alternando com pinho; a produtividade média anda pelos 700 a 800 kg. por hectare. Nos terrenos mais elevados e pobres, acontece por vezes, o trigo tomar o lugar da centeio nas rotações com longo período de pouio; as produções decem, então, bastante, ficando nos 500 a 600 kgs.

A técnica cultural é rudimentar; agricolamente, e com honrosas excepções, a região é das mais atrasadas do país. A única máquina empregada é o arado chamado de "volta-atveca", e uma que outra vêz ainda o arado de pan do tempo dos romanos, puxado por junta de bois ou parelha de muars. Todo o restante grangelo é manual, incluindo a própria debulha, feita mais veze a trilha de tração animal ou em mangual do que em pequenos debulhadores de almguel. A fertilização orgânica mais corrente é a praticada directamente pelos rbanhos de ovinos que permanecem durante a noite sobre o terreno metidos em redis ou cancelas, que vão sendo mudados successivamente; considera-se que uma ovelha durante uma noite estrume 1 m. quadrado. A fertilização mineral não está generalizada, mas, no caso do trigo já se está usando bastante os adubos fosfatados, principalmente o superfosfato.

A forma de exploração nitidamente predominante é a conta própria. O arrendamento praticamente não existe. Quanto à parceria, celebram-se ainda contractos tradicionais muito epitativo, em que a partilha do produto se faz "a meias", mas em que o proprietário, além da terra e bens fitórias, fornece o gado de trabalho, o adubo e metade da semente. A emprea familiar é a mais frequente considerando sempre com a pequena exploração, e resultanda esta, por sua vêz, da reunião dum elevado numero de pequenos prédios raticos; a empresa patronal, todavia, tão pouco é rara, ajustando-se mais geralmente à média exploração e por veze também à grande exploração que aliás, só em raros casos, ultrapassa os 100 hectares.

Quanto aos custos de produção, é talváz esta a zona onde o trigo sul mais barato por quanto a uma produtividade razoável, se alião despeza algo modeste, desguadamente quanto aos salários, e ainda porque os valores venais de propriedade estão mais subtraídos à acção nitista duma concorrência desregrada.

Estas são, descritas nos seus traços mais salientes, com idéias apenas de dar uma visão de conjunto as três principais regiões económico-geográficas de Portugal onde se cultiva o precioso cereal. Muitos aspectos delixam de ser mencionados, e de ignadamentemente os que se referem às zonas de transição.

Éto posto, e para cumprimento do tema de hoje ligamos breves palavras sobre o consumo e o comércio do trigo.

Consumo — Ha já anos calculei em 50

quilogramas a captação média mundial de trigo por unidade de consumo. Considerando apenas os povos de raça branca encontroi a cifra de 104 quilogramas.

Feita a determinação para países isolados, apurei, entre outras, as cifras seguintes

França	165 kg.
Dinamarca	158 kg.
Itália	153 kg.
Hungria	122 kg.
U. R. S. S.	114 kg.
Espanha	113 kg.
Inglaterra	110 kg.
E. U. A.	104 kg.
Portugal	68 kg.
Alemanha	68 kg.
Japão	16 kg.
México	14 kg.

Convem declarar, desde já, que as captções verificadas em certos países nada de especial significam, por si sos, quanto a ser melhor ou pior a respectiva alimentação. Em primeiro lugar, porque um elevado gasto de hidrocarbonados não é sinónimo duma boa, completa e equilibrada dieta alimentar, ante muitas vezes significa o contrário, traduzindo uma alimentação pobre, que procura a energia nas fontes mais baratas. Em segundo lugar, porque ha muitas nações onde é aviltado o consumo de outros cereais que não trigo, como succede no México, com o milho, no Japão com o arrós, na Alemanha com o centeio, etc. E até, como é o caso aqui no nosso Brasil, outras origens de alimentos farinaceos existem diferentes dos cereais, e algumas (ao que ouço dizer) na verdade preciosas.

Regressemos, porém, ao caso português. As captções de consumo do trigo (referidas sempre à "unidade de consumo"), têm apresentado tendencia a subir. De 37 kgs. que era até 1920, subiram a 68 na média do decénio 1930-39, para, na actualidade, tornarem a descer ligeiramente.

Aqui, porém, volta a ser preciso considerar as três regiões. No Sul, o consumo de trigo é elevadíssimo e atinge valores parecidos com os verificados para a França, Dinamarca e Itália. Quasi não se conhece outro pão que não seja o de trigo e é ainda muito vulgar, desguadamente, nas próprias explorações agrícolas, comer-se um pão muito saboroso e altamente alimentar, fabricado com farinha de trigos rijos sujella apenas a uma grosselra de extração e bastante rica, portanto, em glúten.

Nas regiões do milho (Noroeste e Centro Litoral), é este o cereal que serve para o fabrico do pão — a saborosa bróa. O trigo é pouco consumido, em captções que atingem, quando muita, os 10 kgs. e, para muita gente, é considerado como artigo de luxo que se gasta em dias de festa. Por isso mesmo, a farinha de trigo costuma ser de fraca extração, muito branca e quasi exclusivamente amilácea frequentemente, mista-se o pão misturado de trigo e milho — o chamada "triga milho" — muito agradável à vista e ao paladar.

Nas regiões do centeio, toda a gente do campo come o negro, mas alimentar, pão feito com este prestável mas desprezado cereal,

e também só em períodos festivos recorre ao trigo, cuja captação é ínfima.

Nos centros urbanos, por fim, o pão correntemente consumido é de mistura de cereais num lote devidamente estudado nos laboratórios do Instituto Nacional do Pão, cuja exacta composição não tenho presente, mas em que, obviamente, o trigo predomina muito.

Digamos, agora, alguma coisa acerca do

Comercio — Segundo já tive ocasião de dizer, o comercio do trigo português — isto é, a sua compra aos produtores e a sua venda às moagens — está integralmente confiada a uma organização de âmbito nacional intitulada — "Federação Nacional dos Produtores de Trigo", cuja direcção se compõe de representantes do Estado, da Caixa Nacional de Crédito, e dos agricultores.

Els, resumido ao essencial, o modo como funcionam os serviços da Federação Nacional dos Produtores de Trigo.

Colhido e debulhado o trigo, os agricultores transportam-no ao celeiro da Federação mais próximo, e aí terminam a sua função de produtores. O pessoal do celeiro recebe o trigo, pesa-o e procede ao seu pagamento imediato, de acordo com o estipulado na tabela quanto à qualidade do grão e ao peso por hectolitro, e quanto aos descontos legais que dizem respeito à taxa de armazenagem, à taxa de transporte ao caminho de ferro, à quota social e à previdência rural. A Federação dispõe, em todo o país, de 490 celeiros, com capacidade total de 200.000 toneladas; como a colheita se escalona por algumas semanas, e como o movimento de saída começa imediatamente, aquela capacidade é considerada suficiente. Para facilidade de cargas e descargas, foram montados em diversos celeiros ramais privativos de caminhos de ferro.

Sómente na compra de trigos nacionais a F. N. P. T., em 15 anos de actividade, dispendeu 6.375.453 contos. Em 1948, por exemplo, adquiriu trigo no montante de 421.000 contos. O movimento de compra inicia-se mediante inicia-se mediante a concessão dum crédito à F. N. P. T., por parte da Caixa Nacional de Crédito (cerca de 100.000 contos anuais) e prossegue depois, em ritmo regular, com os pagamentos realizados pela Federação Nacional dos Industriais de Moagem, a medida que o cereal vai saindo dos celeiros para os moinhos. Terminadas as operações de compra e venda, a F. N. P. T. procede à liquidação do seu débito para com a Caixa Nacional de Crédito.

A conservação do cereal nos celeiros corre por conta e à responsabilidade dos serviços técnicos da Federação, os quais se encarregam da beneficiação dos trigos que de tal careçam para precaver a conservação ou obstar ao desenvolvimento de focos destruidores. De 1939 a 1949 beneficiaram-se anualmente partidas do cereal variando desde um mínimo de 26.000 toneladas até a um máximo de 131.000 toneladas.

Além desta sua estrita função de comprar, vender, e assegurar outrentes a conservação do cereal, a F. N. P. T. tem desempenhado outros papéis, e tomado outras ini-

ciativas, do maior interesse para a lavoura do trigo. Assim:

1.º) — dá o seu aval à concessão de créditos para despesas de exploração, feitos pela Caixa Nacional de Crédito aos produtores de trigo — créditos estes a cuja liquidação procedem os próprios serviços da Federação, no ato do pagamento do cereal; o total de financiamentos obtidos pela lavoura do trigo, através ou com intervenção da F. N. P. T., atingiu a média anual de 142.000 contos, assim distribuídos:

Por warrantagem de trigo nos celeiros dos produtores, 31.000 contos.

Idem do trigo nos celeiros da Federação, 42.500 contos.

Empréstimos pelas Caixas de Crédito Cooperativo, 34.500 contos.

Empréstimos directamente feitos pela Caixa Nacional de Crédito, 31.000 contos.

2.º) — A Federação concede aos produtores bônus para compra de adubos e de sementes seleccionadas.

3.º) — Toma a seu cargo a importação de sementes exóticas, principalmente da Itália, com o fim de revigorar a produção nacional de sementes.

4.º) — Fornece à lavoura trigo nacional de semente, com garantia oficial, ou, na falta d'este, trigo de sua reserva devidamente calibrado.

Os trigos de semente, quer os de garantia oficial, quer os de reserva, são trabalhados em 20 seleccionadores, 30 tararas e 52 crivos pertencentes à Federação.

Dos seleccionadores, 4 têm o rendimento horário de 2.000 quilogramas, 9 de 700 kgs. e 7 de 400 kgs. Em 1948, por exemplo, foram seleccionados 7.862 toneladas e calibradas 3.889 toneladas. Com garantia oficial, entregaram-se à lavoura 5.651 toneladas de semente, ou sejam um pouco mais de 10% do trigo semeado.

Para análise dos trigos para semente, a F. N. P. T. possui um laboratório que, desde 1940, analisou 31.000 toneladas.

Além destas funcões exercidas com regularidade e continuidade, a Federação conta no seu activo duas grandes iniciativas, merecedoras dos maiores encômios.

A primeira é a contribuição financeira decisiva que deu à Estação de Melhoramento de Plantas localizada na cidade de Elvas, estação esta cujas possibilidades seriam sempre muito diminutas se contasse apenas com as verbas do orçamento oficial, algo exiguas. Graças principalmente aos subsídios da Federação dos Trigos, a Estação de Elvas é já hoje um grande centro de melhoramento de plantas, dedicando-se especialmente aos cereais (trigo, centeio, aveia, cevada e milho) e às forragens de sequeiro, e contando já no seu activo com algumas valiosas realizações. A sua colecção de variedades de trigo é vastíssima, compreendendo quasi 2.000 tipos diferentes, provindos do Mundo inteiro. Ao visitar, há poucas semanas, o vosso Instituto Agronómico do Sul, tive a grata satisfação de saber que, nas respectivas colecções, havia trigos remetidos de Elvas e que um deles, o

Tremês Preto, se estava a comportar bem quanto à precocidade e à produtividade.

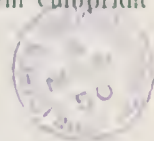
Quanto à outra das duas realizações a que a Federação está ligada, trata-se dum inquerito, à data prestes a concluir-se, acerca do custo de produção do trigo em todo o país. A respeito d'este mesmo inquerito, da sua técnica e dos seus resultados, tive ensêjo de realizar uma palestra especial no Ministério da Agricultura. Por hoje informarei apenas que o seu objectivo é o de habilitar a Federação ao propor ao Governo a tabela anual do preço do trigo com aquela segurança e aquêl conhecimento de causa que somente uma análise lise completa da zona de custos permite obter. O inquerito tornou-se tanto mais necessário, quanto tudo indicava, e indica, que a tabela actual deixara de ser compensadora, ao contrário do que sucedia até 1939 pelo menos.

Vou, senhor presidente e meus senhores, terminar, não sem algum temôr de ter ahussado da vossa benevolente atenção. O meu intento ficou claro, assim o espero; e só lamentarei se a manelra como o realizei não correspondeu ao que eu pretendia e vossas excelencias esperarlam.

Tive em vista tão sómente contribuir

para o preconizado intercâmbio agronômico dos nossos dois países, ligados por indissolúvels laços de amizade, e para tal outra coisa não pretendi que não fosse prestar aos técnicos brasileiros uma simples informação sobre um dos ramos mais importantes da agricultura lusitana. Se tal informação tiver sido capaz de dar aos meus audtores uma idéa clara do que a economia do trigo, no meu país distante, em que a pequenês do território se conjuga com a mais variegado mosaico de solos e climar, de técnicas culturais e usos sociais; se assim tiver acontecido, julgarei bem cumprida a minha missão de hoje.

Tenho dito".



Terminada a palestra, ouve-se prolongada salva de palmas, usando a seguir da palavra o Sr. Luiz Simões Lopes, que enalteceu os trabalhos no campo agronômico, que vem sendo realizados em Portugal. Agradeceu a mensagem da Sociedade de Ciências Agronômicas e ofereceu a esta por intermédio do Sr. Henrique de Barros, a medalha de prata comemorativa do cinquentenário da Sociedade, "em demonstração do apreço da Sociedade pela classe dos agrônomos portugueses".



Mãos

que espalham

SALITRE do CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa farramente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO - AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS

ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRÍCOLAS

RUA FLORÊNCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO — AV. GRAÇA ARANHA, 226
3º andar — RIO DE JANEIRO — AV. SANTOS DU MONT, 226 — BELO HORIZONTE

Sisal (Agave Sisalana) Nova Riqueza Agrícola

(Paracer apresentado ao Conselho Federal do Comércio Exterior pelo Conselheiro Arthur Torres Filho)

Procurando estar sempre atento quanto aos problemas de nossa economia rural, tive há tempos a atenção despertada em face das informações que chegaram ao meu conhecimento relativamente ao surto do plantio do sinal, na região do nordeste.

Já por diversas vezes tiver oportunidade de relatar perante o Conselho Federal do Comércio Exterior assuntos relacionados com as fibras nacionais e exóticas e o papel que lhes cabe, não só como fornecedora de celulose, mas, principalmente, pelo que representam para a indústria de cordoaria e, em especial, para a embalagem de nossos produtos.

Em 20 de Setembro do ano próximo passado tive ensejo para chamar a atenção deste Conselho, através do Conselho de Produção, para o papel que poderia assumir o sinal na economia nacional.

Houve por bem este Conselho aprovar minha indicação e solicitar as necessárias informações ao Ministério da Agricultura.

Pelo SP/1384 de 2 de Julho do corrente, me foi enviada para relatar, a pasta SP/16, com os dados colhidos por este Conselho, o que faço, baseado não só nos referidos dados, como também, em outros, por mim colhidos:

"O sisal, *Agrave sisalana*, Perrine, é uma Amarilidácea cuja cultura vem tomando grande impulso nos últimos anos e que apresenta, sem dúvida, perspectivas as mais auspícias no quadro da economia nacional.

Originário da Península de Yucateca, encontrou o sinal em nosso país, especialmente nos Estados de Paraíba, Bahia, Pernambuco, Sergipe e outros, condições ecológicas convenientes.

Dado o êxito da cultura do sinal entre nós, verifica-se atualmente certo declínio na produção de outros têxteis, como por exemplo, o algodão na Paraíba, o caroá em Pernambuco, etc.

A Paraíba, por exemplo, produziu em 1946, 12.725.657 quilos de sisal; em 1947, 20.406.629 e em 1948, 25.000.000 quilos; Pernambuco, que em 1946 produziu apenas 10.000 quilos, passou em 1947 para 50.000 e, em 1948, para 100.000.000, para só citarmos dados referentes a dois Estados produtores.

Em a nossa balança de exportação vem, igualmente o sisal figurando com cifras cada vez mais elevadas, não só quanto a quantidade, como também quanto ao valor em cruzelros.

A Paraíba, por exemplo, que em 1947 exportou 13.340.648 quilos no valor de Cr\$ 16.891.907,00, em 1948 exportou 16.617.871 quilos, no valor de Cr\$ 107.202.795,00.

Comparando-se a exportação de caroá e de sinal nos anos de 1946 e 1947, verifica-se o quanto esta última fibra vem sobrepujado o caroá

Exportação em toneladas

	1946	1947
caroá	5.328	3.321
sisal	2.758	14.850

Conforme se verifica, houve, em 1946, uma diferença para menos em sinal e relação ao caroá, de 2.570 toneladas, enquanto que e 1947, essa diferença foi para mais em 11.526 toneladas, o que dá um do, para o sinal, entre os dois anos, de 8.956 toneladas.

Exportação (valor Cr\$ 1.000,00)

	1946	1947
caroá	20.169	14.396
sisal	19.290	95.687

Em 1946, houve, para menos, um diferença de Cr\$ 879.000,00 quanto ao sinal em relação ao caroá e, já em 1947, constatou-se um superavit de Cr\$ 81.291.000,00 o que dá um saldo favorável para o sinal de Cr\$ 81.412.000,00, entre os dois anos.

Os dados acima justificam bem a atenção que devemos dispensar a esta Amarilidácea cujas perspectivas são, naturalmente, as mais auspiciosas.

Convém aliás, acentuar, já terem sido tomadas medidas de incentivo á produção.

Na Bahia, para só citarmos um exemplo, em 1939, no Governo do Dr. Landulfo Alves, foi iniciada a campanha de fomento com a instalação de dois campos de produção de mudas em Feira de Sant'Ana e em Alagoinhas, e, em 1946, pelo Decreto lei 789 de 11-6, foram concedidos prêmios para o cultivo e beneficiamento do sinal.

Sob o ponto de vista econômico, a cultura do sisal parece ser um adas mais compensadoras.

Cálculos feitos na Bahia, por exemplo, dão para a cultura do sinal, um lucro líquido de Cr\$ 1.800,00 por hectares e por ano.

Inicia-se o primeiro corte depois do terceiro ano, e sucedem-se os mesmos de oito em oito meses, dando uma média de 30 a 40 e um peso de 300 a 400 gramas cada uma, folhas de 1,00 a 1,50 metros de comprimento.

Tratamento do tronco das arvores

Como o ciclo economico da planta é de sete a oito anos, obtém-se, no todo, cinco a seis cortes, o que representa uma produção de 800 a 1.200 quilos de fibras secas por corte (por ano).

Precisamos olhar, também, com especial atenção, para o problema do beneficiamento do sisal.

O beneficiamento manual, embora ao alcance do pequeno produtor, não convém, não só porque não retira convenientemente a mucilagem que precisa ser eliminada, como também, porque dilacera a fibra, a que deprecia acentuadamente o produto.

O beneficiamento mecânico, por meio de desfibradeiras, é o mais conveniente e precisa ser incentivado.

O Estado da Paraíba, por exemplo, para o beneficiamento do sisal já conta com 311 motores, 562 desfibradeiras e 41 prensas; o Estado da Bahia, possui 38 motores, 104 desfibradeiras e 28 prensas; o Estado de Pernambuco, 8 motores, 13 desfibradeiras e 5

Conclusões

Em face dos estudos feitos, somos de opinião que, visando o aperfeiçoamento dos métodos culturais, de beneficiamento e de classificação do sinal tendo em vista a sua situação presente e as perspectivas futuras no panorama da economia rural brasileira, apresentamos à consideração dos Senhores Conselheiros, as seguintes conclusões:

1 — deve a sinal merecer toda a atenção das autoridades governamentais por tratar-se de uma fibra de real valor econômico que tem encontrado condições fáceis de adaptação, especialmente nos Estados da Bahia, Paraíba, Pernambuco e outros, e concorrido para a formação de novas riquezas para as populações dos Estados nordestinos;

2 — faz-se mister sejam tomadas providências não só de caráter técnico, como de caráter econômico, a fim de que o desenvolvimento observado na cultura e beneficiamento do sinal não seja interrompido nem sujeito ao insucesso, como tantas vezes já tem acontecido com outras culturas;

3 — entre as providências a serem tomadas podemos lembrar:

a — instalação de hortos ou viveiros mantidos pelo Ministério da Agricultura em colaboração com os Estados interessados, visando a produção de mudas selecionadas para a distribuição aos produtores;

b — orientação para o cultivo racional do sinal através de Postos de Fomento e de Assistência Técnica aos lavradores convenientemente aparelhados não só tecnicamente (pessoal especializados), como também materialmente (provistos de ferramentas, máquinas, etc);

c — facilidades de venda de lotes de terra

Cesar Seára

Eng. Agrônomo, do
Serviço de Informação
Agrícola

Tanto as frutíferas, como as árvores ornamentais, em geral, são sujeitas, por vezes, a ataques de pragas e doenças, que lhes produzem feridas, podridões, buracos, rachaduras, etc. nos troncos e galhos, sendo conveniente tratá-las — melhor preventivamente — por meio de limpezas e calações anuais, no período em que os vegetais costumam descaçar, ou seja, nos meses frios do ano.

O lavrador cuidadoso, pois, antes de começar a frotação de suas árvores, deve revistá-las para limpar-lhes os troncos e galhos, eliminando os que estiverem secos ou atacados de algum mal e escovando-as, ademais, com uma escóva de plássava. Isto posto, fazer então uma aplicação nos troncos, pelo menos até a altura de 1 metro, ou mais, se necessário, de Pasta Bordaleza ou Pasta Sulfo-Cálcica, parecendo mais aconselhável, esta última, por agir melhor contra determinados insetos.

A Pasta Sulfo-Cálcica é preparada fazendo-se dissolver 3 quilos de cal viva em 10 litros d'água fervente, na qual depois se derrama uma pasta preparada com 3 quilos de enxofre e um pouco d'água. Mexe-se bem com um objeto de madeira e acrescenta-se mais água até completar 30 litros desta, enquanto ferver a mistura a fogo brando, durante uma hora.

A Pasta Bordaleza é feita com Sulfato de Cobre, do qual se dissolvem 2 quilos em 6 litros d'água. Em separado, dissolve-se, também em 6 litros d'água, 1 quilo de cal e, na hora de aplicar, misturar as duas soluções.

Quando se verificar que partes da árvore se apresentam com brocas, eliminar, serrando, se possível, os galhos atacados. Sendo no tronco a broca, aplicar, com uma seringa pequena, bissulfureto de carbono (formida líquida) nos orifícios que forem observados e tapá-los bem com barro ou mesmo cern.

aos pequenos produtores, concorrendo assim para a fixação do homem á terra;

d — facilidade de escoamento da produção pela ampliação da rede de rodovias;

e — facilidades para a compra do material necessária (máquinas, ferramentas, etc), pelo preço de custo e a prazo razoável;

f — levar ao produtor o auxílio financeiro de que ele careça, através do crédito agrícola distribuído na época oportuna, a juros módicos e a prazo razoável;

g — incentivar e auxiliar a formação de

(Conclui na página 22)

Como tornar efetiva a assistência

TECNICA, SOCIAL E SANITARIA AO PESSOAL DOS SERINGAIS ATRAVÉS DE
"MISSÕES DE ASSISTENCIA AOS SERINGUEIROS"

Prof. Geraldo Goulart da Silveira
(da Sociedade Nacional de
Agricultura)

I — Generalidades

É preciso levar aos seringueiros, — brasileiros que labutam, anonimamente no meio inhóspito da Amazônia —, a assistência técnica, social e sanitária que eles necessitam.

É bem verdade que, dadas as condições peculiares da exploração de seringais nativos, torna-se difícil efetivar tais medidas de assistência, uma vez que, nas regiões onde eles se encontram, não existe aglomerações humanas.

Os seringueiros vivem dispersos no seringa-

Enormes são as distâncias entre suas toscas cabanas.

Em áreas imensas, a densidade da população é extremamente reduzida, o que constitui, sem dúvida, uma condição que torna difícil qualquer empreendimento visando uma assistência efetiva no seringueiro e sua família.

Entretanto, não é justo, não é humano, e nem se justifica, que dificuldades de tal ordem constituam motivos para que se relegue para um plano secundário, problema de tal relevância.

Eles bem merecem tudo quanto por eles se possa fazer para que vivam com um pouco mais de conforto, para que recebam um pouco daquilo que a civilização pode dar ao homem.

É necessário, imprescindível mesmo, que quanto antes, com idealismo e patriotismo, se empreenda uma campanha de grande envergadura, visando levar aos seringueiros e suas famílias, a assistência que eles necessitam para que fiquem integrados na civilização, e, não, como vem acontecendo, infelizmente, até agora, isolados e entregues ao próprio destino.

É um trabalho que urge, seja efetivado no menor tempo possível.

Valorizar o homem para que se valorize, realmente, a região, eis o problema em sua equação mais simples.

De nada adiantam regiões ricas, sem o homem para explorá-las.

Não é outro o nosso objetivo ao apresentarmos a presente contribuição ao estudo dos delegados da III Conferência Econômica da Borracha que, em boa hora se realiza, e de cujos trabalhos advirão, sem dúvida, medidas oportunas eficientes e objetivas.

Constituir o presente trabalho um subsídio que, conjuntamente com outros que provavelmente serão apresentados abordando o item 5 do temário, fornecerão elementos para que se possa resolver, quanto antes, de uma ma-

neira viável e objetiva, problema de tamanha relevância.

II — Objetivos das "Missões de Assistência aos Seringueiros"

Como uma das medidas que, parece nos, possa ser adotada na região amazônica para melhorar as condições de vida e de capacidade dos seringueiros, as "Missões de Assistência aos Seringueiros", extensivas a todas as atividades agro-extrativas, devem merecer, sem dúvida, lugar de destaque.

Se para as zonas agrícolas e pastoris propriamente ditas elas têm dado resultados tão satisfatórios como provam os trabalhos realizados em outros países, porque não tentá-las nas regiões onde se pratica a indústria extrativa vegetal?

Tais Missões, no caso especial dos seringueiros visam:

a) — levar aos seringueiros a assistência técnica, ensinando-lhes como trabalhar melhor e com maior rendimento; proporcionando-lhes ensinamentos e elementos materiais para que eles possam manter lavouras de subsistência; enfim, proporcionando-lhes elementos para que eles trabalhem mais racionalmente e obtenham da terra, em clareiras no seio da floresta, aquilo que necessitam para satisfazer as necessidades mínimas de uma alimentação sadia e suficiente;

b) — prestar aos seringueiros e aos seus, a assistência médico sanitária que eles necessitam, esclarecendo-os sobre as enfermidades mais frequentes da região; como preveni-las e combater-las; ministrando-lhes os mais elementares preceitos da higiene que eles desconhecem; fornecer-lhes medicamentos, etc., enfim, conseguindo com que eles melhor esclarecidos e orientados saibam lutar contra as adversidades do meio;

c) — prestar aos seringueiros a assistência educacional de que suas famílias tanto carecem, ensinando-lhes os mais rudimentares conhecimentos de puericultura, de orientação educacional dos adolescentes, promovendo a alfabetização, enfim, levar até eles um pouco daquilo que existe nas cidades, e que constitui necessidade mínima de todo indivíduo;

d) — integrar o homem ao meio, ajustando-o às condições peculiares da região, fazendo com que ele possa viver mais contente e feliz, embora mais afastado da civilização, com um pouco mais de conforto.

O programa será, sem dúvida, vasto, vastíssimo mesmo, mas o que foi dito acima já é o esboço de um programa mínimo que deve ser levado a efeito para satisfazer às necessidades mais prementes no sentido de fazer chegar aos seringueiros um pouco de assistência técnica, social e sanitária de que tanto eles carecem.

III — Componentes das "Missões de Assistência aos Seringueiros"

Visando sejam atingidos os elevados objetivos das "Missões de Assistência aos Seringueiros" que preconizamos para a Amazônia, devem elas ser constituídas de:

- a — um médico
- b — um agrônomo
- c — um professor-assistente social
- d — um enfermeiro

Ao médico caberá fazer estudos sobre as

endemias da região, examinar e medicar os seringueiros e suas famílias, fornecer-lhes os medicamentos indicados, fazer observações sobre problemas de higiene sanitária propondo as medidas que se fizerem necessárias, enfim, zelar pela saúde daqueles que vivem no seringaí.

Ao agrônomo caberá: instruir tecnicamente os seringueiros sobre como explorar a seringueira sem exauri-la, ensinar-lhes como trabalhar racionalmente e com maior rendimento, instruí-los sobre como aproveitar as áreas em torno das cabanas instalando nelas lavoura de subsistência, praticando a criação de pequenos animais domésticos, etc.

Ao professor-assistente social caberá: dar assistência educacional ao seringueiro, orientando-o e instruindo-o sobre como melhorar o seu padrão de vida através da observação da higiene do corpo e do espírito, proporcionando-lhes palestras instrutivas e educativas, promovendo a organização social da família,

Alfa Laval

DESNATADORA
DE 1000 A 5000
LITROS A HORA

Encarrega-se
de Usinas de Leite
e seus Derivados

Gazes para Refrigeração
Amônia — Freon 12
— Metila e Sulfuroso

B
A
L
T
I
C



DE
65
A
350
LITROS
A
HORA

MATERIAL
GERBER
PARA
ANÁLISE
DE
LEITE

Sociedade Importadora Suíça Ltda.

ENGENHEIROS
RUA ARMANDO SALES
DE OLIVEIRA Nº 12
End. Telegr. "Sisla"



IMPORTADORES:
Caixa Postal 1404
RIO DE JANEIRO

orientando o ensino nas escolas rurais da região, etc.

d — Ao enfermeiro caberá: ajudar ao médico em tudo quanto se fizer necessário, instruir o seringueiro e sua família sobre como agir em casos de socorros de urgência, ensinar-lhes sobre como tratar os doentes, etc.

IV — Equipamento das "Missões de Assistência aos Seringueiros"

De nada adiantam as "Missões" que sugerimos para a Amazônia, se elas não estiverem convenientemente aparelhadas para que seus componentes possam, realmente, levar a assistência de que necessitam os seringueiros.

Tais "Missões", instaladas em navios (condução mais adequada ao meio), devem ser equiparadas de tal maneira que os missionários possam, não somente orientar os seringueiros e suas famílias, mas, sobretudo, prestar-lhes uma assistência real.

Para isso torna-se necessário que as "Missões" estejam equipadas:

a — com aparelhamento indispensável para pequenas intervenções cirúrgicas de emergência que se fizerem necessárias;

b — com uma pequena farmácia provida de medicamentos a serem aplicados e distribuídos aos seringueiros;

c — com uma pequena biblioteca;

d — com um estoque de sementes e fertilizantes para serem distribuídas aos seringueiros;

e — com rádio, vitrola e cinema para proporcionar, de quando em vez, um pouco de distração àqueles que, em regiões tão ermas, vivem afastados da civilização;

f — com um estoque de certos alimentos em conservas para os casos em que se fizer necessário a sua distribuição como por exemplo leite em pó, farinha para mingaus, etc., destinados às crianças, enfermos, etc.

Enfim, instalar tanto quanto possível convenientemente os navios para que aqueles incumbidos de tão meritória e abnegada incumbência de assistência aos seringueiros e suas famílias, possam, possam, realmente, proporcionar aos mesmos, uma assistência efetiva.

V — Articulação das "Missões" com os "Centros de Assistência aos Seringueiros"

Instalados no próprio seringal, nas regiões que se fizerem mais convenientes para que possam beneficiar o maior número de pessoas, devem ser instalados "Centros de Assistência aos Seringueiros" que funcionarão em perfeito entrosamento com as "Missões de Assistência aos seringueiros", a fim de que o pessoal dos seringais receba, realmente, uma assistência efetiva e eficiente.

Os "Centros de Assistência" a que nos referimos devem possuir:

a — um pequeno hospital aparelhado para intervenções cirúrgicas, internação de enfermos, etc;

b — uma pequena farmácia convenientemente aparelhada para atender ao avulsamento de receitas, distribuição de medicamentos, etc;

c — um pequeno laboratório de análises para os exames necessários aos tratamentos médicos;

d — uma escola aparelhada com museu, biblioteca, etc;

e — um Serviço de Assistência Social;

f — um Posto Agrícola.

A assistência médico-hospitalar far-se-á através do hospital, da farmácia e do laboratório de análises.

A assistência educacional far-se-á através da escola que, adaptada às condições peculiares do meio, procurará instruir e orientar os adolescentes, seguindo os preceitos da pedagogia moderna.

A assistência social far-se-á através do Serviço de Assistência Social que, a par dos conselhos e ensinamentos que prestará aos seringueiros, promoverá estudos no sentido de:

a — melhorar as condições da habitação dos seringueiros, tornando-as mais confortáveis e higiênicas;

b — melhorar as condições de higiene individual e coletiva;

c — promover a organização social dos seringueiros, fomentando e facilitando a instalação de Cooperativas, Grêmios, Associações, etc;

d — promover os registros de nascimento, de casamento, etc.

e — proporcionar aos seringueiros audições radiofônicas, sessões cinematográficas, etc.

A assistência técnica far-se-á através do Posto Agrícola que orientará os seringueiros sobre os processos mais econômicos e racionais de extração do latex e o preparo da borracha, promoverá cursos e demonstrações práticas, fomentará e orientará o estabelecimento de lavouras de subsistência, criação de pequenos animais domésticos, etc.

VI — Conclusões

1 — É imprescindível que se promova, quanto antes, em bases eficientes e efetivas, a assistência técnica, social e sanitária do pessoal que vive nos seringais.

2 — A instalação de "Centros de Assistência aos Seringueiros" nos lugares onde forem mais recomendáveis, constitui uma medida oportuna e objetiva.

3 — Os "Centros de Assistência aos Seringueiros" devem proporcionar ao pessoal que vive nos seringais, assistência médico-hospitalar, educacional, social e técnica que eles necessitam.

4 — A organização de "Missões de Assistência aos Seringueiros" constitui, sem dúvida, uma medida de grande alcance social e educacional.

5 — Tais "Missões de Assistência aos Seringueiros", que serão ambulantes, devem estar entrosadas e articuladas com os "Centros de Assistência aos Seringueiros" e convenientemente aparelhadas para que possam prestar ao pessoal dos seringais uma assistência real e em bases eficientes.

Obs) O presente trabalho constituiu a tese que o Professor Geraldo Goulart da Silveira apresentou, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, à III Conferência Econômica da Borracha, que se reuniu em Setembro, em Belém, Estado do Pará.

FIXAÇÃO DO HOMEM À TERRA

Decreto-lei n.º 6 669 de 19-10-44, e o regime do colonato na região de Campos

RUY T. DA SILVA PINTO

Eng. Agrônomo

Per. Ass. Social do L.A.A. e

Secretário da Ass. Rural de Campos

Devo de início deixar bem claro, como demonstra o título desta tese, que só me referirei aqui às questões relacionadas com o colonato na região canavieira campista. Única e exclusivamente à região canavieira campista, pois na realidade desconheço as condições que prevalecem em outras regiões do País.

A — *considerações gerais*

O colonato ou parceria agrícola na lavoura de canas existe em Campos há muitos anos, talvez há séculos, possivelmente desde os primórdios da civilização campista. É essa instituição atravessou gallhardamente os séculos; resistiu à terríveis calamidades naturais, como as famosas cheias do Rio Paraíba e a infestação dos canaviais pelo mosaico; sobreveio as profundas transformações econômico-sociais, como a abolição da escravidão, a proclamação da independência e da república, a construção das linhas férreas, o transformação dos engenhos em usinas, o advento do arado e do trator.

Uma instituição que prova ser capaz de suportar tão fortes e inesperados entre-choques, que vive e prolifera em condições tão várias e antagônicas, deve ter em seu alicerce algum elemento de ponderável valor, deve de alguma forma satisfazer anseios permanentes do homem. Os que vivem em Campos sabem quão forte é ali a tradição do colonato e quão profundas raízes ele criou nos hábitos de lavradores e operários.

É estranho, pois, que só agora o colonato tenha entrado em crise, que o número de colonos na região campista esteja diminuindo sensivelmente, quase posso dizer nramamente, que por toda parte só se ouça referências desfavoráveis à parceria, que haja e haja queixosos por verem suas lavouras indenizadas e tomadas, e proprietários que se referem à parceria como uma fonte a mais de risco e instabilidade de sua fundação agrícola. O mais curioso ao observador desse fenômeno é que ele ouve queixas de ambas as partes em parceria — uns por verem suas lavouras tomadas, outros por acharem de seu interesse tomar aquelas lavouras.

Qual a causa dessa transformação? Há ou não há conveniência social em que o colonato perdure e caso o colonato seja uma instituição

socialmente útil, o que é necessário fazer-se para que ele não desapareça de todo ou, se possível, que volte a ter extensão que teve outrora? É a essas perguntas, que peço venia para responder, como modesto subsídio ao estudo das condições econômico-sociais da lavoura canavieira.

B — *Diminuição do número de colonos e sua causa*

É fato positivo, concreto, que não pode ser contestado, que o número de colonos tem diminuído enormemente em Campos. Lamentamos apenas a exiguidade do tempo que nos foi concedido para escrever esta tese, pois não seria difícil conseguir dados exatos sobre o número de colonos existentes antes do Decreto-lei n.º 6.969 e o número atual. Mas reconhecendo embora a falta que faz a este trabalho a apresentação de uma estatística completa e exata, estamos certos de que a diminuição do número de colonos seja um fato tão evidente que ninguém poderá contestá-lo. Onve-se com frequência referências a colonos que foram indenizados; jamais se sabe de pessoa alguma, usineiro ou fornecedor, que pretenda admitir novos colonos, temos conhecimento de usinas que tinham centenas de colonos e que hoje possuem dois ou três.

A diminuição do número de colonos coincide com a promulgação do Dec.-lei n.º 6.969. É o observador é levado a ver nessa coincidência uma relação de causa e efeito. Aliás as referências àquele texto legal são por demais claras e reiteradas para que se possa nutrir qualquer dúvida sobre os seus efeitos nesse sentido.

Poder-se-á, talvez, explicar a diminuição do número de colonos pela melhoria das condições econômicas da lavoura canavieira, o que levaria os proprietários a não desejarem repartir os seus lucros com parceiros. Não devemos, porém, nos esquecer de que já houve no passado épocas favoráveis à agro-indústria do açúcar, que sobre essa agro-indústria se fundou próspera e elegante aristocracia rural, sem que ao que nos consta, houvesse por isso restrições ao colonato. Todavia é provável que a melhoria das condições econômicas da lavoura de cana seja

em parte responsável pela actual restrição ao colonato; mas isso não significa que a legislação vigente também não haja contribuído apreciavelmente para o enfraquecimento dessa velha instituição.

C — Natureza do colonato em Campos

Torna-se difícil fazer-se a sistemática do colonato em Campos, dada a grande variedade de tipos existentes de acordo com as condições locais, com os recursos de que dispunham o colono e o proprietário, com a área a cultivar, etc. Há uma longa série de pequenas diferenças, de nuances, que tornam difícil a apresentação de um esquema. Mas como é de todo necessário fazer-se uma classificação, ainda que não se ajuste perfeitamente à realidade, afim de que possamos atingir o fim colimado por esta tese, apresentamos abaixo um esquema que nos parece melhor satisfazer às exigências deste estudo.

Dividimos, assim, os colonos em dois tipos: *Colonos empregadores*, que pagam a assalariados para fazerem os trabalhos de sua lavoura e que geralmente possuem instrumentos de trabalho (carros, bois, arados e até tratores); b) *Colonos operários*, que normalmente trabalham em outras lavouras que não a sua como operários rurais, lavouras estas em regra pertencentes ao proprietário das terras em que eles têm suas roças, e que se dedicam às suas lavouras nos dias de folga ou quando falta serviço a jornal ou por tarefa, sem que possuam instrumentos de trabalho além de sua enxada e seu facão.

No primeiro caso (colonos empregadores) os encargos são assim divididos entre os parceiros: a) o proprietário dá: a terra, a casa, curral, etc., e paga os impostos; b) o colono faz todos os serviços, desde o preparo do terreno ao transporte, inclusive as limpas dos pastos, a conservação dos caminhos e tapumes. O colono dá ao proprietário uma percentagem variável de sua produção, que vai de 15 a 33 por cento (colono de terço), de acordo com a maior ou menor liberalidade do proprietário, de acordo com a qualidade e topografia do terreno, etc. O mais comum nesses casos é o colono dar de 20 a 25 por cento. Com este tipo de parceria existem ou existiam em Campos, grandes colonos, com milhares de toneladas de fornecimento.

No segundo tipo de parceria (colonos operários) os encargos são divididos da seguinte forma: a) o proprietário dá a terra, o preparo da terra inclusive sulcação, a cana de planta (semente) posta no local da plantação, empresta boi e cultivador, conserva cercas e valas, faz o transporte das canas, dá casa e sua con-

servação e paga os impostos; b) o colono faz: o plantio, as limpas e o corte das canas, ficando com o direito de fazer pequenas lavouras (feijão, milho, abóbora, pipim, etc.) nas entrelinhas e aceiros pertencendo os frutos dessas pequenas lavouras, exclusivamente ao colono. Neste tipo de parceria o colono dá ao proprietário 50 por cento de sua produção (colonato a meia).

Quanto ao financiamento, as condições são variáveis; há colonos que não recebem financiamento algum dos proprietários, outros que recebem financiamento sem juros (pequenos colonos) e outros ainda que pagam os juros normais na região. O Decreto-lei n.º 6.969 estabelece como taxa máxima nessas operações 4 por cento ao ano; esta exigência é por todos considerada singularmente extraída, já que não há estabelecimento de crédito algum nem mesmo os oficiais, que emprestem a menos de 6 por cento; todos consideram bastante original que a lei exija que os particulares façam o que o próprio Estado se mostra incapaz de fazer.

B — Base econômica do colonato em Campos

O custo médio das várias operações da lavoura de canas na baixada campista é aproximadamente o seguinte:

CANAS PLANTA

Preparo do terreno	Cr\$ 700,00	Ha
Semente	Cr\$ 500,00	Ha
Plantação	Cr\$ 400,00	Ha
Limpas	Cr\$ 800,00	Ha
Corte	Cr\$ 10,00	Ton
Transporte	Cr\$ 10,00	Ton

Rendimento médio: 60 Tons. por Ha.

SOOAS

Limpas	Cr\$ 350,00	Ha
Corte	15,00	Ton
Transporte	Cr\$ 10,00	Ton

Rendimento médio: 30 Tons. por Ha.

O custo das operações agrícolas propriamente ditas é, assim, aproximadamente de Cr\$ 55,00 por Ton; devemos ainda acrescentar Cr\$ 5,00 por Ton para outras pequenas despesas, tais como conservação de carros, limpas de pasto, etc. Como já ficou esclarecido a conservação de casas, impostos, etc., ficam à conta do proprietário.

Partindo desses dados verificamos que a base da divisão dos encargos exposta na letra c deste estudo, os colonos empregadores (desconto de 25 por cento) ainda ficaram cerca de Cr\$

27,00 por Ton. e o colono operário cêrea de Cr\$ 25,00 por Ton. Lembro aqui, mais uma vez, que os colonos operários geralmente só trabalham em sua roça quando falta serviço em lavouras de terceiros e que além disso, têm o direito de fazer pequenas culturas nas entrelinhas e aceiros.

Pode-se considerar extorsivo o regime de colonato acima exposto? A verdade é que o colono em Campos lucra com sua lavoura.

Aliás a experiência de cada dia comprova que os colonos se consideram beneficiados por possuírem lavouras. Sobretudo os operários rurais desejam lavouras, pedem lavouras os que já as têm pedem para aumentá-las todos ficam profundamente contristados quando vêm suas lavouras indenizadas e tomadas. Afinal, por muito pouco esclarecidos que eles sejam, devemos reconhecer que eles sabem perfeitamente quando um negócio lhes é lucrativo ou não.

É evidente que se os colonos pudessem continuar em sua parceria nas bases do Decreto-lei n.º 6.969 seria para eles muito melhor. Mas a prática quotidiana tem demonstrado que ao se aplicar as limitações daquele decreto eles simplesmente perdem suas roças passando a maioria a ser apenas modestos operários rurais. Afinal é preferível que eles ganhem menos ou que nada ganhem?

D — Utilidade social do colonato

Salta aos olhos do observador a utilidade social do colonato. Todos sentimos que a evolução econômica do mundo se fez no sentido da divisão, da pluralização, das fontes de renda; e o colonato é um passo, é meio caminho andado nesse sentido, pois ainda que não haja divisão da propriedade rural na realidade há divisão de seus frutos e de sua renda.

As vantagens do colonato são sobretudo sensíveis para o pequeno colono, para o colono operário, pois dada a modesta e por vezes insuficiente paga que recebe de seu trabalho como operário, a lavoura em parceria constitui para eles preciosa fonte de renda; é como uma economia forçada de que ele lança mão ao fim de cada safra para adquirir as utilidades que durante o ano não teve recursos para conseguir; e não são para ele desprezíveis os frutos das pequenas lavouras feitas em consociação com a cana.

São manifestamente benéficos os efeitos psicológicos da parceria. O operário, que de seu nada possui, que não tem casa nem terra, nem coisa alguma que o fixe ao local onde trabalha, sente-se naturalmente como que à superfície do mundo em que vive; para ele é mais ou menos

A Lavoura

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES
FILHO

Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE
ARRUDA CAMARA
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOU
LART DA SILVEIRA
Consultor-Técnico

LUIZ MARQUEZ POLIANO
Redator-Secretário e Gerente

Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115
(6.º and.)

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

indiferente viver aqui ou ali, trabalhar para este ou para aquele patrão; e nessas condições é perfeitamente natural que ele se sinta atraído pelas luzes das cidades.

O desejo de posse o anseio de ser dono, de ser proprietário, é um anelo natural do espírito humano. Constitue, por isso, motivo de satisfação observar-se que o colono, quando em palestra com o proprietário da terra se refere à sua lavoura em parceria, jamais diz "a nossa" lavoura, "as nossas" canas; ele diz "a minha" lavoura, as "minhas" canas. Nessa simples palavra não está expressa a satisfação de seu incontento desejo de ser dono? Não é evidente que o homem que considere sua, de sua propriedade, alguma coisa que se encontre fixada à terra, que ele mesmo esteja muito mais radicado a essa terra?

Sim, não há dúvida de que o colonato apresenta reais vantagens de ordem econômica e psicológica e de que é, realmente, um freio eficaz ao tão debatido êxodo rural, que sempre foi, através da história, a causa ou talvez a consequência do enfraquecimento das civilizações.

F — Garantias dadas aos colonos

O direito brasileiro, já antes da promulgação do Decreto-lei n.º 6.969, garantia aos colonos a indenização de suas benfeitorias em caso de ruptura do contrato de parceria. Essa garantia era eficaz; não havia ou só rarissimamente havia casos de proprietários que afastassem seus parceiros sem a devida indenização; o montante dessa indenização era arbitrado por avaliadores locais, geralmente três, um de cada parte e um desempassador.

Aliás a tradição do colonato campista impunha ao proprietário o dever de indenizar seu parceiro em caso de despedida. Agir de outra maneira era por todos considerado furto; raríssimos eram os casos dos que tinham coragem de enfrentar o julgamento unânime de seus vizinhos. E quando se tratava de colonos mais esclarecidos e mais combativos, nem mesmo se o proprietário fosse suficientemente inescrupuloso para usurpar os direitos de seu parceiro poderia fazê-lo, pois já então nossas leis davam garantias aos proprietários de benfeitorias.

C — Conclusões

Considerando que o colonato na região de Campos em regra proporciona reais benefícios econômicos aos colonos;

Considerando que o colonato leva aos colonos agradável satisfação psicológica;

Considerando que o colonato é um meio eficaz de fixação do homem à terra.

Considerando que a legislação atual tem contribuído para a diminuição do número de colonos;

Proponho :

1) — Que a legislação sobre o colonato na lavoura de canas tenha caráter regional e não nacional isto é que sejam levadas em conta as condições e tradições locais de cada região do País.

2) Que a lei faça diferença entre o pequeno colono operário e o grande colono capitalista e empregador.

3) Que se estabeleça como limite entre o pequeno e o grande colono o fornecimento médio anual de 300 toneladas de canas "ao todo", somadas as partes de ambos os parceiros.

4) Que no caso dos grandes colonos seja facultado descontar de 10 a 20 por cento pelo aluguel da terra e de 3 a 5 por cento pelo aluguel de casas.

5) Que no caso dos pequenos colonos se deixe ao critério das partes demarcar as condições da parceria.

6) Que se estabeleça como juros de financiamento a taxa de 1 por cento acima da taxa dos estabelecimentos bancários oficiais para operações de crédito agrícola.

SISAL (AGAVE SISALANA) NOVA RIQUEZA AGRÍCOLA

(Conclusão da página 15)

cooperativas, principalmente de pequenos produtores, a fim de que, através delas, cheguem até eles, o crédito e a maquinária indispensáveis ao beneficiamento da produção;

IV — para assegurar a boa colocação do produto nos mercados internos e externos, estabelecer, por intermédio do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, não só a padronização, como também a fiscalização.

V — estudar as possibilidades tecnológicas da fibra do sisal e os seus vários aproveitamentos, a exemplo do que ocorre em outros países, onde as Agaves representam real valor na economia nacional.

Está o sisal, sem dúvida, destinado a ocupar papel importante papel e nossa economia rural, já tendo sido mesmo considerado pelos norte americanos produto de valor estratégico.

Acautelemo nos enquanto é tempo!

Arthur Torres Filho
Presidente da SNA

A Alimentação do Trabalhador Rural

Honorato de Freitas
Eng. - Agrônomo

Depois dos recentes estudos sobre a nutrição, evidenciou-se cada vez mais a necessidade de se racionalizar os hábitos alimentares, visto como bem alimentar-se significa adquirir boa saúde, pelo menos em termos generalizados.

Mas, boa alimentação não é apenas ingerir alimentos em grande quantidade ou de paladar variado. É, isso sim, saber escolher alimentos capazes de suprir o corpo de todas as suas necessidades, de acordo com um balanceamento racional. Isso quer dizer que, para bem alimentar-se, o homem rural — como de resto qualquer ente humano — precisará contar quatro ordens de alimentos, que são hoje conhecidos como os elementos protéicos; as féculas; as gorduras e os açúcares; os sais minerais, e finalmente as vitaminas, cujo conhecimento está se vulgarizando aceleradamente entre nós.

Se é verdade que os jovens consomem grande quantidade de alimentos protéicos no trabalho de crescimento, não menos certo é que os organismos envelhecidos têm também necessidade desses elementos para renovação de que vão consumindo pelos anos. Já as gorduras e os açucarados dão energia ao organismo e são por isso indispensáveis à vida.

Os minerais entram, também, no balanço dos alimentos necessários à vida com uma influência notável, assim como o cálcio e as vitaminas. Aliás, ninguém duvida do papel que os minerais exercem na circulação, pois a elaboração do sangue e a sua distribuição pelo corpo, exigem a presença de elementos minerais, assim como a formação de tecido ósseo não dispensa o cálcio e o fósforo.

A descoberta das vitaminas errou rumo novo ao problema da nutrição, pois, segundo estudos experimentais comprovados, está aceita de maneira absoluta a teoria da influência das vitaminas na vida humana e já se contam, devidamente, estudadas, certas moléstias decorrentes de falta de vitaminas, de que é o exemplo mais comum a cegueira por falta de vitamina A, que tem ainda grande influência no crescimento, enquanto que a vitamina C desempenha seu papel importante na proteção aos tecidos ósseos, principalmente os dentes, assim como defende o organismo contra as perdas de peso, etc.

A falta de vitamina C acarreta uma série de distúrbios no organismo de que resulta a chamada complicação escorbútica, do mesmo passo com a falta de vitamina B poderá ocasionar o beriberi e outras complicações. Também a vitamina D protege contra o raquitismo e fortalece os membros, etc.

São estas, de um modo geral, as principais influências de rudimentos de nutrição, noções que desejamos passar para o conhecimento dos trabalhadores rurais brasileiros, a fim de

chamar a sua atenção para as principais normas de alimentação, cuja prática deve ser adotada largamente.

Não queremos ensinar ninguém a comer; o que desejamos é sugerir o que se deve comer, dentro de um ponto de vista racional, baseado em experiências feitas por técnicos no assunto.

Entre os alimentos que recomendamos para a alimentação de homem rural, podemos citar em primeiro lugar o leite, em quantidade que varia com o disponível e a forma de utilização. Considera-se uma boa orientação a ração mínima de 500 gramas para os adultos e um litro para as crianças, o qual poderá ser tomado de acordo com o gosto; ou simples ou em forma de mingaus, papas, etc.

A seguir entram os cereais: arroz, milho, aveia, trigo e as massas, elementos que devem ser distribuídos pelos cardápios em dias alternados e que são completados com as leguminosas usuais.

Nada mais salutar e agradável ao paladar que as saladas de verduras e as frutas para sobremesa. Mas tudo isso deverá ser planejado de maneira que a alimentação seja variada e que o balanceamento dos alimentos corresponda à índices concentâneos com as necessidades orgânicas.

As carnes, ovos, etc., são necessárias para a formação dos tecidos, como fonte de proteína que são. Isso não quer dizer, entretanto, que se deva abusar de carne, comendo-a em demasia. E quando dizemos carne, não excluímos as aves, os cabritos, carneiros e outros animais, assim como vísceras, etc.

Um bom plano alimentar para o homem rural poderia ser: de jejum pela manhã com leite, pão ou tapioca (bolos de milho, etc.) além de frutas; será fácil para qualquer fazenda e substancial para qualquer trabalhador.

Conservando a tradição rural brasileira, o almoço constitui a principal refeição da zona rural e como tal será baseada em carne, ovos, arroz, feijão, batatas, frutas e café. Uma boa dona de casa saberá organizar os cardápios e distribuí-los pelos dias da semana.

Nas fazendas brasileiras, não se dispensa em casa, queijo, bolos, manteiga e pão. Mas

Para o jantar teremos uma boa sopa, a "merenda" e para isso existem muitas sugestões, desde as frutas até os doces felios será uma boa merenda não fechar com um cafésinho.

salada de legumes e verduras, frutas para a sobremesa ou um creme; um copo de leite e café. E aí está uma boa refeição para quem dorme cedo.

De um modo geral, o problema alimentar de homem rural brasileiro não oferece dificuldades serias. O que é necessário, em pri-

(Conclui na página 25)

Síntese Histórica das Explorações Botânicas no Brasil

Arthur N. Seabra
Eng. Agr.

A flora brasileira, considerada uma das mais opulentas e exuberantes do mundo, deu sempre à configuração geral do Brasil, uma feição própria e inconfundível. É um patrimônio imenso e que tem merecido, da época do descobrimento até os nossos dias, um grande e permanente interesse. O valor industrial de suas essências, a multiplicidade de suas aplicações, e sobre tudo a originalidade e a vastidão do conjunto florístico, impressionaram de maneira incomum os cronistas do primeiro século do descobrimento. Em consequência, as maravilhas e prodígios encontrados, tiveram uma literatura mais rica e abundante. A notícia da existência de um imenso tesouro florestal na América repercutiu no Velho Mundo e empolgou os homens cultos, os cientistas, sempre prontos e decididos ao estudo das novas maravilhas da natureza. Assim, sucedendo aos cronistas, que com tanto entusiasmo exaltaram e perpetuaram a grandeza de nossa flora, aqui aportaram as primeiras expedições científicas, os primeiros exploradores. De então até hoje, não pequeno tem sido o número de naturalistas e botânicos, interessados no estudo da flora brasileira.

Ao fazer um esboço histórico das explorações botânicas no Brasil, devemos considerar, para melhor compreensão do assunto, as diferentes eras, as épocas distintas, em que certas explorações se realizaram. A divisão, portanto, em era antiga, era moderna e era contemporânea ou atual, vai nos permitir um melhor exame dos acontecimentos e de seus diferentes aspectos. A era antiga é considerada a era clássica, com St. Hilaire e Martius; depois tivemos a era moderna; e finalmente a era contemporânea, a era atual, a era dos botânicos ainda vivos.

Na era antiga há uma fase tipicamente noticiosa em que certos autores e cronistas, como Thevet, Jean de Lery, Abbeville, Hans Staden, José de Anchieta, Fernão Cardim e Gabriel Soares de Souza, fazem referências à várias plantas brasileiras, produtoras de frutos, perfumes e bálsamos maravilhosos. É o período quincentista, em que a natureza brasileira se apresenta em todo o esplendor de sua grandeza e em toda originalidade de sua forma.

Os estudos verdadeiramente científicos da nossa flora, entretanto, somente em 1638 foram iniciados por Piso e Maregrave, o primeiro, autor de um tratado de medicina tropical "De Medicina Brasiliensis", e o segundo, autor da "História Natural do Brasil", dividida em oito livros, dos quais três referentes às ervas, aos arbustos, às plantas frutíferas e às árvores do Brasil. Maregrave, à frente de

uma expedição zoológica e botânica, explorou o interior do Nordeste brasileiro, primeira região a ser cientificamente estudada, em nosso país. Em seguida, tivemos cientistas brasileiros, de grande valor, como Frei Coneelção Velloso, autor da "Flora Fluminensis", grande obra, que somente foi publicada em 1881, por iniciativa do Diretor do Museu Nacional, dr. Ladislau Netto; Manoel de Arruda Câmara, eminente botânico, estudou a flora pernambucana e publicou, entre outros, o trabalho intitulado "Memória sobre a cultura do algodoeiro e sobre o método de o colher e ensacar"; Alexandre Rodrigues Ferrel, cientista balano, durante dez anos, nos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, organizou riquíssimas coleções botânicas; e Frei Leandro do Sacramento, mineiro, estudou algumas Euforbiáceas e muito se preocupou com a organização do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que muito deve ao seu esforço e dedicação.

Sem desejar obscurecer nomes de valor, Sellow, este, autor de grande número de memórias, e aqueles, dando à grande flora equatorial knida, pela primeira vez, o nome de Hildia, passo a examinar a atuação dos sábios eminentes, dos grandes naturalistas, que profundamente estudaram a nossa flora. Augusto Saint-Hilaire, em 1816, Spix e Martius, em 1817, chegam ao Brasil para a realização de trabalhos que se tornaram famosos em todo o mundo.

Saint-Hilaire, além das riquíssimas coleções que deixou no Museu do Jardim das Plantas de Paris, publicou obras notáveis, como "Plantas Usuais dos Brasileiros", Paris, 1824; "História das Plantas mais Notáveis do Brasil e do Paraguai", Paris, 1824; e "Flora do Brasil Meridional", Paris, 1829-1832. De 1816 até meados de 1822, isto é, durante 6 anos, o grande naturalista francês percorreu os Estados de Minas, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Golás, recolhendo "como infatigável herborizador que era", abundante e precioso material florístico. Augusto Saint-Hilaire foi um entusiasta da terra brasileira, um enamorado da nossa flora, que teve a virtude de fazer justiça e reconhecer o talento dos nossos botânicos mais ilustres, como Manuel de Arruda Câmara e Frei Coneelção Velloso.

A Martius, entretanto, cientista eminente e genial, coube a glória de uma realização mais ampla, que foi o enfeixamento, a reunião de todo o material botânico já coletado no Brasil, na "Flora Brasiliensis", obra imortal e grandiosa, hoje conhecida em todo o mundo.

Na companhia de Spix, Martius, durante

3 anos, ou seja, de 1817 a 1820, percorreu os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas colhendo seis mil e quinhentas espécies de plantas. Com este precioso material deu início a sua obra, publicando três monografias em que estuda as Amarilidáceas, as Anonáceas e as Palmáceas.

A "Flora Brasiliensis", edificação suntuosa e inconfundível do saber humano, foi realizada sob os auspícios dos governos do Brasil, Baviera e Austria, e com apoio e colaboração de varias academias, sociedades científicas e de cientistas particulares. Iniciada em 1840 e terminada em 1906, isto é, 66 anos depois, a monumental obra reúne 40 volumes in folio, nos quais estão descritas 206 famílias, distribuídas por 2253 generos, com 22.767 espécies. Sob a direção sucessiva de Martius, Endlicher, Eichler, e Urban, a grande obra coletiva foi elaborada, para tanto recebendo a colaboração de 65 botânico dos mais famosos em todo o mundo.

Entrando na era moderna encontramos, como figuras de maior destaque, Francisco Freire Alemão, que colheu e herhorizou, no Ceará, cerca de vinte mil amostras de plantas, e publicou, depois, a sua magnífica "Flora Cearense"; Spencer Le Marchand Moore, que publicou em 1891 o catalogo dos Phanerógamos, onde descreve várias espécies novas e estuda as formações vegetais do extremo Oeste brasileiro; e João Barbosa Rodrigues, que em 1897 percorreu o Oeste de Mato Grosso e publica, logo no ano seguinte, as monografias "Plantae Matto-grossensis" e "Palmae matto-grossensis", duas valiosas contribuições ao conhecimento da flora de Mato Grosso. O talento, a abnegação e o esforço de João Barbosa Rodrigues lhe permitiram realizações, com que, nos tempos modernos, ele se fez projetar de maneira inconfundível. Botânico ilustre e de grande cultura, deixou trabalhos notáveis, como os referentes às orquídeas e às palmeiras do Brasil.

Quanto à era contemporânea, a era atual, dos botânicos ainda vivos, podemos assegurar que é das mais promissoras e grandiosas. Seguindo diretrizes modernas e cultuando os melhores exemplos do passado, os cientistas de hoje poderão realizar uma obra sem par e digna da natureza ainda pujante da flora brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- Cruls, Gastão, *Flora Amazonica*. Rio, 1944
 Löfgren, Alberto, *Flora brasileira, não brasiliensis*. (In *Chacaras e quintais*, p. 350
 Novembro de 1914)
 Martius, Carlos Frederica Philippe von, *Flora Brasiliensis*, 18. 1º volume.
 Mello Leitão, C. de, *História das expedições científicas no Brasil*. Rio, 1941.
 Sampaio, A. G. de, *Fitogeografia do Brasil*, 3.ª ed., Rio, 1945.

Alimentação do Trabalhador Rural

(Conclusão da pagina 23)

melhor lugar, é aprender a conhecer os alimentos, como prepará-los e como utilizá-los, para depois selecionar os elementos que entram ou devam entrar nos cardápios.

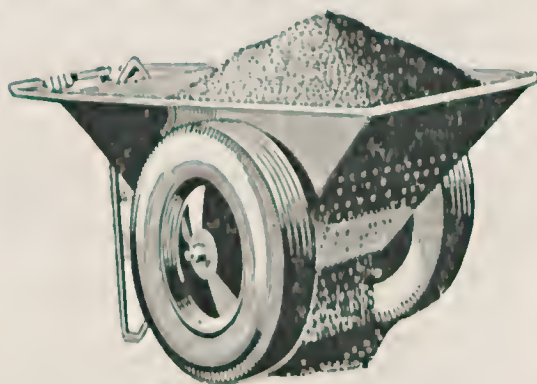
Uma das principais providências que se deve adotar é a organização de uma horta, plantar algumas fruteiras assim como a criação de aves e pequenos animais, para produzir a própria alimentação, só comprando fora da fazenda aquilo que não for possível produzir no local.

Está claro que a segunda medida a tomar, será contar com pessoa que conheça de cozinha o suficiente para saber preparar bem os alimentos.

Se o trabalhador rural contar com todos esses elementos, a sua alimentação será, por certo, mais sadia, mais saborosa e, consequentemente, a sua disposição para o trabalho será melhor.

O Serviço de Informação Agrícola muito poderá auxiliar — aconselhando — no trabalhador rural sobre a sua alimentação.

Carrinhos MOCA PARA ESPALHAR CAFÉ EM TERREIROS



Fabricantes:

INDUSTRIAS GASTÃO PINATEL
 RUA D. BOSCO, 156
 São Paulo

Representantes:

G. GILBERT
 RUA DA QUITANDA, 20-S 407
 Telefone: 22-9503
 End. Telegr.: "Treiblig"
 Rio de Janeiro

Primeira reunião brasileira de florestas e produtos florestais

Alguns problemas de silvicultura e os Hortos Municipais, Conclusões sobre silvicultura contidas no trabalho: "Hortos Municipais; suas finalidades e importância para os Municípios Fluminenses"

Eng Agr Geraldo Goulart da Silveira (membro da delegação da Sociedade Nacional de Agricultura)

A Sociedade Nacional de Agricultura apresentou á Primeira Reunião Semestral dos Prefeitos Fluminenses, uma tese que mereceu aprovação do referido conclave, subordinada ao título: "Hortos Municipais; suas finalidades e importância para os Municípios Fluminenses".

No referido trabalho, que foi publicado na íntegra da revista "A Lavoura", em seu número de Maio - Junho de 1948, encontram-se várias conclusões que focalizam problemas relacionados com a silvicultura.

Como subsídio da Sociedade Nacional de Agricultura á Primeira Reunião Brasileira de Florestas e Produtos Florestais, transcrevemos abaixo, para conhecimento dos seus dignos delegados, as conclusões referentes á silvicultura, aprovadas na referida Reunião de Prefeitos Fluminenses.

Tais conclusões são as seguintes:

a) — distribuição, através dos Hortos Municipais, de mudas de essências florestais mais indicadas para as regiões sob a jurisdição dos mesmos, devendo para isso, os referidos Hortos serem dotados de grandes sementelras e viveiros para a produção de mudas em quantidade suficiente para suprir as necessidades constantes dos interessados;

b) — distribuição, através dos Hortos Municipais, de sementes de essências florestais mais convenientes para o florestamento ou reflorestamento das regiões sob sua jurisdição;

c) — os Hortos Municipais devem fazer, em cooperação com particulares, trabalhos de reflorestamento, prestando-lhes assistência técnica, fornecendo-lhes mudas e sementes de essências florestais etc;

d) — as áreas devolutas pertencentes ao Município, ao Estado e ao Governo Federal, poderão ser reflorestadas pelos Hortos Municipais;

e) — deve constituir incumbência dos Hortos Municipais a arborização de estradas, praças, parques e jardins do Município sob sua jurisdição, em cooperação com o Governo Federal, o Estado, etc;

f) — os Hortos Municipais devem constituir-se em delegados do Serviço Florestal, divulgando sob todas as formas e meios possíveis os preceitos estabelecidos no Código Florestal, e fiscalizando a sua observância no Município sob sua jurisdição;

g) — os Hortos Municipais devem constituir-se em centros de estudos dos problemas florestais tais como estudos sobre as essências florestais da região, suas características e importância econômica; experimentações para a determinação das essências florestais mais indicadas para a região; estudos sobre doenças e pragas das essências florestais da região, etc, trabalhos esses em colaboração com Centros de Pesquisas, Estações Experimentais e outros estabelecimentos Federais ou Estaduais;

h) — nos Hortos Municipais devem ser ministrados Cursos Práticos de Reflorestamento, de Exploração Racional de Florestas, etc;

i) — nos Municípios de maiores recursos poderão ser mantidas, anexas aos Hortos Municipais, Escolas Práticas de Silvicultura (ensino médio).

Tendo em vista a importância dos assuntos acima enumerados é que julgamos oportuno transcreve-los, para que a Primeira Reunião Brasileira de Florestas e Produtos Florestais, deles tomando conhecimento, possa formular recomendações sobre aqueles que julgar devam ser, quanto antes, postos em prática.

PEÇAM O

PEQUENO MANUAL DO CRIADOR

do médico-Veterinário
DR. JORGE VAISTMAN

Cr\$ 25,000, pelo reembolso postal

Caixa Postal 3328

Rio

O conceito clássico de retorno

Por FÁBIO LUZ FILHO

O Conceito clássico de retorno não sofreu alteração alguma até hoje. A tendência até, em determinadas cooperativas, é aboli-lo. Nas caixas rurais ele não existe: é uma de suas maiores garantias e uma de suas mais belas características morais, como espírito de solidariedade humana e visão prática das coisas.

Como minha argumentação, certo, como prata da casa, pôde não ter a necessária força de convicção, peço vênia para reproduzir trechos de vários e conceituadíssimos escritores estrangeiros antigos e modernos, que caracterizam o retorno de maneira precisa e lúcida.

Eis o que diz *Albert Thomas*:

"...os excedentes anuais — si existirem — que não estão afetos às reservas ou às obras de interesse geral, serão divididos entre os associados na proporção das operações que cada um efetuou com a entidade, isto é segundo uma regra prática que manda restituir a cada associado a diferença entre os descontos que sofre durante o exercício pelos serviços recebidos e o montante das despesas que a execução desses serviços acarretaram ."

Eis o que diz *Victor Servey*, o mestre *"A sociedade é aquela que devolve a seus associados o que foi cobrado a mais na proporção das compras, e que concede um plreito igual a cada um de formar parte na administração e no controle"*.

Eis as palavras de *Nast*, o prestigioso jurista francês acatado pelo seu saber jurídico e sua sinceridade cooperativista:

"O fenômeno do "retorno" se explica de maneira absolutamente semelhante (refere-se à regra acima citada por Servey) para as cooperativas de crédito, que fazem reverter aos que pedem dinheiro emprestado as somas que eles pagaram a título de juro".

Pela lei brasileira o retorno deverá ser dado na proporção dos juros que o associado pagou pelos empréstimos que contraiu na cooperativa.

Como todos os escritores do mundo, considera *Leiserson* o princípio do retorno, tal como está caracterizado linhas acima, *"el carácter por el cual económica y jurídica-*

mente se reconoce la verdadera asociación cooperativa."

Vicente e Haller perentem a mesma tecla.

Vejamos agora escritores moderníssimos: um argentino e outro italiano.

Diz *Frederico Radrigues Gómez* ao comentar a lei argentina, a qual, seguindo o exemplo italiano, manda dar retorno na proporção do capital social integrada, nas cooperativas de crédito:

"Por el contrario, la ley há querido que la distribución de utilidades — dejando de lado el principio cooperativista referido, a los intereses pagados por cada sócio, se opere de acuerdo al principio capitalista".

Prosseguindo em sua cerrada argumentação, o Tribunal diz que o regime social das cooperativas de consumo demonstra que, na fixação do preço da venda dos artigos, base obrigatória do resultado que apresenta cada liquidação periódica, somente influe, dada sua natureza (não considerando o custo dos artigos no mercado e o coeficiente de despesas gerais) o respectivo coeficiente de excesso que se calcula possa ser exigido do consumidor para atender às despesas de administração da cooperativa, o qual coeficiente supõe que tal preço de venda se deve elevar consequentemente em relação ao preço de custo, não com intuítos licrativos, vedados ao cooperativismo, mas por imperiosa necessidade de fazer frente às oscilações constantes do mercado, que obrigam a uma disponibilidade de numerário para a qual devem concorrer todos os cooperados. O fato de constar dos balanços sociais tal excesso não tira à cooperativa a natureza doutrinária e jurídica que lhe é própria. É uma operação análoga, em última análise, a um crédito aberto à cooperativa e constantemente utilizado e reembolsado ao outorgante. Assim sendo, o excesso de percepção, o retorno do que foi dado a mais pelos associados não passa da outorga de um valor fictício atribuído ao seu consumo com fins de previsão, não se podendo, com base em bons princípios econômicos, considerar essa reintegração como produto obtido por um capital, mas, sim, como parte do mesmo que se exige quando fez ele falta ou na previsão de que fosse necessária, devolvido quando se torne desnecessário à cooperativa.

-- 4

CONSULTAS E INFORMAÇÕES

GERALDO GOULART DA SIVEIRA
Consultor técnico de "A Lavoura"

ENXERTIA DA FRUTA DE CONDE

Respondendo ao Sr. L. C., nosso consórcio do Estado de Goiás tenho a informar que, pela sua rusticidade e resistência, o araticum tem merecido a preferência como porta-enxerto para a fruta de conde.

Contudo, ela enxerta-se bem sobre o próprio pé franco, a condessa, o beribá, etc. Os processos de enxertia mais empregados são a borbulhia e a garfagem, sendo o primeiro o que melhores resultados tem apresentado.

CULTURA DA ALCACHOFRA

Esclarecendo ao Sr. A. A. do Estado do Espírito Santo, tenho a informar que:

- a) — realmente, a cultura da alcachofra só é viável em regiões de clima temperado;
- b) — depois de realizada a plantação, ela fica durante vários anos produzindo;

organização cooperativa de consumo se conseguir ela uma reserva disponível (por exemplo: de um ano não-concedido). Com esse adjutório poderá ela vender os artigos ao preço de custo pelo coeficiente de despesas gerais, levado o retorno àquela reserva. As sobras não podem, pois, considerar-se lucro nem são riqueza produzida pela associação de capitais e trabalho pessoal, faltando ao devedor dois requisitos essenciais para a tributação: a entidade que obtém lucro e a matéria gravada, que é a riqueza produzida, ficando patente que as sobras não constituem lucro nem procedem do capital, nem podem confundir-se com juros ou dividendos, uma vez que a sua verdadeira natureza é a diferença entre o custo real e o custo nominal dos artigos distribuídos ao consumidor, no fim de cada exercício social.

Toda essa argumentação acima é conclusiva e irretorquível.

- c) — o ciclo vegetativo da alcachofra varia de 12 a 18 meses.

PLANTAS ORNAMENTAIS QUE SE REPRODUZEM POR RAIZES E TUBÉRCULOS.

Respondendo à D. G. R., nossa leitora do Distrito Federal, tenho a informar:

- a) — são muito interessantes nos jardins as plantas que se reproduzem por meio de "batatas", isto é, plantas que se reproduzem por tubérculos.
- b) — entre as plantas ornamentais que se multiplicaram por esse processo podemos citar a palma de Santa Rita, a açucena, a angélica, o copo de leite, a dália, o gladiolo, a iris o lírio, o tinhorão, etc.

SULFATO DE MAGNÉSIO COMO ADUBO

Esclarecendo ao Sr. V. C., do Distrito Federal tenho a informar que, realmente, o sulfato de magnésio é empregado para favorecer a floração das plantas ornamentais especialmente roseiras. Quanto ao emprego desse adubo, aconselhamos:

- a) — usá-lo na proporção de, apenas uma grama por metro quadrado;
- b) — aplicá-lo na época em que surgem os botões florais

VARIEDADES DE BATATA-DOCE.

Respondendo ao Sr. P. R. do Estado de Minas Gerais, tenho a informar que as variedades de batata-doce mais recomendáveis para cultura são: Rainha, Gaulista Amarela Roxa, etc. Os solos mais indicados para a cultura da batata-doce são o sílico-argiloso e o sílico, pois são justamente, os que mais facilitam o desenvolvimento das raízes.

Torna-se, assim, evidente que tal excesso e sua devolução não são essenciais à vida de uma

Ora, Agrônômos e Veterinários . . .

LINCOLN G. DE MORAES

Advogado e Veterinário



A 9 de setembro de 1933, o então Ministro da Agricultura, Juarez Távora, levou à assinatura do Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, o decreto que tomou o número 23.133, destinado a regular o exercício da profissão veterinária no Brasil.

Ao comemorar-se o primeiro decênio desse ato, um dos oradores da sessão inaugural do II Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária o qualificou, com razão, de "carta de alforria" da veterinária brasileira.

Aquele Ministro bem compreendeu a necessidade de ser atribuída, no Ministério da Agricultura, aos veterinários e agrônomos a situação a que tinham e têm direito, por definição, assim como pela sua atuação cada vez mais imprescindível e relevante na maioria dos setores da economia brasileira. Pôde-se, mesmo, assegurar que somente depois daquela reforma é que as duas tão nobilitantes profissões, antes desconhecidas do grande público e algo menosprezadas, conseguiram, no Brasil fóros de cidadania passando a ombrear-se de direito e quase de fato com as demais profissões liberais, já laureadas pelo reconhecimento oficial e pela popularidade.

Entretanto, se, na verdade, já grangearam tão apreciável projeção no conceito social, é, todavia forçoso reconhecermos que, nos últimos tempos, vêm sendo desmerecidas pelos próprios poderes oficiais, de tal maneira que, mesmo nos quadros funcionais daquele ministério, isto é, na própria casa do agrônomo e do veterinário, estão em condição subalterna a outras classes ou carreiras no que diz respeito aos vencimentos, que é a forma pela qual o Governo pôde objetivar a consideração que dispensa a determinada classe, carreira ou profissão.

Como é notório, os profissionais da agronomia e da veterinária não encontram, ainda, em nosso meio rural, uma compreensão justa capaz de determinar uma satisfatória remuneração para o seu trabalho especializado. E suas possibilidades, nesse âmbito, serão cada vez menores, em face da atuação do Estado que, dia a dia, amplia sua ação em benefício da produção agropecuária, fornecendo ao produtor rural, gratuitamente em condições liberalíssimas, toda

a assistência técnica de que necessita. No Distrito Federal, por exemplo, a Prefeitura está desenvolvendo um notável programa de auxílio à lavoura e à pecuária, através de uma assistência técnica completa e inteiramente gratuita, mas que, por isso mesmo, não permite aos agrônomos e veterinários o exercício de suas atividades como profissionais liberais.

É, de fato, indifereçável a nítida tendência dos poderes públicos para a socialização da agronomia e da veterinária. Não é nosso propósito aplainar ou, mesmo, criticar, aqui, essa orientação.

Cumpre-nos, porém, dentro do mais patriótico espírito de cooperação, conchamar aqueles poderes a que considerem devidamente a situação que a socialização progressiva poderá criar para as duas nobres profissões irmãs, se não procurarem, concomitantemente, ampará-las de modo conveniente, dando-lhes um padrão de vida consentâneo com os esforços dispendidos para a sua formação cultural e técnica e com a dignidade da sua inestimável função social e econômica e que compense o "deficit" resultante da diminuição gradativa e mesmo imediata — como já está ocorrendo no Distrito Federal — das possibilidades de um vantajoso exercício como profissões liberais.

É necessário prever que uma tal situação poderá agravar o lamentável mas justificado pessimismo que vai avassalando, na razão direta das injustiças e ingratidões sofridas, os profissionais encarregados do planejamento e da execução das medidas destinadas a aumentar e melhorar a produção agrícola e pastoral brasileira, que ainda não pode competir vantajosamente, com grande parte dos seus produtos, nos mercados internacionais, em virtude justamente, dos nossos processos rotineiros de amanho da terra e de exploração dos animais domésticos.

É preciso meditar sobre a repercussão desfavorável, voluntária ou não, desse pessimismo, na eficiência dos próprios deveres funcionais de veterinários e agrônomos, assim como sobre boa parte da nossa sociedade, que contrariando, muitas vezes, suas verdadeiras vocações, escolhe outras profissões mais bem situadas no seio da

opinião das ruas, hoje mal orientada pela anti-patia — revelada em fatos, se bem que não em palavras — que os mesmos poderes públicos votam às duas classes em causa.

É indispensável que os responsáveis pelos destinos de nossa Pátria compreendam que a iniquidade da remuneração oficial concedida aos veterinários e agrônomos, assim como as barreiras opostas ao aproveitamento dos recém-graduados, ou seja, a falta de "futuro" dessas profissões constitui a principal causa da impressionante redução do número de matrículas nas escolas superiores de veterinária e de agronomia, a despeito do chamariz de vantajosas bolsas de estudo e outras facilidades com que se procura atrair alunos para a Universidade Rural e alguns estabelecimentos estaduais.

Confrontando a situação privilegiada de outras carreiras, nos serviços públicos, resultante quanto a das mais profissões liberais, como, também, em atenção à relevância do seu papel no cenário econômico nacional.

A Constituição Federal dispõe, no parágrafo único do artigo 157:

"Não se admitirá distinção entre o trabalho manual ou técnico e o trabalho intelectual, nem entre os profissionais respectivos, no que concerne a direitos, garantias e benefícios".

Ninguém, de boa fé, poderá argumentar que este preceito constitucional, por estar capitulado na parte referente à legislação trabalhista e não dos últimos reajustamentos, com a de veterinários e agrônomos, não pretendemos, evidentemente, desmerecer outras classes ou profissões. "Omni solet qui mal y pense". O contraste terá apenas o sentido de facilitar a argumentação e melhor justificar as reivindicações de duas classes que, no Brasil, ainda lutam por sua completa emancipação e pela consideração a que fazem jus, não somente em vista da dificuldade de sua formação técnico-científica, tão grande no título relativo aos funcionários públicos, não deverá ser aplicado ao caso em apreço. De fato, diz respeito, essencialmente, às relações entre empregadores e empregados das empresas da esfera privada. Mas é claro que o legislador constituinte não teria desejado dar àqueles que trabalham para o Estado um tratamento diferente. Seria uma exceção iníqua, anti-social e paradoxal, pois não é crível que o Estado, como empregador, possa estabelecer, entre seus servidores, distinções e privilégios que não permite sejam estabelecidos pelos demais empregadores, no que respeita ao benefício primordial, que é a justa e equitativa remuneração do trabalho de cada

um, de acordo, naturalmente, com as habilitações respectivas e com a soma de esforços físicos ou intelectuais dispendida na sua execução. E o caso de se dizer, com absoluta justiça, que o exemplo deveria começar por casa.

Entretanto, aquele preceito não tem sido observado inexplicavelmente, por uma parte dos próprios legisladores (a maioria dos quais assinou a nossa atual Carta Magna), em relação às carreiras técnicas do serviço público — aquelas para cujo exercício é dispensável um diploma de curso superior, sendo, pelo contrário chocante a distinção entre os benefícios concedidos a umas e recusados a outras, embora sejam todas de idêntica importância e igualmente necessárias nos diversos setores da administração pública e dependam daquela condição comum: a posse do título que representa a igualdade de esforços empregados nos respectivos currículos acadêmicos. São por isso, carreiras que devem ser niveladas nos órgãos oficiais, como já o foram no julgamento da opinião pública, que as consagrou com o designativo unívoco de "doutores".

Nos quadros funcionais do Serviço Público Federal, assim como nos da Prefeitura do Distrito Federal e de alguns Estados, os agrônomos, veterinários e químicos foram colocados em situação de inferioridade aos médicos, engenheiros e advogados, nas últimas reestruturações de carreiras e reajustamentos de vencimentos. A maioria do Senado preferiu, mais de uma vez, aplicar o dispositivo contrário à equivalência de carreiras, hoje manifestamente inconstitucional, do Estatuto dos Funcionários Públicos, elaborado de conformidade com a casuística da Carta Constitucional de 1937, embora com evidente desprezo pelo princípio, acima transcrito, da democrática Constituição de 1946.

A Lei Federal n.º 488, de 15-XI-48, em seu artigo 13, assegurou

[vencimentos e salários iniciais e finais correspondentes, respectivamente, aos vencimentos das classes K e O, para os cargos e funções médicas de qualquer natureza e especialização".
(O grifo é nosso).

Na obstante, por inerível que pareça, uma emenda, que a muitos se afigurava supérflua, destinada a tornar mais expresso ainda o direito dos veterinários ou médicos veterinários de serem beneficiados por esse artigo, caiu, no Senado, sob os fundamentos principais da necessidade de compressão de despesas e da menor duração dos cursos de veterinária: *Mutatis mutandi*, para os engenheiros-agrônomos ou agrô-

nomos, também não beneficiados pelo dispositivo idêntico que favoreceu a todos os outros engenheiros...

Sem quebra do respeito que nos merecem as opiniões em contrário, é, positivamente, difícil admitir possa, hoje em dia alguém, possuidor de mediana cultura e devidamente integrado na vida social e econômica moderna, desconhecer a natureza e a especialização preponderantemente médicas do veterinário, maxime do que exerce função pública, por isso mesmo ainda denominado, aliás desnecessariamente, de médico-veterinário; e negar a equivalência que existe, de fato, entre as atribuições, nos serviços oficiais, do médico-humano e do médico-veterinário, entre a importância social e econômica da medicina humana e da medicina veterinária hodierna, pois tão longe vai o tempo dos alveitares como o dos barbeiros que aplicavam ventosas, faziam sangrias ou extraíam dentes... Tanto o médico como o veterinário inspecionam produtos alimentícios de origem animal; o médico sanitaria e o veterinário sanitaria se equivalem no desempenho das respectivas funções públicas cuidando o último, além da defesa sanitária dos rebanhos, ainda de grande parte da medicina preventiva, pois a ele é confiado o combate às muitas zoonoses transmissíveis ao homem, entre as quais merecem citação especial a raiva, a brucelose, a tuberculose e várias parasitoses. A ele incumbem, também, zelar pelo desenvolvimento da pecuária, cooperando de maneira decisiva para a solução do angustiante problema alimentar do povo brasileiro e para minorar a crise mundial do abastecimento de produtos da indústria animal, com o que contribue, ainda, para normalizar a nossa deficitária balança comercial.

É claro que argumentos semelhantes se aplicam ao confronto entre as atribuições públicas do engenheiro e do agrônomo ou engenheiro-agrônomo.

Na Prefeitura do Distrito Federal há carreiras que independem de diploma de curso superior ou, mesmo de certificados de curso ginasial, mas que não obstante, foram reestruturadas nos padrões de L a P, semelhantemente aos engenheiros. Também foram criados novos cargos isolados, classificados nas letras O, P, Q e até R, nas mesmas condições de ingresso, isto é, sem exigência alguma de ordem cultural ou técnica. A Câmara dos Vereadores equiparou os padrões (aliás, manteve a equiparação) de médico, advogado, veterinário, agrônomo e químico e conservou a diferença de uma letra a mais (L), como início da carreira de engenheiro. O Prefeito, como medida de ordem geral, tudo vetou, então. Somente foram mantidos, pelo Se-

nado, os vetos referentes aos veterinários, agrônomos e químicos!...

Em quase todos os Estados é encontrada a mesma situação, sendo que em alguns existem cargos de chefia de serviço ou de direção de estabelecimentos confiados a leigos, com acintoso respeito aos decretos que regulam o exercício das profissões de agrônomo e de veterinário.

O argumento de que o veterinário e o agrônomo cursam apenas quatro anos, ao passo que o médico cursa seis, o engenheiro cinco e o advogado também cinco, pôde ser sincero. Mas é absolutamente falso, como facilmente se demonstrará. Aliás, entre os engenheiros beneficiados (só não o foram os engenheiros agrônomos), tanto nos quadros federais como no municipal, há os elétricos, cujo curso é de quatro anos e os topógrafos ou geógrafos que cursam apenas três anos, como os químicos, se não nos enganamos. E quanto às outras carreiras, de função simplesmente administrativa ou burocrática, ou fiscal, tão bem aquinhoadas e que não necessitam para tanto, de curso algum?

Se esses fatos não bastassem para invalidar tão grave equívoco, subsistiriam outros meios hábeis e insofismáveis.

O curso de veterinária é intensivo, demasiadamente sobrecarregado de matérias e de quatro anos somente, porque se fosse de seis ou, mesmo, cinco, não atrairia almos. Possui, em geral 20 ou 22 cadeiras, abrangendo muito maior número de disciplinas, sendo que dezesseis cadeiras são absolutamente semelhantes (anatomia, histologia, embriologia, fisiologia, higiene, etc., etc.) às das faculdades de medicina, que possuem, comumente, 25 cadeiras e, relativamente menor número de disciplinas. O leitor se certificará melhor, comparando, no quadro seguinte, o programa de uma escola superior de veterinária com o de uma faculdade de medicina, devendo ter em mente que essa comparação e, bem assim, a que depois faremos em relação ao curso de agronomia no que concerne aos horários de aula, se aplicam com exatidão aos estabelecimentos congêneres, oficiais ou oficializados por força de lei, visto que as únicas diferenças penúltimas referem-se ao arranjo ou disposição das cadeiras e disciplinas de conformidade com a natureza do respectivo estabelecimento de ensino.

ESCOLA FLUMINENSE DE MEDICINA VETERINÁRIA (Oficializada)

Química orgânica e biológica.
Anatomia descritiva e comparada dos animais domésticos (1.ª parte).
Fisiologia dos animais domésticos.

Histologia e embriologia.
 Anatomia descritiva e comparada dos animais domésticos (2.ª parte).
 Patologia geral e comparada.
 Anatomia patológica e técnica de necrópsias.
 Microbiologia e imunologia.
 Parasitologia e doenças parasitárias.
 Higiene e alimentação dos animais domésticos.
 Propedêutica patológica e clínica médica dos pequenos animais domésticos.
 Terapêutica, farmacodinâmica, toxicologia e arte de formular.
 Propedêutica patológica e clínica cirúrgicas.
 Obstetrícia.
 Propedêutica, patologia e clínica médicas dos grandes animais domésticos.
 Doenças infecto-contagiosas. Saúde sanitária animal.
 Direito veterinário e medicina legal veterinária. Legislação rural.

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Química fisiológica e físico-química.
 Anatomia descritiva.
 Fisiologia.
 Histologia e embriologia.
 Anatomia descritiva e topográfica.
 Clínica médica (medicina geral e patologia médica).
 Anatomia patológica (patologia geral e especial).
 Microbiologia e imunologia.
 Parasitologia.
 Higiene.
 Clínica médica (propedêutica laboratório clínico e patologia médica).
 Terapêutica clínica.
 Técnica cirúrgica e cirurgia experimental.
 Clínica obstétrica e puericultura.
 Clínica médica (propedêutica).
 Clínica de doenças tropicais e infectuosas.
 Medicina legal.

(CATEDRAS SEM CORRESPONDÊNCIA)

Zoologia aplicada.
 Zootécnica geral, genética animal e exterior dos animais domésticos.
 Agricultura aplicada. Economia rural.
 Tecnologia e indústrias dos produtos de origem animal.
 Inspeção dos produtos de origem animal.
 Clínica dermatológica e sifiligráfica.
 Clínica urológica.
 Clínica oftalmológica.
 Clínica pediátrica.
 Clínica neurológica.

Clínica ortopédica e traumatológica.
 Clínica ginecológica.
 Clínica otorrinolaringológica.

Como se verifica, há uma quase perfeita afinidade das disciplinas estudadas nos dois cursos, uma correlação lógica do "currículum" e bastante semelhança de objetivos didáticos.

O curso de agronomia sofre, igualmente, da mesma pleórea de matérias. A respeito da dificuldade do curso agrônomo, merece transcrição o seguinte trecho do magnífico discurso do deputado Valentin do Amaral, a 30-XII-48, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ao comparar, com o mesmo objetivo — ali alcançado — os cursos de duas escolas da Universidade daquele Estado:

"...o curso de advogado é feito em 180 semanas; o de agrônomo é feito em 144 semanas. A média de horas de aula, por semana, no curso de advogado, é de 16,2; enquanto que no de engenheiro agrônomo é de 36,0. O curso de advogado, em cinco anos, será feito em 180 x 16,2 igual a 2.916 horas; o de agrônomo, em quatro anos, será feito em 144 x 36,0 igual a 5.184 horas"... "de aulas dadas fóra da viagem da Capital, cheia de solicitações e encantos".

Nas escolas de veterinária, o total de 4.320 horas de aula, além dos necessários estágios em laboratórios oficiais e particulares e nos estabelecimentos industriais, é, ainda, muito superior ao das faculdades de Direito.

Também não pôde ser levado em alta conta o argumento da necessidade de compressão de despesas, tão insistentemente invocado nos debates, visto que as carreiras técnicas injustiçadas situam-se, por sinal, entre as que possuem os menores quadros nos serviços públicos, sobretudo quando comparados aos de médico e engenheiro. A proporção é, no mínimo, de um veterinário para vinte médicos e de um agrônomo para dez engenheiros. Serve de exemplo concludente a situação no Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal: Médico (K a O), 1.130; Veterinário (J a N), 60; Engenheiro (L a P), 260; Agrônomo (J a N), 25; Químico (J a N), 25.

Conclue-se, pois, que as despesas, isto é, também as vantagens, são maiores justamente para os quadros mais numerosos.

Por outro lado, é sabido que uma simples e sincera providência no sentido de comprimir as despesas pôde converter-se em medida altamente anti-econômica e, portanto, contraproducente. É o que já está ocorrendo, lamentavelmente, em virtude do tratamento iníquo dispensado aos ve-

terinários, lamentavelmente, em virtude do tratamento iníquo dispensado aos veterinários e agrônomos, colocados, inadvertidamente, em situação secundária, nos quadros funcionais pelos próprios poderes públicos que, desse modo, remunerando-os mal, além de contribuir para a revivescência do falso, imprato e ridículo conceito social em que antigamente eram tidos, principalmente os veterinários, e forçando-os, também por isso, ao exercício de atividades fora de suas profissões, inutilizam profissionais que lhes custam uma fortuna. O deputado Valentin do Amaral demonstrou, em seu impressionante discurso, que um agrônomo formado pela Faculdade está submetido a um regime de vencileitor pensar que os veterinários da imponente e suntuosa Universidade Rural, do Quilômetro 47, saiam por muito menos ao critério federal...

Devemos atentar também para o fato de que não apenas os veterinários e agrônomos o da São Paulo por (R\$ 250.000). Não vá o Luiz de Queiroz de Fátima fica no Estado mentos e cassos. Igualmente, os praticos rurais, a laboriosa classe que com aqueles seus superiores hierárquicos, entre as agruras do sol nas caatingas nordestinas ou tonta ao frio do serião do Chiapéco, nos altiplanos sautacari-nenses, além de mal pagos, ainda são obrigados, em virtude do seu nomadismo necessário, a empregar boa parte de seus magros vencimentos, com sacrifício da própria família para atenderem as despesas da hospedagem, visto que as diárias que recebem, com atraso de muitos meses, invariavelmente, são bastante inferiores as cobradas pelos hotéis mais modestos do interior do País.

Os horizontes para o veterinário e o agrônomo brasileiros estão, atualmente, mais limitados ainda, em consequência de outra medida de compressão de despesas. É que cerca de três centenas de diplomados nos últimos quatro anos não conseguiram nomeação e, não encontrando possibilidades outras que não nos serviços públicos, pelos motivos já expostos, apiam por aí, desiludidos, desempregados ou ocupados em misteres extranhos à profissão que esperançasmente escolheram, como verdadeiros deturados sociais e, portanto, sem preencherem o papel que lhes estava reservado no tocamento da nossa economia agrária.

É infelizmente esta acontecendo numa nação que precisa, como nenhuma outra, de agrônomos e veterinários em número suficiente para a exploração racional de suas incalculáveis potencialidades agrícolas e para a preservação e o melhoramento de um rebanho de aproximadamente, cem milhões de cabeças das várias espécies domésticas, com exclusão das aves.

Os Estados Unidos da América do Norte dispõem de um veterinário para cada 20.000 animais, ao passo que, no Brasil, essa proporção é de um para 180.000, incluindo-se os profissionais empregados nos serviços estaduais e municipais segundo cálculos otimistas. Nossa Ministério da Agricultura não chega a possuir 300 veterinários em seu quadro permanente, mesmo contando-se os que estão nas carreiras especializadas, como sanitaristas, histologistas, zootecnistas, etc. É possível que somados os extraumerários ocupe uns 500, total irrisório em face das nossas reais necessidades. Os Estados Unidos, em 1936, empregaram, somente na campanha contra a tuberculose bovina, cerca de 1.300 veterinários, número equivalente ao total desses técnicos diplomados no Brasil até 1947. A Argentina, segundo o testemunho recente do nosso operoso Ministro da Agricultura, Senhor Daniel de Carvalho, mantém, unicamente para o combate a uma zoonose — a febre aftosa, um rebanho bovino numericamente bem inferior ao nosso, um corpo de veterinários (300) que é quase o triplo de todo o quadro técnico da nossa serviço federal de defesa sanitária animal (100), ao qual compete a profilaxia de todas as doenças infecto-contagiosas e parasitárias de todas as espécies domésticas, na imensa vastidão dos campos deste nosso caro Brasil.

É enfante isto, a despeito do dinamismo e da sábia orientação do atual Ministro da Agricultura, que é comprovadamente, um grande amigo dos veterinários e agrônomos, nossos grandes problemas agrícolas se eternizam ou caminham em ritmo mui vagaroso, em contraste com a sófrega atividade dos nossos concorrentes; a peste suína, depois de eliminar milhões de animais, instalou-se de tal modo no País que já se considera mui problemática a sua erradicação, e passamos a importar banha norte-americana; a brucelose, que há apenas vinte anos, na França, foi cognominada de "doença do futuro", atualizou-se entre nós, difundiu-se de maneira indistarcavelmente alarmante em nosso rebanho bovino, comprometendo lre seriamente a reprodução, e passou a ser inserita nos mapas estatísticos da obinária humano, a febre aftosa, apesar da eficácia da vacina, que é uma vitória da veterinária brasileira, continua zombando das nossas meios de defesa sanitária animal, certando centenas de milhares e desvalorizando milhões de bovinos; a raiva bovina... Para que prolongar esta relação? Basta para se concluir quão perigosas, por contraproducentes e anti-econômicas, são as medidas de compressão das despesas destinadas ao fomento e defesa da produção agropecuária, entre as quais as que desprestigiam os veterinários e

agrônomo, muito embora reconheçamos os intuídos altamente patrióticos e as circunstâncias que os determinaram. Não teremos, mesmo, coragem de atirar a péla de demagogos áquelles que, com objetivo construtivo, advertirem que, como política económica, essa é uma politica, positivamente, suicida.

Nossos homens de Governo precisam saber que agrônomo algum vive de consultas e que são, também, cada vez mais raros os veterinários que o possam fazer, em virtude da socialização progressiva de suas profissões, ao passo que, como ninguém ignora, o médico, o engenheiro e o advogado, além das suas outras muitas possibilidades, mesmo quando funcionários públicos, possuem, quase sem exceção, o seu consultório, o seu escritório ou a sua banca, onde, em geral, auferem rendimentos superiores aos dos respectivos cargos oficiais.

Não deixa de ser curioso esclarecer que o Tesouro Nacional, as recebedorias estaduais e as prefeituras municipais equiparam os agrônomos e veterinários aos demais profissionais, na hora de lhes cobrarem o selo por verba nos diplomas e o registo destes, assim como os impostos de indústrias e profissões e de localização, embora o mesmo não aconteça, também com fundamento em lei, quando lhes pagam os respectivos vencimentos.

Uma outra particularidade que os nossos legisladores certamente ainda desconhecem a respeito da vida funcional dos veterinários e agrônomos, no Serviço Público Federal, é a seguinte: ao fim da respectiva carreira geral (J a K), são forçados a realizar um curso de aperfeiçoamento e especialização na Universidade Rural, durante ano e meio, sem o qual não podem ingressar numa carreira especializada que levará alguns poucos, ao cabo de muitos anos, ao cume de uma pirâmide de difícil acesso, representado pela letra final N (vencimentos de Cr\$ 7.230,00), inferior às reservadas para os demais profissionais, que não são obrigados aos cursos em questão. É fácil de avaliar o sacrificio de um veterinário ou agrônomo, sobretudo quando lotado nos Estados distantes, ao ter de separar-se, se casado, de sua família, por tão longo tempo, sujeito a despesas extraordinárias, de vez que seus poucos vencimentos de então, impossibilitam uma mudança provisória. Si, de fato, a exigência desse curso constitue um peior da atenção que o Ministério da Agricultura vem dando ao aprimoramento técnico dos seus veterinários e agrônomos, de indiscutível vantagem para o desenvolvimento das atividades dos seus serviços especializados, por outro lado, deve ser consignado que nenhum outro funcionário civil está sujeito a tão grave contratempo, imposto oficialmente, em sua vida funcional.

O que os veterinários e agrônomos desejam, não é, porém, uma remuneração superior à dos médicos, engenheiros e advogados, muito embora uma tal pretensão encontre plena justificativa no que vem de ser exposto. É, simplesmente, a equiparação ou o nivelamento de seus padrões de vencimentos com o dessas carreiras técnicas, um tratamento equânime, como medida de justiça e de equidade, aliás, de conformidade com o preceito constitucional transcrito inicialmente.

Na Câmara dos Deputados está em estudo

Na Câmara dos Deputados está em estudo

Seleções Agrícolas

DIRETOR: EURICO SANTOS
GERENTE: O ASSUMPCÃO
SUPERINTENDENTE: M. NUNES

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS:

Brasil - Ano	Cr\$ 36,00
Exterior - Ano	Cr\$ 70,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrazado	Cr\$ 5,00

Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26-12 °

Telefone: 32-6163

Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

uma emenda, com esse objetivo, da autoria do ilustre economista deputado Agostinho Monteiro, oferecida ao projeto de Estatuto do Funcionário Público. Os veterinários e agrônomos confiam em que os dignos representantes do povo considerarão que, num país ainda essencialmente agrícola e que terá de empreitar sua industrialização numa sólida economia agrícola, não podem ser unicamente desprezados os técnicos indispensáveis ao incalculável trabalho de aceleração das reais forças vivas da Nação, no sentido de abreviar o mais possível o prazo para a sua verdadeira redenção econômica.

Ambos já deram suficiente prova — quer exterminando a lagarta rosada e outras pragas dos algodões e valorizando nos as fibras, assegurando-nos ótima situação no mercado internacional de seus produtos e no de tecidos, quer evitando, de maneira singularmente rápida que as não menos devastadoras pragas dos canaviais nos impedissem a condição de importadores de açúcar e álcool; quer recuperando, para a lavoura e para a felicidade de milhares de famílias, os extensos terrenos marginais dos grandes açudes nordestinos; quer de mentindo, brilhantemente, a crençice, ardilosamente difundida, de que nosso País não se presta para a cultura do trigo; quer erradicando a peste bovina, memorável feito da nossa então incipiente veterinária (1921), que mereceu Lavores entusiásticos dos grandes meios científicos europeus; quer nos excelentes resultados já obtidos no combate à raiva bovina, que ameaçou de extermínio grande e valioso plantel, ou à peste suína, que não chegou a atingir, graças aos apreciáveis recursos prontamente concedidos pelo Congresso Nacional, os grandes centros criadores do Rio Grande do Sul; quer implantando, em apenas cinco anos, a imunização artificial nos rebanhos ovinos da região fronteiriça gaúcha, propiciando aquele Estado, através de um vertiginoso melhoramento zootécnico, a possibilidade próxima de competir com os produtores platinos, no mercado mundial de lã; quer, finalmente, concentrando no comércio internacional, em consequência de uma inspeção veterinária eficiente, a marca SIF, que acompanha os produtos

da nossa indústria animal — ambos, agrônomos e veterinários, merecedores da gratidão nacional, pelo êxito desta e outras igualmente difíceis e heróicas campanhas em prol da economia pátria, já detida, a um, sobejas provas de que nossos honrados públicos não devem e não podem receber nas justas aspirações com um simples dar de ombros e um mixôco ríspicante: "*Ora, agrônomos e veterinários!*..."

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1949.

A LAVOURA

Circula ininterruptamente desde 1897

É publicação indispensável a quantos se interessam pelos nossos problemas agrícola e econômicos

Distribuída GRATUITAMENTE as sócios da Sociedade Nacional de Agricultura

Preço da assinatura

Annual Cr\$ 60.00

Av. Franklin Roosevelt N.º 115 — 6.º

Caixa Postal: 1245 — Tel. 42-2981

RIO DE JANEIRO

LAVRADOR! CRIADOR!

PORTALECE A TUA CLASSE INSCRIVENDO-TE NA "ASSOCIAÇÃO RURAL" DO TEU MUNICÍPIO, SE ESTA NÃO EXISTIR AINDA, FUNDA UMA, DENTRO DOS MOLDES DO DECRETO-LEI N.º 127, DE 24 DE OUTUBRO DE 1945.

A SECRETARIA DA S. N. A. TE PRESTARÁ TODOS OS ESCLARECIMENTOS A RESPEITO.

A INDÚSTRIA DO AÇUCAR

Notas de interesse historico a respeito de suas associações e Congressos no Rio de Janeiro

LUIZ MARQUES POLIANO
Secretário-Geral da Sociedade
Nacional de Agricultura

Com a realização, recentemente, em Petrópolis, do 1.º Congresso Açucareiro do Brasil, parece-nos oportuno referir uma série de iniciativas anteriores, tendentes à defesa e melhoria da produção desse importante produto, alicerce de economia brasileira nos tempos coloniais e ainda hoje sustentáculo da economia de alguns Estados e regiões brasileiros.

Não iremos remontar aos largos períodos da colônia ou mesmo do Império. Flearemos adstritos ao período republicano, utilizando da fase monárquica apenas um pequeno espaço de tempo — o necessário para estabelecer a ligação com a República, em cujos primórdios, nesta Capital e com reflexos em diversos Estados do Brasil, fecundas iniciativas e realizações cercaram a nossa indústria açucareira.

A 18 de fevereiro de 1887 se reuniram no salão do Banco Industrial e Mercantil, desta Capital, os comendadores Angelo Eloy da Camara, Malvino da Silva Reis, Hermano Joppert, Pedro Gracie, Antonio Ferrelra da Silva e Bernardo Belsario Soares de Souza — reunião da qual resultou fundado o Centro da Indústria e do Comércio do Açúcar.

Foram convidados para o ato negociantes e agricultores, que ouviram uma exposição do Comendador Eloy da Camara, que all estavam para fundarem "uma associação com o fim de congregar os trabalhos isolados das classes mais proximamente ligadas aos resultados da produção da cana de açúcar; produção que, sendo outrora a principal, e por muitos anos, o mais importante fator da riqueza nacional, terá ainda, pelas condições especiais de sua cultura, de utilisar vantajosamente na grande questão econômica da evolução do trabalho que começa a desenvolver-se com a extinção do elemento servil".

Na mesma data foi instalada a Associação, ficando a sua Diretoria assim constituída:

Presidente — Comendador Angelo Eloy da Camara

Diretores — Comendador Hermano Joppert, Malvino da Silva Reis, Bernardo Belsario Soares de Souza e Comendador Antonio Ferrelra da Silva,

Vogais — Pedro Gracie, Dr. Honario Augusto Ribeiro, Barão do Rio Bonito, Eugenio M. Torres, João José dos Reis Junior,

Dr. Januario C. Oliveira, Dr. Pedro D. Gordilho Paes Leme, Dr. José Arthur de Murinelly, A. C. Chaves Faria.

"A associação que acaba de ser fundada — escreve o *Jornal do Comércio* do dia seguinte — pode prestar bons serviços à importantíssima indústria açucareira que, como na reunião de ontem se disse, já foi e pode ainda tornar a ser um dos mais poderosos fatores da riqueza nacional. Todos, pois, somos mais ou menos diretamente interessados no seu desenvolvimento..."

Eram as seguintes, as bases para os trabalhos da Associação:

1.º — Promover de parte dos poderes públicos a extinção ou consideravel redução dos direitos de exportação gerais e provinciais.

2.º — Solicitar a redução das tarifas de transporte nas estradas de ferro do Estado, nas que tem garantias de juro, e mesmo nas de propriedade particular, não só para os produtos da cana como a própria matéria prima.

3.º — Criar prêmios para a produção e exportação.

4.º — Diligenciar que os poderes públicos obtenham tratados das nações em que o nosso açúcar é sobreearregado de direitos, principalmente daquelles em que o consumo deste gênero é superior ao que ellas podem produzir de lavoura própria.

5.º — Promover especialmente um tratado recíproco com os Estados Unidos, pelo qual se possa alargar all o consumo do nosso açúcar, pois aquella república está nas condições de poder tornar-se o primeiro mercado deste gênero.

6.º — Promover exposição destes produtos na capital do Império e nas praças estrangeiras, onde convenha introduzir e alargar o consumo, obtendo-se, tambem por esta fórmula o confronto dos produtos e dos melhoramentos successivamente realizados.

7.º — Impetrar do governo Imperial as providências precisas para que os cônsules senestrahmente mandem relatórios indicando o juizo formado nas diversas praças consumidoras sobre o nosso açúcar, e quais os meios mais acertados para aumentar-lhe a accliação.

8.º — Obter favores especiais para os engenhos centrais montados sem garantia de juros e que pela falta de rendas e consequente depreciação dos capitais neles empregados

estiverem em dificuldade de se poderem manter.

9.º — Alcançar dos poderes públicos a criação de um laboratório ao alcance de todos os interessados, onde se estudem os progressos realizados no estrangeiro e se façam experiências químicas sobre os meios de obter a maior quantidade de matéria sacarina.

10.º — Criar em centros agrícolas escolas práticas para o preparo de pessoal destinado à fabricação de açúcar e ao aperfeiçoamento da cultura da cana.

11.º — Diligenciar que as fábricas onde só se empregarem trabalhadores livres obtenham diminuição de impostos de toda a natureza.

12.º — Reunir todos os dados estatísticos sobre a produção nacional deste gênero, com indicações sobre preços, qualidades e origens, fazendo o confronto da exportação dos anos anteriores com o atual.

13.º — Colectonar em um depósito tecnológico os tipos de produções de açúcar dos diversos países, com informações sobre os processos do fabrico, quantidades produzidas, preços nos mercados exportadores e nos de consumo. Esta coleção será franqueada aos associados e servirá de base aos melhoramentos da indústria sacarina do país e às transações do comércio que se dedicar à exportação deste gênero".

A ação do "Centro" se fez sentir junto aos governos, associações de classe, etc., tendo logrado o restabelecimento, no orçamento, do aditivo para derrogação dos direitos de exportação do açúcar, o qual foi aprovado e logo sancionado para se tornar efetivo oito dias depois. Era, então, Ministro da Fazenda o Conselheiro Francisco Bellisario Soares de Souza, graças a cuja boa vontade foi o assunto solucionado.

Pretendia o "Centro" fazer inaugurar em agosto de 1888 uma "Exposição de Açúcar e Indústrias Anexas", tendo, a propósito, organizado o respectivo programa e entabulado as negociações que se tornavam necessárias. Contudo, escreve o Sr. Henri Raffard, "a 13 de maio sobreveio a lei da abolição incondicional que exaltou em extremo a bom número de lavradores, não cabendo aqui considerações de nenhuma ordem sobre essa medida sem dúvida necessária, porém adotada com certa precipitação, direi apenas que houve certa hesitação em tudo e que forçosamente se tornou preciso adiar a "Exposição de Açúcar e Vinho", organizada pelo Centro..."

O local para a Exposição seria a Associação Comercial, logo abandonado pela excessiva despesa da adaptação; solicitada, a Princesa Regente cedeu no Centro a parte do edifício da Ucharia, contigua ao paço da Cidade", mas a diretoria do Centro, "que preferia sem dúvida poder dispensar os salões adaptados tão hondosamente concedidos pela Sereníssima Senhora Regente, a fim de não sofrer o desgosto de vê-los estragados", obteve do Ministro Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Junior os salões da Escola Politécnica.

Auxiliou o Governo Imperial o Centro, para a realização, as seguintes medidas:

"Recomendação aos Presidentes de Província para promover a remessa de amostras de açúcar e vinhos de uva nacional, e da remessa dos inquiritos, até 15 de outubro.

Idem aos Inspetores das alfândegas e aduaneiros de mesas de rendas para despacho pronto de direitos e pronta expedição dos produtos remetidos ao Centro.

Idem às companhias de navegação e estradas de ferro subvencionadas para o transporte gratuito dos volumes.

Autorisação à Tipografia Nacional para impressão gratuita das Memórias remetidas pelo Centro.

Idem ao Diário Oficial para inserção de todos os boletins do Centro e notícias respectiva à Exposição.

Coadjuvação para se obter um edifício em particular para a Exposição, que seja bem colocado, ao alcance do comércio, e que ofereça ao acomodações necessárias às exposições especiais".

A 5 de janeiro de 1888 instalou-se, finalmente a "Primeira Exposição Especial Brasileira de Açúcares e Vinhos", nos salões da Escola Politécnica a qual foi visitada por SS. MM. o Imperador e a Imperatriz e por SS. AA. D. Isabel e Conde d'Eu, pelo Príncipe D. Pedro Augusto de Saxe Coburgo, Ministros, alguns Senadores, Deputados Gerais e Provinciais, Magistrados, Officiais Superiores do Exército e da Armada, etc..

Os juris da Exposição classificaram 258 amostras de açúcar, 61 de vinhos, 8 de aguardente e 67 de bebidas alcoólicas, tudo de produção nacional.

A 12 de junho desse mesmo ano, na sede do Centro, à Rua General Camara, 38, reuniram-se, em "Congresso Agrícola", numerosos agricultores e comerciantes, para deliberarem sobre "as necessidades da lavoura de cana e de engenhos centrais".

Uma das principais deliberações desse "Congresso", de que nos dá notícia o trabalho do já citado Sr. Henri Raffard — "O Centro da Indústria de Açúcar no Rio de Janeiro", Rio, 1892 — foi a da subscrição da capital de Rs. 10.000.000\$000 para o Banco Agrícola do Brasil, organizado por membros da Diretoria do "Centro", e destinado a emprestar à lavoura, com o auxílio do Tesouro, até RS. 20.000\$000 a juro módico e largas prazos.

O Centro funcionou também à Rua Frei Caneca, 223, mas parece que teve curta existência após o ano de 1892, conforme se depreende da informação do autor que estamos bosquejando: "A Diretoria, a cujo cargo esteve exclusivamente a Centro da Indústria e Comércio de Açúcar, e que durante um período de quase 3 anos de rara dedicação e desinteresse não poupan diligências e sacrifícios para a consecução das providências traçadas no respectivo programa, poderia, após o en-

cerramento da Exposição ter dado por concluída a sua tão árdua missão; resolveu, porém conservar o Centro, não só para a organização dos Relatórios concernentes à mesma Exposição, e outros trabalhos de propaganda, como ainda para os serviços que posteriormente pode se vir a prestar em prol das Indústrias que se propuzera auxiliar. Com efeito, desde aquela época deixaram de aparecer notícias do Centro a despeito da sua existência e da atenção com que acompanha o desenvolvimento daquelas Indústrias".

Fundada em 1897 quando o Governo Republicano não dispunha de um Ministério da Agricultura, a Sociedade Nacional de Agricultura retomou o problema do açúcar — e do vinho — e os debateu e estudou, diretamente ou através de conferências e reuniões especiais.

É assim que, já em 1898 (3 a 6 de março) fez realizar no Palácio da Prefeitura, a 1.^a Exposição de Uvas Europeias.

No 1.^o Congresso Nacional de Agricultura os assuntos do açúcar ocupam lugar destacado. São, então, aprovadas as seguintes conclusões a respeito da "Lavoura e comércio da cana e de seus produtos":

"50.^a Parece de utilidade um convênio ou associação dos fabricantes de açúcar e álcool, para regular a venda e colocação de seus produtos por meio de casas e peçolas suas nas respectivas praças.

51.^a Solicitar do Congresso Federal a decretação do sistema de alcoometria ponderável em substituição da volumétrica.

Tentar de direitos de importação as lâmpadas, candieiros e material empregada na iluminação ou produção de força motriz por meio do álcool.

Diminuir o imposto sobre a benzina importada ou outro agente que, associado ao álcool torne mais barata a luz e melhor.

52.^a O Congresso aconselha em relação à lavoura de cana:

1.^o Que se recomende instantaneamente ao lavrador a prática e vulgarização dos seguintes preceitos aplicados com método e conforme os princípios agrônômicos:

a) escolha da variedade de cana a plantar;

b) seleção da semente para o plantio;

c) estrumeação e irrigação dos canaviais.

2.^o Que se solicite dos engenhos centrais a adoção da seguinte medida:

O preço da cana será dado, não pelo peso bruto desta matéria prima, mas por seu título em sacarose.

Em relação à fabricação do açúcar:

1.^o Que se recomende aos fabricantes de açúcar a introdução dos melhoramentos necessários em suas fábricas e o máximo cuidado na fabricação;

2.^o O melhoramento da cultura da cana e a criação de fábricas de extração aperfeiçoadas, sob a direção de sindicatos agrícolas ou de uma comissão de agricultores de escolha de seus coeigas.

3.^o O cultivo de árvores frutíferas para aproveitamento de seus produtos e do açúcar na fabricação de doces, confeitos e leques, organizando para esse fim cooperativas de produção.

53.^a Que se peçam:

Severas providências no sentido de reprimir os abusos das quebras de peso fraudulentas e outras tantas faltas de que se queixam produtores e exportadores;

Medidas no sentido de impedir que os materiais de importação permaneçam longo tempo nas alfândegas sem serem despachados, com grave prejuízo para os importadores e consumidores.

54.^a O imposto estadual sobre o açúcar deve recair exclusivamente sobre a produção, ficando de todo absolutamente o açúcar que for exportado. Além do imposto estadual deve ser cobrado às respectivas fábricas a taxa de ... por jullo de açúcar. O produto desta taxa será depositada para ser distribuído ao exportador de açúcar, à razão de 6\$000 por cada saca exportada, até dois quintos da produção total. O saldo, depois de pagos os prêmios durante o ano, será entregue à associação dos representantes das fábricas.

Em 1902 dada a crise que assobervava a indústria do açúcar, leva a Sociedade a efeito, na Bahia, em 25 de junho, a Conferência Açucareira dos Estados Açucareiros do Brasil, empreendimento memorável pelos seus benefícios àquela indústria, cuja direção foi pela Sociedade fundada à Sociedade Bahiana de Agricultura.

Erão fins da Conferência:

a) promover entre os referidos Estados e a União, medidas de pronta execução, que habilitem a lavoura da cana e a indústria do açúcar e aguçante a resistir à crise que as assobervava no momento atual;

b) promover, entre os mesmos Estados, a União e os próprios produtores, medidas que previnam e evitem a repetição da situação anômala, ruína e acabrunhadora em que se acham aqueles ramos da produção nacional.

Por essa ocasião foram lançadas as bases do Sindicato Açucareiro da Bahia, criado logo depois com a cooperação de 12 usinas importantes.

Em 1903 fez realizar no Prantão Velocipedico Fluminense, à Rua do Lavradio, a 1.^a Exposição Internacional de Aparelhos n Alcool e simultaneamente o Congresso das Aplicações Industriais do Alcool. Datam daí os principais impulsos à Idéa do aproveitamento do alcool como combustível, Idéa mais tarde plenamente vitoriosa.

Em 1905 cria, em seu seio, o "Comité Central dos Sindicatos Agrícolas dos Estados Açucareiros", presidindo-o o Dr. Wenceslau Alves Leite de Oliveira Belo.

Alinda nesse ano, realizar em Pelotas, anexa à Exposição Agro Pecuária promovida pela Sociedade Agrícola local, uma outra Exposição de Aparelhos n Alcool.

De 14 a 29 de março des e mesma ano realizou e no Recife a 2.^a Conferência Açucareira em obediência a uma conclusão da 1.^a, realizada na Bahia. Foi essa Conferência secundada pela Sociedade Nacional de Agri-

CRIADORES

Preferam os produtos veterinários
RAUL LEITE. São todos de eficiência
comprovada e segurança absoluta.

VACINAS, TONICOS, VERMIFUGOS, PRODUTOS PARA TODAS AS DOENÇAS E PARA TODAS AS ESPÉCIES ANIMAIS.

Nas febre Aftosa — KUROS E COLÓIDO-CALCIO

Para banheiros carrapatos e GAVIAO.

Nas bicheiras e bernezes — CRESOS

Nas verminoses — FENOTIAZINA
— FENOLFTALEINA.

Nas freiras — FRIEIROL.

Nas intoxicações — VITOS.

Peçam folhetos e preços aos representantes nos Estados ou aos

LABORATORIOS

RAUL LEITE S. A.

RUA LEOPOLDO BASTOS, 130
RIO

cultura e auxiliada pelo Governo do Estado. Nesse Estado, como resultado da Conferência, funda-se a União local dos Sindicatos Agrícolas, com 3 regionais, abrangendo 18 municípios.

Em 1906 (25 de julho) reúnem-se na Sociedade Nacional de Agricultura fabricantes de açúcar e representantes das associações agrícolas dos Estados açucareiros, num pequeno Congresso, o qual confluiu a uma Comissão constituída de representantes da Indústria dos Estados açucareiros o trabalho de propor as medidas julgadas necessárias ao amparo e defesa dos interesses da Indústria.

Essa Comissão, a 2 de agosto do mesmo ano, tirou seu parecer a respeito e se compunha dos seguintes nomes: L. Correia de Brito, Presidente da União dos Sindicatos Agrícolas de Pernambuco; Cristina Cruz, representante do Sindicato de Caxias; Dr. Ferreira da Rocha Lorença, representante do Sindicato Açucareiro da Baía; Augusto Ramos, representante da Sociedade Paulista de Agricultura; Curvello de Mendonça, representante do Sindicato e das associações agrícolas de Sergipe; Ezequiel de Andrade, pelos Sindicatos Agrícolas de Alagoas e Sociedade Alagoana de Agricultura; Pereira Nunes, pelo Sindicato de Campos. De duas ordens foram as sugestões propostas, e aprovadas pela Sociedade Nacional de Agricultura: a organização comercial e as de incentivo ao aperfeiçoamento da Indústria e redução do custo de produção.

Com a realização, a 9 de agosto de 2.º Congresso Nacional de Agricultura, voltam o açúcar e o álcool a ocupar boa parte dos trabalhos das suas comissões e sessões plenas. Ao fim, foram aprovadas as seguintes conclusões:

80.º — O Congresso recomenda aos agricultores da cana o aperfeiçoamento dos atuais processos de cultura e fabricação, de maneira que possam os produtos encontrar a preferência nos mercados mundiais e lutar dentro do país com vantagem na concorrência estrangeira.

Entre as medidas mais urgentes para esse aperfeiçoamento devem ser adotadas pelos interessados as seguintes: algumas delas já indicadas pelo Congresso Nacional de Agricultura de 1901 e nas primeira e segunda Conferência Açucareira do Recife e da Bahia.

a) — A preparação e aranhão das terras de plantio por meio de arados modernos e outros instrumentos aratórios que as mãos práticas e a ciência aconselham, devem, por exemplo, logo após a colheita das socas ou resacas, o terreno ser revolvido com os instrumentos apropriados e na primeira oportunidade, evitando a formação de capoeiras, cuja ação, aliás benéfica, é mais demorada e muitas vezes incompleta;

b) — O estudo das variedades de cana que devem ser preferidas de acordo com os terrenos da propriedade rural e a devida seleção dos tocos ou pedaços de canas destinados ao plantio para evitar a degeneração da planta ou seu empobrecimento em açúcar.

Enquanto não funcionarem as estações heranças ou instituições congêneres, seria da maior conveniência que os agricultores semeassem a flexa da cana para o fim de formar viveiros onde possam apreciar as inú-

meras variedades que se formam e fazem a preferência na seleção;

e) — Adubação dos terrenos e irrigação dos canaviais;

d) — O estabelecimento de estações agrônomicas administradas pelas associações e sindicatos agrícolas e pelas usinas de uma região dada, cumprindo nos Governos da União e dos Estados auxiliarem com recursos pecuniários esses institutos de ensino no intuito dos mesmos se manterem e cumprirem os seus utilitários fins;

e) — A instituição, nas usinas e nas distilações, de pequenos laboratórios;

f) — A montagem nas usinas de balanças automáticas que imprimam o peso;

g) — O emprego nas usinas de aparelhos modernos de dupla ou tripla pressão no interesse de extrair-se maior quantidade de caldo;

h) — A instalação de geradores de grande superfície de aquecimento e de fornos especiais para o bagaço, os quais provados pela experiência, trazam a vantagem imediata de redução de combustível, no empenho de haratear a de pesa de fabricação e de conservarem as malas e capoeiras;

i) — O uso dos mais aperfeiçoados aparelhos na filtração mecânica do caldo;

j) — A remoção dos resíduos de fabricação e cinzas das proximidades das fábricas e habitações para os terrenos de cultura no interesse do aproveitamento de agregados fertilizantes do solo;

k) — A instituição de uma bonificação por parte das associações agrícolas e dos proprietários de usinas aos agricultores fornecedores de canas que mais se distinguirem em processos de cultura e de seleção das sementes, adquirindo as usinas por esse meio a matéria prima com maior grão de sacarose;

l) — A transformação dos banguês de primeira ordem em pequenas usinas, adotando-se neles os dessecadores, as turbinas e boas moendas de pressão e outros mecanismos aperfeiçoados, de modo que gradualmente desapareça a grande parte desses banguês ou fábricas de açúcar de esmoento a fogo nu;

m) — O emprego de outro qualquer meio de aperfeiçoamento da cultura e fabricação, segundo os preceitos da ciência e as práticas dos centros industriais mais adiantados e os recursos de cada interessado, cumprindo às associações agrícolas fazer a propaganda ativa nesse sentido”.

Para a consecução dessas medidas, de aperfeiçoamento da cultura e da fabricação, recomendou ainda o Congresso uma série de providências.

Até 1909, dando desempenho à campanha que se impoz em pró do aproveitamento do álcool como combustível, havia a Sociedade realizado 8 exposições e 445 exibições de iluminação durante 3.058 noites, empregando 64 262 litros de álcool.

Em 1911, de 28 de março a 12 de junho reúne-se, na sede da Sociedade, o “Convênio Açucareiro do Brasil”. Preside os trabalhos da primeira sessão, o Dr. Silveo Rangel, no impedimento do Presidente Wencesláu Bello, gravemente enfermo. Histórico os motivos que determinaram a convocação dos interes-

sados na crise açucareira, informa o Dr. Silveo Rangel que a Diretoria fora procurada pelo Drs. Alfredo Cabucú e José Bezerra, que pediram à Sociedade o seu concurso no sentido de promover a reunião de representantes dos Estados e associações interessadas para estudo de um projeto de amparo a indústria açucareira. Estiveram presentes a essa primeira reunião o Senador Araujo Góis, por Alagôas; Alfredo Cesar Cabucú, pela Bahia e pelo respectivo Sindicato Açucareiro; Deputado Prudêncio Milanez, pela Paraíba do Norte; Senador Tavares de Lyra e Ferreira Chaves, pelo Rio Grande do Norte; Dr. João A. de Oliveira Guimarães, pelo Rio de Janeiro; Senador Oliveira Valadão, por Sergipe; Dr. Gustavo Lebor Regis, por Santa Catarina e pela Sociedade Catarinense de Agricultura; Hans Meyer, pela Sociedade Alagoana de Agricultura; Dr. Curvelo de Mendonça, pela Sociedade Sergipana de Agricultura; Dr. Henrique Santos Dumont, pela Sociedade Paulista de Agricultura; Visconde de Quissamã e Dr. José Ribello de Castro, pela Usina Quissamã, de Campos; Drs. Enéias de Castro, Dr. Lulz Tinoco, Isidro Pamplona, Rafael Crisóstomo e Cel. Ernesto Lima, pela Reunião dos Fabricantes de Açúcar.

Por não ter podido comparecer o representante de Pernambuco, foi adlada a sessão preparatória, realizada a 4 de abril. O Visconde de Quissamã foi eleito Presidente e o Dr. José Bezerra expoz o seu plano. Foi designado o Dr. Augusto Ferreira Ramos para relatar a proposta que é comunicada a todos os Estados interessados. Na última sessão, ficou nomeada uma comissão permanente para a realização das medidas aprovadas, e até a reunião da 4.ª Conferência Açucareira, a reunião se em Campos e projetada desde 1909. Era esta a comissão: Augusto Ramos, Cel. Ernesto Lima, Curvelo de Mendonça, Carlos Raulino e Prudêncio Milanez. O penúltimo faleceu até a chegada do Dr. Mendonça Guimarães.

Ainda nesse ano a 29 de setembro, na Cidade de Campos, sob a influência da Sociedade Nacional de Agricultura, realiza-se a Conferência Açucareira também em obediência a uma das conclusões aprovadas em idênticos certames ocorridos no Recife e Bahia.

Em 1918 a 14 de outubro, o então Diretor da Estação Experimental de Campos faz, perante a Sociedade, uma conferência sobre “A Indústria Açucareira” naquele Município.

Em 1922, realiza-se o 3.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária. Ali, como nos certames anteriores, a cultura da cana e a indústria açucareira ocuparam destacada posição no temário e nos resultados do conclave.

Foram estas as conclusões aprovadas:

“CULTURA — Épocas de plantio e de colheita — Processos de cultura — Melhoramentos recomendáveis para maior rendimento cultural e maior riqueza sacarina — Adubação artificial — Seleção das variedades — Serviço oficial.

O 3.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, tendo em vista os estudos e quadros relativos à cana feitos no Instituto Agrônomico do Estado de São Paulo, em Campinas,

nestes 13 últimos anos, pelo seu Diretor J. Arthaud Berthel, em colaboração com R. Bolliger, 1.º Químico e J. Hermann, Chefe de cultura, sobre a escolha das melhores variedades, o ótimo de maturação e a adubação metódica, experimental, conclui:

1.º — Entre as 72 variedades estudadas, quanto à seleção, o rendimento de canas, por hectares, varia facilmente de um a dois e a riqueza sacarina de 9-10% a 15-16%; é, portanto, aconselhável que os plantadores de cana tenham, num campo especial as melhores variedades que possam obter para e colher, entre elas, as mais ricas e mais adaptáveis às suas condições particulares; pelos mesmos motivos, os engenheiros, que compram canas, têm interesse em distribuir e exigir canas ricas, por meio de prêmio a riqueza sacarina, até chegar, talvez, a comprar segundo essa riqueza, como acontece em relação ao leite, pela matéria graxa, em certas fábricas ou cooperativas de manteiga;

2.º — Apresentando-se, para cada variedade de cana, um optimum de maturação, correspondente ao maximum de açúcar, com maior pureza do caldo, — geralmente entre 15 e 21 meses de idade, no Estado de São Paulo — os engenheiros devem, previamente, determinar este período para as diversas canas e as várias parcelas, mediante as necessárias análises, que exigem um laboratório e um químico, outrossim indispensáveis para o "controle" da fabricação;

Ha ainda vantagem em cultivar várias canas ricas, umas porcelas, outras mais tardias ou intermediárias, podendo-se, assim, trabalhar, sempre, com canas maduras, não "passadas" e ganhar 5 a 10% de açúcar de fabricação mais fácil e melhor;

3.º — A adubação da cana, geralmente necessária, salvo raros casos de excepção, pôde dar excelentes resultados, se for adequada ao terreno e à cana e principalmente, quando determinada metódica e experimentalmente por ensaios locais ou por resultados obtidos em condições próprias; é porém, indispensável a maior cautela não sendo, de modo geral, suficientes os simples dados de "restituição", bem como os de análise da terra; pelo menos, no princípio e até obter-se uma certa quantidade de bons resultados de adubações na mesma região, será necessário fazer ensaios metódicos em latas ou vasos e paralelamente ou depois, no terreno de cultura, aplicando os melhores resultados das principais indicações em latas; assim ter-se-á certeza de obter fórmulas seguras de adubações módicas, eficientes e frequentemente muito lucrativas.

O 3.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária sugere ainda:

a) — Que nas estações experimentais, mantidas pelo Ministério da Agricultura ou pelos Estados, se façam estudos sobre cultura e seleção de boas variedades de cana em escala suficiente para a distribuição por entre os lavradores, sobre o ótimo de maturação e adubação metódica de cada variedade aperfeiçoada.

b) — Que se incluía, na secção técnica que se venha a criar, no Ministério da Agricultura, para a borracha e a herva mate, o estudo de

todas as questões técnicas relativas à cultura, beneficiamento, indústria e comércio da cana de açúcar no Brasil.

INDÚSTRIA — O problema do combustível nas usinas de açúcar — Aproveitamento eficaz do bagaço para esse fim — Tipos de fornalhas próprias e económicas — Economia do combustível — Centralização do fabrico — Eletrificação das usinas — Preparação de técnicos — Inferioridade da Indústria brasileira.

Reconhecendo o Congresso que o problema do combustível das usinas de açúcar é de importância capital para a Indústria, o que, aliás, não tem merecido entre nós a atenção conveniente, verificando-se, ainda, que, em geral, nas nossas fábricas de açúcar é exagerado o consumo de lenha, do que resultam dois graves inconvenientes: — a elevação do custo de produção, por efeito de um elemento de despesa, que cresce dia a dia, pelo aumento do custo da lenha; e a devastação das matas, que vão desaparecendo em vastas superfícies, em torno das usinas, sugere:

1.º — E' da mais alta importância limitar nas usinas de açúcar o consumo de vapor à quantidade que os pode obter, queimando somente o braço de cana.

2.º — A quantidade de outro combustível, que se torne necessário para começar a moagem a para pequenas interrupções, é tão pequena que não pode ser levada em conta.

3.º — Não sendo possível interromper a trabalho de fabricação, a regularidade de fornecimento de cana e a continuidade da moagem são condições indispensáveis para a produção económica do vapor com a alimentação regular e automática das fornalhas somente com o bagaço.

4.º — Não servem para a completa combustão do bagaço as fornalhas apropriadas a outros combustíveis. Já são conhecidos diversos tipos de fornalhas, apropriadas ao bagaço, com grandes câmaras de combustão e em que pela tiragem forçada se mantém o bagaço em movimento, para conseguir sua completa combustão.

5.º — E' nos aparelhos evaporadores que se pôde fazer maior economia de combustível, convindo para esse fim aproveitar o mais possível nesses aparelhos o vapor de escape produzido pelos motores.

6.º — O poder calorífico do bagaço, ainda que influenciado pela proporção de fibra existente na cana, depende, principalmente, da quantidade de humidade, que fica no bagaço, ao sair da moenda e da quantidade de agua, que lhe é adicionada para aumentar a extração da sacarose.

Cumprido, portanto, regular com muito critério a quantidade de agua a adicionar, por irrigação ou maceração do bagaço, para não aumentar sem proveito algum o trabalho de evaporação.

7.º — A força necessária em diferentes usinas é muito variável. Depende de competência do engenheiro que projeta a fábrica dispor os aparelhos de maneira que o con-

sumo do vapor seja o mínimo e nefes se compense.

B.^o — É aconselhável o uso dos preevaporadores, em que, pela injeção de quantidade suficiente de vapor seco, se consegue que o vapor de escape seja suficiente para todas as necessidades da fábrica.

D.^o — A aplicação da electricidade como força motriz nas usinas de açúcar permite dispôr do modo mais eficiente os aparelhos evaporadores, que são precisamente aqueles em que se pode fazer maior economia de combustível.

É esta a principal vantagem da electrificação das usinas de açúcar, aconselhada sempre que se possa obter a força eléctrica em condições económicas.

O Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária considera a centralização do fabrico, nas instalações de grande capacidade, uma das essenciais condições de barateamento da produção do açúcar:

a) pela economia de administração;

b) pelo aperfeiçoamento da aparelhagem, raramente acessível às pequenas instalações, e, entretanto, sempre desejável, quer pela maior eficiência nas operações de prensagem, dessecação, filtração, cozadura e cristalização, como pela facilidade que oferece ao trabalho de asselo, e esterilização dos vasilhames, bombas, tubos, etc.;

c) pela uniformidade e embelezamento dos diferentes tipos de açucareiros;

Entende ainda o Congresso que a electrificação das usinas representa um dos mais apreciáveis fatores da economia, na indústria açucareira, e deve ser recomendada:

a) pelo diminuto preço da força, quer seja a usina geradora do mesmo proprietário, quer seja comprada a outrem, desde que o seu custo obedeça à tabela comum nas grandes indústrias, em nosso país, que nunca excede a 50 réis por kilowatt;

b) pelo aproveitamento da grande riqueza hidráulica que possuímos e consequente economia de combustível madeira, tão necessária à conservação das florestas;

c) pelas conveniências de ordem técnica na montagem dos diferentes motores, no interior das usinas, sem perda de força, o que seria impraticável com a utilização do vapor;

d) pelas indiscutíveis vantagens da iluminação eléctrica;

e) pela economia de bagaço que pode ser aproveitado na indústria do papel, ou na adubação do solo, quando o vapor só tem aplicação no aquecimento.

As conveniências enumeradas justificam plenamente o emprego da electricidade nas usinas, ainda mesmo quando geradas pela força vapor, na falta absoluta da energia hidráulica.

O Congresso reconhece que a preparação de técnicos na parte mecânica e química da indústria açucareira constitui um largo passo no progresso industrial que sofre os males de empobrecimento profissional, de ruínas consequências, e considerando o que a tal respeito, diz Duarte Cruz, isto é, que "a ignorância de muitos dos pequenos lavradores, a despreocupação e falta de zelo de outros, aliada à incom-

petência dos entendidos que, abusando da inexperiência dos seus constituintes, fornecem e instalam mecanismos de resultados completamente duvidosos e ensinam as mais errôneas e grosseiras práticas para a fabricação, são as causas primordiais do desvirtuamento de sistema e da péssima qualidade de açúcar por eles produzido", propõe que a Sociedade Nacional de Agricultura, dirija um apelo ao Ministério da Agricultura Indústria e Comércio:

a) Para que forneça, por intermédio de profissionais competentes, nos interessados que o solicitem, plantas, orçamentos e quaisquer informações de que possam necessitar para montagem ou reforma de usinas de açúcar, tendo sempre em vista a adoção dos mais recentes melhoramentos conhecidos, na indústria,

b) Para que envide os maiores esforços em prol do preparo técnico de químicos, que deverão ter preferência para a direção de fabrico, nos estabelecimentos industriais.

O Terceiro Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, baseado no inquérito realizado em 1917 pela Diretoria Geral de Estatística, julga que o Brasil está em situação de grande inferioridade, em relação aos países produtores de açúcar, e afirma que as causas dessa inferioridade resultam:

a) da existência de grande número de banguês, que cobrem a mais de 3.000, cujo rendimento é muito baixo;

b) do aparelhamento, ainda imperfeito, da maioria das usinas de açúcar existentes no país, o que lhe não permite rendimento médio superior a 7%;

c) — da má qualidade da cana cultivada e dos processos rudimentares da cultura.

Pensa ainda o Congresso que o que contribui para esse estado de cousas é a falta de estabilidade nos preços de venda do açúcar, que sofrem variações bruscas, de um ano para outro, e até no curso da mesma safra, impedindo, dessarte, que se encaminhem capitais para a indústria açucareira, pela condição aleatória da sua exploração.

Dado, porém, o fracasso do sistema de garantia de juros concedidos aos engenhos centrais e do pagamento, em apolices, do custo das usinas construídas, entende o Congresso que apenas resta uma providência, como, aliás, acaba de reconhecer a comissão nomeada pelo governo inglês em relação à Índia — a fixação de preços mínimos como único meio eficaz de atrair capitais, que se empreguem no aperfeiçoamento da lavoura de cana e da indústria açucareira.

O Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária faz votos por que seja regulamentada dentro de curto prazo, a lei n.^o 4.456, de 7 de janeiro de 1922, que estabelece preços mínimos para o açúcar, levando-se em consideração as sugestões das classes interessadas, procedentes de Pernambuco e Alagoas.

AICOOL MOTOR — Liga Nacional para Defesa e Propaganda do Alcool Motor — A utilidade pública e o interesse nacional do

produto - Congresso - Transportes ferroviários - Ensino tecnológico - Auxílios - O ÉTER - Armazens e Tarifas - Impostos - Cooperação.

O 3.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, depois de estudar detidamente o problema da produção do álcool para fins industriais, indica as seguintes medidas, que julga patrióticas, úteis e oportunas:

1.ª - Formação de uma "Liga Nacional para Defesa e Propaganda do Alcool Motor", para o que, desde já, pede ao Terceiro Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, ou, posteriormente, a Sociedade Nacional de Agricultura, que se digne de nomear uma comissão que proceda à constituição da mesma.

2.ª - Solicitar-se, de quem de direito, seja considerado de utilidade pública e de interesse nacional, o emprego do álcool motor produzido no país.

3.ª - Convocar-se um Congresso especial de álcool, nomeado o atual Terceiro Congresso Nacional de Agricultura, ou a Sociedade Nacional de Agricultura, uma Comissão que o promove.

4.ª - Modificar-se o sistema de transporte ferroviário, aconselhando às companhias a adoção de vagões-tanques e dedicar ao transporte de álcool todo o material necessário.

5.ª - Desenvolver-se, nos Institutos e Escolas, entre elas a Escola Superior de Agricultura, o ensino tecnológico da fabricação do álcool, facultando-o aos fiscais especiais dessa indústria, concedendo, para esse fim, créditos e subvenções, favores de impostos, isenção de direitos alfandegários e prêmios.

6.ª - Criar-se, no Ministério da Agricultura, uma seção de fermentações, destinada, com especialidade, ao estudo de todas as questões técnicas relativas à produção, Indústria e comércio do álcool motor, inclusive o controle químico das destilarias existentes, fornecendo às mesmas o pessoal e material necessários, bem como subvencionar as seções especiais de fermentação já existentes nos institutos agrônômicos, não federais, e aparelhar, convenientemente, a da Escola Superior de Agricultura.

7.ª - Auxiliar-se, pecuniariamente, aos industriais, mediante empréstimos, ou fornecendo-lhes o material necessário à modificação e destilarias atuais.

8.ª - Aconselhar-se aos Podres Públicos o emprego de locomotivas, tratores e outros veículos construídos especialmente para o emprego do álcool.

9.ª - Solicitar-se a criação de leis que facilitem a livre circulação do álcool desnaturado ou carburetado, podendo a despaturação ou carburetação ser feita pelos mesmos fabricantes de álcool, ou indistintamente, pelos compradores.

10.ª - Conceder-se favores à criação de fábricas de éter, de certa importância industrial, sendo o éter, como o reconhece o Congresso, o melhor carburetado nacional.

11.ª - Conceder-se favores equivalentes aos veículos, motores, aparelhos de iluminação e de fabricação de gás destinados a em-

preparar principalmente, como matéria-prima, o álcool desnaturado ou carburetado.

12.ª - Instalar-se, nos grandes centros consumidores e de exportação, armazéns alfandegados, ligados às estradas de ferro e providos de reservatórios adequados a receber o álcool transportado por vagões-tanques.

13.ª - Reduzir-se as tarifas ferroviárias para o álcool desnaturado ou carburetado, ao menos até a taxa mínima aplicada no comum nível e frete mais barato, devendo as estradas de ferro considerar o álcool esterificado ou desnaturado, para todos os fins, como a gasolina ou o kerozene.

14.ª - Criar-se um prêmio aplicável a cada litro de álcool desnaturado ou carburetado, variando o "quatum" desse prêmio segundo o preço de venda da gasolina ou do kerozene, de maneira a poder-se pagar o álcool ao produtor, no lugar da produção por um preço conveniente de competição.

15.ª - Solicitar-se do Governo que o produto do imposto de \$240 que pagam o álcool e aguardente na atualidade seja, em parte, aplicado de preferência ao custeio dos favores mencionados.

16.ª - Criar-se um imposto ou taxa especial sobre todos os leores ou heblidas alcoólicas, (excetuando-se os vinhos naturais) importados ou fabricados no país, cuja importância será integralmente destinada ao custeio dos favores mencionados.

17.ª - Promover-se a fundação de uma cooperativa nacional que tome a si organizar a produção e o comércio do álcool destinado a fins industriais.

PARA BEM SERVIR COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

BORGHOFF S. A.

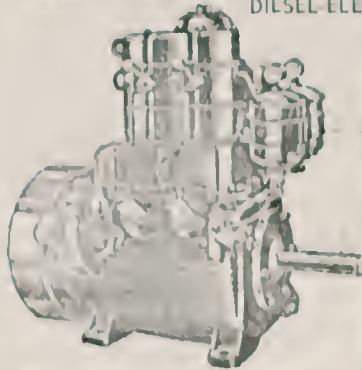
Rio de Janeiro - Rua Maranhão, 243 - Fone 42-3720 - C. P. 619
São Paulo - Av. Gal. O. da Silveira, 63 - Fone 51-5980
Telegramas - "Borgmagneto" - Rio ou S. Pau

O motor DIESEL mais
vendido no Brasil,

porque é um motor verdadeiramente **DIESEL**

MODELOS DIVERSOS ATÉ 20 HP

Oferecido nos tipos: INDUSTRIAL, MARÍTIMO, GRUPOS
DIESEL-ELÉTRICOS E DIESEL-BOMBAS.



HALLETT

- Virabrequim apoiado em rolamentos.
- Lubrificação forçada.
- Controlado por regulador automático.
- Partida a frio.
- Vigiado por manômetro e por termômetro.
- ROBUSTO, DURÁVEL, ECONÔMICO E SIMPLES

Assistência técnica, oficinas especializadas e sobressalentes em estoque

Representamos outros motores e grupos-geradores, para qualquer potência.

Primeiro Congresso Estadual

da Indústria de Laticínios e Derivados do Estado de M.Gerais

Foi Relator Geral do Congresso o Representante da Sociedade Nacional de Agricultura. Aprovada a realização da 3.ª Conferência Nacional de Laticínios, sob os auspícios da mesma Sociedade.

Realizou-se de 10 a 12 de outubro p.p., em Belo Horizonte, o 1.º Congresso Estadual de Laticínios, promovido pelo Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de Minas Gerais. A inauguração oficial dos trabalhos teve lugar na tarde do dia 10 de outubro p.p., sendo os mesmos presididos pelo representante do Sr. Secretário da Agricultura do Estado. Depois de instalado o Congresso por essa autoridade, pronunciou brilhante discurso o Sr. Rubens Palhares, Presidente do Sindicato, explanando as finalidades do Congresso e a importância dos trabalhos a serem realizados. Fizeram-se ouvir a seguir outros oradores, entre eles o Sr. Otto Frensel, representante da benemérita Sociedade Nacional de Agricultura, especialmente convidada para essa solenidade.

A seguir foram instaladas quatro comissões, afim de estudar e realizar os trabalhos, previstos no temário organizado pelo Sindicato. Da segunda Comissão — Estímulo à Produção — fez parte o Sr. Otto Frensel, representante e membro da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, tendo sido eleito relator da mesma comissão.

Realizaram-se três reuniões diárias e na reunião em comum das quatro comissões, foi eleito Relator Geral dos Trabalhos o Sr. Otto Frensel, representante especial da Sociedade Nacional de Agricultura no referido Congresso.

Finalmente, na sessão noturna geral, em 12 de outubro p.p., o Relator Geral leu as conclusões finais do Congresso as quais consistem em 15 sugestões aos poderes públicos e 15 recomendações aos industriais. Estas conclusões foram precedidas da seguinte introdução:

"Entende esta Comissão que, uma vez atendidas as sugestões e recomendações apresentadas, conseguir-se-á uma redução substancial no custo da produção, o qual, refletindo no preço de venda, concorrerá para que não seja diminuído o poder aquisitivo do consumidor, evitando, ao mesmo tempo, a proliferação de sucedaneos nocivos à saúde do Povo".

Fizeram parte da mesa dessa solenidade, além da Diretoria do Sindicato, o Representante da Inspeção Regional da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Ministério da Agricultura e o representante da Sociedade Nacional de Agricultura, Sr. Otto Frensel o qual, como Relator Geral dos trabalhos do Congresso, leu as respectivas conclusões. Franqueada a palavra, fizeram-se

ouvir diversos oradores, encarecendo a importância da produção, transporte, industrialização, distribuição e consumo do leite e de seus derivados para o Estado de Minas Gerais e o Brasil. Além de vários industriais, destacaram-se, entre estes oradores, os Srs. Dr. José Claudio Moreira, representante do Inspetor Regional da D.I.P.O.A., em Minas Gerais, e o Sr. Otto Frensel, Diretor e representante especial da Sociedade Nacional de Agricultura.

As conclusões do 1.º Congresso Estadual da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado de Minas Gerais, realizado em 10 a 12 de outubro p.p., foram as seguintes:

SUGESTÕES AOS PODERES PÚBLICOS

1.º — Financiamento industrial pelas respectivas cartelas bancárias existentes ou a criação de um banco especializado, atendendo ao previsto no "PLANO SALTE".

2.º — A observância rigorosa do regulamento que restringe a matança de vacas leiteiras;

3.º — Intensificar e premiar a seleção de gado leiteiro, construção de silos e banheiros carrapaticidas, etc., prática de fenação, cultura de plantas forrageiras, uso de rações balanceadas, recomendando especialmente na sua fabricação e distribuição uma fiscalização rigorosa dessas rações.

4.º — Assistência técnica aos produtores, notadamente para uso e aplicação de rações balanceadas, etc., inclusive estabelecimento de fazendas modelo, de orientação eminentemente prática.

5.º — Manutenção e desenvolvimento de estabelecimentos de ensino técnico especializado, tais como a FABRICA ESCOLA DE LATICINIOS CANDIDO TOSTES.

6.º — Execução dentro do menor prazo possível dos projetos que dizem respeito à indústria de laticínios e constantes do PLANO SALTE e do PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO.

7.º — Realização anual da SEMANA DO LATICINISTA, na FABRICA ESCOLA DE LATICINIOS CANDIDO TOSTES, à semelhança da SEMANA DO FAZENDEIRO em Viçosa, com idênticos favores.

8.º — Necessidade da presença de um representante da indústria de laticínios, no Conselho de Administração da FABRICA ES-

COLA DE LATICÍNIOS CANDIDO TOSTES, membro esse, que deverá ser indicado pelos Sindicatos da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados.

9.^o — Aumentar os trabalhos de extensão da **FABRICA ESCOLA DE LATICÍNIOS CANDIDO TOSTES**, afim de disseminar a orientação técnica às fábricas.

10.^o — A localização e disciplinação de novas indústrias, seja autorizada pelos Conselhos Estaduais de Leite e Laticínios, previstos no **PLANO SALTE**.

11. — Encarecer a necessidade de **CONVÊNIO**s entre o Governo Federal e os Estaduais, no sentido de padronizar os regulamentos de fiscalização da produção da indústria e do comércio de laticínios.

12. — Alcação rigorosa das normas respectivas, na fiscalização eficiente e continua da matéria prima junto ao produtor.

13. — Fiscalização contra roubos e extravios nas Companhias de navegação e portos do País.

14. — Recomendar aos poderes públicos e órgãos legislativos federais a reconsideração da decisão que isentou de Licença Prévia a importação do Leite em Pó.

15. — Recomendar a convocação da 3.^a Conferência Nacional de Leite e Laticínios, sob os auspícios da Sociedade Nacional de Agricultura e dos Sindicatos da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Brasil.

RECOMENDAÇÕES AOS INDUSTRIAIS

1.^o — O fator principal para o bom êxito da indústria de laticínios é a obtenção de uma matéria prima de ótimas condições higiénicas e organolépticas.

2.^o — Por isso mesmo, os industriais devem incentivar o fazendeiro no sentido de:

a) — Higienizar seus currais e varandas de ordenha, assim como os locais de desnatção;

b) — Coar e resfriar o leite, imediatamente após a ordenha;

c) — Providenciar o transporte rápido em vasilhame exclusivo;

d) — Aumentar a produção per capita, pela melhoria dos rebanhos;

e) — Incentivar a cultura de plantas forrageiras, o uso de rações balanceadas, a aplicação do feno, a construção de banheiros carrapaticidas, etc., e o uso intensivo de vacinas.

3.^o — Distribuir propaganda intensiva e premios aos fazendeiros que melhor cooperarem para o fornecimento de matéria prima de boa qualidade.

4.^o — Proceder a análises de rotina e exame organoléptico da matéria prima.

5.^o — Melhoria do nível técnico das fábricas, inclusive o aproveitamento de técnicos especializados.

6.^o — Cobrar uma taxa pelo transporte de peccas ou mercadorias nos caminhos dos industriais, cujo montante reverterá em benefício da conservadas rodovias.

7.^o — Influir junto às autoridades de suas respectivas zonas, no sentido de abertura de novas rodovias e conservação das existentes.

8.^o — Sugere a organização de uma Cooperativa de Seguros.

9.^o — Recomendar ao Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados, no Estado de Minas Gerais, o estudo da Legislação Sindical e Trabalhista, por uma Comissão de especializados, para melhor orientação aos industriais.

10.^o — Recomendar a extinção de Intermediários na compra da matéria prima, substituindo-os por empregados dos industriais, sob condições que deverão entrar em vigor em 1.^o de janeiro do ano próximo futuro.

11. — Cessar o empréstimo de desnatadeiras e vasilhame, passando a vendê-los, se necessário, a prestações mensais.

12. — Extinção de adiantamentos e empréstimos a fornecedores.

13. — Recomendar a abolição da atual prática de aquisição da matéria prima, e substituí-la por uma outra mais homogênea, de racionalização dos preços, possibilitando preços ao consumidor mais compatíveis com o seu poder aquisitivo.

14. — Recomendar ao Sindicato da Indústria de Laticínios e produtos Derivados, no Estado de Minas Gerais, que ele promova com o máximo de seus esforços, a arremimentação da totalidade da classe.

15. — Promover no próximo ano, juntamente com os demais Sindicatos da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Brasil e sob os auspícios da Sociedade Nacional de Agricultura, a realização da 3.^a Conferência Nacional de Leite e Laticínios.

José Bernardino de Moraes

Dr. Cezare Glusti

Agostinho Bossi

Mozart Nogueira Soares

Dr. Jacy Ribeiro

Marcos Evangelista de Rezende

Paulinha Guimarães

Pedro Boeck

Armando José Alves Massière

Frederico Darmstadt

Raul Fonseca

Rubens Palhares

Dr. Antonio Gonçalves de Matos

Otto Frensel

Alencar Braga Castro.

OS MUSEUS NAS ESCOLAS AGRÍCOLAS

Importância e objetivos dos Museus Escolares

Pelo Engenheiro Agrônomo
GERALDO GOULART DA SIVEIRA
Professor da E.H.W.B.

Nas Escolas Agrícolas, não devem faltar os museus escolares pois eles, quando bem organizados, constituem verdadeiros centros de cultura geral, muito instrutivos e educativos e de grande alcance pedagógico.

É preciso salientar, que os museus escolares não se destinam, apenas, aos alunos; eles devem ser franqueados à toda a comunidade rural, pois, através, deles, consegue-se, não somente despertar a atenção dos habitantes do local para as observações relativas à natureza que os cerca, como ainda, despertar a atenção para a própria escola.

Não é demais repetir que a própria escola agrícola deve constituir o centro das atividades da comunidade rural; dela devem partir os bons exemplos, as boas idéias, o estímulo, o incentivo, etc.

Através da organização e sempre crescente ampliação de bem organizados museus escolares, consegue-se:

- a) — incentivar a criação o gosto e o interesse pelo estudo dos seres vivos, dos minerais, das rochas, etc., enfim, estudos sobre os recursos naturais da região, e, quiçá, do próprio país. Uma criança que faz a colheita do material e ela mesma prepara os exemplares para o museu, tem oportunidade para fazer inúmeras observações úteis e interessantes e adquire, sem dúvida, maior interesse e gosto pelo estudo da natureza que a cerca, o que constitui uma condição favorável ao processo de aprendizagem;
- b) — desenvolve, de uma maneira muito acentuada, os hábitos ordeiros indispensáveis para a organização de coleções cuidadosas e bem preparadas, o que representa sem dúvida, um trabalho de grande interesse na formação humana do educando;
- c) — desperta e desenvolve nos alunos a capacidade de observação, condição indispensável para estudo da natureza. De fato, são numerosas e de grande valia, as observações que os estudantes podem fazer através de grande

valia, as observações que os estudantes podem fazer através de estudos comparativos entre os exemplares por eles mesmo colhidos, preparados e arrumados;

- d) — desperta, na comunidade rural, o interesse pelos estudos dos recursos naturais da região, o que constitui um processo educativo e instrutivo de grande alcance.

Visando tais objetivos, os museus escolares devem merecer toda a atenção dos professores e orientadores do ensino agrícola pois eles representam um recurso pedagógico de inestimável valor.

Os museus escolares nas escolas que ministrem o ensino agrícola em todos os seus graus e modalidades devem:

- a) — apresentar coleções bem preparadas racionalmente organizadas e dispostas de tal maneira que satisfaçam as necessidades pedagógicas sem prejuízo do fator estético e constituam, realmente valioso elemento de ensino;
- b) — deve ser um repositório, o mais completo e perfeito possível, de todos os recursos naturais da região. Nêles devem estar representados a flora a fauna, os minerais, as rochas, os solos os produtos industrializados etc., enfim todos os elementos que caracterizam os recursos naturais da região e as atividades típicas da população rural;
- c) — se bem que, com predominância do caráter regional, deve apresentar também animais, plantas etc., de outras regiões ou exóticos, para fins de estudos e de ilustração.

Apesar de uma certa campanha que se vem movendo contra os museus de zoologia e de botânica nas escolas, sob a alegação de que devem ser estudados apenas os seres vivos ao natural (o que nem sempre é possível), eles não perderam a sua oportunidade e utilidade e constituem, indiscutivelmente um recurso auxiliar de aprendizagem e um processo de integração profissional de grande valia.

Noticiário da Escola de Horticultura de Wenceslau Bello

O HORTICULTOR

Acaba de sair mais um número de "O Horticultor", jornal mimeografado, que é o documentário da Escola de Horticultura Wenceslau Bello e do Clube Agrícola Miguel Calmon. Colaboraram no presente número de "O Horticultor" os Engenheiros Agrônomos Arthur Torres Filho, Antonio de Arruda Câmara e Geraldo Goulart da Silveira e o Horticultor Agrícola Castelo Borges.

Visando difundir cada vez mais os museus escolares, é de toda conveniência sejam ministrados cursos de Organização e Preparo de Museus Escolares, destinados à formação de elementos conhecedores de todas as técnicas de preparo e apresentação de exemplares e coleções para exposições.

Neste sentido, já temos feito alguma coisa.

A Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional, da Quinta da Boa Vista, por exemplo, presta toda a assistência aos professores e interessados, orientando-os diretamente na formação de museus escolares, fornecendo folhetos e livros sobre o assunto, realizando demonstrações práticas etc.

A Sociedade Nacional de Agricultura, realizou, com grande sucesso, quatro cursos rápidos sobre "Organização de Herbários e Museus de Produtos Vegetais" (em 1939, 1940, 1947 e 1948).

A Universidade Rural através da Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, também tem trabalhado neste sentido (Cursos de Entomotaxia, por exemplo).

Organizar e ampliar cada vez mais os museus escolares, manter um intenso intercâmbio de permuta de exemplares com outras escolas e instituições, etc., é, não somente útil, mas sobretudo, uma necessidade, um recurso de aprendizagem.

Precisamos de museus, muitos museus; não somente museus para cientistas, mas ainda, e sobretudo, museus escolares, museus que constituam verdadeiros centros de cultura geral, museus educativos e ilustrativos.

SEGUNDA SEMANA DO HORTELÃO

Será realizada na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, no período de 21 de Novembro a 27 de Novembro, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, a Segunda Semana do Hortelão que contará com a presença de 25 pequenos agricultores dos Estados que ficarão internados na Escola durante uma semana assistindo aulas e demonstrações práticas de horticultura, além de um número ilimitado de alunos externos.

NOVOS CURSOS PRÁTICOS

Tiveram início na Escola de Horticultura Wenceslau Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, mais os seguintes Cursos Práticos: Economia e Administração Rural, Hestauração de Pomares, Organização de Museus Escolares, Melhoramento do Solo e Floricultura a cargo dos Professores Antonio de Arruda Câmara Geraldo Goulart da Silveira, Sbael Magalhães da Silva, Pedro Goulart da Silveira Filho e dos assistentes Agrícolas Castelo Borges e Severino Gonçalves Câmara.

UMA HONROSA VISITA

Acompanhado do Reverendo Monsenhor Mariano da Rocha, dedicado amigo da Escola, visitou-nos recentemente, o Reverendo Bispo D. Jorge Marcos de Oliveira que percorreu todas as dependências da Escola de Horticultura Wenceslau Bello mostrando-se muito interessado por tudo quanto teve oportunidade de observar. Saubando o ilustre visitante falou o Dr. Antonio de Arruda Câmara Diretor da Escola.

CURSO AVULSO DE CITRICULTURA

Tiveram início na Escola de Horticultura Wenceslau Bello as aulas do Curso Avulso de Citricultura ministrado pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira. O referido curso faz parte da série que a Universidade Rural ministra na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, através de sua Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

CLUBE AGRÍCOLA MIGUEL CALMON

Prosseguem, com grande animação as atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, regis-

trado no Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, sob o número 1098, e constituído pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Be'lo.

Sob os auspícios do C. A. Miguel Cadmon foi recentemente fundado na Escola primária Conde de Agrolongo, sítio na Penha, um Clube Agrícola que recebeu o nome de "Conde de Agrolongo" e que já se encontra em plena atividade.

COUROS, PELES E CORTUME

Chacaras e Quintais acaba de lançar a terceira edição de "Couros, Peles e Cortume", um útil e oportuno livro escrito pelo Dr. Sampaio Fernandes sem dúvida um dos nossos mais abalados técnicos no assunto.

Trata-se de um livro de 106 páginas com 45 ilustrações, escrito em linguagem clara e acessível, indispensável a todos os que se dedicam a estudo das questões relacionadas com a indústria de cortume que apresenta as mais auspiciosas perspectivas no quadro da economia nacional.

Lançando mais uma edição de tão interessante livro, o Sr. Conde Amadeu A. Barbiellini, fundador e redator da grande e vitoriosa Editora "Chacaras e Quintais Ltda.", presta mais um valioso serviço à agricultura nacional.

De fato, todos os que conhecem os trabalhos do Dr. Sampaio Fernandes sabem bem que, a par de um economista dos mais brilhantes, e ele ainda um técnico que conhece a fundo as questões de tecnologia agrícola, e que, através de estudos e trabalhos de divulgação, muito tem concorrido para melhorar as nossas indústrias rurais.

Para que se tenha uma idéia da objetividade e oportunidade de tão oportuno livro, basta transcrever os títulos do índice, que são os seguintes: Matérias tanantes; Relação sistematizada sobre as principais substâncias usadas no cortume; Extração do tanino-Extratos-Caldeiras e geradores; Peles e couros, sua classificação; Tabela para a classificação das quatro classes; Variedade de couros; Pele-Retirada do couro-Conservação; Reverdecimento das peles; Depilação Calagem-Sulfuretagem; Solubilidade da cal; Raspagem-Depilação; Retirada da cal; Serragem das peles; Curtimento ou tanagem com tanino vegetal; Processo rápido; Cortume lento, nas fossas, para solas; Couros para correia, Couros leves; Tanagem da face carne serrada; Tanagem com o quinoma; Cortume da pele de cabra; Cortume da pele de carneiro; Cortume ao cromo; Tanagem em dois banhos; Processo de um banho

ao cromo; Cortume ao alumen; Couros húngaros; Couros para percussão; Couros finos (médicos); Corante ao alumen, sinagre e sal; Couros para correia; Curtidos ao alumen; Cortume com o óleo; Cortume com o formal; Acabamento de couros Tintura; Nutrição dos couros; Matérias empregadas na nutrição; Operações finais; Exemplos de acabamentos; Cortumes especiais; Cortume de peles com pelos-Cortume de peliças; Pergaminho; Cortume ao cromo, de búfalo para correias; Box-Calf; Couros ao cromo branco; Tintura de couro curtido ao tanino, para o negro; Tinturas de pelica ao negro; Lustrar em branco as peliças; Tintura em castanho das peliças; Impermeabilização dos couros; Engorduramento das peliças; Análise das substâncias tanantes vegetais; Análise dos lecores de tanagem; Análise das cascas, madeiras, folhas excreções; Análise dos couros curtidos com tanino vegetal; Enaios físicos do couro; Importância econômica dos couros e peles.

Estão, pois, de parabéns o Dr. Sampaio Fernandes, pelo magnífico livro que escreveu, e a Editora Chacaras e Quintais Ltda. pela iniciativa de lançar mais uma edição útil ao meio agrícola nacional.

Medicamentos antigos e modernos

Segundo as notícias nos jornais, a Molanda vai dedocar-se em mais larga escala à cultura de erva, para ser uma fonte de camélias. A indústria de vinhos, a indústria cosmética, as fábricas de lecores, são as maiores compradoras de ervas. As ervas são botelas, os novos pensamentos vão involuntariamente nos tempos em que a horticultura foi uma das ocupações principais de eremitas e de excêntricos. Além disso, a preparação de ervas é uma arte, só conhecida de poucos. As ervas são erem um medicamento contra todas as espécies de doença e males? Quanto mais amarga a erva, tanto melhor, foi a opinião daqueles tempos. Bem que o uso de erva de xaxim se aplicou em tão alta escala, esta terapêutica ainda não está abolida. Chá de mucela ou le musgo perlado consistiam-se ainda hoje em remédios contra a constipação. O homem moderno prefere porém outro medicamento e toma em sua casa uma combinação de quinino e da vitamina de fruta C, sendo uma combinação segura. O chá tem uma influência estimulante na constituição e a vitamina C aumenta a resistência. Assim não seremos tão facilmente vítimas das complicações de uma constipação.

PRODUTOS NESTLÉ

A título de esclarecimento, a COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES, concessionária exclusiva no Brasil dos Produtos NESTLÉ, sente-se no dever de, mais uma vez, vir a público e informar:

- 1.º — que absolutamente não houve, não há e nunca haverá, de sua parte, retenção de stocks de Produtos NESTLÉ, de qualquer tipo, nem nas suas Fábricas, nem nos Depósitos das suas Filiais ou em quaisquer estabelecimentos que integram a sua organização
- 2.º — que quaisquer comentários ou indicações em contrário são falsos, divulgados por pessoas mal informadas ou por “interessados” tendenciosos
- 3.º — que até Setembro de 1949, as suas entregas de mercadorias ao comércio acusaram, no Distrito Federal, um aumento de 29,81% em confronto com as do ano passado
- 4.º — que é princípio da Companhia vender os seus produtos por preços os mais baratos que lhe for possível fixar, bastando dizer que, segundo estatísticas oficiais, o preço de dezesseis artigos considerados essenciais, subiu, desde 1936, de 325%, enquanto que, no mesmo período, o preço dos Produtos NESTLÉ, subiu de 32% apenas
- 5.º — que a sua produção atual é quatro véses maior do que a de 1944, mas, por outro lado, a procura dos Produtos NESTLÉ, devido às suas excelentes qualidades, aumentou de maneira considerável
- 6.º — que aproximando-se a época das águas, estando prestes a terminar as obras de ampliação das suas Fábricas atuais, e em vias de ser iniciada a construção de uma quarta fábrica, a sua produção será, dentro em breve, grandemente elevada
- 7.º — que continua a ser feito todo o possível para acelerar e intensificar as entregas ao mercado varejista
- 8.º — que possui milhares e milhares de atestados emanados de autoridades, professores, médicos e de consumidores, reconhecendo que tem ela contribuído, numa larga escala, para o fornecimento adequado de seus produtos em todo o País.

Rio de Janeiro, Novembro de 1949.

COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL
BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES

A Diretoria

EVITE A
PESTE SUÍNA
USANDO A VACINA
CRISTAL VIOLETA
DO INSTITUTO PINHEIROS

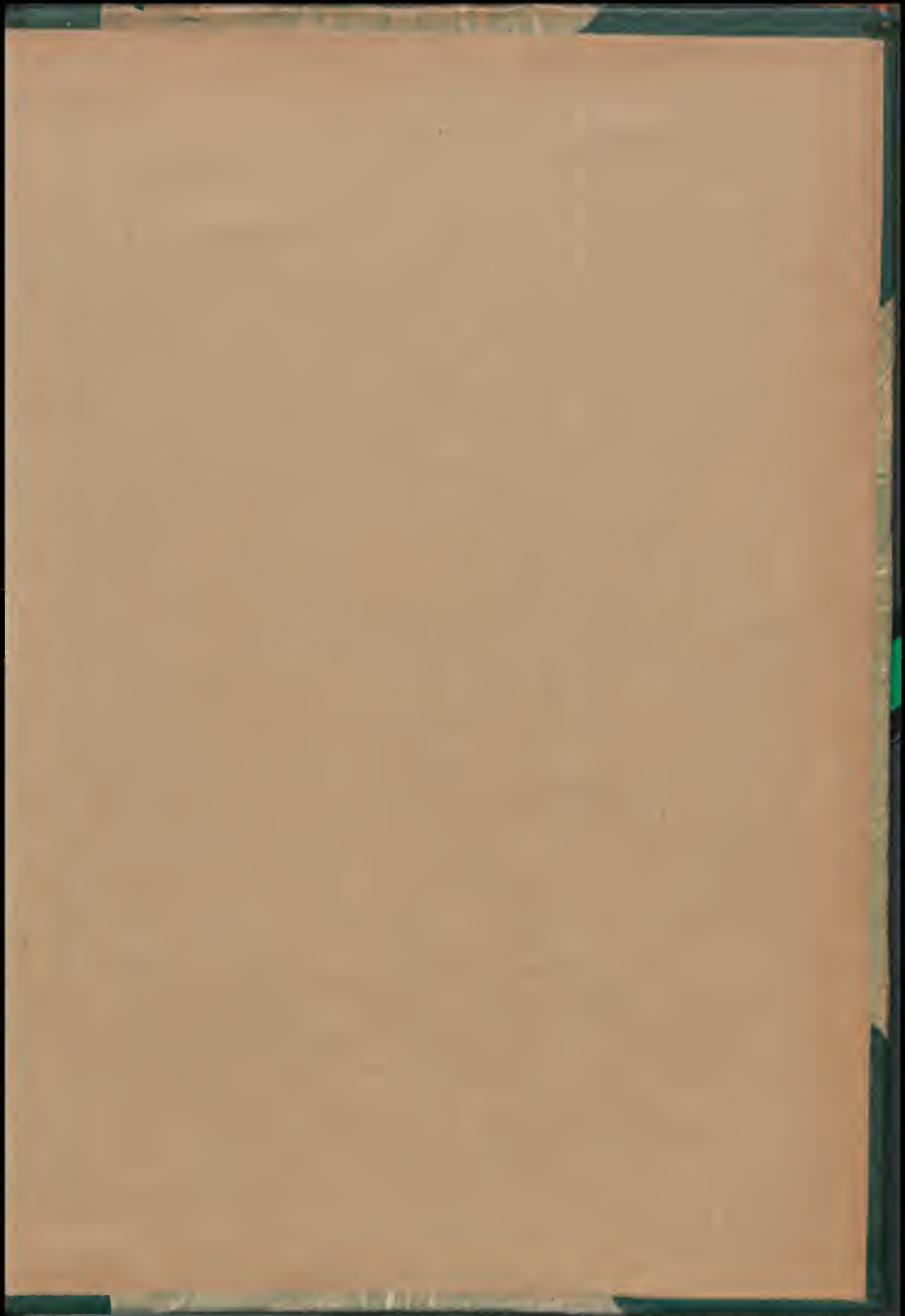
INDICADA PARA USO
INTRADÉRMICO E INTRAMUSCULAR







SciELO





SciELO